

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

JAMES DEAN BRITO BASTOS

**A TRAJETÓRIA SINDICAL DO MOSEP NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO
MARANHÃO (1997 A 2004)**

SÃO CARLOS

2020

JAMES DEAN BRITO BASTOS

**A TRAJETÓRIA SINDICAL DO MOSEP NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO
MARANHÃO (1997 A 2004)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, como critério para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Linha de Pesquisa: História, Filosofia e Sociologia da Educação.

Orientador: Prof. Dr. Amarílio Ferreira Jr.

SÃO CARLOS

2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Educação

Folha de Aprovação

Defesa de Tese de Doutorado do candidato James Dean Brito Bastos, realizada em 13/08/2020.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Manoel Nelito Matheus Nascimento (UFSCar)

Prof. Dr. Amarilio Ferreira Junior (UFSCar)

Prof. Dr. Sadi Dal Rosso (UnB)

Prof. Dr. Carlos Bauer de Souza (UNINOVE)

Profa. Dra. Maria José Pires Barros Cardozo (UFMA)

Profa. Dra. Maria de Fátima Felix Rosar (UFMA)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.
O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação.

Dedico

A minha mãe, em sua memória, por ter
possibilitado este momento da minha vida.

A minha irmã (mãe), que tanto me ajudou na
minha trajetória.

A meu pai, em sua memória.

E aos meus filhos, Pedro Arthur e Maria Clara.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de um esforço pessoal para a conquista de objetivos em minha vida. Mas também é resultado do apoio de muitas pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a conclusão desta tarefa. Pessoas que se dispuseram a ler, ouvir e criticar as versões anteriores, que contribuíram para que os dias fossem menos difíceis, e que me incentivaram a chegar ao fim da jornada.

Ao Prof. Dr. Amarilio Ferreira Jr., pela oportunidade, pelo trabalho compartilhado, pela tranquilidade, pelo respeito e exemplo de humildade.

A Creusa Brito Bastos, minha mãe, por nunca ter desistido de mim.

A Otília Moreira Bastos, minha segunda mãe.

A toda minha família. Aos meus filhos, Pedro Arthur e Maria Clara.

A Paulo Roberto Rios Ribeiro, companheiro de luta que muito contribuiu com a fundação e desenvolvimento da Oposição Sindical na Educação Pública do Maranhão.

Ao MOSEP e todos os seus militantes, que fizeram e ainda fazem a oposição sindical na Educação do Maranhão.

À professora Maria José Pires B. Cardozo (UFMA), pelo apoio e acompanhamento desde o mestrado.

À professora Arleth Santos Borges (UFMA), pelo apoio e acompanhamento.

Ao professor Luiz Bezerra Neto (UFSCar), pelo apoio e a fraterna convivência dentro e fora da sala de aula.

Ao Grupo de Estudos do HISTEDBR-Maranhão, em especial, à professora Maria de Fátima Félix Rosar.

Aos colegas do doutorado, pela convivência produtiva que tivemos durante esse tempo.

À banca examinadora, constituída pelos professores, Carlos Bauer de Souza, Maria de Fátima Félix Rosar, Maria José Pires B. Cardozo, Manoel Nelito M. Nascimento e Sadi Dal Rosso, pela disposição de cooperar com a consecução deste trabalho.

A todos os amigos professores, dos mais antigos aos mais novos, que lutam por uma educação de mais qualidade no estado do Maranhão.

Ao Governo do Estado do Maranhão, por me conceder o afastamento para o doutoramento, em cumprimento ao Estatuto do Magistério.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

A história tradicional oferece uma visão de cima, no sentido de que tem sempre se concentrado nos grandes feitos e intenções dos grandes homens, líderes, estadistas, generais ou ocasionalmente eclesiásticos.

Peter Burke (1992, p. 12)

RESUMO

Pesquisa que analisa o surgimento e a trajetória do Movimento de Oposição na Educação Pública do Maranhão (MOSEP), no período de 1997 a 2004. Para analisar esse objeto de estudo, fez-se a opção teórico-metodológica do Materialismo Histórico-dialético – segundo a qual, um fenômeno social não ocorre isolado, conecta-se às determinantes históricas, econômicas, culturais e políticas, que revelam sua essência (constituição) e sua forma (atuação). A opção teórico-metodológica possibilitou construir o objeto epistêmico, atravessado por conjecturas até chegar propriamente à questão fundamental. A travessia partiu da busca pela compreensão de que o fenômeno social analisado tinha conexão com a organização do trabalho na forma capital, na ordem das relações contraditórias e antagônicas entre o capital e o trabalho. Buscou-se encontrar as raízes da organização dos trabalhadores do século XIX ao século XX, expondo os fundamentos e princípios da relação entre capital e trabalho, para perceber os trabalhadores enquanto classe social, sua organização política e suas perspectivas com vista às lutas para além do próprio capital, na defesa de outra sociedade, verdadeiramente humana. Ancorado em tais fundamentos e princípios, fez-se a exposição da organização dos trabalhadores em território brasileiro, sem perder de vista as influências dessas raízes históricas, momento em que se contextualizou a organização dos trabalhadores em educação e a criação de suas entidades como instrumentos de luta ao longo de todo o século XX. Analisou-se o contexto maranhense, identificando o surgimento da organização política dos professores da educação básica do estado do Maranhão – a Associação dos Professores do Maranhão (APEMA), num diálogo com os trabalhos de pesquisa produzidos por Maria de Fátima Gonçalves (2006), Wagner Costa (2006) Arleth Borges (2008), Robson Silva (2013), José Brussio (2015) e Vanessa Dantas (2016). Nesse sentido, compõe-se um intrincado e extenso contexto capaz de situar o surgimento, a trajetória e a dissolução do MOSEP, suas contradições e antagonismos com a agenda que pautava a política de educação básica do governo estadual e com a direção do sindicato dos professores nas figuras de Lucimá Góes de Sousa e do grupo do PCdoB, na disputa pela direção do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipais do Maranhão (SINPROESEMMA). Explicitou-se a trajetória do MOSEP como oposição sindical na educação maranhense, concluindo que foi um movimento caracterizado como vanguarda política, a partir de sua agenda de luta, planejada e desenvolvida ao longo de sua atuação e do não atrelamento político aos grupos hegemônicos.

Palavras-chave: Organização dos Trabalhadores. Organização dos Trabalhadores em Educação do Maranhão. Trajetória do MOSEP.

ABSTRACT

This work analyzes the origin and the trajectory of the Opposition Movement in the Public Education of the Maranhão (MOSEP), during the years from 1997 to 2004. To assay this study object, it was made the theoretical-methodological option of Historical-Dialectical Materialism - according to this, a social phenomenon does not occur isolated, connects to historical, economic, cultural and political determinants, which reveal its essence (constitution) and its form (performance). In this manner, the theoretical-methodological option enabled to construct the epistemic object, traversed by conjectures until it to reach the fundamental question. The crossing started from the search for the comprehension that the analyzed social phenomenon has connection with the work organization in the capital form, in the order of contradictory and antagonistic relations between capital and work. We sought to find the roots of the workers organization from the 19th to the 20th century, exposing the foundations and principles of the antagonistic relationship between capital and labor, to understand workers as a social class, their political organization and their perspectives with a view to struggles beyond their capital, in defense of another society, truly human. Tied to such fundamentals and principles, the workers organization was presented in Brazilian territory, without losing sight of the influences of these historical roots, a moment in which the organization of workers in education was also contextualized and the creation of their entities as instruments of struggles throughout the 20th century. Thus, it analyzed the maranhense context, identifying the emergence of the political organization of teachers of basic education in the Maranhão state - the Association of Teachers of Maranhão (APEMA), in a dialogue with the research works produced by Maria de Fátima Gonçalves (2006), Wagner Costa (2006) Arleth Borges (2008), Robson Silva (2013), José Brussio (2015) and Vanessa Dantas (2016). In this meaning, it constitutes an intricate and extensive context capable of situating the emergence, trajectory and dissolution of MOSEP, its contradictions and antagonisms with the agenda that guided the basic education policy of the state government and with the direction of the teachers union in the figures of Lucimá Góes de Sousa and the PCdoB group, in the dispute for the direction of the “Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipais do Maranhão – SINPROESEMMA”. Therefore, MOSEP trajectory was explained as a union opposition in Maranhão education, concluding that it was a movement characterized as a political vanguard, based on its struggle schedule, planned and developed throughout its performance and the non-political connection to hegemonic groups.

Keywords: Workers Organization. Workers Organization in Education of the Maranhão. MOSEP Trajectory.

RÉSUMÉ

Recherche qui analyse l'apparition et la trajectoire du mouvement d'opposition dans l'éducation publique dans l'état de Maranhão (MOSEP), entre 1997 et 2004. Pour analyser cet objet d'étude, l'option théorico-méthodologique du matérialisme historico-dialectique, selon laquelle un phénomène social ne se produit pas isolément: il est lié à des déterminants historiques, économiques, culturels et politiques qui révèlent son essence (constitution) et sa forme (action). L'option théorico-méthodologique a permis de construire l'objet épistémique, traversé de conjectures jusqu'à atteindre la question fondamentale. Le croisement est parti de la recherche de la compréhension que le phénomène social analysé est lié à l'organisation du travail sous forme de capital, dans l'ordre des relations contradictoires et antagonistes entre capital et travail. Il a cherché à trouver les racines de l'organisation des travailleurs du XIXe au XXe siècle, exposant les fondements et les principes de la relation antagoniste entre le capital et le travail, à comprendre les travailleurs comme classe sociale, sa organisation politique et leurs perspectives en vue de luttes au-delà de leur capital, pour la défense d'une autre société, vraiment humaine. Concernant ces fondamentaux et principes, l'organisation des travailleurs sur le territoire brésilien a été exposée, sans laisser de côté les influences de ces racines historiques, à une époque où l'organisation des travailleurs de l'éducation était aussi contextualisée et la création de leurs entités en tant qu'instruments des luttes pendant le 20e siècle. Le contexte de l'état de Maranhão a été analysé, identifiant l'émergence de l'organisation politique des enseignants de l'éducation de base dans ce territoire - l'Association des Enseignants de Maranhão (APEMA), dans un dialogue avec les travaux de recherche produits par Maria de Fátima Gonçalves (2006), Wagner Costa (2006) Arleth Borges (2008), Robson Silva (2013), José Brussio (2015) et Vanessa Dantas (2016). De cette façon, il existe un contexte complexe et extensif capable de situer l'émergence, la trajectoire et la dissolution du Mouvement d'Opposition du Syndicat de l'Éducation Publique (MOSEP), ses contradictions et ses antagonismes avec le programme qui portait sur la politique d'éducation de base du gouvernement de l'État et avec la direction du syndicat des enseignants représenté par Lucimá Góes de Sousa et par le groupe PCdoB, disputant la direction du Syndicat des Travailleurs de l'Éducation de Base des Réseaux Publics Étatiques et Municipaux de Maranhão - SINPROESEMMA. La trajectoire du MOSEP a été explicité comme une opposition syndicale dans l'enseignement du Maranhão, concluant qu'il s'agissait d'un mouvement caractérisé comme une avant-garde politique, à partir de son programme de lutte, planifié et développé tout au long de sa performance et de son éloignement politique aux groupes hégémoniques.

Mots-clés: Organisation des travailleurs. Organisation des travailleurs de l'éducation de l'état de Maranhão. Trajectoire du MOSEP.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – Edital publicado no Jornal O Debate de 07 de janeiro de 1998.....	151
FIGURA 02 – Matéria publicada no dia 14 de maio de 2000 no Jornal Pequeno.....	155
FIGURA 03 – Matéria publicada em 06 de maio de 2000 no Jornal Pequeno.....	156
FIGURA 04 – Matéria publicada no dia 1º de janeiro de 1999, no jornal O Estado do Maranhão.....	158
FIGURA 05 – Boletim Informativo do MOSEP no 04, novembro de 1997.....	174
FIGURA 06 – Boletim Informativo do MOSEP no 04, novembro de 1997 (verso).....	175
FIGURA 07 – Informativo do MOSEP, outubro de 1997.....	176
FIGURA 08 – Informativo MOSEP, outubro de 1997.....	177
FIGURA 09 – Panfleto MOSEP, outubro de 1997.....	178
FIGURA 10 – Carta Aberta do MOSEP, novembro de 1997.....	179
FIGURA 11 – Panfleto do MOSEP, novembro de 1997.....	180
FIGURA 12 – Carta do MOSEP, 04 de novembro de 1997.....	181
FIGURA 13 – Panfleto do MOSEP, novembro de 1998.....	182
FIGURA 14 – Comunicado publicado no Jornal O Estado do Maranhão no dia 30 de janeiro de 1998.....	186
FIGURA 15 – Matéria Publicada no Jornal O Estado do Maranhão no dia 12 de janeiro de 1998.....	188
FIGURA 16 – Matéria publicada no Jornal Pequeno no dia no dia 30 de março de 1998....	192
FIGURA 17 – Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária.....	201
FIGURA 18 – Matéria publicada no dia 05 de maio de 1998 no Jornal Pequeno.....	202
FIGURA 19 – Liminar de suspensão da eleição da nova diretoria do SINPROESEMMA..	203
FIGURA 20 – Matéria publicada no Jornal Pequeno no dia 13 de junho de 1998.....	205
FIGURA 21 – Matéria do Jornal Pequeno de 05 de junho de 1998.....	210
FIGURA 22 – Convite do MOSEP de 18 de julho de 1998.....	215
FIGURA 23 – Convocação do MOSEP em setembro de 1998.....	216
FIGURA 24 – Boletim do MOSEP de outubro de 1998 (frente).....	217
FIGURA 25 – Boletim do MOSEP de outubro de 1998 (verso).....	218

FIGURA 26 – Boletim do MOSEP de novembro de 1998 (frente).....	220
FIGURA 27 – Boletim do MOSEP de novembro de 1998 (verso).....	221
FIGURA 28 – Boletim do MOSEP de 24 de maio de 1999.....	226
FIGURA 29 – Carta do MOSEP à Diretoria do SINDSEP-MA em junho de 1999.....	229
FIGURA 30 – Boletim do MOSEP de junho de 1999.....	230
FIGURA 31 – Biblioteca Pública Benedito Leite em São Luís/MA.....	231
FIGURA 32 – Boletim do SIMTEP/UPAON-AÇU de agosto de 1999.....	232
FIGURA 33 – Matéria publicada no Jornal Pequeno em 2 de junho de 2000.....	244
FIGURA 34 – Panfleto do SIMTEP/UPAON-AÇU de 12 de junho de 2000.....	245
FIGURA 35 – Carta do SIMTEP/UPAON-AÇU à população da Ilha.....	246
FIGURA 36 – Edição do Jornal Pequeno de 20 de junho de 2000.....	247
FIGURA 37 – Matéria do Jornal Pequeno de 27 de maio de 2000.....	248
FIGURA 38 – Panfleto do SIMTEP convocando Ato Público.....	249
FIGURA 39 – Carta aberta do SIMTEP à sociedade maranhense, 06 de outubro de 1999.....	250
FIGURA 40 – Panfleto do SIMTEP sobre o PROCAD II.....	258
FIGURA 41 – Boletim do SIMTEP de 16 de janeiro de 2000.....	263
FIGURA 42 – Panfleto do SIMTEP de 07 dezembro de 2002.....	268
FIGURA 43 – Carta do MOSEP à APOESP de 22 de janeiro de 1998.....	271
FIGURA 44 – Solicitação do SIMTEP ao Sindicato dos Profissionais em Enfermagem em 13 de junho de 2000.....	272
FIGURA 45 – Matéria publicada no Jornal Pequeno de 1º de junho de 1999.....	274
FIGURA 46 – Boletim da chapa Guarnicê para Educar de junho de 1999.....	275
FIGURA 47 – Boletim da chapa Guarnicê para Educar de agosto de 1999.....	277
FIGURA 48 – Boletim da chapa Guarnicê para Educar de agosto de 1999 (página 4).....	278
FIGURA 49 – Boletim da chapa Guarnicê para Educar, agosto de 1999 (página 6).....	279
FIGURA 50 – Ata da Reunião do Conselho Fiscal do SINPROESEMMA em agosto de 2001 (página 1).....	281
FIGURA 51 – Ata da Reunião do Conselho Fiscal do SINPROESEMMA em agosto de 2001 (página 2).....	282
FIGURA 52 – Ata da Reunião do Conselho Fiscal do SINPROESEMMA em agosto de 2001 (página 3).....	283
FIGURA 53 – Ata da Reunião do Conselho Fiscal do SINPROESEMMA em agosto de 2001	

(página 4).....	284
FIGURA 54 – Ata da Reunião do Conselho Fiscal do SINPROESEMMA em setembro de 2001.....	286
FIGURA 55 – Carta do SINPROESEMMA a Diretores, Representantes e Professores Municipais e Estaduais do Maranhão em outubro de 2001 (página 01).....	290
FIGURA 56 – Carta do SINPROESEMMA a Diretores, Representantes e Professores Municipais e Estaduais do Maranhão em outubro de 2001 (página 02).....	291
FIGURA 57 – Carta do SINPROESEMMA a Diretores, Representantes e Professores Municipais e Estaduais do Maranhão em outubro de 2001 (página 03).....	292
FIGURA 58 – Carta do SINPROESEMMA a Diretores, Representantes e Professores Municipais e Estaduais do Maranhão em outubro de 2001 (página 04).....	293
FIGURA 59 – Boletim do SINPROESEMMA de outubro de 2001 (frente).....	294
FIGURA 60 – Boletim do SINPROESEMMA de outubro de 2001 (verso).....	295
FIGURA 61 – Boletim do SINPROESEMMA de dezembro de 2001.....	296
FIGURA 62 – Boletim do SINPROESEMMA de outubro de 2001 (página 04).....	298
FIGURA 63 – Boletim do SINPROESEMMA de janeiro de 2002 (página 01).....	300
FIGURA 64 – Boletim do SINPROESEMMA de janeiro de 2002 (página 02).....	301
FIGURA 65 – Boletim do SINPROESEMMA de janeiro de 2002 (página 03).....	302
FIGURA 66 – Boletim do SINPROESEMMA de janeiro de 2002 (página 04).....	303
FIGURA 67 – Boletim do SINPROESEMMA de fevereiro de 2002 (página 04).....	308
FIGURA 68 – Nota do MOSEP de 06 de março de 2002 (página 01).....	311
FIGURA 69 – Nota do MOSEP de 06 de março de 2002 (página 02).....	312
FIGURA 70 – Panfleto do MOSEP de 20 de março de 2002.....	314
FIGURA 71 – Panfleto do MOSEP de 02 de abril 2002.....	315
FIGURA 72 – Panfleto do SINPROESEMMA de 28 de março 2002.....	316
FIGURA 73 – Boletim do MOSEP de 06 de abril de 2002.....	317
FIGURA 74 – Boletim do SINPROESEMMA de abril 2002 (página 01).....	319
FIGURA 75 – Boletim do SINPROESEMMA de abril 2002 (página 02).....	320
FIGURA 76 – Boletim do SINPROESEMMA de abril 2002 (página 03).....	322
FIGURA 77 – Boletim do MOSEP de 16 de agosto de 2002.....	330
FIGURA 78 – Matéria do jornal O Estado do Maranhão de 08 de outubro de 2004.....	335
FIGURA 79 – Matéria do jornal O Estado do Maranhão de 16 de outubro de 2004.....	336
FIGURA 80 – Panfleto do MDR de outubro de 2004.....	338

FIGURA 81 – Matéria do jornal O Estado do Maranhão de 09 de novembro de 2004.....	340
FIGURA 82 – Matéria do jornal O Estado do Maranhão de 10 de novembro de 2004 (página 01).....	342
FIGURA 83 – Matéria do jornal O Estado do Maranhão de 10 de novembro de 2004 (páginas 02-03)	343
FIGURA 84 – Matéria do jornal O Estado do Maranhão de 11 de novembro de 2004.....	344

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
ABE/MA	Associação Brasileira de Educação/Seção Maranhão
ABPPSP	Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo
AI-2	Ato Institucional número 2
AI-3	Ato Institucional número 3
AI-5	Ato Institucional número 5
AIT	Associação Internacional do Trabalho
ALEMA	Assembleia Legislativa do Maranhão
ANDES	Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior
APAN	Associação Pedagógica Almir Nina
APC	Associações de Professores Católicos
APEMA	Associação dos Professores do Maranhão
APEMM	Associação de Professores do Ensino Médio do Município de São Luís
APEMOP	Associação dos Professores do Ensino Médio Oficial do Estado do Piauí
APEOC	Associação dos Professores dos Estabelecimentos Oficiais do Ceará
APEOESP	Associação de Professores do Ensino Oficial de São Paulo
APEP	Associação Piauiense de Professores
APERJ	Associação dos Professores do Estado do Rio de Janeiro
APESNOESP	Associação dos Professores do Ensino Secundário e Normal Oficial do Estado de São Paulo
APLEC	Associação dos Professores Licenciados do Ceará
APMEP	Associação dos Profissionais do Magistério do Ensino Público do Município de São Luís
APMESE	Associação dos Profissionais do Magistério Público Estadual de Sergipe
APNM	Associação de Professores Normalistas do Maranhão
APPCPS	Associação de Professores dos Cursos Primário, Secundário e Classes Anexas
APPMG	Associação dos Professores Primários de Minas Gerais

APPST	Associação dos Professores Secundários de Teresina
APREC	Associação dos Professores Registrados do Ceará
APRUEMA	Associação dos Professores da Universidade Estadual do Maranhão
APRUMA	Sindicato dos Professores da Universidade Federal do Maranhão
APSPSL	Associação dos Professores Secundários e Primários de São Luís
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ASRGP	Associação Rio-Grandense dos Professores
ASRP	Associação Rio-Grandense de Professores
ASS	Alternativa Sindical Socialista
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CA	Centro Acadêmico
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/Brasil
CCBE	Confederação Católica Brasileira de Educação
CEFET	Centro Federal de Ensino Tecnológico
CEGEL	Centro de Ensino Governador Edison Lobão
CEMDP	Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CEPES	Centro dos Profissionais de Ensino de Sergipe
CERMAPCE	Centro de Estudo e Recreação do Magistério Primário do Ceará
CES	Comissão de Enquadramento Sindical
CEUMA	Centro de Ensino Universitário do Maranhão
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMOP	Organização Internacional dos Professores
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CNTI	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria
CNTTMFA	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos
COMERCIÁRIOS	Sindicato dos Comerciários do Estado do Maranhão
CONCUT	Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores
CONSUN –	Conselho Universitário da Universidade Estadual do Maranhão
UEMA	

CONTEC	Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito
CPB	Confederação dos Professores do Brasil
CPERS	Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul
CPP	Centro do Professorado Paulista
CPPB	Confederação de Professores Primários do Brasil
CSC	Corrente Sindical Classista
CTB	Confederação dos Trabalhadores do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DCE	Diretório Central dos Estudantes
EU	União Europeia
EUA	Estados Unidos da América
FACT	Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia
FAPEMA	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Maranhão
FETEE	Federação dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino
FETEE/SP	Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino de São Paulo
FETEMA	Federação dos Trabalhadores em Educação do Estado do Maranhão
FETIEMA	Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado do Maranhão
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FITEE	Federação dos Trabalhadores de Estabelecimentos de Ensino
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNDEF	Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental
GAM	Gratificação por Atividade do Magistério
HISTEDBR-GT	Grupo de Estudos e Pesquisas. História, Sociedade e Educação no Brasil – Grupo de Trabalho do Maranhão
MA	
I CONTEMA	I Congresso dos Trabalhadores em Educação do Maranhão
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEM	Instituto de Previdência do Estado do Maranhão
ITERMA	Instituto de Terras do Maranhão
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MARE	Ministério de Administração Federal e Reforma do Estado

MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MDR	Movimento Democrático de Resistência
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MOAP	Movimento de Oposição Aberto de Professores
MOSEP	Movimento de Oposição Sindical na Educação Pública do Maranhão
MPs	Medidas Provisórias
MRP	Movimento de Resistência dos Professores
MTIC	Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
MUP	Movimento pela União de Professores
MUT	Movimento Unitário dos Trabalhadores
NAFTA	North American Free Trade Agreement (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio)
NEP	Nova Política Econômica
OMC	Organização Mundial do Comércio
OREALC	Organização Regional de Educação para América Latina e Caribe
ORIT	Organização Regional Interamericana de Trabalho
PAN	Partido da Aliança Nacional
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCCS	Plano de Carreira, Cargos e Salários
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCI	Partido Comunista Italiano
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PP	Partido Popular
PRN	Partido da Renovação Nacional
PROCAD	Programa de Capacitação Docente
PROCAD II	Programa de Capacitação Docente Segunda Versão
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrata

PSDA	Partido Socialista Democrático Alemão
PSDB	Partido Social Democrata Brasileiro
PSDC	Partido Social Democrata Cristão
PSI	Partido Socialista Italiano
PST	Partido Social Trabalhista
PT	Partido dos Trabalhadores
REDE ASTE	Rede de Pesquisadores em Associativismo e Sindicalismo em Educação
SAEB	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SDH	Secretaria de Direitos Humanos
SEEB-MA	Sindicato dos Bancários do Maranhão
SIMTEP-UPAON- AÇU	Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública da Região Metropolitana dos Municípios de Paço do Lumiar, Raposa, São José de Ribamar e São Luís
SINDEDUCAÇÃO	Sindicato dos Profissionais do Magistério do Ensino Público de São Luís
SINDMETAL	Sindicato dos Metalúrgicos
SINDPEMA	Sindicato dos Profissionais de Ensino do Município de Aracajú
SINDSEP-MA	Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Maranhão
SINDUTE/MG	Sindicato União dos Trabalhadores de Minas Gerais
SINPROESEMMA	Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipais do Maranhão
SINPRO-Rio	Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro
SINPRO-SE	Sindicato dos Professores e Trabalhadores da Educação da Rede Particular de Ensino do Município de Aracaju e do Estado de Sergipe
SINTEAL	Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública de Alagoas
SINTE-PI	Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Piauí
SINTERP-MA	Sindicato dos Trabalhadores da Rede de Ensino Privado do Maranhão
SINTESE	Associação dos Profissionais de Ensino de Aracajú e o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Sergipe
SINTRAJUFE-MA	Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público do Maranhão
SINTSPREV-MA	Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência no Maranhão
SPESP-SL	Sindicato dos Professores Secundários e Primários de São Luís

STIU-MA	Sindicato dos Urbanitários do Maranhão
STTREMA	Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Estado do Maranhão
UDN	União Democrática Nacional
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UNATE	União dos Trabalhadores da Educação
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UPP-DF	União dos Professores Primários do Distrito Federal
UPPEGB	União dos Professores Primários do Estado da Guanabara
UPPST	União dos Professores Secundários de Teresina
UTE	União dos Trabalhadores do Ensino

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	23
1.1	Os Problemas de Pesquisa.....	23
1.2	Procedimentos de Pesquisa.....	32
<i>1.2.1</i>	<i>Coleta de dados através de fontes documentais.....</i>	<i>34</i>
<i>1.2.2</i>	<i>As Entrevistas.....</i>	<i>35</i>
1.3	A perspectiva de organização e análise dos dados.....	36
2	ORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA: fundamentos e princípios da luta de classe empreendida pelo proletariado.....	37
2.1	A controvérsia entre reforma ou revolução, espontaneísmo e a consciência da vanguarda política.....	53
2.2	A polêmica no interior do Partido Bolchevique pós-Revolução Russa de 1917.....	59
2.3	A organização dos trabalhadores no Brasil e a relação com os fundamentos e os princípios marxianos e marxistas.....	75
3	A GÊNESE DA ORGANIZAÇÃO DOCENTE NO BRASIL: desenvolvimento histórico da formação associativista e sindicalista e o contexto político-econômico e educacional.....	82
3.1	A emergência da organização dos trabalhadores em educação no contexto brasileiro.....	83
3.2	A organização dos trabalhadores em educação: do associativismo ao sindicalismo docente no Brasil.....	88
3.3	A Educação e a organização docente em tempos de redemocratização do país.....	94
3.4	O Golpe civil-militar e a estrutura do sindicalismo de Estado.....	99
3.5	As consequências do Golpe civil-militar na organização dos	

	trabalhadores e trabalhadoras docentes.....	103
3.6	A emergência do Novo Sindicalismo: necessidade de uma nova pauta na luta dos trabalhadores.....	113
3.7	A Estrutura política dos anos de 1990 e o sindicalismo docente.....	118
4	DA ASSOCIAÇÃO AO SINDICATO: localização do contexto regional e as circunstâncias que levaram ao surgimento do MOSEP.....	128
4.1	O surgimento da APEMA e o contexto político local.....	129
4.2	SINPROESEMMA: da associação ao sindicato de professores e a manutenção da hegemonia de Lucimá Goes de Sousa.....	144
5	DO SURGIMENTO À ATUAÇÃO DA OPOSIÇÃO SINDICAL NA EDUCAÇÃO PÚBLICA BÁSICA DO ESTADO DO MARANHÃO: uma alternativa ao peleguismo, à submissão e ao atrelamento político do SINPROESEMMA.....	167
5.1	O surgimento do movimento de oposição sindical: uma nova força política no movimento docente e seu processo de divulgação.....	168
5.2	O processo eleitoral e a constituição da Junta Governativa Provisória.....	183
5.3	A Junta Governativa Provisória: contradições e antagonismos na disputa sindical.....	191
6	A ATUAÇÃO DO MOSEP A PARTIR DA VITÓRIA DA CHAPA GUARNICÊ PRA EDUCAR EM 13 DE JUNHO DE 1998.....	208
6.1	A atuação do MOSEP no segundo semestre de 1998 e a exposição da gestão da chapa Guarnicê pra Educar na nova Junta Governativa Administrativa Provisória (1998-1999).....	211
6.2	A atuação do MOSEP no ano de 1999: a luta da oposição continua com vista a sua afirmação política.....	222
6.3	A fundação do SIMTEP/ UPAON-AÇU/MOSEP: constituição de um instrumento de luta.....	228
6.4	Do surgimento de uma organização político-partidária no sindicato: a atuação da oposição sindical no novo espectro político.....	235

6.5	O SIMTEP/UPAON-AÇU/MOSEP e o acampamento de 37 dias na frente do Palácio Henrique de La Rocque.....	240
6.6	Lutas do SIMTEP/UPAON-AÇU/MOSEP.....	251
7	A CHAPA GUARNICÊ PRA EDUCAR ASSUME O SINPROESEMMA: da harmonia à crise política que afastou Lucimá Goes de Sousa.....	273
7.1	A ascensão harmoniosa de Lucimá Goes de Sousa e o grupo do PCdoB à diretoria do SINPROESEMMA.....	273
7.2	O acirramento das controvérsias e a crise da aliança na diretoria do SINPROESEMMA.....	280
7.3	Grupo do PCdoB: da posição de aliado de Lucimá Góes de Sousa ao domínio da diretoria do SINPROESEMMA.....	310
7.4	A organização da oposição sindical no novo campo político e as razões que levaram ao fim da oposição, enquanto MOSEP, após o grupo do PCdoB assumir a direção do SINPROESEMMA em 2002.....	325
8	CONCLUSÃO.....	348
9	REFERÊNCIAS.....	356

1 INTRODUÇÃO

[...] toda ciência seria supérflua se houvesse coincidência entre a aparência e a essência das coisas, em função de que as coisas apresentam uma aparência oposta à sua essência em que a essência se oculta [...]

(MARX, 2008, p. 1080).

1.1 Os Problemas de Pesquisa

Este estudo tem por objetivo analisar a trajetória do Movimento de Oposição Sindical na Educação Pública do Maranhão (MOSEP) e caracterizar seu *modus faciendi* político no contexto de atuação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipais do Maranhão (SINPROESEMMA). Para tanto, foi necessário, paralelo a este objetivo, situar o objeto de análise no processo histórico da organização dos trabalhadores – da Europa do século XIX ao Brasil do século XX – e, mais especificamente, no âmbito da política educacional e da reforma administrativa do Estado do Maranhão no governo de Roseana Sarney (1995-2002), considerando as relações derivadas da disputa política travada no SINPROESEMMA, entre 1997 e 2004.

O objeto de pesquisa e de conhecimento que foi analisado é parte de um todo multifacetado por fatores objetivos e subjetivos, sociopolíticos e econômicos, que resultam em uma totalidade histórica e dinâmica. No bojo dessa realidade, surgiram as dúvidas, indagações, inquietudes do ser social e político – o pesquisador – e, como resultado, o problema de pesquisa.

Desta forma, foi formulada uma questão de tese, fundamental ao empreendimento e desenvolvimento da pesquisa sobre a trajetória do MOSEP: Até que ponto a atuação do MOSEP lhe atribui personalidade política, isto é, em que medida suas tarefas práticas e o conjunto de elementos teóricos que sustentaram sua atuação no campo da oposição sindical na educação pública básica do Maranhão são características que lhe identificariam como um movimento de vanguarda. Ou seja, o que caracteriza o movimento como vanguardista e quais as características, na sua prática de luta, que apontam ou descrevem essa perspectiva, tomando como referência a conceituação marxiana e marxista?

Em contrapartida, no mesmo campo de atuação, isto é, na base do SINPROESEMMA, importa que se questione se o grupo do PCdoB, em aliança com Lucimá Góes, também poderia ter sido considerado oposição e, mais, oposição de vanguarda.

A partir da definição da tese, procurou-se extrair dados e elementos dessa realidade, articulados a sua totalidade. Para tanto, objetivou-se focar na questão específica da pesquisa, apreendendo suas conexões na dimensão particular e também geral, identificando sua singularidade para conhecer e ter como resultado a produção de conhecimento histórico-crítico-científico.

Portanto, faz-se necessário referenciar os fundamentos e princípios teóricos que caracterizam o movimento como vanguarda política, tomando como referência a definição de vanguarda como o que assume o controle, a direção e a condução da luta do proletariado de forma orgânica e consciente, com vistas à transformação social e à emancipação política e humana, encontrado no referencial marxiano e marxista.

Karl Marx e Friedrich Engels já apontavam, na obra *O Manifesto do Partido Comunista* (1848), que a libertação da classe operária seria obra dela mesma, contudo seria necessário um instrumento externo de organização e educação política, o que se configurou na Internacional Comunista, no partido, como o PSD alemão, e nos sindicatos ou coalizões que fariam o despertar da força revolucionária dos proletários, força de vanguarda, cuja atuação visava ao despertar da consciência de classe, extrapolando a condição de classe em si para a condição de classe para si (consciente da necessidade da luta pela transformação social e pela emancipação política e humana).

Seguindo esse princípio, Vladimir Ilyich Ulianov “Lênin”, na obra *Que fazer? Problemas candentes do nosso Tempo* (1902), apontava ao partido as tarefas de organização da luta pela libertação política e econômica do proletariado, o que definia o partido como vanguarda revolucionária, destacava ainda que o partido revolucionário, por meio de sua minoria ativa, conduziria a massa à revolução, formando assim uma força tripartite (Massa, Partido, Sindicato). Isto é, o partido e o sindicato precisariam desempenhar a função de escola, voltados à tarefa de organizar a luta revolucionária, o que converteria o sindicato em correia de transmissão das ideias e objetivos do partido às massas, portanto o sindicato seria meio, e o partido político, o fim.

De posse de tais premissas, Antônio Gramsci (2001c, p. 60-61) apontava o Partido como o Príncipe Coletivo moderno, que deveria dar a direção à classe para que ela se tornasse a classe dominante e construísse uma sociedade mais humana, em que todos pudessem desenvolver, plenamente, suas capacidades, por meio da reforma cultural. O partido é compreendido, assim, como um grande homem coletivo, de um grande intelectual coletivo, que toma o lugar, “nas consciências, da divindade ou do imperativo categórico” (GRAMSCI, 2001c, p. 19), ou seja, não é entendido como um órgão e sim uma parte da classe que

desempenha o papel de um intelectual orgânico revolucionário. É o moderno Príncipe, com a tarefa de elevar o protagonismo de classe, tornando-se uma organização de luta, denotando uma atuação de sujeito revolucionário, com vistas à perspectiva histórica de emancipação da classe operária, o que a levaria à condição de classe hegemônica e ao estabelecimento de uma nova ordem, de uma nova cultura (GRAMSCI, 2001c).

Em relação à questão do protagonismo político (movimento de vanguarda) e da autonomia política da classe (espontaneísmo de classe), Gramsci (2001c) tende a identificar a atividade espontânea da classe operária com o sindicalismo, e a apresentar em termos unilaterais a “superação” do espontaneísmo mediante o Príncipe moderno, ou seja, o partido como intelectual orgânico da luta revolucionária.

Os pensadores supracitados comungam de perspectiva aproximada em relação à função da vanguarda partidária e sindical: desempenhar a tarefa de organização intelectual (ideológica) e política do proletariado, voltada à luta revolucionária de transformação radical das condições materiais de produção e de existência. Há singulares diferenças entre os autores citados, principalmente, na posição de Rosa Luxemburgo de que as vanguardas intelectuais não poderiam substituir as massas, mas vincular-se à organização a partir da ação prática – posição esta apontada na obra *Greve de massas, partidos e sindicatos* (1906). Convém frisar, entretanto, que tal posicionamento não se opõe totalmente ao de Lênin, dado o detalhe de que ambos construíram seus posicionamentos em circunstâncias políticas diferentes: no caso de Luxemburgo, a ordem organizativa na Alemanha; no caso de Lênin, na Rússia, a exigência de níveis de organização diferenciados.

Luxemburgo (1979, p. 44), por seu turno, aplicava o termo vanguarda quando se expressava sobre o partido político da classe operária, embora empregando conteúdo diverso ao proposto por Lênin. Ela reafirmava a posição de vanguarda do partido na luta operária com a função política de organização e condução da massa de forma orgânica e não apartada dela, assumindo um papel político específico no movimento operário: o de dirigir o movimento através da organização, do esclarecimento e da indução à luta da classe operária contra a burguesia. Enquanto o sindicato só representaria a luta econômica, parcial, o partido político representaria a luta mais ampla, a luta pelo poder político. Portanto, afirmava Luxemburgo (1979, p. 298), na relação entre a luta política e a luta econômica, que envolve o partido, os sindicatos e as massas, seria aberta a possibilidade da universalização da luta da classe operária, a possibilidade de contrapor a sociedade socialista à sociedade burguesa.

O interesse em desenvolver o tema da vanguarda na atuação política dos docentes no âmbito de atuação do MOSEP, justifica-se, em parte, na identificação do pesquisador com a

perspectiva político-ideológica esposada nesse capítulo, que serve de fundamento à análise do objeto em sua especificidade, salvadas as devidas singularidades e a sua contextualização histórica. Assim, o pesquisador, desde sua nomeação, em 1994, como professor da Educação Básica do Estado do Maranhão, optou pela participação política de viés crítico. Atuante no contexto da Educação Básica, filiou-se ao SINPROESEMMA e, logo depois, foi eleito ao Colegiado Escolar do Centro de Ensino Governador Edison Lobão (CEGEL) em 1995. Em 1997, tornou-se membro do grupo de professores que fundou, em 31 de maio, o MOSEP.

Passando pelo Mestrado em Educação em 2012, com participação, no Grupo de Estudos de História, Sociedade, e Educação no Brasil – Grupo de Trabalho do Maranhão (HISTEDBR – GT Maranhão), coordenado pela Profa. Dra. Maria de Fátima Félix Rosar, o pesquisador envolveu-se com as atuações e análises políticas que compreendem a relação entre a sociedade civil e a sociedade política e suas contradições. Por elas se deixou impulsionar, voltado quase exclusivamente para a atuação na dimensão educacional, sem perder de vista a relação entre estrutura e conjuntura. Por isso, a localização do objeto na Linha de Pesquisa História, Filosofia e Sociologia da Educação. O método adotado foi o do materialismo histórico e dialético na análise dos processos históricos, à luz das categorias de historicidade, totalidade, antagonismo, contradição e luta de classes.

Foi também de fundamental importância para o desenvolvimento deste trabalho a participação na Rede de Pesquisadores em Associativismo e Sindicalismo em Educação (Rede ASTE), cujo objetivo principal é aglutinar pesquisadores, sindicalistas e interessados na temática, por meio de seminários internacionais bianuais, o que possibilitou ao pesquisador o intercâmbio com pesquisadores brasileiros e com investigadores de outros países.

A análise do contexto político educacional maranhense tem início na dissertação de Mestrado Reforma Administrativa do Estado do Maranhão: expressões do neoliberalismo na política educacional no período de 1995 a 2002, que se debruçou sobre a reforma administrativa, o contrato temporário de trabalho e o Telensino¹, configurando o trinômio terceirização, flexibilização e precarização do trabalho educacional, principalmente no convênio firmado entre o governo do Estado do Maranhão e a Fundação Roberto Marinho em 2002, o qual o Projeto “Viva Educação”, instituiu o Programa de Aceleração de Estudo, denominado Telensino. É também esse o cenário do surgimento e da trajetória de atuação do MOSEP, paralelamente à atuação do SINPROESEMMA, seguindo até a sua dissolução.

¹ De acordo com Agripino Luz Júnior (2009) o programa "Viva Educação" do governo Roseana Sarney (1995-2002) - desenvolvido sob a forma de Telensino - adotado como uma estratégia de política educacional, com vista a corrigir, num período mínimo de um ano e meio, o fluxo de atendimento a jovens e adultos, em todo o Estado do Maranhão.

O Telensino é parte importante da materialização da política implementada no governo Roseana Sarney. Esse convênio demonstrou como a política educacional gestada no Maranhão estava pautada sob os princípios neoliberais,² da descentralização, da flexibilização, da terceirização, da privatização, e da reestruturação produtiva do capital em nível nacional e local, em conformidade com as demandas do mercado. Tais princípios influenciaram diretamente na reforma do Estado e da Educação brasileira e, conseqüentemente, deram substrato às políticas de desregulamentação de direitos e subsidiaram a reforma administrativa no Estado do Maranhão.

Considerando esse contexto, a investigação focou nos três elementos fundamentais do objeto de análise: a fundação, a trajetória e a forma de atuação do MOSEP, explicitada na agenda política do movimento, a qual tem como característica marcante a posição oposicionista ao governo e ao SINPROESEMMA. Além dessas questões, importa o reconhecimento de que o MOSEP foi o primeiro agrupamento político de oposição sindical na educação básica do estado do Maranhão com atuação de forma orgânica, detalhe que se reflete em sua constituição, organização, e orientação político-ideológica, bem como em sua forma de atuar, que pôde ser identificada a partir de sua pauta de luta: garantia dos direitos já conquistados e a conquista de outros direitos da categoria de professores da Educação Pública Básica, o que demonstrou o embate com o governo estadual, além da disputa pela direção do sindicato, descrita no conjunto de documentos, acessados na pesquisa empírica realizada.

O intento de responder à questão de pesquisa requereu procedimento de investigação, que considerou a macropolítica, a macroeconomia, a reestruturação produtiva, a reforma do Estado e a reforma educacional, e, especificamente, o agravamento das contradições e antagonismos entre governo, o SINPROESEMMA, e movimento de oposição sindical dos professores, inerentes à realidade material da Educação Pública Básica no Maranhão.

As questões levantadas foram confirmadas tanto nas falas dos militantes do MOSEP quanto nos documentos pesquisados. Por isso, esses elementos sociais, históricos, políticos e econômicos da educação maranhense são identificados como *locus* de contextualização epistemológica, uma vez que o objeto demandou tais procedimentos para que melhor fosse retratado o elemento central: a criação, a trajetória e a forma de atuação do MOSEP no estado do Maranhão no contexto da base do SINPROESEMMA.

2 De acordo com David Harvey (1998), em função da crise do capital, após uma curva longa de desenvolvimento, o padrão de acumulação sofre alteração. O regime de acumulação fordista/keynesiano do segundo pós-guerra (1945-1974) ou Estado de Bem-Estar Social abre espaço para uma nova fase de acumulação flexível de 1974 aos dias atuais, que traz toda a preconização neoliberal da desestatização contra o protecionismo estatal apoiado pelo ideário neoliberal.

O percurso metodológico desenvolvido reconstrói os processos que influenciaram a organização dos trabalhadores docentes da educação básica maranhense e os elementos que levaram à criação do MOSEP, a se configurar como movimento oposicionista de defesa dos interesses coletivos no ramo do ensino. A elaboração deste trabalho é resultado de pesquisa documental e bibliográfica, mas também se recorreu a fontes orais para esclarecer algum ponto obtuso encontrado na documentação.

A partir do momento em que se desenvolveu a pesquisa, o objeto de estudo, a cada aproximação, ia se revelando, tomando forma e contornos muitas vezes distintos daqueles *a priori* imaginados. Pode-se afirmar que o objeto se revelou autônomo, por isso, enquanto sujeito da pesquisa, nada se pôde a ele acrescentar, em função de sua existência objetiva (o real, o dado, o observável, o mensurável), cabendo reconstituir toda sua trajetória, obviamente, a partir de uma ótica particular, contudo, respeitando a estrutura de um trabalho científico.

Tendo em vista que o papel do pesquisador decorre da sua abordagem teórica e metodológica, problematizando suas inferências e questionando-se se as suas inquirições fazem sentido, para poder captar a realidade não somente como ela se deixa revelar, mas como, por meio dos instrumentos de pesquisa, faz-se revelar em todas as nuances e formas, expressando suas características mais marcantes e singulares. Por isso, a necessidade de estabelecer à tarefa investigativa todo rigor metodológico que o trabalho científico requer. O objeto de análise oportunizou obter conhecimento, impressões, representações que melhor o revelaram e o recompuseram, em função de que o sujeito de pesquisa não cria a realidade, mas a revela.

Para situar o objeto, foi necessário contextualizar a organização da luta dos trabalhadores ao longo de dois séculos na Europa, no Brasil, e no Maranhão. Para inserir o SINPROESEMMA no contexto investigativo, fez-se necessário conhecer como essa entidade se constituiu historicamente, desde sua primeira forma de organização, como Associação de Professores do Maranhão (APEMA) em 1976, até o período recortado pela pesquisa, de 1997 a 2004, como sindicato.

A partir do cenário dos anos 1990, localiza-se e se constitui o objeto de pesquisa, suscitando a questão de pesquisa como questão-problema: até que ponto o agrupamento político de oposição sindical MOSEP, em sua trajetória de atuação, pode ser considerado um movimento vanguardista dentro do contexto da ofensiva neoliberal, promotora das reformas políticas e econômicas que transformaram as políticas públicas e afetaram o trabalho e o movimento sindical? A ofensiva neoliberal objetivava que as instâncias políticas de

organização dos trabalhadores (centrais trabalhistas e sindicatos) superassem a prática reativa/reivindicativa de fases anteriores do Novo Sindicalismo, como na década de 1980, e adotassem conduta diferente.

A conduta almejada para centrais e sindicatos era a voltada à formação de um consenso de um novo projeto de desenvolvimento da sociedade brasileira, sob a perspectiva neoliberal, que permitia a garantia de direitos mínimos e, conseqüentemente, de outro modo de atuação dos sindicatos. Nesse projeto prevalecia uma nova concepção do Estado, a partir de uma perspectiva reducionista, definido de “Estado mínimo”, em que o emprego e os direitos trabalhistas, historicamente regulamentados, passaram intensamente a ser desregulamentados, por isso os trabalhadores precisavam se adequar a esta nova fase.

Enquanto isso, em nível local, no Maranhão, inicia-se um processo similar: o SINPROESEMMA, relativamente, passa a atuar em sintonia com a orientação do governo estadual, nas negociações e acordos, inclusive dos direitos já garantidos no estatuto do magistério estadual. Tal perspectiva apontava para a nova feição sindical, além de que arrefecia a luta pela conquista de novos direitos assinalados na carta constitucional de 1988, e na própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996).

Encaminhamentos tomados pelo SINPROESEMMA estavam subsidiados pelo discurso ideológico da modernização do Estado brasileiro, segundo o qual os direitos e conquistas eram elementos anacrônicos à nova conjuntura da sociedade, regulada pelo mercado – o neoliberalismo, embora a Constituição Federal garantisse tais direitos. Na contramão desse processo, atuava o MOSEP, na perspectiva de construção de uma força contra-hegemônica, nutrida por uma visão utópica orgânica de organização e conscientização dos trabalhadores em educação básica do estado do Maranhão.

De acordo com Eneida Shiroma, Maria Célia Moraes e Olinda Evangelista (2007), por um lado, o Estado revela sua face capitalista e, por outro, não se define como afeito ao caráter social, embora esteja em algum instante à disposição da classe trabalhadora para seu papel alternativo. Diante desse paradoxo, não se pode desobrigar dos comprometimentos com as diferentes forças sociais antagônicas em confronto e disputas, no âmbito das políticas públicas articuladas à estrutura do Estado na sua forma capital, principalmente as de caráter social, que são mediadas pela luta de classes e não apenas por uma luta de categorias.

No mesmo viés, Armando Boito Jr. (1999) afirma que o neoliberalismo (uma feição do Estado capitalista), ao invés de realizar ampliação de direitos, suprime-os, além de substituir políticas sociais de âmbito universal por políticas compensatórias e focalizadas,

dirigidas a grupos sociais específicos, em uma intervenção que descaracterizaria a essência do liberalismo, segundo a qual o mercado deveria regular todas as relações.

Esse contexto estrutural e conjuntural, político-ideológico do Estado mínimo nos anos de 1990 permeou as orientações e recomendações gerais para a definição de políticas educacionais, especialmente para a América Latina e Caribe. Nesse sentido, quem passou a dar as regras, de acordo com Cesar Sanson (2014), não foram os Estados-Nações, mas os fóruns supranacionais do capital, representados por paraestatais como a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) ou ainda os Bancos Centrais, além das Forças comandadas pela banca financeira dos blocos econômicos como o Nafta (North American Free Trade Agreement³) e a União Europeia (EU).

As orientações foram explicitadas em documentos elaborados no início dos anos de 1990, pelos organismos multilaterais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), a Organização Regional de Educação para América Latina e Caribe (OREALC) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), os quais nortearam a elaboração das políticas educacionais,⁴ por exemplo, no Brasil em seus diversos sistemas de ensino.

Em meio a esse conjunto de fatores nacionais e locais, é que surgiu, organizou-se e atuou o MOSEP, desenvolvendo atividades e se caracterizando como fenômeno social local, de vez que buscou explorar as contradições e os antagonismos no governo do Estado, nas políticas educacionais e na base de atuação do SINPROESEMMA e estabelecer a luta contra-hegemônica na educação básica pública, a partir da exploração das contradições imanentes nesses contextos.

O MOSEP foi criado a partir da discordância de parte dos professores com a atuação da diretoria do sindicato e com a organização e gestão da política educacional do Estado do Maranhão. Sua pauta de luta versava desde a valorização e qualificação dos profissionais, até o combate à subcontratação de professores (contrato temporário de trabalho). Segundo Gaudêncio Frigotto e Maria Ciavatta (2001), o contrato temporário de trabalho é uma ação cínica, que expressa verdadeira flexibilização do trabalho, caracterizando-se como

³ O Tratado Norte-Americano de Livre Comércio é um bloco econômico formado pelos Estados Unidos da América, Canadá e México.

⁴ Ver a *Declaração Mundial sobre Educação para Todos* aprovada pela Conferência de Jomtien, na Tailândia, em 1990 (UNICEF, *online*).

precarização e desvalorização do trabalho docente, insegurança de classe e desmonte do coletivo de trabalhadores.

O MOSEP atuava na reivindicação de melhores condições de trabalho, realização de concurso público, cumprimento do Estatuto do Magistério, determinado pela Lei nº 6.110/1994 (MARANHÃO, 1994), reajuste salarial, respeito à jornada de trabalho, formação continuada e melhoria nas relações de trabalho, democratização da escola, redução do número de alunos por sala de aula, necessidade de adequação e aparelhamento das instalações escolares e transparência na aplicação dos recursos, além da disputa pelo aparelho sindical.

Diante dessa conjuntura e de toda sua dinâmica, buscou-se entender como se dava a atuação do MOSEP. Para tanto, investigaram-se quais eram suas concepções político-ideológicas, as estratégias, táticas e as articulações internas e externas, utilizadas para o enfrentamento da política de educação básica, no período de 1995 a 2002, nos dois governos de Roseana Sarney (PFL), e de 2002 a 2004 no governo de José Reinaldo Tavares (PFL). *Pari passu*, analisaram-se as estratégias do governo estadual para defender seus interesses e a participação do SINPROESEMMA nesse contexto.

Buscou-se, assim, investigar a possibilidade da constituição do MOSEP como um instrumento de práxis política orgânica para atuar como vanguarda política na luta sindical, frente à implementação da política pública de educação básica pelo governo estadual e frente ao poder constituído na direção do SINPROESEMMA, considerando em que medida a organização do MOSEP foi capaz de inaugurar espaços de debates, reflexões e disputas políticas no âmbito da Educação Pública Básica estadual, contra os efeitos da política pública educacional implementada e suas consequências sobre as condições de trabalho, carreira e salários dos docentes, na luta pela efetivação de direitos já conquistados e instituição de novos direitos, além da luta em defesa da educação com qualidade social e da democratização da escola pública socialmente justa e emancipadora. Importou pesquisar até que ponto a atuação do MOSEP deu maior poder na correlação de força política entre o governo e a categoria docente, entre a diretoria do sindicato e a organização da categoria dos trabalhadores em educação básica, e em relação à disputa pela diretoria do sindicato.

Nesse sentido, com base no que já foi apresentado como justificativa para a análise do objeto de pesquisa, essas questões problematizadoras exigiram uma perspectiva teórico-metodológica que acompanhasse o objeto, analisando-o em sua dinâmica orgânica e, principalmente, em função de o problema de pesquisa estar situado na Linha da História, Filosofia e Sociologia da Educação.

1.2 Procedimentos de Pesquisa

A perspectiva pretendida para o desenvolvimento desta pesquisa partiu da compreensão, localização, catalogação e análise de fontes secundárias e primárias, tais como matérias publicadas, principalmente, em dois periódicos maranhenses (o jornal O Estado do Maranhão e o Jornal Pequeno). A análise sobre o MOSEP deu-se a partir de: (1) documentos produzidos pelo Movimento (fonte documental primária – como os boletins, panfletos e folhetos); (2) entrevistas com seus participantes mais expressivos – os sujeitos da pesquisa; e (3) documentos produzidos pelo SINPROESEMMA. Essas fontes primárias expuseram elementos comprobatórios para a construção da análise histórico-crítica, constitutivos do lastro teórico-metodológico empírico, e foram fundamentais para a análise do surgimento, da trajetória e da forma de atuação do MOSEP, com vistas a compreendê-lo como expressão de representação dos trabalhadores do magistério no Maranhão, no campo da oposição sindical de atuação orgânica na base do SINPROESEMMA.

A reconstrução da trajetória de atuação política do movimento de oposição envolveu não só o tratamento de categorias como organização de trabalhadores, sindicalismo, e luta, mas também o levantamento empírico dos processos por meio dos quais se deu a organização de defesa dos docentes pelo MOSEP e a atuação do SINPROESEMMA. Sendo assim, o trabalho de tese desenvolvido apresenta discussões teóricas, conceituais e históricas, principalmente em seus dois primeiros capítulos, em que se descreve o histórico da organização dos trabalhadores em termos de fundamentos e princípios.

Trata-se de uma análise que requer a ideia de ciência como processo histórico dialético, que percebe a história também em sua especificidade, sem perder a relação com os eixos estruturais referenciados, entendendo a realidade objetiva como uma totalidade na qual se inscreve a dinâmica do objeto, para compreendê-lo em sua essência a partir de sua aparência e/ou forma. A esse respeito, Karel Kosik (2010) afirma que a essência se manifesta no fenômeno, pois, se assim não o fosse, não existiria uma relação entre ambos, seriam desconectados. Nesse sentido, captar o fenômeno de determinado objeto significa indagar e descrever como o objeto em si se manifesta naquele fenômeno, e como nele se esconde ao mesmo tempo.

É desta forma que o propósito de elaboração de uma análise teórico-metodológica dos fatos históricos se caracteriza como um procedimento dialético contido no materialismo histórico. A aplicação da metodologia histórica torna possível o acompanhamento da

dinâmica própria do objeto em suas conexões intrínsecas para sua revelação na luta de interesses de classes.

Nesse sentido, o método deve propiciar a constituição de uma estrutura analítica para ser capaz de identificar as relações contidas na estrutura social nas quais o objeto se insere, e estas relações podem produzir maiores considerações abstratas a partir do concreto e identificar as singularidades presas às questões mais amplas: questões abstratas a partir do concreto. No campo empírico, dar voz aos atores que compuseram a organização do MOSEP e do SINPROESEMMA possibilitou expor, também, as singularidades das ações motivadoras que se tornaram públicas no espaço de luta e disputa política relativa à categoria dos professores da rede estadual de educação básica do Maranhão.

Justifica-se, pois, o emprego do método dialético, em detrimento de outros tipos de metodologias de pesquisa, devido a este penetrar sob as aparências na busca do movimento profundo (essencial) que se oculta sob o movimento superficial, permitindo, assim, interpretar a conexão dos elementos intrínsecos e extrínsecos e suas contradições (SCHAFF, 1995).

Em relação a método de pesquisa, Frigotto e Ciavatta (2011) afirmam que qualquer que seja o objeto de análise no campo das ciências humanas e sociais que se queira tratar no plano da historicidade, isto é, no campo das contradições, mediações e determinações dele constituintes, deve ser tomado na relação inseparável entre o estrutural e o conjuntural, no seu tempo e espaço. Destarte, o campo objetivo apresentado na sua totalidade deve ser percebido sem que se perca de vista a especificidade apresentada sob a forma de dimensões históricas – o campo prático, empírico, o tecido social e as relações de poder que nele ocorrem.

Na concepção marxista, o método dialético constrói a compreensão e análise das coisas e os conceitos no seu encadeamento; suas relações mútuas, seu nascimento, seu desenvolvimento, sua decadência, ou seja, como fluxo contínuo, por isso, histórico. Tal concepção possibilita compreender não só a singularidade dos microprocessos, mas também o conjunto condicionante que discorda e se relaciona antagonicamente com sua totalidade.

O método é, portanto, uma determinada posição do sujeito (perspectiva) que pesquisa, em relação ao objeto, para extrair dele suas múltiplas determinações, como afirma Adam Schaff (1995). A adoção de uma perspectiva e a natureza do objeto investigado demandaram uma forma de análise que permitisse ver as contradições inerentes ao processo histórico, político, social e econômico que envolveu os elementos singulares de uma dada posição teórico-metodológica a qual se justifica aqui. Por isso, a necessidade de um método capaz de captar as contradições inerentes ao contexto do objeto de análise e acompanhar seu movimento histórico.

A perspectiva dialética parece adequada para tratar de tais singularidades e dos conflitos no campo dos fenômenos sociais, entre trabalhadores da educação, por exemplo, em relação ao Estado e ao conflito dentro da própria categoria de trabalhadores da educação. A dialética apresenta uma orientação para relacionar condições objetivas e subjetivas, a exemplo da formação de subjetividades dos docentes enquanto trabalhadores.

O campo de realização desta pesquisa foi o Maranhão, especialmente, a capital, São Luís, e se desenvolveu por meio de levantamento bibliográfico, documental, nos arquivos do SINPROESEMMA, do MOSEP e nos jornais O Estado e o Jornal Pequeno, além da aplicação de entrevista semiestruturada junto aos militantes das instituições alvo da pesquisa. Configurou-se, assim, a pretensão de elaborar uma abordagem qualitativa com a intensão de desvelar o fenômeno social que se convencionou chamar de associativismo e, posteriormente, sua transição para o sindicato dos trabalhadores em educação pública no Estado do Maranhão e o Movimento de Oposição Sindical na Educação Pública do Maranhão.

A presente pesquisa, por pretender abordar ações que já foram desenvolvidas, envolveu diferentes níveis de trabalho metodológico. Esses níveis configuraram-se como etapas de estudo, cada qual correspondendo a um conjunto de ações como: revisão bibliográfica; pesquisa documental; pesquisa de campo; entrevistas semiestruturadas, que expuseram observações sobre o que os professores diziam e faziam acerca da organização, estratégia e táticas de atuação do MOSEP, do SINPROESEMMA e do Governo local; a análise documental e dos instrumentos da pesquisa de campo; em seguida, a organização de todo material levantado na etapa anterior na forma de texto dissertativo e, por fim, a escrita e as análises necessárias à construção dos argumentos, das ideias e das conclusões configurados nesta Tese.

1.2.1 Coleta de dados através de fontes documentais

Embora as fontes escritas não sejam mais legítimas que outros meios de informação, estão no mesmo nível. Consideraram-se registros documentais: atas, estatutos, cartazes, panfletos, fotografias, jornais, etc. Esses documentos permitiram acessar a constituição das organizações sindicais e de oposição. Portanto, faz-se necessário destacar que as fontes documentais trazem os elementos do seu contexto histórico, ou seja, do seu tempo de produção, das expressões, intencionalidades, constituídos pelo momento histórico em que são produzidos, como assevera Edward Thompson no livro *a Miséria da Teoria ou um Planetário*

De Erros (1981). Assim, são fontes de concepções e possibilitam que se capte a racionalidade política, desde que sejam interrogados de forma adequada.

Dados desta natureza puderam ser encontrados de diversas maneiras. Eles estavam tanto em arquivos públicos, como os da Biblioteca Pública Benedito Leite, em boletins, panfletos e em registros pessoais de sindicalistas e militantes, ex-sindicalistas, pesquisadores locais ou em núcleos de pesquisa que puderam disponibilizar dados sobre o objeto.

Tais procedimentos possibilitaram compreender as múltiplas dimensões, os eixos referenciais, os movimentos, as configurações do objeto e suas implicações a serem identificadas para possibilitar uma percepção ampla e aprofundada da realidade em foco.

1.2.2. As Entrevistas

As entrevistas estão no mesmo patamar de importância das fontes documentais, pois conseguem substituir registros escritos por meio da narrativa oral dos sujeitos que compunham ou que detinham conhecimento sobre a história do sindicato e da oposição sindical, tornando-se fontes importantes de informação. As entrevistas foram registradas em vídeo por ser uma forma mais rica em detalhes.

O contato com os entrevistados para coletar informações foi desenvolvido na exploração do campo de pesquisa. A definição dos entrevistados ocorreu a partir da elaboração de uma listagem de contatos com militantes relacionados a entidades como o MOSEP e ligados diretamente ao SINPROESEMMA. Optou-se pela entrevista semiestruturada por permitir maior flexibilidade no processo de coleta de dados e, metodologicamente, por ser mais adequada a este tipo de pesquisa.

Foram entrevistados 06 sindicalistas e ex-sindicalistas, 04 militantes do MOSEP e 02 ex-militantes do SINPROESEMMA. O critério para escolha dos entrevistados foi a contribuição de cada um ao movimento sindical docente no período político em que atuou como sindicalista ou como militante do MOSEP.

No primeiro contato com os sujeitos da pesquisa, foram explicados os propósitos que regiam o trabalho, os termos de divulgação e a maneira como seriam utilizadas as informações obtidas com a aplicação do instrumento de coleta de dados. Ainda neste primeiro contato, foram marcadas as datas e o local onde seria realizada a entrevista semiestruturada, de acordo com a agenda do informante.

No início do processo da operacionalização das entrevistas, foi lido um termo no qual o pesquisador informou aos sujeitos detalhes do processo de utilização e divulgação para que

o entrevistado pudesse manifestar-se contra ou a favor. Entendeu-se por favorável a concessão de entrevista, concordância com o termo de utilização, que foi entregue ao pesquisado, lido e assinado o termo.

Na entrevista houve um roteiro básico utilizado em perguntas tidas como fundamentais e que não poderiam deixar de ser aplicadas. A dinâmica do processo fez com que surgissem questões que poderiam necessitar de aprofundamento nas inquirições por parte do pesquisador: a fonte oral. O roteiro básico das entrevistas e o termo de uso das informações coletadas encontram-se nos anexos A e B desta tese.

1.3 A perspectiva de organização e análise dos dados

A análise das informações coletadas por meio das fontes e dos instrumentos de pesquisa, citadas nos itens 1.2, 1.2.1 e 1.2.2, se desenvolveu a partir do trato do conteúdo, da enunciação das informações dos sujeitos, nos quais situam os indicadores, as categorias e as inferências concernentes à investigação para expor o objeto de análise nas suas singularidades e vertentes.

A tese está ordenada em seis capítulos: o primeiro trata da história do movimento sindical no âmbito internacional e dos fundamentos e princípios da organização dos trabalhadores nos países da Europa, e no Brasil. No terceiro e quarto capítulos, volta-se a atenção para o nível local: estuda-se a atuação política dos professores no Maranhão, a história da Oposição Sindical e a história do SINPROESEMMA. Por fim, no quinto e sexto capítulos, aborda-se a atuação da Oposição Sindical.

Esta pesquisa pretende contribuir, portanto, com a produção de conhecimento relativo à Oposição Sindical na Educação Básica do Maranhão e ao sindicalismo docente no Maranhão, com a ampliação de conhecimentos acerca da organização de trabalhadores no magistério em um estado da federação que apresenta um dos mais baixos indicadores educacionais e socioeconômicos brasileiros.

2 ORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA: fundamentos e princípios da luta de classe empreendida pelo proletariado

A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história de
lutas de classes
(MARX; ENGELS, 2008, p. 40).

Neste capítulo, o objetivo é abordar os fundamentos, os princípios teórico-filosóficos e históricos da organização dos trabalhadores na Europa do século XIX, com vistas a sua organização e luta enquanto classe, por emancipação política e humana – tem essa luta um viés ideológico, centrado no marxismo que concebe a organização dos trabalhadores como escola de estratégia revolucionária, como guia para a ação do proletariado de todo o mundo, uma referência histórica e programática a toda luta pela emancipação do trabalho e do homem do jugo do capital. Para tirar o proletariado da condição de classe em si a classe para si, é mister explorar as contradições de certas condições dadas, o que ocorre no antagonismo entre capital e trabalho. Dessa forma, a classe operária torna-se vanguarda política de sua própria luta, no contexto da sociedade capitalista e na construção de outro modo social, por uma nova ordem de coisas – o comunismo como conquista da emancipação humana plena. Nesse sentido, no *Estatuto da 1ª Internacional* (1864), Marx afirmava que “a emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos próprios trabalhadores”.

Partindo desse princípio, fez-se o levantamento de textos que atendem os objetivos deste capítulo, em relação à temática de perspectiva revolucionária, de perspectiva vanguardista, bem como do sindicalismo. Assim, os estudos sobre o trabalho e sua consequente organização são de grande relevância para a compreensão das transformações sociais e econômicas por que passaram determinadas sociedades, bem como as formas segundo as quais os trabalhadores encontraram para se organizar politicamente, contra a opressão do capitalismo e fazer lembrar os interesses fundamentais do proletariado – sua emancipação política e, especialmente, humana.

Os princípios do método contidos nas obras de Marx e Engels, por exemplo, possibilitam trabalhar com a perspectiva histórico-social como uma categoria que, metodologicamente, permite acompanhar o movimento, as contradições e as relações dos fenômenos, condicionados por um determinado desenvolvimento das forças produtivas e das relações que correspondem em dado contexto às mais amplas formas que podem tomar. Por isso, é necessário compreender o fenômeno ligado a suas condicionantes históricas por meio

de uma digressão histórica importante para compreender o objeto de pesquisa nas suas interações contextuais, da organização proletária, ou seja, na perspectiva dos de baixo¹.

Nesse sentido, entende-se que os fundamentos e os princípios da luta entre capital e trabalho podem ser evidenciados no que Engels aponta na obra sobre *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* (1845). Trata-se de uma referência que leva às origens da organização política dos operários, situados em suas condições materiais de vida no século XIX, uma análise realizada entre 1842 e 1844, com apenas 24 anos, durante sua estada em Manchester e Liverpool, então o coração da Revolução Industrial. O texto retrata o momento em que a indústria se encontrava na transição do primeiro para o segundo ciclo da transformação da produção material. O surgimento da classe operária como uma nova classe revolucionária, a evolução de suas lutas e seus movimentos organizados, dentre eles os sindicatos, ficam bem evidentes na referida obra.

Nessa época, os trabalhadores viviam em situação de penúria em função da perda de seu meio de trabalho (o tear, a terra) provocada pela industrialização. Despossuídos desses meios, só lhes restava a posse de sua força de trabalho, que também era perdida ao ser vendida ao industrial. Essa é a verdadeira subsunção do trabalho ao capital, que muda totalmente a configuração social inglesa, estabelecendo uma nova sociabilidade, a partir de uma transformação econômica (estrutural), no âmbito da superestrutura, social e política, configurada em condições materiais diferentes das até então existentes.

Como afirma Marx, em *A Miséria da Filosofia* (1847), nessa nova fase em que a produção é industrializada, o desenvolvimento da indústria amplia proporcionalmente a demanda por mais mão de obra – assim, tão rápido quanto o aumento da indústria foi o aumento do proletariado, formando uma massa gigantesca de despossuídos dos meios e dos bens de produção. Isso torna a indústria potencialmente um verdadeiro centro de organização, onde poderia a classe trabalhadora reunir suas forças para a ação contra sua exploração em coalizões.

Diante de tal contexto, em todos os ramos, constituíram-se organizações sindicais que encontraram união na Nation Association of United Trade (Associação Nacional dos profissionais Unidos) Trade-Unions² (Associações Sindicais), com o objetivo declarado de se proteger contra a tirania e o descaso dos patrões. As organizações associativas e sindicais se

¹ De acordo com Jim Sharpe (1992, p. 44), um filósofo marxista, todos aqueles que escrevem a história vista de baixo, assim o fazem na sombra da conceituação marxista da história.

² Criada em 1845, desenvolveu e se mobilizou para defender melhoria na legislação fabril e nessas condições de venda da força de trabalho. Existiu até o início dos anos 1960, mas desde 1851 não desempenhou mais qualquer papel importante no movimento sindical.

espalharam por vários países. Nos países ocidentais, sobretudo na Europa, houve grande mobilização de atividades associativas e sindicais em defesa das melhores condições de trabalho, de salário e de vida – o que culminaria em greves e lutas econômicas. Os sindicatos já eram entendidos como escola de guerra, por isso eram um instrumento indispensável à luta pela emancipação da classe operária.

Devido ao desenvolvimento industrial, no contexto inglês, surgiram, além da categoria dos operários das fábricas, duas outras categorias de operários – os operários das minas (mineiros) de carvão e os de metais. Mas outras frações da classe operária também se formaram como os da agricultura (operários agrícolas). Vale observar que o grau de consciência mais elevado dentre essas frações estava ligado ao proletariado da indústria – cujos integrantes eram denominados de operários fabris – que organizou o movimento operário, enquanto as outras categorias aos poucos foram se ligando a esse movimento em função da própria organização industrial, passando do sindicalismo de ofício, do período medieval, ao sindicalismo industrial que agrupava os trabalhadores segundo o ramo de atividade industrial.

Diante desse cenário de industrialização e exploração da força de trabalho, Engels (2010, p. 247) afirmava que os operários deveriam lutar contra os interesses da burguesia enquanto tal, que consistia precisamente em sua exploração. Nesse contexto, as primeiras associações operárias foram formadas por ex-artesãos – por isso, sindicato de ofício – isto é, por trabalhadores profissionalmente qualificados (marceneiros, pedreiros, pintores etc).

Contudo, a predominância do sindicalismo industrial sobre o sindicalismo de ofício assinalou igualmente modificação nas táticas e nas formas de luta das associações operárias. Desta forma, o operário só pode afirmar sua própria dimensão humana pela oposição contra todas as condições de vida impostas a ele. Precisamente, nessa oposição, os operários se mostravam mais sintonizados e, por consequência, mais aptos a travarem uma luta política contrária à ordem capitalista.

O grande desafio era o proletariado ser capaz de se organizar em torno da defesa de suas condições de trabalho e de vida. Não eram os meios de produção que deveriam ser atacados, mas as relações de classe e de trabalho geradas pela forma de produzir a riqueza que ocorria no chão da fábrica – esse era um princípio fundamental a nortear a luta proletária. Naquele momento histórico, os operários foram desafiados a se organizarem contra a exploração capitalista, mais aviltante e degradante. Daí se impôs ao proletariado inglês o desafio de ordenar sua própria organização de classe, de mesmo caráter das corporações de

ofício, mas sob outro regime de produção, por isso foram importantes as coalizões em defesa dos salários e dos direitos contidos na *Carta do Povo*.

De acordo com Engels (2010, p. 250), para a concretização da organização do proletariado inglês, foi imprescindível o direito à livre associação, também denominada de coalizão, tal perspectiva foi uma das primeiras formas de regular a relação entre capital e trabalho e a determinante para a conquista do salário. Assim, foi instituída uma lei:

[...] aprovada pelo velho Parlamento [...]. A lei em questão, aprovada em 1824, anulava todas as disposições precedentes que, até então, proibiam aos operários associar-se para a defesa de seus interesses. Os operários conquistaram assim um direito que, até esta data, era um privilégio reservado à aristocracia e à burguesia: a liberdade de associação (ENGELS, 2010, p. 249).

Nesse período, foram tentadas diversas formas de organização (coalizão), por categoria e, em 1830, foi criada uma Associação Geral dos Operários de auxílio mútuo que reunia todas as categorias do reino com organizações específicas para cada categoria, mas esse tipo de organização se mostrou limitada. Contudo, afirma Engels (2010, p. 251), era através dela que o proletariado inglês lutava, embora os esforços não pudessem mudar a lei econômica segundo a qual o salário, no mercado de trabalho, é regulado pela relação entre a demanda e a oferta, a organização dos trabalhadores como classe, respaldada por lei desde 1824, conferir-lhe-ia a disposição para empreender as reivindicações em sua defesa de forma prática.

Vale sublinhar que a organização dos trabalhadores na Inglaterra, por meio das associações trade-unionistas (sindicatos), mostrou-se um mecanismo importante na luta de classe empreendida pelos operários contra os industriais capitalistas. A National Association of United Trades, por exemplo, cujo comitê central tinha sede em Londres e que contava com 80 mil membros, foi o ponto de união dessas associações. Essa forma de organização culminou com a luta política dos operários, os quais, conseqüentemente, formaram um partido político com a denominação de cartista³. Engels (2010, p. 271) chamava a atenção para o fato de que o movimento operário estivesse dividido entre cartistas e socialistas, ou seja, em duas frações, e era fundamental observar a distinção entre ambos:

Os cartistas são de longe os mais atrasados e menos evoluídos; mas são proletários autênticos, de carne e osso, e representam legitimamente o

³ Como Marx (1985, p. 158) definiu: o cartismo é assim denominado em função de suas reivindicações básicas contidas na Carta do Povo. Trata-se do movimento político que empolgou os trabalhadores ingleses entre os anos 30 e 50 do século XIX. Todavia, travavam uma luta meramente econômica atrelada à melhoria das condições de trabalho, dentro do próprio sistema de produção capitalista.

proletariado. Os socialistas têm horizontes mais amplos, apresentam propostas práticas contra a miséria, mas provêm originariamente da burguesia e, por isso, são incapazes de se amalgamar com a classe operária. A fusão do socialismo com o cartismo, a reconstituição do comunismo francês em moldes ingleses, será a próxima etapa e ela já está em curso. Quando estiver realizada, a classe operária será realmente senhora da Inglaterra. Até lá, o desenvolvimento político e social seguirá seu curso, favorecendo esse novo partido, esse progresso do cartismo.

Assim, foi importante a organização do cartismo na luta pela emancipação política do proletariado inglês, embora fizessem a defesa da *Carta do Povo*, eram autênticos defensores dos interesses do proletariado do ponto de vista econômico.

No contexto da organização industrial, as fábricas concentravam num só lugar uma multidão de pessoas desconhecidas umas das outras, no entanto, isso possibilitava maior possibilidade de organização da luta. Contudo, Engels (2010, p. 253) entendia que a concorrência dividia os interesses do proletariado entre os que verdadeiramente lutavam a favor e os fura-greves, que tinham o apoio dos capitalistas. Porém, a defesa dos salários, interesse comum, unia-os numa ideia de resistência e de coalizão, nas trade-unions (sindicatos por indústrias), de forma permanente contra os patrões.

Entretanto, essas associações e as greves que elas organizam adquirem uma importância específica na escala em que representam a primeira tentativa operária para suprimir a concorrência - o que pressupõe a consciência de que o poder da burguesia se apoia unicamente na concorrência entre os operários, isto é, na divisão do proletariado, na recíproca contraposição dos interesses dos operários tomados como indivíduos (ENGELS, 2010, p. 253).

Engels (2010, p. 253) observava que, ao atestar que a concorrência não existia apenas entre os capitalistas mas também entre os próprios trabalhadores, os sindicatos seriam os primeiros esforços dos trabalhadores para suprimir essa concorrência entre si e os via como um instrumento importante para conter a ânsia dos capitalistas e realizar uma luta coletiva, pois:

No que diz respeito às causas de menor importância e cujo efeito não é generalizado, eles podem muito. Se o industrial não contasse com uma oposição concentrada e maciça da parte dos seus operários, baixaria gradualmente, cada vez mais, os salários, para aumentar o seu lucro; a luta que tem de manter contra os seus concorrentes, os outros industriais, obrigá-lo-ia a isso e em breve o salário atingiria o seu nível mínimo (ENGELS, 2010, p. 251-252).

Portanto, essa coalizão, essa organização da luta se materializa nas greves, sendo que as paralisações eram principalmente contra a redução do salário, a favor da redução da jornada de trabalho para 08 horas diárias, pela recusa patronal de coibir abusos ou de

melhorar instalações, contra a introdução de novas máquinas, e por relações de produção mais dignas – na afirmação de Engels (2010), as lutas organizadas pelo proletariado, o desenvolvimento dos movimentos grevistas ameaçava a aparente harmonia entre as classes, ou seja, as greves, mesmo sem alcançar seu objetivo final, assumiam um caráter pedagógico para os trabalhadores, pois o silêncio do proletariado equivaleria à aceitação das condições de vida e do direito da burguesia de explorá-los de forma desmedida. Além disso, as greves, ainda que “não decidindo nada definitivamente, são a prova mais segura que a batalha entre o proletariado e a burguesia se aproxima [...]. São a escola de guerra dos operários, onde se preparam para o grande combate” (ENGELS, 2010, p. 258). Quer dizer, constituíam uma espécie de centro de organização onde a classe operária agrupava suas forças para então receber a primeira educação de classe.

Nesses termos, faz-se necessário trazer a lume a definição de Marx (1985): a principal razão, a base lógica do sindicato na relação de venda da força de trabalho é o capital. Isto é, os sindicatos seriam o instrumento de união dos operários para se colocarem em igualdade de condições com a estrutura do capitalista. Afirma ainda que a união dos trabalhadores é mais importante que os salários, o que carrearía às associações um caráter eminentemente político, superando a luta meramente econômica que representa as trade-unions.

Assim, a principal razão que faz existirem os sindicatos, segundo Marx (1985), é o princípio fundamental que norteia a organização dos trabalhadores no campo econômico imediato: explorar a contradição entre o capital e o trabalho, entre a postura do capitalista de visar ao lucro e o valor da força de trabalho. Os sindicatos têm por fim a função de impedir que o nível dos salários desça abaixo da soma nos diversos ramos da indústria e que o preço da força de trabalho caia abaixo de seu valor.

Outra fundamental razão da união dos operários, para além da dimensão econômica, é a dimensão política, que deve ser tomada como fundamento de que derivam os princípios de organização coletiva dos operários. A esse respeito, sobre as condições jurídicas na Inglaterra, as que configuravam na constituição a atuação do Estado frente ao surgimento da industrialização desenvolvida pela burguesia capitalista e os direitos dos operários, Engels afirmara que:

É claro que, para o burguês, a lei é sagrada: trata-se de obra sua, votada com sua concordância, produzida para protegê-lo e garantir seus privilégios; ele sabe que, embora uma lei singular possa prejudicá-lo eventualmente, o conjunto da legislação assegura seus interesses e sabe, sobretudo, que o caráter sagrado da lei, a intangibilidade da ordem social consagrada pela participação ativa da vontade de uma parte da sociedade [burguesia] e pela

passividade da outra [proletariado], é o sustentáculo mais poderoso de sua posição social (ENGELS, 2010, p. 269).

Em 1838, de forma ainda mais organizada, surgiu também em Londres o cartismo (partido operário inglês) como representação da união da luta econômica vinculada à luta política. Esse movimento representava uma evolução da forma-sindicato e se traduziu na experiência seminal da forma-partido político. A conquista do parlamento, a princípio, não se constituiria num fim em si mesmo, mas simbolizava um meio para a emancipação política pelo controle do Estado.

Fica, portanto, o exemplo dos proletários ingleses para o empreendimento e construção da luta contra o capitalista, o burguês, que, se não for obrigado, por si mesmo não respeita direitos dos trabalhadores. Sendo assim, observa Engels (2010), o proletariado não pode conquistar o poder por meio das leis promulgadas pela burguesia, porque estas estão a serviço do burguês e seus prepostos, incrustados nos parlamentos – é por isso, que o movimento cartista estava ligado diretamente à defesa desses direitos, vale observar o que significava o movimento cartista: um movimento político da classe operária inglesa que, a partir da *Carta do Povo*, fazia referência a uma série de exigências democráticas como direito do voto e mudanças no sistema eleitoral, todavia, por dentro da ordem capitalista, o que terminava por amenizar a exploração. Isto é, a participação na elaboração do conjunto das leis a que os trabalhadores estavam submetidos arbitrariamente poderia atenuar os efeitos das crises periódicas do capital, sob as quais os sindicatos demonstravam não deter nenhum controle, mas era preciso unificar a luta dos sindicatos (econômica) à luta política, o que tentava fazer o cartismo.

Ainda sobre a organização da classe operária, Marx na obra *a Sagrada Família* (1844), polemizando com os irmãos Bauer, questionava a atuação dos trabalhadores nas sociedades beneficentes e apontava, com o levante na Silésia, o caráter vanguardista do proletariado, ou seja, o caráter político com vistas à dimensão humana – o que dadas as lutas específicas dos sindicatos e suas limitações não poderiam alcançar, por isso o cartismo apresentava uma perspectiva mais ampla da luta dos proletários. Nesse texto, Marx (2011b) afirmava que era preciso que a classe operária se organizasse e realizasse lutas mais amplas visando a um projeto político que traduzisse os interesses universais da classe trabalhadora contra o Estado representante dos interesses da classe hegemônica econômica e politicamente – a burguesia.

Esses dois fundamentos marxianos, o embate econômico imediato e o político, referendam a luta e a organização dos operários. É mister destacar que tais fundamentos se confrontam com a perspectiva cartista de reforma do Estado burguês, que lhe daria o poder

político, mas somente a possibilidade de emancipação limitada, somente emancipação política, não econômica. Assim, a partir de 1842, os sindicatos ingleses terminaram por abdicar progressivamente e em caráter praticamente irrevogável de lutas políticas e regressaram às estreitas pautas econômicas.

Diante de tal fato, fica claro que a luta deveria ser empreendida no campo político, ou seja, no âmbito do governo e do Estado burguês, para explorar todas suas contradições e não apenas no ciclo das fábricas – o que levava à eleição de seus representantes no parlamento, entretanto essa postura não era de ruptura revolucionária com o sistema, mas de adequação ao Estado burguês e, portanto, não levaria à efetiva emancipação humana, portanto, a política deixou de ser um meio de transformação social e tornou-se um fim em si mesmo. Contra essa perspectiva, Marx (1985) aponta à necessária ruptura da ordem burguesa, o que tornava o principal fundamento norteador da organização dos trabalhadores, com vistas à conquista do comunismo como modo societal. Fica posto que a luta meramente econômica, até certa medida, tinha seu valor, contudo não era a batalha principal do proletariado organizado.

Marx (1985) alertava que a luta econômica não deveria ser desprezada, mas seria um erro fazer dela um fim em si, pois a verdadeira luta, a que realmente interessava ao operário, era a luta pela libertação, a luta pelo fim da exploração capitalista, mais precisamente pela abolição do trabalho assalariado. Com a capitulação do movimento inglês e forte inclinação à direita, o movimento se volta à França, dado o seu desenvolvimento industrial, inclusive com atração de milhares de trabalhadores alemães, criando um novo cenário da organização política proletária, por meio das sociedades de ajuda mútua e das sociedades comunistas secretas (primeiro Liga dos Justos e depois Liga Comunista) em função de ser uma prática ainda ilegal na França: somente em 1864 se estabelece lei que reconhece a coalizção dos operários.⁴

Marx e Engels (2008), com o objetivo de formular uma proposta de organização política dos trabalhadores para a comunidade comunista secreta, a Liga dos Comunistas Alemães (1848 e 1849), elaboraram o *Manifesto do Partido Comunista* (1848)⁵, que funciona

⁴ Na França, Napoleão III começou a relaxar as leis antissindicais. Nessa época, em 1864, ocorreu a votação da Lei Olivier, que, embora limitada, reconhecia o direito de coalizção dos operários (Napoleão III esperava usar os operários como contrapeso contra a crescente oposição liberal) (ALVES, 2003, p. 182).

⁵ O *Manifesto do Partido Comunista* foi escrito no meio do grande processo de lutas urbanas das Revoluções de 1848, chamadas também de Primavera dos Povos, um processo revolucionário de quase um ano que atingiu os principais países europeus e é uma análise da Revolução Industrial contemporânea a ela. A Liga dos Justos, fundada em 1836, foi uma associação dos trabalhadores, primeiramente composta na sua maioria por alemães, depois alcançou dimensão internacional, "uma

como uma espécie de tratado, um postulado de tática da luta política do proletariado, e, portanto, uma original contribuição ao movimento operário de todo o mundo.

No *Manifesto*, afirmavam que o Estado é o comitê executivo da burguesia e todas suas instituições se ordenam alinhadas à estrutura e superestrutura e, por isso, não haveria motivo para a burguesia reclamar: ela detém, além da propriedade privada dos meios de produção, o próprio Estado, que é a representação política de seus interesses (MARX, ENGELS, 2008).

Dessa forma, é que conclamavam a arregimentar a classe trabalhadora do mundo a unir-se na guerra do Trabalho contra o Capital, porque entendiam que os operários seriam a classe revolucionária e apontavam duas pré-condições para que a ruptura do poder burguês permitisse a revolução proletária na Inglaterra devido às condições materiais: alto grau de desenvolvimento das forças produtivas e a existência de um proletariado numeroso. Por isso, Lênin (1961a, *online*) afirmara, na coletânea de artigos *Sobre os Sindicatos*, que Marx determinou a tarefa essencial da tática do proletariado em rigorosa correspondência com todas as premissas de sua concepção materialista e dialética do mundo. E, por isso, a luta na forma-sindicato não seria o fim em si mesmo que devia ser exaltada, mas o meio que merece destaque pelo valor moral que agrega na luta por uma sociedade justa e igualitária.

Assim, Lênin (1961a, *online*) alertava sobre as condições dos trabalhadores, sob as relações concretas no contexto contraditório do capital, quer dizer: “Sua luta contra a burguesia começa com sua própria existência” (MARX; ENGELS, 2008), enquanto proletário na superação do regime de acumulação primitiva ao regime industrial. Nesse sentido, o operariado, tomando consciência de sua situação em si para o estágio de classe para si, tenderia à capacidade de se organizar e lutar contra a opressão, e, ao tomar conhecimento do contexto social e histórico em que estava inserido, traçaria seus objetivos, suas estratégias e táticas de luta como classe de vanguarda, para lutar pela ruptura social e, conseqüentemente, por sua emancipação política e humana. Sua organização, nessa perspectiva, é ainda maior, pois toma um caráter político e transnacional, já que a subjugação ao capital o despojara de qualquer nacionalismo.

Desta forma, para Marx e Engels (2008), a intenção era organizar o proletariado como classe social, como força potencialmente revolucionária, capaz de reverter sua precária situação econômica e social, não só na Europa. Assim, os autores descrevem os vários tipos de pensamento comunista, bem como definem o objetivo como fundamento e os princípios do socialismo científico que objetivava organizar a classe trabalhadora, isto é, a união entre os

sociedade comunista secreta". O congresso da Liga aconteceu em Londres, em 1847. Esboçado em alemão, em 1848 (MARX; ENGELS, 2008).

operários, na intenção de desenvolver a consciência, a força e a capacidade combativa dessa classe avançada, acentuando a união transnacional, em detrimento do nacionalismo.

Todas as experiências dos trabalhadores, isto é, do movimento operário inglês com as associações (coalizões e sindicatos), e sociedades de socorro mútuo, ou os alemães com a Liga dos Comunistas e os franceses com a Comuna de Paris (1871), compreendidas como iniciativa revolucionária das massas, apesar de sua limitação e capitulação, foram importantes instrumentos de batalha contra a exploração do capital. E, portanto, são experiências históricas de enorme valor, que demonstram a importância da organização sindical dos trabalhadores, tanto do ponto econômico quanto do político, como sujeitos coletivos no campo da luta de classes no seio das contradições do capitalismo.

Nesse sentido, na Europa, motivado pela situação em que se encontrava, o proletariado é levado a perceber a necessidade de se associar, o que Marx já defendia em *A Miséria da Filosofia* (1847), em específico, no que se refere às greves e às coalizões dos operários, ressaltando o papel que cumpririam as comunas para que a burguesia se constituísse como classe e se libertasse dos senhores feudais. Os trabalhadores organizados, portanto, passariam a negociar as suas condições de trabalho de uma forma muito mais elaborada.

Com isso, ressurgem os sindicatos, associações inglesas que têm por objetivo educar a massa, equilibrar as forças antagônicas no seio da sociedade capitalista, isto é, equiparar-se de alguma maneira aos capitalistas, não só no momento da luta econômica, negociação de salários e condições de trabalho, e impedir que o operário seja obrigado a aceitar o que lhe for imposto pelo empregador, mas na luta política, pois os embates econômicos se faziam apenas os efeitos da exploração capitalista e não enfrentavam a causa – o capital, por isso tinham limites as lutas corporativas centradas nos salários, por isso a necessidade de sua internacionalização.

Em meio ao novo contexto de entrelaçamento dos laços entre operários ingleses (trade-union) e sindicatos operários franceses, visando à luta por obtenção de direitos políticos para os operários organizados e por causas internacionalistas, surge a Associação Internacional de Trabalhadores (AIT) – fundada em 28 de setembro de 1864,⁶ em Londres, o

⁶ Foi no comício sobre a Polônia que George Odger, secretário do London Trade Council, foi incumbido, pelos demais líderes dos sindicatos de Londres, de redigir uma mensagem “aos operários da França e aos trabalhadores da Inglaterra.” A mensagem propunha a fundação de uma Associação Internacional para promover a paz e fomentar os interesses comuns das classes operárias de todos os países. Os franceses redigiram uma resposta. Enfim, foi marcado um encontro, no St. Martin’s Hall, para o dia 28 de setembro de 1864, para serem trocadas mensagens. Foi durante esse encontro que foi fundada a Internacional WorkingMen’s Association - Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) (ALVES, 2003, p 183).

que se consagrou como sendo a 1ª Internacional e que existiu entre 1864 e 1876. Marx nessa época vivia em Londres, foi indicado para elaboração dos Estatutos e Declaração de Princípios, contando com a colaboração de Engels, além de ter sido o responsável pela mensagem inaugural na data de sua fundação. De acordo com Giovanni Alves (2003, p. 183), Marx defendeu o caráter político da AIT, negando que ela tivesse, mesmo em seus primórdios, um caráter trade-unionista.

O primeiro congresso da 1ª Internacional foi realizado em 1866, em Genebra, oportunidade em que foi aprovada uma resolução sobre os sindicatos após uma luta intensa com os Proudhonianos, que se colocavam contra os sindicatos, as greves e os trade-unionistas, que queriam limitar as ações dos sindicatos à luta econômica (salários, jornada de trabalho) e contra os anarquistas – representados pelo russo, Mikhail Bakunin. Portanto, essa resolução expõe a concepção de Marx e Engels, segundo Alves (2003, p. 183), sobre o papel da luta sindical e sobre a organização internacional dessa luta, para além da esfera econômica, assegurada no Preâmbulo e nos Estatutos Gerais originários (MARX, ENGELS, 1981, p. 260), a fim de que ela fosse meio e que extrapolasse a luta pela conquista do poder político por parte da organização da classe operária. Em contrapartida, Marx demonstrava os limites do movimento sindical. Vale a observação de que na 3ª internacional⁷, em 1919, parte dessa resolução será revalidada.

Marx e Engels (1981, p. 137, tradução do pesquisador), afirmavam que:

O novo na Internacional era que havia sido fundada pelos próprios operários e para os operários. As demais organizações diferentes da Internacional haviam sido fundadas por elementos radicais das classes dominantes para as classes trabalhadoras; a Internacional, pelo contrário, havia sido fundada pelos trabalhadores e para eles mesmos.

Dito isto, na contramão dessa perspectiva da função dos sindicatos e da organização internacional do proletariado, os sindicatos, no último quarto do Século XIX, em função de um período de prosperidade econômica, fortaleceram-se e, por consequência, desenvolveram uma burocracia sindical tendente aos interesses da burguesia. Ao mesmo tempo, a burguesia reconheceu o direito de associação e depois tentou cooptar os operários, tornando-os alinhados a seus interesses. De acordo com Marx e Engels (1981, p. 239), para que a fundação da Internacional chegasse a ser uma possibilidade, o proletariado necessitaria superar a fase de desenvolvimento da organização proletária.

⁷ Vito Giannotti (2007, p. 41) destaca que o nome de 1ª, 2ª e 3ª Internacional foi cunhado por Lênin.

Nesse processo de organização da luta proletária, Lênin tece considerações no artigo *Sobre as Greves* (1889), afirmando que, contra a exploração do capitalista e de todo estado de coisas de tempos pacíficos que leva à burocratização da organização do proletariado, a única atividade em defesa de seus direitos e de sua família era a resistência coletiva por meio da greve, ou seja, uma resistência conjunta dos operários seria sua salvaguarda. Naquele momento, a necessidade das greves na sociedade capitalista era reconhecida por todos os países europeus, onde a lei não proibia a declaração de greves. Afirmava ainda que quando os operários enfrentam os patrões sozinhos se tornam verdadeiros escravos, mas, quando os operários levantam juntos suas reivindicações, convertem-se em homens e começam a exigir que seu trabalho não sirva somente para enriquecer a um punhado de parasitas, mas que permita aos trabalhadores viverem como pessoas (LÊNIN, 1961c, *online*).

Toda essa situação constitui-se assim, no início do século XX, o dilema entre as organizações partidárias e sindicais de cunho revolucionário e os reformistas liberais da socialdemocracia, principalmente em território alemão, que defendiam as reformas graduais na sociedade capitalista, conformando as organizações sindicais dos trabalhadores a uma estreiteza de horizonte, atuando como reguladores da produção e dos preços, postura resultante de uma fase pacífica e de prosperidade econômica, que concorda à fase do capitalismo concorrencial que sucede o capitalismo monopolista.

Na esteira da continuidade da luta contra a estrutura da sociedade capitalista, ressurgiu o debate trazido por Lênin (1902⁸) e Luxemburgo (1906), referenciado nos fundamentos desenvolvidos por Marx e Engels (1848) – o partido, como instrumento necessário a se somar à luta revolucionária junto aos sindicatos e à própria AIT, como organização superior dos proletários. O ciclo de lutas, portanto, encerra-se em 1871, com a Comuna de Paris, um levante revolucionário que tomou de assalto os céus, durando exatos 72 dias, orientado à emancipação humana em meio a uma recessão econômica, saudado por Marx em uma carta à Kugelmann na obra *A guerra civil na França* (MARX, 2011a).

No início do século XX, a controvérsia que se instaura, reside na questão de resgatar os fundamentos e os princípios do socialismo científico, desenvolvido por Marx e Engels no seu construto teórico e na própria constituição prática das Internacionais I e II, convergente à perspectiva revolucionária, e o papel da classe trabalhadora como vanguarda política dessa perspectiva; por outro lado, as medidas reformistas defendidas pela ala liberal da

⁸ O original de *Que fazer?* foi escrito no outono de 1901 a fevereiro de 1902 e publicado como livro em março de 1902, em Estugarda.

socialdemocracia, de total independência do partido socialdemocrata, tornava os sindicatos correias de transmissão dos interesses da burguesia.

Lênin (1979, p. 45), ao considerar a forma-sindicato atrelada à forma-partido, atualiza as ideias de Marx e Engels, por isso, no seio dessa controvérsia, apresenta uma clara hierarquização entre o partido (a vanguarda política) e o sindicato, em cuja base estariam as massas trabalhadoras. Para o autor (1979, p. 45), ao partido, competiria a organização e direção da luta de classe, já a intervenção sindical ou econômica se expressaria na luta coletiva dos operários contra os patrões, para alcançar condições um pouco mais vantajosas para a venda da mercadoria chamada força de trabalho.

Lênin (2010) descreve a relação entre o consciente e o espontâneo, entre a luta “trade-unionista”, ou seja, sindical-reformista, e a consciência socialista – eis o diferencial para a organização da luta dos trabalhadores – e permite a conclusão de que o sindicato deve ser entendido como meio; o partido político, por seu turno, seria o fim. Portanto, os dirigentes sindicais deveriam organizar a massa de trabalhadores por meio da vanguarda política, na perspectiva de superar sua condição espontânea, contida na luta econômica em desprezo da luta revolucionária. Partido e sindicato deveriam separar-se da concepção socialdemocrata, que tinha arrefecido a perspectiva revolucionária.

Para Lênin (2010), ao trabalhador lhe restava a organização coletiva, não só no âmbito do sindicato, tampouco voltada apenas para a luta econômica, por isso afirmava que o sindicato deveria ser “escola de socialismo”, um instrumento para a luta tanto imediata como mais ampla: o fim da sociedade de classes e a emancipação humana. Para tanto, o sindicato deveria estar sob a orientação e a organização da política revolucionária do partido, com o pensamento alinhado fielmente aos fundamentos e princípios marxianos para garantir os interesses da classe proletária contra os interesses da burguesia capitalista. A consciência política de classe, por esse viés, deve ser trabalhada com o operário, em uma dimensão para além da luta econômica, do exterior da esfera das relações entre patrões e operários – o que os sindicatos em geral priorizam –, mantendo tanto a luta sindical (econômica) quanto a luta socialista (política).

Para Lênin (1979, p. 124), na perspectiva de organização revolucionária, o sindicato é visto como uma camada intermediária, um aparelho instrumental, que o autor denomina de “Correia de Transmissão” dos interesses revolucionários, consagrada na implementação das políticas do partido para as massas, na forma de uma “escola de socialismo”, a partir de uma perspectiva revolucionária segundo a qual a teoria e a ação contribuiriam para a práxis

revolucionária, um ato consciente, que parte de um ato espontâneo individual em direção a uma ação orgânica organizada, como ato pensado.

O pensamento dialético de Marx e Engels, aplicado por Lênin (2010, p. 40), em sua análise da Rússia de 1905, sufocada pela tirania czarista, era de que o “elemento espontâneo” das massas é como o “embrião da consciência” só se põe como tal, ou seja, a consciência de classe só pode brotar das ações espontâneas, se o partido estiver preparado como organização de vanguarda da classe operária, o que significa estar em condições de fazer de seu programa (de suas estratégias e táticas) os próprios objetivos do proletariado.

O diferencial leninista é posterior à Revolução e à própria I Guerra Mundial (1914), período em que os sindicatos têm novo surto de organização - diferentemente da organização anterior burocratizada (conciliação e desenvolvimento pacífico do capitalismo) - e engajamento político, voltados a serem instrumento de luta da classe operária contra o capitalismo, que se encontrava em crise.

Impulsionado pela organização russa em 1919, Lênin, como liderança política da revolução, funda a 3ª Internacional e sua perspectiva coloca o sindicato sob a orientação da estratégia política revolucionária do Partido Comunista – o Partido pensa, o Sindicato opera, as massas recebem. Lênin (1979, p. 66) aponta à ideia de que as lutas econômicas estariam visceralmente conectadas às lutas políticas, que deveriam ser conduzidas pela vanguarda partidária a quem cabia a unificação e direção da classe trabalhadora para consolidação de um projeto societário anti-imperialista e anticapitalista.

Essa hierarquização tem o sentido de homogeneização-coalização entre os dois instrumentos de luta – o Sindicato e o Partido, fato que faz o sindicato contribuir para o processo de transformação social. Nessa configuração do Estado operário, os sindicatos passam a desempenhar novas atribuições.

No terreno concreto da Revolução, esse atrelamento que vincula a organização política dos trabalhadores à estrutura de Estado, por meio do Partido, era uma estratégia que estava se ordenando nas condições concretas da Rússia pós-Revolução de 1917 e, portanto, estrutura e superestrutura estariam sob a tutela do Partido Comunista e se coadunavam com a estrutura dos sindicatos.

Assim, a conscientização da massa dos trabalhadores por meio da escola de socialismo (o sindicato) tornava-se elemento fundamental para a consolidação do processo revolucionário. Em questão, colocava-se a própria organização do regime e a educação do trabalhador russo. Não mais a luta econômica e a luta socialista, mas a garantia da ditadura do proletariado do partido e a atuação dos sindicatos, que ainda eram necessários para a defesa

dos interesses das massas. Lênin (2010, p. 33), nesse sentido, afirmava que sem teoria revolucionária não poderia haver movimento revolucionário, com isso, desenvolveu uma crítica radical ao culto do espontâneo e afirmou a necessidade do conhecimento revolucionário, o que só seria possível com um partido guiado por uma teoria de vanguarda. Segundo Lênin (2010, p. 82) em *Que Fazer?*: “[...] só um partido orientado por uma teoria de vanguarda pode desempenhar o papel de combatente de vanguarda”.

Leon Trotsky (2012), a esse respeito, afirmava que, no processo histórico da formação da classe operária, como classe consciente de seus interesses distintos e opostos ao que pensavam seus exploradores, a organização dos trabalhadores, seja no modo associativista ou sindicalista, sempre ocupou um lugar fundamental, como condição necessária à emancipação da classe trabalhadora da exploração capitalista, e, por isso, deveria assumir a condição de escola de socialismo, aliada ao partido político revolucionário, estabelecendo a unificação da luta econômica e luta social.

Nestes termos, quanto mais atenção se der à formação e organização das massas, seja no processo de reflexão teórica, seja na ação prática, respeitando sua diversidade, seu estado de ânimo, estimulando sua unidade, mais possibilidade ela terá de reconhecer no próprio sindicato e no próprio partido aqueles sujeitos legitimados para sua educação para a práxis revolucionária. Essa, portanto, era a defesa que Lênin (2010) fazia da organização política dos trabalhadores – a forma-partido, afirmando que as massas não podiam, espontaneamente, transcender à consciência economicista, quer dizer, não reuniam, em si, as condições para superar a consciência de classe determinada pelas necessidades prementes das lutas econômicas contra o capital – por isso, a sua luta e a sua crítica radical contra toda forma de economicismo, crítica que Marx e Engels (1981, p. 140) já faziam aos cartistas, aos trade-unionistas, ou seja, aos movimentos operários que se mantinham na forma da política, tomada como fim em si.

De acordo com Luxemburgo (1979), “não é na cúpula, no ápice das organizações e suas federações, mas, antes, é na base, nas massas proletárias organizadas, que se encontra a garantia da unidade real do movimento operário, e sua força política transformadora”, em todo o mundo. Também Lênin (2010) atribuía aos “profissionais revolucionários” o papel de facilitadores para o conjunto do proletariado, articuladores das diversas particularidades que envolvem a classe proletária. E Gramsci (2001b), por seu turno, falava em intelectuais orgânicos, os quais deveriam estrategicamente atuar tanto no partido como nos sindicatos. A concepção de intelectual orgânico foi desenvolvida por Gramsci nos *Cadernos do Cárcere*:

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político (GRAMSCI, 2001b, p. 15).

Nesse direcionamento, de indissociabilidade das esferas constitutivas da realidade social, Gramsci (2001c) reconhece a vida na emergência dos movimentos de massas no terreno político, em meio a todos os acontecimentos das primeiras três décadas do século XX (a I Guerra Mundial, a Revolução Russa, os levantes operários na Europa, a formação de grandes partidos políticos, a consolidação de regimes totalitários, a depressão econômica de 1929, a afirmação dos Estados Unidos como potência hegemônica mundial). Para Gramsci havia a necessidade de formação de um Bloco Histórico, a compreensão da unidade entre os seus elementos principais (estrutura e superestrutura), e a unidade dos contrários e dos distintos em busca do consenso e da hegemonia (GRAMSCI, 2001c, p. 25).

Diante de tal contexto, identifica-se como sendo de grande importância a força espontânea da classe operária a ser explorada como potencialidade na sua necessária unidade dialética com uma direção organizada e consciente – os Conselhos de Fábrica, o sindicato, o Partido, o intelectual orgânico do qual também falava Hugues Portelli (2002, p. 108). Tais sujeitos políticos assumem funções essenciais à manutenção da direção hegemônica de um bloco histórico. Diferentemente da maioria de seus contemporâneos, o pensador italiano estava convencido de que, somente por meio do desenvolvimento de uma consciência histórica da realidade e de uma ação política voltada para a elevação da condição “intelectual e moral” das massas, seria possível chegar a uma sociedade realmente “civil”, capaz de humanizar-se plenamente e de se autogovernar.

Tal visão fortalece a crítica a qualquer concepção hierárquica entre partido e sindicato, o que, em certa medida, já trazia a concepção leninista e para a qual Luxemburgo (1979, p. 61) tecia crítica, embora tivesse também a ideia de homogeneidade da luta, respeitando a espontaneidade da organização da massa. A função da vanguarda, nessa dimensão, não é a de injetar a dimensão política nas lutas sociais, e servir de correia de transmissão de forma mecânica, mas organizar, participar, mediar e canalizar o desdobramento de seu próprio potencial político, o que rechaça a negação da autonomia sindical frente ao partido e reforça a importância da relação entre partido político, sindicato, e o movimento social protagonizado pelas massas, de forma horizontalizada, dialética e orgânica.

É fato que, pela própria natureza do terreno da luta, a organização sindical tem como base o espaço da produção, o lucro e o preço da força de trabalho, mas deve ter como intenção

ir além da circunscrição econômico-corporativa, e realizar um processo de mediação e educação política das massas, no sentido da superação dessa relação estreita, para, assim, funcionar como escola de socialismo, buscando a atuação consciente da massa, o que se revela, por exemplo, na atuação do MOSEP.

2.1 A controvérsia entre reforma ou revolução, espontaneísmo e a consciência da vanguarda política

Para melhor compreensão do fenômeno em análise, o detalhamento dos fatos históricos levará, como afirma Leôncio Rodrigues (1979), malgrado os diferentes caminhos por que passou a evolução do movimento associativo operário e a diversidade de ideologias que envolveram a origem do sindicalismo europeu, ao destaque de elementos comuns que, em menor ou maior grau, estiveram presentes nas fases iniciais de sua organização política, por isso, favorece um entendimento orgânico do processo de organização, demarcado nas coalizões inglesas. O esquadramento histórico toma também os princípios fundamentais, expostos no tópico anterior, como elementos fundantes da organização dos trabalhadores à conquista de sua emancipação, tanto política, quanto humana.

Seguindo essa perspectiva de reordenamento e transformação dos sindicatos, duas vertentes se sobressaíram – uma de caráter revolucionário e outra ligada aos Proudhonianos, mais reformista. Assim, já tinha sido exposto nos *Estatutos Gerais da Associação Internacional dos Trabalhadores* (AIT), fundada em 28 de setembro de 1864, em Londres, a fundamental questão: a emancipação da classe operária deve ser obra dos próprios trabalhadores (MARX, 1982). A luta de emancipação da classe operária não é uma luta por privilégios e monopólio de classe, mas pelo estabelecimento de direitos e deveres iguais e para abolição de todo domínio de classe, fundamentos e princípios contidos nas obras de Marx e Engels.

Vale sublinhar que a AIT inicialmente congregou vários grupos de imigrantes, como italianos e alemães. Representando os alemães e fazendo parte de seu Conselho Geral, estava Marx (1982), redator dos estatutos da entidade. Essa entidade internacional organizava conferências como a de 1866, atuação que ajudou no seu desenvolvimento em muitos países europeus e também na América do Sul – Uruguai e Argentina, por exemplo. Mas é a partir de 1870 que renasce na França o movimento operário, servindo de modelo para os trabalhadores de outros países. Assim, a primeira União Sindical é fundada em 1872. No entanto, em 1876, por divergências internas e por repressão, a AIT acabou extinta.

Na Alemanha, em 1875, surge o PSD (Partido Social-Democrata), que resulta da fusão entre lassallianos – revisionistas, segundo Marx (2012), e os marxistas. A fundação do PSD alemão ocorre no Congresso de Gotha, que depois sofrerá severas críticas por parte de Marx e Engels a partir de uma análise na perspectiva comunista consagrada na obra *Crítica ao Programa de Gotha* (1891).

Em 1882, surge o Partido Operário Italiano. Na Espanha, em 1888, é criado o Partido Socialista Espanhol, e em 1898 a Social Democracia Russa. Outro acontecimento importante em fins do século XIX para o movimento operário é a Segunda Internacional⁹ (1889).

Essa emergência dos partidos operários, principalmente, a partir da década de 1880, encontra explicação na enorme massa de trabalhadores existente na Europa de então e no seu espantoso crescimento. Influenciados pelas ideologias socialistas, os operários passam a se organizar como classe, o que caracteriza um movimento orgânico entre sindicato e partido.

Uma vez que os operários não reconheciam sua situação e seus problemas como sendo os mesmos, resultou que, nesse período, na Europa, houve uma heterogeneidade enorme, no que concerne ao movimento de organização do operariado. Nesse sentido, falava-se em classes trabalhadoras e não em classe trabalhadora, no singular. Sobre isso, Marx e Engels (2008) se referiram no *Manifesto*, em 1848, dentre tantas outras coisas, trataram da unificação da luta operária, com a consideração de que a principal tarefa da classe trabalhadora era se organizar em um partido proletário e engajar-se na ação política, criando no proletariado, a partir daí, uma maior consciência de classe unificada, com vistas à Revolução.

A principal característica do sindicalismo dessa época era a forma de organização atomizada, isto é, os sindicatos estavam todos organizados de forma isolada uns dos outros, a essa forma de organização Marx e Engels (2008) teceram severas críticas, abrindo, de certa forma, uma controvérsia no contexto sócio-político europeu entre o anarquismo e o comunismo, pois a concepção marxiana pautava suas teses em transformações sociais profundas, o que significava a luta revolucionária centralizada por uma espécie de partido

⁹ A história da Internacional Comunista remonta a 1864, quando foi criada a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), integrada por organizações operárias de diversos países europeus. Os mentores e principais líderes da AIT eram Marx e Engels. A repressão e as crescentes divergências internas enfraqueceram a organização, que acabou sendo extinta em 1876. Treze anos depois, em 1889, foi criada em Paris a Segunda Internacional dos Trabalhadores, tinha diferentes correntes do movimento operário, novamente as divergências internas enfraqueceram a unidade da associação. Em 1919, logo após a vitória dos Comunistas na Revolução Russa, foi criada por Lênin, a Terceira Internacional, ou Internacional Comunista, ou ainda Kpmintern. Seu principal objetivo era criar uma União Mundial de Repúblicas Soviéticas. Dominada pelo Partido Comunista da União Soviética, a Internacional emitia diretrizes que deveriam ser seguidas por todos os seus filiados, inclusive pelo seu filiado, o Partido Comunista do Brasil. Em 1943, em plena Segunda Guerra Mundial, a Internacional Comunista foi dissolvida com a finalidade de tranquilizar os aliados ocidentais da União Soviética.

internacional – a AIT, momento em que se reuniram trabalhadores de diferentes países da Europa, ou seja, uma organização internacional dos trabalhadores. Enquanto a luta operária, de certa forma dispersa, reivindicava somente mudanças nas relações entre patrões e trabalhadores, isto é, luta na dimensão econômico-corporativa e de reformismo na superestrutura. Essa situação embasara a crítica ao cartismo.

Todavia, Marx na obra *Miséria da Filosofia* (1847) entendia que poderia conciliar as duas perspectivas,¹⁰ da luta imediata pelo aumento dos salários, pela redução da jornada de trabalho e a perspectiva revolucionária, nesse cenário a AIT se fazia necessária para a ideia de organização dos trabalhadores em nível internacional; os sindicatos seriam ainda mais importantes como força organizada para suprimir e substituir o sistema de trabalho assalariado. Fica posta assim, em relevo, a controvérsia entre reforma ou revolução.

Para chegar a outra fase na organização política dos trabalhadores – à consciência revolucionária, os sindicatos dos países industrializados passaram, como todas as instituições, por várias fases de evolução e, nos circuitos onde se encontravam os representantes das organizações dos trabalhadores, havia sempre um debate acirrado sobre tal questão.

Havia na AIT diferentes correntes, isto é, diferentes visões de mundo, o que suscitava polêmica política que se estabelecia dada a posição de um lado de Marx e Engels, defendendo a orientação político-partidária como tática de luta política na relação entre Sindicato e Partido Político, e, do outro lado, trade-unionistas ingleses (organizações sindicais que apenas defendiam reformas econômicas no capitalismo), proudhonianos e anarquistas bakunianos (ligados a Bakunin, russo, líder dos anarquistas, que combatiam a socialdemocracia), na defesa da autogestão horizontal dos Sindicatos frente ao Partido Político (MARX, 2011a).

A divergência no âmbito da AIT aparentemente fora resolvida com a expulsão do anarquista Bakunin no Congresso de Haia de 1872, embora tenha perdurado com sua saída. Assim, duas correntes, uma de Marx na obra *Crítica ao Programa de Gotha* (1891), com o movimento operário atrelado ao PSD alemão na ala de esquerda, visando à consciência política e à emancipação humana da classe trabalhadora na ação coletiva (o partido e o sindicato¹¹ como instrumentos para a construção da revolução), enquanto a ala reformista e

¹⁰ Marx pôs de forma bastante clara o valor dos sindicatos para owenistas, proudhonianos; por outro lado, e isso é pouco enfatizado, ele demonstrou, principalmente, os limites do sindicalismo (estava se dirigindo a um dos mais destacados protagonistas do movimento operário da época – os sindicalistas ingleses, vinculados à luta meramente econômica, inclusive de caráter político).

¹¹ Marx e Engels (2007) afirmam na Tese III, situada na obra *A Ideologia Alemã* (1845-1846): “A coincidência da mudança das circunstâncias e da atividade humana, ou mudança de si mesmo [Selbstveränderung], pode ser apreendida e racionalmente compreendida apenas enquanto práxis revolucionária”.

revisionista dos pontos básicos do marxismo do partido defendia a ação parlamentar. (FETSCHER, 1982, p. 257). Por isso, apontava no sentido de abandonar o objetivo do PSD – a revolução, e fazer da reforma simples meio da luta de classes; do outro lado, os anarquistas defendiam que as associações não tivessem vínculo partidário e, portanto, não poderiam atrelar a ação sindical ao partido político, bem como ao parlamento, pois a ação direta de massa era a única luta revolucionária, o que reforçava o espontaneísmo da massa, sem a tutela da vanguarda política. Nesse contexto, havia as posições dos marxistas revolucionários ou socialistas revolucionários liderados por Lênin e Rosa Luxemburgo.

Luxemburgo (1979) observava que não poderia inverter a ordem da ação consciente, tirando das massas o papel de vanguarda política, conquistada na ação direta e autônoma na escola da luta (greve), e colocando o partido na posição de implementador da práxis revolucionária, isto é, vanguardas intelectuais que se põem no lugar das massas. A greve de massas seria a perfeita tradução da dialética entre organização e espontaneidade, política e economia, ficando o elemento criativo do lado da espontaneidade das massas para que ela não fosse substituída pelo partido, mas houvesse uma relação dialética.

A polêmica entre cada formulação teórica tanto no interior do PSD alemão, como na AIT, que se deu no interior da primeira, da segunda e da terceira internacional, foi transferida para as futuras organizações políticas dos trabalhadores tanto na Europa, entre o último quartel do século XIX, quanto no Brasil, nas primeiras duas décadas do século XX – quer seja reforma social ou revolução, binômio que pauta a organização dos trabalhadores ao longo da história, ou seja, o que nutre o debate, a reflexão, são as construções teóricas que buscam dar conta dessas duas categorias sociais.

No último terço do século XIX, a organização do proletariado ainda era rudimentar em países como a Itália, Espanha e em certo ponto a França, inclusive, no que concerne às afiliações, que, além de escassas, não eram constantes. Os dirigentes permanentes não tinham ainda surgido. Praticamente, não existiam planos de unidade e os objetivos eram extremamente setoriais, imediatistas e corporativistas: aumentos de salários, reduções da jornada de trabalho ou melhorias de condições materiais num dado setor (em certa zona) ou numa dada firma contra o capital. Isso revela que seus métodos de ação eram guiados pelo empirismo e improvisação, o recurso à greve, à sabotagem e à violência era frequente. Para além de tudo isso, os sindicatos manifestavam ainda falta de coesão, de solidariedade e de espírito de corpo, estavam voltados para o reformismo com as reivindicações circunscritas às questões meramente trabalhistas. Tal forma de organização justifica a perspectiva de ordenamento político da AIT.

O processo de organização da classe trabalhadora, por volta de 1890, ainda carregava muito da organização espontânea, mas já mostrava lampejos de ação consciente. Essa longa e constante evolução se explica, tanto por fatores de ordem interna ao próprio movimento sindical, quanto por fatores de ordem externa nas relações de produção material.

Para enfrentar essa conjuntura era preciso de um lado a consciência socialdemocrata adquirida de fora do movimento sindical como doutrina socialista que nasce das teorias filosóficas, históricas, econômicas, elaboradas pelos representantes instruídos, os intelectuais – Marx e Engels pertencem a esse grupo, e afirmavam, por exemplo, que a consciência prática e ativa, sozinha, faz esquecer o papel didático da luta revolucionária, porque se envolve tão somente com as lutas imediatas (econômicas). Como partícipes da mesma ala política da AIT a ala revolucionária, Luxemburgo (1979) afirmava ser na experiência prática da luta que se acende a centelha da consciência revolucionária dos oprimidos e explorados, e Lênin (2010, p. 181) anunciava que, sem o envolvimento de uma vanguarda política que traria a doutrina socialista, o espontaneísmo por si só ficaria somente nas lutas imediatas (lutas econômicas dos sindicatos).

Mesmo nesse cenário o renascimento do movimento sindical de caráter revolucionário se deu por duas bases ideológicas, de um lado os anarquistas, e, do outro, os sindicatos apoiados pelo Partido Socialdemocrata. Após a ascensão dos soviets ao poder a partir da Revolução Russa em 1917 pelo Partido Comunista e o processo gradual de cooptação das entidades de organização política dos trabalhadores, o que levava à burocratização dos instrumentos de lutas.

São esses os elementos fundamentais que povoaram o debate sobre a organização dos trabalhadores, por meio da Internacional, na Europa e no mundo, ou seja, sindicato, partido e Estado. As principais correntes dentro desse universo tinham cada uma sua forma de tratar esses três elementos, ou seja, como se estabeleceria a função de cada um no contexto da organização social capitalista e/ou socialista.

As diferenças entre as três correntes – a esquerda revolucionária (comunista), os reformistas e os anarquista (anarcossindicalismo) dentro da socialdemocracia, que defendiam a independência dos sindicatos e dos partidos – estavam localizadas tanto na forma, quanto no conteúdo: transformação radical, reforma, independência e autonomia em relação ao partido, um ato contrarrevolucionário.

Luxemburgo (2002, p. 61-62), na obra *Reforma ou Revolução*, lançada em 1900, afirmara que:

Segundo a concepção revisionista, dadas a impossibilidade e inutilidade dessa conquista do poder, a luta sindical e a luta parlamentar ter em vista exclusivamente resultados imediatos, isto é, a melhoria da situação material dos operários, além da redução por etapas da exploração capitalista e a extensão do controle social. Deixando de lado a melhoria imediata da situação dos operários, que é comum às duas concepções, a do Partido até hoje e a do revisionismo, é esta, em poucas palavras, a diferença entre as duas concepções: segundo a concepção comum, consiste a importância socialista da luta sindical e política em preparar o proletariado, isto é, o fator subjetivo da transformação socialista – para realização desta; ao passo que, segundo Bernstein, a importância está em dever a luta sindical e política reduzir por etapas a própria exploração capitalista, arrancar cada vez mais à sociedade capitalista o seu caráter socialista; em suma, realizar objetivamente a transformação socialista.

A discussão, pois, que era travada no campo da socialdemocracia, desde 1864, era sobre a emancipação do proletariado, se a partir de uma reforma ou de uma revolução, além do questionamento sobre qual seria o papel do proletariado nas duas perspectivas ou contextos, sem perder de vista o que pensavam os anarquistas: despertar para o fato de que a luta dos operários não era somente econômica e por melhores condições de trabalho, imediata e exclusivamente sindical, ou seja, para obter condições vantajosas na venda da força de trabalho, o que poderia aniquilar o desenvolvimento da consciência, fundada na teoria revolucionária, e reforçar a espontaneidade da luta operária contra a abolição da ordem social vigente.

A questão é buscar o equilíbrio entre a força potencial e espontânea dos trabalhadores e a educação da consciência de classe na sua organização política, sendo essas duas categorias mediadas pela teoria revolucionária (conhecimento científico), que aumenta a possibilidade da necessidade do socialismo.

Para Luxemburgo (2002), por exemplo, a busca pela conquista do poder político precede a organização sindical, bem como o movimento por reformas. Isso demonstra que a ala esquerda do Partido Socialdemocrata, nos diversos países da Europa, discutia a perspectiva da revolução e não negava o reformismo, mas também não encerrava a luta em torno dele. Nesses termos, o despertar da consciência política dos operários não era algo espontâneo e não aconteceria apenas no interior da luta econômica, mas também pela ação consciente e direta da vanguarda política socialista sobre seus camaradas, desta forma seria possível atingir tanto os objetivos dos sindicatos quanto os do partido.

A perspectiva dos revisionistas era a de que, se ocorresse uma cadeia ininterrupta e extensa de reformas sociais, o capitalismo se transformaria em socialismo, colocando em xeque o poder político da classe burguesa, esse era um trabalho profundamente prejudicial e

reacionário em seus resultados práticos. Mas não foi isso que a história provou: em uma sucessão automática, o que se viu foi, em cada ciclo de desenvolvimento e crise, o capitalismo se reorganizar. As reformas sociais ou compensatórias são mecanismos que têm por objetivo atenuar as contradições entre o capital e o trabalho – sua adaptação é muito rápida, em seguida retoma a continuidade de sua hegemonia de classe e arrefece a organização proletária – Marx e Engels perceberam isso, desde quando começaram a elaboração dos seus postulados filosóficos e econômicos de 1844.

Nesse sentido, os herdeiros intelectuais dos princípios e postulados de Marx e Engels – Lênin, Luxemburgo, Trotsky e Gramsci vão tratar da tática revolucionária como forma de continuidade da concretização do postulado marxiano da conquista do poder político por parte dos proletários via revolução para consagrar sua emancipação humana.

De acordo com a Internacional Comunista, a tarefa dos sindicatos revolucionários consistia em fazer da ação direta (boicote, greves, ocupação de fábricas etc.) um meio de educar e preparar as massas operárias para a luta pela revolução social e pela ditadura do proletariado. Já no contexto da ditadura do proletariado, ocorre a discussão de que papel e que tarefas os sindicatos deveriam desempenhar nas condições da nova política econômica, questão essa que será tratada no próximo tópico.

2.2 A polêmica no interior do Partido Bolchevique pós-Revolução Russa de 1917

O processo de organização da luta na Rússia, em 1905, culmina com um levante contra o regime czarista. Futuramente, na Revolução de outubro de 1917, essa sublevação viria a contribuir com a potencialização da força proletária, dez anos depois.

Já no contexto revolucionário, após a revolução política que transferiu o poder ao proletariado, precisamente nesse momento, no informe que Lênin (1961b, *online*) faz ao II Congresso de Sindicatos de Toda a Rússia (Pravda, 22-24 jan. 1919):

[...] os sindicatos, por serem as organizações mais amplas do proletariado como classe, têm que desempenhar de fato um papel destacado, têm que ocupar o posto mais importante na política, têm que se converter, em certo sentido, no organismo político principal, pois todos os velhos conceitos e categorias desta política foram impregnados e envolvidos de cima abaixo pela revolução política que o poder ao proletariado.

Na resolução do Congresso, os sindicatos assumiriam um novo papel e uma nova tarefa para além das questões eminentemente sindicais, de luta econômica e por melhorias de condições de trabalho no capitalismo, por isso deveriam se converter em peça da engendra do

Estado proletário ou da ditadura do proletariado, construtores da política da classe operária, não sendo a política função específica do partido. Por isso, tornam-se uma tríade de organizações – Estado, Partido e Sindicato em superação à ditadura da burguesia, o que significa que o antigo Estado russo constituiria outra forma de relação, a principal, o auxílio à construção do novo Estado. Tratava-se, portanto, de uma tarefa essencialmente, política – a tarefa de governar.

Isso demonstra que há mudança de papel e das tarefas dos sindicatos com a instauração dos princípios e fundamentos socialistas, configurando a ditadura do proletariado. O que justifica a mudança na configuração do Estado é que o poder político passa às mãos dos proletários, ou seja, para uma nova classe, que ocupará todas as esferas da administração do Estado, consumando sua emancipação política, princípio fundamental do socialismo científico.

Após um ano da Revolução, os sindicatos já estavam incorporados como instrumento do próprio Estado – sustentados a partir da base material deixada pelo capitalismo, com o início da construção de uma nova estrutura econômica e produtiva, a qual não mais se configura como forma de opressão das massas operárias, forjando assim a vanguarda da nova sociedade. Ocorria, assim, o processo de fusão dos sindicatos à estrutura estatal com o objetivo de ampliar sua participação na organização e direção da economia e do próprio Estado, sob a tutela do Conselho Superior da Economia Nacional.

No entanto, de acordo com o informe ao II Congresso de Sindicatos de Toda Rússia (LÊNIN, 1961b, *online*), os sindicatos não conseguiram desempenhar a tarefa que lhe fora atribuída de edificação do Estado (estatificação), política socialista do poder soviético. Por conseguinte, tiveram que rediscutir o desempenho de suas ações no conjunto de uma nova organização política – o Estado Soviético. Nessa nova configuração política, os sindicatos não podiam ter autonomia em relação ao Estado, pois precisariam somar forças contra a contrarrevolução burguesa e desempenhar a tarefa de direção do Estado e da produção. Portanto, o Partido Comunista e os sindicatos se tornaram as duas forças sobre as quais se baseou o poder soviético – assim, o instrumento sindical tornou-se um mecanismo de transmissão que iria do motor até as máquinas.¹²

Com base nessa estrutura é possível explicar as tarefas dos sindicatos, qual seja: a de desempenharem uma dupla função, por um lado, apoiando o Estado operário, educavam os operários e despertavam suas responsabilidades na produção; por outro, deveriam manter-se

¹² Essa expressão metafórica, explica a relação orgânica dos sindicatos com o Partido Comunista e com o Estado Soviético, ficou denominada de “Correia de Transmissão” – o elo com as massas.

como órgãos de defesa dos interesses materiais dos trabalhadores, o que muitas vezes não poderia ser proporcionado pelo Estado, por isso era necessário imprimir um novo método para elevar a produtividade do trabalho e os sindicatos deveriam cuidar também dos interesses dos trabalhadores com relação a melhores condições de labor.

Lênin (1961d, *online*) responde à proposta de Trotsky, Bukharin e Preobrajenski feita no X Congresso do Comitê Central do Partido: o fim do Comunismo de Guerra e a implantação da Nova Política Econômica (NEP¹³), que vigorou de 1921 a 1928, e, embora não tenha alterado a essência, o Estado operário, modificou “essencialmente os métodos e as formas da construção socialista, uma vez que admitia a emulação econômica entre o socialismo em construção e o capitalismo”, fazendo concessão, por exemplo, para a liberdade de comércio e o desenvolvimento do capitalismo somente em determinada medida, sob a condição de regulamentação por parte do Estado (LÊNIN, 1961d, *online*). O êxito desse tipo de regulação dependeria também das massas e de seu nível cultural.

Na concepção do Comitê Central do Partido Comunista, uma das tarefas mais importantes, nesse momento, era a defesa, em todos os aspectos e por todos os meios, dos interesses de classe do proletariado em sua luta contra o capital (LÊNIN, 1961d, *online*). Por isso o aparelho sindical deveria ser reconstruído a partir dessa premissa, o que muda as relações constituídas no Estado proletário.

Tal questão é algo fundamental para a compreensão do papel contraditório dos sindicatos, destacando que no processo de transição do capitalismo ao comunismo, na ditadura do proletariado, a reorganização da produção deveria se dar com base no fordismo e no taylorismo, diferentemente do que fora no Comunismo de Guerra, para estabelecer uma nova relação entre sindicatos, o partido bolchevique e o Estado. A ideia era retroceder para mais adiante avançar em ofensiva ao capitalismo. Nesse contexto de transição, era inevitável que houvesse ainda a existência de classes e, por isso, era admitida a luta econômica. Na economia capitalista, a postura dos sindicatos era estabelecer a luta pela destruição do Estado; enquanto no Estado proletário do tipo russo, a luta era contra as deformações burocráticas do Estado. Os sindicatos, portanto, deveriam contribuir para a solução mais rápida e menos danosa dos conflitos.

¹³ Concessão de forças produtivas russas aos capitalistas nacionais ou estrangeiros; criação de cooperativas agrupando pequenos e médios produtores rurais e urbanos, que teriam liberdade de comercializar o que produziam; montagem de empresas mistas, associando o capital privado e do Estado – além da incorporação nas indústrias russas do fordismo, taylorismo, dos altos salários para especialistas e técnicos e empréstimos bancários junto aos grandes bancos estrangeiros. Seria esse conjunto de medidas que Lênin chamaria de Capitalismo de Estado nas condições russas.

Portanto, no processo de transição, no estabelecimento da ditadura do proletariado, os sindicatos ainda seriam essenciais para a educação das massas, conquistá-las, e fazer a defesa dos direitos materiais e espirituais do proletariado organizado, sendo, portanto, intermediários entre as instâncias superiores do Estado e a massa operária.

Desta forma, os sindicatos deveriam ser os colaboradores mais diretos e imprescindíveis do poder do Estado, cuja direção estaria a cargo da vanguarda consciente da classe operária: o Partido Comunista. Estaria também nos sindicatos a tarefa de não permitir que o partido se afastasse das massas. Contra essa possibilidade, os sindicatos assumem a função de mecanismo de transmissão, que vai do motor (Partido) até as máquinas (massa operária). Por isso, os sindicatos, na concepção leninista, eram escolas de comunismo, escola de administração das indústrias e de todos os trabalhadores e suas greves se constituíam em “escolas de guerra” (LÊNIN, 1979, p. 43). Este é o fundamental princípio, norteador das tarefas dos sindicatos, no processo de transição para a economia socialista que, de certa forma, impõe-lhe uma função contraditória – ao mesmo tempo que educam, reprimem, coagem, mas não de forma militarizada como a aplicada no Comunismo de Guerra.

Essas questões geraram as polêmicas entre Lênin e Trotsky, Bukharin e Preobrajenski. Veja-se textualmente o que Lênin (1961e, *online*) afirma: “Nisto reside justamente a peculiaridade dos sindicatos como instituições criadas no capitalismo, inevitáveis na transição do capitalismo ao comunismo e discutíveis quanto ao futuro”. Ou seja, os sindicatos têm funções bem claras em cada modo de organização social: importantes tanto no capitalismo quanto no socialismo (fase de transição ao comunismo), mas duvidosa importância no comunismo em função da superação das classes sociais, momento em que não haveria burguesia.

Observando as condições da indústria, do campo e dos trabalhadores, após a Primeira Guerra (1914) e a guerra civil, Lênin propôs a redefinição da produção por meio da Nova Política Econômica. Em *A catástrofe que nos ameaça e como combatê-la*, escrito entre 10 e 14 de setembro de 1917, Lênin afirma que:

A ditadura do proletariado não pode ser exercida através de uma organização que abrange o conjunto dessa classe [os sindicatos, no caso] [...] ela somente pode ser exercida por uma vanguarda que tenha absorvido as energias revolucionárias da classe [...] Tal é o mecanismo básico da ditadura do proletariado e a essência da transição do capitalismo para o comunismo. E em um Estado proletário de tipo transitório, como é o nosso, o objetivo final de toda atuação da classe operária pode servir somente para fortalecer o Estado proletário e o poder do Estado proletário de classe, mediante a luta contra as deformações burocráticas neste Estado, contra seus defeitos e erros, contra os apetites de classe dos capitalistas que se esforçam por

desembaraçar-se do controle deste Estado, etc. Portanto, nem o Partido Comunista, nem o poder soviético, nem os sindicatos devem de forma alguma esquecer — e não devem ocultá-lo dos operários e das massas trabalhadoras — que o emprego da luta grevista em um Estado com um poder estatal proletário pode ser explicado e justificado exclusivamente pela deformação burocrática do Estado proletário e por toda sorte de reminiscência do passado capitalista em suas instituições, de um lado, e pela falta de desenvolvimento político e o atraso cultural das massas trabalhadoras, de outro (LÊNIN, 1961e, *online*).

Essa observação de Lênin é fundamental para compreender a composição da organização e atuação dos sindicatos sob a tutela centralizada do Estado, que eliminou as iniciativas e a autonomia de sovietes e outros organismos participativos (como os sindicatos) em nome da recuperação econômica.

Nesse contexto, no conjunto de medidas proposto pelo líder bolchevique ao Comitê Central do Partido, na concepção de Lênin, os sindicatos continuavam como instituições auxiliares do Estado e do partido, colaborando para o aumento da produção e da produtividade. Dizia Lênin (1961d, *online*):

Os sindicatos devem ser o colaborador mais ativo e imprescindível do poder estatal, cuja direção, em todo o seu trabalho político e econômico, está a cargo da vanguarda consciente da classe operária, do Partido Comunista”, isto durante a fase que ficou conhecida como “Comunismo de Guerra” (verão de 1918 – primavera de 1921).

Por esse momento, a ideia era a redefinição da organização da produção e, paralelamente a isso, o partido deveria levar em consideração a nova postura do Estado frente à participação dos sindicatos, sem perder de vista suas responsabilidades com os objetivos revolucionários. Na crítica que faz à Trotsky, Lênin (1961e, *online*) afirma que, pelo lugar que ocupam no sistema da Ditadura do Proletariado, os sindicatos estão situados, se é justo dizer assim, entre o Partido e o Poder do Estado. Essa formulação do pensamento de Lênin leva à concepção do sindicato como uma das correias de transmissão do partido e conforma a estrutura de poder na Rússia pós-revolucionária como parte do poder do Estado. Assim, esse princípio deveria ser um fator norteador da formação dos sindicatos no ocidente.

A organização sindical deveria se apoiar no que o modo de produção capitalista produziu com a indústria, ou seja, naquilo que a cultura capitalista criou: a possibilidade de concentração dos trabalhadores no chão da fábrica. Essa, portanto, era a base material que deveria servir de fundamento para uma nova política econômica para Rússia, proposta defendida no X Congresso do Partido, em 1921.

Por isso, Lênin (1979, p. 66) afirmava que era preciso entender o contexto da produção capitalista da Europa ocidental, no princípio do século XX, e, portanto, compreender que nem mesmo a organização sindical está em condição de englobar toda ou quase toda a classe operária.

É válido expor que uma série de dirigentes sindicais, e mesmo membros das classes liberais, para quem a centralização das forças operárias se tornara uma forte perspectiva, lançaram um esforço no sentido do agrupamento e da centralização dos sindicatos, por esse motivo, era tão importante a organização e união dos trabalhadores via Internacional comunista, como forma de proteção do ideário marxiano para forjar uma nova vanguarda no seio da nova sociedade,¹⁴ sem apartar-se do caráter de massas, ou seja, partidos abertos à participação de inúmeros trabalhadores, com vistas a estabelecer um novo regime proletário – a Ditadura do Proletariado, fazendo frente, principalmente, aos reformistas e revisionistas.

Em 1912, no Congresso de Unificação dos instrumentos de luta, realizado na Bélgica pelos sindicalistas cristãos, o Pe. Émile Vosser tomou nítida posição contra o sindicalismo local, em favor do sindicalismo industrial-territorial, ao invés de um sindicato por profissão e por cada região, no qual se integrem, como filiais, todos os grupos de operários da mesma indústria, e o agrupamento dos sindicatos regionais em federações nacionais e internacionais – plano da organização sindical (NEUVILLE, 1959, p. 118). O objetivo de todos os dirigentes era a federalização e, portanto, a centralização sindical, contudo sua vocação era voltada ao caráter reformista, apesar de caracterizar uma medida fundamental à organização da luta em nível internacional.

A perspectiva de centralização foi facilitada em função do próprio processo de industrialização, o que vai, por exemplo, auxiliar a criação dos sindicatos no Brasil, porque cria uma categoria de trabalhadores e expõe a sociedade dividida em classes antagônicas, com a conseqüente luta de classes, na esteira do desenvolvimento da tecnologia, o que promove mudanças na forma de produzir.

Quanto a esta questão, é válido trazer o exemplo das mudanças que ocorreram no paradigma de produção, introduzido e popularizado por Henry Ford, no início do século XX, particularmente na produção do modelo Ford T. A produção em massa se tornou um modelo

¹⁴ Nessa referida obra, Lênin (LÊNIN, 1961d, *online*) aponta qual a tarefa que essa nova vanguarda deveria desempenhar no contexto revolucionário: a de artífices e educadores das massas trabalhadoras exploradas para incorporá-las à administração do Estado, à direção da produção sem funcionários, sem a burguesia, sem capitalistas e tornar cada vez mais numerosa a camada avançada, visando à direção do Estado – esse é o significado do sindicato ser “Correia de Transmissão” do partido, ser parte da grande engrenagem do Estado proletário, por isso a estatização dos sindicatos era parte da política de Estado.

muito difundido, pois permitia altas taxas de produção por trabalhador e produtos a preços mais baixos.

Ocorrerá, mais uma vez, alteração dos métodos de trabalho. Segundo Marcos Antônio Lima (1993), Henry Ford, ao conceber a linha de montagem em cadeia, em 1914, revolucionou os processos de produção das fábricas de automóveis – concebendo uma produção parcelada (diversos montadores e uma esteira transportadora), o que propiciava uma produção em massa. Essa linha de montagem, na primeira fábrica Ford (1903), em Highland Park – Michigan, tornou-se um marco de referência para os métodos de produção em série no mundo, caracterizando inovações tecnológicas e aplicação de métodos científicos mais eficientes da produção, ou seja, a racionalização do trabalho que acelerava a produção e a produtividade, inclusive, incorporado ao modelo de produção soviético. Esse modelo de produção ficou caracterizado como Fordismo (LIMA, 1993).

Por outro lado, houve, no campo da organização dos trabalhadores, ligada a fatores de ordem interna ao movimento sindical, a criação de instrumentos coletivos de ajuda mútua, como as caixas de manutenção ou de socorro, que auxiliavam os trabalhadores em caso de doença, desemprego, acidentes. Como consequência, deu-se a promoção do fim do atomismo, isto é, a união dos sindicatos, formando o sindicalismo – um movimento mais consistente, mais encorpado com a criação das federações sindicais. Estas, uma vez criadas e fortalecidas, atuaram, seguidamente, como agentes de estímulo e formação de novos organismos sindicais de base, prosseguindo assim a expansão do movimento sindical na Europa.

Diante de todo o desafio de organização da classe trabalhadora, existia a de fator interno que dificultava a atuação dos sindicatos: o não reconhecimento por parte do Estado e das entidades patronais, o que motivava muita repressão, ao mesmo tempo que a opinião pública manifestava incompreensão e hostilidade perante a ação sindical. Assim, de forma geral, as entidades sindicais buscavam respeitar as implicações legais existentes, produzindo muito pouco no que tange a uma ação sindical mais contundente e que suplantasse os marcos regulatórios definidos pelo Estado burguês.

É nesse sentido que Lênin (1979, p. 31) faz essa necessária observação à organização da luta dos trabalhadores à frente do sindicato, devendo tomar como objetivo não só a luta imediata, a luta econômica, mas também tomar para si a luta pela emancipação da classe trabalhadora:

Uns vinte anos mais tarde, quando se formou a Associação Internacional dos Trabalhadores, a questão da importância dos sindicatos operários e da luta econômica foi apresentada no Primeiro Congresso de Genebra, em 1886. A

resolução desse Congresso assinalava claramente a importância da luta econômica, advertindo os socialistas e os operários, de um lado, que não deviam exagerar a sua importância (o que então acontecia entre os operários ingleses) e, de outro, que não a subestimassem (o que acontecia entre os franceses e alemães, principalmente entre os partidários de Lassalle). A resolução não só reconhecia os sindicatos operários como um fenômeno legítimo, mas indispensável sob a existência do capitalismo; reconhecia-os como sumamente importantes para a organização da classe operária em sua luta diária contra o capital e para a abolição do trabalho assalariado. A resolução reconhecia que os sindicatos operários não deviam limitar a sua atenção exclusiva à “luta direta contra o capital”, não deviam afastar-se do movimento político e social geral da classe operária; que seus objetivos não deviam ser “estreitos”, e sim aspirar à emancipação geral dos milhões de trabalhadores oprimidos. Desde então, entre os partidos operários dos diversos países apresentou-se mais de uma vez, e ainda se apresentará, naturalmente, mais de uma vez, a questão a respeito de se é necessário, num determinado momento, prestar maior ou menor atenção à luta econômica que à luta política do proletariado; mas a questão geral ou de princípio apresenta-se, também agora, tal como foi apresentada pelo marxismo. A convicção de que a luta de classes única deve abarcar, necessariamente, a luta política e a econômica encarnou-se na socialdemocracia internacional.

Lênin tece crítica tanto à organização sindical inglesa quanto à organização dos trabalhadores alemães que optaram pelo reformismo, corrente majoritária na 2ª Internacional, tendo se convertido, através do PSD alemão. E arrematando seu posicionamento, Lênin (1979, p. 124) considera os sindicatos como centros de condensação de forças indispensáveis à organização da classe trabalhadora, e pós-Revolução de 1917, nesse momento, dedicou função central aos sindicatos que vão além das questões imediatas:

Precisamente neste momento, os sindicatos, por serem as organizações mais amplas do proletariado como classe, têm que desempenhar de fato um papel destacado, têm que ocupar o posto mais importante na política, têm que se converter, em certo sentido, no organismo político principal, pois todos os velhos conceitos e categorias desta política foram impregnados e envolvidos de cima a baixo pela revolução política que deu o poder ao proletariado. [...]. É necessário ampliar mais e mais a participação dos próprios trabalhadores na direção da economia e na edificação da nova produção. Se não resolvermos esta tarefa, se não transformamos os sindicatos em organismos de educação das massas, dez vezes mais amplas do que agora, para que intervenham, de modo direto, na administração do Estado, não levaremos até o fim a obra da edificação comunista. [...]. Quando o proletariado tomou em suas mãos o poder do Estado, os sindicatos passam pela mais profunda reviravolta em toda a sua atividade. Passaram a ser os principais artífices da nova sociedade, porque só as massas de milhões e milhões de seres podem ser as criadoras desta sociedade.

Já na análise de Gramsci sobre a ação política com a perspectiva de atuação no Estado Ampliado ou Integral (sociedade política + sociedade civil, coerção + consenso, ditadura + hegemonia, etc.) na interpretação de Carlos Nelson Coutinho (2011, p. 109), implica a ideia

da revolução cultural, processual e permanente, por dentro da ordem do Estado burguês. Essa concepção referenciava a luta sindical na Itália dos anos de 1920, era uma forma de incentivar a participação política de militantes nas eleições legislativas, para alcançarem os postos legislativos como os de deputados, representando os operários, num processo em que as conquistas operárias poderiam ser consolidadas por meio de leis e, em decorrência, haveria a consolidação do Partido de caráter operário-revolucionário para desenvolver a função social como intelectual orgânico¹⁵, no caso da Itália, o Partido Socialista Italiano (PSI), por volta de 1915 engajado na luta parlamentar.

Depois, em 1921, Gramsci com outros companheiros funda e passa atuar como dirigente do Partido Comunista Italiano (PCI), o partido se protagoniza na luta pela composição de uma “aliança” entre os trabalhadores do campo e os operários da indústria, a fim de afastar a burguesia do poder do Estado, o que caracterizaria instituições políticas de “Guerra de Posição” e luta contra-hegemônica mais ampla. Percebe-se que Gramsci não separa a atuação sindical da atuação político-partidária, ao contrário, reforça o princípio encontrado em Lênin.

Gramsci (2004b) faz referência aos contrastes socioeconômicos de seu país, ou seja, entre o sul da Itália (zona meridional), parte predominantemente camponesa, e o norte da Itália (setentrional), região desenvolvida industrialmente, que funcionava como uma imensa cidade, para elaborar um “sistema de alianças” de classe de forma mais ampla entre camponeses e operários, com vistas à construção de uma hegemonia política da maioria da população trabalhadora contra o capitalismo e o Estado burguês, a partir das ideias de Lênin contidas principalmente na obra *o Estado e a Revolução* e que faz referência à Revolução de 1917 e ao próprio comunismo.

¹⁵ “O partido, juntamente com outros organismos da sociedade civil, o sindicato, a escola, os eclesiásticos, mediante uma análise histórica concreta do modo pelo qual se desenvolveram as categorias orgânicas, intelectuais tradicionais e não tradicionais”, tendo em vista a teoria social histórico-materialista – a perspectiva do intelectual orgânico do proletariado deve desenvolver a capacidade dirigente e técnica, voltada à organização, ao convencimento e à persuasão do proletariado, atuando como seu porta-voz, com vistas a criar o consenso e hegemonia da sua cultura, isto é, da sua ideologia para uma nova e integral concepção do mundo, para uma nova correlação de forças, assim como o faz o intelectual orgânico tradicional, ligado aos grupos dominantes no plano da sociedade civil, na superestrutura (Gramsci, 1932, p. 25). Portanto, afirma Antônio Gramsci (1968, p. 07), sabiamente “todos os homens são intelectuais, mas nem todos exercem, na sociedade, essa função”. Contudo, nem todos desenvolvem essa potencialidade intrínseca ao ser humano muito em função das atividades que socialmente se envolve no campo das relações não só sociais, mas produtivas que imprime a divisão do trabalho.

Afirmava Gramsci (2004b) que a dita hegemonia ocorreria sob a direção revolucionária do proletariado, a revolução iniciada nas fábricas (conselhos de fábrica¹⁶), a partir da tomada de poder dos operários, deveria ser estendida, também, até o campo, por meio não apenas de uma divisão da terra entre os trabalhadores do Sul, mas a partir de uma aliança operário-camponesa, norte-sul, que constituiria uma frente nacional dos setores “subalternos”. A concepção de uma “hegemonia do proletariado”, tanto econômica, política, quanto intelectual, moral e cultural, leva Gramsci a afirmar que a luta de classe não é somente uma luta travada na dimensão econômica, é também uma luta cultural emancipatória.

Ratificando os princípios encontrados em Lênin, Gramsci (2004a) entende que os trabalhadores por si sós não poderiam encontrar o caminho à revolução. Era preciso um instrumento que organizasse a luta social, diante dessa complexidade territorial, e propiciasse a união e sintonia entre cidade e campo. Segundo Gramsci (2001c, p. 60), o Partido Político deve ser o *Príncipe* coletivo¹⁷ capaz de resumir nele as vontades coletivas e dirigir a classe para a tomada do poder. Nesse contexto, por exemplo, justificavam-se os Conselhos de Fábricas a manter relação orgânica com os sindicatos e com o partido. Essa tríade construiria uma vontade coletiva do tipo revolucionário.

No propósito de organização dos trabalhadores tanto no campo econômico quanto da luta revolucionária, Gramsci e os membros do *L'Ordine Nuovo*¹⁸ compreendiam os conselhos

¹⁶ Com o artigo "Democracia operária" (*L'Ordine Nuovo*, 21 de junho de 1919), Gramsci coloca o problema das comissões internas de fábrica como "centros de vida proletária" e futuros "órgãos de poder proletário", visando à instauração de um novo Estado. Capaz de desenvolver a consciência operária, através de um trabalho comum e sólido de esclarecimento, persuasão, e de educação recíproca nascerá a ação concreta de construção. [...] as comissões internas limitam o poder do capitalista na fábrica e desenvolvem funções de arbitragem e disciplina. Desenvolvidas e enriquecidas, deverão ser amanhã órgãos do poder proletário que substituirá o capitalista em todas suas funções úteis de direção e de administração (GRAMSCI, 1919, *online*).

¹⁷ Gramsci enuncia sua concepção: “o moderno príncipe”, o mito-príncipe, não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto; só pode ser um organismo; um elemento complexo da sociedade, no qual já tenha se iniciado a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e fundamentada parcialmente na ação. Este organismo já é determinado pelo desenvolvimento histórico, é o partido político: a primeira célula na qual se aglomeram germes da vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais (GRAMSCI, 2001c, p. 16-19).

¹⁸ A Revista *L'Ordine Nuovo* (A Nova Ordem), fundada por ele em conjunto com mais três jovens socialistas, Palmiro Togliatti, Umberto Terracini e Angelo Tasca, foi o meio utilizado para difundir as ideias do PSI e de seus membros (intelectuais) nos anos de 1919 e 1920, principalmente, com o subtítulo "Resenha semanal de cultura socialista". Foi um órgão teórico da organização da luta de organização operária. Gramsci é o secretário de redação. Em 1º de maio de 1919, sai o primeiro número da revista, que, ao lado do título, traz a seguinte palavra de ordem: "Instruí-vos, porque precisamos da vossa inteligência. Agitai-vos, porque precisamos do vosso entusiasmo. Organizai-vos, porque carecemos de toda a vossa força" (GERRATANA, 2007). Gramsci compreendia que o PSI como refratário às mudanças atribui aos conselhos de operários em suas primeiras reflexões um papel significativo na direção da luta socialista a viabilizar a criação de um Estado proletário. Porém, entre

operários como as instituições que poderiam elevar o operário da condição de assalariado à de produtor, fazendo dos conselhos de fábrica, organismos privilegiados na construção do Estado operário socialista – em aliança com os camponeses. Essa é uma expressão italiana da experiência dos conselhos operários surgidos na Rússia, e que se constituía em uma proposta de democracia operária e de um Estado operário.

Neste aspecto, a emancipação do proletariado, que se faz presente em toda a produção marxiana e marxista, possibilita a Gramsci (1976, p. 144) afirmar que este propósito não seria obra de pouca importância nem de homens insignificantes; só quem, no meio da desilusão geral, mantiver o coração firme e a vontade aguçada como uma espada pode ser considerado um lutador da classe operária, pode ser chamado revolucionário. Os conselhos de fábrica (como primeira organização), os sindicatos e o partido são, portanto, instrumentos que objetivam elevar a condição da classe trabalhadora, desenvolver sua força política para que esta se torne classe dirigente e emancipada, a partir de um desenvolvimento orgânico de uma sociedade.

Desta forma, é que, na Itália, o proletariado poderia se tornar a classe dirigente e dominante e substituir o poder burguês, era preciso, para tanto, superar o pensamento burguês individualista e passar a pensar como operários membros de uma classe de intelectuais ou do moderno príncipe enquanto intelectual coletivo. Essa superação só viria a acontecer se fosse ajudada e seguida pela maioria dos estratos sociais, como exemplo, os intelectuais orgânicos. Sendo assim, o operariado industrial, representado pelo instrumento de luta, o partido¹⁹, teria a missão de organizar e politizar a classe trabalhadora, a fim de que esta pudesse se tornar orgânica na perspectiva revolucionária do novo homem, contrastando com os interesses do desenvolvimento capitalista conduzido pela burguesia, construindo uma nova hegemonia responsável pelo alcance do poder da classe trabalhadora.

Gramsci (2004b) apontava, por exemplo, que o sindicalismo na Itália nascera contra o regime solitário da burguesia no poder, forçando, no Estado, a entrada de outras demandas e estratégias políticas que não fossem de interesse estritamente burguês, isso caracteriza a Guerra de Posição, e, conseqüentemente, a contraideologia e contra-hegemonia como processo de construção do novo homem. Nesse contexto, porém, os intelectuais,

1919 e 1920, reconhece que existe no seio desses conselhos uma vontade por um partido político que defendesse os principais postulados da doutrina e da tática da Internacional Comunista (WAHL, 1980, p. 62).

¹⁹ Assumiria o papel de vanguarda na proposição de uma nova forma de organização social e política, atrelados às massas (proletariado e camponeses).

desempenhariam um importante papel na criação do sindicalismo italiano, atuando como intermediários sociais entre o Estado.

Para Gramsci, a grande responsabilidade do “moderno príncipe” seria a de superar as questões corporativistas, isto é, sair do que é denominado de momentos egoístas-passionais de classe (atividade econômico-corporativa) para adotar posição de vanguarda da classe operária na realização de seu plano socialista, que deveria se fortalecer por uma luta revolucionária, consciente e não revisionista. Portanto, a luta revolucionária prescindia da união entre camponeses, operários e “intelectuais proletarizados”, essa tríade formava a unidade do Partido de caráter orgânico-vanguardista e, portanto, revolucionário, que só poderia ser o PCI na construção da hegemonia das classes subalternas, com objetivo voltado à formação do Bloco Histórico – para que o partido viva e fique em contato com as massas, é preciso que cada um de seus membros seja um elemento político ativo, um dirigente (GRAMSCI, 2001c, p. 60-70).

Por isso, Gramsci (2001c, p. 61), nessa perspectiva de condução da luta, afirmava que os partidos e os sindicatos deveriam se colocar como agentes coletivos conscientes de sua própria libertação das opressões até então encarnadas no Estado burguês, por meio da criação de condições políticas que pudessem colaborar para a liberação das forças produtivas – atrelado à ideia de “catarse”²⁰ que seria a passagem dos interesses individuais aos interesses coletivos. Fica claro que, por esse viés, o salto de qualidade do sindicalismo foi quando tomou essa vertente de um sindicalismo orgânico e revolucionário, ou seja, quando as organizações sindicais se definiram claramente como classistas. O sindicato classista tem como princípio empreender a luta que se constitui contra-hegemônica contra o capital, empenhando-se em acentuar os antagonismos sociais e em alimentar o espírito de luta, conscientizando a classe como tática de conquistas de melhores condições sociais e de transformações sociais – luta pelo socialismo, saindo do âmbito meramente corporativista, economicista e de conciliação de classe, que é uma dimensão limitada e atinge o momento ético-político de fato e a real consciência.

Em fins de 1920, na véspera da implantação da NEP, surgiu no Partido uma discussão sobre o papel e as tarefas dos sindicatos, resultando em uma divergência de perspectiva entre Trotsky e Lênin. As teses que Trotsky apresentou no Comitê Central, representando Bukharin e Preobrajenski, afirmando a necessidade de reorganizar os sindicatos imediatamente, isto é,

²⁰ Pode ser empregado o termo “catarse” para indicar a passagem do momento meramente econômico (egoísta-passional) ao momento ético-político, isto é a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens (GRAMSCI, 2001c, p. 47).

estatizá-los e transformá-los em Correia de Transmissão do Partido às massas como uma roda dentada única, a partir da escolha de seus dirigentes pelo Estado operário, essa perspectiva encabeça uma luta contra Lênin por ele discordar dessa tarefa.

A divergência fica evidenciada no discurso²¹ que Lênin (1961e, *online*) proferiu nessa sessão, Lênin inicia observando que as teses de Trotsky sobre o papel e as tarefas dos sindicatos continham uma quantidade de erros teóricos e de inexactidões flagrantes. Os sindicatos são uma organização industrial, não só historicamente necessária, mas também historicamente inevitável, que nas condições da ditadura do proletariado engloba quase a totalidade dos operários da indústria. Continua Lênin (1961e, *online*) esta é a ideia fundamental, mas o camarada Trotsky esquece-a constantemente, não parte dela, não a valoriza. O próprio tema proposto por ele: “Papel e Tarefas dos Sindicatos” é excessivamente amplo. Por isso, para Lênin (1961e, *online*), Trotsky é muito infeliz com as teses, o que elas contêm de exato não é novo e volta-se contra ele, e o que contêm de novo é completamente falso. Assim, reafirmava os erros e equívocos de Trotsky, dadas as divergências de perspectivas que se manifestaram no seio do Comitê Central do Partido, na discussão, o Partido, respondeu à discussão e rejeitou por uma maioria esmagadora a linha errônea de Trotsky.

Assim, Lênin (1961e, *online*, grifo do pesquisador) afirmava que:

[...] de um lado, ao abarcar, ao conter nas fileiras da organização a totalidade dos operários industriais, os sindicatos são uma organização da classe dirigente, dominante, governante, da classe que exerce a ditadura, da classe que aplica a coerção estatal. Mas não é uma organização estatal, não é uma organização coercitiva, é uma organização educadora, uma organização que atrai e instrui, é uma escola, escola de governo, escola de administração, escola de comunismo. É uma escola de tipo completamente desconhecido, pois nos sindicatos não há mestres e alunos, mas certa combinação extraordinariamente original daquilo que ficou do capitalismo, e que não podia deixar de ficar, e do que realizam em seu seio os destacamentos revolucionários avançados, isto é, a vanguarda revolucionária do proletariado. Pois bem, falar do papel dos sindicatos, sem levar em conta estas verdades, significa chegar inevitavelmente a uma série de erros.

Portanto, Lênin defendia que as tarefas dos sindicatos consistiam em que eles fossem os artífices da nova vida, os educadores de novos milhões (escola de comunismo) e dezenas de milhões de seres que aprenderiam por meio de suas próprias experiências a dirigir o Estado e a produção. Nisso, residia a garantia infalível da defesa da causa socialista. Era preciso

²¹ Discurso na sessão conjunta de delegados ao VIII Congresso dos Sovietes e de membros do Conselho Central dos Sindicatos da Rússia e do Conselho de Sindicatos de Moscou militantes do PC(b) da Rússia, em 30 de dezembro de 1920 (LÊNIN, 1961e, *online*).

reconhecê-los dentro do contexto de transição como sendo uma série de rodas dentadas. Enquanto Trotsky entendia como uma única engrenagem que envolvia o conjunto de trabalhadores da cidade (operários da indústria) e do campo de maneira geral. Desse momento se extrai da discussão o que Trotsky defendia (estatização dos sindicatos) e o que defendia Lênin (os sindicatos como escola do comunismo e concebido como várias engrenagens).

Além dessa questão existiu outra que provocou a polêmica entre Lênin e Trotsky que foi a forma de abordagem às massas. Vejamos o que afirma Lênin (1961e, *online*) mas, pondo isso de lado, é justo perguntar qual a razão por que não conseguimos em nosso trabalho a seriedade de que tanto necessitamos. Isto se deve à divergência sobre os métodos de “abordar” as massas, de ganhar as massas, de “nos ligarmos” às massas, trata-se de como abordar as massas, de como ganhá-las, de como ligarmos a elas, de como garantir a boa marcha das complicadas correias de transmissão do trabalho (do trabalho destinado a exercer a ditadura do proletariado).

Nessa perspectiva das tarefas e papel dos sindicatos, estava a conquista das massas para a instituição plena do comunismo. A defesa que Lênin (1961e, *online*) fazia era de que não se poderia realizar a ditadura sem várias “correias de transmissão”, que vão da vanguarda às massas da classe avançada, e destas às massas trabalhadoras. Na Rússia, as massas trabalhadoras eram essencialmente camponesas; em outros países não existiam tais massas, mas mesmo nos países mais adiantados havia uma massa não proletária ou não puramente proletária. É esta efetivamente a razão da “confusão ideológica” que se estabeleceu entre Trotsky e Lênin.

No contexto dessa polêmica, Trotsky (UNIÃO..., 2018, p. 84) encabeçou a luta contra Lênin. Propôs “estatizar os sindicatos”, isto é, transformá-los em simples apêndices do aparelho de Estado, passando também a defender a nomeação de seus dirigentes pelo governo, isto é, os sindicatos seriam organizados pelo Comitê Central do Partido Comunista, transformando-os “Correia de Transmissão” do Partido, visando uma organização política orgânica no período de transição do capitalismo ao comunismo de forma unitária.

Trotsky (UNIÃO..., 2018, p. 84-85) com essa defesa negara as tarefas dos sindicatos, desconsiderando um dos principais fundamentos da Ditadura do Proletariado, o controle do partido sobre os sindicatos. O posicionamento dele fora motivado pela postura que tivera frente à reestruturação do país, com a implantação do Comunismo de Guerra em que teve que ser afastado da direção do exército vermelho e substituído por Lênin e Stálin. Vale ressaltar que nessa época os sindicatos exerciam importante papel na organização da produção, interferindo parcial ou totalmente em alguns ramos da economia, por meio da nomeação de

diretores nas empresas estatais e de delegados em conselhos diretores nas empresas de cogestão.

Todavia, Lênin (1961e, *online*) dizia que a política de Trotsky defendida no Comitê Central do Partido, tendente a estatizar e a “sacudir” os sindicatos só conduziria a uma cisão entre o Partido Comunista e os sindicatos e desligaria destes as massas trabalhadoras, o que já havia ocorrido na guerra civil, postura que afastava a ideia de educar e organizar as massas de trabalhadores, principalmente, na fase de nova política de industrialização do país.

Superada a era de pós-guerra, pós-Revolução e pós-guerra civil, o Comunismo de Guerra não era mais útil à estrutura de produção da sociedade soviética. Tanto camponeses reivindicavam a extinção das requisições forçadas, quanto operários reivindicavam produtos mais baratos.

É de fundamental importância para o processo de compreensão das funções do sindicato no período de transição à implantação do comunismo o que é destacado sobre o papel dos sindicatos no âmbito do capitalismo: no contexto pós-revolucionário suas funções deveriam ser de outra ordem, senão os sindicatos seriam vistos enquanto instituição criada sob o capitalismo, necessária no período de transição do capitalismo ao comunismo e cuja existência, mais tarde, seria problemática (LÊNIN, 1961e, *online*). Em relação a esse cenário, Lênin (1961e, *online*) afirmava que não existia mais a classe burguesa, mas também o Estado ainda não era totalmente operário, por isso se justificava a atuação dos sindicatos ainda nos moldes capitalistas.

É possível que isto tivesse feito com que Trotsky levantasse a questão de que uma grande parcela dos sindicatos havia participado das revoltas ou organizado greves durante o período de guerra civil, o que contribuía para uma desconfiança do Partido e do governo com eles. Uma fração do Partido, muito ligada aos sindicatos, havia inclusive apoiado as reivindicações da revolta, a chamada Oposição Operária, o que relativamente “autoriza” Trotsky a fazer a defesa da estatização dos sindicatos e Lênin a justificá-la por compreender o processo histórico e as contradições no campo empírico pós-revolução.

Na ideia de Trotsky, com essa medida, seria possível afastar os denominados agitadores irresponsáveis por sindicalistas preocupados com a produção. Essa proposta gozou de ampla antipatia entre os dirigentes sindicais e parte do Partido Comunista, e isso foi usado anos depois contra o próprio mentor.

Em contrapartida Lênin (1961e, *online*) afirmava que era a ocasião de se abordar a massa, conquistá-la e se ligar a ela, regulando o mecanismo complexo do trabalho para a

realização da Ditadura do Proletariado. Nessa controvérsia se percebe a diferença de pensamento entre o que defendia Lênin e o que defendia Trotsky.

Por fim, os sindicatos, com a consolidação do stalinismo, acabaram, ao fim da década de 1920, sob o controle a ferro-e-fogo do Partido e do Estado, pela ação legal e pela repressão – o Planejamento Centralizado ou Economia Planificada, isto é, o controle Estatal sobre a economia acabou aplicado em 1928.

Sendo assim, as características dos sindicatos modernos são, na verdade, amplamente distintas das dos sindicatos dos fins do século XIX, contudo esse debate continua tanto na Rússia pós-Revolução de 1917, quanto no Brasil, principalmente, a partir de 1922, ano em que foi criado o Partido Comunista. A vertente defendida por Bakunin na Internacional Comunista, por exemplo, teve forte influência na organização dos trabalhadores no Brasil no primeiro terço do século XX.

Tendo em vista que essa concepção se circunscrevia, de acordo com Trotsky (2008, p. 200), ao fascismo italiano, que transformara os sindicatos em organismos do Estado, levando até às últimas consequências as tendências inerentes ao capitalismo imperialista. Essa concepção política fazia frente na Europa Ocidental, tanto na Alemanha quanto na Itália, ao Comunismo Russo. Segundo Trotsky (2008, p. 201), nos países fascistas e semifascistas, seria impossível concretizar um trabalho revolucionário que não fosse clandestino, ilegal, conspirativo, como fora o caso de Antônio Gramsci, na Itália de Mussolini.

Os sindicatos, nesse contexto, não podem ser simplesmente os órgãos da democracia como na época do capitalismo concorrencial e já não podem ser politicamente neutros, ou seja, limitar-se às necessidades meramente imediatas da classe operária, caracterizada na pauta econômica como luta corporativa. Já não podem ser anarquistas, isto é, não podem ignorar a influência decisiva do Estado na vida dos povos e das classes. Tampouco podem ser reformistas, porque as condições objetivas não dão espaço a nenhuma reforma séria e duradoura. Os sindicatos, hodiernamente, podem servir como ferramentas secundárias do capitalismo imperialista para subordinar e disciplinar os operários e para impedir a revolução ou, ao contrário, transformar-se nos instrumentos do movimento revolucionário do proletariado.

Considerando essas duas possibilidades concernentes à organização e luta dos trabalhadores, é que se investigou se a experiência dos professores da educação básica no Maranhão, ao se organizarem politicamente no campo da oposição sindical, representou um movimento de vanguarda com essas perspectivas de atuação e se houve o confronto com a

organização e atuação do SINPROEEMMA como instrumento, alinhado a ditames do Estado capitalista.

2.3 A organização dos trabalhadores no Brasil e a relação com os fundamentos e os princípios marxianos e marxistas

Em relação ao sindicalismo europeu, o Brasil tem pelos menos cem anos de atraso. Este atraso tem relação direta com a formação social e econômica do país. Até o fim do século XIX, o Brasil produzia produtos agrícolas primários quase que somente para exportação: açúcar, café, tabaco, ouro etc.

A determinante que muda a configuração da organização da produção brasileira está ligada ao fim do tráfico negreiro e ao fim do trabalho escravo (1888), o que abre o processo de industrialização brasileira – o dinheiro que seria investido na compra de escravos, os empresários passam a investir na aquisição de máquinas que deram origem às fábricas.

No entanto, mesmo tardio, houve um aceleração no processo de urbanização e industrialização no Brasil que levou à adequação do Estado brasileiro à modernidade, o que se convencionou chamar de modelo desenvolvimentista²² e que, conseqüentemente, levou ao contínuo surgimento do trabalho assalariado – típico do modo de produção capitalista.

Nesse contexto, a imigração e o processo de urbanização e industrialização tornam-se importantíssimos no reordenamento social e econômico do país. Em consequência desse contexto, no sentido orgânico, ocorre que, além da demanda da emergência da

²² A obra *Revolução Burguesa no Brasil* (1975), de Florestan Fernandes, trata da questão. Isto é, de um longo processo que vai do início do século XIX aos desdobramentos do golpe militar, caracterizado por três etapas do desenvolvimento capitalista – expansão do mercado capitalista, expansão do capitalismo competitivo e expansão do capitalismo monopolista. Contudo, vale ressaltar que a ordem social moderna no Brasil não é democrática e aberta, senão para alguns; ou seja, a burguesia não realiza a revolução burguesa, no sentido de promover a universalização e a igualdade. Por isso, “a revolução burguesa teria assumido uma forma conservadora, a partir de uma coalizão entre as elites modernas (industrial) e as tradicionais (aristocracia agrária do café), a qual teria conduzido o trânsito para a modernização” (FERNANDES, 1975, p. 167). Portanto, a conciliação da burguesia representada no velho (estrutura econômica colonial agrária) e no novo (industrial – estrutura econômica do segundo ciclo da República, 1930, o capitalismo moderno), estabelece uma nova ordem legal e política. A dita Revolução Burguesa iniciada por Getúlio Vargas, até certo ponto, rompe com a velha estrutura de poder situada na economia colonial periférica ou dependente ou pode ser dita de outra forma, a burguesia se reestrutura por dentro da ordem, contudo precisa promover a reorganização do Estado nos moldes do nacional desenvolvimentismo, por consequência ocorre a reorganização econômica a do próprio direito da classe trabalhadora, não por concepção que vislumbre uma sociedade justa, mas por necessidade do novo modelo de desenvolvimento. Essa concessão impõe limites, a estratégia é banir do cenário político as forças de esquerda, os anarquistas e os comunistas. Nesses termos, desenvolvimento e democracia são categorias que se ordenam para manter o poder da burguesia com o mínimo de justiça social.

industrialização por recursos financeiros, maquinaria e pessoal habilitado, passou a existir demanda por maior escolarização, para suprir as necessidades públicas emergentes, distintas das do ensino colonial e imperial: escolas de ler e escrever e o ensino secundário com as aulas régias²³, além do ensino confessional²⁴, ligado às missões religiosas jesuíticas.

Surgem, por consequência, novos grupos que questionam o equilíbrio da República, dominada pela oligarquia de cafeicultores, até então hegemônica, econômica e politicamente, de forma incontestada. Na década de 1920, essa situação política começou a se reverter em função da queda de preço do café em âmbito internacional, levando ao desequilíbrio da balança comercial, o que culminou com a queda da bolsa de Nova Iorque, em 1929. O levante dos oficiais de contestação à oligarquia cafeeira paulista, conhecido como Tenentismo, marcou um momento político importante do país, carreando na eleição de Arthur Bernardes ao cargo de Presidente da República.

A contestação dos oficiais, de acordo com Giannotti (2007, p. 93), o Tenentismo, movimento de jovens oficiais, estendeu-se por toda a década de 1920, com revoltas e insurreições, o que deu origem à Coluna Prestes, sob a liderança de Luiz Carlos Prestes e Miguel Costa, esse levante, depois de dois anos do seu início, foi debelado e os seus líderes perseguidos durante longos anos. Seguindo Giannotti (2007, p. 93-94), os oficiais se encontravam quase todos, menos Luiz Carlos Prestes, na Aliança Liberal, movimento que instalou Vargas no Palácio do Catete, em 1930.

Assim, em 1930, Getúlio Vargas levou à derrubada a República Velha que o colocara no poder. Vale lembrar que, em 1929, Vargas dera início a campanha presidencial. De acordo com o princípio de sucessão, o acordo político estabelecido na política “café com leite”, entre Minas Gerais e São Paulo, deveria ser escolhido um mineiro para suceder o fluminense, considerado como paulista, Washington Luís.

Em meio a este processo político, o estado de Minas Gerais, de certa forma, assumira uma posição de contestação, ou seja, reivindicava o direito de fazer o presidente da república no processo sucessório. Os dois candidatos que se enfrentaram foram Júlio Prestes, representante dos cafeicultores, e Getúlio Vargas, candidato da Aliança Liberal, uma coligação das oligarquias de três estados: Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba. Getúlio

²³ As aulas régias compreendiam o estudo das humanidades, sendo pertencentes ao Estado e não mais restritas à Igreja – foi a primeira forma do sistema de ensino público no Brasil. Apesar da novidade imposta pela Reforma de Estudos realizada pelo Marquês de Pombal, em 1759, o primeiro concurso para professor somente foi realizado em 1760 e as primeiras aulas efetivamente implantadas em 1774, de Filosofia Racional e Moral.

²⁴ Escolas mantidas pelas missões de diversas ordens religiosas como os jesuítas, franciscanos e diocesanos.

Vargas, durante a campanha, prometia aos empresários uma maior participação na economia e aos trabalhadores uma legislação trabalhista que lhes desse maior proteção (GIANNOTTI, 2007, p. 91).

No entanto, o Presidente Washington Luís impõe, usando a máquina estatal dominada pelos paulistas, o nome de Júlio Prestes de Albuquerque, ligado à oligarquia paulista. Houve protesto da oligarquia gaúcha e do estado da Paraíba, para o rompimento do acordo político de alternância de poder entre mineiros e paulistas no processo sucessório presidencial. Assim, surgia no seio da oligarquia um grupo dissidente que reconhecia ser a via legal a única possibilidade de derrubar os paulistas da presidência da república, Getúlio Vargas foi escolhido para representar essa dissidência ao concorrer pelo partido da Aliança Liberal, porque parte de sua perspectiva política ia ao encontro da massa de trabalhadores urbanos, por exemplo, o estabelecimento das oito horas de jornada de trabalho.

Entretanto, no pleito, o candidato paulista fora eleito, o que resultou num levante da oposição por conta da derrota de Getúlio Vargas, contestava-se, então, o resultado da eleição de Júlio Prestes. Em 24 de outubro de 1930, o Presidente Washington Luís é deposto, e Getúlio Vargas toma posse no dia 03 de novembro, instaurando o governo provisório, que encerra a hegemonia paulista.

Desta forma, na esteira da economia capitalista, surge o trabalho assalariado, em substituição ao trabalho escravo. Ao transferir parte de seus lucros para as atividades industriais e ao propiciar a formação de um amplo mercado interno, a economia agroexportadora estabeleceu, em uma primeira fase, as bases necessárias para a constituição do capital industrial a se somar ao capital comercial e financeiro, bem como outro tipo de relação entre capital e trabalho, o que, conseqüentemente, gerou novas formas de direito sobre o trabalho e o surgimento de uma massa de trabalhadores que constituiria o operariado, principalmente, em São Paulo, onde a concentração de indústrias e as péssimas condições de trabalho possibilitariam mais tarde o surgimento das organizações sindicais operárias.

De acordo com José Albertino Rodrigues (1968, p. 09), os grandes artífices da grande transformação da organização do trabalho no Brasil foram os intelectuais e os imigrantes. Iam desde positivistas e evolucionistas até marxistas, bem como os adeptos do socialismo utópico e os anarquistas. Os imigrantes vinham motivados pelo que florescia na Europa e se irradiava por todo o mundo, encontrando aqui um campo fértil, de vez que o país se achava em pleno período de crise estrutural e de transição; os imigrantes, por sua vez, eram os portadores das novas ferramentas e das técnicas modernas que representam o gênio inventivo da era industrializada, capazes de quebrar barreiras e abrir novos horizontes.

Como constatam Sadi Dal Rosso e Magda Lúcio (2004), após estudarem seis sindicatos de professores de educação básica do Brasil, meio século separa a organização sindical docente das demais organizações sindicais. Para esses autores, o sindicalismo operário foi construído no Brasil entre os anos de 1890 e 1930 e o sindicalismo docente entre os anos de 1945 e 1975 – antes houve o associativismo, que pode ser considerado a pré-história do sindicalismo docente, e, logo em seguida, o sindicalismo docente do ensino privado. Fato este que demonstra uma organização política dos docentes tardia, o que termina por impactar negativamente em toda a organização política dos educadores no Brasil.

Assim, com o desenvolvimento da política econômica liberal, a partir da metade do século XIX, passando por quatro ciclos de desenvolvimento e crise até 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial, ocorre a formação do sindicalismo brasileiro, o qual não surge na mesma evolução processual por que passou o desenvolvimento do trabalho nos países da Europa Ocidental (Inglaterra, Alemanha e França), de forte formação capitalista, ou seja, passando por estágios evolutivos que vão do trabalho artesanal ao manufaturado, chegando ao trabalho industrial e ao trabalho realizado nas grandes indústrias, o que ocasionou a formação de proletariado industrial (ENGELS, 2010). No Brasil, a formação do operariado se dá já no contexto da industrialização, modelo econômico que sucedeu ao modelo agroexportador, baseado no trabalho escravo – República Velha, simbolizada pelo café, que aplicava a clássica política econômica liberal, que havia esgotado o seu ciclo, como afirma Giannotti (2007, p. 111).

Portanto, com a industrialização do Brasil surge o trabalho assalariado, que requer uma formação adequada e a consequente organização dos trabalhadores. Desta forma, o movimento operário mais estruturado marcado pela liderança de socialistas e anarquistas, manifestou-se por meio de greves, repressões e resistências, e uma imprensa própria. Outra característica do movimento operário foi o contínuo processo de organização de sindicatos que reivindicavam melhores salários, o que demonstrava uma luta exclusivamente econômico-corporativa.

Nesse processo de organização e formação, os diversos grupos sociais sentiram a necessidade do amparo subsidiado nas experiências trazidas pelos imigrantes. Essas experiências são de tendência anarquista na fase inicial, e socialista nas fases subsequentes.

Nesse cenário, dá-se o surgimento das profissões e dos profissionais liberais e dos trabalhadores, visando à formação do sujeito moderno. Desta forma, o aumento progressivo de professores e professoras vai gerando o processo de sua profissionalização, principalmente a partir de 1920, época em que vai se alastrando, por todo o Brasil, o aumento da demanda por

professores e professoras, acompanhando a industrialização da economia e a urbanização do país, ou seja, não era possível mais suprir tal demanda somente com profissionais oriundos das classes privilegiadas e médias – fazendeiros, comerciantes e funcionários públicos que não viviam exclusivamente do salário.

Não é de se estranhar, a partir do exposto, que o sindicalismo docente só veio iniciar cerca de setenta e cinco anos após a formação do sindicalismo operário. Enquanto o sindicalismo, em outros setores de atividade profissional como a indústria, começou a se estruturar no final do século XIX, ao se formar o mercado de trabalho brasileiro, o sindicalismo docente começa a se estruturar setenta e cinco anos mais tarde, o que ocorreu em 1945, como apontaram Dal Rosso e Lúcio (2004).

Na continuidade do desenvolvimento brasileiro, a década de 1920 é marcada por transformações diretamente ligadas ao modernismo e ao processo de urbanização e industrialização e todo esse processo reflete na sociedade, especificamente, na organização dos trabalhadores urbanos, que passaram a requerer, cada vez mais, melhores condições de trabalho, e melhores salários, fazendo aflorar as contradições que fomentariam a organização dos trabalhadores e, conseqüentemente, a luta por uma educação pública, universal, visando à ampliação do atendimento da instrução pública, educacional para, entre outras coisas, superar o analfabetismo, que de acordo com o senso demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (BRASIL, 1900-2010), em 1920, entre a faixa etária de 15 anos ou mais anos era de 65%, por meio de uma escola laica, democrática, gratuita e de qualidade.

Isso culminou com o “entusiasmo pela educação” e o “otimismo pedagógico”, fatores apontados por Jorge Nagle (2001), na obra *Educação e Sociedade na Primeira República*, que retrata essa constituição educacional, fundada no ideário liberal, segundo o qual, por meio da educação, haveria a consolidação dos ideais da democracia representativa e da industrialização como processo civilizatório, vale dizer: o novo homem brasileiro e a educação como alavanca do desenvolvimento, para além de ler, escrever e fazer as quatro operações.

Neste contexto, as ideologias já prontas, o anarquismo e o socialismo, chegam ao país trazidas pelos imigrantes europeus, isso de certa forma permitiu responder ao problema da formação e do desenvolvimento da consciência e identidade de classe entre os assalariados. O anarcossindicalismo mobilizou sobremaneira o movimento sindical operário desde as primeiras décadas do século XX, até a década de 1920, por meio da organização coletiva dos sindicatos.

A organização da classe trabalhadora levando à construção de associações como forma de ação coletiva para enfrentar uma adversidade é uma característica social que se perde no tempo. Ela remete à ajuda mútua e à solidariedade entre partícipes de uma mesma situação profissional ou de classe, resultando no que mais tarde se denominará de associativismo.

No contexto do que foi tratado no primeiro capítulo, ou seja, os fundamentos e princípios da organização política da classe trabalhadora de modo geral, em meio ao ambiente europeu da primeira revolução industrial, berço da moderna classe operária, traz-se, como preâmbulo do próximo capítulo, a explicação de Dal Rosso (2011, p. 17) sobre o objeto de análise, o sindicalismo no setor da educação:

O objeto é o sindicalismo no setor da educação. Sindicalismo, o substantivo; docente e trabalhadores de educação, os adjetivos. Do que decorre uma dupla visão sobre a teoria do sindicalismo na sociedade. A primeira, sugerida pela leitura conjunta do substantivo e do adjetivo é que a teoria do sindicalismo em educação está contida dentro da discussão geral do lugar e do papel do sindicalismo na sociedade. A segunda consiste em assumir que o sindicalismo em educação é uma esfera da vida social com estatuto de legitimidade igual a qualquer outra esfera de atividade para o estudo da atividade sindical. Em favor da primeira está toda uma tradição teórica construída pelas ciências sociais, pela ciência política e pela sociologia, durante mais de um século e meio de pensamento social. Isto significa dizer que a partir da teoria do sindicalismo em geral olha-se o sindicalismo em educação. Em favor da segunda está a especificidade do campo da educação na sociedade não apenas enquanto reprodutor ou transformador do sistema de relações vigentes, como, especificamente, enquanto a educação encarna uma das esferas em que predomina o trabalho imaterial, o que tem a ver especialmente com o empenho do afeto e do intelecto do trabalhador mais do que uma completa rotação na forma de ver a questão do sindicalismo docente, a saber: a partir do sindicalismo docente, olha o conjunto da atividade sindical.

Essa organização política vai desde o associativismo nos seus primórdios até o sindicalismo como uma forma mais elaborada. O referido autor aponta que o objeto sindicalismo, no setor educacional, está contido na discussão geral do lugar e do papel do sindicalismo na sociedade. Nesse sentido, tentou-se no primeiro capítulo resgatar um pouco da tradição teórica elaborada pelas ciências sociais em relação à organização política dos trabalhadores de modo geral no contexto europeu, tanto na luta pela transformação social, quanto na luta também corporativista pelos direitos dos trabalhadores, especificamente.

Já no segundo capítulo o objetivo é tratar das especificidades da organização docente no campo da educação na sociedade, ou seja, como elemento inserido dentro do contexto da vida social igual a qualquer outra atividade social. Portanto, esse será o lugar de fala: a organização dos trabalhadores desde sua forma mais elementar – o associativismo, como na

sua forma mais elaborada – o sindicalismo, para situar o objeto de análise, fundamento desta tese, a partir dos paradigmas tratados no primeiro capítulo, sustentando o resgate histórico aqui elaborado.

3 A GÊNESE DA ORGANIZAÇÃO DOCENTE NO BRASIL: desenvolvimento histórico da formação associativista e sindicalista e o contexto político-econômico e educacional

A escolha do modelo associativo mais adequado aos professores foi objeto de longas controvérsias, bem como as suas filiações políticas e ideológicas. Mas as práticas associativas pautaram-se quase sempre por três eixos reivindicativos: melhoria do estatuto, controle da profissão e definição de uma carreira. O prestígio dos professores no início do século XX é indissociável da ação levada a cabo pelas suas associações, que acrescentam à unidade extrínseca do corpo docente, imposta pelo Estado, uma unidade intrínseca, construída com base em interesses comuns e na consolidação de um espírito de corpo.

(NÓVOA¹, 1991, p. 18)

Este capítulo trata da gênese do associativismo e do sindicalismo docente no Brasil e permite ao leitor compreender os elementos históricos referentes ao desenvolvimento das entidades representativas do segmento profissional docente. São abordados aspectos teóricos e metodológicos da literatura sobre o surgimento do associativismo e do sindicalismo docente brasileiro. Trata-se de uma contextualização importante para a compreensão de como esse processo se deu no Maranhão, *locus* do objeto de estudo desta tese.

O histórico emergente da organização da classe trabalhadora permite contextualizar o objeto de pesquisa, uma vez que os estudos apontam que o associativismo operário e de outros ramos do trabalho tem sua organização anterior às organizações ligadas ao próprio magistério, como afirmam Dal Rosso e Lúcio (2004, p. 118) a organização do sindicalismo docente é tardia em relação à do sindicalismo operário.

Dividiu-se este capítulo em sete subitens: o primeiro versa sobre a emergência da organização dos trabalhadores em educação no contexto brasileiro; o segundo sobre a organização dos trabalhadores e das trabalhadoras em educação: do associativismo ao sindicalismo docente; o terceiro volta-se para a Educação e a organização docente em tempos de redemocratização do país; o quarto subitem debruça-se sobre o Golpe civil-militar e a estrutura do sindicalismo de Estado; o quinto subitem aborda as consequências do Golpe

¹ António Manoel Sampaio Nóvoa é um dos maiores especialistas internacionais no campo da História da Educação e da História da Formação Docente. Nascido em Valença do Minho em Portugal, no dia 12 de dezembro de 1954, é professor catedrático do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, instituição na qual leciona desde 1986. É também reitor honorário da Universidade de Lisboa, onde ocupou a reitoria entre 2006 e 2013 (BOTO, 2018, p. 02).

civil-militar na organização dos trabalhadores e trabalhadoras docentes; o sexto subitem explora a emergência do novo sindicalismo e a necessidade de uma nova pauta na luta dos trabalhadores; o sétimo subitem descreve a estrutura política dos anos 1990 e o sindicalismo docente.

3.1 A emergência da organização dos trabalhadores em educação no contexto brasileiro

No último quartel do século XIX, por volta de 1873, são criadas diversas associações de professores no universo da Corte, as quais visavam à defesa dos seus interesses profissionais. No período republicano, a partir de 1889, começam a se multiplicar entidades associativas representativas de professor por todo o país. De acordo com Erlando Rêses (2008, p. 69), em 1901, foi criada, em São Paulo, a Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (ABPPSP).

Vale ressaltar que o associativismo no Brasil se organiza a partir de concepções nacionais e das de estrangeiros vindos do continente europeu que tiveram contato com estas organizações em seus respectivos países. Os imigrantes que chegaram para trabalhar, nos mais diversos ramos da produção e serviços, trouxeram, com suas experiências laborais, concepções de cunho anarquista e socialista para o campo associativo e sindical em meio à organização institucional do campo educacional do século XIX e início do século XX. Tal perspectiva política influenciou todo o tecido organizativo dos trabalhadores brasileiros no início do século XX.

No campo da organização coletiva docente, o professorado, em nível nacional, foi mobilizado por duas concepções principais, uma anarquista e outra de formulação de pensamento católico. É necessária alusão ao marco inicial à segunda metade do século XIX – no ano de 1870,² período em que já se engendrava a organização da luta coletiva dos professores na Corte Imperial, no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Pernambuco. A partir de então, nas três primeiras décadas do século XX, de acordo com Paula Vicentini e Rosario Lugli (2011, p. 175-176), passa-se a identificar um número significativo de associações de organização mutualista e um número restrito de sindicatos que lutavam pela organização dos docentes em diversas localidades do país (São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Distrito Federal), para defender os interesses coletivos, como a tentativa de influenciar no debate

² Nesse período, de acordo com Daniel Lemos (2006, p. 133), surgem entidades de caráter variado, beneficentes e de auxílio mútuo, de caráter mais corporativo ou de cunho científico, muitas vezes presentes em uma única organização.

sobre seu trabalho, saberes, práticas, valores e o próprio campo profissional, inclusive, financeiro.

No Maranhão, em 1912, de acordo com Robson Silva (2013, p. 212-213), surge a primeira entidade voltada para a representação do magistério, a Associação Pedagógica Almir Nina (APAN), que tinha um caráter corporativo-associativo e formativo-científico, essa iniciativa não obteve muito sucesso, principalmente em função de que os trabalhadores do magistério eram um número reduzido de 345 professores com grande parcela oriunda da classe dominante, e, portanto, com formação elitista nas escolas normais, essa formação elitista de caráter confessional estava mais ligada à formulação de pensamento católico do que anarquista.

Em 1920, a tentativa de reorganização de uma associação, no Congresso Pedagógico, demonstra que o magistério ainda buscava consolidar sua organização e dar perenidade ao funcionamento da associação, tendo em vista que o associativismo, como instrumento de luta política, ainda era algo novo para o magistério e, principalmente, para o maranhense. Robson Silva (2013, p. 103) destaca ainda que, embora a densidade docente por si só não tenha se traduzido em uma condição de organização associativa ou sindical – pois é necessário que ela esteja envolta em um projeto político e de consciência social questionadora da ordem –, ajudou na organização dos trabalhadores, na sua maioria docentes do ensino primário, pois a carreira estava mais estruturada.

No início do século XX, são criadas instituições de representatividade tanto em nível regional quanto em nível nacional. Em nível nacional, a Associação Brasileira de Educação (ABE), fundada em 1924, pretendia dar um caráter nacional a sua organização com a criação de seções em todos os estados, a exemplo disso, Levi Carneiro (presidente da ABE), de julho a outubro de 1925, viajou pelo país, buscando o apoio das diretorias de instrução pública de cada estado. Nesse instante de itinerância do presidente da ABE, foi registrada sua passagem no Maranhão. De acordo com Silva (2013, p. 120), surge então, no cenário associativo maranhense, o departamento local da ABE e, em nível local, é criada a Associação de Professores Normalistas do Maranhão (APNM).

Em 1926, no cenário nacional, é constituída a Confederação dos Professores do Brasil (CPB), que reunia professores do ensino secundário e tinha caráter anarquista e de organização mutualista.

Essas são as condições subjetivas e objetivas, importantes elementos para o desenvolvimento da organização docente, que ainda não estavam dadas no Maranhão, o que

não permitia uma visão de organização coletiva, em termos de números de docentes e em relação à sua própria formação elitista.

Observe-se que, no conjunto de transformações³ ocorridas na década de 1930, no Brasil, a incipiente classe média não tinha mais quadro para suprir a demanda de novos professores, recrutando-os agora nas classes populares. Assim, a partir de 1940, a maioria dos mestres passou a depender exclusivamente dos salários para sua sobrevivência, o que caracterizou a recomposição social da categoria, e, portanto, mudou a estrutura da sua organização social, política e reivindicativa.

O processo de industrialização se estruturou até 1945, houve assim aumento da densidade na mão de obra, e de diversificação da produção, especialização da produção, dentre outras mudanças. O comércio brasileiro tem um surto de desenvolvimento devido à Segunda Guerra Mundial, todavia as condições de trabalho não acompanharam em termos de melhoria. Nesse período, o sindicalismo se consolida. Embora o sindicalismo docente estivesse se estruturando, era ainda muito incipiente, em relação à organização dos demais trabalhadores, como os sindicatos operários. Segundo Vicentini e Lugli (2011, p. 178), o segmento do magistério secundário se amplia em função do crescimento do número de vagas no ensino médio nas redes particular e pública.

As associações foram responsáveis pela congregação dos diversos conjuntos diferenciados e múltiplos de indivíduos, segundo modelos e formas que variarão ao longo do tempo, mas também buscaram afirmação de classe. A esse respeito, Vicentini e Lugli (2011, p. 178-179) afirmam que a heterogeneidade da categoria resultou em diferentes representações acerca da profissão e da própria pauta de reivindicação do movimento docente.

³ Os marcos que contextualizaram a ruptura decorrente da “Revolução” de 1930, que mudou o rumo do avanço da acumulação capitalista no país – redefiniu o papel do Estado na área econômica na direção nacionalista e intervencionista, com vistas a consolidar o polo urbano-industrial. A mudança do modelo capitalista agroexportador para o moderno modelo urbano-industrial visava ao desenvolvimento das forças produtivas, alterando a própria organização do trabalho e a própria formação da força de trabalho, voltada a disciplinar como condição necessária à aceleração do processo de industrialização, isto é, de reestruturação produtiva e mudança técnico-científica. Isto posto, de acordo com Paulo César de Souza Ignácio (2010, p. 142), a intensificação do capitalismo industrial no Brasil, ocorrida a partir da “Revolução” de 30 e a consequente complexificação da sociedade brasileira, acabou por determinar novas demandas no campo da educação, especialmente no campo da educação profissionalizante, trazendo modificações também nas próprias ações do Estado. Como consequência de tal processo, assevera Demerval Saviani (1998b, p. 57-58), são promovidas as reformas educacionais no referido período. Dentre estes ajustes, é importante destacar as chamadas reformas Francisco Campos e Capanema, levadas a efeito, respectivamente, em 1931/2 e em 1940 – essa última no auge da vigência do Estado Novo. A implementação de tais reformas buscavam garantir exatamente tal disciplinamento.

Quanto aos sindicatos docentes, alguns surgem entre 1930 e 1940, no entanto, como afirma Silva (2013, p. 103), a década de 1970 representou um momento áureo dessas organizações, foi o período em que eclodiram diversas greves e o magistério se engajava na luta mais geral pela democratização, desenvolvimento e igualdade social do país, que vivia sob a égide da ditadura civil-militar.

Na Primeira República, os docentes tinham uma formação elitista nas escolas normais, cuja clientela era representada pelas filhas dos fazendeiros, dos grandes negociantes, dos altos funcionários públicos e dos profissionais liberais bem-sucedidos. A organização docente, então, tinha caráter mutualista. Rêses (2008, p. 72) observa que o perfil mutualista, no período de 1901 a 1931, teve importante representatividade em estados pioneiros do sindicalismo docente da educação básica (RJ, SP, MG, PE e RS), os quais, embora apresentassem uma configuração social de característica reprodutivista que dificultava a constituição de sindicatos, representam o início da organização política docente no Brasil.

Entre 1930 e 1970, havia o controle social exercido pelo Estado. A partir de 1931, a Lei de Sindicalização, por exemplo, instituiu a proibição aos sindicatos de fazerem greve política, criar central sindical e se filiarem a organismos internacionais. O governo promove tal medida visando estabelecer interferência e controle dos sindicatos por meio do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), criado em 26 de novembro de 1930 – o que caracteriza o Estado intervencionista.

Dal Rosso e Lúcio (2004, p. 118), ao lembrarem que existe um período de 50 anos que separa a construção sindical operária da organização sindical docente, desconsideram as associações anteriores aos sindicatos como organizações representativas das categorias docentes. Contudo, este estudo requer uma análise macro de toda a constituição da organização dos docentes, ou seja, é preciso fazer o levantamento histórico como forma didático-metodológica de apreensão do objeto de estudo na realidade.

Não por acaso, ao longo do século XX, em vários estados, surgem associações de professores públicos, primários e secundários. Desse estágio para a eclosão das primeiras greves, só faltava a inflação e um ambiente mais democrático, o que ocorreu depois da Ditadura Vargas, ou seja, a partir de 1946. Portanto, a profissionalização do magistério e a sua valorização salarial passaram a ser os aspectos mais visíveis da luta social dos docentes.

No entendimento do fenômeno educação inserido no contexto político e econômico, importa ressaltar que a revolução de 1930 carregou a política de substituição do liberalismo por uma política de intervenção do Estado na economia, marcando o fim da economia

agroexportadora cafeeira e a estruturação da industrialização do país. Portanto, o ano de 1930 é um marco no sindicalismo no Brasil.

É o momento em que o governo de Getúlio Vargas interveio na economia para promover a expansão industrial e sua nacionalização e exercer o controle sobre as instituições sindicais que seguiam a linha anarquista. Para tanto, cria o Ministério do Trabalho e da Indústria e, em seguida, em 1931, promulga a Lei de Sindicalização, permitindo aos sindicatos funcionarem livremente, desde que se adequassem às atribuições legais. Com essa medida, o governo Vargas lança as orientações para o sindicalismo do país, passando da característica de órgãos de luta da classe operária para colaboradores do Estado: o sindicato ficava proibido de fazer política, greve, criar central sindical e se filiar a organismos internacionais, o que vem a caracterizar o sindicato de Estado. O Decreto 19.770/1931, que regula a sindicalização das classes patronais e operárias, constituiu-se no instrumento utilizado para enquadrar o funcionamento dessas entidades, inclusive, negava o direito aos servidores públicos de sindicalização (BRASIL, 1931).

Em 1934, a Constituição institui, no artigo 122, a Justiça do Trabalho, assegurando a pluralidade e autonomia sindical (BRASIL, 1934). No entanto, em 4 de abril de 1935, é instituída a Lei de Segurança Nacional (BRASIL, 1935), que atinge direta, e principalmente, o movimento operário e o Partido Comunista Brasileiro (PCB). A partir desse instante, os sindicatos livres que restavam foram fechados, com execução de prisões das suas lideranças. Como forma de preparação do sindicalismo corporativo, tutelado pelo Estado e simpático aos empresários industriais, foi alterada a estrutura dos sindicatos, impondo um sindicato único, com a proibição dos sindicatos que não fossem o oficial.

Ao tempo da instituição do Estado Novo, a classe operária já vinha com força debilitada no que se refere a seu potencial reivindicatório e de luta sindical diante das medidas do governo de Vargas. Contudo, as medidas nesse instante aprofundaram a tutela do Estado sobre a organização política dos trabalhadores, por entender que as forças intermediárias entre o governo e as massas (Congresso dissolvido e sindicatos com ação limitada), refletiam na proibição dos trabalhadores de fazerem greve e de se organizarem livremente.

Os sindicatos se tornam, dessa forma, instrumentos sem expressão política, com permissão para agirem como entidades recreativas e assistencialistas: um fator desmobilizador da ação política combativa dos sindicatos. O princípio corporativista é uma expressão de controle social como forma de diluir a luta de classes na perspectiva centralizadora que negava a intermediação política – os sindicatos corporativistas tinham como função conciliar e harmonizar as classes sociais, isto é, os interesses antagônicos –, esta é uma forma de

cooptação dos trabalhadores para a ideologia trabalhista que tinha o intuito de dirimir as contradições entre capital e trabalho.

De acordo com Giannotti (2007, p. 126), em 1944, foi criado o Movimento Unitário dos Trabalhadores (MUT), que apareceu, abertamente, em 1945. Esse movimento estava organizado em 13 estados diferentes, teve a adesão de mais de 300 dirigentes sindicais. Entre suas reivindicações estava, por exemplo, a extensão das leis trabalhistas aos trabalhadores do campo, melhoria nas leis sociais, assistência social e liberdade sindical.

Dessa forma, o Estado varguista instaurava as bases para aprovação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e o reconhecimento dos sindicatos pelo Estado era submetido à Comissão de Enquadramento Sindical (CES) do MTIC, o que caracterizava as organizações sindicais como instrumento controlado pelo Estado. Tal medida teve a intenção de combater o sindicato como instrumento de luta ideológica, extremista e revolucionária.

3.2 A organização dos trabalhadores em educação: do associativismo ao sindicalismo docente no Brasil

Neste item, aborda-se a organização dos trabalhadores em educação, buscando revelar o processo histórico que possibilitou explicitar o desenrolar do contexto em que as organizações docentes foram criadas e desenvolvidas. Contudo, ressalta-se que, em função do recorte do objeto de análise, serão feitos apenas alguns apontamentos mais gerais sobre o campo de pesquisa do movimento docente, necessitando, portanto, de uma sistematização da sua temporalidade.

As instituições de organização dos trabalhadores docentes, em sua maioria, têm início na primeira década do século XX. É fato que os trabalhadores do setor operário iniciam sua organização em um período anterior, tal organização se estrutura muito influenciada pelas concepções anarquistas e socialistas, trazidas por imigrantes europeus, característica que se segue pelas décadas seguintes.

Com a criação da ABE em 1924, são implementadas as primeiras formas de ação coletiva de que faziam parte signatários do movimento renovador. A criação das primeiras associações é uma consequência do processo de urbanização e industrialização que o Brasil vivenciava e a consequente organização da classe operária em expansão no país, período de transição entre um Brasil agrário para um modelo moderno advindo do processo de industrialização.

No contexto do Estado intervencionista de Getúlio Vargas, no início de 1932, surge o movimento liberal com vistas à renovação da educação, conduzido pelos integrantes do movimento renovador que irão redigir e assinar o *Manifesto dos Pioneiros da Educação*⁴, defensores do escolanovismo, ligados à ABE, para estabelecer uma disputa com a outra associação de tendência política católica – a Confederação Católica Brasileira de Educação (CCBE) e as Associações de Professores Católicos (APC), também ligadas às classes dominantes.

Os liberais escolanovistas, em articulação com a ABE, tiveram papel fundamental no processo de mudança entre a educação tradicional e a educação nova e progressista e, portanto, na defesa de uma educação laica, caracterizada como princípio de uma política liberal. Também foi importante nesse período a participação dos militantes anarquistas na CPB, para a organização da categoria profissional docente em uma perspectiva da Escola Nova.

De acordo com Vicentini e Lugli (2011, p. 174-175), no Rio de Janeiro (desde 1870), em Pernambuco (1879) e no Paraná (1906), o professorado já se reunia em torno da defesa de suas causas e da própria educação. Em São Paulo, no final do século XIX, parte do professorado era sensível à organização em associação, que seria fundada em 27 de janeiro de 1901, denominada de ABPPSP. Em 1930, é fundado o Centro do Professorado Paulista

⁴ Ver Otaíza de Oliveira Romanelli, na obra *História da Educação no Brasil (1930/1973)*, a referida autora atribui ao movimento dos pioneiros da educação o termo “lutas ideológicas em torno da educação na primeira fase do novo regime” (2010, p. 145-146). Segundo a autora, as lutas ideológicas se deram no marco das reformas educacionais, ocorridas a partir da “Revolução” de 1930, é neste momento que o movimento renovador, baseado nos seus princípios, reivindicava a institucionalização da escola pública e sua expansão e dava ênfase na necessidade de permanência da laicidade da educação (presente desde à Constituição de 1891), assim como reivindicava a igualdade de direitos dos dois sexos à educação e a obrigatoriedade de o Estado assumir a função educadora e a coeducação. Esses três aspectos constituíram o pomo da discórdia entre os educadores que, pela Associação Brasileira de Educação, acorriam às Conferências Nacionais de Educação. Em meio a estas reivindicações, dois grupos se definiram: o dos que promoviam e lideravam as reformas e o movimento renovador, e o dos que, em sua maioria católicos (reformadores, partidários da escola tradicional e, portanto, partidários da velha ordem), combatiam sobretudo os três aspectos acima citados, ação esta que visava à garantia da continuidade do seu monopólio sobre o ensino no Brasil, enquanto o movimento renovador, defendia a implantação efetiva do ensino público, de âmbito nacional obrigatório e gratuito em que o Estado assumiria o controle da educação. Portanto, o que marca a atuação do movimento renovador é “o direito de todos à educação”, por isso reivindicava que o Estado assegurasse às camadas menos favorecidas o mínimo de educação compatível com o nível do desenvolvimento então alcançado, e, portanto, a luta entre esses grupos não estava circunscrita somente à luta ideológica, também estava mesclada de aspectos políticos e econômicos. Romanelli (2010, p. 147) define como surge o “Manifesto dos Pioneiros da Educação”, diante das controvérsias e disputas entre renovadores e católicos no âmbito dos Conferências de Educação, promovidas pela ABE, principalmente, na ocasião da elaboração dos projetos das Constituições de 1934 e 1937, o movimento renovador resolveu tornar público seus princípios: o *Manifesto dos Pioneiros da Educação*, publicado em 1932.

(CPP). Conforme destaca Silva (2013, p. 139), segundo informação encontrada no Diário Oficial de São Luís, no Maranhão, em 29 de abril de 1931, foi fundada a Associação de Professores Normalistas. Essa entidade era voltada à proteção daqueles que atuavam no ensino primário no estado do Maranhão.

Ao longo de toda a Primeira República, em alguns estados foram fundadas diversas entidades representativas dos docentes nos moldes do associativismo. Assim, como primeira forma de atuação coletiva, o associativismo apresenta como aspectos centrais a fragmentação das lutas da categoria, a ausência de debates mais amplos que discutissem a política educacional, e a predominância do debate com os governantes, em detrimento das práticas combativas. Em linhas gerais, a década de 1920 apresenta significativos debates e reformas na educação, embora as entidades apresentassem um caráter corporativo e assistencialista, com ênfase na prestação de assistência aos professores. Em função desse quadro, foi fundamental a criação de uma entidade nacional como a ABE, em 1924, com o propósito de articulação e organização da luta nas diversas unidades federativas.

A constituição da carreira, ampliação da rede de ensino no Brasil e a consequente regulamentação da carreira pelo Estado serão fatores basilares para o associativismo ser a primeira forma de organização docente no transcorrer dos séculos XIX e XX, o que tem relação com a forma como o processo de regulação do trabalho vai se ordenando e/ou se ajustando, atrelado às transformações do cenário político e econômico. Assim, surgem novas organizações e dá-se a reestruturação da identidade de classe.

É importante destacar que a história da organização docente não foi só uma luta corporativa e salarial, mas uma forma de esforço sobre a caminhada do direito à educação, construída a partir das políticas educacionais, o que demonstra a trajetória da organização docente por meio da criação de associações e sindicatos.

Resgatar o processo e a dinâmica em que os professores passam a constituir-se e desenvolver-se como grupo profissional é necessário neste percurso, considerando a luta desenvolvida em algumas unidades da federação, a qual estimulou o surgimento ou consolidação de diferentes organizações docentes, com a observação de que o tipo de intervenção estatal na economia exige determinadas formas de comportamento dos funcionários.

A esse respeito, importa lembrar que a regulamentação da profissão docente, ocorrida no Brasil com a decisão do governo Federal de instituir o registro de Professores, por meio do Departamento Nacional do Ensino, ao mesmo tempo que regulava a organização dos trabalhadores do ensino em 1931 – possibilitando a criação de identidade profissional –

implicava limites a sua organização enquanto categoria de trabalhadores de um ramo do trabalho profissional. Contudo, organizava-se, assim, movimento social dos profissionais na defesa dos seus interesses frente ao Estado.

Por isso, uma questão significativa para apreensão do fenômeno da constituição dos professores como grupo profissional será o papel do movimento associativo e sindical, na luta em defesa dos interesses e pela legitimação da categoria de professores frente ao Estado e a sociedade. Para Vicentini e Lugli (2011, p. 174), qualquer tentativa de reconstruir a história do movimento docente precisa considerar que as iniciativas têm se desenvolvido, principalmente, em nível estadual, por conta do caráter descentralizado do sistema de ensino.

Não é por acaso que surgem diversas associações de professores públicos, primários e secundários, como foi o caso do Rio Grande do Sul, em 1929, com a fundação da Associação Rio-Grandense de Professores (ASRP), e em seguida a Associação Civil, que nasceu como Centro dos Professores Primários Estaduais do Rio Grande do Sul (em 21 de abril de 1945) e depois mudou seu nome para Centro dos Professores Primários do Estado do Rio Grande do Sul, em 1966, quando foram incluídos docentes que não pertenciam à rede estadual, por causa da municipalização do ensino que vinha ocorrendo naquele período; e, para Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS), em 1973, quando ingressaram em suas bases os professores de escolas secundárias; sendo finalmente transformada em Sindicato em 1989. Em 1990, incorporou os demais funcionários em sua base, e em 1996, após anos de debates, filiou-se à Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Precisamente em 1930, em São Paulo, foi criado o CPP, coexistindo com a ABPPSP, fundada desde 1901, com representatividade somente dos professores primários, enquanto os professores secundários estavam sem representatividade. Em 12 de março de 1945, nasce, em uma fase de democratização do país, a Associação dos Professores do Ensino Secundário e Normal Oficial do Estado de São Paulo (APESNOESP), inicialmente caracterizada como assistencialista, constituindo-se assim até 1978. No início da década de 1970, a APESNOESP passará a representar os professores secundários, como consequência da expansão do ensino secundário e normal ocorrida com a Lei nº 5.692/1971 (BRASIL, 1971). Em 1979, renasce a entidade na perspectiva de atuação do “novo sindicalismo”⁵ e passou a ser denominada

⁵ O que define essa perspectiva são os fatos sociais e políticos que se desenvolveram a partir de maio de 1978, no ABC paulista, onde o trabalho estruturado (e integrado), das indústrias e dos serviços estava organizado. Nesse sentido, constitui-se em um cenário político e social rico em experiências de organização e luta da classe trabalhadora no Brasil, numa perspectiva de unidade e enfrentamento contra o governo e contra os patrões. É nesse espaço que se concentra uma luta salarial, de caráter generalizante, que envolve uma série de categorias assalariadas. O que caracteriza um novo processo

Associação de Professores do Ensino Oficial de São Paulo (APEOESP), com expressão sindical, e desde 1988, tornou-se legalmente sindicato.

Embora, no final da década de 1920, no Rio de Janeiro, existissem registros de luta dos professores que trabalhavam nas cercas de 65 escolas particulares então existentes, uma vez que ganhavam apenas por aula ministrada, sem direito a receber pelos feriados, dias festivos e períodos de férias escolares, essa realidade só começaria a se modificar a partir da revolução de 1930.

Nesse sentido, em 1931, foi criado um dos primeiros sindicatos dos professores do Brasil, o Sindicato dos Professores do Ensino Secundário e Comercial do Distrito Federal, congregando somente o magistério de ensino secundário privado, o que se mantém até a atualidade sob a designação de SINPRO-Rio. Na década de 1930, em função da estratégia do governo para afastar as influências anarquistas e comunistas, torna-se quase impossível a criação de entidades de natureza combativa de cunho político-ideológico, como forma de organização dos trabalhadores públicos. Essas duas correntes precisaram se inserir no contexto do sindicalismo de Estado para exercitarem sua natureza combativa, como foi o caso dos comunistas que assumiram a direção do SINPRO-Rio.

Em Minas Gerais, também em 1931, foi fundada a Associação dos Professores Primários de Minas Gerais (APPMG), que, com caráter assistencialista, encampou diversas lutas em defesa da categoria docente. Em 1979, na histórica greve que ocorreu nesse ano, deu origem a União dos Trabalhadores do Ensino (UTE), e, posteriormente à Constituição de 1988, passou a ser denominado de SindUTE/MG.

No estado do Piauí, de acordo com os estudos de Romildo Araújo e Antônio Lopes (2013, p. 228) a primeira tentativa de organização dos docentes ocorreu a partir dos anos de 1940, quando fundaram a primeira associação profissional, agrupando professores da capital – Associação de Professores dos Cursos Primário, Secundário e Classes Anexas (APPCPS), em meados da década de 1940. Essas organizações assumiram diferentes configurações ao longo dos anos, como a Associação dos Professores Secundários de Teresina (APPST), a

social e político, que se deflagra com a criação, num primeiro momento, de uma nova esquerda, o PT, ao lado de outras organizações políticas de esquerda e, mais tarde, em 1983, da CUT. Nesse momento, ocorria uma série de eventos de greves gerais e de greves por categorias, e ainda greves por empresas, que atingem as mais diversas expressões da classe trabalhadora e uma série de manifestações que indicam, no decorrer dos anos de 1980, o espírito de luta e resistência operária e popular, de um Brasil que clamava por democracia política e social. Esses elementos políticos e sociais se caracterizam como as condições concretas para uma “explosão do sindicalismo”, ou ainda, de um “novo sindicalismo” que surgia e desenvolvia o renascimento do movimento sindical. (ALVES, 2000a, p. 112).

Associação dos Professores do Ensino Médio Oficial do Estado do Piauí (APEMOP) e a APEP (Associação Piauiense de Professores).

Em 1947, surge a Federação dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino (FETEE) com sede no Rio de Janeiro e base territorial em todo o Brasil, com exceção do Estado de São Paulo, que criou a Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino de São Paulo (FETEE/SP).

Em 1948, aparecem no cenário da organização dos docentes no Brasil a União dos Professores Primários do Distrito Federal (UPP-DF) e a União dos Professores Primário do Estado da Guanabara (UPPEGB). No Maranhão, em 1945, surge a Associação dos Professores Secundários e Primários de São Luís (APSPSL), que recebe a carta sindical e passa a atuar na rede de ensino privado. Contudo, vale destacar que a essência autoritária e a repressão aos movimentos dos trabalhadores se mantêm entre os anos de 1945 a 1951.

No contexto político dos anos de 1950, Silva (2013, p. 111) informa que a pauta reivindicativa tomava as ruas com passeatas ou ameaçava fazer greve, como ocorreu em Pernambuco e na Bahia. A insatisfação do professorado entre 1955 a 1958 foi registrada na imprensa ligada ao CPP. Assim como, de acordo com Silva (2013, p. 111) a insatisfação do professorado em Minas Gerais, Bahia, São Paulo e Pernambuco, embora demonstre forma diferente de estratégia de atuação, indica que a omissão dos governos em relação às pautas econômicas compelia gradativamente o magistério a ser mais proativo em suas reivindicações e, por sua vez, usar o expediente da greve.

Nesse processo de organização e luta dos docentes, em 1957, existia uma APEP. Já em 13 de setembro de 1959 a APPST era transformada em sindicato, conforme carta expedida pelo Ministério do Trabalho. Em 1967, foi criada APEMOP.

No Ceará, de acordo com Danusa Almeida (2017, p. 129), o surgimento do associativismo de professores públicos remonta a década de 1950. A entidade fundada foi o Centro de Estudo e Recreação do Magistério Primário do Ceará (CERMAPCE). No entanto, a primeira associação fundada foi a Associação dos Professores dos Estabelecimentos Oficiais do Ceará (APEOC), registrada em fevereiro de 1962, com o propósito de representar os professores secundaristas. Até então tinha somente a Congregação de Professores na rede pública e o Sinpro na rede privada. Em 1962, a Associação dos ex-alunos da Faculdade Católica de Filosofia do Ceará foi transformada em Associação dos Professores Licenciados do Ceará (APLEC). Em 1966, foi fundada a Associação dos Professores Registrados do Ceará (APREC).

No estado de Sergipe, nos anos de 1970, foi criada a Associação dos Profissionais do Magistério Público Estadual de Sergipe (APMESE); na década de 1980, foi criado o Sindicato dos Professores e Trabalhadores da Educação da Rede Particular de Ensino do Município de Aracaju e do Estado de Sergipe (SINPRO-SE), outra entidade foi o Centro dos Profissionais de Ensino de Sergipe (CEPES). Além do Sindicato dos Profissionais de Ensino do Município de Aracajú (SINDPEMA), que até 1988 era Associação dos Profissionais de Ensino de Aracajú e o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Sergipe (SINTESE).

Dal Roso e Lúcio (2004, p. 121) fazem um quadro demonstrativo propondo uma periodização histórica sobre a constituição do movimento dos docentes. Um período pré-associativista e pré-sindical (até 1945), um período associativo (entre 1945 e 1975) e o período sindical (a partir de 1975).

Essa periodização se faz importante para compreensão da forma como os docentes se organizam nos níveis estadual e nacional, ao longo da história. Na esteira da política varguista na Constituição de 1937, por exemplo, foi vedado ao funcionalismo público o direito de greve, pois àquela época declarava-se que o instrumento da greve era um recurso antissocial nocivo ao trabalho e ao capital e incompatível com os superiores interesses da produção nacional. É oportuno observar, contudo, que o sindicato e a greve são instrumentos de luta dos trabalhadores e trabalhadoras, utilizados na tentativa de equilibrar a relação desigual, antagônica, entre capital e trabalho e de exploração dos trabalhadores, portanto institucionalizar a negação ao direito de organização política foi a forma encontrada para tolher a capacidade intelectual e organizativa, principalmente dos docentes de fazerem seu próprio caminho, ao entregarem sua tutela ao Estado como forma de controle social.

Ressalte-se que, no período denominado de Estado Novo (1937-1945), Getúlio Vargas instituiu o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a CLT, que reuniu a legislação sindical e trabalhista e que confirmara, no artigo 556, a proibição do direito à sindicalização dos funcionários públicos do Estado e das instituições paraestatais com interferência do MTIC na organização sindical dos trabalhadores do serviço público (BRASIL, 1943).

3.3 A Educação e a organização docente em tempos de redemocratização do país

Diante do cenário político brasileiro que se apresenta a partir de 1946, de fim antecipado do governo Vargas com sua deposição em 29 de outubro de 1945, pretende-se abordar a educação e a organização dos docentes como se reordenam a partir do governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), conforme as condições materiais e suas contradições que

permitem desenvolver a organização da luta a favor da educação pública e dos educadores e educadoras, inicialmente nas associações dos professores de escolas primárias.

O processo de redemocratização do país em curso se configura na Constituição de 1946, no entanto essa constituição não mexeu na estrutura sindical implantada por Getúlio Vargas. Portanto, os ventos democráticos que promovem a expansão do ensino público não sopram da mesma forma em relação ao sindicalismo, visto que a proibição aos trabalhadores do serviço público de se organizarem em sindicatos, instituída pelo Decreto-Lei 19.770 de março de 1931, permanece e é ratificada no artigo 556 da CLT, de 1943 (BRASIL, 1931; 1943).

Importa ressaltar que, no final da década de 1940, inicia-se uma época favorável para o movimento de classe e, conseqüentemente, para a criação de associações por causa das lutas por reivindicação de reposição de vencimentos em consequência da inflação.

Assim, em 1948, também se institui uma frente de luta pela educação pública e gratuita com o lema “verbas públicas para as escolas públicas”, e pela LDB. Nesse ano, acontece o envio do primeiro projeto da LDB ao Congresso Nacional, o que, segundo Almeida (2017, p. 129), é um indicativo de impacto na a carreira docente e, por consequência, provoca toda a organização da luta via movimento associativista.

Com o processo de redemocratização do país, entre 1948 e 1961, logo após a queda do Estado Novo (1937-1945), tramitou o projeto da LDB, todavia esse projeto fora arquivado pela Comissão de Educação da Câmara, refletindo a posição conservadora do Governo Dutra, sendo retomado via projeto substitutivo em 1957, aprovado e sancionado pelo Presidente da República João Goulart, em 20 de dezembro de 1961.

No entanto, mesmo com a LDB 4.024/61, o sistema de ensino, embora ampliado, continuou a ser organizado segundo a legislação anterior, da seguinte forma: (1) ensino pré-primário: composto de escolas maternais e jardins de infância; (2) ensino primário: obrigatório a partir dos sete anos de idade, sendo ministrado, no mínimo, em quatro séries anuais; (3) ensino médio: dividido em dois ciclos, o ginásial (quatro anos) e o colegial (três anos ou mais), abrangendo os cursos secundário, técnico (dividido em industrial, agrícola e comercial) e o ensino normal de formação de professores para o ensino primário e pré-primário (BRASIL, 1961).

A LDB 4.024/61 foi fundada na autonomia do indivíduo, representando uma síntese dos debates anteriores a sua tramitação, bem como de todo o acúmulo do período em que tramitou o projeto de lei no Congresso brasileiro. Esse elemento objetivo, de imediato, torna-se um fator central para o surgimento de associações docentes, sobretudo no que diz respeito a

suas determinações em direção à expansão da rede primária e secundária oficial no país, permitindo assim o surgimento de entidades de organização dos trabalhadores docentes.

No triênio 1961/1963, o movimento sindical brasileiro estava no auge de suas atividades. O que mais caracterizou o movimento reivindicativo dos professores nesses três anos foi sua crescente aproximação das forças partidárias. Na medida em que a disputa ideológica envolvia o sindicalismo brasileiro, teve início a formação de organizações que agruparam sindicatos de diversas tendências. Afirmam Sebastião Carlos Pereira Filho e Carlos Bauer (2017, p. 08) que, entre 1953 e 1959, ocorrem três congressos nacionais de professores, nas cidades de Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre. Em 1960/1962 (há divergência na data conforme a fonte consultada), esses eventos foram um marco para constituição da Confederação dos Professores Primários do Brasil (CPPB), a entidade de caráter nacional que representasse os docentes.

Em meio a essa conjuntura política, as entidades sindicais criaram a CPPB, em 1960, por ocasião do IV Congresso, organizado pelas entidades de forma coletiva para expor e fortalecer a organização de classe, estabelecendo maior correlação de forças no contexto social.

Entre 1946 e 1962, há uma significativa organização dos trabalhadores em busca de formação de um bloco com a criação da Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB) em 1946 e, posteriormente, a criação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) – criado em agosto de 1962, no IV Encontro Sindical Nacional –, dele participando três confederações: a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos (CNTTMFA) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (CONTEC). No entanto, o CGT não foi reconhecido oficialmente pelo governo João Goulart, permanecendo na ilegalidade até o início de abril de 1964, quando foi extinto pelas novas forças que assumiram o controle do Estado a partir do Golpe Civil-Militar. Tal organização se repete ao final da década de 1970 e início de 1980.

Contudo, outros organismos de alianças intersindicais tiveram uma intensa atuação política. Acontecimentos como a defesa da posse de João Goulart (1961), apoio à Revolução Cubana (1959), pressão pelas Reformas de Base e pela antecipação do plebiscito pelo fim do regime parlamentar (1963), e a negação do Estado de Sítio (1963), levaram o CGT e estas entidades de trabalhadores a decretarem (ou ameaçarem de decretar) greve política. Os líderes do CGT eram considerados o “Quarto Poder da República”, constituindo-se um conjunto de

forças de forma hegemônica a mudar a correlação de poder no contexto social vigente, estabelecendo uma contra hegemonia ou uma nova hegemonia.

O reflexo de tal organização pode ser percebido nas 120 greves, aproximadamente, que eclodiram em 1963, contra apenas 55 em 1962. O movimento paredista atingiu principalmente os estados da Guanabara e de São Paulo, sendo os setores ferroviários e portuários os mais afetados. Ao mesmo tempo que o movimento operário avançava com as greves e manifestações políticas coordenadas pelo CGT, forças antagônicas aos "nacionalistas" se organizavam para deter a expansão das lutas operárias. A reação desencadeada contra as organizações favoráveis às reformas de base surgiu no nível das instituições militares, lideradas por altas patentes (como o Marechal Odílio Denys e o General Olímpio Mourão Filho) e pela União Democrática Nacional (UDN), no plano político-partidário.

Os trabalhadores rurais e urbanos, os estudantes e parlamentares nacionalistas estiveram juntos na luta pelas Reformas de Base e nas denúncias de exploração imperialista, um fator importante na superação do senso comum para o bom senso social em uma ação da sociedade civil, o que Gramsci (2001c) definiu como Estado ampliado⁶.

As democracias populistas que sucederam a Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) e que governaram o país de 1951 a 1964, respectivamente Getúlio Vargas (1951-1954), Juscelino Kubistchek (1955-1960) e Jânio Quadros/João Goulart (1961-1964), apoiaram-se na supracitada estrutura jurídico-estatal para conquistar o apoio necessário das massas sob, obviamente, a perspectiva do Estado populista corporativo.

Segundo Giannotti (2007, p. 159), em 1955, há uma disputada campanha presidencial, sendo eleito Juscelino Kubitschek que na campanha prometia dar continuidade ao programa nacional-desenvolvimentista de Vargas. O objetivo era fazer do Brasil um país industrial e desenvolvido. O Plano de Meta foi seu programa durante a campanha eleitoral e tinha como lema "50 anos em 5". Seu plano de desenvolvimento definia como pontos centrais os setores de energia, transportes, indústria de base, alimentação e a construção da nova capital, Brasília. A política geral do governo visava a completar o programa de substituição das importações,

⁶ A teoria gramsciana da revolução trata da concepção ampliada de Estado nas chamadas "sociedades ocidentais", nas quais há uma relação equilibrada entre a sociedade política e a sociedade civil, e a luta de classes tem como terreno decisivo os aparelhos privados de hegemonia, na medida em que visa à obtenção da direção político-ideológica e do consenso. Neste caso, o Estado se ampliou, o centro da luta de classe está na "guerra de posição", numa conquista progressiva ou processual de espaços no seio e por meio da sociedade civil, visando à conquista de posições de classe, no caso, da classe trabalhadora (GRAMSCI, 2001c, p. 71-74; 261-262).

iniciado por Vargas. A ideia era produzir no Brasil bens de consumo duráveis como automóveis, rádios e televisores, além de máquinas pesadas.

No governo João Goulart (1961-1964), o acesso fácil que a organização sindical tinha ao governo e o discurso inflamado de seus líderes criaram uma esfera mística em torno do poderio do CGT. Porém, estar próximo do governo nem sempre significa estar próximo do poder. Uma das razões para a grande derrota sofrida pela esquerda brasileira em 1964 consistia, justamente, nas avaliações incorretas da correlação de forças existentes, no isolamento político em relação às grandes massas, radicalização limitada à esfera da retórica e a subordinação política ao reformismo populista. Foi a educação, segundo Ferreira Jr. e Marisa Bittar (2006, p. 1161), a mais sujeita à ideologia tecnocrática subjacente às políticas educacionais emanadas pelo Estado a partir da destituição do presidente João Goulart e da derrocada do nacional populismo, desfecho traumático do processo que se desenrolava desde 1930.

As democracias populistas (1946-1964), embora tenham permitido maior autonomia aos sindicatos e permitido a existência de organismos e Centrais Sindicais que contradiziam os preceitos da estrutura do Sindicalismo de Estado, por necessidade de apoio dos setores populares ou por não verem nesses a capacidade de ameaçá-las, em momento algum abriram mão da tutela do Estado sobre a organização sindical. Pode-se afirmar que tais organizações políticas que governaram o país durante o período pré-golpe jamais abdicaram da tutela da estrutura estatal sobre as organizações sindicais.

No que concerne à organização docente em nível nacional, conforme João Antônio Monlevade (2000, p. 50), em 1960, onze entidades estaduais que estiveram presentes no IV Congresso Nacional dos Professores Primários em Recife, criaram legalmente a Confederação dos Professores Primários do Brasil. Foram elas: (1) Centro dos Professores Primários do Rio Grande do Sul; (2) União do Magistério Primário Acreano; (3) Associação dos Professores Primários do Amapá; (4) Sociedade Unificadora dos Professores Primários da Bahia; (5) Centro de Estudos e Recreação do Magistério Primário do Ceará; (6) Associação dos Professores Primários de Goiás; (7) União dos Professores Primários do Estado da Guanabara; (8) Associação dos Professores Primários de Minas Gerais; (9) Centro do Professorado Paulista; (10) Centro dos Professores Primários de Pernambuco; (11) União dos Professores Primários do Estado do Rio de Janeiro.

Em 1962, foi realizado, em Goiânia, o V Congresso Nacional da CPPB. A diretoria foi eleita para um mandato no período de 1962-1964, momento em que se filiou à organização internacional dos professores (CMOP). A questão fundamental é que a CPPB tinha

compromissos políticos com o Ministério da Educação, o que a tornava distante do viés político do CGT: o movimento sindical, no auge de suas atividades, esbarrou com o golpe militar de 1964, ao passo que a CPPB assumiu posição política alinhada ao golpe.

3.4 O Golpe civil-militar e a estrutura do sindicalismo de Estado

Com a deflagração do Golpe civil-militar, em 1º de abril de 1964, apoiado pelos Estados Unidos da América, mais uma vez a estrutura sindical moldou-se aos interesses do governo, momento em que os militares intervieram no movimento sindical que então afluía no cenário político nacional com a deflagração de greves. É sobre esse tipo de organização que a política do regime golpista passa a ter maior controle autoritário sobre a estrutura sindical brasileira, deixando de ser um espaço de aprendizagem e um organismo da sociedade civil, tornando-se um aparelho de Estado, um aparelho despolitizado de reprodução da superestrutura: replicação dos ideais ideológicos de forma hegemônica, e confirmação de um consenso social requerido pelo golpismo.

A instauração do Golpe civil-militar em 1964 pôs o Estado brasileiro sob o comando das forças armadas, aliadas a setores da burguesia nacional e dos representantes dos monopólios internacionais, além de mantê-lo alinhado aos interesses estadunidenses. No que concerne à política maranhense, de acordo com José Caldeira (1978, p. 87) apud Wagner Costa (2004, p. 24), “o sarneísmo, de modo direto, não é produto do udenismo local... [ele] é diretamente produto da Revolução de 1964 (ou mais especificamente dos governos Castelo Branco e Costa e Silva) e da própria ARENA”. O regime ditatorial militar se ordenou com viés coercitivo, e do ponto de vista estrutural, com perspectiva de desenvolvimento econômico associado à indústria e ao capital estrangeiro, o que preconizou o chamado “milagre econômico”.

Ressalte-se que, muito antes da instauração do golpe civil-militar, o CGT, consumido pelas grandes batalhas nacionais, deixou de realizar um trabalho permanente junto às bases sindicais – a caracterizar um processo político de contraideologia. Deve-se notar que as greves políticas deflagradas pela organização tiveram êxito apenas junto às empresas estatais ou às controladas pelo governo. A classe operária brasileira, então, assiste, sem poder de reação, à preparação e concretização do golpe, e vê, tão logo a deflagração do estado de ditadura, a maioria dos dirigentes do CGT ser presa de imediato, um mecanismo de aniquilamento dos intelectuais orgânicos da classe trabalhadora, ou seja, dos opositores do golpe.

Durante o mês de abril de 1964, sindicatos, federações e confederações vinculados ao CGT sofreram intervenção das novas forças, os militares, que assumiram o comando do país. Cerca de 350 sindicatos, 22 federações e as seis confederações de trabalhadores tiveram nesse período suas diretorias destituídas, muitos dos antigos dirigentes sindicais foram presos, outros se exilaram e houve mesmo os que desapareceram sem deixar vestígio.

Do ponto de vista dos militares, bastava pôr óleo nas velhas engrenagens do sindicalismo de Estado, visto que o corpo das ferramentas de controle sobre a classe trabalhadora continuava engendrado a sua estrutura getulista amalgamada à ditadura militar. Por isso a edição da Lei nº 4.330, de 1º de junho de 1964, pelo então presidente Castelo Branco, promove a regulação ao direito de greve e cria severas limitações para a organização dos trabalhadores em geral, além de excluir o direito de greve dos funcionários e servidores da União, estados, territórios, municípios e autarquias (BRASIL, 1964a).

Assim, tal estrutura permitiu que os militares dizimassem as entidades não oficiais e depusessem diversas lideranças sindicais, intervindo nos principais sindicatos e reformulando o quadro de lideranças. O Ministério do Trabalho passou a ter controle das eleições sindicais, interferindo no processo democrático de escolha das direções, indicando às chefias alinhados politicamente ao regime ditatorial.

De acordo com Rêses (2008, p 53), “os sindicatos passavam a ter funções meramente assistenciais, prestando serviços a seus associados, além de se constituírem em instrumentos estatais de sustentação ao regime”. Isto impactou, decisivamente, no nível de combatividade do movimento sindical. O golpe militar⁷ de 1964, que derrubou o presidente João Goulart, resultou em ações repressivas contra as entidades de representação laborais.

Nesse momento, a organização sindical continuou como instrumento de luta, todavia sob o controle social do Estado. A análise marxista permite compreender que, contraditoriamente, é um elemento da superestrutura articulado aos interesses de classe, portanto é uma estrutura político-ideológica, portadora de uma determinada concepção política, o que faz com que ela possa tornar-se, inclusive, um aparelho do Estado (Cf. ALTHUSSER, 1974). Isto posto, fica claro que fora das normas não podia haver vida sindical

⁷ Esse golpe destituiu, em 31 de março de 1964, o governo do presidente eleito João Goulart, filiado politicamente ao nacional-populismo. Durante o período decorrido após 1930, as forças políticas predominantes no Brasil se dividiram entre os que apoiavam o projeto político-econômico nacional-populista, como trabalhadores e setores da classe média, e os conservadores, como latifundiários e oligarquias tradicionais. Quando a conjuntura internacional se polarizou em consequência da Guerra Fria, no período após 1945, essas forças à direita, alegando que o Brasil caminhava para o comunismo, tramaram o golpe de Estado, que acabou sendo desfechado pelo Exército, colocando fim ao nacional-populismo e subordinando o País à política norte-americana (BITTAR; BITTAR, 2012, p. 162).

ou interesse privado, ou seja, a ordem do Estado controla a luta de classes ao considerar a classe trabalhadora sem direção, e, portanto, submissa. Por isso, esse controle social se dá de forma ditatorial, criando um estado de exceção em que os direitos e garantias individuais são subsumidos aos interesses da classe burguesa.

No episódio do golpe, isto é, “na descontinuidade sem ruptura”⁸, o Partido Comunista, como um intelectual orgânico, tinha influência sobre todo o movimento operário na perspectiva de formação de um complexo de força política. Então, era necessário o desmonte dessas organizações por parte dos golpistas. O CGT foi o primeiro a ser desmantelado, junto com toda a organização extraoficial – pactos intersindicais – que representava o germe da autonomia operária. Foram efetuadas centenas de prisões; cerca de 600 lideranças sindicais foram destituídas; 6.000 trabalhadores foram declarados inelegíveis para cargos de diretoria sindical. As lideranças sindicais passaram a ser indicadas pelo Ministério do Trabalho e, patrocinadas pela Organização Regional Interamericana de Trabalho (ORIT) – unidade subordinada ao Departamento de Estado estadunidense –, eram treinadas segundo a cartilha oficial no Brasil ou nos EUA: o âmago do “sindicalismo livre”.

Percebe-se que, além da permanência da proibição de sindicalização dos trabalhadores do serviço público, a partir do golpe da ditadura civil-militar, ancorada no pensamento tecnocrático e autoritário, aprofunda-se a repressão política, desencadeando uma série de preceitos que levaram à não permissão de qualquer manifestação de caráter político, o que se refletiu na organização dos trabalhadores públicos e das outras esferas sociais.

Além do decreto de inelegibilidade, a polícia mantinha o controle das eleições exigindo “atestado ideológico”. A estrutura sindical e a legislação trabalhista, herdadas do fascismo do Estado Novo, dispensavam providências maiores por parte dos militares.

Enquanto o golpe ainda estava em processo de afirmação, o governo militar declarava não haver interesse em alterar os direitos trabalhistas já conquistados. A 1º de junho de 1964, não obstante, como últimos retoques do domínio da ditadura antipopular sobre a classe operária, foi promulgada a lei nº 4.330, conhecida como Lei Antigreve, que estabelecia, entre outras coisas:

A greve será declarada ilegal: 1) se não atendidos os prazos e as condições estabelecidas nesta lei; 2) se tiver por objetivo reivindicações julgadas improcedentes pela Justiça do Trabalho em decisão definitiva, há menos de um ano; 3) se deflagrada por motivos políticos, partidários, religiosos, sociais, de apoio ou solidariedade sem nenhuma reivindicação que interesse

⁸ Os autores Ferreira Jr. e Bittar (2006, p. 1160) dão o seguinte sentido à essa frase, a passagem de uma ordem institucional para outra, conservando elementos estruturais da anterior.

direta e legitimamente a categoria profissional. 4) se tiver por fim alterar condições constantes de acordos sindicais, convenção coletiva de trabalho ou decisão normativa da Justiça do Trabalho em vigor, salvo se tiverem sido modificados substancialmente os fundamentos em que se apoiam (BRASIL, 1964a).

Desse conjunto de medidas arbitrárias, o governo criou o contexto ideal para dar cumprimento ao Decreto nº. 54.018, de 1964 – denominado pelos trabalhadores “Arrocho Salarial”, que estabelecia as diretrizes da política salarial brasileira (BRASIL, 1964b). Pouco tempo depois, foi extinta a lei que concedia indenização a trabalhadores demitidos sem justa causa e estabilidade para trabalhadores com mais de 10 anos de serviço em uma mesma empresa. A estabilidade foi substituída pela lei do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

A partir do golpe civil-militar, o movimento sindical passou a enfrentar um período de extrema dificuldade no exercício de sua função, com seus principais líderes presos ou obrigados a ficar na clandestinidade por conta das perseguições; as sedes dos sindicatos sofrendo intervenção e tendo seu controle depositado nas mãos de policiais. A esse respeito, o aprofundamento do regime autoritário se dá via AI-2 e AI-3, que alteram o sistema pluripartidarista, como consequência foi criado um sistema político bipartidarista, em que se organizou o partido dos defensores do Golpe, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e os opositores, no Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Da influência política que representava antes de 1964 – mesmo que sob a influência paternalista do Estado Militar, após o golpe, o movimento sindical não tinha forças suficientes sequer para exigir reajustes salariais de acordo com a inflação, embora tenha havido algumas ações grevistas, a exemplo da greve da educação do estado do Paraná. Ficaram ratificadas alterações na legislação, mas fundamentalmente, como o regime democrático fora golpeado e, portanto, o Estado de direito suspenso, a perseguição política foi sob as bases jurídicas do regime ditatorial golpista.

O Estado, sob comando dos militares golpistas, manteve a estrutura sindical talhada sob a égide do Varguismo (1930-1945), e conservado pelas Democracias Populistas (1945-1964), pois a própria estrutura sindical disponibilizava o aparato de controle necessário sobre a organização da classe trabalhadora, ou seja, o alinhamento ideológico aos interesses políticos da classe hegemonicamente dominante, de forma independente às variáveis conjunturais econômicas, políticas ou jurídicas aplicadas pela equipe governamental, de modo que bastaram alguns retoques (Lei nº 4.330 e Decreto 54.018) para que se instaurasse a partir daí um período de acirrado controle, perseguição às lideranças e sobre a atividade sindical, ficando suas atividades relegadas exclusivamente às tarefas burocráticas e atividades

assistencialistas, recreativas com as quais o governo já não queria se ocupar, portanto deixando de atuar no fronte político.

3.5 As consequências do Golpe civil-militar na organização dos trabalhadores e trabalhadoras docentes

Em pleno desenrolar da institucionalização do golpe, como observam Ferreira Jr. e Bittar (2006, p. 1171), a CPPB, a mais importante entidade docente da época, tinha caráter mais associativista e recreativo que propriamente sindical, tanto que, inicialmente, em 1964, apoiou o golpe, comportamento esse que se coaduna com o arcabouço jurídico e de todos os princípios políticos conformados na Ditadura civil-militar.

De acordo com Boito Jr. (1991, p. 39-40), a estrutura corporativa, isto é, a estrutura sindical varguista mostra-se única em longevidade, pois é dotada de um caráter elástico que permite sua adaptação às adversidades históricas do Brasil. Convém destacar que o sistema de representatividade de interesses ou de solução de conflitos, ou seja, o movimento de trabalhadores no Brasil é subsumido a um sistema de controle e repressão estatal, desde sua origem até os dias atuais. Destarte, a elasticidade que caracteriza a estrutura sindical varguista esbarra no controle estatal e termina por se configurar como sindicalismo de Estado para o exercício do controle social separado dos trabalhadores.

Nesse sentido, a ideologia produzida por essa relação constitutiva de sustentação material e de controle dos sindicatos pelo aparato do Estado é a ideologia do Estado protetor, pela qual os agentes que a suportam aspiram à intervenção do Estado na organização dos trabalhadores, e, contraditoriamente, desenvolvem a perspectiva de capacitá-los na luta contra os patrões, contra o capital – a superestrutura moldada num período de transição entre um modelo de desenvolvimento e outro.

Em relação à situação do movimento reivindicativo dos trabalhadores durante a ditadura militar, Antônio David Cattani e Lorena Holzmann (2002, p. 288-289) ratificam que “os sindicatos adotaram funções de enquadramento e de subordinação das reivindicações dos trabalhadores aos interesses definidos pelo regime político”, não só concernente ao regime político, mas também ao jurídico, como resultante da própria reconfiguração política da época da criação dos sindicatos e que estivera inalterado até os dias de hoje.

A partir de dezembro de 1968, com a edição do decreto do Ato Institucional nº 5 (AI-5), que vigorou até dezembro de 1978, acirrou-se a repressão e perseguição aos opositores do projeto social, econômico e político, defendido pelos militares, o qual não permitia nenhuma

organização contestatória que colocasse o regime em xeque (BRASIL, 1968a). Este Ato ratifica a proibição de os trabalhadores do serviço público se organizarem em sindicatos. Portanto, o AI-5 se somou à LDB 4.024/1961, possibilitando a organização dos trabalhadores docentes ser somente de natureza associativa, de assistência e lazer.

Mesmo estando em vigor todo aparato legal do regime militar, contraditoriamente o campo de atuação da CPPB se altera devido à reorganização do ensino brasileiro, promovida por meio da Lei nº 5.692/1971, isto é a Lei nº 4.024/1961 foi reformulada e sancionada pelo presidente general Emílio Garrastazu Médici (BRASIL, 1971). A lei 5.692/1971 era de visão extremamente liberal, visando ao desenvolvimento do capital humano⁹, o que expunha a concepção da ditadura civil-militar.

A referida lei promove o reordenamento do ensino básico, mudando a estrutura dos níveis e modalidades de ensino que até então vigoravam com a LDB de nº 4.024/1961. Assim, a Lei nº 5.692/1971 fundiu o ensino primário com o ginásio, retirando deste os ramos profissionais, e constituiu um novo segmento de primeiro grau com oito anos de duração, obrigatório para as crianças e jovens de 07 a 14 anos de idade. O segundo grau ficou reduzido aos três ou quatro anos do segundo ciclo do antigo ensino médio, agora universal e compulsoriamente profissional (BRASIL, 1971).

Em meio a tal conjuntura política e educacional, a CPPB promove mudanças em seu estatuto e, em um dos congressos mais significativo da história docente, com a participação de várias entidades filiadas de diversos estados brasileiros, concretiza, na década de 1970, com a mudança: a CPPB deixou de representar exclusivamente os professores das primeiras quatro séries e se transformou na CPB, recomendando a afiliação a suas organizações de base, que fizeram o mesmo.

Como escrevem Ferreira Jr. e Bittar (2006, p. 1171), o movimento sindical do magistério do ensino básico, organizado pela Confederação dos Professores do Brasil, era análogo a um conjunto de outras agências da sociedade civil que se opunham ao regime militar.

Nesse sentido, continuam os autores (2006, p. 1172), a posição política da CPB a colocou em oposição ao modelo econômico capitalista, refletindo no processo de transformação material da categoria social que se conhece hoje. Pode-se concluir que,

⁹ A teoria do capital humano é importada dos Estados Unidos, foi adotada na educação como um dos elementos da ideologia do golpe civil-militar, que instituiu o regime de exceção no país. Para essa teoria educação é investimento e deve redundar em maior produtividade e melhoria das habilidades e aptidões e resultar em melhoria das condições de vida. Por meio da educação se adquire a ascensão social.

originada do conjunto das políticas ditatoriais, a categoria dos professores se irrompeu contra a ditadura modernizante do regime militar: a criatura voltou-se contra o criador.

Ferreira Jr. e Bittar (2006, p. 1172) observam que as consequências sociais da luta sindical, emoldurada por esse contexto, têm uma incidência direta no contexto da escola pública, a escola da maioria dos brasileiros. Nesse período eclodem movimentos organizados pelas entidades sindicais com a participação preponderante da Confederação dos Bispos Brasileiros (CBB), as massivas greves a partir da segunda metade do final da década de 1970, com a participação da CPB, em uma ação de construção do Bloco Histórico¹⁰, promovendo as tensões políticas contrárias ao regime.

Como afirmam Marisa Bittar e Mariluce Bittar (2012, p. 162), em meio à conjuntura política desse novo contexto de reforma, inclusive, a educacional, nasceu uma categoria massiva de professores que, pela condição de vida e de trabalho a que seria submetida, logo iria se organizar em sindicatos, um fenômeno típico do novo professorado e inteiramente distinto do perfil dos professores brasileiros até a década de 1960.

Em função das reformulações promovidas pela Lei nº 5.692/1971, foi possível a reorganização da estrutura do ensino, alcançando a unificação da luta dos docentes com a ampliação da base de representatividade entre ensino primário e secundário. Por isso, a organização de caráter sindical nesse período possuía um caráter mais pedagógico que de atuação reivindicativa, muito em função da proibição ao funcionalismo público de se organizar em sindicatos, situação referendada pela ditadura civil-militar e ampliada para todas as organizações sindicais. Portanto, segundo Ferreira Jr. e Bittar (2006, p. 1172), as questões de reivindicação só tomariam espaço nos congressos da CPB, a partir de 1970, tornando esta entidade um dos segmentos mais atuantes da luta pela conquista das liberdades políticas.

Nesse momento, ocorre a retomada das lutas e inicia-se a constituição de um novo movimento sindical, com a estruturação da luta organizada, a exemplo da organização da marcha pela educação e pela anistia ampla, geral e irrestrita, ou seja, a luta por uma sociedade democrática social e politicamente no final dos anos de 1970, somando-se a esta luta, de acordo com Ferreira Jr. e Bittar (2006, p. 1165), a CPB centrou sua ação no Estatuto do

¹⁰ Conjunto de forças e instrumentos político-ideológicos, voltados à organização dos trabalhadores na construção do consenso da cultura proletária, na luta contra as formas de domínio material e imaterial da classe hegemônica, com vistas a elaborar a hegemonia política proletária para consolidar uma nova concepção do mundo, isto é, forjar um bloco intelectual-moral, que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais (GRAMSCI, 2001c, p. 41).

Magistério, com base no que preceituava a Lei n. 5.692/71 em seu artigo 36: “cada sistema de ensino teria um Estatuto que estruturasse a carreira dos professores públicos de 1º e 2º graus”.

Em contrapartida, a justificativa dos apologistas do regime era de que precisava o Estado se precaver em relação aos conflitos de classes e de ordem trabalhista, impedir as greves no serviço público e o questionamento da política governamental, para manter a estrutura social imposta pelo regime civil-militar. Isto é, a proibição visava a manter o controle dos governantes sobre a sociedade, os funcionários públicos, e, conseqüentemente, a limitação das ações dos movimentos sociais populares, apoiada no princípio da segurança nacional, sobretudo no combate ao perigo do espectro comunista que, segundo a ditadura civil-militar, era uma ameaça ao desenvolvimento nacional.

Portanto, para a organização do professorado restavam unicamente as associações atuando contrariamente às imposições legais do governo, sobre a organização política dos docentes, a organização dos professores em associações permitiu maior nível de reivindicação das questões concernentes à profissão, como melhores condições de trabalho, melhores salários, promovendo greves e atos públicos e, principalmente, defendendo a elaboração do Estatuto do Magistério pela CPB, em atendimento ao Decreto n. 71.244, de 11 de outubro de 1972 (BRASIL, 1972).

No governo de João Batista Figueiredo (1979-1985), ocorre o processo de reabertura democrática do país, na luta pela conquista dos direitos políticos, inclusive pela organização em partidos políticos e em sindicatos: um período de transição histórica entre o regime ditatorial e o Estado democrático de direito. Nesse momento, professores, nas diversas regiões do país, além de encaparem esses elementos na sua luta, também tratam das questões de melhoria da escola pública e do direito à sindicalização e negação do controle social ordenado pelo Estado. Por isso, apesar do impedimento legal na criação de organismo sindical, os docentes inovaram não somente nas formas do agir coletivo, privilegiando a forma mais combativa em detrimento do diálogo com o governo, mas também ampliaram bandeiras de luta, as quais incluíram, além do debate em torno dos direitos trabalhistas, a discussão sobre a política educacional e a necessidade de organização de classe via sindicatos, o que vai caracterizar o novo sindicalismo¹¹: o sindicalismo conflitivo e de contestação.

Conforme afirmam Ferreira Jr. e Bittar (2006, p. 1166), a luta é travada nesse novo contexto a partir da combinação entre crescimento quantitativo, formação acelerada e o arrocho salarial, que deteriorou ainda mais as condições de vida e de trabalho do professorado

¹¹ O novo sindicalismo cutista buscava romper com a estrutura sindical varguista, ou seja, do sindicato atrelado ao Estado, cuja constituição denotava uma natureza de atuação burocrática.

nacional do ensino básico, tanto é que o fenômeno social das greves, entre as décadas de 1970 e 1980, teve como base objetiva de manifestação a própria existência material dos professores públicos estaduais de 1º e 2º graus. Nesse instante, identifica-se uma conjuntura econômica, política e social em processo de transformação, bem como mudanças e permanência nos traços que marcaram a ação política dos professores na defesa da organização sindical.

Esse processo de mudança, demarcado entre o final dos anos de 1970 e toda a década de 1980, é um período em que as organizações docentes passaram a ser o setor que mais se mobilizou em defesa da escola pública, de sua democratização, além da própria sobrevivência material da categoria. Embora as associações fossem as entidades representativas dos professores, até o final da década de 1970, devido ainda às limitações legais, suas mobilizações já caminhavam na direção mais combativa. Paradoxalmente, essa mesma estrutura sindical engessada pelo Estado opressor possibilita a organização e o avanço da luta dos trabalhadores em geral, especialmente dos trabalhadores em educação em todo país.

Nesse sentido, a reorganização dos movimentos sociais interrompida pela ditadura civil-militar iniciada em 1964, ocorre em meio à distensão política, de tal maneira que ambas se retroalimentam. Nesse contexto, várias categorias organizaram a luta, sendo um demarcador a greve dos metalúrgicos do ABC paulista, em maio de 1978 – que consagra a volta dos movimentos operários dez anos depois do AI-5 (revogado, também, em 1978). Em termos da área da educação, pode-se falar em uma nova categoria de professores do ensino básico cujas principais determinantes foram a ampliação das redes de ensino com a reforma promovida pelas Leis nº 5.540/68 e 5.692/71, a do ensino universitário e a da educação básica, a ampliação da escolaridade obrigatória para oito séries em consequência do processo de expansão quantitativa, que nesse instante ocorria de forma acelerada.

Para Ferreira Jr. e Bittar (2006, p. 1166), o arrocho salarial foi uma das marcas registradas da política econômica do regime militar, cuja consequência foi o reordenamento da educação básica, sem o suficiente crescimento das verbas, com a diminuição dos salários no setor, acarretando o declínio do status do ofício docente e sua proletarização – o que significou um incentivo à mobilização de setores que, até então, mantinham-se afastados da luta sindical.

No momento em que as condições objetivas fazem aflorar as contradições, devido ao fato de as organizações crescerem em função do aumento da quantidade de professor por todo o país e conseqüentemente, o aumento da base sindical, crescem também as reivindicações por melhores condições de trabalho, por melhores salários; além de que a origem social dos

professores coaduna com a perspectiva empregada pelo Novo Sindicalismo. Com isso, o discurso em defesa da educação tomou novos rumos.

Segundo Ferreira Jr. e Bittar (2006, p. 1166), durante os anos 1970, a CPB atravessou duas fases de lutas associativistas distintas, destacando-se a negociação direta com o governo do general Ernesto Geisel (1974-1979) das seguintes reivindicações: (a) a luta pela profissionalização docente, com a implementação do estatuto do magistério, preconizada pela Lei 5.962/71, passando a reivindicar uma estrutura jurídica que institucionalizasse as suas relações funcionais com os entes estatais (estados e municípios); e (b) a luta pela aposentadoria aos 25 anos de trabalho.

Sendo assim, o cenário instaurado com a reforma educacional promoveu entre a categoria o florescimento de um novo olhar, crítico, constituído com base nas práticas de resistência contra a opressão, e estimulado pela perspectiva do novo sindicalismo no âmbito do operariado.

Portanto, no bojo da ditadura militar, o papel dos professores dentro da modernização do Estado ficou bem definido, passando a incorporar a tradição da luta operária, “quando a combinação entre formação profissional inadequada e rebaixamento salarial engendrou uma categoria social que não gozava de prestígio profissional porque se proletarizou econômica e culturalmente. Como resposta surgiram as associações de professores que faziam greves por reajustes nos salários, que eram sistematicamente corroídos pela inflação” (FERREIRA Jr., 2010, p. 102).

Sendo assim, o processo de reorganização da luta dos metalúrgicos, já no final dos anos de 1970, tem repercussão imediata no professorado, isto é, as greves dos metalúrgicos do ABC, em maio de 1978, potencializaram a organização e luta dos trabalhadores de diversas categorias, inclusive os da educação. Em junho daquele ano foram à greve os professores da Bahia, e em agosto os do Paraná e de São Paulo. Em 1979, foi a vez do professorado do Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo, e das outras unidades da federação. Em três anos, os professores de praticamente todos os estados tinham realizado uma ou duas greves.

Em relação ao Maranhão, os estudos de Wagner Costa (2006), Arleth Borges (2008) e Maria de Fátima Gonçalves (2006) auxiliam na análise da conjuntura política, que, ao longo dos anos, foi marcada por relações de caráter oligárquico, sustentadoras de um poder dinástico. O complexo nível de organização da sociedade civil culminou em uma incipiente organização dos trabalhadores maranhenses, traduzida em um sindicalismo de pouca expressão numérica e politicamente atrelado ao Estado.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2010 (ROCHA; MOTA, 2012, p. 8-11), o Maranhão tinha uma população de 2.469.447, na década de 1960, e de 2.997.576, no início de 1970, com sua economia fundada na agricultura. A maior parte da população residia na década de 1960, de acordo com o censo do IBGE de 2007, na área rural (82,31%), contra 17,39% no centro urbano; na década de 1970, 25,13% da população vivia na área urbana e 74,87% na área rural. Segundo Costa (1997, p. 27) a população analfabeta, na década de 1960, era de 31,2% (97.167) na zona urbana, e na zona rural era de 72% (976.161). Já na década de 1970, a população urbana era de 35,7% (226.207) de analfabetos e na zona rural era de 75,6% (1.403.935).

Em 1976, embora as condições objetivas e subjetivas da realidade maranhense contribuíssem para desmobilização e apoliticismo, inclusive no setor educacional, a efervescência política no país e a organização dos docentes em nível nacional com a CPB motivaram a fundação da APEMA, organização alijada de qualquer viés político-ideológico que pudesse subsidiar a organização dos trabalhadores da educação para além das reivindicações da carreira, e mesmo das questões afeitas à luta econômico-corporativa era incipiente.

Contraditoriamente, no movimento campestino o nível de organização política era muito significativo com oposições sindicais combativas (BORGES, Ar., 2008, p. 47-48), demonstrando que a constituição econômica do Maranhão era ligada à terra e não à indústria, e não provocara nenhuma influência na organização docente. Na afirmação de Borges, Ar. (2008, p. 47), a organização campestina foi marcada por muitos conflitos fundiários violentos no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, com participação expressiva dos trabalhadores rurais por meio de seus sindicatos e com o apoio de setores da igreja católica.

Na cidade de São Luís, vale destacar que, também em 1979, houve a luta dos estudantes por meia-passagem, ocorrida no governo de João Castelo (ARENA) – 1979 a 1982, um governador biônico¹², garantido pelo regime militar no governo de Ernesto Geisel (1974-1978), e também nome de consenso entre o grupo político de José Sarney e Nunes Freire, ex-governador e desafeto da oligarquia. Nesse momento histórico, o sindicalismo urbano não se apresentava, segundo Borges, Ar. (2008, p. 47), como protagonista relevante nas disputas políticas: numericamente, era pouco expressivo, e, politicamente, era atrelado ao Estado. Mas isso não significava ausência de luta, a qual era desenvolvida pelos movimentos sociais ligados à ocupação urbana e ao Comitê de Defesa da Ilha, Movimento Estudantil,

¹² Cargo biônico é aquele cujo titular foi investido mediante ausência de sufrágio universal: a escolha se dava pela via indireta, o que ocorreu em plena Ditadura Militar.

Movimento de Oposição pra Valer, Pastoral da Juventude, Movimento Contra a Carestia, atuação da entidade de apoio Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos e a seção estadual do Comitê Brasileiro pela Anistia.

Em contrapartida, de modo geral, há de se ressaltar que em uma época no país de muita efervescência na luta combativa dos trabalhadores, a APEMA (1976) atuou no contexto da educação maranhense até 1989, no início com limitadas perspectivas críticas, embora sua criação tenha sido influenciada pelo movimento nacional organizado pela CPB (de característica reivindicativa). A APEMA, na sua caracterização, era mutualista e atendia os preceitos legais, o que limitava suas ações reivindicativas, mas nem por isso deixou de ser um relevante instrumento político situado no momento histórico do país e do Maranhão.

Nesse sentido, a realidade regional de organização dos trabalhadores docentes refletia as relações de poder e estava estruturada na organização da política educacional, espelhando o que ocorria em nível nacional: as lutas dos trabalhadores pela redemocratização do país, em defesa de melhores condições de vida e de trabalho.

Na organização política educacional, desde o início, as manifestações associativas do professorado contaram com a participação orgânica das tendências da esquerda, que se organizaram depois da derrota da luta armada contra a ditadura militar. Como afirma Ferreira Jr. (1998, p. 212), no sul e sudeste do país, os movimentos de professores foram influenciados pela militância de esquerda e, a partir de 1976, surgiram as primeiras manifestações do novo fenômeno que caracterizou o movimento sindical do magistério nacional sob a organização da CPB. A CPB assumiu uma postura associativista com base na plataforma programática que o “novo sindicalismo” havia imprimido na luta dos trabalhadores brasileiros por melhores condições de vida e de trabalho e pela democratização do Brasil, com o fim da ditadura militar.

Na década de 1980, em função da conjuntura política nacional de transição democrática e da atuação do novo sindicalismo, ordenado fora do controle estatal e organizado na emergência dos grupos combativos na luta pela sindicalização e pelo direito de greve, caracteriza-se uma identidade mais autônoma dos professores, permitindo-lhes construir novas dinâmicas no campo das relações de poder que deu corpo às principais lutas sindicais. Por isso, o movimento sindical teve maior efervescência, ora confrontando ora negociando com as instâncias governamentais, caracterizando sua fase áurea, conduzida pela CUT como o movimento do novo sindicalismo.

Almeida (2011, p. 136) descreveu com pertinência esse processo de mudanças nas formações organizacionais sindicais e associativistas dos docentes brasileiros:

Desde o ano de 1978, em alguns estados brasileiros são identificados movimentos reivindicatórios comandados por docentes que se posicionaram contra a política do Estado e a favor de uma reforma na educação que visasse tanto à melhoria de condições de trabalho dos professores, aos melhores salários, como à ampliação da rede pública e melhoria na qualidade do ensino. As associações, especialmente aquelas lideradas por setores mais combativos, influenciadas pelo movimento novo sindicalismo começaram a organizar congressos no intuito de discutir a formação do movimento sindical docente e debater novas propostas para a educação brasileira.

No bojo dessa movimentação, a CPB, que até então não atuava frontalmente contra a ditadura militar, passou a ter posicionamentos mais favoráveis à democratização do país. É por isso que, ao longo da década de 1980, a CPB foi tendo participação e liderança mais política em âmbito nacional nas questões que envolviam a temática educacional; assim, quando surge no processo de transição democrática a discussão sobre a nova Constituição na Assembleia Constituinte de 1987, visando à atualização da lei geral e das específicas, a CPB foi a principal entidade a elaborar as propostas no setor da educação básica, juntamente com outras instituições representativas do ensino superior. Em face dessa conjuntura, foi criado em 1987, o Fórum Nacional da Educação na Constituinte, em defesa do ensino público gratuito.

É mister ressaltar que as associações caminharam em direção à constituição de sindicatos legalmente reconhecidos. Em 1989, educadores reunidos em Campinas, no Congresso anual, decidiram pela unificação da CPB com a Federação Nacional de Orientadores Educacionais, a Federação Nacional dos Supervisores de Educação e a Coordenação Nacional de Funcionários de Escolas Públicas e foi eleita uma diretoria de transição, dessa forma foi criada a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Durante todo o ano de 1989, a Confederação foi debatida nos estados e, um ano depois, no Congresso de Aracaju, foi consumada a unificação. Nos estados, a CNTE promoveu congressos de unificação de todas as entidades e a filiação dos sindicatos à CUT. Mudança possibilitada pela Constituição Federal de 1988.

Não haveria como promover novas formas de organização social e do trabalho, mais especialmente na última etapa do século XX, sem que o professorado modificasse sua identidade em direção a uma representação de trabalhadores assalariados, ou seja, sua compreensão subjetiva em direção a uma representação de trabalhadores assalariados, para desenvolver uma identidade classista.

Esse resultado foi obtido por um esforço explícito das organizações do magistério como a CNTE, que requeriam a mudança para assimilar suas práticas às do conjunto do

movimento sindical, situado na indústria. Portanto, é somente com a Constituição de 1988 que o funcionalismo público ganha o direito de se organizar em sindicatos. A essa conquista Rêses (2008, p. 45-46) denomina de Sindicalismo docente tardio, termo cunhado em relação à organização sindical operária.

O processo de luta dos docentes muda significativamente com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Ocorrem mudanças na política educacional, principalmente nos anos de 1990, com as reformas educacionais justificadas na resposta às demandas e às adequações exigidas pela reestruturação produtiva do capital, o Toyotismo de feição neoliberal, o qual põe em xeque o modelo de desenvolvimento econômico até então em vigor no país.

Todavia, contrariamente ao processo de política neoliberal, o movimento docente assume a liderança no encaminhamento das propostas no campo da educação, tornando-se o principal instrumento político a deliberar sobre os projetos da sociedade civil no decorrer dos debates acerca da nova constituição, a qual nortearia as reformas no campo educacional.

É certo que o desenvolvimento do capital estava aliado, então, ao nacional-desenvolvimentismo com garantia dos mínimos de direitos sociais, o que impactou o desenvolvimento do ensino público, gratuito e laico, desde o ensino fundamental à universidade. Vale observar que a partir de meados dos anos de 1970, com o fim da chamada “Era de Ouro”, Mário Henrique Simonsen considera o período entre 1968 e 1973 como a “fase de ouro do modelo brasileiro de desenvolvimento” (SIMONSEN, 1975, p. 17) e que Boito Jr. (2012, p. 02) também indica que foi um quinquênio de forte desenvolvimento capitalista. E que na análise de Ferreira Jr. (2011, p. 48), foi um processo de modernização acelerada e autoritária que o capitalismo brasileiro sofreu durante a vigência da ditadura militar. No entanto, com a crise do “Milagre Econômico¹³” brasileiro, o projeto desenvolvimentista (Plano Nacional de Desenvolvimento – PND) que gerou um surto de crescimento econômico de forma planejada, então conduzido pela burocracia militar estatal, é posto em xeque. Nesse sentido, a depressão econômica iniciada com a crise do petróleo em 1973 levou à suspensão dos fluxos financeiros internacionais e ao agravamento da dívida externa da maioria dos países periféricos. Segundo Antônio Castro e Francisco Eduardo

¹³ A expressão “Milagre Econômico” foi usada pela primeira vez após a Segunda Guerra Mundial, para referir-se à rápida recuperação da Alemanha Ocidental na década de 1950, na qual em 1954 o parque industrial do país voltou a ter o mesmo nível estrutural do ano de 1938, período antes da guerra. Posteriormente, na década seguinte, o Japão teve seu “milagre”, apoiado no desenvolvimento industrial com intervenção estatal. Já o “Milagre Brasileiro” representa o grande crescimento econômico ocorrido entre os anos de 1968 e 1973, quando o PIB que crescia à taxa de 9,8% em 68 saltou para 14% ao ano em 73 (HUBACK, 2014, p. 16).

Souza (1985, p. 21), a crise do “milagre” está inserida num cenário mundial de crise de matérias-primas. Devido à elevação nas taxas de inflação no mundo todo, os países passaram a se ver sob forte pressão das agências multilaterais de financiamento público – FMI, Banco Mundial, BID, OMC e de outras instituições que aconselhavam a realização de uma rigorosa disciplina fiscal, com redução dos gastos públicos, reforma tributária, reforma na previdência, privatização, desregulamentação da economia, liberalização comercial e flexibilização das relações trabalhistas, dentre outras medidas, em conformidade com o receituário neoliberal formalizado no Consenso de Washington¹⁴.

De acordo com Silva (2013, p. 88), as intervenções operadas pela ditadura no início dos anos 1970, imprimiram um “novo” modelo de atuação dos sindicatos pautado pela ação, exclusivamente, assistencial. Vale observar que a organização sindical brasileira se caracterizou de forma diferente em diferentes períodos, por isso, Silva (2013, p. 89), baseado em autores como Rodrigues (1968), Luiz Vianna (1999), Helvia Cruz (2008) e Rêses (2008), aponta o período mutualista (antes e depois de 1888); o de resistência (até 1919), o de ajustamento (1919-1934); o de controle (1934-1945); o competitivo (1946-1964); o de repressão (1964-1980) e o último período corresponde ao “novo sindicalismo” (de 1980 em diante).

3.6 A emergência do Novo Sindicalismo: necessidade de uma nova pauta na luta dos trabalhadores

A última fase da forma de organização sindical, denominada de novo sindicalismo, dá-se quando o modelo econômico da ditadura militar representada por Ernesto Geisel (1974-1979) exauria.

Esse novo modelo de atuação sindical, no final da década de 1970, já tinha outra postura política, de subversão à ordem de controle social ditatorial, o que o levava a imprimir ações de maior força. Por isso o novo sindicalismo promovia greves intensas, como a da Escânia, em 12 de maio de 1978. Na década de 1980, o novo sindicalismo viveu sua fase áurea com o surgimento de novas lideranças, o ABC paulista se transformou no nicho desse

¹⁴ De acordo com Cláudia Kodja (2009, p. 52), a fórmula de sucesso das políticas neoliberais foi resumida em 1989, por meio de um encontro promovido pelo economista John Williamson, do Internacional Institute for Economy of Washington, onde membros do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial e do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos organizaram o Consenso de Washington. Vale observar que autores como Milton Friedman e Friedrich Von Hayak, os artífices das políticas neoliberais são as referências fundamentais ao neoliberalismo.

novo momento histórico da organização dos trabalhadores, o que faz alterar a correlação de força na estrutura sindical.

Posto assim, esse sindicalismo, fortemente influenciado pelo contexto político da transição democrática, obteve grande êxito em suas reivindicações por meio da ampliação das negociações coletivas de trabalho, da taxa de sindicalização e da quantidade de greves e grevistas. Uma atuação reivindicatória, ao contrário da atuação meramente burocrática, assistencialista e recreativa, à qual os sindicatos foram obrigados a se restringir até o final dos anos de 1970.

Nessas circunstâncias, o CGT lidera uma greve geral na cidade de São Paulo, envolvendo, pela primeira vez, 78 sindicatos e 700 mil trabalhadores, unidos numa campanha salarial em que exigiam negociação direta com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

Como exemplo desse novo momento, nas fábricas de caminhões da Saab-Scania, em São Bernardo do Campo, São Paulo, cerca de dois mil metalúrgicos cruzaram os braços pela reivindicação de 20% de aumento salarial. No contexto mundial da denominada crise do capitalismo real, de arrocho dos salários e de fim do crescimento verificado durante o Milagre Econômico no Brasil, o movimento se alastrou para outras empresas, como a Ford, Mercedes-Benz e Volkswagen. Assim, ocorreu em 1979 e 1980 a intensificação dos movimentos paretistas.

Ferreira Jr. (1998, p. 28) observa que as organizações de esquerda defensoras da criação de uma nova entidade eram as mesmas que estavam no processo de fundação do Partido dos Trabalhadores (PT). Essas forças, que podem ser consideradas a constituição de um Bloco Histórico, moldaram o sindicalismo brasileiro por meio de uma reorientação política na representação laboral e pela criação de novas organizações, a exemplo do PT, em 1980, e da CUT, em 1983, e a organização de todo o movimento docente da educação básica e superior por via da CNTE e da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), respectivamente.

A emergência do que se convencionou chamar de novo sindicalismo ocorreu a partir de 1978. Seu aparecimento no cenário político e social expressava a organização e luta da classe trabalhadora em novas bases, uma vez que atingiu desde os operários industriais a funcionários públicos (ALVES, 2000a, p. 112).

Enquanto isso, a luta docente se alinha à luta operária muito em função da proletarização dos docentes, afastados do campo dos profissionais liberais e sentindo os efeitos da situação econômica do país. Desta forma os docentes potencializaram a luta

associativa e sindicalista com um caráter combativo. A categoria de professores se constituiu como a mais importante interlocutora da luta empreendida naquele momento histórico do país.

Nesse contexto, o sindicalismo, com tal viés combativo, adotou como estratégia a vinculação mais efetiva entre o sindicato e a base dos trabalhadores, estimulando o surgimento de novas lideranças sindicais, a exemplo do que ocorreu no ABC paulista. As entidades sindicais passaram a organizar campanhas de sindicalização e estabelecer vínculos mais estreitos com os trabalhadores no chão da fábrica, através de organizações por local de trabalho. Acostumados com as negociações com os governos, os velhos dirigentes dos sindicatos da região – os denominados pelegos – lideranças tradicionais, denominados de Unidade Sindical, foram superados por novas lideranças – Oposições Sindicais, dentre as quais se destacou Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e um dos principais líderes do futuro PT, que foi criado oficialmente no dia 21 de outubro de 1980, quando seu Manifesto de fundação foi publicado no Diário Oficial da União, colocando-se como novo sujeito político que atuaria também no campo institucional, já nas eleições para prefeitos de 1982.

É nesse sentido que se ordena no novo sindicalismo uma contraposição ao modelo do sindicalismo comunista quando este defende a liberdade e autonomia sindical e é contra o imposto sindical e a configuração do sindicato como Correia de Transmissão de partido político (como defendiam Lênin e Trotsky) frente ao Estado, bem como esse tipo de sindicalismo aceita a lógica do capital e abandona as perspectivas de ruptura, de emancipação do trabalho e humana para além do capital, como assevera István Mészáros (2005).

Em meio ao reordenamento das organizações operárias e reconstrução das entidades representativas do professorado no Brasil, no Maranhão, em 1976, é criada a APEMA, fato que se constitui em um marco da organização docente no estado, embora se diferenciasse de todas as outras entidades que já atuavam nas outras unidades federativas, pois, em nível regional, estava ainda sendo fundada a entidade representativa dos professores da educação básica, sob um clima político bastante favorável à implementação das lutas tanto no campo corporativo como no político.

Ferreira Jr. (2009, p. 08) informa o que se processou, no estado de São Paulo, nos anos de 1976 a 1977, e foi decisivo para a mudança na direção da APEOESP. Um grupo de professores que participou desde o início desta fase de reorganização se constituiu em liderança. Os que eram ligados ao Movimento de União dos Professores (MUP) e ao Movimento de Oposição Aberta dos Professores (MOAP), embora atuassem inicialmente

mais na rede particular, identificaram-se com a luta pela retomada do movimento da categoria. Assim, organizaram-se duas tendências políticas da categoria dos professores da escola pública de 1º e 2º graus. A segunda era uma dissidência da primeira. Ambas, depois da greve de 1978, articulavam-se na Comissão Pró-Entidade Única para fazer oposição sindical à APEOESP, ao CPP e ao Sindicato dos Professores de São Paulo. Nesse momento histórico da reorganização sindical no Brasil, elaborado pelo Novo Sindicalismo, essas duas correntes, o MUP e MOAP, tencionavam no contexto de atuação da APEOESP, nas suas questões políticas internas e na luta ligada à política geral. Fica claro que essas duas correntes estavam sob as influências dos partidos de esquerda no auge da constituição do Novo Sindicalismo.

Fato idêntico vai ocorrer a partir de 1997, no Maranhão, ou seja, devido à composição de duas forças políticas antagônicas que provocaram tensões ideológicas e potencializaram as contradições no interior do instrumento sindical, a partir da disputa entre a Chapa Guarnicê pra Educar composta por Lucimá Góes de Sousa, ex-presidente do sindicato, e o grupo do PCdoB, e o MOSEP, coletivo que atuava como vanguarda política no campo de oposição no movimento de professores.

No contexto da reconfiguração política no Brasil, em 1985, ou seja, no processo da luta pela redemocratização do país, o Colégio Eleitoral elege para Presidente e Vice-Presidente da República duas figuras políticas muito confiáveis para a burguesia e para os militares. A primeira, Tancredo Neves, do Partido Popular (PP), de característica política conciliadora, defendia uma transição negociada com os militares. A segunda figura, José Sarney (MDB), ex-governador do Maranhão.

No decorrer do período militar, a própria estrutura permitiu a criação de medidas de controle que foram mantidas no episódio da reabertura democrática 1985, e que regeriam em grande medida a organização sindical e as relações de trabalho mesmo com a promulgação da Constituição de 1988. O atrelamento do sindicato ao Estado e a interferência deste na vida sindical exerceram, conseqüentemente, a tutela sobre os sindicatos e, de forma mais crítica, sua submissão como aparelho de Estado.

Assim, os principais elementos que caracterizam o Sindicato de Estado, isto é, sindicatos oficiais, a unicidade, o imposto sindical, a contribuição compulsória e a organização por categoria, mantinham-se intactos naquele momento, a despeito das diversas transições de governos e regimes desde a Revolução de 1930.

Com o advento da década de 1990, diversas transformações na ordem política, econômica e tecnológica, levaram o sindicato a viver uma verdadeira crise, uma vez que seus tradicionais métodos de atuação passaram a se mostrar ineficazes para acompanhar e corrigir

as consequências dos novos determinantes sob a égide das inovações e modernização da sociedade capitalista provocadas pelo espectro neoliberal.

No entanto, faz-se a ressalva de que o princípio liberal de não intervenção do Estado ou do Estado mínimo na estrutura sindical brasileira não se configurou – o sindicalismo de Estado permaneceu mesmo sob aquela conjuntura político-econômica.

Ao se analisar a estrutura sindical de Estado após a Constituição de 1988, observa-se que a Carta Magna deu cabo aos mecanismos ditatoriais de intervenção utilizados diretamente pelo Poder Executivo, transferindo o controle do movimento sindical dos trabalhadores ao Poder Judiciário, que atua a partir do surgimento dos conflitos. Daí se constituiu outra forma de controle, utilizando-se outro aparelho de Estado, em que a liberdade sindical ainda se mantinha comprometida pela unicidade sindical e o imposto sindical, mesmo diante do cenário de mudanças políticas que ocorreram a partir de 1988. Faz-se imperativo pensar que os sindicatos nacionais não só perderam sua força, mas também se tornaram em grandes instrumentos arrecadadores de recursos pelas contribuições sindicais obrigatórias, estrutura fundamental para sua organização, apesar de gerar muitas controvérsias.

É válido afirmar que realmente os sindicatos atualmente ainda lutam pela igualdade dos trabalhadores e pelas melhorias de trabalho, no entanto sua função principal passou a ser arrecadar contribuições e, com ressalvas, representar os trabalhadores em convenções e acordos coletivos, tornando-se muito mais instrumentos burocráticos.

Tendo em vista que a liberdade e a autonomia sindical não se configuraram na carta constitucional, antes continuaram comprometidas em função da permissão de apenas um sindicato por categoria de trabalhadores em cada base territorial, a isso se denomina de unicidade sindical, que existe desde sua criação, pode-se afirmar que a liberdade sindical ainda é liberdade vigiada, há limites para a caracterização de outros sindicatos, abrindo a possibilidade do exercício de livre arbítrio do trabalhador de se filiar em qualquer organismo de luta, o que poderia ser importante para organização dos trabalhadores. Fica claro, assim, que a dita “liberdade sindical” nasceu sob liberdade vigiada, ou seja, um sistema misto entre a liberdade irrestrita antes de 1930 e os limites impostos pelo modelo corporativo varguista, devido a chamada investidura sindical outorgada pelo Estado, transformando as entidades sindicais em sindicatos de Estado.

No terceiro congresso do Sindicato dos Metalúrgicos ficou decidido continuar com o mesmo arcabouço jurídico-normativo que impõe o sindicato único por categoria de trabalhadores, nesses termos, Boito Jr. (1991, p. 29) afirma que é impossível compatibilizar a

unicidade sindical com a liberdade e autonomia sindical. Esse, porém, não era um discurso uníssono no movimento sindical brasileiro, havia perspectiva da pluralidade sindical.

3.7 A Estrutura política dos anos de 1990 e o sindicalismo docente

A década de 1980 foi um momento histórico da mobilização pela educação, de acordo com Carlos Bauer, Maria Inês Paulista e Cássio Diniz (2013, p. 40), enquanto a década de 1990 fora um período de perdas políticas para o movimento operário e educacional.

Faz-se necessário aludir à Guerra Fria, que, segundo Eric Hobsbawm (1996, p. 51), é caracterizada como um duelo entre as forças de dois sistemas sociais rivais: países capitalistas liderados pelos EUA, e países socialistas liderados pela URSS. A Guerra Fria fez as organizações dos trabalhadores se ordenarem em nível mundial, travando uma luta contra o capitalismo. Contudo, a capitulação ou derrocada do regime comunista, do Estado soviético, a derrubada do muro de Berlim, em 1989, representou a vitória do capitalismo.

Esse cenário político impactou os anos 1990 e impôs ao movimento sindical a necessidade de ampliação do processo de construção da luta dos trabalhadores e trabalhadoras a partir de um movimento de massa, democrático e plural. Ainda que no Brasil, no final dos anos 1990, tenha se processado no campo político o início do regime democrático, consequência da promulgação da Constituição de 1988, na prática, isso não significou uma ruptura com a estrutura sindical varguista, de modo que as bases da estrutura do Sindicato de Estado e as alterações de leis efetuadas pelos militares foram mantidas.

Neste contexto, a política de Fernando Collor de Melo (1990-1994), de abertura do mercado brasileiro às empresas multinacionais, desencadeou um processo competitivo predatório, levando ao início da desestatização. A adaptação do Brasil ao mercado global deu início à reestruturação produtiva nas empresas e trouxe mudanças políticas e institucionais importantes, destacadamente no mercado de trabalho. Nesse momento, ocorre ascensão da política neoliberal, causando impacto sobre as relações do capitalismo nacional. No que diz respeito à estrutura corporativa, todavia, esse reordenamento político-econômico não representou imposição às transformações na organização dos trabalhadores de maneira significante.

O modelo neoliberal de capitalismo dependente, em voga no Brasil, embora tenha conservado a estrutura sindical populista e os ajustes efetuados pelos governos militares, também assistiu à mudança com a Constituição de 1988, permitindo que os funcionários públicos se organizassem em sindicatos e centrais sindicais. A organização sindical dos

trabalhadores brasileiros permaneceu regida sob os principais elementos ao longo de mais de sete décadas, contudo foi se permitindo moldar-se aos interesses da política no poder e das classes que ela representa, funcionando como instrumento ideológico da superestrutura. Isto significa afirmar que a estrutura sindical corporativa teve a capacidade de atender aos interesses da classe hegemônica no poder, independente da conjuntura política. O período militar representou, portanto, na história do sindicalismo brasileiro, um claro exemplo de como tal estrutura pode servir como base legal de dominação sobre as atividades sindicais.

Sobre o processo eleitoral que inaugura o novo contexto, Moisés (1990, p. 135) informa que a eleição presidencial foi dividida na prática em dois blocos. Os candidatos que conseguiram chegar ao segundo turno foram Luiz Inácio Lula da Silva (PT), com 31 milhões de votos, e Fernando Collor de Mello (PRN), com 35 milhões de votos, correspondendo a 53,01% dos votos válidos. Lula, em um bloco, era representante das forças políticas progressistas e de esquerda, caracterizadas como lideranças progressistas. Esse programa do campo popular com uma candidatura comprometida com os setores populares e contrária aos interesses monopolistas e oligopolistas foi o derrotado nas urnas.

No outro bloco, o candidato Fernando Collor de Mello (PRN) recebeu apoio das forças conservadoras de direita, que congregavam desde os interesses mais retrógrados, como o grande latifúndio, até interesses dos grandes industriais e banqueiros. Por conta disso, o processo ficou polarizado ideologicamente entre dois campos – conservador e progressista.

Quanto à transição política que marcou o fim da ditadura civil-militar no Brasil e o primeiro governo eleito após os 21 anos de ditadura civil-militar, ela manteve traços mais conservadores que de mudança, muito em função do programa de governo vencedor que efetivou um programa de privatizações do patrimônio público, o do candidato Fernando Collor de Mello. Na área econômica, era explícita a tendência neoliberal que previa uma extensa reforma do Estado, a saber: privatização das empresas estatais e abertura da economia à competição internacional, desregulamentação do trabalho e dos direitos – a dita modernidade neoliberal, que, segundo Luiz Carlos Bresser Pereira (1997, p. 31), propugnava que o processo de delimitação do papel regulador do Estado se desse por meio da sua reforma, principalmente das atividades econômicas.

Sob essa conjuntura de reforma econômica, política e social, iniciam-se os anos de 1990. Nesse período, os trabalhadores, o trabalho e suas organizações sindicais, sob o jugo neoliberal, sofrem significativas dificuldades que levam ao esgotamento do chamado “novo sindicalismo”, a exemplo dos movimentos, a capacidade organizativa e de mobilização social

dos trabalhadores em educação, e as organizações lideradas pela CUT, sob orientação dessa vertente sindical.

No que concerne à educação e à luta por sua garantia, passa a ocorrer uma inflexão na sua condução e as determinantes foram a redefinição do Estado brasileiro nos anos de 1990, e sua continuidade em 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). A implementação dessa política dá-se por meio do Ministério de Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), que aprofunda a implantação das políticas de orientação neoliberal, impactantes na área da educação, principalmente no financiamento focalizado no ensino fundamental com o FUNDEF, instituído pela Emenda Constitucional nº 14, de setembro de 1996, regulamentada pela Lei de nº 9.424, de 24 de dezembro do mesmo ano, e no Decreto nº 2.264, de junho de 1997, enquanto existiam escassos recursos para o ensino infantil e médio.

Nesse sentido, as políticas implementadas nesse período passam a ter três elementos basilares, quais sejam, a reestruturação produtiva do capital, a reforma do Estado e, por consequência, a reforma educacional, embora a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/1996 seja resultado do artigo 22, parágrafo XXIV, no período de tramitação de oito anos, caminhou paralelamente a dois projetos que tiveram várias emendas: o de Demerval Saviani (com forte participação da sociedade civil), e o nomeado de projeto Darcy Ribeiro (com presença acentuada do executivo impregnado dos valores neoliberais). A diferença entre os projetos residia em que o defendido pelo campo progressista tinha maior intervenção do Estado, e o defendido pelo executivo menor intervenção estatal. O governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) optou pelo segundo projeto.

Mesmo diante da opção por um projeto mais sintético e de menor participação do Estado, houve avanços significativos no campo educacional, como garantia ao direito à diferença, os relativos às fases da vida, às pessoas com deficiência, às populações indígenas e negras, entre outros, resultados da luta da sociedade civil, dos movimentos sociais e entidades de docentes da educação básica e superior no período de tramitação da LDB.

Outras questões se refletem no mundo do trabalho: nesse cenário, passa a educação e a formação do trabalhador a terem que se adequar às demandas e exigências do capital e, portanto, ao crescimento econômico, não diferente de outros ciclos de crescimento econômico, sobretudo na perspectiva da educação como mercadoria, para atender às demandas da reestruturação produtiva.

Assim, de modo geral, tais medidas concorreram para a precarização das relações de trabalho, para a vulnerabilidade econômica e social do trabalhador, pois uma das principais

características do capitalismo é transformar os seres humanos em mercadoria, e, principalmente, em máquinas geradoras de riqueza a serem expropriadas pela classe dominante, para isso, redefine-se a divisão do trabalho, em função de que, na perspectiva da produção flexível-toyotista, a divisão do trabalho modifica-se, ou seja, há um processo de transição do modelo fordista/taylorista, em que o trabalho passa a ser organizado pelo modelo da polivalência de multifuncionalidade, de tal modo que a reforma da educação, sobretudo no ensino médio, passa a orientar-se pelo modelo de formação por competências amplas.

Nesse período, observou-se uma significativa alteração na redução na quantidade de greves, baixa taxa de sindicalização, maior fragilidade das negociações coletivas, maior atuação da Justiça do Trabalho e o aumento do trabalho autônomo, isto é, trabalhadores não assalariados e alta taxa de desemprego em função dos princípios neoliberais de Estado mínimo para as políticas sociais e máximo para o capital.

Como consequência, promove-se desnacionalização da indústria, privatização, desregulamentação do trabalho por meio da terceirização, ou seja, privatização, flexibilização e desresponsabilização implementadas pelo Estado, em consonância com as orientações emanadas do Consenso de Washington, e reverberadas nas políticas dos organismos multilaterais, concorrendo para a exigência de um novo movimento sindical, sob uma estrutura sindical inalterada na sua essência em que as mudanças foram muito mais de ordem política que técnico-jurídico. De acordo com Bauer, Paulista e Diniz (2013, p. 40), a política neoliberal fez com que o foco das lutas sindicais fosse a manutenção dos empregos, por causa da privatização do setor público, aumento do desemprego e das perdas salariais. A maior parte dos sindicatos ficou desmobilizada e as possibilidades de greve foram gradativamente reduzindo.

A análise de Boito Jr. (1999, p. 51) sobre a política neoliberal é demonstrada em três círculos: (a) a política de desregulamentação do mercado de trabalho e supressão dos direitos sociais; (b) o círculo intermediário representado pela política de privatização; (c) a abertura comercial e a desregulamentação financeira.

Essa política neoliberal manteve a hegemonia do grande capital monopolista, que havia se consolidado durante a ditadura militar, mas a aplicação desta política acarretou modificações e realinhamento de forças no seio do bloco no poder.

Segundo Boito Jr. (1999, p. 131), após a eleição de Collor em 1989 instaurou-se uma defasagem entre a plataforma e a linha ofensiva da CUT e a nova conjuntura. A nova conjuntura impunha, objetivamente, uma linha de ação sindical defensiva, o que não poderia

ser confundida de modo algum com a proposta de implantação de um "sindicalismo propositivo" apresentada pela tendência Articulação Sindical.

A compreensão abstraída a partir das análises de Boito Jr. (1999, p. 132-133) é de que a década de 1990 foi uma década bastante difícil para o sindicalismo brasileiro. Ele teve que enfrentar um novo inimigo, um inimigo até então desconhecido, o neoliberalismo. Nesse sentido, a ofensiva neoliberal empurrou o movimento sindical para posições cada vez mais defensivas, ao invés de avançar nas conquistas de direitos, a movimentação era para não perder direitos, adotando uma postura muito mais defensiva do que ofensiva no fronte das conquistas de direitos, que era uma característica do novo sindicalismo Cutista quando se constituiu em 1983, como objetivo político de implementar uma estratégia sindical de combate à política de desenvolvimento pró-monopolista, pró-imperialista e pró-latifundiária do Estado brasileiro. Assim, tornou-se paradoxal a exaltação do mercado em benefício dos monopólios e contra os direitos sociais e trabalhistas.

Diante desse quadro adverso, gestou-se, dentro das organizações políticas progressistas de esquerda e das organizações operárias, um intenso debate sobre qual deveria ser a estratégia mais adequada para enfrentar a nova situação. Várias plataformas políticas foram apresentadas, uma grande parte delas mostrou-se não condizente com a conjuntura político-econômica que se delineava a partir de 1990.

Boito Jr. (1999, p. 50), na explanação do fenômeno neoliberal, afirma que a primeira parte atende aos interesses do conjunto da burguesia e do imperialismo, a segunda favorece a este último e a uma fração da burguesia brasileira: o capital monopolista (industrial, bancário, financeiro e comercial). A terceira atende aos interesses de apenas uma das frações do capital monopolista: o setor representado pelo capital monopolista bancário e, é claro, pelo imperialismo. Somente a este último a política neoliberal interessa plenamente. Somente este setor não apresenta contradição com nenhum dos aspectos da política neoliberal. Por isso, este seria o núcleo duro do bloco no poder neoliberal e responsável por um conseqüente enfraquecimento do bloco progressista.

O resultado dessas políticas na área sindical pode ser medido por meio de alguns dados e a questão fundamental são as conseqüências das políticas neoliberais para o trabalhador brasileiro. A reestruturação produtiva, comandada pelo modelo japonês do Toyotismo, com a automação, a flexibilização das relações de trabalho, redução dos postos de trabalho, desconcentração da produção, trabalho precário, parcial e terceirizado, torna-se fator gerador do desemprego. Para Boito Jr. (1999, p. 87), a política econômica neoliberal é o fator potencializador da escalada de aumento do desemprego no Brasil e no mundo. Esta

interpretação nega assim algumas teses em voga que afirmam que o desemprego teria sido uma "decorrência inevitável do progresso técnico" e não um reflexo da política econômica neoliberal.

Boito Jr. (1999, p. 87) procura desmistificar a tese segundo a qual a redução dos investimentos e gastos sociais estatais se deve a uma possível "falta de verbas". A verdade é que a grande parte dos recursos do Estado são gastos no pagamento dos serviços da dívida pública e também com as despesas da dívida externa que chegaram a 3,80% do PIB, ou seja, mais do que os 3,15% que correspondem à soma total dos gastos com saúde, educação, nutrição e habitação, no ano de 1993.

Diante de tal conjuntura, de acordo com Boito Jr. (1999, p. 131), a nova estratégia do movimento sindical foi apresentada pela primeira vez na Reunião Plenária Nacional da CUT, em 1990. O debate expunha que era preciso deixar de dizer apenas não e começar a dizer sim, apresentando propostas alternativas no âmbito da conjuntura neoliberal – o que expressa no movimento sindical o reconhecimento da sua incapacidade frente à forte onda neoliberal. Esta posição foi reafirmada no IV Concut realizado em 1991. Dava-se assim uma mudança na concepção sindical e na estratégia que a CUT vinha desenvolvendo desde sua fundação.

Na década de 1990, a nova linha sindical impõe também uma alteração na compreensão do papel das negociações com o governo. Até então, as negociações estavam assentadas na mobilização dos trabalhadores e eram utilizadas para divulgar e agitar a plataforma da CUT. Dois grandes exemplos dessa nova linha foram as negociações realizadas durante o governo Collor, no final de 1990, e durante o governo FHC. Nesta última, a direção da CUT chegou a assinar um acordo em que se retiravam direitos dos trabalhadores por ela representados.

Uma linha do sindicalismo propositivo – em função de que o movimento sindical, do contrário, não acompanharia a avalanche neoliberal – arrefecia o movimento sindical brasileiro. Para o sindicalismo propositivo seria menos danoso atuar de forma propositiva dentro dos espaços políticos que se afastar e se negar a debater e tencionar até onde fosse possível para ter pelo menos garantias mínimas de proteção ao trabalho e ao trabalhador dos diversos setores da economia. Portanto, o refluxo e a moderação do movimento sindical têm sua causa na ofensiva neoliberal.

A ofensiva neoliberal tinha em parte, tendência à flexibilização da legislação trabalhista (CLT), o que coloca em risco a garantia de direitos, investidura na possibilidade de seu rebaixamento favorável ao grande capital. Essa ofensiva é um fenômeno internacional e está vinculada a fatores econômicos e políticos que se processam também em escala

internacional. Boito Jr. (1999, p. 204), em linhas gerais, afirma que foi a derrota política do movimento democrático e popular, em 1989, que permitiu o início da ofensiva neoliberal no Brasil. O imperialismo, o capital monopolista (bancário, financeiro e industrial) e a burguesia brasileira bancaram tal processo político e econômico.

Desta forma, aproximaram-se ainda mais, isolando politicamente os trabalhadores e diminuindo significativamente a ação do seu Bloco Histórico e as conquistas pós-Ditadura civil-militar. É possível que as teses "propositivas" adotadas pela organização sindical nos anos de 1990 tenham sido um erro tático e estratégico. Destaca Boito Jr. (1999, p. 213), que esse tom mais moderado e propositivo do sindicalismo brasileiro não está amarrado tão somente à ofensiva neoliberal, mas a dois outros fenômenos, a saber:

O mesmo fenômeno se operou nas centrais sindicais internacionais mais próximas da Articulação Sindical. A CFDT, Central Sindical Francesa de origem católica e próxima do Partido Socialista, adotou na década de 1980 uma linha mais moderada [...] Segundo a nova linha da CFDT, o sindicalismo não poderia apenas denunciar o patronato, mas deveria também reconhecer a legitimidade do empresário e apresentar propostas às empresas. Orientada por essa concepção conciliadora e propositiva [...] passou a fazer crítica à noção de luta de classes, às 'ações centralizadas' – as greves gerais e passeatas de protesto [...] Seu discurso passou a valorizar as reivindicações realistas, [...] a “livre contratação na base” [...] e o “fortalecimento da sociedade civil”, bem ao modo neoliberal.

Portanto, o Bloco Histórico de viés político de esquerda – do qual faziam parte o PT e o sindicalismo – teve enormes dificuldades para articular uma resistência de maior impacto e seguir outra linha de atuação em uma nova fase do capitalismo de ofensiva ultrarreacionária, que se tornou vitoriosa. Se se fala em ofensiva neoliberal, é porque conseqüentemente esse bloco formado pela esquerda e movimento operário se reconfigurou politicamente em uma ação sindical defensiva.

A partir da década de 1990, destaca-se a mudança no padrão de ação sindical da CUT, de um sindicalismo da confrontação à cooperação conflitiva, explicando-a como uma consequência inevitável da democratização do país e da burocratização que seria própria de todo o sindicalismo, mesmo sob a perspectiva do Novo Sindicalismo – radical e combativo.

Assim, essa ofensiva impunha ao Bloco Histórico de esquerda, constituído pelo movimento operário e socialista, uma tarefa central: construir um programa e um quadro de alianças para uma frente política apropriada à ação sindical defensiva. A plataforma para essa frente deveria ser antiliberal, contemplando o objetivo mínimo de suspender e reverter a política econômica e social do neoliberalismo em curso, caracterizada na apresentação de proposta “realista”.

Vale destacar que a CUT no seu programa defende a luta por um sindicalismo classista, desatrelado do governo, ação de massas e combativa, o que caracteriza a perspectiva de um novo sindicalismo. Neste sentido, sua atuação ainda no processo constituinte visou legitimar os direitos trabalhistas e sociais já existentes, criar novos direitos e defender normas constitucionais em favor da reforma agrária.

Todavia, afirma Altamiro Borges (2008) que, desde sua fundação em agosto de 1983, a CUT traz o estigma de ser uma central partidarizada. Fica explícito que no início de sua trajetória serviu claramente ao projeto de um partido político, o PT, para fortalecer sua inserção no movimento sindical, contando com recursos externos e violando a própria estrutura sindical, através das controvertidas oposições. Todavia, com sua atuação política, foi se consolidando como a mais destacada referência do sindicalismo em face da sua atuação combativa no campo da oposição à ditadura militar e na linha de frente da resistência à ofensiva neoliberal, estruturando-se como opção histórica para o fortalecimento da unidade dos trabalhadores, objetivando conquistar maior representatividade e legitimidade, como a maior central sindical do Brasil e uma das mais expressivas do mundo.

Para alcançar esse objetivo, os trabalhadores deveriam arregimentar “todo apoio que pudesse ser buscado, desde que não comprometa a (sua) independência política”. Essa foi a causa do declínio político do PT e da CUT, e, portanto, do movimento sindical e do projeto social defendido, mesmo que em outras circunstâncias políticas no final da década de 1970 e início dos anos de 1980. Todavia, a análise a que se chega é a de que politicamente foi um erro estratégico e tático não continuar mantendo os princípios fundamentais que nutriram o Bloco Histórico do campo da esquerda e seus instrumentos políticos e a própria perspectiva do novo sindicalismo.

Assim, a estrutura sindical continuava com os principais elementos que a caracterizam como sindicato de Estado, embora, alguns elementos tenham sofrido mudanças. Nesse contexto, Carlos Henrique Horn (2006, p. 119) diz que:

[...] a Constituição Federal de 1988 trouxe consigo relevantes mudanças no marco jurídico do sistema brasileiro de relações de trabalho. No que se refere especificamente à organização sindical, essas mudanças representaram uma ruptura, ainda que parcial, com o modelo do corporativismo estatal inaugurado nos anos 1930. Assim, a CF 1988 suprimiu as disposições que autorizavam a interferência direta do poder executivo na organização e gestão das associações sindicais, dentre as quais se incluíam a exigência de reconhecimento estatal para funcionamento e a possibilidade de destituir diretores sindicais. Porém, diversos traços essenciais do corporativismo estatal foram preservados, com destaque para o monopólio da representação na base dos sindicatos e o acesso a fontes de financiamento tributário.

Pode-se perceber que, com a aprovação, em 2008, da Lei 11.648, ocorreram mudanças consideravelmente positivas na organização sindical brasileira dentre elas pode-se citar a própria regulamentação das centrais sindicais no Brasil, reconhecendo-lhes, juntamente com os sindicatos, federações e confederações, o direito de representar os trabalhadores na justiça e organizá-los por ramos de atividades.

O neoliberalismo dos anos de 1990, nas análises de François Chesnais (1996), Ricardo Antunes (1999) e Harvey (1998), foi movido pelo grande interesse do capital financeiro internacional, que redimensionou o trabalho e a sociabilidade na sociedade contemporânea, desencadeando o processo de reestruturação produtiva como tentativa de resposta (ANTUNES, 1999, p. 35-36). Ou seja, foi um momento de ajustes de contas, isto é, a vingança do capital contra o trabalho.

Em nível internacional, durante 70 anos, o mundo do trabalho conseguiu disputar a hegemonia com as elites capitalistas no denominado Welfare State, o que refreou a roda do capital. As manifestações neoliberais localizam-se nos primeiros anos na década de 1970 (HARVEY, 1998, p. 134). E, portanto, nos últimos 20 anos, assistiu-se ao desmonte de conquistas do Estado de Bem-Estar Social, a partir de um processo de transformação do capitalismo.

Como consequência desse processo de transformação, conjunturalmente, intensifica-se no Brasil, no início dos anos 1990 (ALVES, 2000b), a construção de uma agenda agressiva de privatização, terceirização, desregulamentação, desestatização e desnacionalização, que conduzem à precarização do trabalho, como resultado da integração do país ao mercado globalizado, provocando o definhamento de políticas de Estado frente a uma perspectiva de Estado mínimo ao social, e máximo ao capital financeiro:.

Diante de tal conjuntura, o movimento sindical brasileiro foi afetado pela política neoliberal e reagiu a ela. Nas circunstâncias dadas, ocorreram as primeiras manifestações massivas da luta sindical da categoria profissional dos professores públicos estaduais de 1º e 2º graus de todo o país. Afirma Maria da Glória Gohn (2013) que, após o processo constituinte, a maioria dos movimentos desmobilizou-se. Algumas de suas lideranças passaram a lutar mais nas fileiras do partido. No caso dos movimentos dos professores, que eram organizados em associações recreativas, transformaram-se em sindicatos, agora com a legalidade e legitimidade para organizar e defender a categoria em lutas específicas do campo educacional.

Assim, o conjunto de dados acerca do associativismo e do sindicalismo docente indica que as relações das entidades de caráter nacional e até internacional produziram efeito na organização dos professores nos diferentes estados brasileiros, o Maranhão não está fora deste contexto. Vale ressaltar que a produção de pesquisa no campo sobre o movimento docente está em processo de consolidação e que a pesquisa ao longo do tempo está muito mais voltada ao estudo do sindicalismo docente que do associativismo.

Em comparação ao estudo dessas duas vertentes, pesquisas sobre as oposições sindicais docentes quase não existem, no entanto o debruçar-se sobre essa vertente não se desatrela desses dois campos de estudo. O MOSEP neste trabalho passa a ser o objeto central de investigação.

No intuito de situar o objeto historicamente, fez-se necessária essa contextualização histórica, que expõe a organização dos trabalhadores docentes no âmbito do associativismo e do sindicalismo. Esse processo de análise torna-se mais facilitado pela existência da Rede de Pesquisadores em Associativismo e Sindicalismo em Educação (REDE ASTE), a qual reúne diversos pesquisadores e suas variadas pesquisas sobre tais objetos, inseridos no movimento docente e no processo de história da profissão do magistério no Brasil.

A seguir, serão tratadas as questões e as singularidades políticas do Maranhão, como um conjunto de condições concretas, que influenciaram a estruturação da política educacional, da profissionalização docente e da organização coletiva dos docentes do Maranhão; assim como se tratará da atuação dos docentes e sua organização nas diversas conjunturas do processo de reconstrução histórica.

Almeida e Ferreira Jr. (2015), na pesquisa intitulada *As pesquisas sobre o associativismo docente no Brasil: o que dizem as produções acadêmicas nacionais*, apontam que, em linhas gerais, pouco se tem debatido acerca da relação entre o associativismo e o sindicalismo docente, quando se investiga a trajetória do movimento dos professores das escolas públicas, e que o maior quantitativo das pesquisas realizadas circunscreve-se à fase de organização sindical (ALMEIDA, FERREIRA Jr., 2015). Portanto, fazer a contextualização histórica neste capítulo teve o propósito de ampliar a perspectiva de leitura sobre a organização docente.

Em meio ao contexto apresentado neste subitem, funda-se a APEMA, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipais do Maranhão (SINPROESEMMA) e o Movimento de Oposição Sindical na Educação Pública do Maranhão (MOSEP). A seguir serão abordadas essas instituições que se inserem no contexto regional de organização da luta docente diante de toda essa contextualização histórica.

4 DA ASSOCIAÇÃO AO SINDICATO: localização do contexto regional e as circunstâncias que levaram ao surgimento do MOSEP

Neste capítulo, analisou-se a estrutura organizativa docente no Maranhão – o associativismo e o sindicalismo dos docentes da Educação Básica do estado, com base em três estudos: os trabalhos de pesquisa de tese de Silva (2013), que buscou identificar e analisar a emergência e desenvolvimento do sindicalismo docente no estado maranhense; a tese de José dos Santos Brussio (2015) e a dissertação de Vanessa Dantas (2016), entremeados pelos trabalhos de pesquisa de Costa (2006), Gonçalves (2006) e Borges, Ar. (2008), e as entrevistas com os militantes do MOSEP e do SINPROESEMMA, além da análise de dois jornais de circulação regional, os quais expõem a organização das atividades dos educadores do Maranhão.

O ponto de partida para a referida análise é a trajetória, organização e atuação do MOSEP, na ideia de o novo superar o velho, este representado pelo *modus operandi* do SINPROESEMMA, a fim de que se analise: (a) a forma organizativa associativista do SINPROESEMMA até 1989, e sua organização e atuação, a partir desse ano, como sindicato; (b) o surgimento, organização e atuação da Oposição Sindical; (c) as relações políticas de tipo oligárquico e dinástico no governo do estado do Maranhão. O intuito é caracterizar as condições objetivas que se tornam determinantes na organização e na correlação de força política dos docentes nesse contexto.

A reconstituição do processo histórico no campo específico do objeto envolve não só o tratamento de categorias como associativismo, sindicalismo, contradição, antagonismo, que configuram o movimento de organização de trabalhadores, mas também o levantamento empírico dos processos pelos quais se deu a organização e atuação dos docentes na perspectiva da Oposição Sindical. Desta forma, o trabalho de tese aqui desenvolvido apresenta discussões teóricas e conceituais sobre o movimento docente e a realidade na qual se insere, para caracterizar o surgimento e a trajetória do MOSEP. Na mesma linha de outros estudos, este operou com uma perspectiva, simultaneamente, teórica e empírica na elaboração da narrativa e da análise dos elementos e informações colhidas – na perspectiva dos que foram os protagonistas da própria história.

O MOSEP surge em meio à conjuntura política do país, decorrente da redemocratização, consubstanciada na Constituição Federal de 1988 e no estabelecimento do Estado Democrático de Direito – o que possibilitou, por exemplo, o ingresso ao serviço público por meio do concurso público, conferindo maior estabilidade ao servidor público;

nova LDB; redefinição do financiamento da educação básica por meio do FUNDEF em 1996; democratização do acesso ao ensino; e a possibilidade do servidor público poder criar e atuar em sindicatos (BRASIL, 1988; 1996).

Todavia, para compreendermos esse contexto, foi necessário trilharmos nos capítulos anteriores o caminho de localização histórica do objeto na dimensão internacional e brasileira, ou seja, dos movimentos dos trabalhadores em geral e de docentes em específico, para situar a luta dos trabalhadores em educação em nível de Maranhão. Percurso que oportunizou conhecer os fundamentos e princípios da organização política dos trabalhadores que auxiliam a análise do objeto.

Nessa perspectiva, vale destacar o que aponta Dantas (2016, p. 21), ao afirmar que a produção teórica no campo do movimento sindical de trabalhadores em educação no Brasil tem apontado inúmeros caminhos já trilhados por pesquisadores em trabalhos desenvolvidos nas últimas décadas, delimitados em diferentes épocas e espaços. Dantas (2016, p. 19) justifica a importância da pesquisa para o fortalecimento e a consolidação acadêmica desse campo de estudos – o sindicalismo docente. Nesse sentido, há concordância no que pretende se desenvolver no caso específico da pesquisa que se situa na linha de História, Filosofia e Sociologia da Educação.

Inicia-se com a análise do surgimento, constituição e atuação dos docentes da educação pública básica, no contexto da APEMA.

4.1 O surgimento da APEMA e o contexto político local

A APEMA surge e organiza sua atuação em 1976, em plena ditadura civil-militar, no contexto do regime e no seu auge, quando, de acordo com Costa (2006, p. 80), foram efetuadas perseguições, prisões de dirigentes comunistas, líderes sindicais e outras pessoas consideradas subversivas; comícios, passeatas e quaisquer outras manifestações públicas foram proibidas.

Dantas (2016, p. 20), a esse respeito, aponta que o Maranhão, baseado no relatório apresentado no dia 26 de setembro de 2012 pela Secretaria de Direitos Humanos (SDH) à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), foi um dos estados com maior índice de pessoas assassinadas no período histórico ditatorial.

Dantas (2016, p. 20) afirma ainda que foi neste conturbado cenário, marcado pela efervescência política e pelas arbitrariedades sociais, que a APEMA, fruto da organização dos

professores em nível regional, procurou se ordenar como um efetivo mecanismo de aglutinação daqueles docentes que atuavam nas instituições públicas do Maranhão.

Em meio a esse contexto, Gonçalves (2006) fala sobre a linha sucessória e a estrutura de poder político do Maranhão, conhecida como oligarquia Sarney, e que reflete a dominação política sobre os governadores e sobre a estrutura de poder no estado, iniciando com a eleição de José Sarney em 1965. Na época de fundação da APEMA, em 1976, o governador era Oswaldo Nunes Freire (1974-1979), desafeto de José Sarney, e, portanto, que não tinha a ingerência direta do poder político oligárquico sobre ele, o que desvirtuava as alianças que se constituíam pelo processo de parentesco social e político, conforme categorias utilizadas por Gonçalves (2006, p. 67).

Embora o governador à época da criação da associação de professores fosse um desafeto de José Sarney, a APEMA se situava em um contexto regional de relações políticas com raízes do tipo oligárquico e dinástico, o que, por consequência, são determinantes para a formação social e política dos docentes, ou seja, causa e efeito do conjunto de relações políticas e ideológicas que terminam por negar o processo da contradição e antagonismo de classe, caracterizando-se como estratégia de manutenção e de reprodução das práticas históricas de poder político dinástico, o que dificultava ainda mais a profissionalização, autonomia e a organização política dos docentes da educação básica do Maranhão para se desvencilhar da relação política do tipo patrimonialista.

O Maranhão dessa época, de acordo com Borges, Ar. (2008, p. 15) contava com a maior parte de sua população residindo na zona rural, vivendo basicamente da atividade agrícola, sem conhecer as chamadas indústrias modernas, com seus operários e a organização do tipo do novo sindicalismo, que viria a surgir por volta do final dos anos de 1970. Esse atraso no desenvolvimento regional e as relações de poder político do tipo oligárquico e patrimonialista, segundo Borges, Ar. (2008, p. 15), refletiram negativamente em todo o processo de profissionalização do magistério e, conseqüentemente, foram determinantes para uma incipiente organização política docente, embora houvesse várias mobilizações políticas, entre as quais se destacavam: as lutas pela terra, o ressurgimento do movimento estudantil e as lutas democráticas pela anistia.

A organização do poder se fundava na estrutura fundiária que regulava as relações sociais, tanto na forma do coronelismo, conforme aponta Ilma Nascimento (1995, p. 20), instaurada no Maranhão desde Victorino Freire (1946-1965), durando 20 anos, quanto na forma oligárquica de José Sarney e seus filhos sociais, políticos e biológicos, que se sucederam no Maranhão (1966-2014), e quem de acordo com Gonçalves (2006, p. 75) ,

configurou-se em uma espécie de parentesco social ampliado. Segundo Costa (1997, p. 11), esse cenário se materializa a partir da eleição indireta de João Castelo, em 1978, para o governo do Maranhão, marco da consolidação da oligarquia Sarney na chefia política regional.

A partir daí esse grupo passa a controlar o processo de sucessão do governo estadual. Os governadores eleitos ou faziam parte da oligarquia Sarney, ou ganharam com o apoio desta: João Castelo (1979 a 1982), Luís Rocha (1983 a 1986), Epitácio Cafeteira (1987 a 1990), Edison Lobão (1991 a 1994), Roseana Sarney (1995 a 1998/1999 a 2002), e como vice-governador de Roseana, assume José Reinaldo (2002), e como governador de (2003 a 2006), que rompeu com a oligarquia, mas só durante o mandato de governador eleito.

Nesse sentido, essa estrutura de poder, na forma como se organizou, negou projetos políticos que dispensassem conscientização à população e que poderiam definir o fortalecimento de uma correlação de força, inclusive dos docentes, desde a formação da APEMA. Mediante o contexto político maranhense descrito, criou-se, relativamente, um professor em geral alheio em relação à conjuntura política do país e do próprio estado.

No Maranhão, no campo da educação, de acordo com Silva (2013, p. 89), desde o início do século XX, as condições materiais estavam dadas para o surgimento do movimento docente que se expressara na constituição de entidades, cujas ações eram, predominantemente de caráter pedagógico e mutualista (de auxílio) e terminavam sem condições de explorar as contradições econômicas, sociais e políticas, mas se adequavam a determinantes dadas pela organização do poder político no estado.

De acordo com Silva (2013, p. 128), o reflexo dessa situação está na organização e atuação da Associação Pedagógica Almir Nina (1912), seguida do Departamento da Associação Brasileira de Educação no Maranhão – ABE/MA (16 de abril de 1929 a 1930) e da Associação de Professores Normalistas do Maranhão (1931-1939). Dessa forma, as relações de poder e a forma de organização política, econômica e social do Maranhão afetaram a organização política dos docentes e o acesso à educação, o que pode ser demonstrado no índice de 64% da população, constituída de analfabetos, no início dos anos de 1960, conforme aponta Nascimento (1995, p. 25).

No entanto, com o fim das referidas entidades de coalizão mutualista, os trabalhadores do magistério no ensino particular, no Maranhão, organizaram-se em torno da Associação de Professores Secundários e Primários de São Luís (APESP-SL), desde 10 de julho de 1945 – todo o procedimento de criação estava em conformidade com os ditames do Estado Novo,

para o reconhecimento de entidades de representação de categoria de trabalhadores, ou seja, em conformidade com o sindicalismo de Estado.

De acordo com Dantas (2016, p. 81), essas entidades citadas por Silva (2013), acabaram se dissolvendo com curtos períodos de atuação. Todavia, a partir de 1945, o movimento docente começou a esboçar as primeiras ações para uma organização mais efetiva e perene. Isso acabou ocorrendo com o surgimento da ASPESP-SL que, em 1947, após receber a carta sindical, passou a se chamar Sindicato de Professores do Ensino Primário e Secundário de São Luís; sendo, atualmente, denominado Sindicato dos Trabalhadores da Rede de Ensino Privado do Maranhão (SINTERP-MA), constituindo-se, portanto, na mais antiga entidade de representação docente do estado em atividade: na reunião da diretoria de 27 de outubro de 1945, o presidente trazia à pauta, pela primeira vez, a questão da transformação da associação em sindicato.

No período ditatorial do regime militar de 1964 até a promulgação da Constituição em 1988, a entidade sindical foi colocada na clandestinidade, mesmo tendo regime de trabalho diferenciado do funcionário público, regido por estatuto: o professor da iniciativa privada é regido por contrato de trabalho, ou seja, regime celetista, e, portanto, não se ordena na proibição segundo a qual o funcionalismo público fora obrigado à não sindicalização, desde o decreto-lei de 1931.

O golpe militar de 1964 produziu mudanças significativas no contexto político do Maranhão, um contexto que era do coronelismo e patrimonialismo com Vitorino Freire (PSB), preposto civil, segundo Costa (2006, p. 35), do poder central no Maranhão, de início com Getúlio Vargas (1930-1945) e, posteriormente, com Eurico Gaspar Dutra (1946-1951). Contudo, a partir de 1966, José Sarney (UDN) surge como uma nova liderança política regional representando as Oposições Coligadas¹, momento em que ocorre sua consolidação e posterior perpetuação no poder – processo que ocorreu a partir das relações estabelecidas com a ditadura militar e seu partido, Aliança Renovadora Nacional-Maranhão (ARENA-MA), do qual fez parte a partir de 1970.

Assim, o impacto que o golpe civil-militar de 1964 produziu no país repercutiu nas entidades sindicais, como informam as vastas análises existentes sobre este momento político

¹ Movimento político nascido em oposição ao domínio político de Vitorino Freire de 1930 a 1965 (COSTA, 2006, p. 15). O vitorinismo teve seu predomínio contestado por uma aliança política bastante heterogênea (quer socialmente, quer em nível partidário) – as Oposições Coligadas, formadas em fins da década de 1940, essa frente ampla se manifestou, especialmente durante os processos eleitorais, por quase duas décadas, até ascender ao poder em meados dos anos de 1960, momento que teria dado origem a uma nova etapa da história política, o sarneísmo (1965).

do Brasil. No campo sindical, o governo militar vedava o direito de greve aos trabalhadores do serviço público e as entidades sindicais fora do contexto público eram controladas pelo Estado, o que caracterizava uma lei repressiva.

As diretorias sindicais eleitas entre os anos de 1968 a 1980 desenvolveram gestões de ordem meramente burocrática de ajuda mútua. Não houve bandeiras de lutas ou acordos coletivos, o que significava proibição de exploração das contradições econômicas e políticas ditatoriais. Durante esse período, as reuniões tratavam da prestação de conta dos exercícios anteriores e do processo eleitoral da entidade, o que estava respaldado no Decreto-Lei 1.632, de 4 de agosto, de 1978, que tratou “sobre a proibição de greve dos servidores públicos e em atividades essenciais de interesse da segurança nacional” (BRASIL, 1978).

Portanto, a atuação política de caráter combativo se deu no âmbito da organização da categoria de professores da rede privada de ensino de São Luís por meio do Sindicato dos Professores Secundários e Primários de São Luís (SPESP-SL), a única entidade atuante nesse contexto repressivo.

Como escreve Silva (2013, p. 73), o sindicalismo maranhense oficial era moldado de acordo com os interesses políticos de controle dos trabalhadores desde sua primeira representação em 1912. As formações sindicais por instituições oficiais ligadas ao Ministério do Trabalho tinham como objetivo evitar que o caráter combativo emergisse no interior dessas organizações. O SPESP-SL mantinha estreita relação com a Delegacia Regional do Trabalho, por isso suas ações não desafiavam o *status quo* do poder político local e a relação de exploração do trabalho, pelos proprietários dos estabelecimentos de ensino.

No entanto, Dantas (2013, p. 81) e Brussio (2015, p. 80), numa mesma perspectiva sobre a reorganização política dos professores no campo da rede pública, apontam que os primeiros passos para a organização dos professores públicos maranhenses só começaram 27 anos depois, com a fundação da Associação de Professores do Ensino Médio do Município de São Luís (APEMM), em 15 de agosto de 1972, que se transformou em Sindicato dos Profissionais do Magistério do Ensino Público de São Luís (SINDEDUCAÇÃO), em 29 de agosto de 2003.

A Associação de Professores Municipais do Ensino Público é fruto dos embates políticos pela disputa da base no município de São Luís, entre a associação e o SINPROESEMMA, causando repercussões políticas e jurídicas que levaram à constituição do sindicato municipal. A Associação dos Profissionais do Magistério do Ensino Público do Município de São Luís (APMEP) foi pressionada a mudar sua natureza assistencial e de certo

imobilismo por exigência da própria base e, obviamente, pela própria conjuntura política do país.

Silva (2013, p. 117) afirma que a organização de trabalhadores por meio de associações nos anos de 1970 não só ocorreu no Maranhão, como em todo país. As diversas categorias de trabalhadores começaram a se rearticular por meio deste tipo de entidade para escapar do controle que o regime autoritário exercia sobre os sindicatos, ou seja, incorporaram o caráter recreativo e assistencial de forma disfarçada e com isso atuavam fora das amarras da legislação sindical do governo militar. Era o que dava para fazer dentro daquele cenário arbitrário.

Assim, a única forma de assegurar o funcionamento associativo, sem a intervenção direta do regime, era não estar caracterizado como organização sindical, político-partidário de esquerda e ser do tipo recreativo-assistencial. No ano de 1978, o novo sindicalismo influencia o setor do magistério por uma atuação sindical que desafiasse os limites impostos pela ditadura. Assim, restava aos professores do ensino público se organizarem politicamente em associações que não mantinham o caráter burocrático (Sindicato de Estado) com o Estado como demonstrado no capítulo 2.

Embora houvesse práticas associativas de natureza politizada em várias regiões do Brasil entre os anos de 1970 e 1980, a organização dos professores em nível nacional se dava em torno da CPPB e depois CPB, fundada em 1960, possuindo muito mais um caráter pedagógico do que reivindicativo. No âmbito local, a APEMM, não aparece no hall de entidades que caracterizam tal politização no sentido sugerido, uma vez que esta ainda se focava no viés assistencial de caráter associativista, seguindo as regras do jogo imposto pelo poder político local, enquanto o SINTERP-MA se situou com atuações que o caracterizaram como entidade combativa e crítica.

Vale ainda destacar que a CPPB, a partir do congresso de 1970, passou a apresentar ações mais combativas e aguerridas em defesa dos interesses dos professores. Consagra-se assim a mudança na trajetória político-sindical já como Confederação de Professores do Brasil (CPB), saindo da órbita de influência da ditadura militar para o campo de atuação política na sociedade civil. A mudança do viés de atuação dessa entidade refletiu nos estados da federação, potencializando a organização da categoria e criando movimentos reivindicativos no campo da política educacional.

Nesse contexto, foi criada a APEMA, em 29 de junho de 1976, atual SINPROSEMMA. O propósito de fundação de uma entidade representativa se fortaleceu, a ideia de associação era latente entre o professorado estadual maranhense, desde os anos de

1970. Organização que aconteceu no governo de Oswaldo da Costa Nunes Freire (1975-1979), antecedido por José Sarney Costa (1966-1970) e Pedro Neiva de Santana (1971-1975).

A ideia da associação ganhou corpo com a participação de uma delegação de professores públicos maranhenses no XII Congresso Nacional de Professores, organizado pela CPB, realizado em Curitiba, de 31 de janeiro a 07 de fevereiro de 1976. Foi o que possibilitou aos professores maranhenses fundarem a APEMA, criar uma instituição que integrasse, lutasse, reivindicasse os interesses da categoria de professores junto à gestão pública do estado e que os representassem junto à CPB.

De acordo com Silva (2013, p. 163), Brussio (2015, p. 84) e Dantas (2016, p. 31), o grupo de professores se reuniu em uma sala do centro cívico do Liceu Maranhense no dia 21 de dezembro de 1976 e fundou a APEMA, registrada em cartório em 29 de junho de 1976.

Considere-se que até para o grupo de professores viajar para o congresso da CPB o governo do estado financiou. Diante de tal cenário local, à associação restava se organizar com a caracterização de cunho mutualista, que refletia o aparato legal o que também propiciava a falta de uma tendência político-ideológico de esquerda, ou seja, sem o viés que caracterizava o movimento nacional, de certa forma, combativo, em uma época no país de muita efervescência na luta dos trabalhadores. Essa associação atuou no contexto da educação maranhense até 1989, no início com limitadas perspectivas críticas: embora sua criação tenha sido influenciada pelo movimento nacional organizado pela CPB, sua caracterização mutualista atendia os preceitos legais, o que limitava suas ações reivindicativas.

Seguido o processo de fundação, o próximo passo foi a definição da nomenclatura APEMA, escolhida em assembleia de uma diretoria provisória, sendo que a eleição dessa diretoria se deu no dia 03 de julho de 1976. A primeira presidente foi a Dra. Antônia de Arruda Soares, que representou a associação em congressos, debatendo a política educacional.

De acordo com Brussio (2015, p. 82), a fundação ocorre no momento em que a CPB precisava se expandir através de seus representantes em cada estado da federação; por outro lado, a categoria também precisava urgentemente fortalecer-se diante do poder constituído, buscando uma organização em torno de uma identidade própria, com capacidade de mobilizar os professores em defesa de seus interesses, embora, ao analisar os objetivos da associação descritos em seu estatuto, seja possível identificar suas aspirações pela criação de uma entidade de caráter mutualista (de ajuda mútua) e também recreativa – funções essas permitidas pelo regime ditatorial instituído no Brasil.

No âmbito da educação maranhense, foi nesse contexto histórico de luta pela redemocratização do país e organização do Bloco Histórico do campo progressista que,

segundo Brussio (2015, p. 94), a APEMA comandou seis greves até novembro de 1987, o que a levou a uma crise financeira bastante significativa, visto que o Governo não fazia a consignação na folha de pagamento (desconto da contribuição sindical) para a Associação, e os fundos de greve criados no decorrer desses eventos não foram suficientes para cobrir as despesas dos movimentos grevistas da época.

Brussio (2015, p. 95) chama a atenção para o fato de que, embora sendo uma associação, a entidade cumpriu devidamente seu papel sindical na organização e defesa dos trabalhadores da educação, mesmo que não fosse permitido a uma entidade associativa atuar com tal característica, convocando e organizando a categoria com finalidade paredista.

No contexto de surgimento da APEMA, o Maranhão ocupava a posição de um dos estados mais pobres do Brasil, e vinha sendo governado sistematicamente por estruturas oligárquicas que, com o apoio do poder central, mantinham a região em uma situação de atraso, de dependência e de curral eleitoral. Os últimos sessenta anos de vida política no Maranhão foram marcados por duas dinastias, a de Vitorino Freire, que de 1945 a 1965 desenvolveu relações patrimonialistas, e a de José Sarney – filho político do vitorinismo, mais tarde rompido com sua origem –, que, de 1966 até 2014, exerceu o mandonismo local, caracterizando um formato político, oligárquico.

Nesse sentido, dentro dos limites legais e políticos permitidos pela conjuntura repressiva da época, de acordo com Dantas (2016, p. 137), a APEMA escreveu seu nome na história educacional maranhense, como sujeito coletivo, a partir das experiências e da organização das lutas e formas de atuação de seus representados. Embora o momento político não fosse propício às manifestações, as dificuldades em nível de participação dos professores, a não sensibilização das autoridades às reivindicações, como se pôde observar, contribuíram com o início do despertar da categoria docente para a reflexão e compreensão de seu pertencimento ao mundo do trabalho educacional, o que se fez a partir da prática política e social da APEMA.

A associação, além do caráter beneficente, também tinha caráter formador, pois, em parceria com a Prefeitura de São Luís, fazia as capacitações, formação dos professores e especialistas. Como sua atuação ocorria sob o regime ditatorial militar, sua história foi marcada por muitas contradições e mesmo alguns antagonismos, que se expressaram na dependência política da estrutura do Estado e as relações de poder local do tipo patrimonialista.

De acordo com Brussio (2015, p. 86), o primeiro mandato da Diretoria Executiva da APEMA terminou em 29 de junho de 1979, conforme Registro Especial de Títulos e

Documentos, Livro nº 10. A Associação travou grandes batalhas, a primeira foi a de conquistar a confiança da categoria profissional que a legitimara entidade como verdadeiro representante dos profissionais do magistério, esta era uma dificuldade bastante compreensível para a época, levando em consideração que a criação de uma associação e sua estruturação, só era permitida sob a tutela dos militares: o estatuto da APEMA, por exemplo, afirmava que deveria haver cooperação com o governo.

Assim, Brussio (2015, p. 81) questiona por que os trabalhadores em educação não criaram um sindicato ao invés de associação, indagação importante para o entendimento histórico, motivo pelo qual o autor entrevista a professora Esmeria Marques Silva, membro fundadora da APEMA. Segundo a professora Esmeria, 1976 era uma época muito difícil no Brasil para todos os trabalhadores, principalmente para os militantes sindicais e para os funcionários públicos em especial, pois não podiam sequer pensar em fundar um sindicato e atuar como um coletivo nos moldes tradicionais, portanto sua atuação era caracterizada como corporativista (BRUSSIO, 2015, p. 81).

Conforme Brussio (2015, p. 89), a criação formal da associação se deu após a publicação do seu estatuto no Diário oficial do Estado do Maranhão do dia 26 de julho de 1977 – em seguida, a diretoria deu início à discussão sobre o Estatuto do Magistério, reivindicação há muito reclamada pelos professores, tendo em vista que, no período compreendido entre 1973 a 1980, os professores eram nomeados interinamente por meio da Lei nº 3.578 de 14 de novembro de 1974, situação que continuou até meados de 1980. De acordo com Gonçalves (2006, p. 82), é no contexto político do governo de João Castelo (1979-1982), nomeado por influência de seu padrinho político, José Sarney, que se desenrolam as reivindicações e lutas dos docentes no campo político.

Em meio à fundação e atuação da entidade representativa dos professores do estado, é válido destacar que, entre 1976, ano de fundação da APEMA e a última diretoria enquanto associação, ou seja, anteriormente à gestão de Lucimá Góes de Sousa, houve quatro diretorias: a primeira presidente foi a Dra. Antônia de Arruda Soares, o término do mandato dessa primeira diretoria foi em 12 de julho de 1979; a segunda presidente foi a professora Iani Viana de Carvalho Leão; o exercício da terceira diretoria ocorre nos anos de 1980 – nessa época a APEMA estava filiada à CPB – e foi exercida a partir de 29 de junho de 1981 até 1983 pelo professor Antônio Anacleto Ferreira.

Importa observar a constituição da quarta gestão da APEMA a partir de 1983, sob o governo de Luís Rocha (1983-1987), importante marco para compreender a organização da luta dos trabalhadores a partir de 1989. A quarta gestão foi presidida pelo professor Antônio

Marmo Martins Pavão, a vice-presidente dessa diretoria era a professora Lucimá Góes de Sousa, que veio a presidir a entidade por vários mandatos, somados entre associação e sindicato, 23 anos, ou seja, como partícipe indireta da associação de 1976 a 1984, e como presidente da associação de 1984 a 1989, e de 1989 a 1994, como presidente do SINPROESEMMA, retornando depois em 1998 com a Chapa Guarnicê pra Educar, fruto de uma aliança com o PCdoB, que, em seguida é cassada em 2001.

A gestão de Lucimá Goes de Sousa se dá a partir de uma reunião no mês de fevereiro de 1984, momento em que o presidente da associação fez uso da palavra para declarar sua renúncia do mandato e pediu ao secretário-geral que providenciasse sua devolução ao órgão de origem. Nessa época, com a renúncia do presidente, a APEMA passou a ser conduzida pela vice-presidente Lucimá Góes de Sousa. De acordo com Brussio (2016, p. 127):

A partir da presença da professora Lucimá Goes de Sousa pela segunda vez na Diretoria da APEMA em 1984, parece ter vindo também os desentendimentos e conseqüentemente o desconforto para alguns dirigentes, provocando a renúncia de alguns diretores a começar pelo Presidente Antônio Marmo Martins pavão. Este não conseguindo combater os desconfortos gerados pelas intrigas entres diretores, renunciou à presidência da Associação dos Professores, assumindo a Vice-presidente, professora Lucimá Goes de Sousa. No entanto, a renúncia do presidente não resolveu os problemas internos da diretoria. A prova é que no ano de 1985, o Tesoureiro Geral e a primeira Tesoureira se demitiram dos seus cargos por não conseguirem se entender com a nova presidente. Posteriormente, ainda em 1985, foi a vez do Secretário Geral, que continuou assim em quase todos os seus mandatos, que somados foram mais ou menos vinte e três anos direta e indiretamente à frente dessas instituições de classe. Nesse período, houve um direcionamento das ações da entidade voltado aos municípios como Caxias, Imperatriz, Timon, São Mateus, Bacabal e Chapadinha, com o objetivo de sua divulgação e de organização da luta dos direitos da categoria nos municípios.

Sob esse contexto político nacional de ditadura militar e de mais um preposto do regime oligárquico de José Sarney na política local, a categoria de servidores públicos maranhenses vivia sob arrocho salarial, inflação, atraso salarial, descaso, sob o regime da famigerada “Lei do Cão” que instituiu regime jurídico aos servidores admitidos em caráter temporário – Lei nº 4. 277/81, citada por Dantas (2016, p. 104) – isto é, o Estatuto (Lei 4.270 de 16 de dezembro de 1980 – reformulação do Estatuto), que não era cumprido pelo governador Luís Rocha e havia ameaças de demissão e repressão autoritária, inclusive pelos prefeitos nos demais municípios, esse era o grande desafio da associação. Portanto, a luta maior era pela regulamentação e implantação do novo Estatuto que daria a estabilidade necessária à carreira do professor. Luta essa encampada, principalmente, pela professora Iani

de Carvalho Leão, desde o início da atuação política da APEMA, quando assumira o cargo de 1ª secretária na primeira diretoria dessa entidade.

De acordo com Dantas (2016, p. 109), era premente no seio da categoria de professores do estado a insatisfação como a demonstrada em 1982, pelo Presidente da APEMA, Antônio Anacleto Ferreira, em relação à miséria reinante no setor educacional, aos salários achatados, aos que, durante todo aquele ano, não haviam percebido ainda seus ordenados, como a maioria dos professores dos Ginásios Bandeirantes, dos admitidos naquele ano, além dos que lecionavam em salas sujas, sem luz, sem água e sem ventilação, com crianças sedentas, sentadas no chão por falta de carteiras em inúmeros colégios. O posicionamento do presidente da APEMA expõe que existia a compreensão das mazelas educacionais e da vida difícil que tinha o professorado maranhense, isto é, da precarização do trabalho docente, principalmente no que se refere à insegurança da carreira, consequência das relações de poder patrimonialista e clientelista em nível local e toda circunstância política do país.

Essa leitura do então presidente da APEMA, em 1982, seis anos após a criação da associação, reflete o nível de maturidade política que já tinha adquirido o país e a própria organização dos professores no Maranhão.

De acordo com Dantas (2016, p. 114), essa descrição envolvendo a degradação e a paupérrima situação da escola pública maranhense já vinha sendo caracterizada desde a década de 1970, mas perdurou e se acentuou nos anos de 1980. Prova disso, em 21 de junho de 1984, foi identificada uma paralisação de 800 professores do segundo grau (Ensino Médio), em virtude de terem ficado, desde o início da década de 1970, sem receber quaisquer benefícios funcionais, além de terem seus vencimentos suprimidos durante quatro longos meses.

Vale retornar ao contexto da década de 1970, com a afirmação de Ferreira Jr. e Bittar (2006, p. 75) ao realizarem estudo sobre o período da ditadura militar e da proletarização dos professores apontam que esse não foi um problema específico de uma região ou localidade específica, mas que todo o sistema educacional do país foi atingido. Ferreira Jr. e Bittar (2006, p. 75) afirmam ainda que:

O arrocho salarial a que foram submetidos os professores durante o regime militar, aliado à expansão quantitativa das antigas escolas públicas de 1º e 2º graus, levou a categoria a transformar as suas associações profissionais, até então de marcante caráter recreativo, em verdadeiros sindicatos que passaram a formular e organizar a luta por melhores condições de vida e de trabalho. A maior expressão desse fenômeno foram as greves de milhares e

milhares de professores, a partir do fim da década de 1970, em quase todos os estados da Federação. Esse tipo de movimento, pelo seu ineditismo à época, chamou a atenção da sociedade, que, a despeito de guardar da profissão uma imagem associada à abnegação e ao sacerdócio, apoiou as suas mobilizações.

Diante de toda essa conjuntura, o embate entre APEMA e governo se acirra, conforme carta dirigida ao então governador Luís Rocha (1983-1987), solicitando o enquadramento ou a reclassificação dos professores que estavam amparados por lei, no prazo de 30 dias. Era certo também que esses dispositivos para a melhoria do salário dos professores há mais de dois anos não vinham sendo cumpridos, portanto, para que a categoria recuperasse a confiança nas autoridades constituídas e, assim, pudesse “ouvir os sinos” da Nova República, a APEMA tentava sensibilizar o governador para corrigir a “situação esdrúxula em que se encontrava a categoria” (DANTAS, 2016, p. 115).

A APEMA, em 06 de abril de 1984, enviou um Manifesto em prol da Reformulação do Estatuto do Magistério de 1º e 2º graus; logo em seguida, em 09 de janeiro de 1985, enviou proposta de aumento de salário e realização de reuniões entre a Secretaria de Educação, gabinete do governador e representantes da associação, com a perspectiva que se mostraria, logo depois, malograda de se obter o consenso político que favorecesse o aumento salarial e a valorização social dos trabalhadores da educação pública maranhense.

Na continuidade da luta implementada pela APEMA, de acordo com Dantas (2016, p. 114), em 1985, foi formada uma comissão de oitos sindicatos, conforme associações, para coordenar as atividades de negociação junto ao governo, cuja base, ou seja, os trabalhadores da educação mantinha vínculo empregatício com o Estado, informação contida no periódico *O Imparcial* do dia 15 de março de 1985. O movimento dos trabalhadores do setor público do Estado do Maranhão contava nesse mesmo ano com cerca de 20 entidades, o que refletia o nível de insatisfação reinante no meio das diversas categorias, originado pelos baixos salários e o alto custo de vida, que deixaram marcas muito profundas na história econômica do período da retomada democrática do país.

Dantas (2016, p. 118) assegura que, ainda no ano de 1985, ocorreu a primeira e a maior mobilização paredista da categoria de professores públicos do Maranhão. O comando da greve que começou a ser anunciada, no início do segundo semestre, advertiu que o movimento aconteceria com diversas paralisações até ser deflagrado plenamente. Finalmente, em 1º de novembro de 1985, a greve foi decretada com adesão de toda a rede de ensino público do Estado. Segundo o *Jornal Pequeno*, o quantitativo de professores paralisados chegava a 40 mil distribuídos por todo o Estado (COMANDO..., 1985, s. p.).

Segundo Dantas, a categoria, reunida em assembleia realizada no dia 05 de outubro na sede da APEMA, decidiu realizar uma passeata no dia 10 de outubro de 1985, e, na oportunidade, entregaria à secretária de educação mais um documento contendo as reivindicações da categoria, sendo que as principais eram a concessão do piso salarial de três salários mínimos; o cumprimento dos artigos 18 e 19 do Estatuto do Magistério, que versavam sobre o incentivo financeiro; enquadramento dos professores contratados pela Lei nº 4.277/1981; reforma do Estatuto do Magistério; estabilidade no exercício do serviço público; hora-aula a 3,5% do salário mínimo (PROFESSORES..., 1985, p. 05).

Diante dos reclames e do silêncio do governo estadual, a assembleia do dia 29 de outubro de 1985 decidiu por aclamação pela deflagração da primeira greve de professores da rede pública estadual; na assembleia realizada, no dia 14 de novembro, a categoria decidiu suspender o movimento grevista, por dez dias em caráter de trégua.

Por mais difícil que tenha sido esse movimento paredista deflagrado em 1985, ele demonstra que a compreensão de classe e da categoria fica explicitada na capacidade de organização, bem como na sua própria fragilidade política histórica, quando a APEMA recuou do movimento paredista. Foi uma oportunidade única de os docentes passarem a se reconhecer como trabalhadores, pois, para além da luta por obtenção de benefícios (melhores salários e melhores condições de trabalho), paralelamente poderia haver ganhos políticos. Portanto, no campo da realidade material de interesses antagônicos, a categoria pôde perceber com seus próprios olhos que, na luta de classe, prevalecem os interesses do poder hegemônico atrelado ao Estado e os seus instrumentos e instituições na perspectiva althusseriana de aparelhos ideológicos e gramsciana de hegemonia de classe. Assim, naquele período nenhum ganho salarial foi obtido pela categoria.

De acordo com Brussio (2015, p. 133), Lucimá Góes de Sousa “concordou com as posições do então governador Luís Rocha (1983-1987) que disse não poder no momento atender à reivindicação de um piso de três salários mínimos [...]”. A contraproposta que pôs fim ao movimento foi a de um aumento de 22,4%, mas esse percentual chegou a ser maior durante as mesas de negociação, na casa dos 33%; além da formação de uma comissão paritária para reformulação do Estatuto do Magistério, e da suspensão das demissões.

No processo de transição democrática, a homologação da Constituição Federal de 1988, permitiu que o funcionalismo público se organizasse politicamente em sindicatos. Portanto, em assembleia da categoria a APEMA passa a se denominar Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipais do Estado do

Maranhão (SINPROESEMMA), tendo como presidente da primeira diretoria, a professora Lucimá Góes de Sousa.

Diante dos embates, isto é, a greve de 1985 e a retomada da greve em fevereiro de 1985, a APEMA se impôs diante das reivindicações e dos interesses econômicos-corporativos dos professores, mesmo sem uma base de luta política crítica, saindo do âmbito dos direitos corporativos e extrapolando para os direitos sociais mais amplos. Mas isso não retira a importância do movimento paredista encampado pela APEMA, que significou muito para uma categoria que não tinha o histórico de organização e de ações dessa magnitude – 54 dias em greve, mantidos com enormes forças contrárias naquela conjuntura social e política que atravessavam o país e o estado.

No ano de 1987, período pós-greve, o governador do Maranhão era Epitácio Cafeteira (1987-1990) – político que em 1998 disputara novamente o governo do estado contra a candidata Roseana Sarney Murad, no seu governo a situação da educação e dos professores do estado continuou tal qual nos governos anteriores, embora houvesse tido aumento salarial, a inflação estava descontrolada, e logo o salário já estava defasado.

Nesse sentido, o aspecto positivo a destacar é que, a partir de então, a categoria já não era mais a mesma, elevou-se o grau de formação técnica e ampliou-se a possibilidade de maior engajamento político da categoria – é seguro afirmar que essa conjuntura coloca a categoria em outra fase de organização política dos professores em relação ao que vinha sendo a referência para a atuação política.

Potencializada pelas greves organizadas, no ano de 1988, a APEMA organiza eventos que debatem a situação da política educacional maranhense, a Constituinte e a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Nesse ano, em 05 de novembro, é promulgada a Carta Constitucional. A intenção nesse evento de novembro era debater a Educação do Maranhão, a exemplo de questões como o piso salarial, o Plano de Cargos, Carreira e Salário (PCCS), a nova Constituição e, por fim, a análise do processo de transição de associação para sindicato, fato este permitido pela nova Constituição Federal de 1988.

A ideia era congregar, a partir do momento que passasse a sindicato, o maior número de professores, isto é, cerca de 16 mil professores na sua base. Fato esse que fortaleceria a organização da categoria. No ano de 1989, segundo Dantas (2016, p. 136), 182 professores maranhenses participaram do XII Congresso da CPB, nesse evento, foi ratificada a filiação à CUT e a criação da CNTE, o que selou aquilo que já era premente com a APEMA, isto é, a transformação em sindicato. Ao retornarem desse evento, em 25 de janeiro de 1989, os professores deliberaram pela fundação do Sindicato dos Professores Públicos, Especialistas da

Educação Pública e Servidores Públicos da Educação Estadual e Municipal do Maranhão (SINPROESEMMA).

Tem-se a seguir a análise da constituição e atuação do SINPROESEMA, procurando relacioná-la com o contexto histórico e político reinantes no período a ser investigado a partir de 1989, para trazer à tona suas principais articulações com o poder público vigente no período e as atuações derivadas das políticas educacionais executadas pelo governo local, o qual representava uma linha de continuidade do Maranhão dinástico.

Nos capítulos anteriores, foi feita uma digressão histórica para situar o objeto no contexto histórico. Foi mantido um diálogo com um dado momento da história da luta de classes e, no interior dela, os desdobramentos da organização dos trabalhadores no contexto do capital. Este diálogo, elaborado nos capítulos 2 e 3, teve como objetivo situar historicamente para auxiliar a análise da especificidade do objeto com referências empíricas à trajetória do MOSEP (surgimento, organização e atuação junto aos trabalhadores em educação, situado na base do SINPROESEMMA).

Serão analisados, tomando como referência as categorias e conceitos trabalhados no capítulo 2. Nesse aspecto, as categorias luta de classes, emancipação humana e política, escola de estratégia revolucionária, guia para ação do proletariado, vanguarda política, intelectual orgânico e centro de organização dos trabalhadores delineiam a compreensão sobre a organização dos trabalhadores em educação, a fim de que essa categoria pudesse reunir forças para encarar a luta por sua emancipação humana e política, por melhores condições de trabalho e renda, por manutenção e ampliação de direitos.

Por isso, aqui não aplicamos os fundamentos e conceitos plenamente a cada atuação do movimento, isto é, *ipsis litteris*²: as tarefas concretas na atualidade aqui analisadas, configuram a trajetória sindical do MOSEP. Nos capítulos seguintes adota-se uma estrutura mais narrativo-descritiva, que significa o passo concreto no campo de atuação empírica. Nestes termos, é válido lembrar que, no século XIX, os sindicatos, a AIT, e as organizações dos trabalhadores já eram entendidas como escola de guerra, isto é, instrumento da organização da luta dos trabalhadores contra a tirania dos patrões.

Portanto, essa organização e atuação que conforma a trajetória do MOSEP, enquanto movimento de oposição vai expor a organização em torno da defesa dos direitos trabalhistas, o despertar da consciência de classe na categoria, a compreensão de que a exploração da sua força de trabalho não existe de forma natural, mas sim pelas relações de produção

² Transposição literal dos fundamentos e princípios conceituais.

estabelecidas pelo modo de produção capitalista que institui as relações antagônicas de classe e de trabalho.

A organização exposta a seguir vai explorar as contradições do contexto por parte dos trabalhadores que detêm potencialmente a força espontânea a ser explorada ao patamar da ação consciente na sua necessária unidade dialética entre luta econômica e luta política, colocando-se como uma direção organizada e consciente, voltada a organizar, participar, mediar e canalizar o desdobramento de seu próprio potencial político, ao modo do que defendiam Marx e Engels, Lênin, Trotsky, Rosa Luxemburgo e Gramsci.

O que será visto é que o MOSEP surge com este propósito, sem se tornar vanguarda intelectual substituto da categoria, mas estabelecendo a relação dialética entre a sua posição de vanguarda política e a base. E, assim, caracteriza-se como meio de organização dos trabalhadores para atingir o fim, quer dizer, fazer a luta econômica e política – despertar a consciência de classe e humana. Nestes termos, justifica-se trazer a lume sua trajetória prática, que se confunde em muitas passagens com a forma de organização dos trabalhadores criada desde o século XIX e início do século XX na Europa.

Diferentemente dos Cartistas e da própria diretoria do SINPROESEMMA, o MOSEP, conforme será visto a seguir, não se restringia à luta meramente econômica por meio da defesa do Estatuto do Magistério, dos salários, mas ampliava esta luta para a dimensão política, com a construção de alianças políticas com entidades ligadas à esquerda mais radical, com o diálogo com a base por meio das reuniões, plenárias, palestras, seminários e encontros de formação de base em todo território maranhense. Assumia, assim, o MOSEP a forma de representante legítimo e autêntico dos proletários, como afirmava Engels (2010, p. 271) sobre a organização dos trabalhadores em pleno século XIX.

É sob tais circunstâncias que a seguir se busca tratar da organização política dos trabalhadores em Educação Básica do Estado do Maranhão no âmbito sindical.

4.2 SINPROESEMMA: da associação ao sindicato de professores e a manutenção da hegemonia de Lucimá Goes de Sousa

Neste tópico será abordada a passagem de associação ao sindicato e a atuação de Lucimá Góes de Sousa à frente da diretoria. Nesse sentido, a transformação de associação em sindicato caracterizou-se como uma nova fase da organização dos trabalhadores da educação pública básica do estado do Maranhão.

A APEMA existiu dentro das limitações impostas pelo regime militar, muito embora sendo uma associação com ações limitadas, tenha desempenhado um papel equivalente à ação sindical. Contudo, a questão fundamental foi como se constituiu a gestão de Lucimá Goes de Sousa, de modo muito parecido com as relações de poder dinásticas constituídas no Estado.

Assim, doze anos depois do surgimento da APEMA a associação tornava-se sindicato, em 25 de janeiro de 1989, ainda no período da segunda gestão de Lucimá Góes de Sousa. A APEMA passa da condição de associação ao status de Sindicato dos Professores Públicos, Especialistas em Educação Pública e Servidores Públicos da Educação Estadual e Municipais do Ensino de 1º e 2º graus do Estado do Maranhão (SINPROESEMMA).

A transição se operou a partir da promulgação da Constituição de 1988, por força do inciso VI, do artigo 37, que dá garantia e possibilidade de legalização à livre organização sindical e corporativa dos trabalhadores do serviço público – textualmente, afirma que é “garantido ao servidor público civil o direito à livre associação em sindicato” (BRASIL, 1988), isto é, estendeu a abertura sindical aos funcionários públicos, possibilitou às entidades associativas a aquisição da carta sindical, foi o que aconteceu, por exemplo, com a CPB em 1989, instante em que reunida em congresso decidiu iniciar o processo para se transformar em Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), isso fez acontecer a mudança de nome e, portanto, de finalidade da instituição nacional e, conseqüentemente, passou a ter escritórios nas unidades federativas, a exemplo do Maranhão.

É por isso que, no âmbito local, no movimento docente de professores públicos da rede estadual maranhense, como consequência dos fatos em nível nacional, conforme escreve Brussio (2015, p. 97), a professora Lucimá Góes de Sousa, em Assembleia Extraordinária do dia 25 de janeiro de 1989, transforma a APEMA em Sindicato dos Professores Públicos, Especialistas em Educação Pública e Servidores Públicos da Educação Estadual e Municipais do Ensino de 1º e 2º Graus do Estado do Maranhão (SINPROESEMMA), em seguida se filia à CNTE e, posteriormente, à CUT. Vale ressaltar que esta informação está na ata da assembleia e nas entrevistas anexadas à dissertação de Dantas (2016).

Quanto à filiação à CUT, essa será uma significativa diferenciação ao se vincular à Corrente Sindical Classista (CSC) – uma espécie de corrente moderada, ligada à corrente majoritária existente no PT – a Articulação, que atuava na central. De acordo com a entrevista do ex-dirigente sindical Ubirajara do Pindaré Almeida Sousa, a corrente sindical influenciou, por exemplo, na organização e composição do Sindicato dos Bancários do Maranhão (SEEB-MA), que muito ajudou o MOSEP (SOUSA, 29 jan. 2019, *em entrevista*).

Sobre o contexto de mudança de associação a sindicato, escreve Silva (2013, p. 170), que a mudança de associação para sindicato teve também desdobramentos internos sobre o comando da direção. No entanto, esses desdobramentos não foram de imediato, a nova condição jurídica permitiu que Lucimá Góes de Sousa tivesse, a partir daquele momento, condições de eleger-se presidente do SINPROESEMMA, e continuar à frente da entidade por mais duas gestões consecutivas.

Nestes termos, é sob a égide de um novo contexto sócio-político no país que surge o sindicato, tendo em vista que a nova conjuntura impunha, objetivamente, uma dada linha de ação sindical tão necessária à luta da categoria de professores, embora no Maranhão a hegemonia política continuasse nas mãos da oligarquia Sarney.

No cenário específico da categoria de trabalhadores em educação, a presidente Lucimá Góes de Sousa, como tática política, com muita eficiência, tratou de, em um primeiro momento, ampliar a base política nos diversos núcleos nos municípios, e também continuar com a luta pela aprovação do novo Estatuto que só fora implantando em 15 de agosto de 1994, pelo então governador Ribamar Fiquene, vice de Edison Lobão (1990-1994) – políticos, parentes e correligionários políticos que fazem parte, conforme afirma Gonçalves (2006, p. 197), do espólio político de José Sarney.

Em relação ao processo sucessório no sindicato, o que ocorreria no início de 1995, Lucimá Góes de Sousa, que precisava se manter na condução do sindicato, elegeu sua aliada política e preposta, professora Márcia Helena Campos Nascimento, para presidente da entidade, na forma de transferência do seu prestígio político, adquirido nos municípios sem ter nenhum grupo que se opusesse à condução do sindicato que fazia Lucimá Góes de Sousa, de forma centralizadora, personificada e até mesmo de maneira clientelista, a caracterizar o velho sindicalismo, afirmação esta corroborada pela entrevista da professora Malila da Graça Roxo Abreu, ex-militante do MOSEP (ABREU, 25 jan. 2019, *em entrevista*).

Em meio ao contexto político regional, a representante do Maranhão dinástico e herdeira biológica e política, Roseana Sarney (PFL), em 1994, é eleita governadora do Maranhão (1995-2002), mantendo a linha de continuidade no processo sucessório e, conseqüentemente, a permanência da ordem social vigente, como afirma Gonçalves (2006, p. 56), projeto de exercício político do Maranhão dinástico. Segundo Gonçalves (2006, p. 44), é nesse instante que o discurso do José Sarney era de que a filha faria uma nova revolução na administração, assim como ele fizera em 1965: o Maranhão Novo. Ele considerava a filha como a nova geração da sua linhagem política que comandaria o estado de forma brilhante,

bem ao modo de uma dinastia, na qual o poder é passado em função dos laços consanguíneos, como bem caracterizou Gonçalves (2006, p. 53).

A partir de janeiro de 1997, inicia-se uma disputa política no SINPROESEMMA, em função de Márcia Helena do Nascimento não permitir a ingerência e controle de Lucimá Goes de Sousa sobre sua gestão da forma que vinha ocorrendo desde o início. Portanto, isso configura um momento em que se estabelece uma dinâmica de mudança no processo de correlação de forças internas do SINPROESEMMA, provocado por um desentendimento entre a professora Lucimá Góes de Sousa e sua ex-aliada, professora Márcia Helena Nascimento³.

A partir desse instante, a professora Lucimá Góes de Sousa iniciou uma jornada de retomada da direção do aparelho sindical, mas se via impotente diante da conjuntura administrativa da entidade, porque dela se encontrava afastada, apesar de manter relações e influências políticas, principalmente com prefeitos e os respectivos núcleos municipais do sindicato.

Diante de tal contexto, em 1997, deu-se a aliança entre a professora Lucimá Góes de Sousa e alguns membros do PCdoB, como o professor Odair José Neves Santos, que passa a compor a chapa Guarnicê pra Educar como 1º vice-presidente, e, como secretário geral, Márcio José Gonçalves de Jesus, chapa esta que concorreria à direção do sindicato para o mandato no triênio 1998/2001.

De acordo com os entrevistados, ex-membros da diretoria, Júlio César Rego Guterres e Márcio José de Jesus, ambos filiados ao PCdoB, a aliança entre o grupo e Lucimá Goes de Sousa tinha um objetivo estratégico: era a única forma de se inserirem no contexto político do SINPROESEMMA (GUTERRES, 22 jan. 2019, *em entrevista*; JESUS, 22 jan. 2019, *em entrevista*).

Já existia nesse contexto o MOSEP, que tinha sido criado em 31 de maio de 1997, e, em menos de um ano de atuação, já se constituía em força oposicionista na disputa sindical – até então, no âmbito de atuação do SINPROESEMMA, não houvera nenhuma força política oposicionista que pudesse estabelecer o contraditório e se confrontar com a estrutura administrativa montada por Lucimá Goes de Sousa – apesar de o grupo do PCdoB se autodenominar de oposição, apesar de haver se aliado a quem representava o sindicalismo tradicional.

³ Destaca-se aqui que somente a Lucimá Góes de Sousa ou Márcia Helena Campos do Nascimento poderiam definir que tipo de desentendimento aconteceu, no entanto, não foi possível entrevistar as ex-presidentes para o esclarecimento deste momento político no sindicato.

Assim, o MOSEP, ou seja, a oposição, passou a evidenciar e fazer aflorar, a partir de então, antagonismos e contradições, potencialmente existentes no contexto de atuação do SINPROESEMMA, principalmente em relação ao modo como a entidade era conduzida; além de questionar a própria aproximação da professora Lucimá Góes de Sousa com o grupo do PCdoB e a dinâmica criada por esta aliança política que levaria à reprodução das relações de poder político-partidário no sindicato.

Essa aproximação torna-se facilitada em função de que Lucimá Goes de Sousa era professora da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e o referido partido tinha domínio sobre o movimento estudantil, fato que facilitou a ela a aproximação a esse grupo, na tentativa de retomada do controle do SINPROESEMMA, contra a sua ex-aliada Márcia Helena Campos Nascimento.

Vale destacar que desde a renúncia do professor Anacleto Ferreira, da presidência da APEMA, a professora Lucimá Góes de Sousa adquire o comando da entidade e, assim, desde 1984, constrói uma hegemonia política que lhe possibilitou conduzir a instituição até 1994, de forma incontestada e ininterrupta. O que fica obviamente claro é a não existência de força política oposicionista dentro do movimento sindical docente, por exemplo, desde a criação da APEMA, em 1976.

Tendo a professora Lucimá Góes de Sousa à frente da APEMA como presidente, em outubro de 1989, há o processo de transição de associação para sindicato: o SINPROESEMMA. A APEMA contava, segundo Brussio (2015), com alguns momentos importantes registrados em atas e outros documentos como periódicos e jornais de circulação estadual que compõem o acervo do SINPROESEMMA, como a constituição de sua primeira diretoria tendo a professora Lucimá Góes de Sousa como presidente.

A questão à qual Brussio (2015, p. 97) se refere de o sindicato ter sido o sucessor é um fato relevante, contudo, por si só, não esclarece detalhes importantes, muito em função de o pesquisador mencionado ser aliado ao grupo político do PCdoB, o qual se apropriou da diretoria do sindicato e estar até os dias de hoje à frente do SINPROESEMMA. Portanto, a questão fundamental a analisar é em que circunstâncias esse fato histórico ocorreu dentro daquela conjuntura política estadual e nacional. A pesquisa de Brussio (2015) não aponta nem trata com riqueza de detalhes dos elementos essenciais que levariam a uma profunda compreensão do processo de transformação da associação em sindicato e sua ulterior organização.

A diretoria eleita com a chapa Guarnicê fora constituída por: Presidente: Lucimá Goes de Sousa; 1º Vice-Presidente: Odair José Neves Santos; 2º Vice-Presidente: Maria de Nazaré

Smith Mendes; Secretário Geral: Márcio José de Jesus; Tesoureiro Geral: Josiana Maria Ferro Sá Menezes; também foi eleito o Conselho fiscal e Conselho de Representantes junto às Federações e à Confederação (Registro civil de Pessoas Jurídicas Microfilme nº 16037/99). No dia 29 de janeiro de 2000, os associados discutiram e deliberaram sobre a filiação do SINPROESEMMA na Central Única de Trabalhadores, episódio muito questionado pelo MOSEP junto à direção regional da CUT, o que fez com que essa filiação fosse realizada sob intervenção da direção nacional da CUT, afirmação essa feita em entrevista pela professora Maria Dolores Silva, militante do MOSEP (SILVA, 10 jan. 2019, *em entrevista*).

Segundo Silva (2013, p. 170), a ruptura com a estrutura de controle da entidade montada por Lucimá Goes de Sousa começou a apresentar exaustão a partir de 1997. A primeira manifestação desse processo foi que esta fora obrigada a se unir à oposição. O autor negligencia, assim como Brussio (2015), a presença dos membros do PCdoB no processo de participação nas ações de retomada do sindicato na gestão Márcia Helena Campos do Nascimento, referindo-se somente à CSC, desconsiderando ainda que essa corrente significava o grupo do PCdoB: em entrevista realizada em fevereiro de 2019, Márcio José de Jesus e Júlio Guterres afirmam que o grupo era de oposição, mas que estrategicamente se unira a Lucimá Goes de Sousa (JESUS, 22 jan. 2019, *em entrevista*; GUTERRES, 22 jan. 2019, *em entrevista*).

A referência ao MOSEP como oposição é feita por Silva (2013, p. 171) que, na sua análise, busca propositadamente deixar evidenciado que o MOSEP e a CSC são oposições ao sindicato e que a presidente Lucimá Góes de Sousa se viu obrigada, diante da administração da professora Márcia Helena Campos Nascimento, a compartilhar o comando do sindicato com as forças de oposição. Frise-se que na verdade a CSC era oposição à Corrente Alternativa Sindical Socialista (ASS), da qual fazia parte os principais integrantes do MOSEP e o presidente do SEEB-MA, Bira do Pindaré.

Os entrevistados Márcio José de Jesus e Júlio Guterres afirmaram que em um primeiro momento o objetivo era compor com o MOSEP (mas o movimento estava ligado à ASS oposição à CSC – inclusive, Márcio José de Jesus, esteve na reunião de fundação do MOSEP, mas foi rechaçada sua presença por tal alinhamento político), visando ao objetivo de retirar do posto de presidente a professora Márcia Helena Campos Nascimento, que havia cortado o acesso de Lucimá Góes de Sousa ao SINPROESEMMA (JESUS, 22 jan. 2019, *em entrevista*; GUTERRES, 22 jan. 2019, *em entrevista*). Todavia Lucimá Góes de Sousa mantinha ainda uma forte ascendência política sobre os servidores mais antigos, tanto nos núcleos, localizados em diversos municípios do estado, quanto na capital.

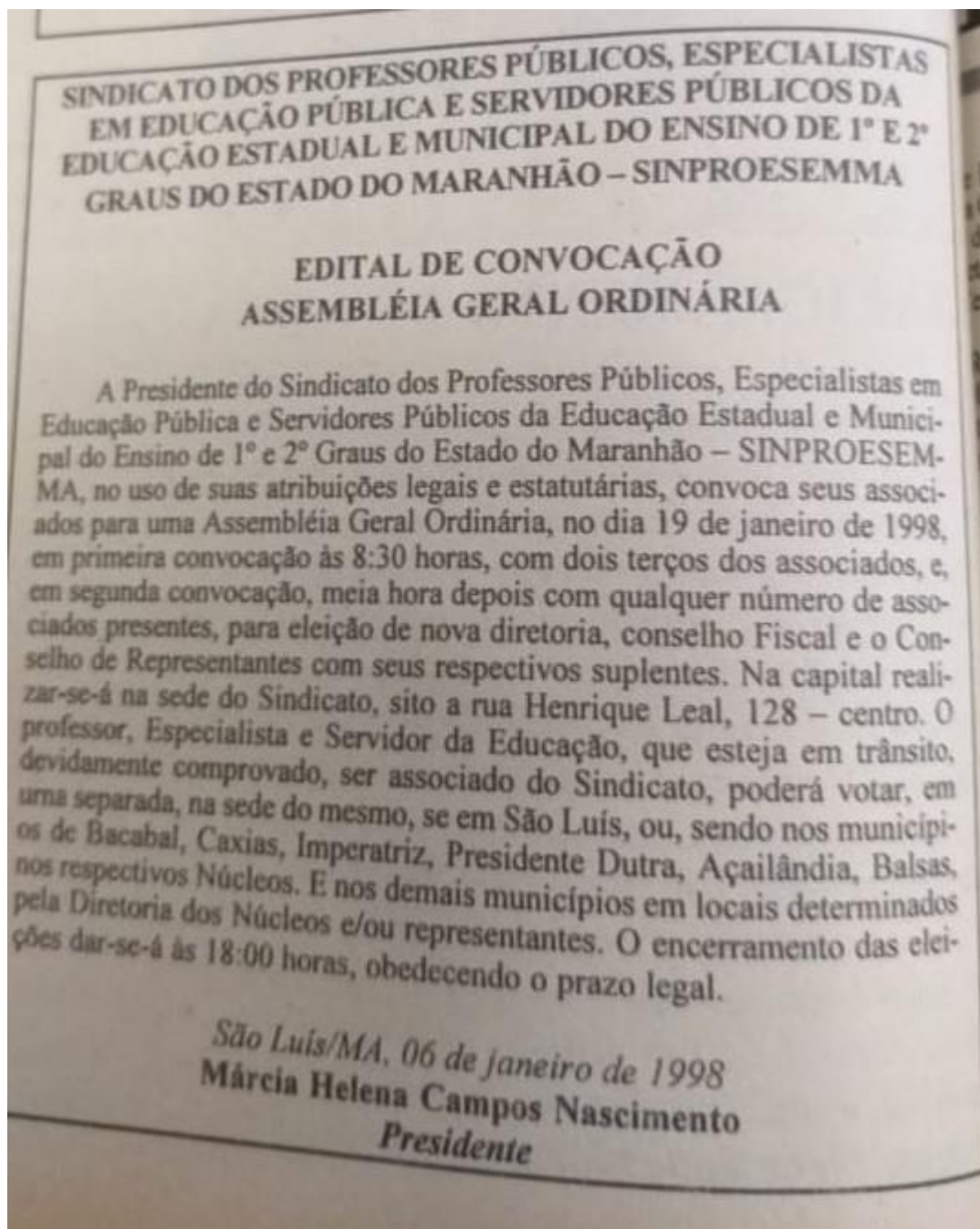
Em entrevista concedida, o professor Márcio José de Jesus afirma que o modelo de poder político instituído por Lucimá Góes de Sousa na APEMA e depois no SINPROESEMMA, desde 1984, era de centralização e controle da entidade de forma patrimonialista e clientelista, em contrapartida foi um período em que adquiriu capital político para a condução da entidade, processo similar ao que ocorria nos governos do estado, dominado por José Sarney (JESUS, 22 jan. 2019, *em entrevista*), naquilo que Gonçalves (2006) denominou de Maranhão dinástico.

Contudo, ressalta o referido entrevistado que, na primeira gestão à frente da entidade como sindicato (1989), Lucimá Góes de Sousa filia a entidade à CNTE e também à CSC, o que apontava a uma coerência ideológica na constituição da aliança, fato este que no desenrolar das relações políticas entre o grupo do PCdoB e a presidente não se confirmou, pois no ano de 2001, sofreu um golpe político, o que leva a crer que o grupo do PCdoB tinha em mente, desde o início dessa aliança, a tomada do SINPROESEMMA, o que demonstrou uma significativa fragilidade política por que passava Lucimá Góes de Sousa, e a exaustão do próprio modo de administrar a entidade⁴ (JESUS, 22 de jan. 2019, *em entrevista*).

Diante da estrutura administrativa do sindicato, a disputa política deflagrada já em dezembro de 1997, acirra-se internamente, no âmbito da própria diretoria do SINPROESEMMA e se aprofunda mais ainda na medida em que deveriam acontecer as eleições até 19 de janeiro de 1998, conforme edital de convocação do dia 6 de janeiro (FIGURA 01), da presidente Márcia Helena Campos Nascimento, publicado no Jornal O Debate, de 7 de janeiro de 1998 (EDITAL..., 1998a, p. 06). Em função da disputa interna, em 27 de janeiro, foi publicado pela Diretoria um edital de convocação das eleições no Jornal O Estado do Maranhão no dia 30 de janeiro (EDITAL..., 1998c, p. 07), como resultado da reunião extraordinária realizada no dia 1º de dezembro de 1997 à revelia da presidente Márcia Helena do Nascimento. Por isso, na impossibilidade de acontecer a eleição, no período definido no estatuto da entidade, o que se configura descumprimento por parte da presidente, a diretoria do sindicato resolve, sem o aval da presidente, baixar a Resolução nº 001/1998, que decidiu por medidas reguladoras do processo eleitoral, embora a presidente Márcia Helena Campos Nascimento tenha publicado a portaria nº 02, em 06 de janeiro de 1998, regulando o pleito eleitoral, tornou-se sem efeito.

⁴ Caberia aqui na entrevista com Lucimá Góes de Sousa que ela explicitasse o seu entendimento sobre este episódio.

FIGURA 01 – Edital publicado no Jornal O Debate de 07 de janeiro de 1998



Fonte: Fotografia tirada pelo Autor em 9 de janeiro de 2020.

A partir desse contexto em que foi publicado o edital, houve a possibilidade de as duas chapas concorrem ao novo pleito – a chapa Guarnicê pra Educar, constituída por Lucimá Góes de Sousa e os aliados do PCdoB, e a do MOSEP. Contudo, as duas chapas acionam a Justiça, o que criou, no interregno de janeiro a março, um impasse no processo eleitoral. Tal impasse foi resolvido no dia 23 de março de 1998, em assembleia realizada por decisão judicial, a qual afastou Márcia Helena Campos Nascimento, e elegeu uma Junta governativa

provisória – na sua composição estavam presentes três membros representando a chapa do MOSEP e três membros representando a chapa Guarnicê pra Educar.

O contexto de disputa política em que se confrontam e se correlacionam as forças políticas caracterizadas na chapa Guarnicê pra Educar e na chapa do MOSEP demonstra a composição de duas forças políticas antagônicas a disputarem o instrumento sindical e sua base. Silva (2013, p. 197) se refere ao grupo do PCdoB, liderado pelos professores Odair José Neves Santos e Márcio José de Jesus, quando lembra que estes conseguiram realizar uma assembleia que destituiu Lucimar Góes da presidência após a aliança que durou três anos, definitivamente, utilizando-se de uma assembleia extraordinária no dia 20 de outubro de 2001 e, a partir daí, o sindicato passou a ser dominado por este partido até os dias atuais e o MOSEP, então, continuou no campo da oposição, não concordando com as estratégias e táticas empreendidas pelos membros do PCdoB, que passaram a reproduzir as mesmas práticas sindicais de Lucimá Goes de Sousa.

Silva (2013, p. 171) afirma que a configuração da estrutura de poder da direção sindical obrigou Lucimá Goes de Sousa a dividir o poder com a CSC, contudo, omite que o vice-presidente na chapa de Lucimá Góes de Sousa se articula politicamente no âmbito do partido, para impedir que a professora Lucimá Góes de Sousa continuasse no cargo de presidente, além disso, ela já não tinha a força política de antes, inclusive o grupo do PCdoB criou uma ação judicial movida por um grupo de professores da cidade de Cururupu, que culminou no afastamento da então presidente. No entanto, em seguida, a presidente retorna ao cargo com base no estatuto do SINPROEEMMA. Essa questão fora confirmada nas entrevistas de Júlio Guterres (22 jan. 2019) e Márcio José de Jesus (22 jan. 2019).

Sublinhe-se que nem a pesquisa de Silva (2013) nem a de Brussio (2015) tratam dos detalhes que levaram Lucimá Góes de Sousa a manter uma aliança política com o grupo do PCdoB e também não fazem referência detalhada da relação do PCdoB com o grupo de professores que ingressou com ação judicial questionando as ações administrativas da professora Lucimá Góes de Sousa, que, naquele momento, tinha como 1º vice-presidente Odair José Neves Santos e o secretário geral Márcio José de Jesus, ambos membros do PCdoB. Esse é um fato que esta pesquisa se propõe a expor, em função, principalmente, de que isso pode mostrar que a configuração política engendrada pelo PCdoB se torna mais um dos elementos potencializadores das ações do MOSEP como oposição que se diferencia do grupo do PCdoB.

Essa configuração política pode ser comprovada por meio da nota de esclarecimento, datada do dia 29 de dezembro de 2001, assinada pela presidente, professora Lucimá Goes de

Sousa, divulgada no Jornal Pequeno (NOTA..., 2001, p. 11). Este documento objetivava prestar esclarecimentos sobre os acontecimentos envolvendo alguns membros da diretoria.

A presidente do SINPROESEMMA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, diante dos últimos acontecimentos envolvendo integrantes da diretoria desta instituição, com ampla repercussão nos meios de comunicação deste Estado, vem a público prestar os seguintes esclarecimentos.

No último dia 11 de outubro de 2001, a professora Lucimá Góes de Sousa fora afastada temporariamente da presidência do SINPROESEMMA por força de decisão liminar proferida pelo MM Juiz da comarca de Cururupú – MA.

No dia 24 de outubro de 2001, o Desembargador Relator Antônio Pacheco Guerreiro Junior, nos autos do Agravo de Instrumento nº 02188/2001, todos os efeitos da decisão proferida pelo MM Juiz da Comarca de Cururupú – MA e determinou o retorno imediato da professora Lucimá Góes à presidência do SINPROESEMMA. Dessa decisão ainda foi interposto recurso para a Egrégia Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do estado do Maranhão, contudo, em apreciação colegiada lhe foi negado provimento e confirmada integralmente a decisão do MD Desembargador Relator.

Deste modo a Prof. Lucimá Goes encontra-se reintegrada no cargo de presidente do SINPROESEMMA por decisão colegiada do Tribunal de Justiça do estado do Maranhão, de forma que toda e qualquer decisão que venha ser proferida por juiz de primeira instância, apreciando a mesma matéria, torna-se sem qualquer efeito.

Por fim tem a presente o objetivo de esclarecer e informar aos associados que qualquer ato ou decisão praticado em nome da entidade pela pessoa do 1º vice-presidente ODAIR JOSÉ DOS SANTOS devem ser tornados sem efeito, por serem ilegítimos.

São Luís, 29 de outubro de 2001 (NOTA..., 2001, p. 11).

Ainda diante do desenrolar dos fatos, a presidente do SINPROESEMMA, Lucimá Goes de Sousa, no uso de suas atribuições legais, nessa mesma edição do Jornal Pequeno divulga o seguinte comunicado:

A presidente do SINPROESEMMA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, vem comunicar a todos os seus associados o cancelamento da Assembleia Geral Extraordinária convocada para o dia 29 de dezembro de 2001 às 9:00, na Sede do Sindicato dos Bancários na Rua do Sol s/n, uma vez que é plenamente nulo o Edital de convocação assinado pelo 1º vice-presidente ODAIR JOSÉ NEVES DOS SANTOS, no termos do art12, “b” do Estatuto da entidade e diante da decisão colegiada proferida pela Egrégia Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão nos autos de agravo de instrumento nº 021188/2001.

São Luís, 29 de dezembro de 2001 (NOTA..., 2001, p. 11).

É neste contexto que se busca compreender como se dá o movimento docente a partir de janeiro de 1998, período configurado como campo de conflito de interesses, para tanto requer interpretá-lo a partir do processo histórico que é próprio da organização do movimento

docente no Maranhão. Imbuídos dessa premissa procurou-se compreender a partir de toda trajetória histórica desde os primeiros rascunhos das entidades representativas – passando pela APEMA, pelo SINPROESEMMA e, especialmente, pelo MOSEP, para entender todo o movimento e os antagonismos e contradições no processo de organização dos professores e especialistas em educação básica da rede pública estadual maranhense a partir de 1998 até chegar à atuação do MOSEP.

A respeito do contexto político regional, configurado no governo de Roseana Sarney (1995-2002), Gonçalves (2006, p. 146) informa que a composição política organizada para reeleição, em 1998, da governadora Roseana Sarney é composta dos cinco partidos políticos de 1994, acrescida de mais seis partidos: PAN, PCdoB, PRTB, PSD, PSDC e PST.

Portanto, além de o PCdoB atuar no âmbito da política sindical, passa atuar também na composição política do governo de Roseana Sarney. Para o professor Márcio José de Jesus (22 jan. 2019, *em entrevista*), essa foi uma estratégia definida pelo partido que criou, inclusive, condições ao partido subsistir às dificuldades de manutenção.

Gonçalves (2006, p. 146) destaca ainda que a composição política da governadora Roseana Sarney é uma forma de cooptação política de diversos partidos a partir da distribuição de cargos e postos-chaves no seu governo, a exemplo da inserção do membro do PCdoB, Marcos Kowarick, como gestor do Instituto de Terras do Maranhão (ITERMA), no período de 1994 a 1998, e que, a partir de janeiro de 1999, passou à gerência e nesse interim, inclusive, fora acusado de corrupção nesta pasta, conforme matérias publicadas no Jornal Pequeno, no dia 14 de maio de 2000 (FIGURA 02), embora em nota no mesmo jornal, em 6 de maio, Kowarick se defendia de tal acusação (FIGURA 03).

FIGURA 02 - Matéria publicada no dia 14 de maio de 2000 no Jornal Pequeno



Fonte: Fotografia tirada pelo Autor em 20 de fevereiro de 2019.

FIGURA 03 - Matéria publicada em 06 de maio de 2000 no Jornal Pequeno



Fonte: Fotografia tirada pelo autor em 20 de fevereiro de 2019.

Nesse contexto de reeleição da governadora Roseana Sarney (PFL), ocorrida em 04 de outubro de 1998, em primeiro de janeiro de 1999, dia da posse, o jornal O Estado do Maranhão, da família Sarney, e periódico oficial do governo do Maranhão, estampava "Roseana sai na frente com reforma ousada" (FIGURA 04), ou seja, o se referia à Reforma Administrativa do aparelho do estado, nos moldes da reforma do Estado brasileiro, tocada por

Fernando Henrique Cardoso – PSDB (1995-2002). Isso é que caracteriza o slogan de governo de Maranhão de “Novo Tempo” – o mote do *novo*, como afirma Costa (1997, p. 2-3), é uma marca estratégica, criada já em 1965, com o “Maranhão Novo”, discurso ideológico com que a oligarquia buscou se legitimar perante a população: é um discurso claramente desenvolvimentista e modernizante, do “novo”, do “moderno”, que é fartamente explorado para indicar supostos benefícios trazidos para a região e à sua população pela ação da oligarquia dominante.

Essa reforma, segundo o secretário de administração, Luciano Moreira, em matéria publicada no dia 21 de dezembro de 1997 no jornal *O Estado do Maranhão*⁵, foi enviada à Assembleia Legislativa no mês de novembro do referido ano, por meio do projeto de lei aprovado em 29 de dezembro de 1997 (Lei 7.356). Segundo ele, o programa estadual de privatização, de desestatização, reestruturação e ajuste do Estado, propiciaria um processo de descentralização no setor educacional em que a escola ganharia mais autonomia com a criação do Caixa Escolar e com o Colegiado, que teria a participação dos pais, dos alunos, estudantes, funcionários.

No dia 1º de janeiro de 1999, o jornal oficial enaltecia o feito do governo e a própria personagem como exímia líder, fruto dos seus dons pessoais, afirmando ainda que era uma inovadora e revolucionária medida na estrutura de gestão administrativa do Estado de forma descentralizada, que objetivava aproximar ainda mais o governo da comunidade (217

⁵ A origem desse periódico, segundo o artigo intitulado *As Origens do Jornal O Estado do Maranhão*, dos autores Ramon Costa e Francisco da Conceição (2008, p. 1-14), está ligada ao *Jornal do Dia* que circulou pela primeira vez em 8 de março de 1953. Nos seus primeiros anos, o jornal tinha oito páginas e funcionava na rua Joaquim Távora, número 105- B, hoje rua de Nazaré. O ano de 1959 é considerado o marco de fundação do atual jornal *O Estado do Maranhão*. No dia 17 de janeiro de 1960, circulou a primeira edição da nova fase do *Jornal do Dia*. No portal Imirante, uma das mídias do Sistema Mirante de propriedade do grupo Sarney, na seção Quem Somos, o dia 01 de maio de 1959 é apresentado como a data de fundação do jornal *O Estado do Maranhão*. A resposta que se pode esboçar para esse impasse e que será considerada na pesquisa é a seguinte: entre a venda do *Jornal do Dia* por Alexandre Costa a Alberto Aboud, o jornal ficou sem circular entre outubro de 1958 até janeiro de 1960. Por isso, quando retoma suas atividades, em 17 de janeiro de 1960, inicia-se uma nova fase, que tem na criação da Empresa Jaguar seu marco de fundação, ainda que o jornal só comece a circular três meses depois. Enquanto se chamava *Jornal do Dia*, o aniversário do periódico era comemorado no dia 17 de janeiro, mas com a troca do nome, em 01 de maio de 1973, primeira edição com o novo título (*O Estado do Maranhão*) passou-se a comemorar os aniversários do jornal no dia do trabalhador, mas mantendo-se o ano de 1959 como marco de fundação do jornal. Pois é o momento em que é inaugurada a nova fase do *Jornal do Dia* da qual José Sarney irá participar. A informação equivocada no portal Imirante é motivada pelo interesse do Sistema Mirante em criar uma tradição do jornal, a partir da demonstração de sua longa história. No ano de 1968, o então governador do Maranhão, José Sarney – UDN – (1966 a 1970) entra para o quadro societário do *Jornal do Dia*, logo depois, tornou-se o proprietário do *Jornal do Dia*, uma aquisição motivada por interesses políticos de ter um instrumento político, não era por interesse social, exercendo um papel de oposição a Vitorino Freire, antigo chefe da oligarquia no Maranhão.

municípios), com a implantação das 18 gerências de desenvolvimento regional localizadas, segundo o governo, em municípios estratégicos do estado.

Gonçalves (2006, p. 67) observa o modo como José Sarney fala sobre o pai, Sarney Costa, no prefácio da obra biográfica sobre o Sarney Costa escrita pelo desembargador Milson Coutinho: “para José Sarney falar do pai é falar de si mesmo”, da mesma forma que falar e enaltecer a filha, no periódico de sua propriedade, é falar de si mesmo, ou seja, é falar de si pelo outro.

FIGURA 04 – Matéria publicada no dia 1º de janeiro de 1999, no jornal O Estado do Maranhão



Fonte: Fotografia tirada pelo Autor em 18 de fevereiro de 2019.

É esse o contexto em que o MOSEP se insere, de um lado o contexto político dominado pelo grupo político que transformou o Maranhão em território da dinastia Sarney, conforme aponta Gonçalves (2006); por outro, uma estrutura sindical como o SINPROESEMMA, passando por uma crise política sem precedentes. O que, de certa forma, não pode ser considerado algo desfavorável, antes torna-se um processo muito salutar na perspectiva da democratização do aparelho sindical jamais visto no SINPROESEMMA, embora, 20 anos depois, o grupo do PCdoB permaneça à frente da entidade e, conseqüentemente, a oposição sindical nunca tenha reunido condições políticas que a fizesse disputar a diretoria em condições de igualdade, mesmo no ano de 2000, momento que mais acumulou capital político com o MOSEP.

Afirma ainda Dantas (2016, p. 58) que as bases da política educacional maranhense se estruturaram tendo como seu tripé de sustentação as concepções autoritárias, o pragmatismo e o paternalismo, praticados pelas autoridades estaduais há muito tempo. Portanto, em todo o sistema educacional esses três elementos se encontravam presentes na reprodução dos interesses particulares dos detentores do poder, e todo e qualquer acesso ao ensino realizado era “ofertado como favor”, como uma benesse dos coronéis e senhores aos desvalidos da terra, o que se denomina de relação patrimonialista.

Embora no período de 1995-2002 no Maranhão o governo de Roseana Sarney se estruture com a marca do “Novo Tempo” em que ocorre a reforma administrativa do aparelho do estado, ainda se mantinha a estrutura político-social da velha política, sob a égide do *novo*. O velho ainda se refletia na organização da política educacional maranhense.

As conseqüências e as implicações para o Maranhão, nesses dois primeiros mandatos, já foram analisadas de forma ampla por Dennise Andressa Guilhon (2001), Zuelene Barbosa (2006) e Ilse Silva (2006). O que se destaca desses estudos é a caracterização da vinculação do governo de Roseana Sarney (1995-2002) ao projeto neoliberal, implementado nacionalmente no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o caráter propugnado da modernização do Estado foi tomado como referência para, no âmbito local, promover a reforma administrativa (Lei 7.356, de 29 de dezembro de 1998) o desmonte da máquina estadual, o endividamento público e a precariedade dos indicadores sociais e econômicos, conseqüência da opção de adotar esse projeto.

No âmbito específico da política educacional, as análises feitas por Adelaide Coutinho (2008), Agripino Luz Júnior (2009) e James Dean Bastos (2012) identificam expressões do neoliberalismo, na aplicação dos princípios da “desresponsabilização” do governo estadual, evidenciada a partir da implantação do programa “Viva Educação” e pelo abandono do ensino

médio e pela baixa qualidade do ensino fatores estes comprovados por meio das altas taxas de abandono, repetência e reprovação, e na “desregulamentação e flexibilização” de direitos de seus trabalhadores. Desta forma, verifica-se no governo de Roseana Sarney (1995-2002) uma política educacional, resultado do projeto neoliberal de educação, atrelado aos ditames do capital e conduzidos pelos organismos internacionais.

Por isso, não é possível desatrelar a organização política nacional ampla da estruturação das políticas ordenadas em nível local pelo Estado, ou seja, há uma sincronia entre o amplo e o específico, entre o macro e o micro, entre o nacional e o local. Assim, o atrelamento ao poder dominante termina por adquirir características e singularidades de caráter eminentemente político no campo objetivo e, desta forma, constituindo-se como elemento de reprodução do poder oligárquico, bem como de ideologia, no campo subjetivo, que os grupos políticos utilizavam como uma fórmula eficiente para se perpetuarem no poder. Atente-se para que a precarização da educação e do trabalho docente é elemento de reprodução das relações de reprodução de poder.

O MOSEP tinha como elemento principal na sua atuação o objetivo de romper com as estruturas tradicionais que impediam a politização da base e a conquista de ampliação dos seus direitos, para estabelecer um sindicalismo fora dos marcos que predominavam no estado, estabelecer crítica à direção do SINPROESEMMA por seu histórico de atrelamento aos governos estaduais patrocinados pela oligarquia Sarney e de falta de vínculo com a base. Tal atrelamento era expresso pelo desinteresse em promover campanhas de filiação dos professores, pela total omissão em relação às políticas neoliberais de Roseana Sarney: os quase três anos sem reajuste salarial para o funcionalismo público, desrespeito ao estatuto do magistério, o não pagamento de férias, dentre outros direitos.

A tarefa central no Maranhão era construir, no âmbito das reformas neoliberais, um programa do governo de Roseana Sarney, caracterizado na reforma administrativa do estado Lei 7.356, de 29 de dezembro de 1998, que atendesse aos interesses do que vinha do governo FHC (MARANHÃO, 1998b). Diante dessa conjuntura política neoliberal, era necessária uma frente antiliberal, esse fato deveria criar condições políticas capazes de ordenar um coletivo no campo da resistência aos efeitos da ofensiva neoliberal no âmbito local. O SINPROESEMMA e o grupo do PCdoB, junto com Lucimá Goes de Sousa, não se constituíam como essa frente, e a forma como era conduzido o instrumento sindical também era questionado pelo MOSEP no campo de sua atuação política.

Isso justificou, portanto, o surgimento do MOSEP e sua localização na base de atuação do SINPROESEMMA. O MOSEP, a partir de então, criou uma dinâmica na luta corporativa

dos docentes e, assim, passou a se configurar de forma objetiva como uma via alternativa dentro da categoria docente. Desta forma surgiram dois blocos distintos – o MOSEP, liderado pelo professor Paulo Roberto Ribeiro Rios e o outro liderado por Lucimá Góes de Sousa em aliança com o grupo do PCdoB – nesse momento, é importante sublinhar que o grupo liderado pela professora Lucimá Góes de Sousa representava a política tradicional de atrelamento ao poder público e aos governos com membros do PCdoB ligados à CSC.

De um lado, o MOSEP, representando uma vertente claramente oposicionista, de acordo com a fala da professora Malila da Graça Abreu (25 jan. 2019, *em entrevista*), o MOSEP com alinhamento político mais próximo à tendência de esquerda, mais próximo à Corrente ASS, dentro do contexto da própria CUT-Maranhão. E do outro, de acordo com suas falas, os membros do PCdoB, com a compreensão de que eles eram oposição, ligados à CSC.

Assim, os dois entrevistados Márcio José de Jesus e Júlio Guterres acreditam que, no movimento docente, tanto o MOSEP, quanto o grupo do PCdoB poderiam ser vistos, deste determinado ângulo, como sendo de oposição (JESUS, 22 jan. 2019, *em entrevista*; GUTERRES, 22 jan. 2019, *em entrevista*).

No entanto, a diferença entre um e outro esteve ligada primeiro ao arco de alianças políticas construídas, conforme aponta a entrevista do ex-presidente do SEEB-MA, Bira do Pindaré (SOUSA, 29 jan. 2019, *em entrevista*), e segundo, e não menos importante, aos objetivos e princípios políticos que norteavam a perspectiva de uma entidade plural e democrática.

Bira do Pindaré⁶, que exerceu a função de presidente do SEEB-MA, de 1997 a 2000, aponta que a Esquerda Sindical, no contexto do movimento sindical, disputava o controle da direção da Central Única dos Trabalhadores – CUT, no Maranhão, e, no âmbito nacional essa disputa se dava através da ASS.

Portanto, segundo Bira do Pindaré (SOUSA, 29 jan. 2019, *em entrevista*), dentro dessa lógica de aliança e composição política sindical, era natural que fosse buscado disputar o controle da direção estadual da CUT, por dentro das categorias, uma disputa legitimamente conquistada na atuação política.

⁶ Ubirajara do Pindaré Almeida Sousa nasceu na cidade de Pindaré Mirim, bancário e advogado, mestre em Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA. Começou sua jornada política na pastoral da juventude da Igreja católica, e ao lado de outros onze jovens, fundou o primeiro grupo de jovens da comunidade católica do Vinhais. Depois organizou os jovens na paróquia e finalmente na diocese, com a ajuda do Padre Wilson Basso, que hoje é bispo de Caxias. Na UFMA, nos anos de 1988 e 1989, rearticulou a pastoral universitária, e ingressou plenamente engajado no movimento estudantil, no qual teve a oportunidade de ser dirigente do diretório central dos estudantes (DCE) e era filiado ao PT.

Assim sendo, no âmbito da categoria de trabalhadores da educação, a Corrente ASS que compunha a esquerda Sindical dentro da CUT, identificava no MOSEP essa possibilidade de composição política, embora o MOSEP, no seu coletivo, não fosse de modo geral, orgânico, somente o professor Paulo Roberto Rios Ribeiro atuava como principal liderança no movimento de oposição sindical; por outro lado, o grupo do PCdoB e Lucimá Góes de Sousa não reuniam condições de alinhamento político, justificativa localizada na composição e alinhamento político com a CSC, embora fizesse parte do contexto da Esquerda Sindical, muito mais alinhada politicamente à Corrente Articulação Sindical, majoritária dentro do PT.

É, por isso, que a Corrente ASS se juntou ao MOSEP e passou a apoiá-lo de forma efetiva para que pudesse se organizar e se tornar muito mais orgânico na disputa pelo controle do SINPROESEMMA. Assim, o SEEB-MA passou a ser a “sede” do MOSEP, uma vez que disponibilizava toda a estrutura para organização e atuação dentro desse campo político, denominado esquerda sindical.

De acordo com Bira do Pindaré (SOUSA, 29 jan. 2019, *em entrevista*), a disputa que existia dentro do PT se estendeu ao movimento sindical, havia, portanto, uma articulação da militância que atuava nacionalmente e no Maranhão essa liderança era levada pelo SEEB-MA e se consagrou na disputa da base da CUT em diversas categorias organizadas nos sindicatos (SINDSEP, SINDICATO DOS URBANITÁRIOS, APRUMA, RODOVIÁRIOS, COMERCÍARIOS, SINTSPREV, SINTRAJUFE), inclusive na educação básica. O MOSEP estava inserido nesse contexto por ser um campo político que liderava a oposição no âmbito educacional pelo campo da esquerda sindical, por isso levar o apoio ao movimento possibilitava à oposição sindical disputar com maior possibilidade de ganhar a direção do SINPROESEMMA, o que vislumbrava significativos ganhos políticos, por ser o sindicato com maior base, cerca de 40 mil trabalhadores, e assim poderia concretizar a possibilidade de encampar essa luta de forma muito mais efetiva e ganhar a direção da CUT-Maranhão, entendia assim o presidente do SEEB-MA que, na época, também era filiado ao PT, bem como compreendia o contexto político sindical dessa mesma forma o MOSEP.

Outra questão fundamental trazida pelo ex-presidente do SEEB-MA se refere à conjuntura política do final de 1990 e início dos anos de 2000: a configuração política do estado do Maranhão era de sucessivos governos ligados ao grupo político de José Sarney, do qual o PCdoB/CSC se tornara aliado. Portanto, era um processo consequente à aliança com a ASS, também fazer oposição ao PCdoB/CSC e reconhecer no MOSEP uma potencial força política, capaz de receber o apoio necessário a sua atuação como liderança opositora que

poderia disputar a direção do SINPROESEMMA, o que era estratégico para a disputa da direção da CUT no Maranhão.

Diante deste contexto político e, principalmente, no âmbito sindical, desde 31 de maio de 1997, passando por todo ano, o MOSEP buscou alianças políticas e auxílio financeiro junto aos partidos PT e PSB e com instituições sindicais como um mecanismo estratégico na constituição da sua luta orgânica no campo da oposição sindical.

Vale sublinhar que dos entrevistados – Malila da Graça Abreu, Maria Dolores Silva, Francisco Álvares Costa Filho (Chicão), Kátia Maria de Almeida Ribeiro, ex-militantes do MOSEP –, somente a professora Malila da Graça Abreu não era filiada ao PT. Por isso a atuação e organização do MOSEP, embora fosse orgânica por parte dos seus principais membros, como afirma o professor da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e militante político, Saulo Arcangeli, ligado ao SINTRAJUFE e à CSP/Conlutas, no coletivo do MOSEP, mesmo que não fosse apreendido pela totalidade de seus militantes jamais poderia ser considerado um movimento avulso, pois tinha construído um significativo leque de vínculos políticos com as principais instituições sindicais do Maranhão e, portanto, tais vínculos denotam apoios políticos, baseado nas opções e espectro político-ideológico que assumia o movimento de esquerda mais radical.

Nesse sentido, Maria Dolores Silva, militante do MOSEP (SILVA, em 10 de janeiro de 2019, em entrevista), afirma que o MOSEP, como oposição, ratificava-se ainda mais, porque além de o PCdoB ser aliado à oligarquia Sarney, outro fator limitador de qualquer alinhamento político com o MOSEP era também a aliança a Lucimá Goes de Sousa, que representava o velho sindicalismo, atrelado ao conservadorismo político do Estado, ao patrimonialismo e ao peleguismo sindical.

Observe-se que o apoio do PT ao MOSEP não se configurou de forma orgânica, segundo o ex-presidente do SEEB-MA, em função do embate que existia entre duas correntes atuantes dentro do PT, a Corrente ASS e a Corrente Articulação Sindical, esta majoritária dentro do Partido, que se aliava ao PCdoB. Se, de forma orgânica, o PT estivesse aliado ao MOSEP, teria este maior apoio estrutural e maior possibilidade de vencer a disputa eleitoral no interior do SINPROESEMMA e de maior aproximação e atuação junto à base do sindicato em todo o estado do Maranhão, o que garantia a atuação do MOSEP e não o apoio político-partidário, embora esse apoio fosse relevante aos objetivos do movimento de oposição, ele não ocorreu organicamente.

O MOSEP estava articulado politicamente com outras importantes instituições sindicais que o auxiliavam na luta pela democratização, pela qualidade social da escola

pública, e pela direção do SINPROESEMMA, buscando a formação política no campo da esquerda, a partir da interiorização do movimento, que reconheceu ser importante a organização dos trabalhadores não só do campo da educação, mas também da direção sindical no Maranhão, via conquista da Direção da CUT-Maranhão, bem ao modo do pensamento marxiano e marxista explicitado no primeiro capítulo.

O MOSEP ficou caracterizado muito mais pela legitimidade de sua atuação no campo da formação política, que se dava pelo espectro político-ideológico de esquerda, dando o tom para a compreensão da política educacional, diferentemente da diretoria do SINPROESEMMA, representada por Lucimá Goes e o grupo do PCdoB. A exemplo da escolha dos representantes por escola, estratégia destacada por todos ex-militantes do MOSEP entrevistados.

Era o novo tentando superar o velho, o arcaico, e estabelecer uma nova correlação de forças políticas dentro do contexto do sindicalismo docente, o MOSEP buscava posicionar-se como alternativa à liderança sindical junto à base, a situação configurada em Lucimá Góes de Sousa e PCdoB/CSC. Essa aliança política fazia o discurso taticamente ajustado de que o novo grupo, o MOSEP, queria dividir a base e com isso enfraquecer as lutas, acusava o MOSEP de dividir o movimento sindical e produzir situações que poderiam servir de pretexto ao governo, enquanto isso se perpetuava no poder.

Essa situação de divisão é meramente um jogo de palavras na narrativa ordenada estrategicamente na tentativa de frear a participação da oposição que não fez composição, senão, com a própria base, e com instituições sindicais declaradamente de esquerda e não alinhada à oligarquia Sarney como o fizera o PCdoB, apontando para uma nova perspectiva de atuação do SINPROESEMMA, e, conseqüentemente, travando a disputa pela legitimidade da base, que até então vivia sob a regência exclusiva do sindicato, ou seja, de sua eterna presidente, sem uma voz que lhe fizesse oposição, embora, no depoimento de Júlio Guterres, ele deixe transparecer, que antes de compor com Lucimá Góes de Sousa, o grupo do PCdoB analisou a possibilidade de compor com o MOSEP (GUTERRES, 22 jan. 2019, *em entrevista*).

A aliança entre o grupo do PCdoB e Lucimá Góes de Sousa não se restringiu somente a um apoio político que, eventualmente, viesse possibilitar o retorno dela à presidência da entidade, mas significou, por outro lado, o aparelhamento do partido (PCdoB) por meio da estrutura do sindicato e a tutela que tem se estendido ao processo reivindicativo e que impediu uma atuação combativa, contrário aos anseios da categoria. Denota-se que dificilmente a diretoria do sindicato se chocava frontalmente com os interesses do governo, havia um tipo de

relação mais estreita com o poder público, principalmente, em função de que no governo de Roseana Sarney, desde 1995, havia um representante do PCdoB à frente do cargo de presidente no Instituto de Terra do Maranhão (ITERMA), Marcos Kowarick, pasta que tinha por finalidade cuidar das questões fundiárias no estado, o que demonstrava no mínimo alinhamento político, embora pudesse não ser ideológico. Júlio Guterres e Márcio José de Jesus confirmaram que esse alinhamento era somente estratégico para o partido (GUTERRES, 22 jan. 2019, *em entrevista*; JESUS, 22 jan. 2019, *em entrevista*).

O que se pode depreender dessa relação política entre PFL, partido da governadora e PCdoB é que a manutenção de cargos no governo estabelecia relações umbilicais, o que, no âmbito educacional, ou seja, de atuação no SINPROESEMMA, terminou comprometendo a característica fundamental do instrumento de luta: a combatividade e a isenção política que pudesse potencializar a defesa dos interesses da categoria de trabalhadores da educação sem concessões.

Vale ressaltar que todas essas formas de organização política dos trabalhadores representam o esforço e a trajetória de organização da categoria de professores do estado do Maranhão, desde a forma associativista dos trabalhadores em educação do Maranhão; passando pela fase de transição do associativismo ao sindicalismo que situa a gênese do sindicalismo dos trabalhadores em educação no âmbito local; e nesse contexto de atuação do SINPROESEMMA, surge o Movimento de Oposição Sindical dos trabalhadores em educação básica do estado do Maranhão (MOSEP).

Feito esse percurso histórico e identificado o contexto e as circunstâncias que levaram ao surgimento do MOSEP, a seguir o objetivo é analisar o objeto de pesquisa de maneira mais detalhada. No próximo capítulo serão tratadas as singularidades, desde quando surge, passando pela organização de sua atuação de interação com entidades de classe, partidos políticos e, principalmente, de aproximação e interação com a base do SINPROESEMMA, à qual convocava para o embate contra o peleguismo, a submissão e atrelamento político e as práticas centralizadoras e autoritárias das direções do sindicato, vislumbrando ainda uma sociedade justa e igualitária.

O MOSEP, desde o surgimento, propôs-se a divulgar suas propostas, suas características e a construir um leque de alianças políticas que entendia unificar toda a oposição contra os desmandos, o isolamento e a submissão da diretoria do SINPROESEMMA, além da luta em defesa dos direitos da categoria.

A entidade, SINPROESEMMA, o MOSEP se dirigia como sendo vinculada, atrelada por direções conservadoras e pelegas, submetidas aos sucessivos governos estaduais, vinculados à oligarquia Sarney, inclusive a Roseana Sarney (PFL).

Diante deste contexto político, surgia o MOSEP como resposta, empunhando a bandeira de construção de um sindicato classista, de base, democrático e combativo, a se constituir em parceria com a CUT, questão solicitada em 17 de junho de 1997 a sua presidência, e se opor ao PCdoB que dava sustentação à CSC e apoio à governadora Roseana Sarney.

O MOSEP, desde o dia 31 de maio de 1997 até o início de janeiro de 1998, fez um trabalho de diálogo com a base do SINPROESEMMA, em diversas frentes, desde a discussão do projeto do governo FHC com a LDB e o FUNDEF, passando pela discussão do projeto político de Roseana Sarney (PFL), com as questões da categoria, como o respeito ao estatuto (Lei 6.110/1994) e a condução do sindicato. No próximo capítulo, será feita a discussão sobre o surgimento e atuação do MOSEP nesse contexto político apresentado, o que caracteriza sua trajetória político-sindical.

5 DO SURGIMENTO À ATUAÇÃO DA OPOSIÇÃO SINDICAL NA EDUCAÇÃO PÚBLICA BÁSICA DO ESTADO DO MARANHÃO: uma alternativa ao peleguismo, à submissão e ao atrelamento político do SINPROESEMMA

O Sindicato tem que ser um instrumento de luta dos trabalhadores e não pode jamais ficar atrelado aos governos [...].
(MOSEP, 1997a, p. 01)

Neste capítulo, analisa-se o MOSEP, enquanto forma de organização de resistência de educadores maranhenses comprometidos com a transformação social, atuando no campo da oposição sindical e como membro da própria esquerda da CUT, visando, como nova perspectiva de atuação sindical docente, a se apresentar como uma alternativa na direção do sindicato para superar as velhas práticas de condução do instrumento sindical, até então ordenadas e praticadas por Lucimá Góes de Sousa e sua afilhada política e social, Márcia Helena do Nascimento. Prática essa de atrelamento e submissão aos sucessivos governos estaduais, todos patrocinados e respaldados pela oligarquia Sarney, como afirmava o MOSEP no primeiro boletim (1997a, p. 01).

Embora Lucimá Goes de Sousa e Márcia Helena do Nascimento não tivessem nenhuma filiação partidária, estavam atreladas, de forma indireta, à estrutura de poder instituído, informação essa veiculada no boletim informativo nº 04 do MOSEP (1997d, p. 01) de que o SINPROESEMMA estava atrelado ao governo e que as duas fizeram campanha para Roseana Sarney (PFL), esse diferencial de não atrelamento político-partidário orgânico se rompe com a presença do PCdoB/CSC, na constituição da Chapa Guarnicê pra Educar, no final de 1997, o que vai caracterizar o sindicato como “correia de transmissão” do partido, bem ao modo leninista-trotskista.

Conforme as professoras Malila da Graça Abreu, Maria Dolores Silva, Kátia Ribeiro, e o professor Francisco Costa Filho (Chicão), nas suas respectivas entrevistas concedidas ao pesquisador em janeiro e fevereiro de 2019, naquela conjuntura era oportuno o MOSEP se apresentar com o propósito político de romper com a estrutura corrompida pelo atrelamento político-partidário do SINPROESEMMA. Por isso, sua forma de atuação e organização, desde o início, era em uma perspectiva colegiada, que objetivava o não centralismo e o não personalismo na figura de um presidente, convocando a categoria para se integrar na caminhada rumo à construção de um novo sindicato, verdadeiramente democrático, combativo, classista, autônomo e independente, com inspiração no ideário cutista.

Essa perspectiva de organização e atuação do MOSEP está definida no seu primeiro boletim como movimento docente político no campo da oposição sindical. Por força da sua atuação orgânica, o MOSEP buscava alterar a configuração estabelecida a partir de distinta correlação de forças no campo sindical da educação pública básica do Maranhão, forçando o surgimento de uma nova dinâmica política na relação entre sindicato, governo e base, no âmbito das reivindicações específicas dos trabalhadores docentes (MOSEP, 1997a, p. 01).

No caminho inverso à prática sindical subserviente, o movimento inicia sua trajetória denunciando a omissão da direção do SINPROESEMMA, no período em que ocorria a Reforma Administrativa do Estado¹, de cunho neoliberal, que poderia resultar na derrubada de direitos e conquistas dos servidores públicos, como a estabilidade, o regime jurídico único, o concurso público, a aposentadoria integral, a extensão dos reajustes aos inativos, entre outras, ou seja, iniciava sua trajetória assumindo o papel político estratégico do intelectual orgânico definido em Gramsci (2001b).

Anteriormente, foi exposta a situação política local pela qual passou a organização dos trabalhadores em educação em nível estadual até culminar na organização do SINPROESEMMA. Daí se pode entender a que o MOSEP se opunha e porque utilizava determinadas estratégias e táticas de atuação – a partir da demonstração de como o sindicato estava estruturado e como era seu modo de atuar politicamente.

Então, faz-se oportuno expor no subitem **5.1** a constituição e divulgação do MOSEP, na condição de instrumento político de oposição – aquilo a que Antônio Gramsci caracterizou de *intelectual orgânico*, e a execução da sua luta em diversas frentes políticas, na perspectiva de estabelecer diálogo com a base e construir sua agenda de lutas em defesa dos direitos e dos interesses dos trabalhadores da educação pública maranhense, com respeito, seriedade e compromisso, assim se anunciava à categoria, bem como às entidades sindicais, buscando apoio político e financeiro efetivo.

5.1 O surgimento do movimento de oposição sindical: uma nova força política no movimento docente e seu processo de divulgação

¹ A Lei 7.356 de 29 de dezembro de 1998 implementou a Reforma Administrativa no Estado do Maranhão (MARANHÃO, 1998b). Essa Reforma de cunho neoliberal extinguiu as secretarias autarquias e fundações, como: Fundação de Amparo à pesquisa do Estado do Maranhão (FAPEMA), Instituto de Previdência do Estado do Maranhão (IPEM), dentre outros, e liquidou empresas públicas, como EMATER, CODEA, EMAPA etc.

É oportuno ressaltar que a conjuntura em que surge o MOSEP dá o caráter estratégico à sua construção e sua atuação, a sua luta no campo da oposição sindical na educação pública básica. Esta luta tem início às 15h 40min de 31 de maio (sábado) de 1997, na sede do SINTERP-MA, com a participação de 12 professores representando quatro escolas da capital na reunião de criação do Movimento de Oposição Sindical na Educação Pública do Maranhão (MOSEP), que se constituiu, de acordo com as informações coletadas em seus documentos e junto a seus ex-militantes, como um movimento de vanguarda, atuando no campo da oposição do sindicalismo docente de forma orgânica com perfil histórico de esquerda, ético, em defesa da transformação social.

Esse movimento surge no contexto político, em nível nacional, de execução das políticas neoliberais do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e, em nível regional, do governo de Roseana Sarney (1995-2002), filha biológica, social e política de José Sarney, que reproduziu as relações de poder político e permanência das práticas dinásticas no Maranhão (GONÇALVES, 2006, p. 32).

Visto que em um documento encaminhado ao presidente da Central Única dos Trabalhadores-MA, datado do dia 17 de junho de 1997, o MOSEP afirmava que surgira nos marcos do sindicalismo combativo vinculado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), isto é, nas práticas políticas do novo sindicalismo, propondo-se a ser uma alternativa de luta para cerca de 40.000 trabalhadores (professores, especialistas e servidores administrativos) da Educação Pública Municipal e Estadual do Maranhão, representados pelo sindicato da categoria, o SINPROESEMMA (MOSEP, 1997g). Nesse documento (MOSEP, 1997g), o MOSEP apontava que passadas quase duas décadas, a categoria docente continuava à mercê de direções atreladas e submissas aos ditames do sistema clientelista e fisiológico que era a característica dominante dos prepostos da oligarquia Sarney, por isso solicitava seu reconhecimento pela executiva estadual.

Na contramão do ordenamento político de direita, e nos marcos do sindicalismo autônomo, classista e combativo, o MOSEP objetivava, além de disputar o comando do SINPROESEMMA, expor a política do governo de Roseana Sarney, em seus pontos mais nevrálgicos como a Lei de nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998, que dispunha sobre a Reforma e Reorganização Administrativa do Estado (MARANHÃO, 1998b), o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), o programa “Viva Educação” (Telensino), o desrespeito ao Estatuto do Magistério, definido na Lei nº 6.110, de 15 de agosto de 1994 (MARANHÃO, 1994), que se

configurava, por exemplo, no descumprimento da tabela de reajuste salarial, o Programa de Capacitação Docente (PROCAD).

Era esse um grande desafio político: usar como estratégia a legitimação do exercício da representatividade sindical, contra o que o MOSEP denominava de atrelamento e submissão aos sucessivos governos estaduais, o que caracterizava o instrumento sindical sob a tutela das relações políticas no Maranhão Dinástico², o que significava não representar os interesses da sua base.

Um dos principais problemas enfrentado pelo MOSEP, desde sua constituição, era a sustentação financeira para a manutenção de suas atividades (edição de material gráfico, confecção de faixas, viagens para os encontros, seminários e assembleias regionais). Em documento encaminhado ao Sindicato dos Professores da Universidade Federal do Maranhão (APRUMA), em 17 de outubro de 1997, fica evidenciado que a maior parte das despesas financeiras fora custeada pelas entidades que também davam apoio político, a exemplo do Sindicato dos Servidores Federais no Maranhão (SINDSEP-MA), do SEEB-MA, do Sindicato dos Trabalhadores no Judiciário Federal (SINTRAJUFE-MA), do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência (SINTSPREV-MA), e do Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Piauí (SINTE-PI) e outras entidades ligadas à CUT/MA. No âmbito da categoria, no intuito de atingir a autossustentação financeira, foram promovidas campanhas de arrecadação de finanças como a “Doe um real para o MOSEP”, além da venda de camisas do movimento (MOSEP, 1997h).

A conjuntura de surgimento e atuação do MOSEP, na base do SINPROESEMMA, no ano de 1997, tinha a professora Márcia Helena Campos Nascimento como presidente, cumprindo o mandato de janeiro de 1995 a janeiro de 1998, aliada de Lucimá Góes de Sousa³, a primeira presidente da referida entidade, que, mesmo não compondo a diretoria, continuava mantendo sua hegemonia política no sindicato, o que ficava demonstrado com sua participação nas reuniões da diretoria, conforme Ata de reunião do sindicato no dia 18 de julho de 1997 (SINPROESEMMA, 1997b).

Discutir a conjuntura, nesse momento, significava estar aberto ao diálogo com as entidades de classe e partidos que tinham posicionamento político aproximado ao movimento,

² De acordo com Gonçalves (2006, p. 31), Maranhão Dinástico é um conceito que abrange um espaço de formas de poder político, pelo qual as práticas pessoais determinam a maneira de gerir a dimensão política.

³ Segundo a ata da Assembleia Geral Ordinária de Posse da Diretoria e do Conselho fiscal eleita em 16 de janeiro do ano de 1995, a nova diretoria tomava posse em 30 de março de 1995, tendo como presidente Márcia Helena Campos Nascimento. A presidente da assembleia, Lucimá Góes de Sousa, abriu os trabalhos com a leitura do Edital de convocação (SINPROESEMMA, 1995).

como PT e PSB, e estabelecer o diálogo com a base. É, por isso, que essa aproximação com a categoria ficava explicitada e demarcada, por exemplo, com o primeiro encontro estadual do MOSEP, realizado após seis meses da criação do movimento, no dia 30 de novembro de 1997. Nesse encontro, o MOSEP propunha-se a debater a seguinte pauta: (A) O Plano Nacional de Educação (nova LDB e o FUNDEF) com a presença da professora da UFMA e mestre em educação, Fátima Félix Rosar; (B) Elaboração da Carta Programa a ser apresentada à Categoria; (C) Definição e lançamento da chapa do MOSEP (MOSEP, 1997d).

Desde o dia 31 de maio de 1997 até a data do encontro, o MOSEP já tinha realizado encontros e seminários em diversas cidades do interior do estado, o que fica comprovado no boletim informativo de nº 4 (MOSEP, 1997d). Essa tática de dialogar com toda a base tinha como objetivo maior potencializar a luta, visando à conquista do instrumento de luta dos trabalhadores em educação, o SINPROESEMMA e ao embate contra a política educacional de Roseana Sarney, nos moldes de organização dos trabalhadores do século XIX na Europa, assim como, no início do século XX, por exemplo, na Alemanha, Rússia e Itália.

Por isso, as assembleias, os encontros, seminários e reuniões eram momentos de tecer laços políticos, denunciar a políticas nacional e regional de educação, sob os governos Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e Roseana Sarney (PFL), além de denunciar no boletim Informativo de nº 1 (MOSEP, 1997a, p. 01) que o sindicato continuava nas mãos de direções conservadoras, submetidas aos sucessivos governos estaduais, vinculados à oligarquia Sarney: a ex-presidente do SINPROESEMMA, Lucimá Góes de Sousa e a presidente à época, Márcia Helena do Nascimento, participaram ativamente da campanha da candidata do PFL para o governo do Estado, atrelando o sindicato, aos interesses eleitoreiros, com a pretensão de fazer o mesmo na campanha eleitoral para o pleito de 03 de outubro de 1998 (MOSEP, 1997a, p. 01).

Para combater essa estrutura de poder tanto na política regional quanto no interior do sindicato era preciso ter sua composição formada por uma frente política ampla no interior do movimento sindical do Maranhão, posicionando-se como uma oposição autêntica, por isso o MOSEP recebeu o reconhecimento da CUT, após solicitação feita em 05 de julho de 1997, embora o SINPROESEMMA fosse reconhecido também por essa entidade: a diferença estava nas correntes.

Esse momento de organização e divulgação do MOSEP coincidia com a aproximação do processo eleitoral no SINPROESEMMA, que deveria ocorrer em 25 de janeiro de 1998. Por isso, a estratégia de dialogar com a categoria de forma ampla e clara, e de ampliar o leque de alianças políticas com partidos de matiz socialista, entidades de classe, para compor uma

força democrático-popular do Maranhão, por isso, reivindicava apoio ao Diretório do Partido dos Trabalhadores em 17 de novembro de 1997 na perspectiva de união dos instrumentos de luta política, ideológica e econômica.

A professora Malila da Graça Abreu, em entrevista concedida, evidencia o quão importante fora o processo de interiorização do MOSEP, pontuando que viajara por todas as regiões do estado, o que possibilitou maior aproximação com a base, a partir da atuação dos diretórios municipais e núcleos do PT, localizados em muitos dos municípios visitados pelo MOSEP (ABREU, 25 jan. 2019, *em entrevista*). A articulação com os diretórios e os núcleos do PT era uma tarefa desenvolvida pelos professores Paulo Roberto Rios Ribeiro, Giovani Silva e Francisco Costa Filho (Chicão), possibilitada pela direção estadual do PT, que oportunizava o contato com os militantes, vereadores e prefeitos nos diversos municípios.

No boletim informativo nº 04 (FIGURA 05), de novembro de 1997, o MOSEP, confirma o processo de interiorização do movimento, visitando e debatendo com a categoria em seminários com os educadores maranhenses em conjunto com os sindicatos municipais (MOSEP, 1997d, p. 04). Esse boletim mostra que o MOSEP participou de seminários nas cidades de Santa Helena, Colinas e Codó e em todos eles deixava a expectativa de renovação na forma de conduzir o instrumento de luta dos trabalhadores, o SINPROESEMMA (MOSEP, 1997d, p. 04). Em Imperatriz, reuniu diversos municípios da região sul do estado, no primeiro Encontro Regional da Região Tocantina. Já em Caxias e Timon, as militantes do MOSEP, Luíza Milca e Amélia Leitão, realizaram assembleia. Em Codó, os militantes, Ana Rute Farias, Edeilce Buzar, James Dean Bastos e Francisco Costa Filho (Chicão), reuniram diversos professores e agendaram um seminário, bem como em Barra do Corda e Vitorino Freire.

Em cada cidade, ficava a marca da participação democrática, por exemplo, na composição da chapa do MOSEP, despertando para uma atuação com autonomia: os professores acreditavam em uma renovação e na deflagração da luta contra a política educacional de Roseana Sarney e contra o atrelamento e submissão da diretoria do SINPROESEMMA ao governo Roseana Sarney (PFL), o que somente seria possível com a posse de uma diretoria independente e autônoma.

De acordo com carta de 17 de novembro de 1997, enviada ao presidente da Comissão Diretora Provisória estadual do PT, Washington Luís de Oliveira, fica evidenciado a solicitação de apoio mais incisivo, tanto político quanto financeiro (MOSEP, 1997f), além do envio de carta aos diretórios municipais, pedindo apoio e engajamento político à militância. Ainda com toda dificuldade financeira, em todo o segundo semestre de 1997, o MOSEP

divulgou, debateu suas metas e seus objetivos em diversos municípios do estado, a partir de seu autofinanciamento e o de entidades sindicais parceiras, como APRUMA, SINTRAJUFE-MA, SINDSEP-MA, SEEB-MA. O MOSEP comunicara ainda nessa mesma carta que já tinha feito contato no dia 9 de novembro de 1997 com a direção do PSB-MA, quando da realização do seu IX Congresso Estadual, solicitando apoio político e, nesta mesma reunião, participou o secretário de Fazenda do Município de São Luís e Presidente em Exercício do PDT-MA, o qual reiterara apoio e o engajamento político de seu partido nesse processo (MOSEP, 1997f).

Em carta datada de 18 de novembro de 1997, o MOSEP se dirigia ao deputado federal do Partido dos Trabalhadores (PT), Haroldo Saboia, membro da Comissão Diretora Provisória do PT-MA, destacando a necessidade de que os membros do partido entendessem a importância da vitória do MOSEP nas eleições do SINPROESEMMA, e assim buscassem seus pares para que estes mobilizassem no sentido de um efetivo engajamento nas atividades que estavam sendo desenvolvidas pelo movimento (MOSEP, 1997e).

As atividades promovidas eram reuniões, assembleias, encontros, seminários, atos públicos, e boletins, distribuídos à categoria em diversos locais. Assim, o MOSEP ressaltava que sua vitória representaria um marco na história do movimento sindical maranhense, considerando o tamanho da categoria e o peso social e político da problemática da educação na sociedade – ao modo, por exemplo, do que preconizava a organização política dos trabalhadores na Europa do início do século XX com Rosa Luxemburgo, Lênin e Antônio Gramsci.

Toda essa situação gerou na categoria uma expectativa de constituição de uma oposição capaz de fazer o enfrentamento a Lucimá Goes de Sousa e o PCdoB/CSC. Por isso, o caminho escolhido de fazer o embate, foi, principalmente, chegar até a base para dialogar, tornar-se conhecido e disseminar suas ideias e seus ideais políticos.

FIGURA 05 – Boletim Informativo do MOSEP nº 04, novembro de 1997

BOLETIM

MOSEP

Reconhecido
CUT

**Movimento de Oposição Sindical
na Educação Pública do Maranhão**

**Boletim Informativo do
Movimento de Oposição
Sindical na Educação
Pública do Estado
do Maranhão**

Ano I - N° 4 - Novembro/97

PROPOSTAS DO MOSEP AGITAM O INTERIOR

COLINAS DISCUTE LDB/FUNDEF




Cerca de 150 trabalhadores(as) da Educação das cidades de Colinas e Mirador participaram do Seminário organizado pelos militantes do MOSEP, Bento Lima e Graça Saraiva, em conjunto com o Sindicato dos Servidores Municipais de Colinas. O Movimento foi representado pelos militantes Giovanni Silva, Paulo Rios e Malila Abreu, todos de São Luís.

O Seminário, "O papel do professor como agente transformador da realidade", discutiu a nova LDB e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério(FUNDEF), além da privatização do Hospital do IPEM e a falta de atendimento aos servidores daquela região.

Foram discutidas também as questões que envolvem a direção do SINPROEEMMA, quando ficou evidente a insatisfação da categoria, dado o atrelamento da entidade ao governo de Roseana Sarney, que foi apoiada pela ex-presidente, Lucimá Góes e pela atual, Márcia Nascimento.

A categoria aposta na renovação e acredita que somente uma diretoria independente e autônoma pode levar a implementação de uma ampla jornada de lutas e de mobilização contra a política de arrocho e desrespeito aos nossos direitos, implementada pelos governos FHC/Roseana. No final, foram aprovadas propostas para a carta-programa do MOSEP e levantados alguns nomes para a composição da chapa.

IMPERATRIZ REALIZA ENCONTRO REGIONAL



Em Imperatriz, o MOSEP realizou no último dia 19 de outubro, o Encontro Regional da Região Tocantina, na sede recreativa da Associação dos Empregados da Eletronorte-ASEEL. O Encontro teve a participação de cerca de 100 pessoas e discutiu a seguinte pauta:

- 1) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB e FUNDEF
- 2) Plano de Saúde e privatização do Hospital do IPEM
- 3) Eleições para a diretoria do SINPROEEMMA
- 4) Definição das propostas para a carta-programa do MOSEP. Aprovação dos critérios e levantamento de prováveis nomes para composição da chapa do Movimento.
- 5) Eleição de delegados para o Encontro Estadual do MOSEP

O evento contou com a participação dos Coordenadores Francisco Álvares e Paulo Rios e teve a vibrante presença dos(as) trabalhadores(as) da Educação de Imperatriz que também querem transformar o SINPROEEMMA numa entidade respeitada e comprometida com os interesses da categoria.

No Encontro ficou clara a garra dos companheiros de Imperatriz e a sua vontade de participar das atividades do MOSEP e contribuir decisivamente para a nossa vitória nas eleições para a diretoria do SINPROEEMMA, repudiando o peleguismo e o imobilismo da direção atual do sindicato.

Veja mais sobre as viagens do MOSEP na página 4

Fonte: Fotografia tirada pelo Autor em 18 de março de 2019.

FIGURA 06 – Boletim Informativo do MOSEP nº 04, novembro de 1997 (verso)



Fonte: Fotografia tirada pelo Autor em 18 de março de 2019.

FIGURA 07 – Informativo do MOSEP, outubro de 1997

M O S E P
 DEMOCRATIZAÇÃO
 EDUCAÇÃO LUTA
 MOVIMENTO DE OPOSIÇÃO SINDICAL NA
 EDUCAÇÃO PÚBLICA DO MARANHÃO

SEMINÁRIO REGIONAL
 Colinas - MA

**O Papel do Professor como
 Agente Transformador**

Dia: 11 de outubro de 1997

Hora: 8 às 12 h

Local: Prédio do
 Banco do Brasil

Inscrições:
 Prof. Bento Lima
 552 1267 552 12 66

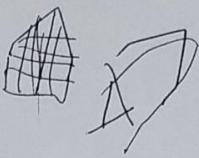
Fonte: Fotografia tirada pelo Autor em 21 de março de 2019.

O MOSEP se apresentava como uma via possível para romper com a postura clientelista, fisiológica, que organicamente se estruturou no SINPROESEMMA, conforme asseverava o MOSEP no boletim informativo de nº 2 (1997b, p. 01), afirmando que a categoria já conhecia a prática pelega e oportunista da ex-presidente do sindicato.

FIGURA 08 – Informativo MOSEP, outubro de 1997

I ENCONTRO REGIONAL DO MOSEP
 ASEEL - 19/10/97
 (SAÍDA ÀS 8 HORAS DA PRAÇA DE FÁTIMA - ÔNIBUS E ALMOÇO GRATUITOS)

PAUTA




- 9 HORAS: Início dos trabalhos - pela coordenação
- 9H10MIN: Abertura - Laer Viana
- 9H20MIN: **Palestra** - **Tema:** *Lei de Diretrizes e Bases (LDB) - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério*
 - **Palestrante:** Paulo Rios (São Luís - MA)
- 10 HORAS: Debate
- 11H20MIN: **Tema:** *Plano de Saúde* - Laer Viana/Zélia Bezerra
- 12 HORAS: Almoço
- 13H30MIN: **Palestra** - **Tema:** *Reposição de perdas salariais*
 - **Palestrante:** Paulo Rios/Geovane Silva
- 14H30MIN: **Temas:** - *Eleição de Diretoria do Sinproesemma*
 - *Definir propostas para o Programa de Atividades do Mosep*
 - *Participação de Imperatriz na composição da chapa*
 - *Eleger delegados para o Encontro Estadual do Mosep (em dezembro)*
 - *Eleger delegados para o Coned (de 6 a 9 de novembro, em Belo Horizonte - MG)*
- 17 HORAS: Encerramento

**O MOSEP SOU EU E VOCÊ, SOMOS NÓS!
 PARTICIPE!!!**

Fonte: Fotografia tirada pelo Autor em 21 de março de 2019.

FIGURA 09 – Panfleto MOSEP, outubro de 1997



**MOVIMENTO DE OPOSIÇÃO SINDICAL NA
EDUCAÇÃO PÚBLICA DO MARANHÃO**

CONVIDA

O Movimento de Oposição Sindical na Educação Pública do Maranhão - MOSEP, *convida* os(as) trabalhadores(as) da Educação Pública de 1º e 2º Graus (professores(as), servidores técnico-administrativos, especialistas) para comparecerem a uma importante *reunião a ser realizada no próximo dia 25 de novembro/97 (terça-feira), a partir das 16:00 horas, na sede do SINPROESEMMA, à Rua Henrique Leal, 128 (ao lado do prédio da Secretaria de Administração do Estado) - Fone:221-2427.*

A reunião será realizada no momento em que o MOSEP aumenta o ritmo de suas atividades, a exemplo dos encontros e seminários já realizados em várias cidades do interior, que demonstram claramente que a vitória será nossa!

É fundamental a sua participação e nesse sentido, alertamos a todos que os grupos que se mantêm no poder no SINPROESEMMA há mais de quinze anos, estão dificultando o acesso da base às informações sobre o processo eleitoral e devemos estar preparados para impedir qualquer trapaça ou jogo sujo da atual direção do sindicato, quanto ao registro da chapa do MOSEP.

Esta reunião está sendo convocada para a sede do SINPROESEMMA, pois o MOSEP entende que é um direito da categoria exigir a democracia e a lisura nas eleições. A reunião discutirá a seguinte pauta:

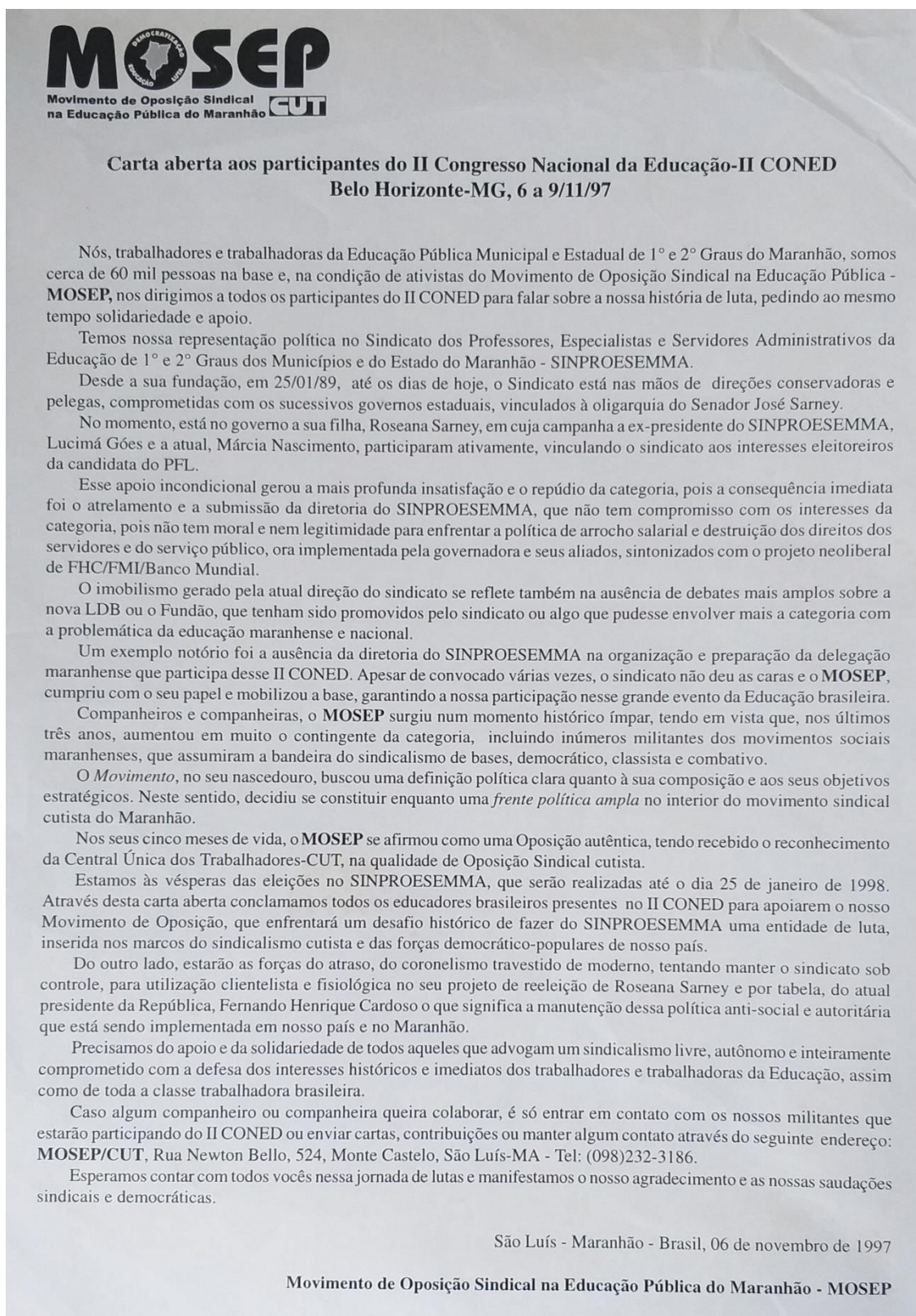
- 1) A implantação do Fundo Estadual de Manutenção e Valorização do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Piso do MEC);**
- 2) As eleições para a renovação da diretoria do SINPROESEMMA.**

**VENHA! NÃO DEIXE QUE GOLPES
OU TRAPAÇAS O IMPEÇAM DE VOTAR!**

DEFENDA A DEMOCRACIA E O RESPEITO AS BASES!

Fonte: Fotografia tirada pelo Autor em 21 de março de 2019.

FIGURA 10 – Carta Aberta do MOSEP, novembro de 1997



Fonte: Fotografia tirada pelo Autor em 21 de março de 2019.

No dia 22 de novembro de 1998, seria realizada uma assembleia do SINPROESEMMA, e o movimento de oposição convocava a categoria por meio de panfleto

para participar do XXVII Congresso da CNTE, com qualidade política e não como meros espectadores. Na referida assembleia, seria discutida a escolha dos delegados para participar do referido evento, conforme fica demonstrado no panfleto produzido pelo MOSEP (FIGURA 11).

FIGURA 11 – Panfleto do MOSEP, novembro de 1997

ASSEMBLÉIA DO SINDICATO
Dia 22/11/98 (Domingo) às 10 e 14 horas
Local: Convento das Mercês

No momento em o governo FantocheHC, seguindo as ordens do FMI, lançou mais um pacote de fome, miséria e desemprego, vai acontecer o XXVII Congresso da CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, de 13 a 17.01.99 em Goiânia – GO.

Nós educadores(as) maranhenses não podemos perder esse momento de nos juntarmos aos trabalhadores da educação de todo país e liderarmos um grande movimento nacional através da CUT com a participação da sociedade organizada na resistência ao pacote de FHC/FMI.

A conta será paga mais uma vez por nós e sabemos o que isso significa. Veja a seguir as conseqüências desse pacote que é apoiado por Roseana Sarney e que conta com a omissão do Simproessema que não convoca a categoria para essa luta porque é atrelado ao governo:

- crescimento do número de desempregados (30 milhões);
- aumento de impostos para os (as) trabalhadores (as);
- arrocho salarial e demissão do funcionalismo público;
- corte das verbas para a saúde e educação;
- retirada dos direitos trabalhistas.

Os educadores maranhenses devem participar desse XXVII Congresso da CNTE com qualidade política e não apenas como meros espectadores.

ASSUNTOS:

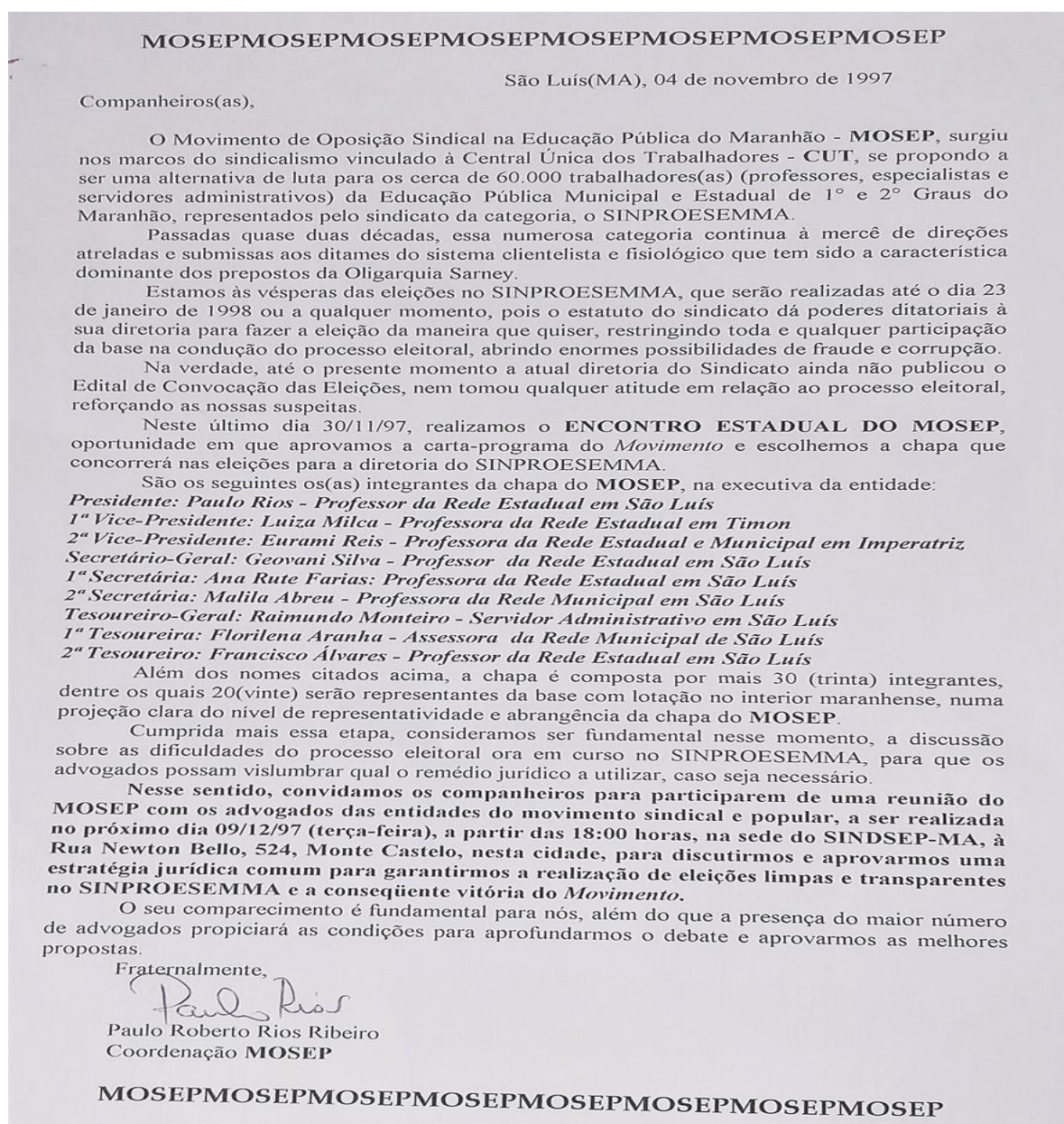
- ➔ EXPULSÃO DE ASSOCIADOS DO SINDICATO
- ➔ ESCOLHA DE DELEGADOS PARA O XXVII CONGRESSO DA CNTE

Fonte: Fotografia tirada pelo Autor em 21 de março de 2019.

O MOSEP movimentava a categoria para participar das atividades do sindicato, o que até então não era feito pelas diretorias de Lucimá Goes de Sousa e de Márcia Helena do

Nascimento. Em novembro de 1998, o sindicato já era administrado por Lucimá Goes de Sousa e o grupo do PCdoB, e eram mantidas as práticas de condução da entidade. O MOSEP, por seu turno, continuava na postura de denunciar e articular a categoria no campo da oposição e na consolidação de força política atuante e combativa, contrária à forma de condução do sindicato, centralizadora, descompromissada, omissa e atrelada, o que fica evidenciado na Carta de 04 de novembro de 1997, apresentada abaixo.

FIGURA 12 – Carta do MOSEP, 04 de novembro de 1997



Fonte: Fotografia tirada pelo Autor em 30 de março de 2019.

FIGURA 13 – Panfleto do MOSEP, novembro de 1998

MOSEP - Novembro/98

MOSEP CONVOCA ASSEMBLÉIA GERAL DA CATEGORIA

Dia 27/11, sexta-feira, 16horas, Sede do Sindicato dos Servidores Federais-SINDSEP

Considerando a gravidade da situação que passa nossa categoria, assim como o descompromisso e o atrelamento das direções do **SINPROEEMMA** e da **APEEM** com os interesses dos trabalhadores da educação, o **MOSEP** convoca toda a categoria para uma **ASSEMBLÉIA GERAL** a ser realizada no dia 27/11/98 (sexta-feira), a partir das 16:00 horas, na sede do Sindicato dos Servidores Federais - SINDSEP, atrás da Igreja da Conceição, Monte Castelo, quando deverá ser discutida a seguinte pauta:

- 1)** A crise e os ataques aos trabalhadores da educação;
- 2)** O Plano de Carreira do Estado e do Município;
- 3)** Questão da carga horária para 1999;
- 4)** Aprovação de um Plano de Lutas;
- 5)** Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, em janeiro/99, em Goiânia-GO;
- 6)** Outros.

Governo Estadual Arma Golpe Contra Trabalhadores da Educação

É de extrema importância para os professores estaduais, a preservação dos seus direitos e garantias já adquiridos e previstos na Constituição, na LDB e no Estatuto do Magistério (Lei 6.110/94).

No entanto, o MOSEP vem a público denunciar mais um golpe tramado pelo governo contra os direitos dos professores estaduais. Trata-se da reformulação do Estatuto do Magistério, através da apresentação da proposta de Plano de Carreira à Assembléia Legislativa, com a retirada do direito de promoção (art. 40), o que irá prejudicar o conjunto da categoria, principalmente aqueles que se formaram no PROCAD, ou que estejam terminando uma faculdade, principalmente tendo em vista a não realização de novos concursos públicos para o magistério, mas apenas processos seletivos que significam contratos e salários permanentemente atrasados, instabilidade profissional e muito mais...

No início de 98, o Sr. Gastão Vieira prometeu em visitas às escolas, que a governadora assinaria inúmeras promoções, mas até o presente momento nada aconteceu. Na verdade, o deputado-secretário estava apenas fazendo campanha e agora parece que já esqueceu a promessa.

Além disso, a governadora desrespeita os professores ao passar uma eternidade para

assinar as progressões da categoria, causando um sério prejuízo, considerando que a diferença entre uma referência e outra é de 5%. Como se não bastasse, a tabela do magistério está congelada desde 1996, provocando um grande arrocho salarial no bolso dos professores.

O golpe do governo estadual se estende também à exigência da carga horária de 25 horas semanais, sem nenhum aumento de salário, já descartado pelo MEC e com a abusiva quantidade de alunos em sala de aula, principalmente do ensino fundamental. Neste ano de 98, o MOSEP mobilizou a categoria e conseguiu algumas vitórias parciais, mantendo a carga horária nas 20 horas semanais previstas no Estatuto. Em 99, será preciso também muita luta e mobilização para barrar essa proposta autoritária e descabida da SEEDUC.

Companheiros(as), o golpe do governo só poderá ser barrado com muita consciência e espírito de luta de toda a categoria. Não vai ser com atitudes cupulistas, personalistas, nem com o sindicato atrelado totalmente ao governo. É preciso que a categoria acorde e veja que o momento é muito sério e exige uma tomada de posição de todos. O MOSEP está convocando a Assembléia do dia 27/11/98 exatamente para que possamos aprovar um Plano de Lutas para enfrentar essa situação.

Fonte: Fotografia tirada pelo Autor em 30 de março de 2019.

Foi nessas condições que o MOSEP se constituiu como força política de caráter oposicionista, como fica notório em todas as ações promovidas, desde o seu surgimento, em 31 de maio de 1997.

A partir do seu declínio do processo eleitoral em junho de 1998, o MOSEP abriu a possibilidade de Lucimá Goes de Sousa e o grupo do PCdoB assumirem a direção do SINPROEEMMA. Na avaliação da professora Malila da Graça Abreu e do professor Francisco Costa Filho (ABREU, 25 jan. 2019, *em entrevista*; COSTA FILHO, 26 de fevereiro de 2019, *em entrevista*), integrantes da Junta governativa provisória, essa foi uma estratégia equivocada do MOSEP, pois, no campo da disputa política, era de suma importância a participação na Junta Provisória, ainda com todas as dificuldades – antagonismos e

contradições que impuseram os membros da chapa Guarnicê pra Educar na dinâmica de funcionamento da junta governativa provisória, embargos estrategicamente planejados para tencionar a convivência na Junta, ao ponto de não mais viabilizar a permanência, na avaliação do vice-presidente da junta, professor Paulo Roberto Rios Ribeiro.

A professora Malila da Graça Abreu (25 jan. 2019, *em entrevista*) sublinha que, embora o professor Paulo Roberto Rios Ribeiro fosse um experiente militante no movimento sindical, sua decisão, que influenciara no afastamento da chapa do MOSEP do pleito eleitoral, deveria ter sido mais bem discutida no coletivo do MOSEP. Mesmo que grande parte dos militantes não tivesse a mesma experiência do professor Paulo Rios, hoje ela avalia que foi um crasso equívoco político, que chegou a colocar em fragilidade política todo o processo de disputa pela conquista do instrumento sindical e de outras frentes de luta (ABREU, 25 jan. 2019, *em entrevista*) e de certa forma, toda a trajetória do MOSEP.

5.2 O processo eleitoral e a constituição da junta governativa provisória

As questões descritas no subitem 5.1 eram os grandes desafios da oposição sindical que localiza o campo de atuação. Todavia, outro desafio estava por vir no âmbito da disputa político-sindical, configurada na atuação de Lucimá Góes de Sousa e seus aliados do PCdoB, visando à retomada do sindicato. Assim, no terreno da disputa sindical, surge, além do MOSEP, o Partido Político, PCdoB, aliando-se, nesse momento, a Lucimá Góes de Sousa, que representava a política sindical tradicional, elementos que compõem o campo de disputa, estabelecendo correlações de forças antagônicas.

Tal configuração fica evidente na postura política dos dois grupos: o MOSEP se alinhava ao posicionamento político referenciado no novo sindicalismo cutista na vertente mais à esquerda, ou seja, ligado à Corrente Esquerda Sindical e isso se refletia nas perspectivas para atuação dos movimentos sociais e sindicais, com o veio oposicionista em terras maranhenses, que teve historicamente as lutas populares travadas pela Balaiada e pelas Oposições Coligadas. A Chapa Guarnicê pra Educar, por sua vez, estava ligada à CSC, todas as duas, porém, inseridas no contexto da CUT/MA, o que fica evidente em documento enviado ao Presidente da CUT-MA (MOSEP, 1997g). O MOSEP buscou resgatar as tradições regionais e cutistas de esquerda, além do próprio apoio dessa entidade, como se pode observar no primeiro boletim do MOSEP, de julho de 1997:

[...] Nós, trabalhadores e trabalhadoras da Educação Pública Municipal e Estadual de 1º e 2º Graus do Maranhão, da base do SINPROESEMMA não aceitando mais a situação de atrelamento e submissão da direção desse sindicato aos sucessivos governos estaduais, todos patrocinados e respaldados pela oligarquia Sarney. O sindicato não é uma propriedade particular das mesmas pessoas que estão na sua direção todos esses anos. O sindicato tem que ser um instrumento de luta dos trabalhadores e não pode jamais ficar atrelado aos governos como é o caso da atual direção que fez campanha e integra o governo Roseana Sarney. O resultado de todo esse atrelamento e submissão da direção, tem sido a falta de uma política de resistência à implementação do projeto neoliberal da Governadora e do presidente Fernando Henrique Cardoso. Diante dos ataques aos direitos dos servidores públicos do estado do Maranhão, pergunta-se, onde está a direção do sindicato, com certeza não é com os trabalhadores que deveria defender e representar. Portanto, para lutar em defesa dos direitos e transformar o SINPROESEMMA num sindicato à serviço dos trabalhadores da educação pública, que defenda intransigentemente os seus direitos, conquistas e reivindicações é que está sendo lançado em todo Maranhão o Movimento de Oposição Sindical na Educação Pública – MOSEP que quer discutir com a categoria os seus objetivos e necessidades de transformarmos essa realidade. Se você também está insatisfeito ou insatisfeita com toda essa situação, não fique apenas reclamando pelos cantos de sua escola ou do seu local de trabalho. Tome uma atitude, filie-se ao SINPROESEMMA e participe de todas as atividades convocadas pelo MOSEP, se integrando nessa caminhada histórica rumo à construção de um novo sindicato, verdadeiramente democrático, combativo, classista, autônomo e independente, com a inspiração e o ideário da Central Única dos Trabalhadores – CUT (MOSEP, 1997a, p. 01).

O embate político estabeleceu uma correlação de forças, e teve sua continuidade com a deflagração do pleito eleitoral datado para 23 de janeiro de 1998 – fato este que estabeleceu o litígio entre essas três forças na base do SINPROESEMMA e culminou, em 29 de março de 1998, com a assembleia que nomeou a junta governativa provisória, ação que visava afastar a ex-aliada de Lucimá Góes de Sousa, Márcia Helena Campos Nascimento, que insistia em dificultar a organização do processo eleitoral e até mesmo a inscrição das chapas, e terminou por fazer a disputa política pelo controle do SINPROESEMMA, polarizada entre a chapa do MOSEP e a chapa Guarnicê pra Educar.

Diante desse contexto, a atuação do MOSEP na disputa eleitoral se configura de forma mais intensa com a proximidade de definição do processo eleitoral que deveria acontecer estatutariamente em 23 de janeiro de 1998, conforme Ata de Reunião Extraordinária da Diretoria, presidida pela 2ª vice-presidente, professora Ana Maria Ribeiro Mota Freire, realizada em 1º de dezembro de 1997⁴ e a nova diretoria do SINPROESEMMA, a ser eleita

⁴ Essa reunião já foi derivada de outra reunião da diretoria realizada à revelia da presidente, puxada pela 1ª vice-presidente, comunicando à presidente que a diretoria não mais se subordinaria ao autoritarismo e centralismo, o que culminou com o afastamento de Márcia Helena Campos Nascimento, face às arbitrariedades promovidas por ela. Nessa reunião, a pauta era para tratar de 04

para o triênio 1998/2001, assumiria em março desse mesmo ano a direção do sindicato (SINPROESEMMA, 1997a).

Contudo, devido à condução do processo eleitoral ter sido realizada pela então presidente, Márcia Helena do Nascimento (eleita para o triênio 1995-1998), que estava impedida de atuar no sindicato pela diretoria, por decisão publicada no ofício nº 235/97, em 07 de novembro de 1997, as duas chapas argumentavam que o processo não tinha legalidade, além de que o tempo determinado para a inscrição das chapas era muito curto (SINPROESEMMA, 1997c). Por isso, o MOSEP e a Guarnicê entraram na justiça, denunciando irregularidades do processo eleitoral, o que levou à suspensão das eleições. Fato confirmado pelo o edital, publicado na edição de 30 de janeiro de 1998, do Jornal O Estado do Maranhão (FIGURA 14):

pontos: (1) Relato das comissões para informar à presidente do SINPROESEMMA as decisões da diretoria na reunião anterior, (2) Leitura da proposta de Portaria que regulamentava as eleições do SINPROESEMMA, (3) Levantamento dos sócios, incluindo última data do respectivo levantamento; (4) outros assuntos (SINPROESEMMA, 1997c).

FIGURA 14 – Comunicado publicado no Jornal O Estado do Maranhão no dia 30 de janeiro de 1998



Fonte: Fotografia tirada pelo Autor em 9 de janeiro de 2020.

Anteriormente, no dia 06 de janeiro de 1998, a diretoria do SINPROESEMMA publicou portarias de nº 002/1998 e 004/1998 que regulamentavam o processo eleitoral, documentos assinados pela presidente, Márcia Helena do Nascimento, à revelia do conjunto da diretoria, ou seja, uma ação isolada da presidente (FIGURA 01, capítulo 3).

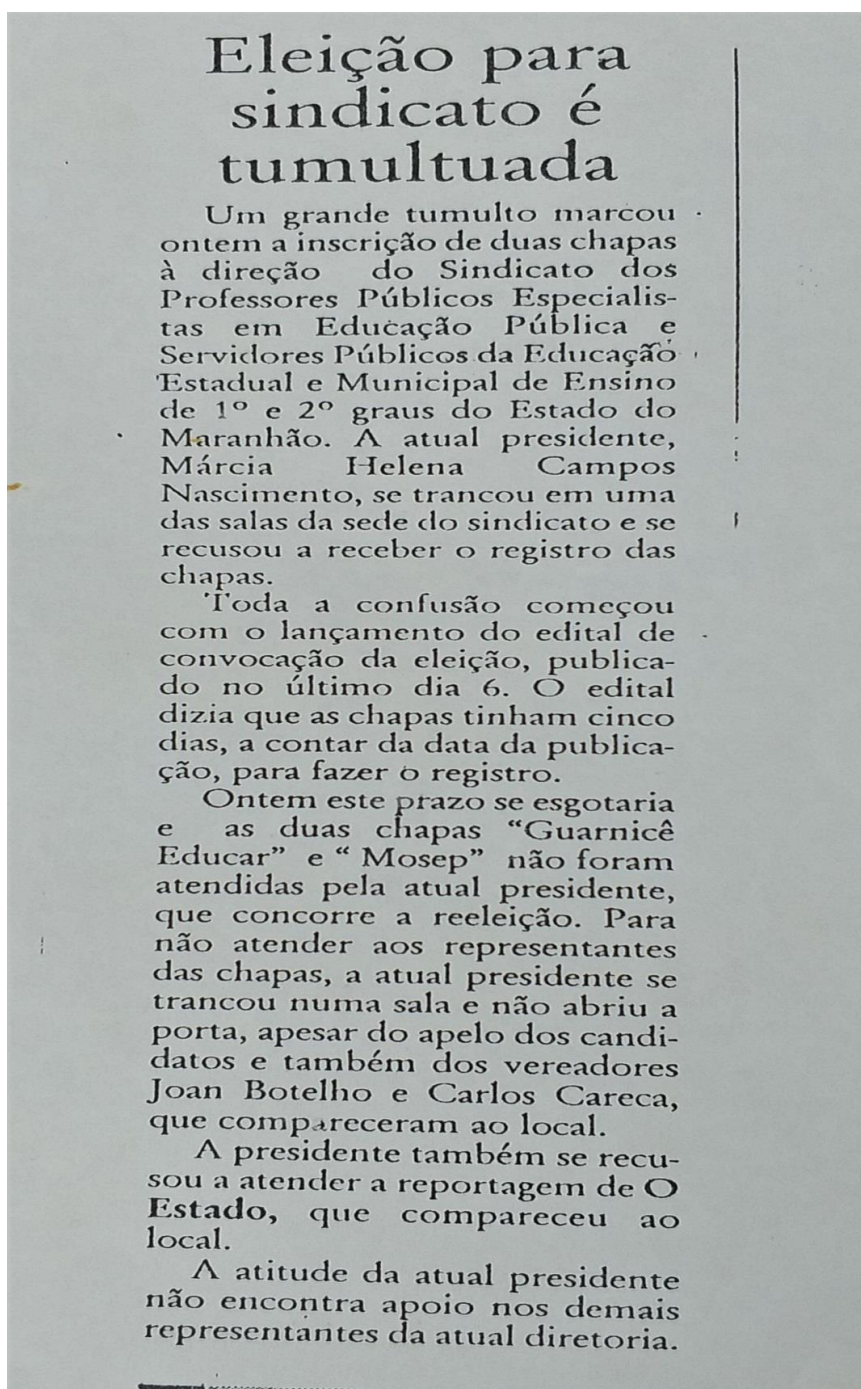
A portaria de nº 002 instituíu o Estatuto que regulamentaria o processo eleitoral, a portaria de nº 004 nomeava a Comissão eleitoral e neste mesmo dia convocava a Assembleia Geral ordinária a ser realizada no dia 19 de janeiro para eleição de nova diretoria. A diretoria considerou essa atitude da presidente uma arbitrariedade e, em função disso, afastou-a do

cargo e do processo eleitoral, portanto todo documento assinado por ela (portarias 002/98 e 004/98) ficou invalidado (SINPROESEMMA, 1998g; 1998h).

Além do posicionamento dos demais membros da diretoria do SINPROESEMMA, o questionamento na justiça foi feito por Lucimá Goes de Sousa e Odair José Neves Santos, por meio de ação cautelar de nº 001.98.0000440-4, contra o sindicato, requerendo a suspensão do pleito eleitoral, marcado para o dia 19 de janeiro de 1998, em função de que a presidente não observara as normas estatutárias, como definiu o juiz da 6ª vara Cível da Comarca de São Luís, Abraão Lincoln Sauáia, em 16 de janeiro de 1998, determinando a suspensão da eleição até que as chapas tivessem tempo hábil para se registrarem e garantir participação no processo sucessório (COMARCA..., 1998).

Por outro lado, o MOSEP também acionara a justiça por meio de Paulo Roberto Rios Ribeiro, candidato a presidente, objetivando cancelar o processo eleitoral com outra medida cautelar, pedido deferido pela juíza Anildes de Jesus Chaves Cruz, da 2ª Vara Cível de São Luís, que concedeu liminar em 16 de janeiro de 1998, atendendo à ação impetrada pela chapa do MOSEP, pela suspensão do pleito eleitoral conduzido por Márcia Helena Campos Nascimento e a presidente da Comissão eleitoral, Conceição de Maria Carvalho Menezes, em decorrência de a presidente Márcia Helena Nascimento se recusar a receber o registro das chapas, conforme comprova a reportagem do Jornal O Estado do Maranhão (FIGURA 15):

FIGURA 15 – Matéria Publicada no Jornal O Estado do Maranhão no dia 12 de janeiro de 1998



Fonte: Fotografia tirada pelo Autor em 21 de março de 2019

No dia 12 de janeiro de 1998, o MOSEP lançava um boletim informativo Edição Extra (MOSEP, 1998a, p.1), denunciando que Márcia Helena Campos Nascimento não poderia participar do processo eleitoral por não pertencer aos quadros da categoria e, portanto, jamais poderia ser candidata. Márcia Helena Campos Nascimento era servidora aposentada da Fundação

Roquette Pinto, que foi federalizada no ano de 1986, o que inviabilizava o registro como candidata e apontava que Lucimá Goes de Sousa, sua mentora política, sabia desse fato.

Por isso, o MOSEP ressaltava ser de responsabilidade da ex-presidente do SINPROESEMMA, Lucimá Goes de Sousa, a situação caótica em que se encontrava o sindicato, de vez que, apesar de conhecedora dos fatos, ela indicara e apoiara ostensivamente o nome de sua então vice, Márcia Helena Campos Nascimento, para a presidência do sindicato em 1995, burlando a lei e o Estatuto. Por este motivo, a chapa do MOSEP requereu a impugnação da candidatura da referida presidente, com base no Estatuto do sindicato, que veda a inscrição de pessoas que não pertençam à categoria por meio da medida cautelar de nº 001.98.000454-4 (COMARCA..., 1998).

Mesmo diante do contexto de afastamento da presidente pela diretoria e de suspensão do pleito em função do prazo exíguo, de cinco dias, para registro de chapas, e da denúncia do MOSEP de ilegalidade de candidata por não pertencer à categoria, o mandato da gestão de Márcia Helena Nascimento como presidente do SINPROESEMMA foi mantido, por ela ter questionado na justiça, por meio de ação liminar, concedida pelo juiz Abrão Lincoln do Tribunal de Justiça do Maranhão. Essa medida a fez permanecer no cargo até o término de sua gestão, que se deu na assembleia de 29 de março de 1998. Contudo, a mesma não impetrou recurso contra a suspensão do pleito eleitoral, ficando mantidas as medidas cautelares. Por isso, de acordo com o boletim informativo (MOSEP, 1998b, p. 01) na assembleia do dia 29 de março, convocada pela professora Márcia Helena Campos Nascimento, disfarçada de seminário de formação denominado V Seminário de Formação Básica de Quadros e Associados do SINPROESEMMA, a decisão foi de instituir uma Junta governativa provisória, em consequência de não ter havido a eleição da diretoria e do conselho fiscal do sindicato no período estatutário.

Diante desse território político de muitas contradições e antagonismos, o MOSEP produziu, reformulou, manejou e difundiu, com seus instrumentos de atuação (boletins, panfletos, seminários, reuniões, encontros, assembleias), atividades desenvolvidas junto à base e ao governo, estabelecendo um conjunto de representações políticas que buscava demonstrar a falta de legitimidade do grupo de Lucimá Goes de Sousa e exaltar a legitimidade de suas aspirações, entre as quais, em primeiro plano, figurava o controle do SINPROESEMMA, com vistas a transformá-lo em um sindicato a serviço dos trabalhadores em educação.

Por isso, na Assembleia Geral da categoria, as duas chapas concorrentes travaram disputa, no entanto ficou estabelecida uma Junta governativa provisória, em caráter

temporário, por período de 75 dias (até 13/06/1998), para gerir o SINPROESEMMA, até o estabelecimento das eleições (aprovação do Regulamento eleitoral, eleição da Comissão eleitoral e outros encaminhamentos), que aconteceriam em 13 de junho de 1998 (SINPROESEMMA, 1998a).

A junta governativa provisória fora composta de forma paritária (com representantes da Chapa Guarnicê pra Educar⁵ e representantes da Chapa do MOSEP⁶), o que ocorreu na referida assembleia, observa-se que não foi a junta esperada pela então presidente, derrota que se soma a outras duas ações: a denúncia de desvio de recursos ao Conselho fiscal, feita por sua 2ª vice-presidente, professora Ana Maria Ribeiro Mota Freire, e a reprovação da prestação de contas pelo conselho, o que reforçou a decisão da assembleia (SINPROESEMMA, 1997a).

Por outro lado, a chapa do MOSEP, de acordo com seu boletim informativo do dia 12 de janeiro de 1998, afirmava que:

A CHAPA DO MOSEP não aceitará as manobras golpistas e fraudulentas da atual presidente, Márcia Helena, que nos últimos dias fez a quitação de inúmeros servidores municipais, a exemplo de São Mateus, além de ter aberto o processo eleitoral sozinha, elaborando listas de votantes e todos os demais procedimentos sem o necessário acompanhamento e fiscalização das demais chapas.

Para o MOSEP esta eleição está viciada e condenada ao fracasso. Todas as manobras feitas até aqui indicam claramente que a presidente do sindicato está planejando uma grande fraude contra a vontade soberana da categoria.

O regimento eleitoral publicado está cheio de irregularidades e não está condizente com o próprio estatuto do sindicato, não tendo nenhuma validade prática, pois foi feito também na calada da noite, sem a participação das chapas concorrentes.

[...] com base em tudo isso a CHAPA DO MOSEP requereu, na data do dia 12 de janeiro de 1998, requereu a impugnação da candidatura de Márcia Helena Campos Nascimento, com base no Estatuto do sindicato que veda a inscrição de pessoas que não pertencem à categoria. [...] (MOSEP, 1998a, p. 01).

⁵ Na presidência, os componentes da chapa Guarnicê pra Educar foram: professora Lucimá Góes de Sousa, secretaria geral professor Márcio José de Jesus e na tesouraria geral, professor Odair José Neves Santos.

⁶ O MOSEP compôs essa junta em função de sua chapa estar concorrendo às eleições do ano de 1998 – sendo o professor Paulo Roberto Rios, vice-presidente, professora Malila da Graça Abreu, 1º secretária, e professor Francisco Costa Filho, 1º tesoureiro. A Junta Governativa, no período, ficaria com a responsabilidade de conduzir o sindicato até a nova diretoria ser eleita. Por outro lado, representando a outra chapa outros três membros, e a professora Lucimá Góes de Sousa presidente tinha a atribuição, em caso de empate na votação, exercer o voto de minerva – tendo em vista essa composição, todas as discussões e encaminhamentos, terminavam se sobrepondo à defesa da chapa do MOSEP. Esse, portanto, foi o motivo que levou os três membros, representantes desse movimento decidiram pela tática de não mais fazer parte e terminaram por se afastar da referida Junta, assumindo de vez sua posição no campo da oposição por fora (SINPROESEMMA, 1998c).

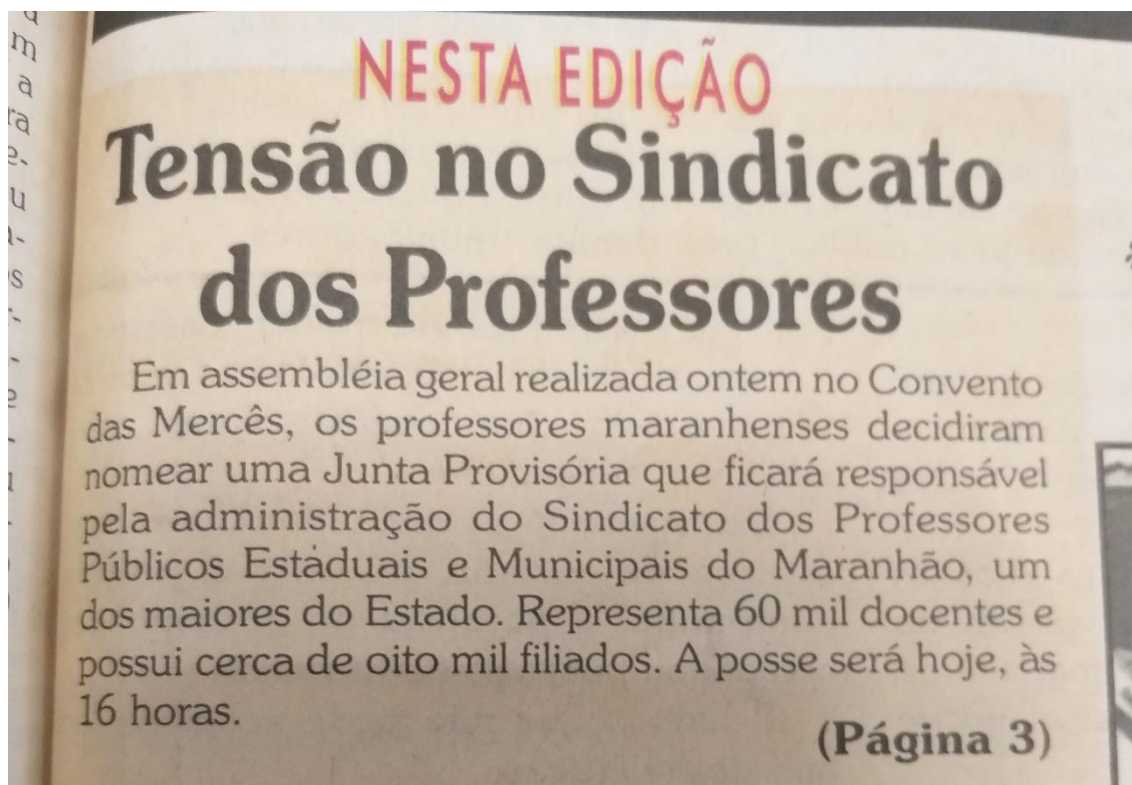
Ocorrido o afastamento legal da presidente Marcia Helena e de seu 1º vice-presidente, à frente do SINPROESEMMA, ficou a 2ª vice-presidente, professora Ana Maria Ribeiro Mota Freire, que passou a conduzir o sindicato desde a reunião da diretoria, dia primeiro de dezembro de 1997, embora, como observado anteriormente, Márcia Helena continuara atuando paralelamente, mesmo afastada, havia assinado, por exemplo, as duas portarias (002 e 004/1998), o que a fizera tomar algumas providências, como a de reunir a diretoria para organizar o processo eleitoral que estatuariamente deveria ocorrer no dia 19 de janeiro de 1998 (SINPROESEMMA, 1998g; 1998h).

Essa é a conjuntura na qual o MOSEP constituiu sua atuação como verdadeira oposição na disputa no campo sindical. A seguir destaca-se a atuação na Junta governativa provisória, consequência da disputa eleitoral, deflagrada em janeiro de 1998.

5.3 A junta governativa provisória: contradições e antagonismos na disputa sindical

Diante do contexto político descrito no subitem 5.1, a decisão de criar uma Junta governativa provisória foi fruto da disputa política entre as duas chapas concorrentes, o que motivou a categoria a decidir por caminho diferente do que queria a então presidente Márcia Helena Campos Nascimento, ou seja, sua intenção era eleger uma junta Governativa, na qual ela teria controle em uma assembleia que fora convocada em forma de seminário. No entanto, a junta governativa provisória eleita não foi a que ela pretendia e sim a que tinha em sua composição as duas chapas que concorreriam ao pleito, a chapa Guarnicê pra Educar e a chapa composta por membros do MOSEP (1998b).

FIGURA 16 -Matéria publicada no Jornal Pequeno no dia no dia 30 de março de 1998



Fonte: Fotografia tirada pelo Autor em 17 de janeiro de 2019.

Na assembleia do dia 29 de março (domingo) de 1998, a presidente Márcia Helena Campos Nascimento convoca alguns trabalhadores da educação, prioritariamente de outros municípios, para participar do V Seminário de Formação Básica de Quadros e Associados do SINPROESEMMA. A presidente usava dessa tática para realizar assembleia somente com professores que a apoiariam em seu objetivo de prorrogar seu mandato. No entanto, Lucimá Góes de Sousa, por outro lado, também não ficou atrás e trouxe de outros municípios maranhenses vários professores (MOSEP, 1998b). Assim, o MOSEP noticiou, no seu boletim informativo de nº 06, de abril de 1998, que nessa assembleia:

[...] até a histórica Assembleia Geral do domingo (29/03), no Convento da Mercês, em São Luís, a categoria sempre foi utilizada como mero instrumento de manutenção de poder pelas senhoras Lucimá Góes de Sousa e Márcia Helena Campos Nascimento. Todos devem se lembrar que Lucimá Góes de Sousa foi presidente do SINPROESEMMA por 11 anos, período que teve sempre Márcia Helena Campos Nascimento como sua vice e que em janeiro de 1995 a apoiou ostensivamente para presidente do sindicato. O MOSEP durante toda a assembleia repudiou as práticas de manipulação das pessoas e atuou de forma qualitativa, defendendo eleições democráticas para a conquista de um sindicato combativo e atuante. Nessa Assembleia foi eleita uma Junta governativa provisória para encaminhar as eleições e outras questões da categoria durante 75 dias com

caráter paritário, ou seja, composta pelos dois grupos radicalmente diferentes, o MOSEP e a Guarnicê pra Educar [...] (MOSEP, 1998b, p. 01).

Percebe-se que, nesse momento, o MOSEP foi um instrumento fundamental para Lucimá Góes de Sousa e o grupo do PCdoB, porque, de certa forma, pavimentou o caminho político favorável a esse grupo, abrindo claramente, com o afastamento do pleito eleitoral da presidente Marcia Helena Nascimento, a possibilidade para o retorno ao sindicato de sua antiga presidente, Lucimá Góes de Sousa e o grupo do PCdoB. Outro mecanismo foi a Junta governativa provisória eleita em assembleia, portanto o controle do processo eleitoral foi possibilitado por meio desse instrumento legítimo, constituído em Assembleia Geral da categoria. A condução do processo dentro da junta, entretanto, foi bastante tensa e quase impossível de concluir até o prazo final dos 75 dias, como informaram os entrevistados Márcio José de Jesus e Júlio Guterres (JESUS, 22 jan. 2019, *em entrevista*; GUTERRES, 22 jan. 2019, *em entrevista*).

Por isso, o que referenda essa tática política é o que está exposto no boletim informativo nº 02, de abril de 1998, da chapa Guarnicê pra Educar:

A junta governativa foi eleita para administrar o sindicato e efetuar as eleições da próxima diretoria, até 13 de junho. Após tomar posse, no dia 30 de março, deparou-se com inúmeros problemas, como falta de documentos, cobrança de dívidas contraídas pela ex-presidente, o bloqueio da conta bancária da entidade, o atraso no pagamento dos salários dos funcionários, dentre outros [...] (GUARNICÊ..., 1998a).

Sobre a situação em que a junta governativa encontrou o sindicato, o boletim informativo do SINPROESEMMA, de abril de 1998, noticiava que:

DENÚNCIA GRAVE, no período que antecedeu a posse da Junta governativa provisória verificamos através de extrato bancário que houve retiradas de dinheiro diretamente no caixa do banco, num total de R\$ 11. 000 (onze mil reais) sem que se encontre qualquer recibo correspondente. Além disto, foram retirados dos armários da secretaria, documentos importantes, entre os quais prestações de contas. Até o presente momento, não tivemos qualquer informação sobre estes fatos. Quanto ao dinheiro, estamos tentando ter acesso à conta bancária do sindicato que está bloqueada a pedido da ex-presidente Márcia Helena [...] (SINPROESEMMA, 1998d).

Ainda sob a perspectiva de organização do processo eleitoral, a chapa Guarnicê pra Educar, no boletim nº 02, de abril de 1998, expôs que a junta governativa provisória marcara assembleia para o dia 23 de abril de 1998, que, no entanto, fora adiada para o dia 03 de maio. Essa assembleia tinha como finalidade organizar as eleições, isto é, definir as regras que regeriam o pleito eleitoral com a seguinte pauta: discussão e aprovação do Regulamento

eleitoral, eleição da Comissão eleitoral, discussão sobre carga-horária, tabela salarial, entre outros assuntos (GUARNICÊ..., 1998a).

No intuito de trazer maior compreensão sobre a particularidade histórica que foi a Junta governativa provisória e sobre qual foi a tática utilizada pelo grupo de Lucimá Góes de Sousa para neutralizar a participação do MOSEP, faz-se referência ao boletim de nº 06, de abril de 1998, do movimento:

A junta governativa provisória eleita no dia 29/03/98, composta por dois grupos radicalmente diferentes, o MOSEP e o Guarnicê pra Educar (Lucimá Goes) vem encontrando muitas dificuldades para resolver as numerosas questões da categoria. Tal fato acontece em virtude do boicote imposto por Lucimá Góes de Sousa e seu grupo, sempre foram atrelados às elites dirigentes deste estado, demonstrado através das práticas descompromissadas com as questões da categoria pautadas no clientelismo, no personalismo, no autoritarismo e na manipulação dos profissionais da educação.

Questões como a jornada de trabalho, tabela salarial. Filiação sindical, prestação de contas, filiação sindical e outras não resolvidas, pois a toda poderosa Lucimá Góes de Sousa e seu grupo (Corrente Sindical Classista/PCdoB), não comparecem às reuniões da Junta e quando comparecem não apresentam propostas e são contra o MOSEP que quer agilizar as resoluções dos problemas da categoria.

Precisamos construir um sindicato comprometido com a categoria e com a educação pública de qualidade. Para isso, precisamos, participar da Assembleia Geral Extraordinária que está sendo convocada para o dia 23 de abril de 1998 para encaminhar as questões que o grupo Guarnicê pra educar (Lucimá Góes e PCdoB) não querem resolver (MOSEP, 1998b, p. 01).

Com esse registro fica muito claro qual era a tática do grupo Lucimá Góes Sousa/PCdoB: utilizar-se da força política do MOSEP, na assembleia do dia 29 de março, para o alcance do seu maior interesse, que era chegar ao sindicato. A junta foi um instrumento democrático que permitiu alcançar esse primeiro objetivo, no entanto, taticamente, inviabilizava os encaminhamentos necessários nesse espaço de composição política entre as duas chapas concorrentes, e cada vez se acirravam mais as diferenças político-ideológicas entre ambas.

No boletim nº 04, de maio de 1998, a chapa Guarnicê pra Lutar acusa o MOSEP de ter se afastado da junta e que, contraditoriamente, estava defendendo o retorno de Márcia Helena Campos Nascimento, por omissão de seus membros, em função de que o professor Paulo Roberto Rios Ribeiro, vice-presidente da Junta governativa provisória, não divulgara a tempo o edital de convocação da assembleia que deveria acontecer no dia 23 de abril, além do que, os membros do MOSEP teriam colocado em dúvida a assembleia do dia 03 de maio de 1998 e haviam dela se retirado, incitando a categoria a fazer o mesmo, por isso os membros do

MOSEP foram acusados de divisionistas, apesar de a categoria haver continuado na assembleia e a principal decisão ter sido a confirmação da eleição para o dia 05 de maio de 1998 (GUARNICÊ..., 1998b, p. 02).

Vale destacar que no íterim do afastamento da presidente e do seu 1º vice do SINPROESEMMA, e de atuação da Junta governativa provisória, o MOSEP, paralelamente, atuava por precaução, diante do cenário de tensão entre as duas chapas, que disputavam as ações de organização do pleito eleitoral, por isso, no dia 22 de abril de 1998, o professor Paulo Roberto Rios Ribeiro, vice-presidente da Junta governativa provisória, informava à direção da CNTE em Brasília que:

Conforme já é do conhecimento dessa direção, o SINPROESEMMA está sendo administrado desde o dia 31 de março de 1998, por uma Junta governativa provisória, composta de 06 (seis) membros.

O mandato da junta governativa foi fixado em 75 (setenta e cinco) dias, tendo o seu final previsto para o dia 13 de junho de 1998, quando deverá então passar a administração da entidade para a chapa vencedora na eleição.

Neste dia 23 de abril de 1998 será realizada assembleia geral extraordinária para a aprovação do regimento eleitoral e eleição da Comissão eleitoral, além da discussão sobre a paralisação nacional do dia 28 de abril e de outras questões de interesse da categoria aqui no Maranhão.

Como já foi considerado em contatos anteriores, seria muito importante para este SINPROESEMMA a presença de um representante dessa direção, em nossa Assembleia para fins de acompanhamento, além do que poderíamos realizar uma reunião entre a entidade nacional e este sindicato para dirimir dúvidas sobre o retorno do Maranhão às atividades convocadas pela CNTE e outras questões administrativas pendentes.

No aguardo da confirmação da presença de um diretor dessa CNTE em nossa AGE, apresentamos as nossas saudações sindicais democráticas (MOSEP, 1998j).

Ante esta exposição, fica claro o processo por que passava o SINPROESEMMA e qual era a atuação da oposição sindical. Os dois grupos se utilizavam de um mesmo meio de comunicação, o boletim, que foi uma marca tática de expor suas ideias e informar à categoria seus objetivos estratégicos, que, visto de um prisma mais criterioso, eram frutos de posturas diametralmente opostas.

Assim, o boletim nº 04, de maio de 1998, da chapa Guarnicê pra Lutar expunha que na assembleia de 03 maio de 1998:

Ficou constituída a Comissão eleitoral responsável pelo pleito eleitoral, sendo eleitas as professoras Vera Almeida, Eliene Câmara e Zelina Marinho. Para a suplência foi escolhida a professora Jesus Brito. As normas eleitorais ficaram definidas, estabelecendo prazo para inscrição (GUARNICÊ..., 1998b, p. 01).

Todavia, na assembleia do dia 03 de maio de 1998, o MOSEP se opôs à forma como procediam os membros da chapa Guarnicê pra Educar, na condução da assembleia e, nesse sentido, tomou a decisão de se afastar da junta e expor os verdadeiros motivos que incitaram tal procedimento político. É nesse instante que a Chapa Guarnicê pra Lutar acusa o professor Paulo Roberto Ribeiro Rios e Márcia Helena de tentarem sabotar a assembleia (MOSEP, 1998c, p. 02).

Mas, rebatendo a postura de Lucimá Góes de Sousa na assembleia do dia 03 de maio de 1998, o MOSEP em seu boletim informativo expôs que:

A eterna presidente do sindicato Lucimá, mais uma vez manipulou alguns setores da categoria, quando trouxe cerca de 130 trabalhadores para uma suposta Assembleia que realizou no dia 03/05, que não foi discutida na Junta Governativa e com o fato novo de que, no dia 29/04, a Junta foi notificada, através do Sr Odair Neves, da concessão de uma liminar a favor de Márcia Helena, reconduzindo-a à presidência da entidade.

Portanto, o que Lucimá/PCdoB não tem nenhuma validade e apenas expõe a base da categoria a situações constrangedoras, além do alto custo bancado pela categoria, cerca de R\$ 10 mil reais apenas com inserções na TV nos dias 1º e 02/05. O MOSEP não participou de mais essa farsa que foi a suposta Assembleia do dia 03/05, e ao mesmo tempo, considera que foi uma afronta aos trabalhadores da educação pública maranhense a volta de Márcia Helena ao sindicato. Vamos reverter jurídica e politicamente essa decisão e mostrar a categoria que tem direito de decidir os rumos da sua entidade, com realização de eleições democráticas, sem fraudes (MOSEP, 1998c, p. 01).

Mediante o exposto, é reafirmada a posição política do MOSEP, evidenciando a concepção dos dois grupos políticos que compunham a Junta governativa provisória, de serem diametralmente antagônicos nas suas táticas e estratégias políticas, isto é, na sua forma político-ideológica. Enquanto o MOSEP tratava na Junta governativa provisória de organizar o pleito eleitoral de forma transparente e democrática, Lucimá Góes de Sousa/PCdoB agiam de forma oposta, conduzindo o pleito para beneficiar sua chapa. Nesse sentido, restaram ao MOSEP duas possibilidades, permanecer ou se afastar do processo eleitoral, visto que a Junta governativa provisória, com o retorno de Márcia Helena Campos Nascimento, perdeu sua finalidade, embora seu tempo de atuação fosse de 30 de março a 13 de junho. Todavia, nesse mesmo boletim, o MOSEP conclama a categoria para se posicionar:

Companheiros(as), chegou a hora da decisão! Não podemos mais ficar assistindo a esta farsa patrocinada e encenada por Márcia Helena e Lucimá Góes/PCdoB no nosso sindicato.

Temos que dizer em alto e bom som para as duas que elas não são donas do sindicato e que a suposta briga que travam não passa de teatro, pois se fosse algo sério, as acusações de corrupção e dilapidação do patrimônio do

sindicato que ambas fazem, já estariam sendo apuradas pelo Ministério Público e levadas à Justiça.

Na verdade, estamos assistindo a uma mútua chantagem, inaceitável para nós, da base, pois as duas deveriam estar prestando todos os esclarecimentos sobre o que aconteceu com o dinheiro do SINPROESEMMA, nestes 15 anos em que estiveram na presidência do sindicato, quando eram amigas.

Um exemplo da cumplicidade está na falta de transparência nas contas da entidade, em todo esse período, pela não publicação de balancetes para conhecimento amplo da categoria.

Além disso, Márcia sequestrou documentos da entidade no dia 29/03, o que evidencia uma atitude criminosa, pois tenta esconder da categoria o que realmente aconteceu com as finanças da entidade. No entanto, nenhuma atitude foi tomada pelas duas para esclarecer a gravidade desses fatos (MOSEP, 1998c, p. 01).

Quando o MOSEP se referia à chantagem, estava apontando ao fato de que Márcia Helena afirmava possuir um dossiê contra Lucimá Góes, segundo o qual ela teria desviado dinheiro do sindicato, mas escondia o tal dossiê e passava a chantagear também a categoria.

Assim, no boletim informativo de nº 09, de maio de 1998, o MOSEP afirmava que:

[...] Se tudo o que Márcia diz for verdade e for comprovado, além de gerarem sanções legais e penais à Lucimá Góes, também recairão sobre ela que, no mínimo, foi conivente com todos os atos ilegais que afirma terem sido praticados pela ex-presidente.

Não podemos mais ficar apenas assistindo a essa farsa grotesca. O MOSEP através dos seus membros na Junta Governativa protocolou uma denúncia junto ao Ministério Público Estadual exigindo a apuração desse órgão da justiça, pois o dinheiro do sindicato não pertence nem a Márcia, nem a Lucimá, mas à categoria e a ela deveriam estar sendo dados todos os esclarecimentos necessários.

É bom lembrar que a prestação de contas de 1997 ainda não foi apreciada pela categoria e que esse tipo de prática deve ser varrido do nosso sindicato. Os (as) trabalhadores (as) em educação pública do Maranhão devem dar um basta em tudo isso elegendo a chapa do MOSEP e uma nova direção comprometida com a democracia, com a transparência e com a luta! (MOSEP, 1998d, p. 01).

O MOSEP denunciava a manobra tanto de Márcia Helena quanto de Lucimá Góes/PCdoB, ficando óbvias as estratégias desses três elementos. Vale ressaltar que o grupo do PCdoB, liderado por Odair José Neves e Márcio José de Jesus, desde o início de sua aproximação a Lucimá Góes de Sousa, visava instaurar o poder no sindicato. Veja-se, o que está apontado no boletim de nº 09, de maio de 1998:

[...] Num esforço para ocultar suas práticas fisiológicas, os membros da chapa branca Guarnicê pra Educar, evidenciam a ganância que têm pelo

poder (Lucimá) e a avidez de um partido por aparelhar mais uma entidade⁷ para promoção dos seus intentos politiquieiros (PCdoB).

Márcia é dos produtos mais bem acabados da politicagem e da irresponsabilidade da chapa branca Guarnicê. Desde 1986 que não pertence mais à categoria, pois é servidora aposentada da Fundação Roquete Pinto, órgão federal e mesmo assim foi patrocinada por Lucimá para dirigir o SINPROESEMMA. Mesmo sem base política, teima em reviver, alimentada pela incoerência da chapa branca Guarnicê. Sim, isso porque Lucimá que briga na Justiça contra a ressurreição de Márcia é a mesma que a montou no poder e que ainda hoje a defende, conferindo-lhe um tal direito adquirido de ser candidata a presidente. Ambas ameaçam. Nenhum expõe a outra. Por quê?

As contradições e incoerências desse grupo oficial se revelam também em fatos como de ter realizado um debate sobre a educação com uma professora de São Paulo, no último sábado, 16/05, em São Luís e não viabilizar a participação das mesmas pessoas que traz de alguns municípios, sempre que existe alguma votação a fazer. Afinal, esses (as) companheiros (as) não tem o direito de assistir a essas palestras? Só devem vir à nossa capital para votar?

E o que dizer do PCdoB? Um partido moribundo, vitimado por sua prática fraudulenta e comprometida com os segmentos dominadores do Maranhão.

Depois de fraudarem vergonhosamente as eleições dos metalúrgicos em 1995, sedentos de poder, marcham rumo ao SINPROESEMMA.

De partido que fez história lutando contra a ditadura militar, hoje o PCdoB após aquecer-se no colo de Roseana Sarney, se alia a, sem pudor e vergonha alguma, aos esquemas dominantes através do senhor Gastão Vieira para tentarem viabilizar o insistente sonho parlamentar chamado Marcos Kovarick, ex-presidente do ITERMA (Gastão e Kovarick são parceiros de campanha para deputado estadual e federal).

Com que cara de-pau eles vêm até nós criticar o governo neoliberal de FHC se aqui no Maranhão estão atolados até o pescoço no governo neoliberal de Roseana Sarney, que é grande aliada do presidente vagabundo, (GN o presidente afirmou que aposentado era vagabundo e ele é aposentado) seguindo fielmente sua cartilha de destruição do serviço público e dos servidores?[...] (MOSEP, 1998d, p. 02).

Diante desse fato, a postura do MOSEP, diametralmente antagônica, demonstra, na sua prática política, a perspectiva político-ideológica que fundamentou sua severa crítica ao *modus operandi* do grupo Lucimá Góes de Sousa/PCdoB.

Baseado em todo esse imbróglio eleitoral, o MOSEP, mesmo compondo a Junta governativa provisória, entrou na justiça, solicitando a suspensão das eleições, marcadas para o dia 03 de maio de 1998. O procedimento contundente de rompimento da composição que se deu na Junta governativa provisória e a retirada da chapa do MOSEP do pleito eleitoral, como tática de boicote, retirando-se da assembleia do dia 03 de maio, foram considerados, entretanto, na prática, equívocos políticos, porque resultaram em que a chapa de Lucimá Góes de Sousa/PCdoB se utilizasse dos instrumentos legais (Junta governativa provisória,

⁷ O PCdoB nessa época tinha controle do sindicato dos metalúrgicos.

Assembleia e Pleito Eleitoral) para alcançar seu objetivo maior, isto é, o de assumir legitimamente a presidência da diretoria do SINPROESEMMA. Essa análise contextual foi feita 20 anos depois do ocorrido pelos professores Malila da Graça Abreu e Francisco Costa Filho, componentes da junta à época (ABREU, 25 jan. 2019, *em entrevista*; COSTA FILHO, 26 fev. 2019, *em entrevista*).

De acordo com o boletim informativo de nº 04 de maio de 1998 da chapa Guarnicê pra Educar, na assembleia de 03 de maio, ficou definida a data para a eleição, 05 de junho, e constituída a Comissão eleitoral, responsável pela condução do pleito, foram eleitas as professoras Vera Almeida, Eliane Câmara e Zelina Marinho. Para suplência foi escolhida a professora Jesus Brito. Foram também definidas as normas eleitorais. No dia 26 de maio, foi publicado o Edital da eleição (GUARNICÊ..., 1998b, p. 01).

Este fato ocorreu quando a presidente da Junta governativa provisória, Lucimá Goes de Sousa, em reunião realizada no dia 15 de abril de 1998, somente entre os membros representantes da Chapa Guarnicê pra Educar, deliberou pela convocação da Assembleia Extraordinária para o dia 23 de abril, para aprovação do Regulamento eleitoral, da Comissão eleitoral e outros (SINPROESEMMA, 1998f).

Em meio aos impasses criados pela atitude da Chapa Guarnicê pra Educar contra a chapa do MOSEP, em 23 de abril de 1998, o MOSEP se reúne como Junta governativa provisória na sede do sindicato para questionar o encaminhamento da Assembleia Geral Extraordinária para o dia 03 de maio e, principalmente, para apresentar o ofício comunicando o afastamento automático do MOSEP da junta governativa. A ata dessa reunião informava que, embora os membros da chapa Guarnicê pra Educar tenham sido convocados a participar, não compareceram (SINPROESEMMA, 1998c).

Sendo assim, o MOSEP chegou ao entendimento de que a convocação, embora tenha sido feita pela presidente da Junta governativa provisória, não teve a participação dos demais membros da junta. Tal decisão, segundo o MOSEP, feria o artigo 11, parágrafo 1º do estatuto da entidade. Além do mais, a Junta governativa provisória só poderia tornar válida uma decisão discutida e deliberada em conjunto com todos seus pares (SINPROESEMMA, 1998c).

Como mais uma medida de precaução, o MOSEP tomou a providência de requerer ao banco onde tinha conta o SINPROESEMMA o bloqueio da movimentação da conta corrente, devido ao fato de o grupo de Lucimá Goes de Sousa afastar os membros do MOSEP da junta sem nenhum processo de discussão coletiva no interior da junta, ou seja, um encaminhamento unilateral sem validade legal ou política. Assinaram a ata da reunião da Junta Governativa, o

vice-presidente da Junta governativa provisória, Paulo Roberto Rios Ribeiro, a 1ª secretária, Malila da Graça Abreu, e o 1º tesoureiro, Francisco Costa Filho. Foi uma forma de o MOSEP reverter o encaminhamento do SINPROESEMMA na justiça, conforme a definição da ação cautelar (SINPROESEMMA, 1998c).

Tais encaminhamentos do MOSEP foram tomados mediante as manobras de Lucimá Goes de Sousa e dos seus aliados do PCdoB para afastar o MOSEP do processo eleitoral e da consequente disputa política, o que era objetivo, desde o início de janeiro. O MOSEP era uma força que se constituía contra os desmandos e as práticas fisiológicas, clientelistas, personalistas e de submissão e atrelamento aos diversos governos, fato este que ameaçava frontalmente o desejo de Lucimá Goes de Sousa de retomar o sindicato com o apoio dos seus aliados do PCdoB, que tinham, em 1995, fraudado as eleições do Sindicato dos Metalúrgicos, e marchavam rumo ao SINPROESEMMA, de acordo com informação veiculada no boletim informativo do MOSEP (1998b, p. 01).

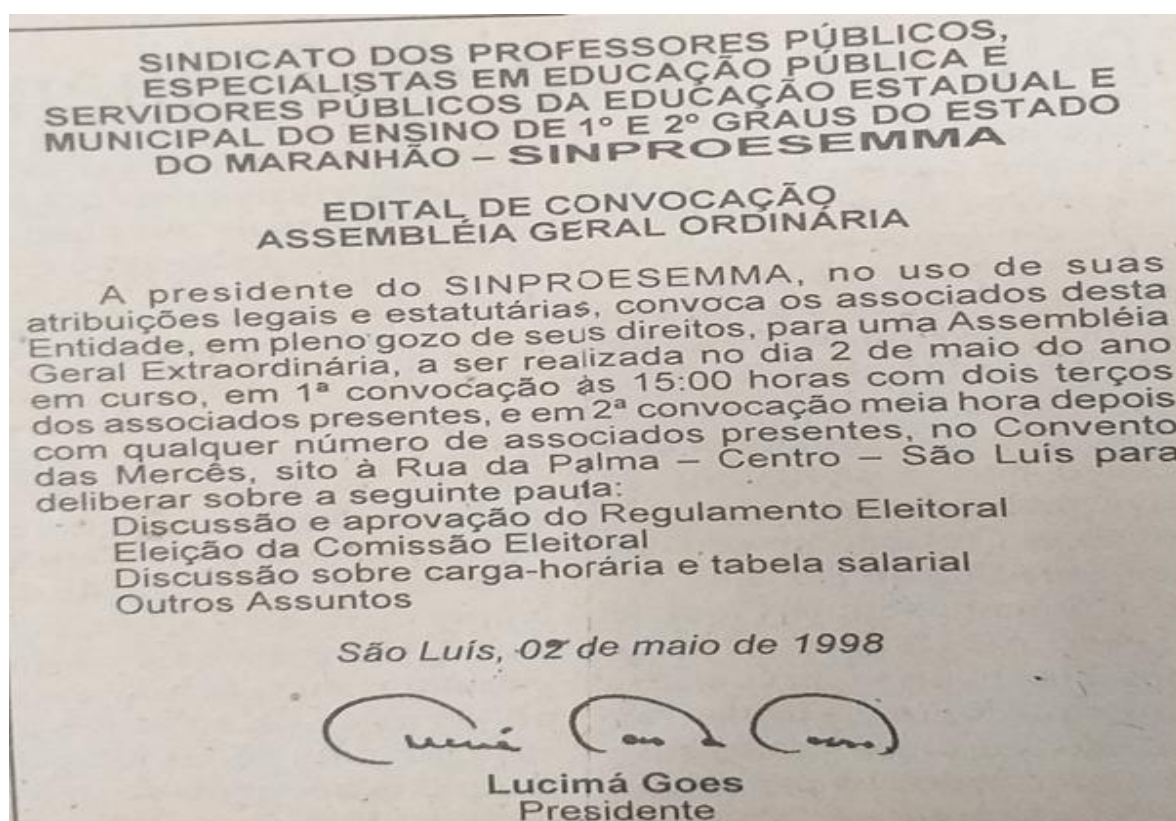
O boletim nº 08 do MOSEP (1998c, p. 01), no dia 29 de abril, trazia a informação de que a Junta fora notificada por Odair José Santos Neves de que a justiça concedera liminar a Márcia Helena Nascimento, reconduzindo-a à presidência do sindicato, uma decisão extemporânea pelo fato de o mandato haver encerrado no dia 29 de março afirmava a chapa Guarnicê pra Educar. O MOSEP, no boletim Informativo de nº 08 (1998c, p. 01), chamava atenção ao fato de que qualquer decisão de Lucimá Goes na junta, nesse momento, não tinha nenhuma validade jurídica, face ao retorno de Márcia Helena, posição essa equivocada. No entanto, em meio a esse contexto de controvérsias entre as duas chapas, surge a definição sobre a situação de Márcia Helena Campos Nascimento, até então presidente do SINPROESEMMA. Assim, no boletim informativo nº 04, de maio de 1998, a chapa Guarnicê pra Educar relatava os fatos referentes ao pleito eleitoral:

O desembargador da 4ª Vara Cível, Jamil Gedeon, determinou no dia 11 de maio, a suspensão do cumprimento da decisão judicial que reconduzia Márcia Helena à presidência do SINPROESEMMA. Com isso, a Junta governativa provisória, indicada pela assembleia de 29 de março, tem legalidade para conduzir os trabalhos da entidade e promover a eleição de uma nova diretoria para o sindicato. Essa junta foi escolhida porque o mandato da antiga diretoria (GN 1995-1998) findou ao final de março. Segundo a professora Lucimá Góes, presidente da Junta governativa provisória, a decisão de recondução de Márcia Helena à direção do Sindicato foi extemporânea porque o mandato já havia expirado. Foi por isso que a Junta recorreu, para que a vontade da categoria fosse respeitada”, concluiu a professora que acredita que o julgamento do mérito da questão será favorável aos atuais dirigentes sindicais (GUARNICÊ..., 1998b, p. 01).

Esse episódio marcou definitivamente o afastamento legal de Márcia Helena Campos Nascimento, tendo em vista que seu mandato tinha encerrado na Assembleia do dia 29 de março, que instituíra a Junta governativa provisória.

Voltando à questão da atuação personalista de Lucimá Góes de Sousa, embora fosse ela presidente da Junta governativa provisória, não poderia convocar isoladamente a assembleia datada para 02 de maio, conforme Edital publicado no Jornal O Debate de 26 de abril de 1998 (FIGURA 17), definindo o processo eleitoral para 05 de junho a partir da eleição da Comissão eleitoral eleições.

FIGURA 17 - Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária



Fonte: Fotografia tirada pelo autor no dia 17 de janeiro de 2020.

E fica definido, conforme a Ata da Assembleia Geral Extraordinária do SINPROESEMMA de 02 de maio de 1998, convocada pela Chapa Guarnicê pra Educar e realizada no auditório da sede da Fundação da Memória Republicana - Convento das Mercês, convocação esta publicada pelo Jornal O Debate, no dia 26 de abril de 1998 (FIGURA 17).

O MOSEP, nesse momento, ajuíza ação cautelar incidental na justiça contra essa atitude. Diante do fato, no dia 05 de maio de 1988, o Jornal Pequeno estampava a seguinte manchete:

FIGURA 18 - Matéria publicada no dia 05 de maio de 1998 no Jornal Pequeno

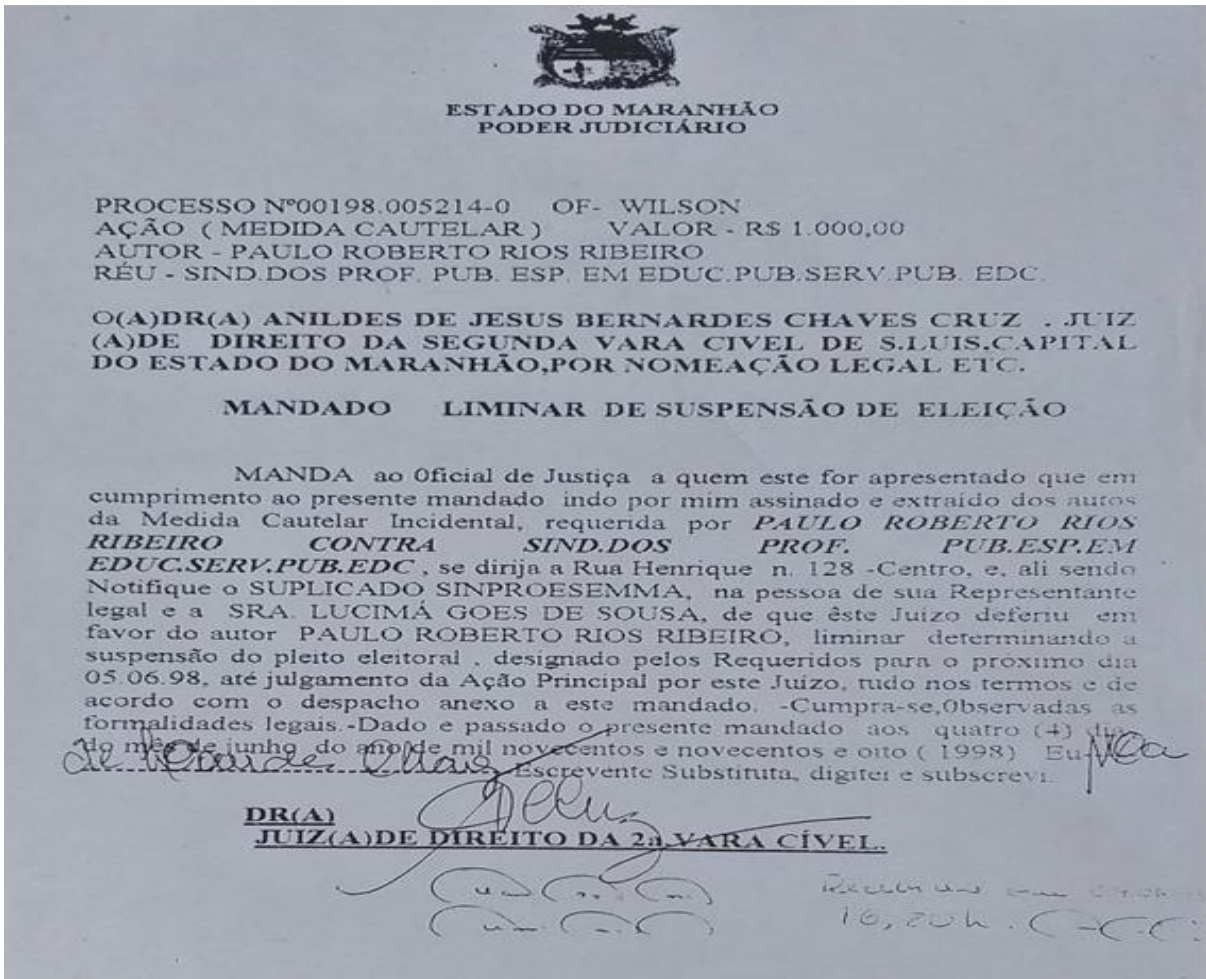


Fonte: Fotografia tirada pelo Autor em 24 de janeiro de 2019.

A proibição do pleito deveu-se à chapa do MOSEP ter entrado na justiça com um novo pedido de liminar, por meio de uma ação cautelar incidental (nº 001.98.0005214-0), o que levou à suspensão das eleições do dia 05 de junho, momento em que a Chapa Guarnicê pra Educar já tinha tudo pronto com relação ao processo eleitoral à revelia da chapa do MOSEP, sendo essa a motivação para o MOSEP suspender o processo eleitoral e, no boletim informativo de nº 10 (1998e, p. 01), veicular essa informação.

A liminar foi assinada no dia 04 de junho, véspera da eleição, pela juíza Anildes de Jesus Bernardes Chaves Cruz, da Segunda Vara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão, e determinava a suspensão da realização do pleito eleitoral para a nova diretoria do SINPROESEMMA (FIGURA 19).

FIGURA 19 – Liminar de suspensão da eleição da nova diretoria do SINPROESEMMA



Fonte: Fotografia tirada pelo Autor em 26 de março de 2019.

Essa suspensão ficou estabelecida até que fosse julgada a Ação Declaratória de validade do Ato Jurídico, tendo em vista que a juíza não levou em consideração a assembleia do dia 03 de maio, convocada por Lucimá Góes de Sousa de forma unilateral para eleger a Comissão eleitoral.

O MOSEP, no boletim informativo de nº 10 (1998e, p. 01), divulgava que tinha, no dia 05 de junho, conseguido evitar uma das maiores fraudes eleitorais no sindicalismo do Maranhão, com o cancelamento por meio de uma liminar, e convocava a categoria para uma assembleia geral que seria realizada no dia 13 de junho de 1998 às 08 horas no Convento das Mercês (dia em que expirava o prazo de atuação da Junta governativa provisória). Nesta assembleia, segundo o boletim do MOSEP (1998e, p. 01), a categoria poderia eleger uma nova junta governativa, autônoma e democrática, e o MOSEP se colocava como chapa concorrente no processo eleitoral.

Vale ressaltar que Lucimá Goes de Sousa e o PCdoB/CSC, ao isolarem o MOSEP na Junta governativa provisória e convocarem unilateralmente uma assembleia para definir a condução do processo eleitoral, demonstravam estar com o controle do sindicato (SINPROESEMMA, 1998e, p. 01), e ter todo o processo eleitoral definido, de acordo com edital publicado no jornal O Debate do dia 26 de abril (FIGURA 17). Conforme o boletim informativo de nº 06 (GUARNICÊ..., 1998c), no dia 04 de junho, a Chapa Guarnicê pra Educar, representada pela presidente da Junta governativa provisória, já havia distribuído para os municípios urnas e cédulas eleitorais para, no dia 05, acontecer a eleição, o que reforçava a necessidade da atitude do MOSEP de suspender as eleições na justiça, alegando fraude no processo.

Mesmo diante de tais fatos, a oposição se submeteu às normas do pleito eleitoral, inscrevendo a chapa, no entanto a conclusão desse processo era, obviamente, o indeferimento da chapa do MOSEP pela comissão eleitoral organizada pela chapa Guarnicê pra Educar, segundo o Boletim Informativo da chapa Guarnicê pra Educar (1998c, p. 02), o argumento era a falta de documentos comprobatórios da sindicalização dos candidatos do MOSEP. Esse indeferimento só ratificou a intenção de afastar, de qualquer forma, o MOSEP do pleito eleitoral, muito embora a comissão eleitoral tenha dado 48 horas para as correções. O MOSEP, segundo a comissão eleitoral, reapresentou os documentos com os mesmos problemas, por isso a inscrição fora indeferida, como afirmava a chapa de Lucimá Góes de Sousa no boletim informativo da chapa Guarnicê pra Educar (1998c, p. 02).

Com isso, a ação da comissão eleitoral, escolhida pela chapa de Lucimá Goes de Sousa, criou o segundo impasse notadamente estratégico, objetivando eliminar da eleição a chapa do MOSEP. Dessa forma, o grupo de Lucimá Góes de Sousa/PCdoB convocara assembleia para o dia 05 de junho de 1998, restou ao MOSEP acionar a justiça na tentativa de garantir lisura no processo eleitoral e não protelar tal processo, conforme matéria do Jornal Pequeno, publicada no dia 05 de maio de 1998 (FIGURA 18).

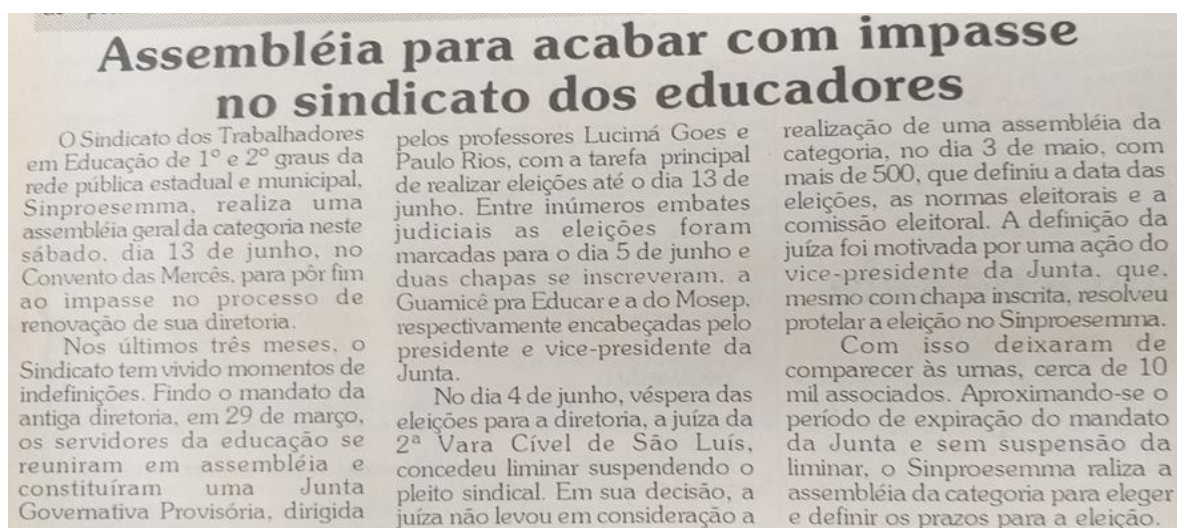
No entanto, como estratégia política, após todo esse processo, o MOSEP se afastou do pleito eleitoral, permitindo que a chapa Guarnicê pra Educar atuasse, conforme está descrito no boletim Informativo do SINPROESEMMA (1998e), em várias frentes. Por exemplo, em reunião com secretário de Administração Luciano Moreira, do governo de Roseana Sarney, eles apresentaram a pauta de reivindicação e promoção de debate sobre educação, que se realizou no dia 16 de maio, sob o nome de *Educação em Tempos Neoliberais*, com a participação da professora-doutora da PUC/SP, Nereide Saviani; aproximaram-se também dos

núcleos dos sindicatos em diversos municípios, fazendo articulação política, visando à eleição do dia 05 de junho (SINPROESEMMA, 1998e, p. 02).

Diante dessa conjuntura política, o MOSEP (1998e, p. 02) afirmava que, contra todas as práticas criminosas, como o milagre de multiplicação dos eleitores, para garantir a legitimidade do processo, fora concedida uma liminar, suspendendo as eleições. Sendo assim, o MOSEP convocava todos os profissionais da educação para comparecerem no dia 13 de junho, ao Convento das Mercês, para uma Assembleia Extraordinária às oito horas, para discutirem a seguinte pauta: (1) Eleição da nova Junta governativa provisória; (2) Análise e discussão da finalidade, duração do mandato e perfil da junta; (3) outros assuntos (MOSEP, 1998e, p. 01).

Dessa forma, no dia 13 de junho de 1998, essa assembleia deveria definir o impasse. Assim, o Jornal Pequeno novamente publicava outra manchete em primeira página.

FIGURA 20 – Matéria publicada no Jornal Pequeno no dia 13 de junho de 1998



Fonte: Fotografia tirada pelo Autor em 24 de janeiro de 2019.

A assembleia suspensa no dia 05 de junho foi prorrogada para o dia 13 de junho (sábado). Assim, o SINPROESEMMA realizou Assembleia Geral da categoria no Convento das Mercês para pôr fim ao impasse da eleição da nova diretoria, tendo em vista que o prazo de 75 dias da Junta governativa provisória expirava nesse dia, segundo matéria do Jornal Pequeno de 13 de junho de 1998 (FIGURA 20). O SINPROESEMMA, contudo, tinha como principal finalidade na assembleia da categoria a eleição de uma nova junta provisória e a definição dos prazos das eleições.

Diante de tal conjuntura, conforme o que está registrado na Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 13 junho de 1998 (SINPROESEMMA, 1998b, p. 04), após os 75 dias de

trabalho da Junta governativa provisória, Lucimá Góes de Sousa e seus aliados, como a professora Maria de Nazaré Smith Mendes e a professora Ana Maria Ribeiro Mota Freire, compuseram chapa com a cúpula do PCdoB/CSC, que se fez representar estrategicamente, tendo como 1º vice-presidente a professora Ana Maria Ribeiro Mota Freire, secretário geral Márcio José de Jesus, 2º secretário Janice da Silva Nery, 1º Tesoureiro Geral Odair José Neves Santos, como aliados nessa eleição, onde a principal estratégia era assumir a diretoria do sindicato por um ano e afastar a professora Márcia Helena Campos Nascimento, ex-aliada da professora Lucimá Goes e se fortalecer contra o crescimento do MOSEP.

Nessa assembleia (SINPROESEMMA, 1998b, p. 02), Lucimá Góes de Sousa se apresentou ainda como presidente da Junta governativa provisória, eleita em 29 de março de 1998, com o término do mandato para o mesmo dia 13 de junho. Assim, a mesa para a condução da Assembleia Geral Extraordinária ficara com a seguinte composição – Professora Lucimá Góes de Sousa – (presidente da mesa), professor Odair José Neves Santos (1º secretário da mesa) e professora Nazareth Smith Mendes (secretária da mesa).

Segundo consta na Ata (SINPROESEMMA, 1998b, p. 02), a composição da mesa da Assembleia do dia 13 de junho, foi questionada pela professora Malila da Graça Abreu, representante da chapa do MOSEP, que apresentou, como sugestão de composição, seu nome e os de Raimundo Monteiro (Presidente da CUT – Maranhão) e da professora Maria Dolores Silva, composição de mesa que foi eleita, sob a presidência da professora Lucimá Góes de Sousa.

O MOSEP surgiu em 31 de maio de 1997, no intuito de romper com as práticas e o mando político de sua eterna presidente no SINPROESEMMA. No entanto, nesse mesmo cenário político, vem à tona também o grupo de Odair José Santos Neves/PCdoB que percebeu uma oportunidade política de ascender à administração do sindicato ao se aliar a Lucimá Goes de Sousa, uma vez que sem essa aliança, dificilmente, chegaria à direção da entidade sindical.

Na conjuntura desenhada, por manobra do grupo Lucimá Goes/PCdoB, o instrumento sindical passou a ser utilizado tendenciosamente em benefício tão somente da chapa Guarnicê pra educar e não do processo eleitoral de forma democrática, o exemplo do processo corrompido foram a comissão eleitoral e o regimento eleitoral, controlados por Lucimá Goes de Sousa/PCdoB. Portanto, esse quadro político foi o que fundamentou o MOSEP a ajuizar ação na justiça pedindo a suspensão da eleição. No entanto não foi possível barrar Lucimá Goes de Sousa e o PCdoB, por mais que o MOSEP tenha tentado se contrapor a esse instante,

utilizando-se de diversos instrumentos de luta, inclusive, a judicial e não somente política contra essa prática.

De acordo com o que está registrado na ata da referida Assembleia (SINPROESEMMA, 1998b, p. 05), abstrai-se o entendimento de que após a presidente Lucimá Goes de Sousa proferir a leitura dos componentes da chapa Guarnicê pra Educar, o professor Paulo Rios tomou a palavra e convidou os apoiadores e membros da chapa do MOSEP a se retirarem da assembleia. Face a essa postura política, o MOSEP não deixou de fazer o enfrentamento político com o grupo de Lucimá Goes de Sousa/PCdoB e com o governo, assim como foi enfático até então na construção do debate político com a categoria e das lutas travadas entre essas forças política no interior do sindicato, e com o governo de Roseana Sarney (PFL).

São esses os elementos que caracterizaram a atuação do MOSEP em diversas frentes até à realização da assembleia, inclusive, a disputa política no pleito eleitoral no qual a chapa Guarnicê pra Educar fora aclamada como vencedora pela Assembleia do dia 13 de junho de 1998, de acordo com a proposta defendida por Lucimá Goes de Sousa, representante da chapa Guarnicê pra Educar, para conduzir o sindicato por meio de uma nova Junta governativa provisória, agora com mandato com duração de um ano (SINPROESEMMA, 1998b, p. 05).

As frentes de luta, expostas neste capítulo, das quais o MOSEP participou, não se encerraram com a eleição da chapa Guarnicê pra Educar, esta foi mais uma frente diante de tantas outras que estavam por vir a ser exploradas no campo do sindicalismo da educação maranhense, o que consolida o movimento como oposição ampla, radical e não como oposição de circunstância, de ocasião, como a que fizeram estrategicamente Lucimá Goes de Sousa e o PCdoB, posição essa que ficará caracterizada e evidenciada no próximo capítulo.

No capítulo seguinte, o objetivo é expor as circunstâncias em que a Chapa Guarnicê pra Educar se apropria do instrumento sindical e como, logo em seguida, o grupo do PCdoB, afasta Lucimá Goes de Sousa da diretoria do SINPROESEMMA, para tornar o sindicato “correia de transmissão” do PCdoB.

6 A ATUAÇÃO DO MOSEP A PARTIR DA VITÓRIA DA CHAPA GUARNICÊ PRA EDUCAR EM 13 DE JUNHO DE 1998

[...] Com as bandeiras na rua
 Ninguém pode nos calar.
 Com as bandeiras na rua
 Ninguém pode nos calar.
 E quem nos ajudará
 A não ser a própria gente
 Pois hoje não se consente esperar.
 Somente a rosa e o punhal.
 Somente o punhal e a rosa
 Poderão fazer a luz do sol brilhar.

(CÉSAR TEIXEIRA¹, *Oração Latina*, 1985)

Este capítulo aborda o retorno de Lucimá Góes de Sousa à presidência do SINPROESEMMA e as implicações desse fato na atuação do MOSEP como oposição sindical na base do SINPROESEMMA. A volta de Lucimá Goes à presidência do sindicato dos profissionais da educação do Maranhão é um acontecimento marcante no processo histórico da organização política dos professores maranhenses, e toma destaque, muito mais pela forma e condução do processo de retomada da presidência, embora a gestão e a continuidade de sua administração tivessem sido imperativas para sua derrocada pelas mãos de seus aliados do PCdoB.

A conjuntura em que se deu a vitória da chapa Guarnicê pra Educar, de imediato, não significou a derrota da oposição, contudo, com o passar dos anos, configurou-se como algo que abalou a continuidade da luta de uma perspectiva democrática e de transformação da entidade sindical em um espaço de luta em defesa da educação pública de qualidade e em defesa dos direitos da categoria.

Assim, a pretensão deste capítulo é, além de evidenciar como se deu o retorno de Lucimá Goes, esclarecer a composição política com membros do PCdoB/CSC, nas figuras de Odair José Santos Neves, Márcio José Gonçalves de Jesus, a chapa Guarnicê pra Educar,

¹ Carlos César Teixeira Sousa nasceu na cidade de São Luís, em 15 de abril de 1953, poeta e compositor maranhense. Esta música se tornou símbolo da luta dos estudantes ludovicenses pela conquista ao direito da meia-passagem, travada no ano de 1979, nas ruas da cidade de São Luís.

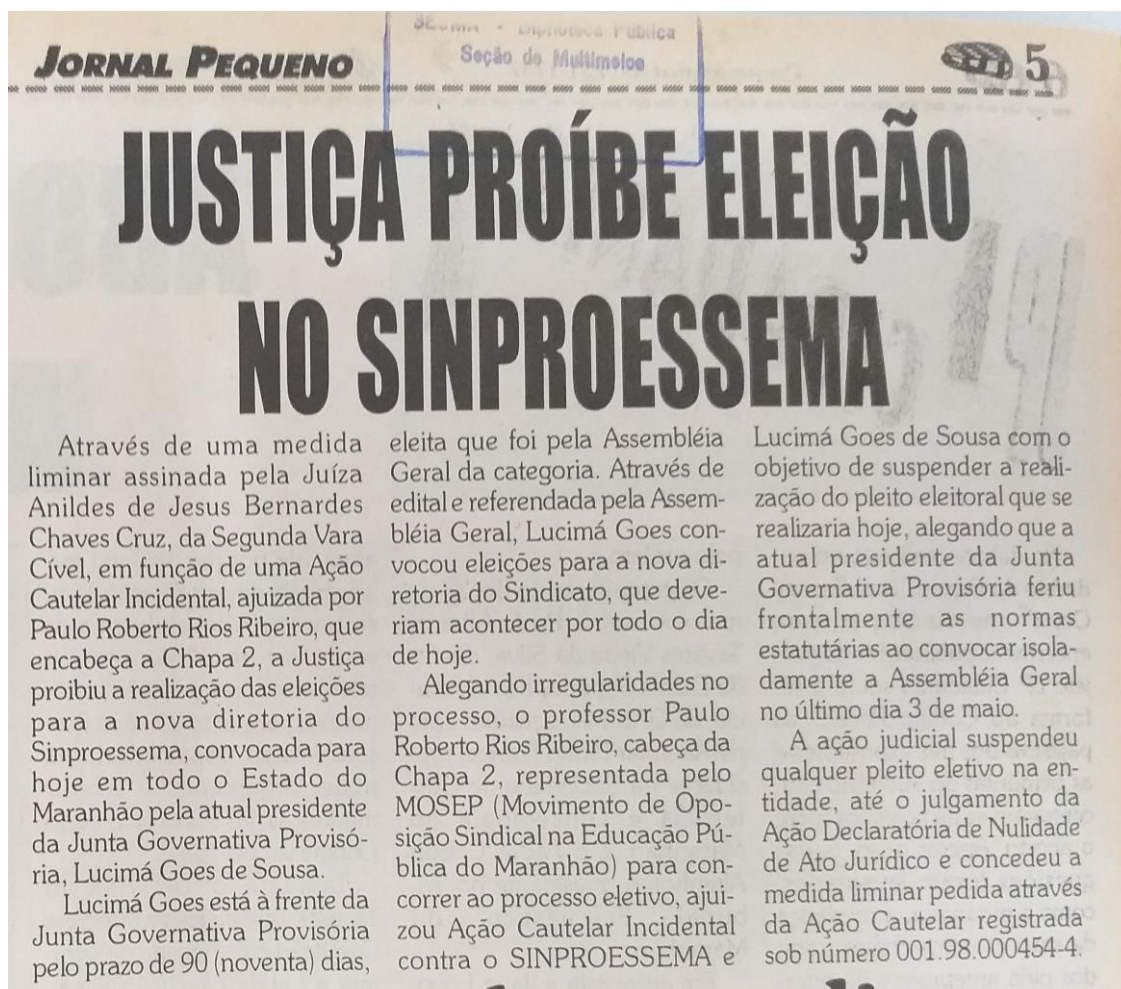
aqueles mesmos membros da Junta governativa provisória, instituída na assembleia de 29 de março de 1998, em que, estatutariamente, a eleição da diretoria do sindicato deveria ter ocorrido em 19 de janeiro, inclusive, com a participação de, Márcia Helena Campos Nascimento com a chapa Resistência (MOSEP, 1998f, p. 01).

Segundo a Ata da Assembleia Geral Extraordinária do SINPROESEMMA, registrada em cartório no dia 01 de junho de 1998, contendo cinco páginas (MOSEP, 1998f, p. 01), convocada pela Chapa Guarnicê pra Educar por meio de edital publicado no jornal O Debate no dia 26 de abril de 1998 (EDITAL..., 1998b, p. 04), e realizada no dia 03 de maio de 1998, no auditório da sede da Fundação da Memória Republicana – Convento das Mercês, e a finalidade da assembleia era deliberar sobre o regulamento eleitoral, comissão eleitoral para conduzir a eleição da nova junta governativa provisória, com a finalidade de conduzir o sindicato de 14 de junho de 1998 a 14 de junho de 1999, discussão sobre carga-horária, tabela salarial e outros assuntos. Sobre esta assembleia, o Jornal Pequeno do dia 06 de maio de 1998 (TRABALHADORES..., 1998, p. 04), noticiava que tinha sido realizada no dia 03 de maio com a eleição da comissão eleitoral e das normas eleitorais.

Em contrapartida, o MOSEP no boletim de nº 08 de maio de 1998, divulgava que a assembleia realizada no dia 03 de maio era uma farsa de Lucimá Góes (MOSEP, 1998c, p. 01). Fica registrado, tanto nessa fonte como na própria Ata, que o MOSEP não participou desse momento, apesar de ter estado presente no local da assembleia e registrado o posicionamento de que esta assembleia era ilegal, no entanto, foi ignorado por Lucimá Góes de Sousa e o grupo do PCdoB/CSC, que deram prosseguimento a sua realização, determinando que as eleições fossem realizadas no dia 05 de junho de 1998 (MOSEP, 1998f, p. 01).

Em matéria publicada no Jornal Pequeno em 05 de junho de 1998 (JUSTIÇA..., 1998, p. 5), esse encaminhamento foi suspenso devido à ação cautelar incidental impetrada na justiça pelo MOSEP, o que fica evidenciado nesta matéria do referido periódico (FIGURA 21), intitulada:

FIGURA 21 – Matéria do Jornal Pequeno de 05 de junho de 1998



Fonte: Fotografia tirada pelo Autor em 24 de janeiro de 2019.

O que fica também destacado na matéria do Jornal Pequeno, intitulada *Assembleia para acabar com o impasse no sindicato dos educadores*, veiculada no dia 13 de junho de 1998 (ASSEMBLEIA..., 1998, p. 1), afirmava que:

[...] No dia 04 de junho na véspera das eleições para a diretoria, a juíza da 2ª Vara Cível de São Luís, concedeu liminar suspendendo o pleito eleitoral. Em sua decisão a juíza não levou em consideração a realização de uma assembleia da categoria no dia 03 de maio com 500 participantes, que definiu a data das eleições, as normas eleitorais e a comissão eleitoral. A decisão da juíza foi motivada por uma ação do vice-presidente da junta [governativa provisória, professor Paulo Roberto Rios, representante do MOSEP] que mesmo com a chapa inscrita resolveu protelar a eleição do SINPROESEMA. Com isso deixaram de comparecer às urnas cerca de 10 mil associados [...] Sendo assim, o MOSEP, convocava a categoria para uma assembleia no 13 de junho de 1998, como ainda integrante da junta governativa provisória e respaldado pela liminar concedida, visando a organização da eleição de uma nova junta governativa provisória em face do término no dia 13 de junho do mandato da primeira junta governativa

provisória, e, ainda deveria realizar a discussão sobre a finalidade, duração e o perfil da junta e outros assuntos.

Contudo, na Assembleia de 13 de junho, foram consagrados Lucimá Góes de Sousa e o grupo do PCdoB/CSC na diretoria do SINPROESEMMA, mesmo com o mandato provisório de um ano, foi a oportunidade que tiveram para se apropriarem do sindicato.

Fato este concretizado com a proposta da chapa Guarnicê pra Educar, divulgada no boletim informativo nº 6 sobre a eleição (1998c, p. 04), sendo consagrada vencedora, ou seja, o mandato de um ano da Junta governativa provisória, composta de 39 membros, enquanto a proposta derrotada foi a do MOSEP, que defendia a mesma finalidade da junta governativa provisória, mas com duração somente de três meses e não de um ano, para assumir a direção do sindicato e preparar as eleições rapidamente, permanecendo o mesmo número de membros e não a eleição de uma diretoria provisória, o que terminou acontecendo por manobras de Lucimá Goes de Sousa e seus aliados do PCdoB/CSC (GUARNICÊ..., 1998c, p. 04).

Nesse sentido, feito esse preâmbulo, este capítulo será desenvolvido através de tópicos que visam retratar cada momento posterior à eleição da diretoria provisória, expondo o retorno de Lucimá Góes de Sousa à presidência do SINPROESEMMA e a ascensão do PCdoB dentro da entidade.

6.1 A atuação do MOSEP no segundo semestre de 1998 e a exposição da gestão da chapa Guarnicê pra Educar na nova Junta Governativa Administrativa Provisória (1998-1999)

Diante da conjuntura política do sindicato em que o processo eleitoral deveria ter ocorrido para eleição da diretoria e do conselho fiscal para o triênio 1998/2001, a normalidade estatutária fora subvertida. Contudo, essa nova fase inicia após o SINPROESEMMA ficar sob a gestão da chapa Guarnicê pra Educar: o que passou a se ver foi a continuidade das velhas práticas políticas e perseguição à oposição de fato. Considerando que politicamente Lucimá Góes de Sousa sabia conduzir muito bem as relações com os núcleos do sindicato nos municípios, ela conseguiu, na Assembleia do dia 29 de março, mobilizar diversos filiados para participar e, taticamente, conseguiu se eleger presidente da Junta governativa provisória – o MOSEP afirmava que historicamente a categoria sempre fora refém das relações políticas autoritárias que culminaram na falta de transparência na condução do sindicato e na falta de uma postura política mais independente com relação aos políticos e seus partidos (MOSEP, 1998f, p. 01).

É necessário, portanto, evidenciar como atuou o MOSEP no contexto político do segundo semestre de 1998. Em 13 de junho de 1998, na Assembleia Geral Extraordinária, o MOSEP, na intervenção dos professores Malila da Graça Abreu e Paulo Roberto Rios Ribeiro, pela composição de uma mesa com componentes das chapas Guarnicê pra Educar e MOSEP, tentava garantir o mínimo de condução democrática, com a garantia de que a nova junta governativa provisória, contasse com representantes das duas chapas, para assegurar um processo não viciado (SINPROESEMMA, 1998b, p. 02).

No entanto, não foi o que ocorreu na assembleia: a chapa Guarnicê pra Educar usou como estratégia a proposta de que cada chapa concorresse ao mandato provisório de um ano separadamente, enquanto a proposta feita pelo presidente da CUT, Raimundo Monteiro, divergia somente no tempo do mandato provisória, que seria de três meses (SINPROESEMMA, 1998b, p. 03). Como Lucimá Góes de Sousa mantinha a hegemonia e o controle sobre os núcleos em diversos municípios, e na falta de maior conscientização da categoria, inclusive na capital, ficou tudo favorável à vitória da chapa Guarnicê pra Educar.

Após serem lidas as duas propostas, cabendo a defesa da proposta feita pela chapa Guarnicê pra Educar, representada pela professora Lucimá Goes de Sousa e a defesa da segunda, ao professor Paulo Roberto Rios Ribeiro. Deflagrada a votação, venceu por contraste a proposta da chapa Guarnicê pra Educar (SINPROESEMMA, 1998c, p. 04).

O MOSEP em carta aberta aos educadores maranhenses, intitulada *A luta continua*, divulgada logo após a assembleia do dia 13 de junho de 1998, afirmava então que mais uma vez a categoria tinha se omitido, permitindo que o SINPROESEMMA continuasse nas mãos da mesma pessoa, servindo a interesses contrários aos de cada um dos filiados, dos trabalhadores e trabalhadoras da Educação Pública do Maranhão. A mentira, a enganação, o autoritarismo, a fraude, a violência (a exemplo da contratação de dez “seguranças”, para intimidar e bater em quem lhe fosse contrário) e os professores, em sua maioria, engrossando o coro com a música do compositor popular brasileiro Zé Geraldo que afirmou: “tudo isso acontecendo e eu aqui na praça dando milhos aos pombos” (MOSEP, 1998k, p. 01; ZÉ GERALDO, 1981).

O MOSEP encerrou sua carta aberta falando sobre a Assembleia Extraordinária do dia 13 de junho de 1998, com o destaque “Fraude na Assembleia do 13/06”:

A assembleia do dia 13/06, chamada para escolher a nova Junta governativa provisória, foi dirigida pelo grupo Guarnicê que comandou a ocorrência de atos fraudulentos. Entre eles, arquitetou um esquema de participação que garantiu aptidão para votar de toda e qualquer pessoa, credenciada fora do local da Assembleia, saiba Deus onde! Pessoas estas que na sua maioria, não

só não são filiadas ao sindicato, mas sequer são servidores da Educação e muito menos professores. Fatos como estes são dignos de nosso repúdio bem como os seus gestores, pelo desrespeito que significam para com a classe (MOSEP, 1998k, p. 01).

O MOSEP continuou interagindo com a base do SINPROESEMMA, organizando reuniões com os (as) trabalhadores (as) da educação básica. Nos convites afirmava que as diretorias pelegas e atreladas do SINPROESEMMA e da APEEM convocaram os professores municipais para uma Assembleia Geral no dia 28 de setembro, no Convento das Mercês, para discutir a realização de greve geral dos professores de São Luís (MOSEP, 1998g).

A pauta da jornada de lutas para o segundo semestre do ano de 1998 era, principalmente, contra a política educacional da Secretaria de Educação do município de São Luís, que vinha causando, segundo boletim informativo, edição extra do dia 24 de setembro de 1998, graves prejuízos, como atraso no pagamento dos salários, não pagamento das férias vencidas, plano de carreira que prejudicava os professores, PROCAD, dentre outros (MOSEP, 1998g, p. 01).

Ainda nesse mesmo informativo, tentando fazer o contraponto político em relação à chapa Guarnicê pra Educar, o MOSEP destacava que somente com independência e coragem de luta é que a categoria poderia sair da apatia e do medo em que se encontrava naquela conjuntura, e ainda evidenciava que aqueles professores que quisessem suas entidades representativas defendendo seus direitos deveriam se engajar na mobilização e participar da Assembleia do dia 28 de setembro de 1998 (MOSEP, 1998g, p. 01).

A conjuntura da política nacional do governo Fernando Henrique Cardoso também era motivo de preocupação por parte do MOSEP (1998h), bem como a adesão do governo do estado do Maranhão e dos governos municipais ao projeto de FHC, que apontava para o desmonte do serviço público, a perda dos direitos conquistados com muita luta. Assim, o boletim informativo de outubro de 1998 afirmava que, para fazer frente àquelas políticas nefastas, mais que nunca, naquele momento da história, era preciso um sindicato forte e autônomo para organizar a categoria para a luta pelos direitos já conquistados e por aqueles que ainda precisavam ser conquistados (MOSEP, 1998h, p. 01).

Nesse boletim informativo, o movimento ressaltava ainda que a história tinha provado que a falta de uma política sindical verdadeiramente voltada para os interesses reais dos trabalhadores da educação do Maranhão fizera a categoria refém de lutas emergenciais em pontos diversos. Essa prática de submissão foi o que colocou, historicamente, o sindicato a reboque dos caprichos dos governos estaduais e municipais, e fez do SINPROESEMMA o

único sindicato de trabalhadores da educação do país, desligado das lutas gerais dos trabalhadores brasileiros dirigidas pela CUT (MOSEP, 1998h, p. 02).

Assim, o MOSEP realçava que a opção do sindicato por essa posição política fora motivada ora pelos interesses pessoais, ora pelos interesses dos governos que se sucederam no poder. Esporadicamente o sindicato dos professores acatava as exigências da categoria e sempre em caráter emergencial por medo de se indispor com a base. Isso ocorria, como afirmava o MOSEP, devido às negociações que as direções fizeram com sucessivos governos. E para perpetrarem esse histórico, os dirigentes do SINPROESEMMA passavam a ideia falsa de que a categoria era desunida (MOSEP, 1998h, p. 02).

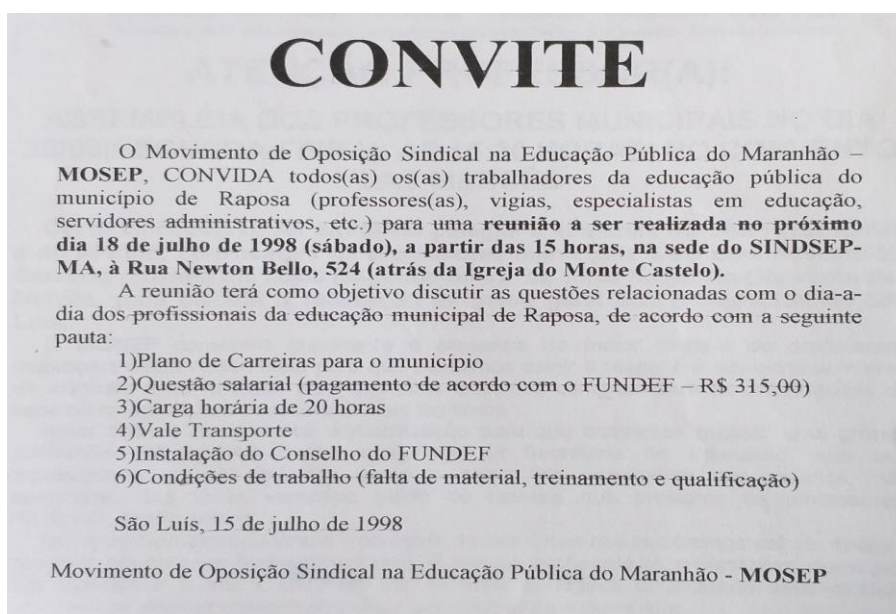
Como a Junta governativa provisória estava com mandato de um ano a contar de 14 de junho de 1998, no segundo semestre do ano em curso, o MOSEP atuava no sentido de denunciar o governo do estado e as ações da diretoria do SINPROESEMMA – gestão Guarnicê pra Educar. Reforçava que era necessária a luta pelo resgate da categoria, o que implicava eleição de uma direção autônoma, independente, séria e combativa, que não atuasse à revelia dos interesses da categoria de forma cupulista e autoritária (MOSEP, 1998h, p. 02).

O MOSEP se colocava para a categoria como possibilidade de representá-la, agindo de forma antagonista ao perfil político que Lucimá Góes de Sousa e o grupo do PCdoB/CSC representavam, por isso, o boletim informativo de outubro de 1998, afirmava que o MOSEP ficava à vontade para denunciar os vinte anos de atraso na história do sindicalismo no Maranhão, pois eram vinte anos de composição de uma política sindical submissa e autoritária, encabeçada por Lucimá Góes de Sousa e seus afilhados políticos como Márcia Helena Campos Nascimento, somando-se a este desastre político a participação dos stalinistas do PCdoB, último aliado de Lucimá, que tinha como único e exclusivo objetivo chegar ao poder e fazer do SINPROESEMMA uma correia de transmissão do partido, desviando os resultados da luta do sindicato para as atividades colaboracionistas do partido (MOSEP, 1998h, p. 02).

Diante do fato de que o PCdoB/CSC, nesse instante, compunha o Governo de Roseana Sarney (PFL) e também a chapa Guarnicê pra Educar, o MOSEP explorava essa contradição no modo de atuação do partido, afirmando, no boletim informativo de outubro de 1998, que a participação do PCdoB/CSC só se justificava pela ganância para chegar ao poder já que ideologicamente deveria divergir, como fizera historicamente em âmbito nacional (MOSEP, 1998h, p. 02). Assim, essa passagem, 20 anos depois, mostra-se profética, dadas as práticas políticas desse partido no Sindicato dos Metalúrgicos (SINDMETAL), que tinha Júlio Guterres (PCdoB), como presidente.

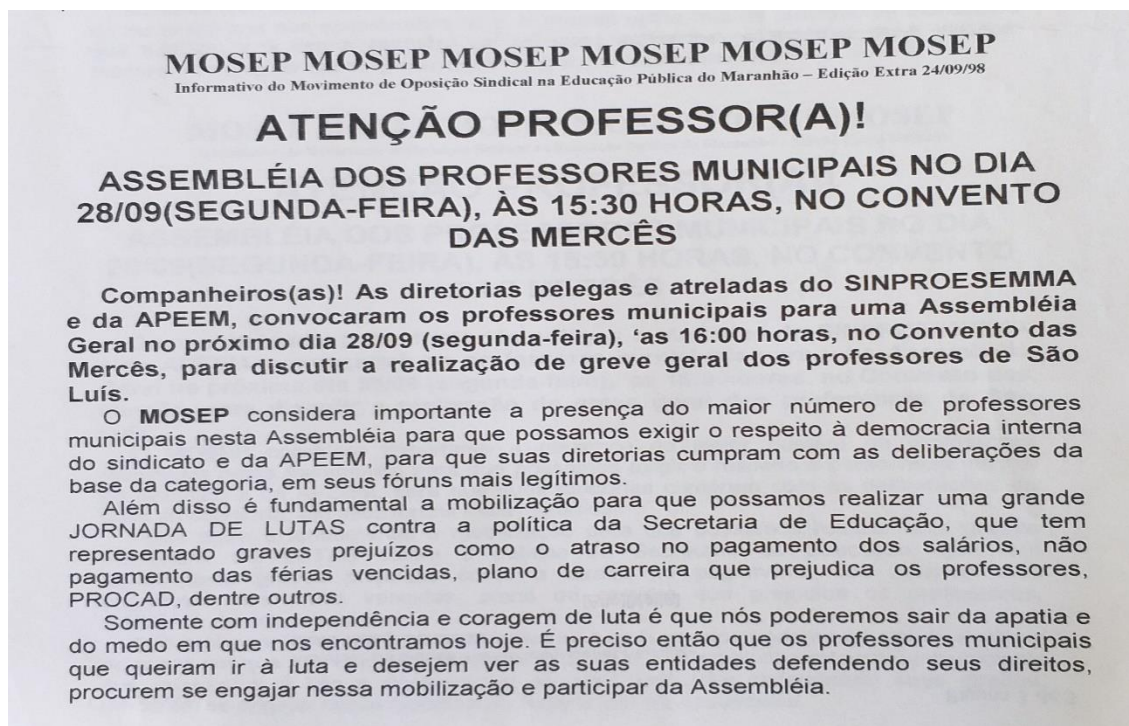
Com essa expectativa o MOSEP desenvolvia, no segundo semestre de 1998, após a vitória da Guarnicê pra Educar, atividades de aproximação com a base. Por isso, no dia 15 de julho, convidava os trabalhadores da educação do município de Raposa (FIGURA 22), localizado na ilha de São Luís:

FIGURA 22 – Convite do MOSEP de 18 de julho de 1998



Fonte: Fotografia tirada pelo Autor em 24 de janeiro de 2019.

O MOSEP continuava sua atuação, debatendo, discutindo e divulgando sua compreensão de como deveria atuar o sindicato, que fosse uma entidade sindical combativa, classista e competente na defesa dos interesses dos trabalhadores da educação. Por isso, no boletim informativo de setembro de 1998 (FIGURA 23), o MOSEP observava:

FIGURA 23 – Convocação do MOSEP em setembro de 1998

Fonte: Fotografia tirada pelo Autor em 24 de janeiro de 2019.

Esse chamado aos professores feito pelo MOSEP para uma assembleia promovida em conjunto pelas duas entidades representativas dos professores em âmbito estadual e municipal de São Luís demonstra que a oposição buscava integrar os trabalhadores nas atividades promovidas por suas respectivas entidades representativas, e atuava como mecanismo de divulgação, buscando a participação dos trabalhadores como forma de pressão, principalmente, sobre a diretoria do SINPROEEMMA (MOSEP, 1998g, p. 01).

Seguindo essa linha de atuação, em outubro de 1998, por meio de mais um panfleto, o movimento falava da conjuntura nacional e de como os governos de Roseana Sarney (PFL) e dos municípios estavam atrelados à política nacional, e chamava a atenção para a atuação do SINPROEEMMA (FIGURAS 24, 25).

O MOSEP frisava que historicamente a categoria era sempre colocada à margem das decisões, dada a visão autoritária de fazer política por cima, restando como única alternativa para ela a aceitação das decisões da cúpula:

FIGURA 24 – Boletim do MOSEP de outubro de 1998 (frente)

MOSEP - Outubro/98

CHEGA DE 20 ANOS DE AUTORITARISMO NA DIREÇÃO DO SINPROESEMMA!

Os trabalhadores da educação pública, entre outros, vive hoje o drama imposto pelas políticas do Governo Federal, que contam com total adesão dos governos Estadual e Municipal.

Estas políticas têm determinado, além do desmonte do serviço público, a perda vergonhosa de direitos historicamente conquistados com muita luta e sofrimento. Para fazer frente a estas políticas, mais do que nunca, neste momento da história, precisamos de um sindicato forte que inspire credibilidade e que tenha autonomia para organizar a categoria para lutar pelos direitos já conquistados e por aqueles que ainda precisamos conquistar e que são nossas bandeiras de luta.

A história tem provado que a falta de uma política sindical verdadeiramente voltada para os interesses reais dos trabalhadores da educação no Maranhão, fez a categoria refém de lutas emergenciais que despontam aqui e acolá em momentos em que não dá mais para suportar. Essa prática que pôs, historicamente, o sindicato a reboque dos caprichos dos governos estaduais e municipais, fez desta nossa entidade o único sindicato de trabalhadores da educação país, desligado das lutas gerais dos

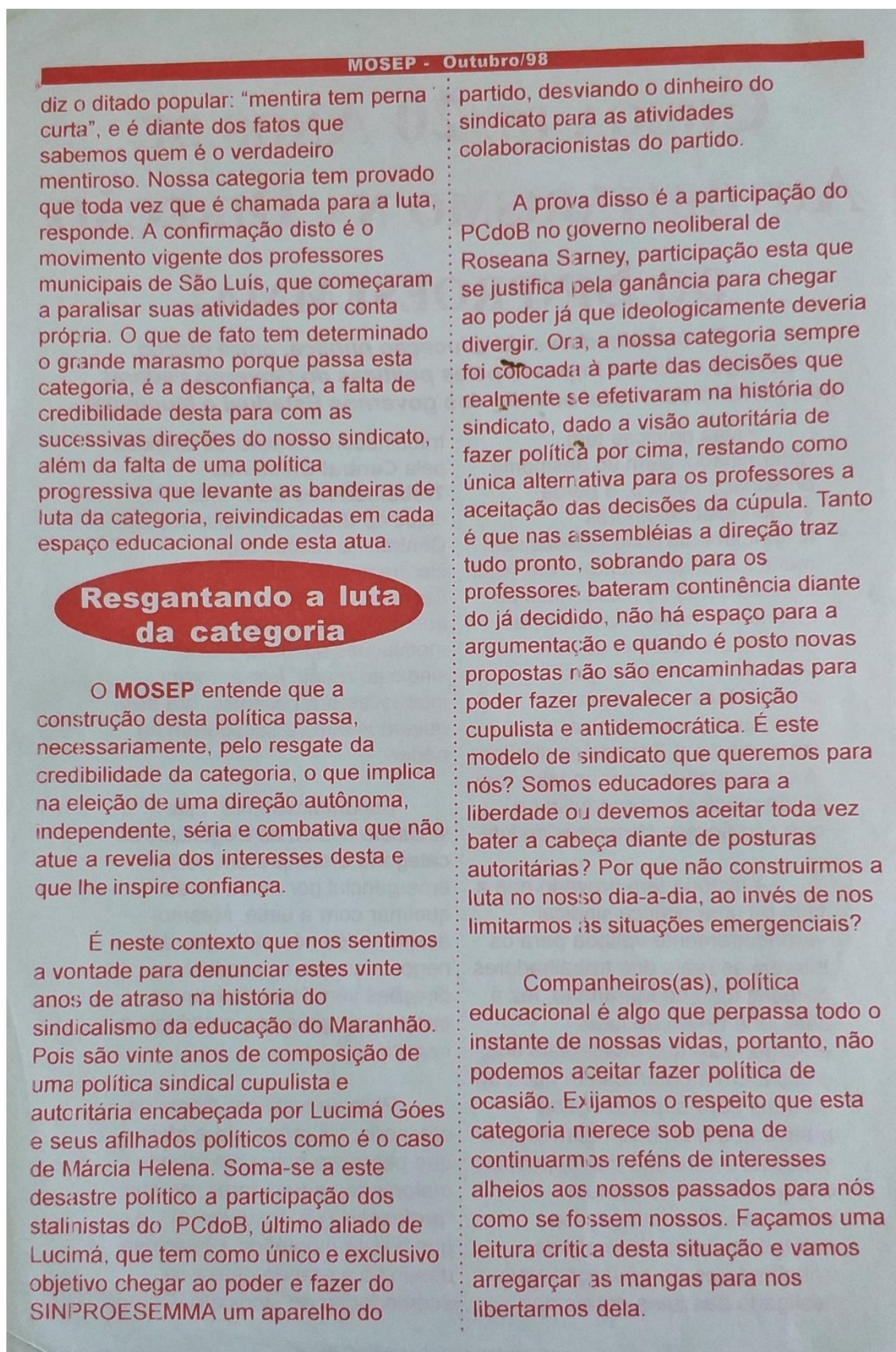
trabalhadores brasileiros dirigidas pela **Central Única dos Trabalhadores-CUT**, pois é o único do Brasil não filiado a essa Central. As razões são claramente detectáveis se fizermos uma leitura corrente do que tem sido as verdadeiras motivações que levam este sindicato a agir, isto é, foram interesses ora pessoais, ora dos governos que se sucederam no poder.

Esporadicamente, este sindicato acatou as exigências da categoria e sempre em caráter emergencial por medo de se queimar com a base. Mesmo assim, todos nós sabemos das negociações que as sucessivas direções vêm fazendo com os sucessivos governos estaduais e municipais.

Para se justificar diante da categoria, foi reforçada a idéia que perpassa hoje pela grande maioria dos educadores, de que "professor(a) é desunido(a)", e que é esta hipotética e falaciosa desunião a grande causa da acomodação do sindicato. Como

Fonte: Fotografia tirada pelo Autor em 26 de janeiro de 2019.

FIGURA 25 – Boletim do MOSEP de outubro de 1998 (verso)



Fonte: Fotografia tirada pelo Autor em 26 de janeiro de 2019.

Desta forma, o MOSEP fazia a análise daquele contexto político no qual estava o Brasil e o estado do Maranhão e o próprio SINPROESEMMA. Percebia, alertava e chamava a categoria para se organizar politicamente, para compor uma frente de luta com o movimento de oposição sindical contra a política neoliberal de FHC (FIGURA 26). Essa política se expressava de inúmeras formas: (1) corte de verbas para a área social, principalmente, saúde e educação; (2) corte de aumento de salários dos professores por conta do FUNDEF; (3) aumento da contribuição previdenciária dos servidores públicos; (4) cobrança de contribuição previdenciária dos servidores aposentados; (5) redução drástica de verbas para estados e municípios; (6) aceleração da aprovação da reforma administrativa, e outros (MOSEP, 1998i, p. 01).

E ainda, aumento da taxa de juros do Governo de Roseana Sarney, política educacional essa, com salas superlotadas, não repasse integral das férias, PROCAD II não gratuito para todos, não continuidade dos contratos temporários, congelamento da tabela salarial, a não concessão da progressão e da promoção, previstas no Estatuto, e o não respeito ao interstício de 5% entre os níveis. Tudo isso com a aquiescência da diretoria pelega e atrelada do sindicato, sem compromisso com a categoria (MOSEP, 1998i, p. 01).

FIGURA 26 –Boletim do MOSEP de novembro de 1998 (frente)

MOSEP Boletim Informativo do Movimento de Oposição Sindical na Educação Pública do Estado do Maranhão Ano II - Novembro/98

PACOTÃO: Resisitir aos ataques de Roseana e FHC

A denúncia feita pelos opositores do governo durante as eleições foi confirmada: FHC lançou um pacote que ataca de forma violenta a classe trabalhadora, especialmente os servidores públicos ativos e inativos, dentre os quais os professores.

O conjunto de medidas anunciadas pelo governo trazem, dentre outras, as seguintes pérolas: corte de verbas para a área social, principalmente saúde e educação. O governo anunciou que em 1999 não haverá nenhum aumento no salários dos professores por conta do FUNDEF. A União não repassará nenhum centavo para os estados e municípios para melhoria salarial da nossa categoria.

Além disso, haverá aumento do imposto de renda e da CPMF; aumento da contribuição previdenciária dos servidores públicos, cobrança de contribuição previdenciária dos servidores aposentados; prorrogação do FEF, com drásticas reduções de verbas para os estados e municípios; aceleração da aprovação da reforma administrativa, possibilitando a demissão de funcionários públicos; tudo isto além da astronômica taxa de juros, que reduz o consumo, gerando, em consequência, o aumento do desemprego.

Os governantes aliados de FHC, inclusive Roseana Sarney, também irão estabelecer pacotes estaduais, nos moldes do federal. Outros, como o prefeito Jackson Lago, já anunciou corte de despesas em todas as áreas, o que irá prejudicar ainda mais a educação municipal e inviabilizar qualquer melhoria para os professores.

O fundamento para toda esta panacéia é de que a crise em que o Brasil está mergulhado necessita do sacrifício da sociedade, pois somente com o aperto generalizado o Real poderá sobreviver.

A pesar desta chantagem governamental, que aterroriza o povo com a possibilidade de retorno da inflação, é nossa obrigação denunciar a crise e as medidas do governo.

Quem originou esta crise? Foram os trabalhadores, os professores? Ou os poderosos e seu governo? Sabemos que a crise é resultado da política do governo FHC e da fonte de lucros dos ricos empresários e especuladores.

Quem vai pagar a conta da crise? Os grandes empresários e especulados? Não! Quem pagará pela crise mais uma vez será o povo, os trabalhadores. Acontece que nós, do MOSEP não aceitamos que esta história se repita e nos colocamos a disposição dos trabalhadores da educação para organizar as mobilizações e lutas contra as medidas de FHC e Roseana, juntamente com os demais servidores públicos e trabalhadores maranhenses.

Assim como os governadores de oposição, que denunciam os males que virão com o pacote, devemos denunciar o conteúdo concreto das medidas, defendendo que os ricos e poderosos é que têm que pagar pela crise criada por eles.

E a propósito, onde andam as direções do SINPROESEMMA e da APEEM? Nada disseram sobre o pacote e os seus efeitos nefastos sobre nossa categoria. Tampouco irão organizar as lutas contra tais medidas, demonstrando mais uma vez o quanto traem os interesses da categoria, preferindo apoiar o governo de Roseana, no caso do SINPROESEMMA e o governo de Jackson Lago, no caso da APEEM.

Fonte: Foto tirada pelo Autor em 27 de janeiro de 2019.

O MOSEP, com essa perspectiva de atuação da oposição sindical, convocava a categoria para uma assembleia geral a ser realizada no dia 27 de novembro de 1998, na sede do Sindicato dos Servidores Federais (SINDSEP), para tratar, dentre outros assuntos, do Plano de Carreira do estado e do município e do Plano de Lutas para o ano de 1999 (MOSEP, 1998i, p. 01).

Em relação ao Plano de Carreira, o MOSEP apontava que se tratava da reformulação do Estatuto, proposta que estava sendo encaminhada à Assembleia Legislativa, com a retirada do direito de promoção (art. 40) daqueles professores que estavam em processo de formação ou conclusão do ensino superior, que, com a promoção, adquiririam melhoria nos salários (MOSEP, 1998i, p. 01).

Assim, o MOSEP terminava o ano de 1998, estabelecendo, em conjunto com a categoria, de forma democrática, o planejamento para o ano de 1999, que seria o ano da eleição no SINPROESEMMA (MOSEP, 1998i, p. 01).

FIGURA 27 – Boletim do MOSEP de novembro de 1998 (verso)

MOSEP - Novembro/98

MOSEP CONVOCA ASSEMBLÉIA GERAL DA CATEGORIA

Dia 27/11, sexta-feira, 16 horas, Sede do Sindicato dos Servidores Federais-SINDSEP

Considerando a gravidade da situação que passa nossa categoria, assim como o descompromisso e o atrelamento das direções do **SINPROESEMMA** e da **APEEM** com os interesses dos trabalhadores da educação, o **MOSEP** convoca toda a categoria para uma **ASSEMBLÉIA GERAL** a ser realizada no dia 27/11/98 (sexta-feira), a partir das 16:00 horas, na sede do Sindicato dos Servidores Federais - SINDSEP, atrás da Igreja da Conceição, Monte Castelo, quando deverá ser discutida a seguinte

pauta:

- 1)** A crise e os ataques aos trabalhadores da educação;
- 2)** O Plano de Carreira do Estado e do Município;
- 3)** Questão da carga horária para 1999;
- 4)** Aprovação de um Plano de Lutas;
- 5)** Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, em janeiro/99, em Goiânia-GO;
- 6)** Outros.

Governo Estadual Arma Golpe Contra Trabalhadores da Educação

É de extrema importância para os professores estaduais, a preservação dos seus direitos e garantias já adquiridos e previstos na Constituição, na LDB e no Estatuto do Magistério (Lei 6.110/94).

No entanto, o MOSEP vem a público denunciar mais um golpe tramado pelo governo contra os direitos dos professores estaduais. Trata-se da reformulação do Estatuto do Magistério, através da apresentação da proposta de Plano de Carreira à Assembleia Legislativa, com a retirada do direito de promoção (art. 40), o que irá prejudicar o conjunto da categoria, principalmente aqueles que se formaram no PROCAD, ou que estejam terminando uma faculdade, principalmente tendo em vista a não realização de novos concursos públicos para o magistério, mas apenas processos seletivos que significam contratos e salários permanentemente atrasados, instabilidade profissional e muito mais...

No início de 98, o Sr. Gastão Vieira prometeu em visitas às escolas, que a governadora assinaria inúmeras promoções, mas até o presente momento nada aconteceu. Na verdade, o deputado-secretário estava apenas fazendo campanha e agora parece que já esqueceu a promessa.

Além disso, a governadora desrespeita os professores ao passar uma eternidade para

assinar as progressões da categoria, causando um sério prejuízo, considerando que a diferença entre uma referência e outra é de 5%. Como se não bastasse, a tabela do magistério está congelada desde 1996, provocando um grande arrocho salarial no bolso dos professores.

O golpe do governo estadual se estende também à exigência da carga horária de 25 horas semanais, sem nenhum aumento de salário, já descartado pelo MEC e com a abusiva quantidade de alunos em sala de aula, principalmente do ensino fundamental. Neste ano de 98, o MOSEP mobilizou a categoria e conseguiu algumas vitórias parciais, mantendo a carga horária nas 20 horas semanais previstas no Estatuto. Em 99, será preciso também muita luta e mobilização para barrar essa proposta autoritária e descabida da SEEDUC.

Companheiros(as), o golpe do governo só poderá ser barrado com muita consciência e espírito de luta de toda a categoria. Não vai ser com atitudes cupulistas, personalistas, nem com o sindicato atrelado totalmente ao governo. É preciso que a categoria acorde e veja que o momento é muito sério e exige uma tomada de posição de todos. O MOSEP está convocando a Assembleia do dia 27/11/98 exatamente para que possamos aprovar um Plano de Lutas para enfrentar essa situação.

Fonte: Fotografia tirada pelo Autor em 27 de janeiro de 2019.

Foram essas as principais atividades desenvolvidas no segundo semestre do ano de 1998. O movimento já criava, ao final desse mês, discussões, visando à organização das ações no ano de 1999.

6.2 A atuação do MOSEP no ano de 1999: a luta da oposição continua com vista a sua afirmação política

O ano de 1999 inicia como maio de 1997: com o MOSEP reivindicando, por meio de um panfleto publicado em 09 de fevereiro de 1999, que a governadora Roseana Sarney (PFL) deveria cumprir o acordo, assumido em praça pública quando da inauguração de obras no bairro da Jordoa, em São Luís, no dia 26 de janeiro de 1999. Essa questão fora encaminhada para os secretários de Educação, Danilo Furtado, de Administração, Luciano Moreira, e de governo, Olga Simão, de convocar para nomeação os professores habilitados pelo concurso realizado em 1994, no entanto, o secretariado afirmou que ela nunca tinha dito que assim o faria (MOSEP, 1999k, p. 01).

Diante do não atendimento do referido acordo, os professores, com o protagonismo do MOSEP, ingressaram na justiça com o mandado de segurança coletivo para que fosse garantida a posse, embora o Governo afirmasse que parte dos professores nomeados em 1994 estavam sendo convocados, desde o dia 29 de janeiro, pela Gerência de Administração e Modernização. No boletim de 20 de abril de 1999, intitulado *Novo Tempo na Educação?*, o MOSEP questionava a promessa do gerente de Administração e Modernização, Luciano Moreira, de nomear 143 professores, que assumiriam imediatamente suas funções, mas que até aquele momento não fora cumprida (MOSEP, 1999a, p. 01).

Os trabalhadores em educação, nesse período, esperavam também pelas progressões, promoções e titulações para serem assinadas pela governadora, desde janeiro de 1998, sem falar no congelamento da tabela salarial do magistério – outra demanda da pauta de reivindicação do MOSEP. Assim, como estratégia de organização política para fazer o enfrentamento à postura do Governo, o MOSEP, em 05 de abril de 1999, envia solicitação de cessão do auditório ao SINDSEP/MA, para a realização do II Encontro Estadual no dia 24 de abril, com a participação estimada de 80 pessoas entre representantes de alguns municípios do estado e dos militantes residentes na capital (MOSEP, 1999g).

Logo após o II Encontro Estadual (15 de maio), o MOSEP, em uma comunicação à CUT/MA, no dia 17 de maio, afirmou que Lucimá Goes de Sousa realizara uma assembleia sem divulgação na categoria, e essa atitude, na concepção do movimento de oposição,

caracterizava um verdadeiro golpe ditatorial contra os interesses dos trabalhadores. Essa assembleia fora realizada com o objetivo de alterar o Estatuto do SINPROESEMMA, para favorecer ainda mais a perpetuação de Lucimá Goes de Sousa, e fora nessa mesma assembleia marcada a data da eleição e indicada uma comissão eleitoral (MOSEP, 1999e).

Diante desse fato, o MOSEP convocara a categoria para outro Encontro Estadual para o dia 15 de maio, em São Luís, na sede do SEEB-MA, e decidiu propor à categoria uma ofensiva política, como o período eleitoral estava se aproximando, devido ao fato de que o mandato da segunda junta governativa provisória se encerraria no dia 14 de junho e que as eleições tinham sido marcadas para o dia 31 de maio, era oportuno debater com a categoria as questões referentes ao pleito eleitoral; quanto a essa questão, o MOSEP defendia o boicote às eleições, que considerava viciadas e fraudulentas, ou seja, o MOSEP não participaria da farsa e nem legitimaria o golpe (MOSEP, 1999e).

Conforme o boletim informativo de 17 de maio de 1999 e o comunicado feito à CUT/MA de mesma data, o MOSEP resolveu não lançar a chapa para concorrer nas eleições do dia 31 de maio e ainda estimular a desfiliação em massa dos filiados ao SINPROESEMMA, coletar assinaturas a favor da proposta de criação de uma nova entidade sindical/associativa dos trabalhadores de educação do Maranhão, e realizar, no dia 04 de junho, uma Assembleia Geral em que decidiria pela fundação de uma nova entidade, o que veio a ocorrer no dia 16 de junho (MOSEP, 1999b, p. 01; MOSEP, 1999e).

O MOSEP não perdeu a oportunidade de atuar organicamente no campo da oposição: não participou na eleição do dia 31 de maio de 1999 e, naquele momento, como estratégia política, decidida coletivamente em assembleia em 16 de maio de 1999, criou uma nova entidade sindical, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública da Região Metropolitana dos Municípios de Paço do Lumiar, Raposa, São José de Ribamar e São Luís – SIMTEP/Upaon-Açu (Gestão MOSEP). No comunicado à CUT/MA (17 de maio de 1999), o MOSEP solicitava de todas as entidades filiadas apoio político e material (MOSEP, 1999e).

Sobre a criação de uma nova entidade, vale destacar que o MOSEP afirmava ser preciso, do ponto de vista de legitimidade política, coletar assinaturas de apoio à proposta de criação de uma nova entidade sindical/associativa dos trabalhadores da educação pública do Maranhão e realizar no dia 16 de junho assembleia de fundação dessa nova entidade (MOSEP, 1999e).

Sendo assim, o boletim informativo de 17 de maio de 1999, ratificava a proposta de fundação, afirmando que:

[...] temos tudo para construir uma nova, forte e bem estruturada entidade sindical/associativa, profundamente enraizada na base, com a intensa participação dos trabalhadores de todo o estado que encaminhe com independência e coragem, todas as lutas de interesse dos trabalhadores da educação pública maranhense.

Atuaremos em sintonia com as lutas de toda a classe trabalhadora maranhense e brasileira, contra os projetos neoliberais de FHC/Roseana Sarney. Pretendemos filiar a nossa nova entidade à Central Única dos Trabalhadores e lutar pelo resgate de nossa dignidade profissional. Queremos discutir com cada companheiro, a seriedade e a oportunidade dessa proposta democrática e transformadora (MOSEP, 1999b, p. 01).

A conjuntura política que caracteriza as condições políticas e materiais no terreno da disputa sindical, ofereceu ao MOSEP escolher a atuação por meio da fundação de uma nova entidade que auxiliasse a luta, embora os fatos apontassem contradições significativas, o que foi comprovado pela incapacidade de o movimento potencializar a força na disputa pelo instrumento sindical, provando que em tese era uma tática importante, mas, na prática, Lucimá Góes de Sousa e o PCdoB/CSC, utilizaram-se dessa circunstância para se fortalecer politicamente, aproveitando-se do falseamento da realidade para vender para base a ideia de que a oposição dividia a categoria e ajudava a fortalecer o governo – governo do qual o PCdoB fazia parte e ao qual Lucimá Góes de Sousa rendia apoio. A oposição enfaticamente mostrou, pelos boletins informativos e pelas atividades de toda ordem, a realidade da administração desse grupo frente à diretoria do sindicato no período de mandato provisório, mas não logrou êxito.

Além da posse do sindicato, no boletim de 17 de maio de 1999, o MOSEP destacava o fato de que Lucimá Góes e o PCdoB/CSC gozava da aproximação política com o governo do estado. No boletim também afirmava o MOSEP que esse ataque com mentiras e baixarias era uma tentativa de desviar a atenção da categoria sobre a forma suspeita como Lucimá Góes e o grupo do PCdoB administraram o sindicato no período de um ano de funcionamento da segunda junta governativa provisória. Ainda questionava o MOSEP sobre a prestação de contas feita por Lucimá Góes de Sousa, que não refletia transparência. Por isso, afirmava que Lucimá Góes de Sousa, com sua prática pelega e comprometida com os donos do poder, não esclarecera os seus gastos (MOSEP, 1999b, p. 02).

O MOSEP, no mesmo documento convocava a categoria para participar do Seminário sobre o Plano de Carreira e Previdência, no dia 21 de maio, com o palestrante, professor Milton Canuto, diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Educação (CNTE) e do Sindicato dos Trabalhadores na Educação Pública de Alagoas (SINTEAL). Este evento, como tantos outros, mostra a prática política do MOSEP e sua disposição para dialogar,

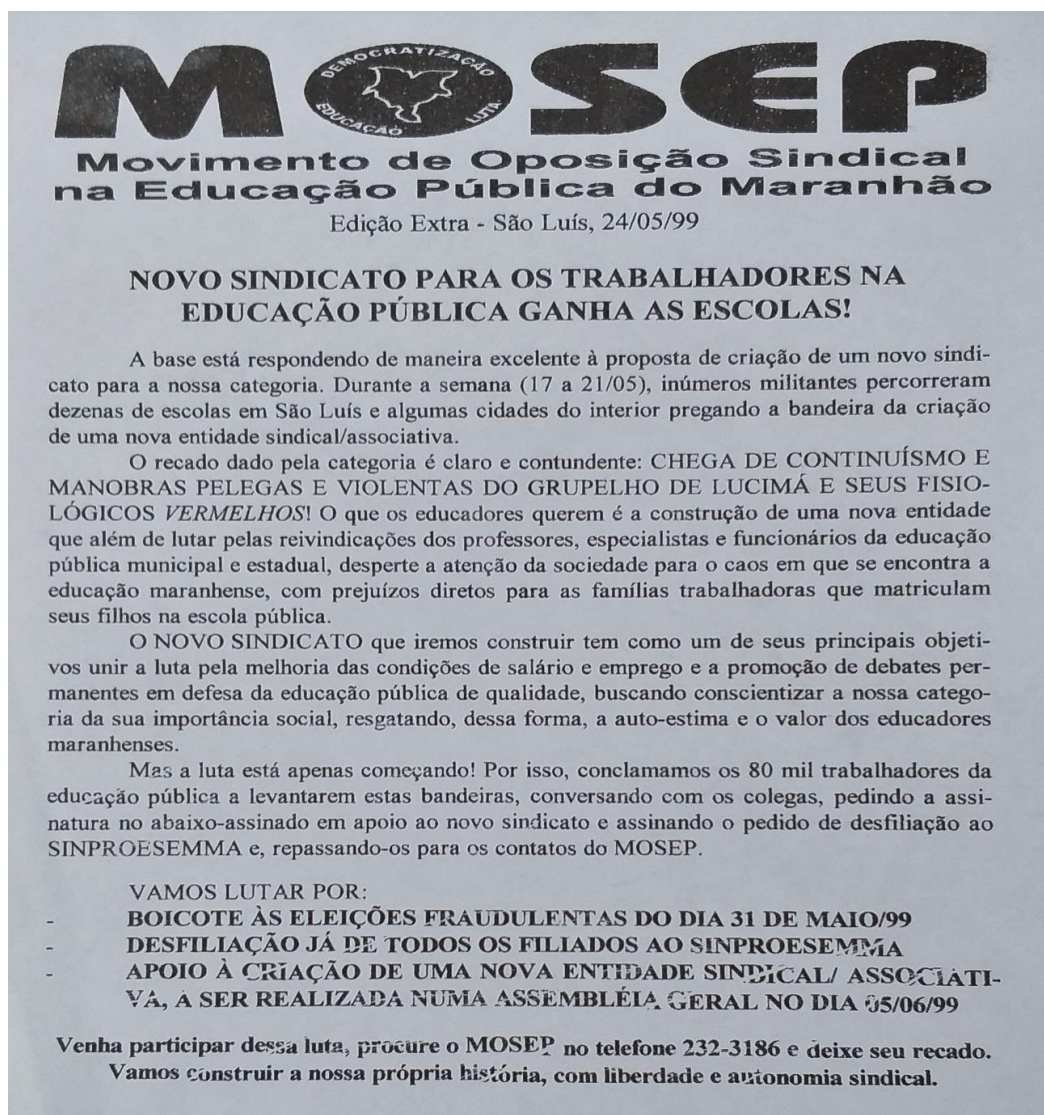
informar e despertar a consciência política dos trabalhadores da educação, instrumentalizando-os com o conhecimento como tática de luta.

Diante dessa perspectiva e de toda conjuntura política, inclusive no SINPROESEMMA, na edição extra do boletim informativo do MOSEP de 24 de maio de 1999, divulgava que os militantes do MOSEP percorreram dezenas de escolas em São Luís e algumas cidades do interior, pregando a bandeira da criação de uma nova entidade sindical/associativa, além de convocar ao boicote às eleições fraudulentas do dia 31 de maio, apoio à criação de uma nova entidade sindical, dentre outros pontos (MOSEP, 1999c).

A chapa do MOSEP declinou do processo eleitoral deflagrado em janeiro de 1998, ratificando esse posicionamento em 31 de maio de 1999. Essa postura política levou o movimento a dificuldades, principalmente, de ordem financeira, o que impôs ao MOSEP a necessidade de buscar novas alternativas políticas a fim de superar as adversidades impostas à continuidade de sua atuação e prática política.

Desta forma, pregava a palavra de ordem, em mais um boletim informativo, em edição extra de 24 de maio de 1999 (FIGURA 28), a uma categoria de aproximadamente 80 mil trabalhadores da educação e cerca de 9 mil filiados:

FIGURA 28 – Boletim do MOSEP de 24 de maio de 1999



Fonte: Fotografia tirada pelo Autor em 27 de janeiro de 2019.

O MOSEP aponta no Boletim Extra (FIGURA 28) para a criação de uma nova entidade, e evidenciava a campanha de desfiliação, utilizada como tática de enfrentamento. Desta forma, fica a princípio evidente que o MOSEP opta pela linha política de fazer a disputa pelo SINPROESEMMA, por outro viés político no campo da disputada da base do sindicato, por meio da criação de uma nova entidade representativa, mas a ideia, em sua essência, era de se organizar financeira e materialmente com vistas à continuidade da disputa sindical em uma correlação de forças com maiores condições de se estabelecer o equilíbrio político e econômico. Portanto, criar o SIMTEP/UPON-AÇU/MOSEP caracterizaria outra via, resultado de uma nova estratégia de atuação da oposição sindical na educação.

Há que se considerar que, embora não fosse essa a primeira estratégia política de disputa do sindicato, desde a fundação em 31 de maio de 1997, a oposição sindical na

educação, compreendia que, além da atuação legítima, era necessário um instrumento jurídico-legal para continuar a luta pelo SINPROESEMMA. Tendo em vista que essa entidade detinha a prerrogativa legal de sentar à mesa com o governo, enquanto o MOSEP detinha uma condição importante, mas não suficiente, que era a legitimidade junto à base. Fundar uma nova entidade, na perspectiva do MOSEP, possibilitaria adquirir o reconhecimento legal, para além de sua legitimidade na base e potencializar a luta.

Portanto, do ponto de vista político, também tinha a compreensão, consciente, de que o SIMTEP/UPAON-AÇU, para se constituir como um instrumento de luta da categoria, precisava tencionar cada vez mais, tendo em vista que somente essa tática política arregimentaria força suficiente para sentar à mesa de negociação com o governo, paralelamente, à atuação do SINPROESEMMA com maior poder político. Esse posicionamento fica explicitado no boletim de 17 de maio de 1999 (MOSEP, 1999b, p. 01), quando afirmava que a categoria não suportava mais a sede pelo poder e as práticas autoritárias, que tinham como consequência o afastamento da base do sindicato, por isso buscava a fundação de uma nova entidade sindical dos trabalhadores em educação pública do Maranhão.

O documento enviado ao presidente da CNTE, no dia 13 de junho de 1999, demonstrava que, desde o surgimento em 31 de maio de 1997, em dois anos de existência, o MOSEP encaminhou inúmeras lutas da categoria e continuava exercendo pressão política sobre a situação de abandono da escola pública e de seus educadores (MOSEP, 1999i, p. 01). E afirmava que não era fácil fazer o embate político sob o sol, a chuva, mas a força de vontade e resistência era muito maior. Isso dá a dimensão do que considerava sua atuação política, embora tivesse, taticamente, abandonando a disputa direta do SINPROESEMMA e, investido em outra estratégia política orgânica também, que era a fundação de uma nova entidade sindical a partir do resultado do Encontro Estadual realizado em São Luís no dia 15 de maio de 1999 (MOSEP, 1999i, p. 02).

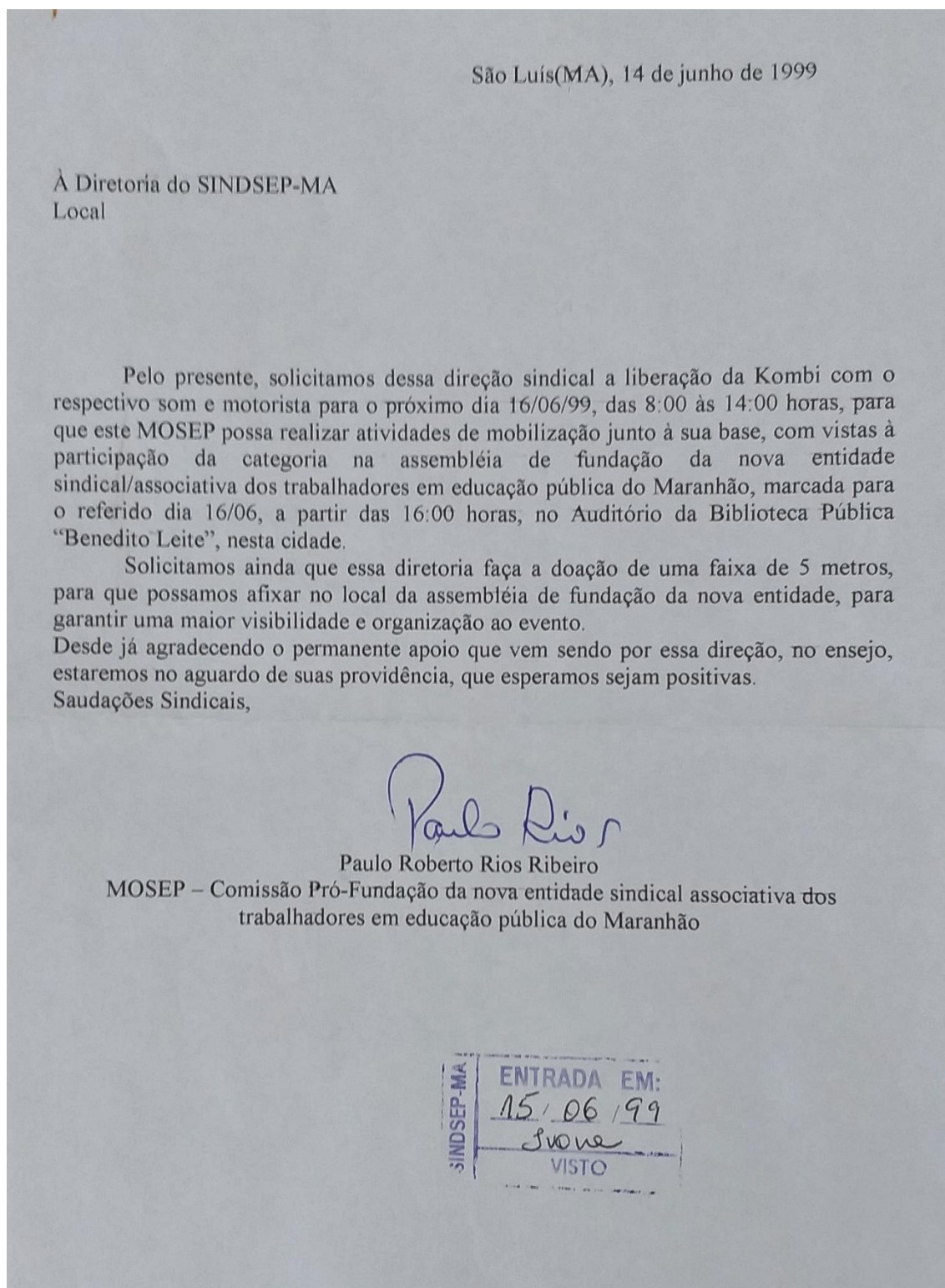
Nesse processo de atuação paralela, o documento enviado ao Presidente da CNTE de 13 de junho do ano de 1999, demonstrava que haveria uma Assembleia de Fundação do SIMTEP/UPAON-AÇU no dia 16 de junho de 1999, e afirmava ainda que a categoria tinha repudiado a farsa da pseudoeleição do dia 31 de maio, e sua revolta contra os golpes e assaltos da vitalícia presidente e seus comparsas se transformara em indignação e se materializava numa grande desfiliação do inútil SINPROESEMMA, e na aposta de uma nova entidade (MOSEP, 1999i, p. 02).

Dito isto, após todo o processo de ascensão de Lucimá Goes de Sousa e do PCdoB/CSC à direção do SINPROESEMMA, foi preciso o MOSEP atuar em diversas frentes. Diante dessa conjuntura, na concepção da professora Malila da Graça Abreu (25 jan. 2019, *em entrevista*), o MOSEP, ao escolher fazer a disputa política pelo sindicato, criando o SIMTEP-UPAON-AÇU, equivocara-se politicamente. Portanto, ao invés de ganho, colheu um enorme prejuízo político, o que também afirmou o professor Francisco Costa Filho (Chicão) (28 de fev. 2019, *em entrevista*). No tópico seguinte o objetivo é tratar da sua fundação.

6.3 A fundação do SIMTEP/ UPAON-AÇU/MOSEP: constituição de um instrumento de luta

Na avaliação do movimento de oposição, para enfrentar as práticas pelegas e violentas de Lucimá Góes de Sousa e os membros do PCdoB/CSC, então à frente da diretoria do sindicato, após a eleição do dia 31 de maio, era preciso criar um instrumento que permitisse construir a luta de maneira que possibilitasse mais equilíbrio na correlação de forças constituídas na disputa política pela direção do sindicato.

O MOSEP, nessa conjuntura política, buscava o apoio de entidades parceiras, a exemplo do SINDSEP-MA e da APRUMA, estratégia essa demonstrada no documento enviado à diretoria do SINDSEP-MA de 14 de junho (FIGURA 29; MOSEP, 1999h) e também à diretoria da APRUMA, enviado no dia 24 de junho, comunicando a fundação do novo sindicato e solicitando o apoio financeiro (MOSEP, 1999f). Esse auxílio também foi necessário para a divulgação da fundação de uma nova entidade sindical, que, de acordo com o boletim divulgado na primeira quinzena de junho de 1999, teria como um de seus objetivos unir a categoria na luta por salário, emprego e educação de qualidade, além de debater, conscientizar a categoria contra as práticas políticas desenvolvidas pelo SINPROESEMMA e, obviamente, pelo governo de Roseana Sarney (PFL) (MOSEP, 1999d, p. 01; FIGURA 30).

FIGURA 29 – Carta do MOSEP à Diretoria do SINDSEP-MA em junho de 1999

Fonte: Fotografia tirada pelo Autor em 28 de janeiro de 2019.

Assim, o MOSEP, no documento enviado à diretoria da APRUMA no dia 24 de junho, comunicava que a assembleia da categoria para fundação do novo sindicato acontecera no dia 16 de junho do ano de 1999, ao auditório da Biblioteca Pública Benedito Leite, por volta das

18 horas. Na ocasião fora eleita a primeira direção do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Região Metropolitana dos municípios de Paço de Lumiar, Raposa, São José de Ribamar e São Luís (SIMTEP/UPAON-AÇU – MOSEP/CUT) e eleita a diretoria provisória visando a se efetivar como entidade sindical de primeiro grau, representativa dos interesses dos professores, especialistas e servidores administrativos da rede estadual e municipais de sua base territorial (MOSEP, 1999f, p. 01).

FIGURA 30 – Boletim do MOSEP de junho de 1999

MOSEP
 Movimento de Oposição Sindical na Educação Pública do Maranhão

ASSEMBLÉIA DE FUNDAÇÃO DO NOVO SINDICATO DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

DATA: 16/06/1999 (quarta-feira)
LOCAL: Biblioteca Pública (Praça Deodoro)
HORA: 16:00 h

Atenção companheiros(as), chegou a hora da verdade! O MOSEP convoca toda a categoria para a Assembléia Geral de Fundação do Novo Sindicato dos Trabalhadores(as) na Educação Pública, nesta próxima quarta-feira (16/06), no auditório da Biblioteca Pública Benedito Leite, na Praça Deodoro, a partir das 16:00 horas.

A categoria repudiou a farsa da pseudo “eleição” do último dia 31/05 e a sua revolta contra os golpes e assaltos da vitalícia presidente e de seus comparsas se transforma em indignação e se materializa numa grande desfiliação do inútil SINPROESEMMA e na aposta de construção de uma nova entidade sindical.

O NOVO SINDICATO terá como um de seus principais objetivos unir a categoria na luta por salário, emprego e educação de qualidade, com o respeito e a participação da base através de um amplo processo de filiação em todo o estado, com transparência, sem cobranças de impostos ilegais, buscando conscientizar a Categoria da sua importância social e política, conquistando grandes vitórias e exigindo o merecido respeito do governo estadual e de todos os governos municipais, fiscalizando com seriedade e competência, os recursos destinados à educação.

Fonte: Fotografia tirada pelo Autor em 04 de abril de 2019.

FIGURA 31 – Biblioteca Pública Benedito Leite em São Luís/MA



Fonte: Fotografia tirada pelo Autor dia 07 de janeiro de 2019.

Após a assembleia de fundação, o MOSEP, em boletim do dia 02 de agosto de 1999, publicava a informação sobre a criação do novo sindicato:

FIGURA 32 – Boletim do SIMTEP/UPAON-AÇU de agosto de 1999

BOLETIM DO SIMTEP/UPAON-AÇU

Informativo do Sindicato Metropolitano dos Trabalhadores em Educação Pública dos Municípios de Paço do Lumiar, Raposa, São José de Ribamar e São Luís – Ano 1 Nº 1 02/08/99

DA LUTA DO MOSEP NASCEU O SIMTEP/UPAON-AÇU!!

O MOSEP, em sintonia com os anseios da categoria, iniciou o debate sobre a criação de um novo sindicato, que viesse ao mundo com liberdade, independência e compromisso de luta na defesa permanente dos interesses de toda a nossa categoria.

A vontade coletiva por um novo sindicato, sentida no interior das escolas e órgãos da educação, foi concretizada no dia 16/06/99 com a criação do SINDICATO METROPOLITANO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS DE PAÇO DO LUMIAR, RAPOSA, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR e SÃO LUÍS – SIMTEP/UPAON-AÇU.

O novo sindicato representa todos os trabalhadores da educação pública, quer sejam efetivos, contratados, bolsistas, aposentados ou desempregados. O sindicato abraçará a causa de todos, não importando sua condição. Esta concepção representa a busca da unidade mais ampla dos trabalhadores no enfrentamento direto com o governo Roseana Sarney e todos os prefeitos municipais que desrespeitam os direitos da categoria.

O SIMTEP/UPAON-AÇU tem uma estrutura democrática, como o Congresso Metropolitano, o Conselho de Representantes por Local de Trabalho e tem uma direção colegiada, isto é, não há um presidente, mas coordenadores que têm por igual o mesmo poder de decisão, superando assim a estrutura atrasada e centralizadora do presidente personalista.

Na direção do SIMTEP/UPAON-AÇU estão presentes professores e servidores de Paço do Lumiar, Raposa, São José de Ribamar e São Luís para que todas as reivindicações e interesses da categoria nos quatro municípios possam ser avaliados e encaminhados com a mesma importância, com democracia e transparência.

Companheiros(as), agora é pra valer! Procure o representante de sua escola/órgão e se filie ao SIMTEP/UPAON-AÇU para que o sindicato possa viabilizar a implementação das lutas de interesse da categoria.

+++++

SIMTEP/UPAON-AÇU PARTICIPARÁ DA MARCHA NACIONAL PELA EDUCAÇÃO

No próximo dia 06/10/99, Brasília viverá um grande momento com a chegada de cerca de 500 ônibus lotados de trabalhadores da educação, inclusive do SIMTEP/UPAON-AÇU que se deslocarão de todo o país para a capital exigindo do governo FHC o respeito para com a educação pública e com os seus trabalhadores.

A Marcha também tem o objetivo de pressionar o Congresso a aprovar a proposta do Plano Nacional de Educação – PNE elaborado pela sociedade civil no II CONED.

CONVOCAÇÃO

ASSEMBLÉIA GERAL
DIA: 18/08/99
HORA: 16 HORAS
LOCAL: CEFET

O momento que vivemos exige de cada um de nós uma tomada de posição!

Nossos direitos estão sendo destruídos pelo governo FHC e por Roseana Sarney e não podemos continuar desmobilizados e acomodados com tudo isso!!

Neste mês de julho/99, os colegas aposentados receberam um salário menor em função do desconto da previdência imposto por Roseana.

A promoção, até hoje não foi assinada, além de inúmeras outras mazelas que vêm nos atingindo, tanto na rede estadual como nas redes municipais de São Luís, Raposa e Ribamar.

O SIMTEP/UPAON-AÇU CONVOCA uma ASSEMBLÉIA GERAL para este dia 18/08/99 (Quarta-feira) às 16:00 h, no CEFET, para deliberar sobre a seguinte pauta:

- 1) FUNDEF/Planos de Carreira
- 2) PROMOÇÃO/PROGRESSÃO
- 3) CONCURSO PÚBLICO
- 4) PROEB II da UFMA
- 5) PROCAD da UEMA
- 6) DESCONTO APOSENTADOS
- 7) BEM FÁCIL?

Fonte: Fotografia tirada pelo Autor em 04 de abril de 2019.

A referência feita no boletim edição extra do dia 24 de maio de 1999, mais uma vez, reafirma categoricamente a posição política adotada como estratégia de atuação da oposição: os componentes do movimento sabiam que se participassem da eleição viciada e fraudulenta do dia 31 de maio para a diretoria do SINPROESEMMA, com Lucimá Góes de Sousa e o PCdoB/CSC, estariam atestando e legitimando esse grupo e todo o processo. Por isso, o

MOSEP optou estrategicamente pela criação de uma nova entidade e, taticamente, passou a atuar em mais uma frente de denúncia, de esclarecimento, via seus instrumentos de atuação política (MOSEP, 1999c, p. 01).

O MOSEP nasceu do viés oposicionista, à esquerda, com as pautas de reivindicações defendidas ao longo dos dois anos de existência do movimento de professores: a implantação do FUNDEF (piso do MEC), defesa da democracia, transparência e respeito às bases do SINPROESEMMA, participação na executiva estadual da CUT, regularização dos salários dos trabalhadores em regime de contrato temporário, de acordo com a Lei Estadual 6.915/1997 (MARANHÃO, 1997)², reivindicação de realização de concurso público para a educação, eleição para diretores dos estabelecimentos de ensino, respeito ao Estatuto do Magistério, descongelamento da tabela salarial com respeito ao interstício de 5% entre os níveis funcionais, luta por uma escola pública de qualidade e democrática.

O SIMTEP/UPAON-AÇU, nessa mesma sequência de reivindicação e luta, reúne-se no dia 13 de setembro de 1999 com o Gerente de Desenvolvimento Humano, Danilo Furtado para discutir a pauta de reivindicação da categoria. Afirmava, no boletim de nº 02, que a reunião fora um desdobramento das manifestações realizadas em frente ao Palácio do Governo, e também das realizadas no dia 08 de setembro, durante a inauguração da Avenida Ferreira Gullar, na Litorânea II, quando os componentes do SIMTEP/UPAON-AÇU entregaram à governadora a pauta de reivindicação, cobrando uma reunião para a discussão da pauta (SIMTEP, 1999a, p. 01).

O boletim informativo (SIMTEP, 1999a, p. 02) trazia uma matéria do periódico local, O Imparcial, repercutindo a entrega da pauta à governadora Roseana Sarney e a exibição de uma faixa que reivindicava promoção, progressão, e titulação para cerca de 5.000 professores que possuíam graduação e esperavam assinatura, conforme o Estatuto do Magistério (Lei 6.110/1994), para terem seus salários corrigidos em função da aquisição do novo título.

Assim, o novo sindicato nascia com a perspectiva política de empreendimento da luta, reivindicando e defendendo os interesses da categoria. O boletim (SIMTEP, 1999a, p. 02) traz a pauta de reivindicação, entregue pessoalmente à governadora:

² É perceptível a situação de extrema vulnerabilidade e precarização laboral em que os professores se encontravam com o processo de contratação temporária, configurado no inciso VI da Lei 6.915/1997, que especifica: “admissão de professores para o ensino fundamental, ensino especial, ensino médio e instrumentos para oficinas pedagógicas e profissionalizantes, desde que não existam candidatos aprovados em concurso público e devidamente habilitados”. E o SIMTEP/UPAON-AÇU/MOSEP, já travava tanto a luta pela nomeação dos concursados, assim como, por novo concurso para atender à demanda do sistema estadual de educação.

- 1) ASSINATURA DAS PROMOÇÕES/TITULAÇÕES/PROGRESSÕES;
- 2) DESCONGELAMENTO DA TABELA DO MAGISTÉRIO;
- 3) PROCAD/UEMA COM CHAMADA DE TODOS OS APROVADOS NO VESTIBULAR;
- 4) PROEB II/UFMA PAGO PELOS GOVERNOS E GRATUITO PARA OS PROFESSORES;
- 5) PLANO DE CARREIRA PARA O MAGISTÉRIO ESTADUAL;
- 6) MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO;
- 7) FUNCIONAMENTO IMEDIATO DO CONSELHO DO FUNDEF, COM A PARTICIPAÇÃO DE REPRESENTANTE DO SIMTEP/UPAON-AÇU;
- 8) CONCURSO PÚBLICO JÁ;
- 9) PAGAMENTO DAS FÉRIAS ATRASADAS;
- 10) ANISTIA PARA OS SERVIDORES QUE UTILIZARAM O CRÉDITO BEM FÁCIL;
- 11) HOSPITAL DO IPEM PARA OS SERVIDORES ESTADUAIS, SEM DISCRIMINAÇÃO;
- 12) PAGAMENTO PARA PROFESSORES QUE ESTÃO DOBRANDO A CARGA-HORÁRIA;
- 13) PELA IMEDIATA IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE CAPACITAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DOS SERVIDORES ADMINISTRATIVOS DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO;
- 14) PAGAMENTO EM DIA DOS CONTRATADOS, NO PERÍODO DE MARÇO/99 A FEVEREIRO/2000, DE ACORDO COM OS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS PREVISTOS NA CLÁUSULA SEXTA DO CONTRATO;
- 15) FIM DA PROIBIÇÃO DO PROFESSORES CONTRATADOS QUE POSSUEM VÍCULO COM O ESTADO, DE CONTINUAREM A MINISTRAR SUAS AULAS.

Essa organização do SIMTEP/UPAON-AÇU advém da própria organização e consciência política do MOSEP, que se reflete em uma postura crítica e democrática de suas lideranças e em suas ações políticas no enfrentamento com o governo e com a própria diretoria do SINPROESEMMA. Por isso fora importante a categoria constituir outro instrumento de luta, caracterizando a perspectiva de rompimento com a unicidade sindical do ponto de vista político, embora a legislação proibisse outro sindicato na mesma base territorial. Mas o novo, para se constituir, precisaria romper com as normas e com os paradigmas, como defendia a militância do SIMTEP/UPAON-AÇU, que surgiu democrático, inclusive na sua estrutura administrativa colegiada e na forma de disputar a base do SINPROESEMMA e atuar junto ao governo.

Dessa forma, o SIMTEP/UPAON-AÇU foi se constituindo em um espaço de luta e resistência no campo da oposição sindical, organizando e promovendo a luta nas diversas direções, como ficou explicitado na sua pauta de reivindicação no boletim informativo de nº 2 (SIMTEP, 1999a, p. 02). Desde sua fundação em 16 de junho de 1999, passando pelo ano de 2000, liderava a luta. Assim, acumulou força nesse período, o que reverberou na organização

de uma greve com duração de 50 dias e manteve acampamento em frente ao Palácio do Governo durante 37 dias, conforme matéria do Jornal Pequeno de 20 de junho de 2000 (ROSEANA..., 2000, p. 02).

Foram essas as principais atividades desenvolvidas no primeiro semestre de 1999 pelo MOSEP e a partir de 16 de junho pelo SIMTEP-UPAON-AÇU, em meio ao contexto de disputa entre a oposição e o grupo Lucimá Goes de Sousa/PCdoB/CSC, que, de acordo com o MOSEP, continuava mantendo o sindicato com práticas autoritárias, o que teve como consequência o afastamento de 9 mil de seus filiados, num universo de um total de 80 mil trabalhadores da educação básica (MOSEP, 1999b, p. 01).

A seguir, destacam-se algumas dessas lutas demonstrativas do nível a que chegara a organização da oposição sindical frente a política educacional do governo de Roseana Sarney e às práticas políticas e sindicais de Lucimá Góes/PCdoB.

6.4 Do surgimento de uma organização político-partidária no sindicato: a atuação da oposição sindical no novo espectro político

Inicia-se este tópico com o seguinte questionamento: até que ponto a eleição de Lucimá Goes de Sousa e do grupo do PCdoB representou a derrota da oposição? Essa é uma questão fundamental que leva à reflexão de como se deu todo o processo de disputa entre o MOSEP, Lucimá Goes de Sousa e o PCdoB/CSC, e as consequências desse embate político.

O embate político entre essas três forças tem continuidade com a eleição do dia 31 de maio de 1999, em que houve uma única chapa concorrente, dado ao boicote que o MOSEP fez por ter a certeza de que o processo eleitoral estava viciado e comprometido. A chapa de Lucimá Góes/PCdoB/CSC, no período de um ano (a partir de 13 de junho de 1998), administrou o sindicato sob um mandato provisório, conquistado a partir de uma manobra, que permitiu o acesso às finanças e à estrutura total do sindicato, facilitando ainda mais o contato com os municípios e os núcleos do SINPROESEMA, as negociações com o governo de Roseana Sarney e, obviamente, as condições financeiras e materiais para concorrer na eleição ao triênio 1999-2002.

O mandato provisório causou um enorme desequilíbrio na disputa política entre a oposição e a diretoria do sindicato, pois todas as regras básicas de um processo político democrático foram desrespeitadas, como afirmava o MOSEP em documento encaminhado ao presidente da CUT – Raimundo Monteiro dos Santos em 17 de maio de 1999. O conteúdo desse comunicado se referia ao dia 13 de junho de 1998 que levou à chapa Guarnicê pra

Educar ao comando do sindicato em um mandato provisório de um ano e, em seguida, à vitória nas eleições de 31 de maio de 1999 (MOSEP, 1999j).

O MOSEP, no boletim informativo de maio de 1999, intitulado *Abaixo ao golpe e a ditadura no SINPROESEMMA!*, denunciou que:

[...] As pessoas que participaram dessa “assembleia” vieram de ônibus que foram solicitados pelo sindicato a alguns gerentes regionais do governo estadual, na tentativa de que estes mandassem delegações para respaldar as práticas nada recomendáveis da presidente vitalícia.

Além de pedir ônibus para o governo, o sindicato quer que os trabalhadores votem na sede das gerências regionais, numa demonstração vergonhosa do seu atrelamento e submissão ao governo de Roseana Sarney [...] (MOSEP, 1999b, p. 01).

Durante esse primeiro ano de mandato, Lucimá Góes/PCdoB, mudou o Estatuto e indicou a Comissão eleitoral. Portanto, mesmo o MOSEP denunciando a manobra na assembleia do dia 31 de maio de 1999, Lucimá Góes de Sousa conhecia todas as táticas e todos os atalhos que poderia utilizar para manipular a categoria, o pleito eleitoral e reconquistar o poder, e assim o fez (MOSEP, 1999j, p. 01).

A pauta de reivindicação, conforme o boletim informativo de nº 4 da chapa Guarnicê pra Educar (*D'Classe*), em sua gestão no SINPROESEMMA, de março de 1999, era idêntica à do MOSEP:

Foram apresentados ao governo sete reivindicações como base para início de negociações.

- 1- Preenchimento de vagas restantes do concurso de 1994 e da necessidade de pessoal na educação estadual, respectivamente pela posse dos nomeados no concurso 1994, dos aprovados no último seletivo [...];
- 2- Reposição das perdas salariais dos educadores no triênio 1996/1007/1998 [...];
- 3- Provimento das progressões, promoções e titulações a quem tem direito [...];
- 4- Garantias de vagas suficientes no PROCAD [...];
- 5- Realização de um Seminário de Educação Pública Estadual [...];
- 6- Participação do SINPROESEMMA no conselho estadual gestor do FUNDEF e no Conselho Estadual de Educação;
- 7- Ampliação da Gestão Democrática das escolas com garantia de acesso de representantes do SINPROESEMMA às reuniões do Colegiado Escolar [...] (GUARNICÊ..., 1999a, p. 02).

No entanto, há uma significativa diferença de objetivos entre as chapas. Enquanto o MOSEP visava à conquista do SINPROESEMMA para defender e lutar pelos interesses e direitos da categoria, a chapa de Lucimá Góes de Sousa (Guarnicê pra Educar) e seus aliados

políticos do PCdoB/CSC visavam, única e exclusivamente, à tomada do poder, numa perspectiva político-partidária.

Desta forma, após um ano de mandato provisório, chegava o SINPROESEMMA a uma “nova fase” – Lucimá Góes de Sousa/PCdoB, a partir dessa data, passaram a administrar o sindicato.

O boletim informativo nº 6 de junho de 1999 da chapa Guarnicê trazia a manchete *Comparecendo às urnas aos milhares, os associados, dizem vamos à luta*. O destaque era dado ao número de associados que compareceram às urnas, quatro mil, que em todo o estado votaram para a renovação da diretoria do SINPROESEMMA, do seu Conselho fiscal e de representantes junto à Federação sindical, no dia 31 de maio. Todo o processo eleitoral, da coleta à apuração, foi coordenado por uma comissão eleitoral, formada pela professora Vera Almeida (presidente da comissão), Valdir Castro (secretário e presidente do Sindicato dos Metalúrgicos), Cláudio Bezerra (mesário, diretor da CUT/MA e SINDESEP), garantindo transparência e ampla participação dos trabalhadores da rede de educação pública do Maranhão (GUARNICÊ..., 1999b, p. 01).

O boletim ainda afirmava que: “[...] o comparecimento foi bom, considerando-se alguns fatores: não houve disputa entre chapas [...]; e o desgaste que o sindicato sofreu pela imobilista e desastrada gestão de Márcia Helena e pelas disputas do controle do Sindicato” (GUARNICÊ..., 1999b, p. 01).

Referia-se ao MOSEP de forma codificada, isto é, algumas forças que lutaram para inviabilizar, contudo, não afirmava claramente por qual motivo essas forças tentaram barrar o processo eleitoral nada democrático.

A chapa Guarnicê pra Educar denominava “essas forças” como autoritárias, porque sabia onde, estrategicamente, o grupo do PCdoB queria chegar. Afirmava que uma dessas forças, sem se referir ao MOSEP, era a autointitulada oposição sindical, pelo fato de que o MOSEP se recusara a participar do pleito viciado. Comprovação de que a eleição do dia 31 fora um processo antidemocrático foi a presença de Valdir Castro, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos (comandado pelo PCdoB) na comissão eleitoral, montada pela chapa Guarnicê pra Educar (GUARNICÊ..., 1999b, p. 02).

As principais figuras que compunham a chapa Guarnicê eram: Odair José Neves Santos (Vice-Presidente), Márcio José Gonçalves (Secretário Geral), Janice da Silva Nery (2º Secretário), Júlio César Rego Guterres (1º Tesoureiro), Cristiano Leonardo Capovilla (representante junto à confederação), todos esses, filiados ao PCdoB, inclusive, Júlio César

Rego Guterres, que tinha uma larga vivência no Sindicato dos Metalúrgicos, dominado pelo referido partido (GUARNICÊ..., 1999b, p. 02).

Lucimá Góes de Sousa não sabia ou não dimensionava o que estava sendo preparado pelo grupo do PCdoB com essa composição de chapa, naquele instante, taticamente, os membros do PCdoB eram seus aliados políticos.

Vale ressaltar que, como tática, Lucimá Góes de Sousa e o grupo político aliado, PCdoB/CSC, defendiam a mesma pauta de reivindicação da oposição sindical. O boletim informativo nº 8 da chapa Guarnicê para Educar (*D'Classe*), de agosto de 1999, trazia os pontos de pauta: garantir a posse dos concursados de 1994, reclassificação decorrente da promoção, progressão e titulação, desconto previdenciário dos inativos, reajuste salarial que devia acompanhar a reposição salarial do salário mínimo. Além de afirmar que o SINPROESEMMA estava alavancando a luta em defesa de melhores condições de trabalho e salários. Um dos pontos mais nevrálgicos era a situação dos contratos temporários e dos professores na condição de dobra de carga horária, que significava outro sistema de contrato (GUARNICÊ..., 1999c, p. 03).

Esse grupo, formado por Lucimá Góes de Sousa e o PCdoB/CSC, falava em democracia, no entanto todos os passos dados negam o princípio democrático: desde janeiro de 1998. Assim, todo o intrincado de ações tomadas fazia parte de uma estratégia político-partidária, cujo único objetivo era se apossar do instrumento sindical – postura claramente alinhavada à perspectiva trotskista-leninista, de sindicato atrelado ao partido político, como “correia de transmissão”.

Diante de tal contexto político, restava à Oposição Sindical se organizar ainda mais, de forma muito mais orgânica, por isso a opção pela fundação do SIMTEP/UPAON-AÇU/MOSEP; por isso o acampamento de 37 dias em frente ao Palácio Henrique de La Rocque. Mas muitos fatos ainda estavam reservados, os quais fundamentam o que foi dito sobre o objetivo principal de o PCdoB se aliar a Lucimá Góes de Sousa: tomar o poder, como meio para alcançar o projeto político-partidário muito maior.

Conscientemente, o MOSEP apontava para esse sentido, no entanto a categoria não era capaz de perceber essa singularidade na disputa política, travada na base do SINPROESEMMA. Por isso, Lucimá Góes de Sousa e os seus aliados políticos do PCdoB, os trotskista-leninistas, acusavam a Oposição Sindical de fazer a divisão da categoria: era somente um jogo de palavras estratégica e ideologicamente elaborado, para a categoria não compreender que, dentro do movimento sindical, assim como em qualquer outro contexto

político, existem forças antagônicas, travando a disputa, por exemplo, pela hegemonia do instrumento sindical, na qual o MOSEP se coloca na posição de mudança da postura sindical.

O MOSEP e a diretoria do SINPROESEMMA travaram uma batalha política no primeiro semestre do ano de 2000. O MOSEP liderou a categoria durante 50 dias de mobilização e, em parte desse tempo, organizou um acampamento em frente ao Palácio do Governo Henrique de La Rocque, do dia 01 a 30 de junho de 2000, conforme matérias publicadas no Jornal Pequeno nos dias 02 e 29 de junho, indicando o início do acampamento no dia 01 e a previsão de término para o dia 30 de junho (PROFESSORES..., 2000, p. 05; ROSEANA..., 2000, p. 02).

No entanto, de acordo com o boletim informativo do SIMTEP/UPAON-AÇU/MOSEP, de 07 de julho de 2000, até neste dia o acampamento foi mantido, somando 37 dias de atividades:

[...] Roseana, tentando manipular a opinião pública, foi até o acampamento, convidou o SIMTEP/UPAON-AÇU para compor uma comissão para discutir sobre a educação estadual.

O que seria algo sério, se transformou numa manobra política, comprovada na reunião da comissão do 21/06. Os gerentes Luciano Moreira, Marx Barros e Danilo Furtado, com o apoio de Lucimá Góes/PCdoB tentaram restringir a participação do SIMTEP/UPAON-AÇU. Em várias reuniões, os membros do governo têm se recusado a assinar até mesmo lista de presença.

No dia 06/07 foi realizada mais uma reunião com os gerentes Olga Simão e Danilo Furtado. Numa demonstração de que não tem disposição sincera para o diálogo, o governo manteve a restrição à participação do SIMTEP/UPAON-AÇU ao impor apenas um representante na comissão. A proposta foi mais uma vez repudiada pela categoria. Queremos uma negociação de verdade, com paridade e formalização de todas as decisões que venham ser tomadas.

[...] O SIMTEP/UPAON-AÇU juntamente com a Federação dos Trabalhadores em Educação do Maranhão – FETEMA, retomará a mobilização na Ilha de São Luís e em todo o estado, na defesa de nossas reivindicações e de uma escola pública democrática de qualidade, com o apoio dos pais e dos alunos da rede estadual de ensino (SIMTEP, 2000b, p. 01).

É nesse contexto da política do governo estadual e sindical que o segundo semestre do ano de 2000 inicia com o SIMTEP/UPAON-AÇU/MOSEP convocando os trabalhadores para realizar ato público no Palácio do Governo no dia 31 de agosto, às 16 horas.

Os trabalhadores da educação pública da região metropolitana de São Luís, estão em luta para terem seus direitos respeitados (descongelamento da tabela do magistério³, PROCAD com chamamento de todos os aprovados no

³A reivindicação era de que fosse respeitado o interstício de 5% entre os níveis, protegido pelo Estatuto do Magistério – Lei 6.110/1994 (MARANHÃO, 1994).

vestibular e PROEB pago pelos governos e gratuito para os professores, planos de carreira, concurso público já, férias, pagamento em dia para os contratados e dobradinhas, anistia para as vítimas do BEM FÁCIL, Hospital/IPEM para os servidores)

A pauta de reivindicação será entregue à governadora e aos prefeitos da Ilha de Upaon-Açu, dando início à pressão política da categoria contra as políticas neoliberais de Roseana Sarney/PCdoB/FHC e seus aliados (J. Câmara, Amadeu e Laci).

[...] para que eles assinem as nossas promoções/progressões/titulações, temos que pressionar e neste sentido o SIMTEP/UPAON-AÇU CONVOCA OS PROFESSORES PARA PARTICIPAREM DO ATO PÚBLICO DE PRESSÃO DIA 31/08 (TERÇA-FEIRA) ÀS 16 HORAS, EM FRENTE AO PALÁCIO DO GOVERNO, NO CALHAU, TRAGA SEU PROTESTO, SUA BANDEIRA! (SIMTEP, 2000b, p. 01).

Esse processo de luta só mostra como era a atuação do MOSEP e quais foram os objetivos perseguidos. Mediante a essa nova conjuntura política, o SINPROESEMMA, administrado por Lucimá Góes de Sousa e seus aliados políticos do PCdoB, vai passar por mais uma situação de disputa política interna pelo poder e de hegemonia de um grupo político que rendia apoio à presidente. Todavia, essa disputa interna não seria com Márcia Helena Campos Nascimento ou o SIMTEP/UPAON-AÇU/MOSEP.

O PCdoB, ao colocar estrategicamente militantes do seu quadro, do seu diretório na estrutura administrativa do sindicato, como os já citados, sabia desde o início onde queria chegar, que objetivos queria alcançar. Por isso, os fatos foram se sucedendo, desde janeiro de 1998, ordenadamente planejados e orquestrados por este grupo político de características stalinistas. Não houve nenhuma ação desarticulada do planejamento estratégico, como se verá no subitem 6.5.

6.5 O SIMTEP/UPAON-AÇU/MOSEP e o acampamento de 37 dias na frente do Palácio Henrique de La Rocque

O SIMTEP/UPAON-AÇU/MOSEP acionou a Promotoria de Defesa do Patrimônio Público, em 04 de janeiro de 2000. Atuando no seu papel de liderança em mais uma jornada de luta, forjada desde o MOSEP, pautou mais uma correlação de força com o governo Roseana Sarney e a cúpula do SINPROESEMMA – Lucimá Góes/PCdoB. No processo de posicionamento e de pressão política, a reivindicação do cumprimento dos direitos dos trabalhadores contratados em regime temporário é encaminhada à secretaria de educação do estado do Maranhão, em 19 de janeiro de 2000, ação que configura a liderança da luta dos professores em regime de contrato temporário de trabalho, pelo pagamento dos salários em

atraso – desde novembro de 1999, quando os salários passaram a atrasar, inclusive o pagamento de férias e 13º salário. Outra frente de luta naquele momento foi a reivindicação de concurso público (SIMTEP, 2000g, p. 03).

No ano de 1999, o sistema de ensino estadual tinha cerca de 4.500 vagas disponíveis e o estado preenchia essas vagas através do regime de contrato temporário de trabalho por meio de seletivo realizado no início de cada ano letivo, o que, na perspectiva do SIMTEP/UPAON-AÇU/MOSEP, era uma forma de precarização do trabalho docente. Estavam sendo oferecidas 2.500 vagas para o regime de contrato temporário, no entanto o SIMTEP/UPAON-AÇU/MOSEP, no boletim de 16 de janeiro de 2000, intitulado *Trabalho Temporário ou Efetivo?*, chamava a atenção para o fato de que no ensino fundamental o governo se utilizava de outro regime de contratação de professor, a denominada dobra de carga-horária, isto é, quem tinha uma matrícula de 20h, poderia dobrar essa carga-horária em outro turno de trabalho (SIMTEP, 2000a, p. 01).

Em 18 de outubro de 1999, o SIMTEP/UPAON-AÇU/MOSEP, conforme comunicação dirigida aos centros acadêmicos da UEMA, UFMA, CEUMA, convocava para reunião no dia 20, às 18h, na sede da CUT-MA, à rua do Pespontão, 256, Centro, tendo como pauta a necessidade de uma jornada de lutas que objetivasse a conquista do concurso público para a rede estadual de ensino, com a perspectiva de atender às cinco mil vagas, tendo em vista que o governo do estado vinha trabalhando com esse mesmo quantitativo de professores em regime de contrato temporário (SIMTEP, 1999b, p. 01).

De acordo com documento do SIMTEP/UPAON-AÇU/MOSEP, enviado à Promotoria de Defesa do Patrimônio Público no dia 04 de janeiro de 2000, o ano inicia com reivindicação à referida promotoria sobre as questões dos professores do magistério estadual em regime de contrato temporário e/ou os de dobra de carga-horária, lembrando que à época existiam 2.500 vagas disponíveis para realização do seletivo para a capital e que ainda havia 2000 vagas ocupadas em regime de dobra de carga-horária pelo professor efetivo que tinha somente 20 horas (SIMTEP, 2000g, p. 02). O SIMTEP/UPAON-AÇU/MOSEP, de acordo com o boletim do dia 16 de janeiro de 2000, intitulado *Trabalho Temporário ou Efetivo? O que é melhor para o Professor e para a Educação Pública Maranhense?*, afirmava que acreditava no crescimento da luta, inclusive, dos contratados. Nessa ocasião, referia-se ao grupo de Lucimá Góes/ PCdoB/CSC da seguinte forma: “é preciso repudiar a prática oportunista dos pelegos e traidores da categoria e organizar, com independência e liberdade, uma grande marcha do magistério estadual rumo à conquista de suas reivindicações” (SIMTEP, 2000a, p. 01).

O SIMTEP/UPAON-AÇU/MOSEP no boletim do dia 16 de janeiro de 2000, convocava os professores em regime de contrato temporário de trabalho para participarem de uma reunião no dia 17 de janeiro de 2000, para tratar do pagamento de janeiro e fevereiro; férias; de possíveis atrasos em 2000, concurso público e a agenda da jornada de lutas (SIMTEP, 2000a, p. 01).

Tal organização acumulou força política para o SIMTEP/UPAON-AÇU/MOSEP, em conjunto com os alunos das três universidades citadas, recém-graduados, culminar em uma greve que se reverteu em uma luta dos professores e alunos da rede pública estadual do ensino por uma escola democrática e de qualidade, pelo concurso público e salários, conforme o que consta no documento do SIMTEP-UPAON-AÇU/MOSEP, encaminhado dia 03 de fevereiro de 2000 à Promotoria de Justiça do Patrimônio Público. No texto, reiterava-se ainda que, desde dezembro de 1999, o SINTEP UPAON-AÇU vinha protocolando documentos a fim de instruir os procedimentos a serem tomados por aquela promotoria (SIMTEP, 2000h, p. 01).

O panfleto do SIMTEP/UPAON-AÇU/MOSEP, divulgado no final de maio de 2000, afirmava no título *A greve continua*, e como um dos desdobramentos das atividades de greve, o SIMTEP/UPAON-AÇU/MOSEP decidia organizar, de maneira pacífica, a instalação de um acampamento em frente ao Palácio Henrique de La Rocque, no dia 01 de junho de 2000, e, nesse mesmo dia, solicitava às entidades sindicais e personalidades públicas comprometidas com a luta social, apoio financeiro e político para manutenção do acampamento como forma de pressão política sobre o governo (SIMTEP, 2000i, p. 01).

A estratégia de realização do acampamento se deu após uma marcha de mais de quatro mil trabalhadores em educação do estado e de alunos resultado da aliança entre ambos, que saíram do centro da cidade, com concentração realizada em frente à Biblioteca Pública Benedito Leite (espaço tradicional de concentração dos movimentos sociais na cidade de São Luís, na Praça Deodoro), até chegar ao Palácio. Ao término da manifestação, foi tomada, de forma coletiva, a decisão de montar acampamento (FIGURA 35).

Assim, o panfleto do SIMTEP/UPAON-AÇU/MOSEP (FIGURA 34), de 12 de junho de 2000, relatava que:

[...] Na tentativa de sensibilizar a governadora Roseana Sarney, os professores instalaram desde 01 de junho de 2000, pacificamente, acampamento em frente ao Palácio Henrique de La Rocque para que a governadora reconheça a legitimidade do SIMTEP/UPAON-AÇU e promova a discussão da pauta que já foi protocolada na Comissão de Educação da Assembleia Legislativa no dia 02 de junho e entregue à representante do MEC no dia 04 de junho.

O que queremos é que Roseana Sarney saia da posição inflexível que adotou ao se recusar receber, democraticamente, os professores.

O acampamento continua como um alerta da situação de abandono da escola pública e dos seus educadores. Não é fácil ficar sob o sol, a chuva e as dificuldades de alimentação, sono e demais necessidades humanas, mas nossa força de vontade e resistência é maior.

Pedimos a solidariedade da população aos professores que estão acampados. Precisamos de alimentos e apoio e conclamamos a todos que peçam à governadora que receba o SIMTEP/UPAON-AÇU para discutir as reivindicações da categoria (SIMTEP, 2000j, p. 01).

Todavia, essa estratégia, até certo ponto, significou deixar Lucimá Góes de Sousa e o PCdoB/CSC tomarem conta do SINPROESEMMA. No entanto, as táticas utilizadas para continuar atuando, apontaram concretamente para a configuração de uma entidade representativa e combativa na defesa dos trabalhadores que representava, e foi, por isso, que o MOSEP manteve as diversas atividades como forma de atuação nessa nova conjuntura política.

Enquanto isso, Lucimá Góes/PCdoB/CSC atuavam com o instrumento sindical, e, nesse sentido, no dia 26 de maio de 1999, o SINPROESEMMA era recebido pela Governadora Roseana Sarney, que se recusava a receber o SIMTEP/UPAON-AÇU/MOSEP, para atender a pauta de reivindicação. Até aquele momento, com exceção do retorno dos contratados ao emprego, a pauta ainda não tinha sido atendida. Essa situação obrigava o SIMTEP/UPAON-AÇU a sustentar, por muito mais tempo, o acampamento, apesar de todas as dificuldades.

FIGURA 33 – Matéria publicada no Jornal Pequeno em 2 de junho de 2000

São Luís, sexta-feira, 2 de junho de 2000

JORNAL PEQUENO de Melloes Disque Assinatura 231-1737 5

Professores do Estado acamparam em frente ao Palácio do governo

Um grupo de professores do Estado acampou ontem na porta do Palácio La Rocque. Comandado pelo Simitop Upaon-Açu, o grupo diz que só sai de lá quando tiver uma audiência com a governadora Roseana Sarney, em que pretende colocar todas as suas questões. A medida drástica tomada pelos professores é em razão de ninguém do Governo, segundo eles, ter recebido o grupo, que há mais de dez dias vem fazendo manifestações em cima de uma pauta de 25 reivindicações.

Ontem, no início da tarde, os professores entraram em contato com alguns deputados estaduais, que disseram que não havia qualquer sinalização do Palácio no sentido de recebê-los. Hoje, os professores irão até a Assembleia onde serão recebidos por alguns membros da Comissão de Educação e também pelo presidente em exercício, deputado Edmar Cutrim.

A manifestação dos professores acabou por repercutir em algumas escolas da rede pública estadual. Em um ato denominado de arrastão, muitos colégios da rede pública, entre eles o Liceu, tiveram suas aulas paralisadas ontem pela manhã.

Danilo Furtado - Durante todo o dia de ontem, a equipe de reportagem do Jornal Pequeno tentou ouvir o Gerente de Desenvolvimento Humano, Danilo Furtado, para saber qual a posição do Governo diante da atitude dos professores, que vem refletindo junto a diversas escolas da rede pública.

Extra-oficialmente, alguns assessores do Palácio afirmaram que o Governo não tem, pelo menos a princípio, a intenção de conversar com este sindicato, que segundo eles, seria radical e teria uma postura de hostilização ao Governo. Essas mesmas pessoas dizem que o que tinha que ser resolvido foi resolvido com Lucimá Gois, presidente do Simprosema, um outro sindicato, que não atua conjuntamente com o Simitop.



Manifetantes acampam na porta do Palácio e querem audiência com governadora Roseana

Funcionários da Caema rejeitam contraproposta e fortalecem

Fonte: Foto tirada pelo Autor em 04 de fevereiro de 2019.

FIGURA 34 – Panfleto do SIMTEP/UPAON-AÇU de 12 de junho de 2000

SIMTEP/UPAON-AÇU **MOSEP/CUT**
 Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública da Ilha de São Luís 232-0714/9974-4711/9961-8900/974-3452

A GREVE CONTINUA! PROFESSORES DO ESTADO DECIDEM ACAMPAR EM FRENTE AO PALÁCIO DO GOVERNO, A PARTIR DO DIA 01/06/, EXIGINDO UMA AUDIÊNCIA COM A GOVERNADORA ROSEANA SARNEY PARA DISCUTIR A Pauta DE REIVINDICAÇÕES! PEDIMOS O APOIO DA SOCIEDADE À LUTA POR EMPREGO E SALÁRIO E ESCOLA PÚBLICA DE QUALIDADE E DEMOCRÁTICA!

A luta dos professores e alunos da rede pública estadual de ensino por uma escola pública de qualidade e democrática e por emprego e salários já dura 15 dias. No entanto, até esta data, a governadora Roseana Sarney e o vice, José Reinaldo, têm se recusado a receber o SIMTEP/UPAON-AÇU, mas receberam Lucimá Góes/PCdoB no dia 26/05/2000, armando um verdadeiro circo, tentando confundir a categoria e a opinião pública de que tinham chegado a um acordo e que os problemas dos professores estavam resolvidos.

Mas o governo jamais poderia ter anunciado um acordo com Lucimá Góes/PCdoB, pois eles não representam os professores da ilha de São Luís. A legítima representação da categoria na Ilha Rebelde é o SIMTEP/UPAON-AÇU que tem legalidade e força moral para mobilizar os professores e representá-los em qualquer instância, como tem feito desde maio/1997, quando ainda era o MOSEP (Movimento de Oposição Sindical na Educação).

Os professores rejeitaram as manobras feitas pelo governo em conluio com Lucimá Góes/PCdoB e decidiram CONTINUAR A GREVE e exigir da governadora a abertura de um canal de negociações e o atendimento das reivindicações da categoria.

Para sensibilizar a governadora Roseana Sarney, o SIMTEP/UPAON-AÇU organizará, de maneira pacífica, a instalação de um acampamento em frente ao Palácio La Rocque. Além disso, o SIMTEP/UPAON-AÇU buscou o apoio da Assembleia Legislativa, que realizará no dia 02/06, às 9:horas, uma audiência pública para discutir a situação da educação estadual.

Conclamamos os pais dos alunos para que participem junto com a gente desta luta em defesa de uma escola pública democrática e de qualidade, onde eles possam sentir orgulho de ver seus filhos estudando e tendo o direito de sonharem com uma vida melhor.

**READMISSÃO IMEDIATA DOS CONTRATADOS NA ESCOLA DE ORIGEM!
 REAJUSTE GERAL PARA OS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO!
 CONCURSO PÚBLICO PARA TODA A REDE ESTADUAL DE ENSINO!
 PROCAD/UEMA PÚBLICO E GRATUITO!
 NÃO À SUPERLOTAÇÃO DAS SALAS DE AULAS!
 ELEIÇÃO DIRETA PARA DIRETOR DE ESCOLA!
 MANUTENÇÃO DE TODOS OS ANEXOS DO ENSINO MÉDIO!
 CONSTRUÇÃO DE NOVAS ESCOLAS E REFORMA DAS ATUAIS!
 DIREITO DE PROMOÇÃO AOS PEDIDOS FEITOS DE 03/99 EM DIANTE!**

Fonte: Fotografia tirada pelo Autor em 04 de fevereiro de 2019.

Após quinze dias de acampamento, o SIMTEP/UPAON-AÇU/MOSEP reiterava a disposição de continuar exercendo o poder de pressão sobre o governo de Roseana Sarney e se mostrava firme no seu intento de dialogar com a governadora, apresentando uma pauta de

reivindicação, como mostra o panfleto (FIGURA 34), embora o movimento, no dia 16 de julho de 2000, tenha, via direção do SIMTEP/UPAON-AÇU/MOSEP, em conjunto com os professores e alunos da rede estadual de ensino, decidido suspender o acampamento. O SIMTEP/UPAON-AÇU fez a comunicação por meio de uma carta aberta à população da ilha de Upaon-açu, ressaltando a bravura, a capacidade de resistência e abnegação que todos tiveram, o que fora relatado textualmente, no informativo do dia 07 de julho de 2000, da seguinte forma:

FIGURA 35 – Carta do SIMTEP/UPAON-AÇU à população da Ilha

SIMTEP/UPAON-AÇU GESTÃO MOSEP/CUT
 Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública da Ilha de São Luís 232-0714/9974-4711/9961-8900/9974-3452

CARTA ABERTA À POPULAÇÃO DA ILHA DE UPAON-AÇU

Depois de 50 dias de mobilização e 37 dias acampados em frente ao Palácio do Governo, os professores e alunos da rede estadual decidiram suspender o acampamento que foi mantido até este dia com muita luta, resistência e abnegação. A suspensão do acampamento significa a necessidade da categoria em se preparar mais ainda para novas mobilizações a partir de agosto.

Relembrando estes 50 dias, São Luís presenciou a capacidade de luta dos professores e alunos, os quais, numa aliança política inédita, mobilizaram mais de 4 mil pessoas numa grande marcha da Praça Deodoro pela ponte Bandeira Tribuzzi, até o Palácio no dia 24/05, além de passeatas e atos de protesto pelas ruas da cidade contra a política neoliberal de Roseana Sarney.

No dia 26/05, após mais uma manifestação em frente ao Palácio, juntamente com os alunos da UEMA que estavam em greve, fomos vítimas da violenta repressão da Polícia Militar de Roseana Sarney, que se utilizou da cavalaria e da tropa de choque para agredir os manifestantes. Neste mesmo dia estava marcada uma reunião com o vice-governador José Reinaldo, que preferiu se recusar a receber os professores e mandar a Polícia agredi-los, em cena que lembram a repressão usada pela Ditadura Militar num passado recente em nosso país.

Neste período, discutimos a realidade das escolas estaduais com professores e pais de alunos. Chamamos a solidariedade de outras categorias e buscamos unificar a luta contra o governo. Foi nossa luta que garantiu a readmissão dos professores e o anúncio do concurso.

Roseana, tentando manipular a opinião pública, foi até o acampamento, convidou o SIMTEP/UPAON-AÇU para compor uma comissão para discutir sobre a educação estadual.

O que seria algo sério, se transformou numa manobra política, comprovada na reunião da comissão no dia 21/06. Os gerentes Luciano Moreira, Max Barros e Danilo Furtado, com o apoio de Lucimá Góes/PCdoB tentaram restringir a participação do SIMTEP/UPAON-AÇU. Em várias reuniões, os membros do governo têm se recusado a assinar até mesmo lista de presença.

No dia 06/07 foi realizada mais uma reunião com os gerentes Olga Simão e Danilo Furtado. Numa demonstração de que não tem disposição sincera para o diálogo, o governo manteve a restrição à participação do SIMTEP/UPAON-AÇU ao impor apenas um representante na comissão. A proposta foi mais uma vez repudiada pela categoria. Queremos uma negociação de verdade, com paridade e formalização de todas as decisões que venham a ser tomadas.

Roseana Sarney sabe que o prêmio de melhor governadora que lhe foi concedido pela Revista Istoé, representa apenas uma jogada de marketing eleitoral. O Maranhão tem os piores índices sociais do país e não quer mais saber de governantes que vivem na mídia manipulando a opinião pública e abandonando o povo, a exemplo de *Collor de Mello*, de triste memória para o povo brasileiro, como também do atual presidente FHC, aliado permanente da governadora, que também está destruindo o patrimônio do povo brasileiro e os direitos dos seus trabalhadores!

O SIMTEP/UPAON-AÇU juntamente com a Federação dos Trabalhadores em Educação do Maranhão – FETEMA, retomará a mobilização na Ilha de São Luís e em todo o estado, na defesa de nossas reivindicações e de uma escola pública democrática e de qualidade, com o apoio dos pais e dos alunos da rede estadual de ensino.

São Luís, 07 de julho de 2000

SIMTEP/UPAON-AÇU

Fonte: Fotografia tirada pelo Autor em 04 de fevereiro de 2019.

No dia 20 de junho, a governadora surpreendeu os militantes fazendo visita e dialogando na tentativa de resolver o impasse mantido pelo fato de o governo não ceder até então ao diálogo e o movimento paredista também se manter firme no seu propósito (FIGURA 36).

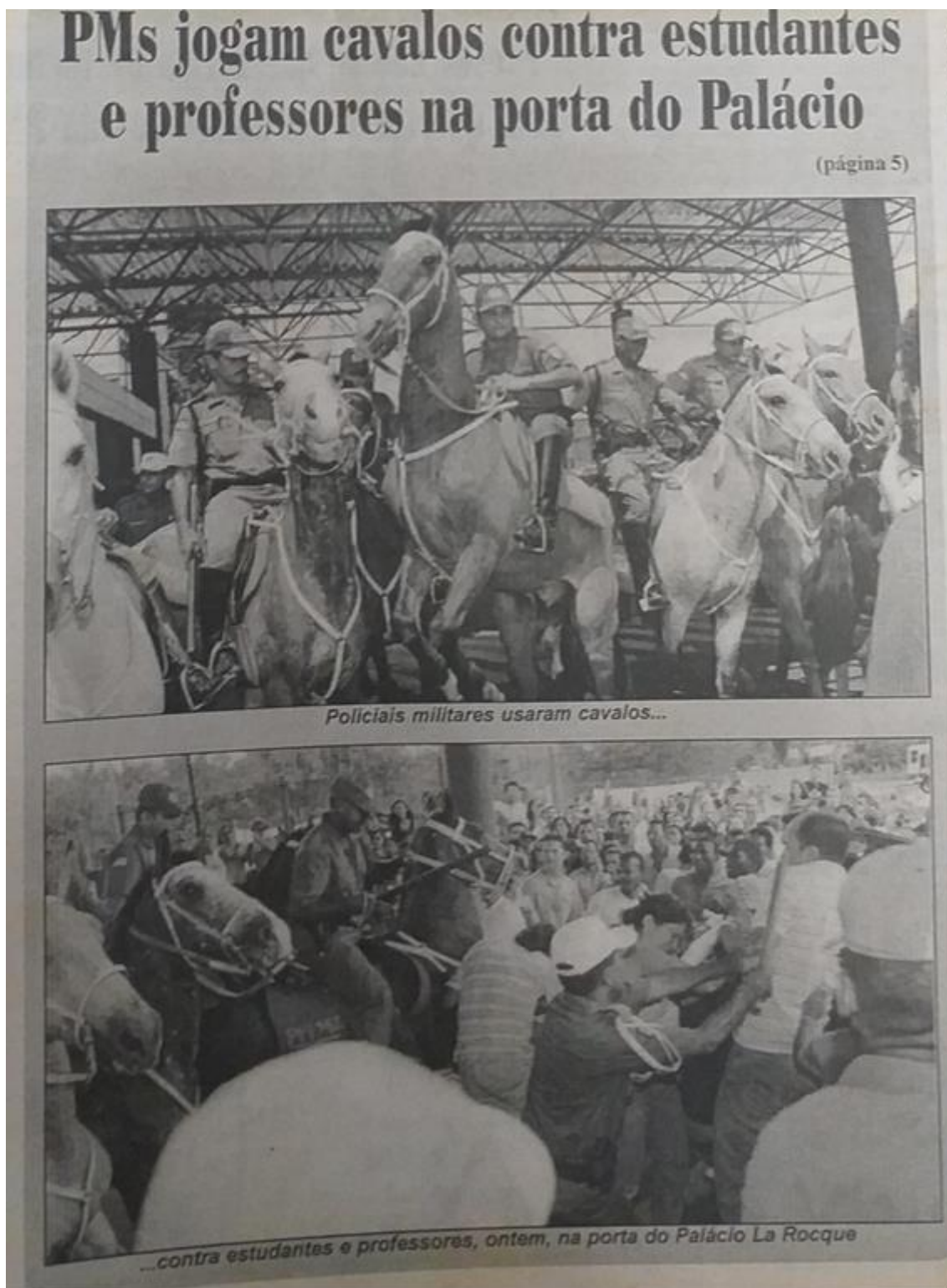
FIGURA 36 – Edição do Jornal Pequeno de 20 de junho de 2000



Fonte: Fotografia tirada pelo Autor em 04 de fevereiro de 2019.

Paralelamente às atividades e atuação do SINPROESEMMA, o SIMTEP/MOSEP continuou suas atividades. No ano de 2000, diversas ações de questionamentos sobre a política de educação básica do governo de Roseana Sarney foram desenvolvidas, o que comprova essa atuação são os diversos documentos em forma de panfletos produzidos.

FIGURA 37 – Matéria do Jornal Pequeno de 27 de maio de 2000



Fonte: Fotografia tirada pelo Autor em 04 de fevereiro de 2019.

FIGURA 38 – Panfleto do SIMTEP convocando Ato Público

SIMTEP/UPAON-AÇU MOSEP/CUT
 Sindicato dos Trabs. em Educação Pública da Ilha de São Luís 232-0714/974-4711

**PROFESSOR(A), ROSEANA/JACKSON VÃO
 ASSINAR, BASTA VOCÊ LUTAR!
 PARTICIPE DE MAIS UM ATO
 PÚBLICO DE PRESSÃO PELA
 ASSINATURA DAS
 PROMOÇÕES/PROGRESSÕES/TI
 TULAÇÕES E CONCURSO JÁ!
 DIA 27/10 (4ª FEIRA), ÀS 16 H, EM FRENTE AO
 PALÁCIO DO GOVERNO, NO CALHAU**

No dia 27/10, véspera do dia do funcionário público, o **SIMTEP/UPAON-AÇU** estará realizando mais um ato em defesa da educação pública de qualidade e dos direitos dos professores, especialistas e servidores da educação.

O ato será realizado em frente ao Palácio do Governo do Estado, no Calhau, às 16 horas e constará de atividades que chamem a atenção da opinião pública sobre a realidade dos educadores maranhenses e a necessidade de realização de novo concurso público.

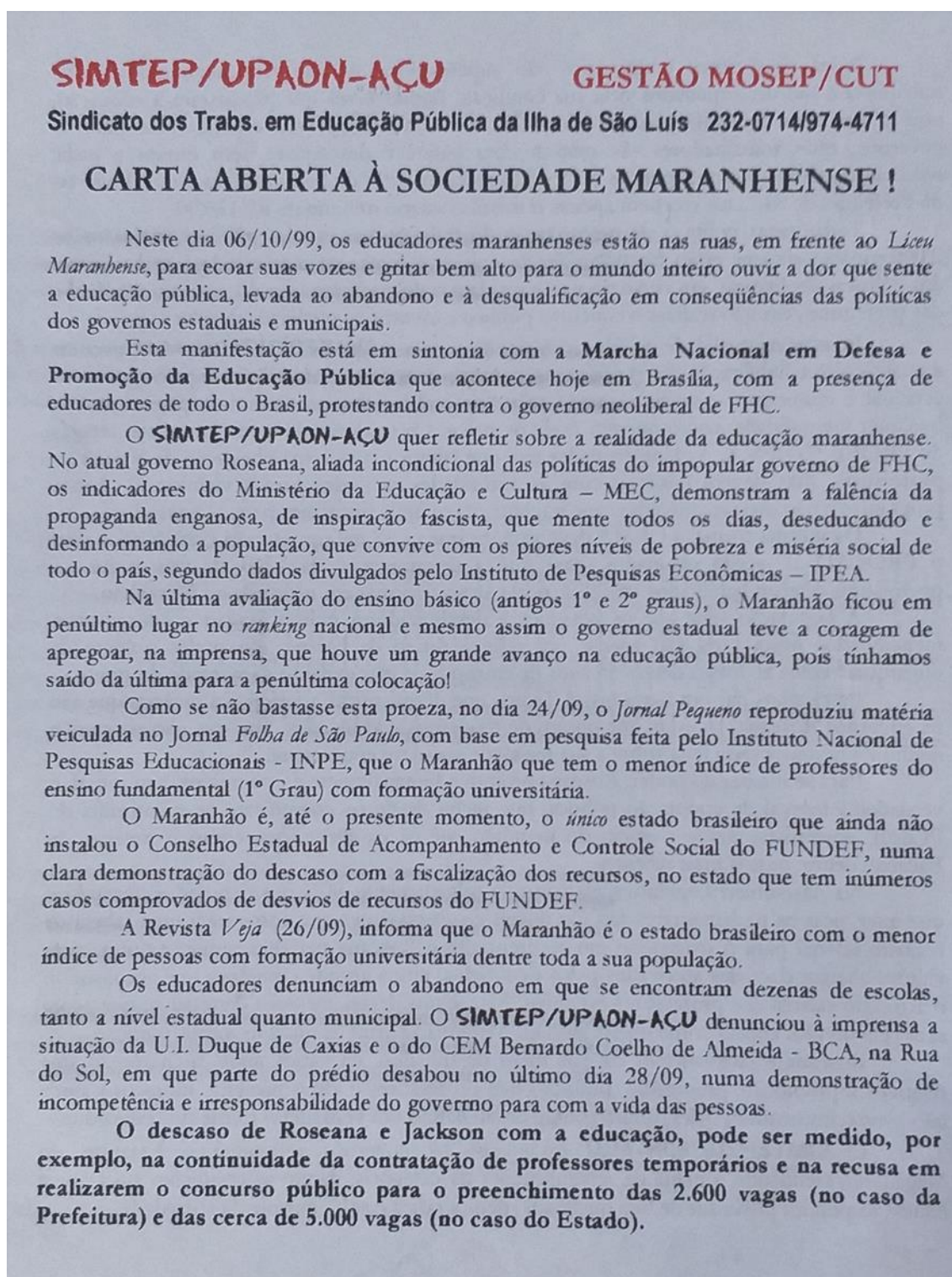
O **SIMTEP/UPAON-AÇU** objetiva sensibilizar a governadora Roseana Sarney que está com toda a documentação pronta para a concessão da promoção/progressão/titulação da categoria, dependendo apenas dela a assinatura e implantação imediata desses direitos.

O **SIMTEP/UPAON-AÇU** também exigirá da governadora o atendimento das reivindicações dos trabalhadores (descongelamento da tabela salarial, fim da discriminação no Hospital/IPEM, pagamento das férias atrasadas, reforma das escolas, profissionalização dos servidores administrativos da educação).

**EXIGIMOS O PROEB II/UFMA GRATUITO! NÃO AO ENSINO PAGO!
 QUEM DEVE PAGAR SÃO OS PREFEITOS E O GOVERNO ESTADUAL.
 CHEGA DE ENGANAÇÃO DOS PELEGOS E TRAIADORES DA CATEGORIA!
 EXIGIMOS A AMPLIAÇÃO DAS VAGAS E O CHAMAMENTO DE TODOS OS
 APROVADOS NO VESTIBULAR DO PROCAD II/UEMA!**

Fonte: Fotografia tirada pelo Autor em 04 de fevereiro de 2019.

FIGURA 39 – Carta aberta do SIMTEP à sociedade maranhense de 06 de outubro de 1999



Fonte: Fotografia tirada pelo Autor em 04 de fevereiro de 2019.

Em meio aos fatos que se desenrolavam no campo de luta e disputa sindical, naquela conjuntura, o espaço político ficou demarcado com a eleição da chapa Guarnicê pra Educar e

a fundação do SIMTEP/UPAON-AÇU/MOSEP e as consequentes pautas de reivindicações, refletindo também a disputa por legitimidade junto à base.

6.6 Lutas do SIMTEP/UPAON-AÇU/MOSEP

No segundo semestre do ano de 2000, o SIMTEP/UPAON-AÇU/MOSEP, em documento enviado à Promotoria dos Direitos da Cidadania no dia 13 de novembro de 2000, constando 33 itens, denunciava a cobrança de mensalidade da segunda etapa do PROCAD II, enquanto o programa, na sua primeira versão, era gratuito, subvencionado por verbas públicas do governo estadual e os professores que não residiam na capital obtinham uma ajuda de custo. As aulas aconteciam no período de férias (SIMTEP, 2000d, p. 01).

De acordo com o documento enviado à Promotoria dos Direitos da Cidadania no dia 13 de novembro de 2000, no item 9 – o processo que levou à implantação da versão I teve início no dia 19 de novembro de 1992, quando, por meio da resolução nº 100/92, o Conselho Universitário da UEMA deu forma e conteúdo ao processo ao aprovar a criação dos cursos de licenciatura no campus São Luís, antes mesmo de o elemento legal estabelecer tal perspectiva. Posteriormente, a abrangência do Programa foi ampliada para os campi de Bacabal, Caxias, Imperatriz e Balsas, com extensões de Presidente Dutra e Açailândia, sob o regime Parcelado/Intensivo, através da Resolução nº 102-CONSUN/UEMA, de 18 de dezembro de 1992 (SIMTEP, 2000d, p. 01).

No item 10, o MOSEP afirmava que a primeira versão do PROCAD se revelara importante iniciativa do Executivo, ao garantir, com recursos oriundos do orçamento estadual, da UEMA e do Ministério da Educação, a capacitação de três mil docentes das redes públicas estadual e municipal, nos anos de 1993 e 1994, no universo de 18 mil candidatos dos 217 municípios, inclusive, tendo sido garantido para aqueles alunos oriundos de cidades do interior e mesmo da Ilha de São Luís, a concessão de uma bolsa de estudos, no valor de um salário mínimo. No entanto, segundo assessor da UEMA, Raimundo Nonato Negreiros Vale, em matéria intitulada *PROCAD para o próximo milênio*, veiculada no jornal O Estado do Maranhão de 20 de janeiro de 2000, existia um total de 40 mil professores em condições de acesso ao ensino de terceiro grau, vinculados às redes oficiais (PROCAD..., 2000, p. 05). Diante de tamanha demanda o referido assessor, apontava que em pleno ano 2000, seria possível atender a demanda também por meio da Educação à Distância (EAD), o que também atenderia ao que preconiza o artigo 87, § 4º da LDB – “até o fim da década da educação

(2007) somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço” (PROCAD..., 2000, p. 05).

Diante da implementação da versão II do PROCAD, o SIMTEP/UPAON-AÇU/MOSEP envia documento à promotora dos Direitos da Cidadania, Márcia Bohaten, do Ministério Público do Estado do Maranhão, no item 10, afirma que:

[...] a criação do PROCAD criou as condições para que professores(as) das redes públicas do ensino, por conseguinte, contribuíssem para melhoria da qualidade da educação pública e ademais, obtivessem as melhorias salariais e profissionais advindas desse novo patamar de escolaridade e previstas no instituto da Promoção Funcional, no corpo da Lei 6.110/1994 (Estatuto do Magistério) (SIMTEP, 2000d, p. 02).

A segunda versão do PROCAD foi organizada a partir da justificativa do governo estadual, amparada pelo artigo 87º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96, que dispõe: “É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano após a publicação desta Lei” – a qual foi publicada em 20 de dezembro de 2006. O parágrafo 4º da referida lei afirma que: “Até o fim da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço” (BRASIL, 1996). Contudo, em uma dinâmica diferente da primeira.

De acordo com o item 2 do documento do SIMTEP/UPAON-AÇU/MOSP, enviado à Promotoria dos Direitos da Cidadania em 13 de novembro de 2000, o PROCAD versão II (1999 a 2003) continuara sob a tutela da UEMA, todavia passara a ser desenvolvido sob regime de convênio firmado entre a referida instituição e entidades de direito privado (sindicatos e associações de professores), o que implicava em pagamento de mensalidade por parte dos alunos, no valor de noventa reais depositados no Banco do Brasil, em prol da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia (FACT), entidade de direito privado, criada sob inspiração da própria universidade (SIMTEP, 2000d, p. 01).

Nesses termos, o programa, para continuar a ser desenvolvido, sofreu esse ajuste: a criação de convênios com diversas entidades de direito privado, inclusive, o próprio SINPROESEMMA. O item 25 do documento enviado do SIMTEP/UPAON-AÇU ao procurador-geral de Justiça do Estado do Maranhão, em 19 de dezembro de 2000, afirmava que:

Além das pressões feitas pelas entidades, as requerentes também foram vítimas de coação, relacionada com a exigência feita pelo SINPROESEMMA de que, para se submeter ao Seletivo Especial realizado em julho de 2000, os candidatos deveriam, obrigatoriamente, estar filiados

àquele sindicato e registrar em cartório, um contrato privado entre SINPROESEMMA e cada professor(a) interessado (SIMTEP, 2000f, p. 04).

O que justificava a criação desse Programa, por parte do governo estadual, era o número significativo de docentes sem formação em nível superior.

De acordo com Iva Souza da Silva (2013, p. 52), a partir dos dados coletados no CEDIN, a situação dos quadros docentes, atuando no sistema educacional maranhense no ano de 1989, do nível de 1º grau, refletia problemas mais de ordem qualitativa do que quantitativa, pois dentre os 45.265 professores que exerciam o magistério naquele nível de ensino: (1) 20.105 não apresentavam a habilitação mínima exigida legalmente, (2) 11.239 apresentavam escolaridade de 1º grau incompleta; (3) 7.298 possuíam o 1º grau completo; (4) 1.449 eram portadores de cursos de 2º grau fora da área do magistério e (5) 119 apresentavam-se com estudos em nível de 3º grau, sem licenciaturas.

Segundo Silva (2013, p. 53), no que diz respeito ao 2º grau, a realidade não se apresentava tão diferenciada. Tomando a rede de ensino oficial como exemplo, existia no 2º grau, cerca de 1.324 professores com curso de formação para o magistério incompleto; 21.811 com o magistério completo; 1.031 com outros cursos de 2º grau completo; 346 com cursos de licenciaturas incompletos 1.256 com cursos de licenciatura completos e 145 com cursos superiores sem licenciaturas. Esse nível de ensino contava com 300 estabelecimentos de ensino, dos quais 50 eram da rede pública, com 6.095 professores.

Em relação ao ensino superior, Maria Auxiliadora Gonçalves de Mesquita (2014) fez um relato de experiência sobre a expansão e organização da Universidade Estadual do Maranhão, documento anexado à Pró-Reitoria de Graduação da universidade. O relatório aponta que, desde a fundação da universidade, existiram Programas Especiais de Formação de Professores desenvolvidos pela UEMA. A instituição constatou o nível de formação de professores na Rede de Ensino estadual em 1992, conferindo que era composta por professores leigos: 92,5% dos Professores da Rede Estadual de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental e 37,4% dos professores do Ensino Médio não possuíam a habilitação exigida (MESQUITA, 2014, p. 10).

Diante desse quadro, a UEMA, junto com o governo do estado, de acordo com Silva (2013, p. 58), lançou mão de suas políticas públicas com a criação de programas especiais. No que diz respeito aos recursos financeiros necessários para implementação dessa política e o desenvolvimento das metas do PROCAD, estes foram oriundos do Ministério de Educação, da UEMA e da Secretaria de Estado de Educação do Maranhão. Assim, professores sem

qualificação adequada não seriam capazes de desenvolver um ensino de qualidade e, conseqüentemente, os alunos não aprenderiam.

Desta forma, foi concebido o Programa de Capacitação Docente (PROCAD), foram realizados sete seletivos no período de 1992 a 1998 de modo a alcançar uma matrícula geral de 18.774 alunos/professores da rede oficial no Estado do Maranhão, distribuídos em diversos cursos de licenciaturas. Além desses números pode ainda ser destacado conforme o que consta no item 22 do documento enviado ao procurador-geral do estado de Justiça do Maranhão do dia 19 de janeiro de 2000 que, na década de 1990, ainda existiam no Maranhão cerca de 60 mil professores sem o curso de formação inicial (SIMTEP, 2000e).

O Maranhão tinha o menor índice do país de professores do ensino fundamental com formação em nível superior. No documento encaminhado à Márcia Bohaten, promotora dos Direitos da Cidadania contendo 33 itens, o item 14 afirmava que, contraditoriamente, depois dessa iniciativa de política educacional de investimento na capacitação dos seus docentes⁴ do ensino fundamental, o governo estadual não mais investira diretamente. Essa iniciativa passou para outras instituições além da UEMA, que formara quatro mil professores em cursos regulares e na modalidade PROCAD. A UFMA e no Centro Federal de Ensino Tecnológico (CEFET) também passaram a desenvolver curso de capacitação docente, firmando contrato com prefeituras maranhenses, para que a capacitação docente continuasse, sob a égide dos municípios, haja vista o aporte de recursos oriundos do FUNDEF, como determinava a Lei 9.424/1996, que poderiam ser destinados para essa finalidade (SIMTEP, 2000c, p. 03).

Diante dessa situação, o SIMTEP/UPAON-AÇU/MOSEP, no documento protocolado na Promotoria de Direitos da Cidadania, datado de 13 de novembro de 2000, expunha e requeria providências. No item 17, denunciava que os convênios foram firmados, inclusive, com o SINPROESEMMA e com várias outras entidades de professores inexistentes, que foram criadas apenas - e exclusivamente - com o objetivo de angariar recursos do já minguado e parco salário dos (as) professores, o valor aproximado de cem reais, a título de mensalidade, para que os professores custeassem sua capacitação (SIMTEP, 2000d, p. 03).

O item 18 do documento do SIMTEP/UPAON-AÇU/MOSEP, encaminhado à Promotoria dos Direitos à Cidadania afirmava que:

⁴ O Programa de Capacitação Docente (PROCAD), foi implementado no Maranhão no início da década de 1990 com o objetivo de formar professores em nível superior, devido ao elevado índice de analfabetismo e professores “leigos” (sem formação de nível superior), a partir de cinco cursos de Licenciatura Plena, começando pela capital, São Luís, e se estendendo ao longo dos anos por todo o estado através da UEMA, em parceria com o governo do Estado. Sua primeira versão, denominado PROCAD do Sistema (Oficial) Educacional do Estado do Maranhão, teve início no ano de 1993 e término no ano de 1999 (TORRES, 2009, p. 06).

Os “sindicalistas” passaram por diversos municípios criando essas associações de professores fantasmas, apenas para facilitar a cobrança de mensalidades da categoria, a exemplo, de São João dos Patos, Miranda do Norte, etc. Na falta de argumentos convincentes, esses “sindicalistas” fizeram chantagem e terrorismo com a categoria, desrespeitando o direito dos(as) professores(as), que haviam feito o vestibular especial em 1998 que estavam aguardando a sua convocação pela UEMA e que, ao invés de serem convocados, tiveram o seu direito lesado, uma vez que esse seletivo do PROCAD feito pela UEMA naquele ano de 1998 implicava em financiamento pelos poderes públicos, conforme assim o determina o Edital nº 28/1998 – DOCV/CAT/PROGAE/UEMA, bem como, as declarações do Magnífico Reitor àquele período (SIMTEP, 2000d, p. 04).

Assim, de entidades associativas, essas estruturas passaram a ser verdadeiras agências de cobrança e subverteram completamente seu papel, ao aceitarem a omissão dos governos estadual e municipais, que passaram a assistir tal situação à margem de todo o processo. Diante desse contexto, ainda pode ser destacado que o convênio firmado entre SINPROESEMMA e CEFET se encontrava suspenso pela Justiça Federal em São Luís: no ano de 2000, a Procuradoria da República no Maranhão fora provocada por meio de Ação Civil Pública.

Vale destacar que o SIMTEP/UPAON-AÇU/MOSEP endereçava documento à Promotoria levantando diversos questionamentos sobre o PROCAD – UEMA, chamando a atenção para o fato de que a forma pela qual o programa estava sendo desenvolvido caracterizava privatização do ensino público, conforme o exposto no item 6, descrito abaixo:

Esta problemática levada ao conhecimento de Vossa Excelência tem como escopo exatamente a obrigatoriedade de pagamento em cursos de graduação, numa instituição superior de ensino, mantida pelo Poder Público Estadual, conforme se infere da leitura do Fax Circular 001/00, de 31/10/2000 da lavra do ilustríssimo Coordenador de Interiorização da UEMA, bem como do Ofício nº1109/2000 de 10/11/2000, situações essas que contrariam frontalmente, dentre outros, o dispositivo legal contido no artigo 3º, VI, da Lei Federal 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), verbis: “gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais” (SIMTEP, 2000d, p. 02).

O SIMTEP/UPAON-AÇU, nos itens 6 e 7 do referido documento, apontava tal irregularidade e sustentava que o procedimento adotado pela UEMA, ao assinar diversos convênios com entidades de direito privado, passava ao largo de condutas como outras levadas a contento pela mesma universidade, no que concernia à implantação de políticas públicas de capacitação docente, como podia ser inferido dos termos do Convênio nº 024/92, celebrado entre a UEMA e a Secretaria de Educação do Estado do Maranhão (SIMTEP, 2000d, p. 02).

A interpretação do artigo 87 da LDB 9.394/1996 servira para, segundo o SIMTEP/UPAON-AÇU/MOSEP, dar vazão a uma ação fraudulenta na consagração dos convênios. Nesse sentido, ocorreu uma total desvirtuação do artigo da LDB: eram excruciantes para os docentes os convênios firmados entre UEMA e sindicatos, entre os quais o SINPROESEMMA, que divulgava que todos tinham de aceitar a capacitação paga, do contrário, iriam ser demitidos até o ano de 2007, quando terminava o prazo dado pela LDB para os professores se habilitarem.

Ainda no documento encaminhado à promotoria dos Direitos da Cidadania, de 13 de novembro de 2000, no item 21, o SIMTEP/UPAON-AÇU/MOSEP afirmava que a maioria dos profissionais da educação ganhava, no máximo, trezentos reais de salário e se viu obrigada a descontar por mês, durante três anos, noventa reais, passando a conviver com o medo e a ameaça de demissão, divulgada, por exemplo, pelo SINPROESEMMA. Portanto, a cobrança de mensalidades viabilizadas pelos convênios com entidades seria um autêntico processo de privatização da UEMA (SIMTEP, 2000d, p. 04).

Diante desse fato exposto pelo SIMTEP/UPAON-AÇU/MOSEP, junto às autoridades constituídas do estado Maranhão, a Promotora de Justiça Márcia Buhaten respondeu ao relatório sobre o PROCAD II, encaminhado no dia 13 de novembro de 2000. A Promotora de Justiça envia, por meio do Ofício nº 461/01, informação sobre os encaminhamentos tomados pelo Ministério Público maranhense, no dia 23 de abril de 2001, com o seguinte conteúdo:

Senhor, Coordenador do SIMTEP/UPAON-AÇU,

Venho por meio deste, dar conhecimento a Vossa Excelência do Relatório do Inquérito Civil Público, instaurado objetivando apurar possíveis irregularidades no PROCAD, como Portaria Nº 006/00/PJDC de 22 de novembro de 2000.

Informo-lhe ainda, que foram enviadas cópias do citado Relatório ao Procurador Geral de Justiça, ao Assessor Especial do Procurador Geral e o Secretário para Assuntos Institucionais do Ministério Público.

Estando ao seu inteiro dispor para quaisquer esclarecimentos, subscrevo-me,

Atenciosamente,

Márcia Bohaten
Promotora de Justiça

Ao Excelentíssimo Senhor
Paulo Roberto Rios Ribeiro
Coordenador de Administração e Finanças do SIMTEP/UPAON-AÇU
Rua das Hortas, nº 245, Centro (MARANHÃO, 2001).

Ou seja, o Ministério Público estadual instaurou o procedimento investigativo, por meio de Inquérito Civil Público, sob a portaria nº 006/00/PJDC de 22 de novembro de 2000, visando apurar a representação apresentada pelo SIMTEP/UPAON-AÇU/MOSEP, acerca das irregularidades na matrícula, vaga e permanência no Módulo II do PROCAD.

A conclusão a que chegara a promotoria (MARANHÃO, 2001, p. 09-10) era de que o PROCAD versão II deveria continuar nos moldes em que se encontrava e “dentre os males” seria o menor, pois os maiores prejudicados, diante da inércia do Poder Público, seriam os professores, que dependiam da formação para se enquadrarem às exigências da LDB no artigo 87, parágrafo 4º. Portanto, havia razoabilidade na proposta de continuidade, precisando somente afirmar Termo de Ajuste de Conduta (TAC), entre as partes envolvidas por meio de audiência. Evitando que a classe de professores viesse a sofrer mais prejuízos, por ação do Ministério Público, que seria a suspensão de imediato do PROCAD versão II (MARANHÃO, 2001, p. 09-10).

O SINPROESEMMA, diante da recusa do governo de Roseana Sarney em continuar financiando o PROCAD II, nos moldes da primeira versão – posição exposta no relatório da Promotora Márcia Lima Bohaten ao SIMTEP/UPAON-AÇU/MOSEP (MARANHÃO, 2001, p. 8) - omitiu-se e negociou contrato de serviço com a UEMA/ FACT a continuidade, sendo os professores financiadores integrais do programa, ou seja, mantido exclusivamente pelas mensalidades pagas pelos professores. Assim, o SINPROESEMMA tirou proveito da situação, ao invés de lutar em defesa do direito da formação em nível superior e da sua gratuidade. Contraditoriamente, o SINPROESEMMA afirmava à Promotoria que continuava a luta pelo PROCAD gratuito.

O SIMTEP/UPAON-AÇU/MOSEP continuava a pressão no campo político, como fica evidenciado no panfleto divulgado por este sindicato, ratificando o posicionamento em defesa da gratuidade do programa:

FIGURA 40 – Panfleto do SIMTEP sobre o PROCAD II

SIMTEP/UPAON-AÇU **MOSEP**
 Sindicato Metropolitano dos Trabs. em Educação da Ilha de São Luís 222-4746/9961-8900

**PROCAD II TEM QUE SER PÚBLICO E GRATUITO!
 VAMOS TODOS DIZER NÃO AO PAGAMENTO DAS
 MENSALIDADES! TEMOS OS MESMOS DIREITOS DO
 PROCAD I/UEMA! PASSAMOS NO VESTIBULAR,
 QUEREMOS NOS MATRICULAR E ESTUDAR, MAS A
 UEMA NÃO QUER DEIXAR!
 A CAPACITAÇÃO DOS(as) PROFESSORES(as) É DEVER
 DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS!**

Como todos(as) os(as) cerca de 18 mil professores(as) classificados no vestibular especial realizado pela UEMA em outubro/1998 lembram, o Edital 028/98 dizia que: **“o resultado deste Processo Seletivo Especial, terá caráter classificatório, para matrículas com uma entrada ano, sendo a primeira em janeiro/99, a segunda em janeiro de 2000 e a terceira em janeiro de 2001, em regime parcelado intensivo.”**

Dizia o Edital sobre quem se inscreveria: **“professor, no exercício do magistério e ter o nome incluído na relação fornecida pela SEEDUC ou Prefeitura.”**

No dia 31/10/98, o jornal O Estado do Maranhão publicou a lista dos 18 mil classificados para as 2.218 vagas distribuídas em 97 municípios, informando que 1.100 vagas seriam para os(as) professores(as) da rede estadual e 1.118 para as redes de 97 municípios, excluindo a capital que não havia assinado convênio.

O Reitor da época, hoje Pró-Reitor de Graduação, Prof. Waldir Maranhão, afirma no jornal: **“serão preenchidas as 2.118 vagas, mas os demais candidatos classificados poderão ser chamados para preencher novas vagas que surjam ou em outros anos, evitando a realização de novos vestibulares.”**

Diz o Reitor: **“O custo por aluno é de R\$ 1.745,00 e este dinheiro é repassado à UEMA pelas prefeituras conveniadas e pelo Estado.”** O Reitor explica que a primeira fase do PROCAD I, foi toda realizada com recursos da própria universidade e da Sec. de Educação, mas com a municipalização da educação, a UEMA resolveu compartilhar as despesas com as prefeituras. **“Os prefeitos utilizam recursos do FNDE para melhoria da qualidade do ensino, capacitando os professores da rede.”**

Depois de tudo isso, só nos resta perguntar: **PORQUE O PROCAD II, QUE ERA PÚBLICO E GRATUITO, FOI PRIVATIZADO, SENDO COBRADO R\$96,00 DOS ALUNOS E A UEMA DIZ QUE SE NÃO PAGAR, NÃO ESTUDA?????**
O QUE MUDOU?? QUEM RESPONDE A ISSO? DE QUEM É A CULPA??

Fonte: Fotografia tirada pelo Autor em 05 de abril de 2019.

Essa passagem demonstra como atuava o SIMTEP/UPAON-AÇU/MOSEP e como se utilizava desse instrumento, criado para capacitar seus militantes e alcançar seu objetivo, o de enfrentamento contra a política educacional do governo de Roseana Sarney e a atuação de Lucimá Góes/PCdoB à frente do SINPROESEMMA.

Em 11 de abril de 1997, foi sancionada a Lei Estadual nº 6.915, que trazia em seu preâmbulo: **“dispõe sobre a contratação, por tempo determinado, de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do artigo 19**

da Constituição Estadual, e dá outras providências” (MARANHÃO, 1997). O SIMTEP-UPAON-AÇU, em documento enviado ao Procurador-Geral de Justiça do Estado do Maranhão de 19 de dezembro de 2000, no item 02, afirmava que essa lei apenas oficializava a conduta do governo estadual em desprestigiar e desvalorizar o concurso como forma correta para o ingresso no serviço público e tornar como conduta única a realização de seletivos para a contratação de professores temporários, embora tenha havido concurso em 1992, 1994 e em 1995, respectivamente, no final do governo de Edison Lobão e no início do governo de Roseana Sarney, que nomeou os de 1994 e 1995 (SIMTEP, 2000f, p. 01). No entanto, nos anos subsequentes, a taxa de matrícula aumentava vertiginosamente em todas as séries da educação básica.

No item 4 do referido documento, o SIMTEP-UPAON-AÇU lembra que o inciso VII, do artigo 2º da Lei 6.915/1997, asseverava: “admissão de professores para o ensino fundamental, ensino especial, ensino médio e instrutores para oficinas pedagógicas e profissionalizantes, desde que não existam candidatos habilitados” (SIMTEP, 2000f, p. 01). Diante de tal constatação, no segundo semestre de 2000, o SIMTEP/UPAON-AÇU/MOSEP encampa outras lutas, inclusive contra o contrato temporário de trabalho. Em documento enviado ao Procurador-Geral de Justiça do Estado do Maranhão, no dia 19 de dezembro do ano 2000, O SIMTEP-UPAON-AÇU assim se expressa:

[...] O desdém governamental pela realização de concurso público para preencher de forma adequada e permanente as necessidades da educação pública estadual pode ser medido ainda pelo contido no artigo 3º da indigitada Lei 6.915/1997, verbis: “o recrutamento do pessoal a ser contratado, nos termos desta lei, será feito mediante processo seletivo simplificado, sujeito a ampla divulgação, inclusive por meio do Diário Oficial do Estado, prescindindo de concurso público (SIMTEP, 2000f, p. 02).

Nada mais revelador da falta de vontade política e da miopia governamental em não realizar concurso público para preenchimento de vagas para o magistério do que a redação dada aos dois artigos supramencionados.

Naquele período, afirmava o SIMTEP-UPAON-AÇU, no item 6 do documento enviado ao Procurador-Geral de Justiça do Estado do Maranhão, que a maior responsável pela precarização das relações de trabalho no âmbito do sistema estadual de ensino fora a governadora do Estado (SIMTEP, 2000f, p. 02). É sintomático notar essa responsabilidade quando se observa o teor do artigo 5º da Lei 6.915/1997: “As contratações somente poderão

ser feitas com observância da dotação orçamentária específica e *mediante expressa autorização do chefe do Poder Executivo*” (MARANHÃO, 1997, grifo do pesquisador).

Essa política governamental estava totalmente vinculada ao projeto de dominação em curso no país e no Maranhão, com pressupostos teóricos da ideologia neoliberal, expressos na precarização do trabalho, desrespeito aos direitos dos professores e perda dos níveis de qualidade da educação pública.

Ainda no documento encaminhado ao procurador-geral de Justiça do Estado do Maranhão, o SIMTEP/UPAON-AÇU/MOSEP, no item 15, apontava que:

Segundo conversações mantidas no último dia 13/12/00, com a Excelentíssima Senhora Procuradora Adjunta dessa PGJ, demonstramos que desde o dia 10/11/1999, através da representação protocolada junto à Douta Procuradoria Geral de Justiça, este SIMTEP/UPAON-AÇU vem buscando a intervenção desse órgão ministerial na problemática que envolve a contratação temporária de professores para a rede estadual de ensino médio e outras demandas relativas à educação pública, no tocante à cobrança de mensalidades pela Universidade Estadual do Maranhão, no chamado Programa de Capacitação Docente – PROCAD, em sua versão II (SIMTEP, 2000f, p. 04).

Vale destacar que, do ponto de vista técnico, o Estado formalizou o processo de contratação temporária por meio do processo seletivo simplificado garantido pela Lei 6.915/97, que estabelecia os critérios para a contratação temporária para atender a demanda no ensino médio a título de necessidade de excepcional interesse público.

Esse caráter está expresso no artigo 37º da Constituição Federal, incisos II e IX, que estabelecem o contrato por tempo determinado com a finalidade de atender a finalidade temporária de excepcional interesse público, facultando a qualquer esfera da administração pública, seja ela direta e indireta, de qualquer um dos poderes da União, estados, do Distrito Federal e dos municípios, respeitando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência quando da contratação temporária e, também, devendo levar em consideração as seguintes especificidades descritas, principalmente, nos seguintes incisos:

[...] II – a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração. [...] IX – a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público (BRASIL, 1988).

A denúncia do SIMTEP-UPAON-AÇU/MOSEP, nos diversos órgãos da justiça estadual, demonstrava-se a atuação da Oposição sindical diante dos diversos problemas da política educacional do governo Roseana Sarney. Assim, o SIMTEP-UPAON-AÇU trazia, no oitavo item do documento, encaminhado ao procurador-geral do Estado do Maranhão, o que dizia o gerente de desenvolvimento humano, Danilo Furtado, que se reportava à sociedade maranhense em uma entrevista concedida ao periódico O Estado do Maranhão, edição de agosto de 1999:

[...] o governo estabeleceu duas diretrizes básicas para a política de educação do estado. A primeira é uma forte atuação na área pedagógica, ou seja, no fortalecimento da ação pedagógica, destinando o máximo possível de recursos financeiros, humanos e da capacidade de assistência técnica para a sala de aula, focalizando-a, buscando uma melhoria do processo de ensino aprendizagem (SIMTEP, 2000f, p. 02).

No nono item do documento enviado ao procurador-geral de Justiça do Estado do Maranhão, o SIMTEP-UPAON-AÇU faz seu contraponto:

Ora, se estamos enxergando corretamente, o eminente Gerente de Desenvolvimento Humano do Governo do Estado diz na sua entrevista que irá *fortalecer a ação pedagógica*. Mas como fará isso se mantém a política de precarizar o trabalho dos professores, continuando na política de contratação temporária e da realização dos processos seletivos? (SIMTEP, 2000f, p. 02).

No item 10 do mesmo documento, o SIMTEP-UPAON-AÇU continua sua concepção de expor a realidade sem rodeios:

Quer nos fazer crer, em verdade, que as palavras que saem da sua boca não são sinceras e nem correspondem à realidade. Até o presente momento, não há nenhuma informação da realização de novo concurso público na rede estadual de ensino (SIMTEP, 2000f, p. 02).

Assim, o SINTEP UPAON-AÇU explorava as falas que expunham a contradição que os agentes do governo expressavam na imprensa local e o que estava sendo implementado pela política de educação do governo Roseana Sarney, refletido na reforma administrativa do Estado, no PROCAD II, na Lei 6.915/1997, e, por exemplo, no que se refere ao concurso público. Nesse sentido, o gerente de administração e modernização, Luciano Moreira, afirmava na imprensa local que o governo iria realizar o concurso público. O SIMTEP/UPAON-AÇU reportava essa passagem no item 33, da denúncia encaminhada ao procurador-geral do Estado do Maranhão no dia 19 de dezembro de 2000:

Em decorrência da grande jornada de lutas desencadeada no período de maio a julho deste (2000), por iniciativa desta entidade sindical e em resposta à paralisação das atividades do magistério estadual, o governo estadual, na pessoa do seu Gerente de Administração e Modernização, Sr. Luciano Moreira, anunciou, na imprensa local, a realização do concurso público (SIMTEP, 2000f, p. 05).

Já no item 34 o SIMTEP/UPAON-AÇU/MOSEP fazia referência ao que noticiava a imprensa local:

No dia 29/08, os jornais continham as declarações do Gerente de Administração e Modernização, Luciano Moreira: “Não vamos mais recorrer a contratação temporária ou promover seletivos” ou ainda “no próximo mês de setembro, o Governo divulgará o Edital do Concurso para professor do ensino médio. Três mil vagas serão oferecidas. O governo foi tão maquiavélico que informou ainda: “Todas as regras e programação sobre o concurso serão divulgadas no Edital e através da Internet, logo após a criação do site pela Fundação Carlos Chagas” (SIMTEP, 2000f, p. 05-06).

Assim atuava a Oposição sindical, por meio do sindicato criado como instrumento de luta. Logo no início do ano de 2000, em 16 de janeiro, o SIMTEP/UPAON/AÇU-MOSEP se dirigia aos professores que iriam participar do processo seletivo e reafirmava o compromisso com a luta pela realização do concurso público.

FIGURA 41 – Boletim do SIMTEP de 16 de janeiro de 2000

SIMTEP/UPAON-AÇU **MOSEP/CUT**
 Sindicato Trabs. em Educação Pública da Ilha de São Luís 232-0714/974-4711/964-2860/974-1159

**TRABALHO TEMPORÁRIO OU EFETIVO?
 O QUE É MELHOR PARA O PROFESSOR E PARA A EDUCAÇÃO
 PÚBLICA MARANHENSE?**

Neste dia 16/01/2000, cerca de 10 mil pessoas estarão participando, em todo o estado, de mais um processo seletivo para contratação temporária na rede estadual de ensino. O **SIMTEP/UPAON-AÇU** se dirige, em particular aos 2.125 professores contratados em 1999, para dizer que a luta pelos seus direitos e pelo **CONCURSO PÚBLICO** deve continuar.

Hoje, o Estado tem cerca de 4.500 vagas disponíveis. Além das 2.500 que estão sendo oferecidas, é preciso informar que no ensino fundamental o governo vem se utilizando da prática das chamadas *dobradinhas* (2.000) para fugir do **CONCURSO**.

Aos contratados e aos que fazem este seletivo, lembramos que no dia 16/06/99, quando da fundação do **SIMTEP/UPAON-AÇU**, o gerente Danilo Furtado ligou para alguns dirigentes do sindicato e pediu que fosse informado para os contratados que ele, Danilo Furtado, estava pedindo um crédito aos professores e dava a sua palavra de honra que os salários seriam pagos sempre dois ou três depois da folha dos efetivos.

No entanto, esta promessa só foi cumprida até outubro/99. Depois, o salário dos contratados voltou a ser pago sempre com atraso, como aconteceu novamente agora com o mês de dezembro e o 13º. Para nós, do **SIMTEP/UPAON-AÇU** a palavra do Gerente Danilo Furtado perdeu a sua credibilidade. Se ele quiser tê-la de volta, terá que garantir, publicamente, o pagamento integral dos meses de janeiro e fevereiro/2000 aos contratados, e apontar claramente para o respeito ao pagamento em dia neste ano de 2.000.

Apesar das contradições, a atitude de Danilo Furtado revela o temor, por parte do governo, de que os professores contratados cresçam em mobilização e força política como neste ano de 99. Apesar do discurso oficial, de que o contratado é um fiel cumpridor de ordens, o que há, na verdade, é um desrespeito constante a esses companheiros, que além de tudo, são tratados com autoritarismo por um grande número de diretores das escolas.

O **SIMTEP/UPAON-AÇU** aposta no crescimento da luta dos contratados para que possamos garantir os outros direitos, como férias, por exemplo. É preciso repudiar a prática oportunista dos pelegos e traidores da categoria e organizar, com independência e liberdade, uma grande marcha do magistério estadual rumo à conquista de suas reivindicações.

Neste sentido, o **SIMTEP/UPAON-AÇU** convoca todos os professores contratados e os que fazem este seletivo, para participarem de uma **REUNIÃO AMPLA NESTE DIA 17/01 (SEGUNDA-FEIRA), A PARTIR DAS 16 HORAS, NA SEDE DO SINDICATO DOS SERVIDORES FEDERAIS (ATRÁS DA IGREJA DO MONTE CASTELO/232-3186)** para discutirmos a pauta: *pagamento de janeiro e fevereiro/2000; férias, possíveis atrasos em 2000; CONCURSO, jornada de lutas.*

**RESPEITO AOS DIREITOS DOS CONTRATADOS!
 CHEGA DE SELETIVO, CONCURSO PÚBLICO É A SOLUÇÃO!**

Fonte: Fotografia tirada pelo Autor em 22 de março de 2019.

Para a abordagem do próximo item, faz-se uso de mais uma passagem do documento encaminhado ao Procurador-Geral de Justiça do Estado do Maranhão, de 19 de dezembro de 2000, contida no item 35, em que se afirmava:

Um governo que trate a sociedade com respeito e democracia não pode ter duas palavras. Após anunciar a realização de um novo concurso para o magistério estadual, com toda a pompa, nos jornais no dia 29/08/2000, o governo do estado voltou atrás e resolveu, de maneira inaceitável, manter a sua política de contratação temporária para a área da educação (SIMTEP, 2000f, p. 06).

Assim no item 36, O SIMTEP ratifica seu posicionamento, afirmando que:

Depois de ludibriar o magistério e a sociedade com o anúncio do concurso, o governo assinou um convenio com a Fundação Roberto Marinho/Rede Globo para substituir o ensino regular pelo supletivo em toda a rede de ensino médio do estado. Após anúncio do dia 22/11, a cidade inteira discute esse convênio. As suas consequências são graves para a educação pública de nosso estado e vem merecer o pleno conhecimento e ação institucional de Ministério Público Estadual, instrumento privilegiado da cidadania na defesa de seus interesses e da ordem jurídica pátria, conforme o teor da Carta do Maranhão, lançada ao final do último Congresso Estadual do Ministério Público (SIMTEP, 2000f, p. 06).

Desta forma, a governadora Roseana Sarney e o gerente de desenvolvimento humano, Danilo Furtado, anunciavam a suspensão do concurso público e a implementação do supletivo. A esse respeito, o SIMTEP/UPAON-AÇU/MOSEP, no item 37, relatava:

Como dissemos, a partir das declarações da governadora Roseana Sarney e do Gerente de Desenvolvimento Humano, Sr. Danilo Furtado, o Governo não mais realizará o concurso e trocará os professores por TV/Vídeo que serão instalados em 3.700 salas de aulas, transformando um profissional legalmente habilitado em um monitor, que terá que tirar dúvidas dos(as) em todas as disciplinas, num desrespeito flagrante aos ditames do artigo 4º, VI, da Lei Federal 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) (SIMTEP, 2000f, p. 06).

Com essa situação exposta, anuncia-se mais um tópico, objetivando expor o conjunto da política educacional do governo de Roseana Sarney e o comportamento do SIMTEP/UPAON-AÇU/MOSEP em relação ao Programa de Aceleração de Estudo Supletivo, denominado Telensino.

O SIMTEP-UPAON-AÇU, na denúncia feita ao Procurador-Geral de Justiça do Estado do Maranhão, ratifica seu posicionamento diante da política de educação do governo Roseana Sarney. Como tem sido exposto, O SINTEP não fugiu a sua característica e a seu papel de instrumento do movimento de oposição sindical, que discutia e apontava o que existia de negativo no comportamento dos gestores do Estado e da política educacional do governo de Roseana Sarney, isso significa um papel necessário para estabelecer o contraponto, a contraideologia no conjunto de ações governamentais, no que se refere, por exemplo, ao Projeto Viva Educação do governo de Roseana Sarney, desenvolvido sob a forma de Telensino.

Nessa perspectiva, o SIMTEP/UPAON/AÇU/MOSEP no documento encaminhado ao Procurador-Geral de Justiça do Estado do Maranhão do dia 19 de dezembro de 2000, no item 38, continuava a exposição de seus argumentos diante da implantação do Telensino:

Esse é o sentido do convênio que foi assinado com a Fundação Roberto Marinho/Rede Globo, no valor de 124 milhões de reais para instalação dessas 3.700 salas de aulas em todo o estado. O objetivo é retirar de sala em tempo inferior ao ensino regular, cerca de 150 mil jovens, dos 174 mil alunos(as) do ensino médio, sendo 121 mil da rede estadual e 53 mil, das redes municipais, segundo dados do Censo Escolar 2000. Outro objetivo, segundo a imprensa local, é divulgar a imagem da governadora Roseana Sarney e sua família, na Globo, com fins políticos e partidários (SIMTEP, 2000f, p. 06).

A questão girava em torno da candidatura de Roseana Sarney à Presidência da República, além de que o Telensino resgatava um projeto similar da década de 1960, implantado pelo então governador José Sarney. Como asseverava o movimento de oposição sindical, afirmando no item 39 do documento enviado ao procurador-geral de Justiça do Estado do Maranhão que:

Ao que tudo indica esse projeto não se mostrou viável, nem sob o ponto de vista estrutural e nem pedagógico, haja vista o seu abandono latente pelos sucessivos governos estaduais empossados após o seu criador, bem como, as consequências que trouxe na formação de milhares de crianças e jovens maranhenses (SIMTEP, 2000f, p. 06).

O SIMTEP, no item 40, continuava afirmando que o sistema de teleaulas, com um monitor tendo que saber todas as disciplinas, em vez da assistência de um professor legalmente habilitado, não implicaria em melhoria ou solução dos graves problemas que afligiam a educação maranhense, que vinha ficando sempre nas últimas posições nas avaliações nacionais feitas pelo MEC, por meio do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Além disso, seria importante que esse órgão ministerial estivesse atento aos prejuízos à formação profissional desses (as) educadores no âmbito das instituições de ensino superior, haja vista que estas não habilitavam os futuros profissionais na função de monitor, mas em ciências/disciplinas específicas.

Assim, o SIMTEP ratificava seu posicionamento de apontar que o programa Telensino caracterizava o processo de precarização da educação pública maranhense diante da situação de implantação desse programa, que fora apontado no item 43, da denúncia ao Procurador-Geral de Justiça do Estado do Maranhão:

[...] Na análise dos resultados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB, referente ao ano de 1999 e publicada pelo Ministério da Educação neste dia 28/11/2000. Basta compararmos os dados das séries relativas aos anos de 1995, 1997, 1999, que poderemos observar o sucateamento da educação pública de nosso estado e a distância que existe entre o discurso governamental e os fatos concretos no que diz respeito à

questão da qualidade de ensino oferecido à sociedade (SIMTEP, 2000f, p. 07).

Nesse sentido, o SIMTEP/UPAON-AÇU/MOSEP afirmava que, se o governo do estado tivesse vontade política de superar as mazelas que assolavam a educação maranhense, poderia utilizar o dinheiro gasto com o convênio com a Fundação Roberto Marinho e investir os 124 milhões de reais para promover um amplo programa de construção e reforma de escolas de ensino médio, realizar o concurso público como havia sido anunciado, abrindo vagas inclusive para o ensino fundamental, que na época tinha cerca de 2 mil professores sob o regime de contrato denominado de “dobradinha” de carga horária.

O movimento de oposição sindical expunha a política educacional de Roseana Sarney, nos seus elementos estruturais e se posicionava diante deles. Baseado nessa premissa argumentativa de viés oposicionista, o SIMTEP não perdeu a chance de reforçar no item 45 do documento encaminhado ao Procurador-Geral de Justiça do Maranhão, que:

O governo deveria também investir na qualificação dos seus profissionais do ensino fundamental, custeando integralmente, como é seu dever, o PROCAD/UEMA; construir no Campus da UEMA/São Luís, o prédio das licenciaturas, comprar material didático e dotar as escolas de mais recursos pedagógicos, garantir efetivamente a gestão democrática nas escolas, com eleições diretas para diretor, para que, realmente, a educação maranhense saia da posição vexatória que tem ficado ao longo de todas essas décadas, e cumpra com seu dever que é garantir a qualidade para toda sociedade e não apenas para quem pode pagar, conforme expresso na legislação atinente à matéria (SIMTEP, 2000f, p. 06).

Diante do exposto nessa denúncia, o SIMTEP-UPAON-AÇU/MOSEP, na última página do documento, ratificava seu posicionamento crítico e requeria do Ministério Público do Estado do Maranhão posicionamento diante de todas as denúncias feitas que envolvessem a educação com um significativo nível de abrangência, tanto em nível municipal como estadual (SIMTEP, 2000f, p. 08). Assim, o SIMTEP/UPAON-AÇU/MOSEP, no enlace do documento, requeria do Procurador-Geral de Justiça do Estado do Maranhão: “a criação de uma Promotoria Especializada em Educação, a exemplo das demais promotorias especializadas em diversas áreas temáticas que envolvem a relação entre Estado e Sociedade Civil”.

Para o SIMTEP, não restavam dúvidas de que a criação de instâncias jurídicas específicas se mostrava, na prática, de muita validade, pois a sociedade maranhense via seus direitos difusos e coletivos serem defendidos com muito mais precisão e eficácia por parte desse órgão ministerial.

Quanto ainda ao Projeto Viva Educação, o jornal O Imparcial, de 02 de março de 2002, veiculava a seguinte notícia:

O promotor de Justiça da Comarca de João Lisboa, Márcio Thadeu Silva Marques, ajuizou ação civil pública com pedido de liminar para obrigar o Poder Público Estadual a não matricular no Programa Viva Educação alunos menores de 18 anos. Segundo o Ministério Público, a Gerência Adjunta de Educação ampliou a idade limite para inclusão no programa, englobando alunos com menos de 18 anos, sem conceder opção de escolha pelo ensino médio, garantido pelo art. 35 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). “Ao fixar o dia 31 de dezembro do corrente ano como a data final para considerar o aluno como apto ao Viva Educação, a parte ré, sua Gerência de Estado de Desenvolvimento Humano, inibe o direito dos alunos menores à escolha pelo ensino médio regular, com duração de três anos (...)”, diz o documento (PROMOTOR..., 2002, p. 03).

A ação estabelecia multa diária de R\$ 1.800 por aluno menor de 18 anos, matriculado no programa durante o ano letivo de 2002. O valor da multa deveria ser revertido para o fundo controlado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de João Lisboa.

Essa foi mais uma irregularidade do programa e demonstrava o quanto o governo Roseana Sarney precarizava o ensino maranhense já tão combatido. Por tudo isso, o SIMTEP/UPAON-AÇU lançou mais um panfleto convocando a comunidade para um ato de rua, como mais uma forma de exercer pressão política sobre o governo:

FIGURA 42 – Panfleto do SIMTEP de 07 dezembro de 2002

SIMTEP/UPAON-AÇU MOSEP
 SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA
 ILHA DE SÃO LUÍS 9961-8900/9974-3452/9964-8169

**EDUCADORES, PAIS E ALUNOS
 MARCHAM EM DEFESA DO
 ENSINO DE QUALIDADE, COM
 PROFESSOR EM SALA DE AULA,
 REAJUSTE SALARIAL, CONCURSO
 E PROCAD/UEMA GRATUITO!**

**Saída: CEGEL - Fabril
 Dia: 12/12 (terça-feira) às 9 horas**

A mobilização contra o espúrio e ilegal convênio de R\$ 124 milhões, assinado entre Roseana Sarney e a Fundação Roberto Marinho/Rede Globo continua.

A comunidade escolar (professores, pais e alunos) está percebendo o sentido desse convênio e se indigna com a falta de compromisso da governadora e do gerente Danilo Furtado, que não sabe o que é a educação. Afinal, ele já deu aulas algum dia?

Trocar um(a) professor(a) por uma TV-Vídeo é um retrocesso. O governo, não satisfeito com a péssima qualidade da educação que oferece, quer torná-la cada vez pior, demonstrando seu descaso com o futuro desses 150 mil jovens que serão expurgados dessas telesalas de aula da Rede Globo.

Além das demissões dos contratados, o governo quer prejudicar também os efetivos. Estes serão monitores de TV-Vídeo ou terão que sair do turno noturno. Alguns diretores já estão ameaçando os colegas de remanejamento caso não se submetam.

Não podemos aceitar essa situação! Temos que defender nossos alunos, por uma educação de qualidade e pelas bandeiras de luta de nossa categoria:

- 1) FIM DO CONVÊNIO COM A REDE GLOBO!
- 2) ABERTURA IMEDIATA DE CONCURSO PÚBLICO!
- 3) REAJUSTE SALARIAL PARA O MAGISTÉRIO!
- 4) PROCAD/UEMA PÚBLICO E GRATUITO!

Fonte: Fotografia tirada pelo Autor em 21 de março de 2019.

A luta empreendida a favor da educação pública de qualidade, esboçada na supracitada denúncia, bem como na convocação para o ato, significava a continuidade do empreendimento da oposição sindical em favor dos educadores maranhenses, quando se posta com veemência contra o Telensino. A esse tempo, o coordenador de administração de finanças, professor Paulo Roberto Rios Ribeiro do SIMTEP/UPAON-AÇU/MOSEP, buscava apoio junto a outras instituições para ajudar no financiamento de suas atividades, fez, por exemplo, contato com a presidente da Associação dos Professores da Universidade Federal do Maranhão (APRUMA/UFMA), Rosilda Dias. Textualmente, o ofício solicitava:

[...] a cessão do carro de som da APRUMA, para que o SIMTEP/UPAON-AÇU realize uma atividade política de denúncia contra o sistema telensino, fruto de acordo assinado entre o governo estadual e a Fundação Roberto Marinho.

Informamos que a referida atividade será realizada neste dia 05/01/2001, no horário das 9 às 12 horas, em frente ao CEM Cidade de São Luís, no bairro da COHAB, nesta cidade.

Sem mais, nos resta apresentar nossas saudações sindicais e aguardar o parecer dessa APRUMA quanto à essa solicitação.

Cordialmente,

PAULO ROBERTO RIOS RIBEIRO

Coordenador de Administração e Finanças (SIMTEP, 2001a).

Para o auxílio da luta, o SIMTEP/UPAON-AÇU/MOSEP acionou outra instituição parceira, agora recorrendo ao SEEB/Maranhão, conforme descrito no Ofício abaixo:

Ilustríssimo Companheiro

Enock Bezerra

Presidente do Sindicato dos Bancários no Estado do Maranhão – SEEB-MA

Nesta

Conforme entendimento mantido entre a companheira Maria Dolores Silva, diretora deste sindicato, e a direção de SEEB-MA, estamos formalizando, por este intermédio, a proposta de devolução do empréstimo de R\$ 1.000,00 (um mil reais), a ser efetivada mediante o pagamento de 10 (dez) parcelas mensais de R\$ 100,00 (cem reais), de acordo com o seguinte calendário ora proposto:

Parcela	Data de Pagamento
Primeira	30 de março de 2001
Segunda	30 de abril de 2001
Terceira	30 de maio de 2001
Quarta	30 de junho de 2001
Quinta	30 de julho de 2001
Sexta	30 de agosto de 2001
Sétima	30 de setembro de 2001
Oitava	30 de outubro de 2001
Nona	30 de novembro de 2001
Décima	30 de dezembro de 2001

Agradecemos profundamente a aprovação do empréstimo solicitado, fato que reforça ainda mais o inestimável apoio e solidariedade desse SEEB-MA à nossa luta, sem mais no ensejo, apresentamos as nossas saudações democráticas e sindicais.

Cordialmente,

PAULO ROBERTO RIOS RIBEIRO

Coordenador de Administração e Finanças (SIMTEP, 2001b).

Mediante tal empréstimo o SEEB-MA envia ofício, datado de 30 de julho de 2001, cobrando a dívida contraída pelo SIMTEP/UPAON/AÇU/MOSEP:

Para o:
SIMTEP UPAON-AÇU.
Nesta.

Prezados companheiros,

Considerando que já se encontram vencidas 04 das 05 promissórias relativas ao empréstimo que lhes foi concedido por este SEEB-MA, no valor total de R\$-1.000,00, estamos solicitando-lhes suas providencias no sentido de sanear a pendência.

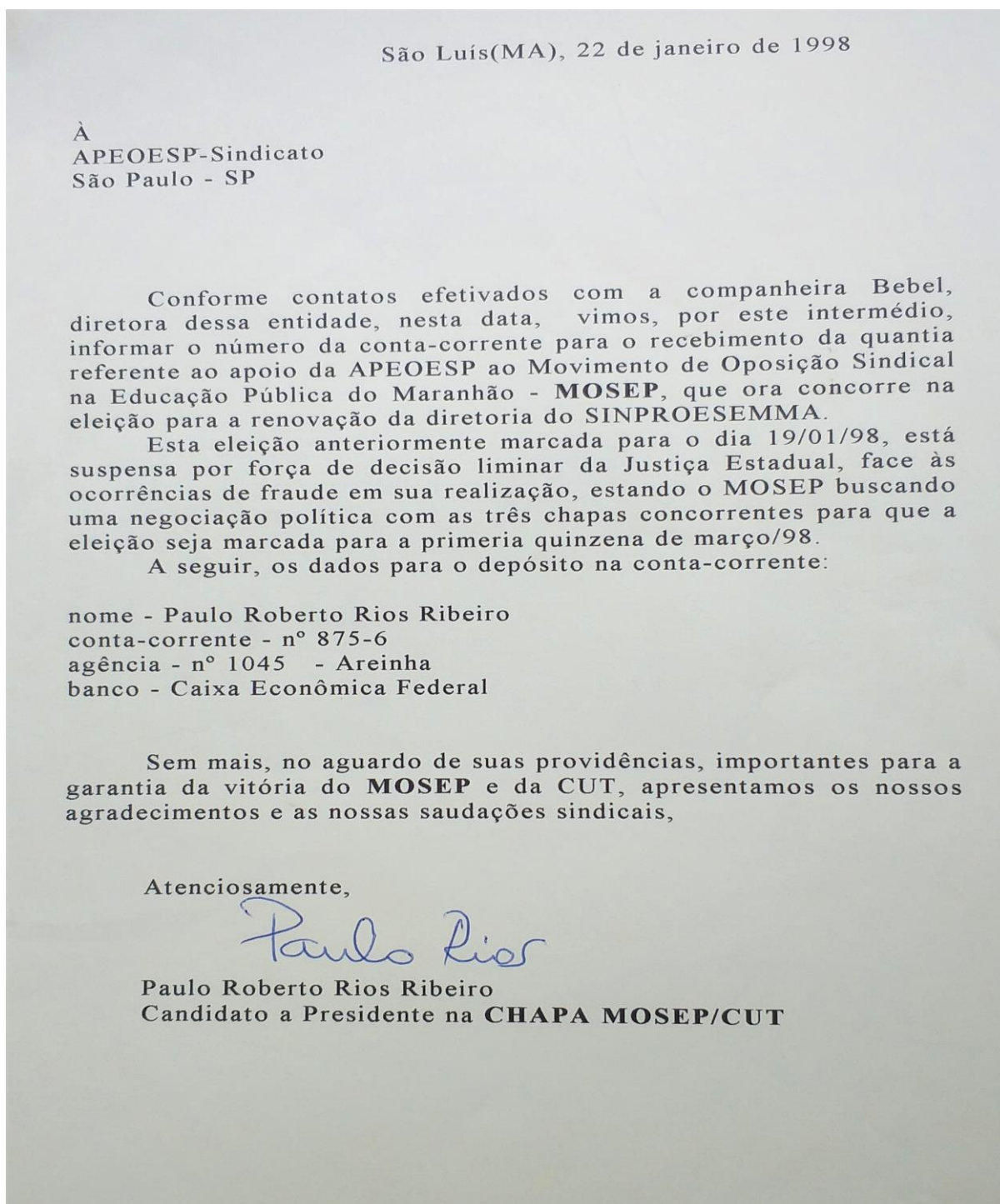
Cordialmente,

Enock Bezerra Silva
Presidente
2001).

Raimundo N. Costa
Sec. Fin. E Adm (SEEB,
2001).

Essa é uma demonstração das dificuldades, principalmente financeiras, que tinha o movimento de oposição na condução da luta em defesa da educação pública e de qualidade, além dessa situação, a conduta do MOSEP expõe o comprometimento ético e político de não se contaminar com as facilidades, tampouco com os conchavos políticos; mantinha, assim, independência e autonomia política, fortalecendo sua identidade como alternativa política às direções atreladas, e seguindo os princípios que nutriram os movimentos dos trabalhadores desde suas origens inglesas. Também por isso, o movimento de oposição sindical buscou construir uma rede de alianças e solidariedade política com entidades que tinham como fim fundamental o empoderamento da classe trabalhadora.

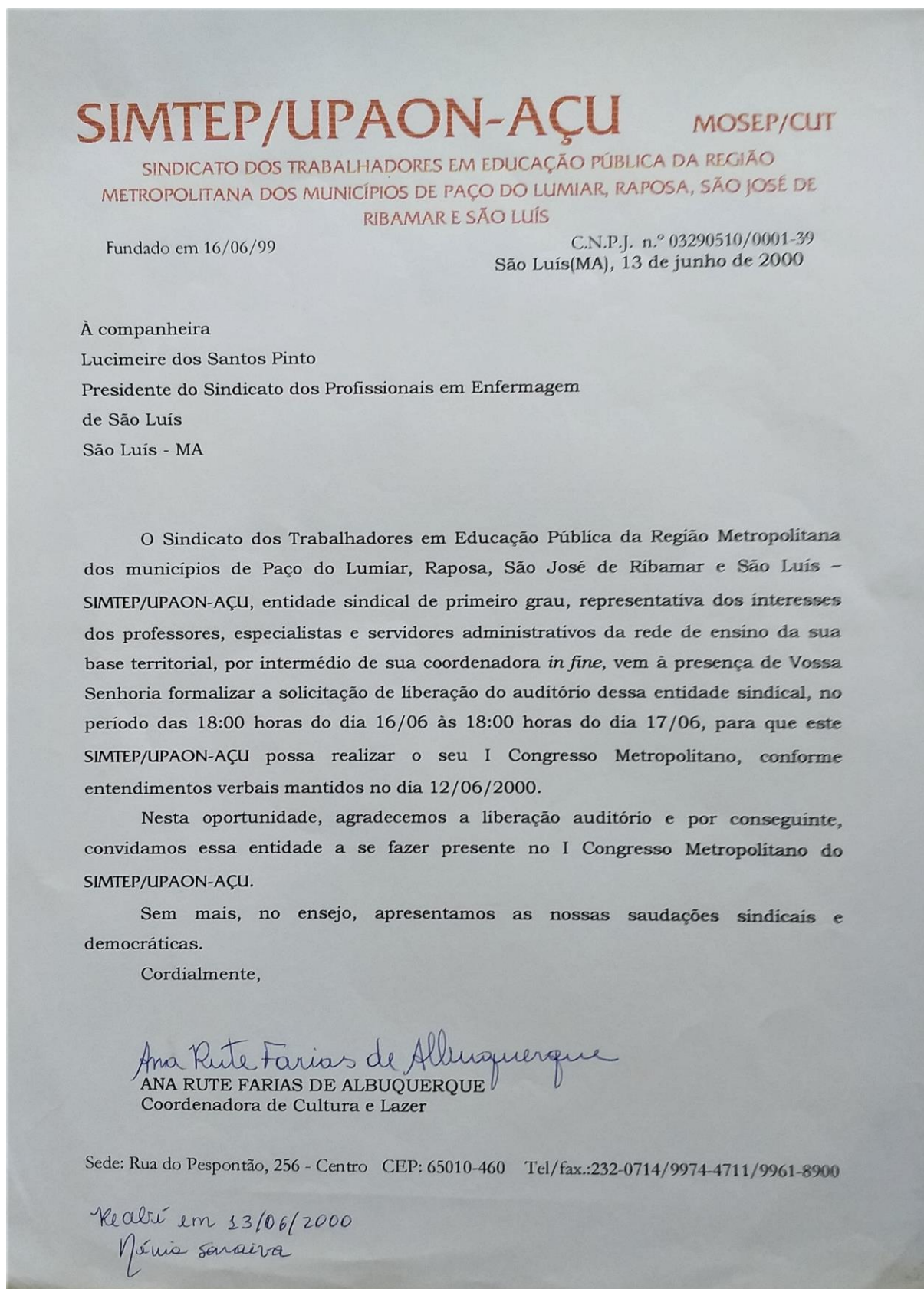
Mais um exemplo de tal conduta foi a carta encaminhada ao Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo (APEOESP), datada do dia 22 de janeiro de 1998, solicitando apoio financeiro e político.

FIGURA 43 – Carta do MOSEP à APOESP de 22 de janeiro de 1998

Fonte: Fotografia tirada pelo Autor em 09 de março de 2020.

O SIMTEP/UPAON-AÇU/MOSEP, no dia 13 de junho de 2000, ainda recorria às instituições sindicais em busca de apoio e parceria para desenvolvimento de suas atividades, como, por exemplo, encaminhando solicitação ao Sindicato dos Profissionais em Enfermagem de São Luís, de cessão de auditório para realização de evento.

FIGURA 44 – Solicitação do SIMTEP ao Sindicato dos Profissionais em Enfermagem em 13 de junho de 2000



Fonte: Fotografia tirada pelo Autor em 09 de março de 2020.

7 A CHAPA GUARNICÊ PRA EDUCAR ASSUME O SINPROESEMMA: da harmonia à crise política que afastou Lucimá Goes de Sousa

A emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos próprios trabalhadores.

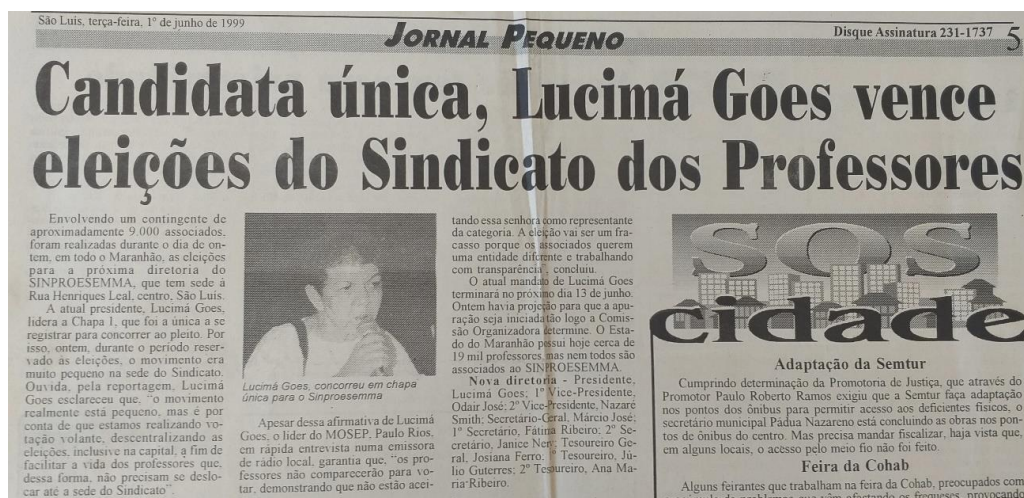
(MARX, 1864)

Este capítulo expõe o processo da eleição da chapa Guarnicê pra Educar, para diretoria e conselho fiscal, ocorrida em 31 de maio de 1999, e a articulação do PCdoB/CSC para afastar a última peça que entravava o alcance do objetivo principal desse grupo político, isto é, sua própria aliada política, Lucimá Góes de Sousa, que, apesar de ter experiência, agiu por ingenuidade ou por sagacidade ao extremo, possibilidades que a levaram a se descuidar de qualquer segurança política, que a protegesse da sede pelo poder do grupo que lhe deu sustentação política para o retorno à presidência do SINPROESEMMA.

7.1 A ascensão harmoniosa de Lucimá Goes de Sousa e o grupo do PCdoB à diretoria do SINPROESEMMA

A composição da chapa, organizada por Lucimá Góes de Sousa, terminou colocando membros do partido em cargos estratégicos da diretoria do sindicato, membros como Júlio Guterres com larga experiência no movimento sindical e, especificamente, no Sindicato dos Metalúrgicos controlado pelo PCdoB, e outros com menos experiência, mas do partido, o principal deles, o de 1º vice-presidente, o cargo que Odair José Neves Santos ocupava, eles sabiam que cedo ou tarde, no interregno dos três anos regimentais de gestão, encontrariam o momento ideal para alcançar o objetivo principal, o de chegar ao poder máximo da diretoria do sindicato.

FIGURA 45 – Matéria do Jornal Pequeno de 1º de junho de 1999



Fonte: Fotografia tirada pelo Autor em 04 de abril de 2019.

Como demonstra a matéria do periódico local (FIGURA 45), a gestão da chapa Guarnicê pra Educar inicia o mandato a partir da contestada eleição do 31 de maio de 1999, em que concorreu unicamente a chapa Guarnicê pra Educar.

Nesse instante, a conjuntura política do sindicato é outra. Primeiro em função de a aliança Lucimá Goes de Sousa/PCdoB ter alcançado o principal objetivo: assumir a diretoria do sindicato; o segundo objetivo se concretiza com o processo de afastamento de Lucimá Góes de Sousa, que tem início no segundo semestre de 2001, o que se caracterizou como crise política no âmbito da diretoria do sindicato alinhada ao PCdoB.

Nesse contexto político, o MOSEP declinara de participar do processo eleitoral pelas razões anteriormente expostas, e optara por fazer a disputa política por outro caminho. Portanto, nesse contexto, três entes políticos continuam atuando, após a eleição da diretoria do sindicato em 31 de maio de 1999: Lucimá Goes de Sousa, o grupo do PCdoB e o MOSEP.

Em junho de 1999, o informativo (GUARNICÊ..., 1999b, p. 1-2) da diretoria eleita, gestão Guarnicê pra Educar, fazia menção à eleição na primeira página, e na página 02, em um tópico denominado *autoritarismo*: afirmava que, apesar da lisura de todo o processo eleitoral, “algumas forças lutaram para inviabilizar a eleição do sindicato, uma foi a autointitulada oposição”. (GUARNICÊ..., 1999b, p. 02). Isto é, a autointitulada oposição, nessa passagem o grupo de Lucimá Goes de Sousa se referia ao MOSEP.

FIGURA 46 – Boletim da chapa Guarnicê para Educar de junho de 1999



Fonte: Fotografia tirada pelo Autor em 04 de abril de 2019.

Apontava que, na última hora, o MOSEP se omitira do processo. De acordo com a Chapa Guarnicê pra Educar (1999b, p. 02), a narrativa utilizada nesse momento e em tantos outros do embate político era o fato de discordar da lisura do processo eleitoral que considerava comprometida¹, principalmente, porque a chapa Guarnicê pra Educar estava à frente da diretoria na condição de junta governativa provisória com mandato de um ano, de 14 de junho de 1998 a 14 de junho de 1999, e, portanto, utilizava a estrutura material e financeira do sindicato em seu próprio benefício político, além de haver alterado o Estatuto na véspera da eleição e formar uma comissão eleitoral composta por seus partidários. O informativo da diretoria não assume esses fatos que, segundo o MOSEP, tornaram o pleito eleitoral, viciado e fraudulento (MOSEP, 1999e).

Todavia, a diretoria do sindicato cria um discurso em que a narrativa é escolhida como uma tática política de atingir a legitimidade da oposição, um legado conquistado ao longo dos dois anos de atuação, fazendo o necessário contraponto político, por ter uma concepção política, diametralmente oposta à de Lucimá Goes de Sousa e a de seus aliados políticos do PCdoB.

Naquela conjuntura política em que se encontrava o sindicato, uma análise mais superficial, desprovida de criticidade de análise do contexto, poderia perceber a presença do

¹ Essa questão foi tratada na carta enviada no dia 17 de maio de 1999, ao presidente da CUT, Raimundo Monteiro dos Santos. O MOSEP comunicava que estivera reunido no Encontro estadual no dia 15 de maio de 1999, e decidira não participar da farsa e nem legitimar o golpe de Lucimá Goes de Sousa/PCdoB. Sendo assim, o MOSEP não lançaria nenhuma chapa para concorrer às viciadas e fraudulentas “eleições” marcadas para o dia 31 de maio de 1999 (MOSEP, 1999e).

grupo do PCdoB na composição da diretoria do sindicato como relativamente benéfica no que concerne ao fato de Lucimá Goes de Sousa não mais ser capaz de atuar como tradicionalmente o fazia, isto é, ditando todas as regras e normas de conduta sindical, de forma centralizada e personalista; contudo, a contextualização dos fatos desmente essa primeira percepção, pois as outras questões tão amplamente pontuadas pelo MOSEP e tão comprometedoras da autonomia política do instrumento de luta da categoria de trabalhadores de educação não mudariam, porque o PCdoB era parte do governo Roseana Sarney (PFL), e o atrelamento político, nesse nível, configurava o comprometimento do instrumento de luta, o ratificando como entidade burocrática.

Embora as pautas de reivindicação fossem muito parecidas com as pautas de reivindicação encaminhadas pelo SIMTEP/UPAON-AÇU/MOSEP, a real questão residia nos diferentes campos políticos em que atuavam a oposição sindical e a diretoria do sindicato (Lucimá Goes de Sousa/PCdoB) no contexto político maranhense.

Como comprovam as imagens abaixo, a diretoria do SINPROESEMMA, atuando em diversas frentes, nos primeiros momentos, demonstrava coesão e interação, transparecia ar de normalidade política e jurídica. A questão, portanto, que se expõe não é, necessariamente, da dimensão do conteúdo do debate, mas da ordem política que envolveu a diretoria. Sendo assim, faz-se necessário priorizar a análise nessa questão.

FIGURA 47 – Boletim da chapa Guarnicê para Educar de agosto de 1999

número 8 - ano 1 - agosto/99

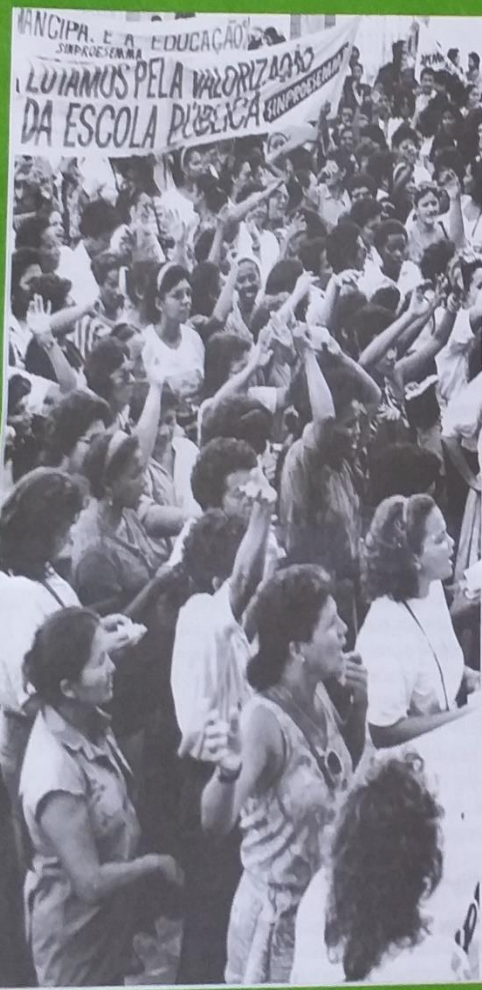
D'CLASSE

informativo do sindicato dos trabalhadores em educação pública das redes estadual e municipais do maranhão - sinprosemma

Leia, Comente e Passe Adiante

GUARNICÊ GESTÃO PRA EDUCAR

Filiado à CNE



No dia 17 de setembro, trabalhadores na educação pública maranhense percorrem as ruas de São Luis em Marcha Estadual. Página 6

Educadores param em defesa da educação pública

Fonte: Fotografia tirada pelo Autor em 05 de abril de 2019.

FIGURA 48 – Boletim da chapa Guarnicê para Educar de agosto de 1999 (página 4)

4 D'CLASSE AGOSTO 99

Pé-na-Estrada

A partir desta edição, os companheiros dos núcleos do SINPROEEMMA terão uma coluna especial para a divulgação de suas atividades. É a *PÉ NA ESTRADA* que relatará viagens, cursos, seminários. Enfim, tudo que anda acontecendo entre os educadores do Maranhão.

Sindicato promove curso em Codó

Recebemos dos companheiros do núcleo de Codó a foto a lado. É o registro do curso de nivelamento em Geometria Plana, realizado entre os dias 22 e 25 de julho. Organizado pelo núcleo local do Sindicato e ministrado pela professora Ana Júlia, diretora do SINPROEEMMA, contou com a presença dos professores Lucimá Goes, presidente, Odair José, vice-presidente, Josiana Maria, que estavam no município tratando de assuntos ligados ao PROEB e à campanha Fora FHC.



Educadores de Bacabal fazem manifestação pública

No dia 19 de agosto, cerca de 600 educadores, estudantes e sindicalistas de Bacabal participaram da Marcha Municipal em defesa da educação pública, percorrendo as ruas da cidade e realizando, ao final, um ato público. A manifestação foi comandada pela professora Janice Nery (ao lado), membro da diretoria do SINPROEEMMA. Estiveram presentes representantes do PCdoB, Joaquim Kiel e Expedito Cruz, e do PSB, vereador Lopes. A diretoria do Sindicato mandou uma representação formada por Lucimá Goes, presidente, Júlio Guterres, tesoureiro, e Marlon Wolff, secretário de educação e formação sindical. Os oradores condenaram a política de FHC, esgotejado o seu afastamento da presidência do país, cobraram mais recursos para a educação, o cumprimento do Estatuto do Magistério Estadual e Municipal e a reposição das perdas salariais.



Maranhão marca presença em ato nacional contra FHC

Os maranhenses estiveram bem representados na *Marcha dos 100 mil*, em Brasília, no dia 26 de agosto: a delegação foi composta por 510 pessoas, de diversas entidades sindicais, populares e democráticas. Os educadores públicos se fizeram presentes com uma expressiva bancada de combativos companheiros. Para o professor Odair José, vice-presidente do SINPROEEMMA e um dos coordenadores da delegação, "a Marcha foi significativa na medida que mostrou o quanto os brasileiros estão insatisfeitos com esse projeto implementado no país por Fernando Henrique e a necessidade de mudança. Mostrou também que a esquerda está unida e tem nova forma de organização capaz de unir e mobilizar a sociedade e que tem projeto para dirigir o Brasil." A Marcha, ao contrário do que apregoava o Governo, foi ordeira e pacífica. Não era golpismo, mas a concretização do direito de livre manifestação.

SINPROEEMMA lança Carta aberta ao povo de Axixá

No mês de agosto, o SINPROEEMMA lançou uma "Carta aberta ao povo de Axixá" procurando intermediar a negociação entre os professores do ensino médio do município e a Prefeitura local. Havia um ambiente de intransigência pois a Prefeitura se recusava a receber as reivindicações dos professores e atendendo-os em audiência. A partir da mobilização do Sindicato e da categoria, foi conseguida uma primeira audiência, com a presença do Sindicato, onde os pontos da pauta começaram a ser tratados. Na próxima edição traremos detalhes sobre como andam as negociações.

Prefeito de Pinheiro faz desconto sem explicações

O SINPROEEMMA esteve na cidade de Pinheiro, no mês de agosto. Ali, debateu a questão do PROEB, a Marcha dos 100 mil e os preparativos para a Marcha Estadual em Defesa e Promoção da Educação Pública. Os professores fizeram uma grave denúncia: por ordem do prefeito José Genésio e sem qualquer justificativa, seus contracheques foram descontados. A revolta foi grande, os educadores municipais realizaram uma passeata pelas ruas da cidade. O SINPROEEMMA está se preparando para voltar lá e cobrar o prefeito.

Graves ameaças pairam sobre a Educação Pública

O projeto de Reforma Tributária, do deputado Mussa Demes (PFL-PI) quer "garfar" a Educação Pública - seria o fim do FUNDEF, do salário-educação e do ensino superior. Quem faz a denúncia é o deputado Gastão Vieira (PMDB-MA).

Pela proposta do deputado pefelista, o governo federal, os estados e municípios deduziriam dos repasses obrigatórios para a educação, todos os repasses aos poderes Legislativo e Judiciário antes de efetuar o cálculo da fatia da educação. Haveria brutal redução na base de cálculo da receita vinculada à manutenção e desenvolvimento do ensino. Somente em nível federal, a educação perderia R\$ 1,7 bilhão - o dobro do previsto para complementação ao FUNDEF em 1999. Todos os níveis de ensino seriam atingidos!

O segundo golpe na educação viria da retrada, sem substituição, da principal fonte de recursos do FUNDEF, que é o ICMS. Esse imposto seria substituído por um novo imposto compartilhado entre União, Estados e Municípios. Entretanto, o Projeto não faz menção às alterações das fontes que compõem o FUNDEF. Fica-se sem pai nem mãe.

O salário-educação seria extinto. Ele, como as demais contribuições sociais, seria substituído por uma única. O perigo é que a educação perde uma vinculação específica, ficando dependente de uma lei complementar. A cotoveladas, disputaria migalhas com outras políticas públicas - geração de emprego, seguro-desemprego.

Essas medidas não são produto da cabeça exclusiva de um deputado pefelista. Inserem-se na lógica do que os neoliberais chamam de redução do custo-Brazil. Mostra de forma clara o descompromisso do governo FHC com a educação pública.

PARTICIPE DESTA PÁGINA

Envie-nos informações sobre realizações nos municípios. Mande também fotos. Use o fax 231-6014 ou entregue diretamente na sede do Sindicato.

Fonte: Fotografia tirada pelo Autor em 05 de abril de 2019.

FIGURA 49 – Boletim da chapa Guarnicê para Educar de agosto de 1999 (página 6)

6 D'CLASSE AGOSTO 99

Como diz a música, educadores maranhenses caminham de braços dados ensinando

UMA NOVA LIÇÃO

Marcha Estadual é dia 17 de setembro, em São Luís

Cristiano Capovilla*

Os trabalhadores em educação pública do Maranhão entram na reta final da preparação da Marcha Estadual em Defesa e Promoção da Educação Pública marcada para 17 de setembro, na praça Deodoro, em São Luís. Os preparativos para esse grande encontro estão sendo organizados desde o início do ano e contam com a participação decisiva dos núcleos do interior do Estado, onde recentemente ocorreram vários atos envolvendo os trabalhadores na discussão dos seus problemas e no fortalecimento da divulgação e organização da Marcha.

BACABAL - Entre esses atos, destaca-se a Marcha Municipal de Bacabal que contou com a participação de 600 pessoas que, além de denunciarem os descasos com a Educação Pública, reivindicaram maior atenção dos governos municipal e estadual para a capacitação profissional e melhorias salariais para os trabalhadores em educação. Organizado pelo Núcleo de Bacabal sob a direção da professora Janice Neri, o ato contou com a presença da presidente do SINPROEEMMA, professora Lucimá Goes, do seu tesoureiro, professor Júlio Guterres, e do secretário de Formação e Educação, professor Marlon Wolff. Várias autoridades locais foram prestigiar a manifestação que percorreu as ruas bacabaleses.

Outros núcleos já têm seus atos marcados. O núcleo de Santa Inês prepara um seminário que vai mobilizar toda a categoria e contará com a presença de representantes da Gerência Regional. Juntos, debaterão assuntos e apontarão perspectivas para a educação pública da região. Os municípios vizinhos deverão participar com delegações.

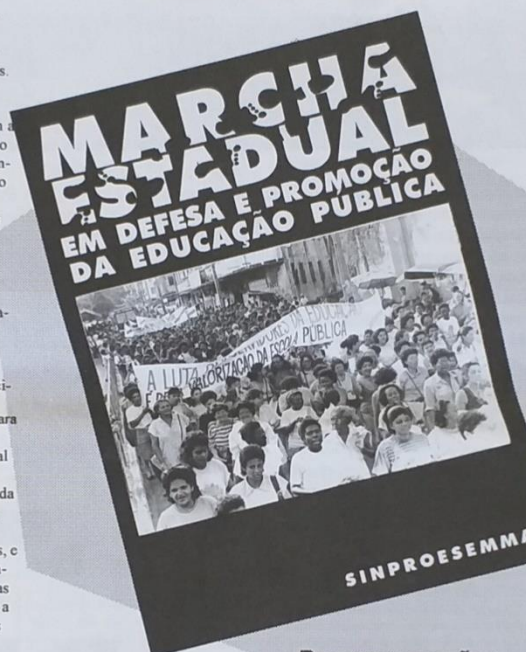
CHAMADA GERAL - A Marcha Estadual em Defesa e Promoção da Educação, promovida pelo SINPROEEMMA, faz parte das mobilizações, em todo o país, da Marcha Nacional, que acontece no dia 06 de outubro, em Brasília. São esperados mais de 30 mil educadores.

A Marcha Estadual tem como objetivo alertar a sociedade e as autoridades municipais e estaduais para o fato de que 85% de todo o ensino ministrado no país, vem da escola pública. Dessa forma, a rede pública deve ser encarada como prioridade, pois dela depende o futuro de grande parte da população carente do nosso Estado. O profissional da Educação não pode ser esquecido, pois ele sustenta o eixo central do sistema de ensino e, como tal, merece condições dignas de trabalho e direito a formação e capacitação.

No dia 17 de setembro São Luís vai parar. Todos os núcleos do SINPROEEMMA no interior mandarão caravanas. Os trabalhadores da capital se deslocarão das escolas. Todos se concentrarão na praça Deodoro, juntamente com estudantes secundaristas e universitários, trabalhadores das universidades, funcionários públicos, metalúrgicos e lavradores. Será o reconhecimento da importância da Educação Pública para o nosso Estado. Qualquer informação sobre a marcha pode ser obtida no Sindicato. A Educação Pública está em perigo e todos devem fazer sua parte. Todos à Marcha Estadual.

Programação:
Aula pública
Marcha
Show Musical

*professor de Filosofia do IEMA e diretor do SINPROEEMMA



Dossiê é retrato da educação pública

Como forma de alertar a sociedade e as autoridades sobre a educação pública, a Marcha também entregará à Assembléia Legislativa, ao Governo do Estado e ao Ministério Público um Dossiê, que vai conter, de forma sistematizada, o perfil da educação que prefeituras e Estado ofertam. Nele estarão: jornada de trabalho de professores e funcionários, existência ou não de planos de carreira, condições de trabalho, principais problemas de cada escola (currículos, equipamentos, gestão, profissionalização), repasse de recursos, existência de concursados ou contratados, conhecimento sobre a legislação educacional, experiências positivas ...

Esse mesmo documento, será enviado a Brasília, para compor um Dossiê Nacional.

O SINPROEEMMA distribuiu o questionário-dossiê para todos os núcleos com a intenção de facilitar a obtenção das informações necessárias para a confecção dos dossiês estadual e nacional. Entretanto, poucos núcleos retornaram com os dossiês preenchidos. Sente-se um clima de medo. Mas, é bom lembrar que o educador não precisa se identificar. O importante são as informações sobre cada escola.

Para solucionar problemas ou dúvidas, o SINPROEEMMA deixa a disposição os telefones 231-7693 ou 231-6014. Falar com Cristiano, Marlon ou Lucimá.

Fonte: Fotografia tirada pelo Autor: 05 de abril de 2019.

Essa harmonia durou até o instante em que o grupo do PCdoB adquiriu compreensão de como a máquina sindical funcionava, sua aliada política, foi estrategicamente útil com

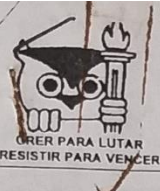
vistas a essa primeira etapa da aliança política. Esse período de normalidade política e jurídica durou de fato até o primeiro semestre do ano de 2001.

7.2 O acirramento das controvérsias e a crise da aliança na diretoria do SINPROESEMMA

As controvérsias entre Lucimá Goes de Sousa e o grupo do PCdoB se acirravam cotidianamente, inclusive, a presidente apontava que o grupo do PCdoB, liderado pelo 1º vice-presidente, Odair José Neves Santos, atuava dentro da diretoria em nome de seus interesses pessoais e partidários e tentava de todas as maneiras manipular a opinião pública e as verbas do sindicato. Questões essas que estão documentadas no informativo *D'Classe*, de janeiro de 2002 (SINPROESEMMA, 2002a, p. 01).

A Ata da reunião do Conselho fiscal do dia 18 de agosto de 2001 (SINPROESEMMA, 2001a; FIGURA 50) relatava que o conselho fiscal se reunira para tratar das prestações de contas e das acusações que a presidente, Lucimá Goes de Sousa, fizera ao grupo do PCdoB, especificamente ao 1º vice-presidente, Odair José Neves Santos, ao secretário geral, Márcio de Jesus e ao 1º tesoureiro, Júlio Guterres.

FIGURA 50 – Ata da Reunião do Conselho Fiscal do SINPROESEMMA em agosto de 2001 (página 1)



LUTAR PARA LUTAR
RESISTIR PARA VENCER

SINDICATO DOS PROFESSORES PÚBLICOS, ESPECIALISTAS EM EDUCAÇÃO PÚBLICA E SERVIDORES PÚBLICOS DE EDUCAÇÃO ESTADUAL E MUNICIPAL DO ENSINO DE 1ª e 2ª GRAUS DO ESTADO DO MARANHÃO - SINPROESEMMA

ÓRGÃO DE REPRESENTAÇÃO DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO NO ESTADO - DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA

ESTADUAL LEI Nº 4.469 DE 27/09/82 E MUNICIPAL LEI Nº 2.322 DE 19/12/77 COM C.G.C. Nº 06646999/0001-40

Com Sede à Rua Henrique Leal, nº 128 - Centro - Fone: (98) 231-7693 231-6014 - CEP 66.010-160 - MA

FILIADA À CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO - CNTE - BRASÍLIA/DF

Entidade Classista de Direito Privado

Representa, defende e reivindica interesses da Categoria perante o Poder Público

Luta pela melhoria e valorização intelectual e funcional do Magistério


Pelo Ensino Público e Gratuito e Democratização da Escola

Objetiva a integração, a mobilização e a conciliação da Classe

Colabora com o Poder Público e outras instituições em busca de soluções para a Educação

Oferece outros Benefícios e dispõe de Jazigo próprio no Parque da Saúde

Seja sócio do SINPROESEMMA e tenha a garantia dos trabalhadores do Ensino





Ata da vigésima sétima Reunião dos Membros do Conselho Fiscal do SINPROESEMMA convocada para 18/08/2001.

Aos dezoito dias do mês de agosto do ano dois mil e um, às quatorze horas, na sede do sindicato, reuniram-se os membros do Conselho Fiscal: Joana Evangelista Gomes Moraes, Ana Júlia Souza Cordeiro, Maria Felícia Rodrigues Martins e Maria das Graças Feitosa para analisar as prestações de contas do mês de julho deste ano de dois mil e um. A presidenta do Conselho Joana Evangelista abriu os trabalhos alertando o Conselho das responsabilidades de seus membros não só com a análise das prestações de contas mas também com a fiscalização de documentos, patrimônio e políticas implantadas que não objetivem a melhoria da classe de trabalhadores do Ensino. Que na última reunião realizada pela diretoria e que bem lembra, estavam presentes Ana Júlia e Graça Feitosa, o grupo PC do B propôs a demissão de seis funcionários e pagamento pelo sindicato de valor igual à remuneração do professor da classe quatro da Rede Pública Estadual do Ensino que não é inferior a setecentos reais, para os diretores Odair José, Márcio José e Júlio Guterres, vive-presidente, secretário geral e primeiro tesoureiro respectivamente, do SINPROESEMMA. Que apesar da presidenta ter explicado que existia declaração assinada pelos diretores da Diretoria Executiva, onde todos declaram que o SINPROESEMMA não remunera seus dirigentes, não distribui lucros ou vantagens aos seus associados a qualquer título; que esse é um documento que se encontra nos registros da Secretaria Municipal da Fazenda e Coordenação de Administração Tributária e que expediu através da divisão de Fiscalização, Termo Final de parecer favorável a isenção de tributos. Mesmo assim a Diretoria aprovou que os diretores Odair, Márcio e Júlio fossem remunerados até realização do Concurso Municipal de São Luís. Que observou diretores que colocaram-se na situação de abstenção favorecendo assim a proposta do grupo do PC do B. Que recebeu e está apresentando aos conselheiros Ofício da presidente comunicando que convocaria a Assembléia Geral para o mês de outubro para apreciação de prestações de contas do ano de um mil novecentos e noventa e nove e adiamento da prestação do ano dois mil em razão de levantamento de situações de duplicidade de recibos do PROCAD, depósitos em valores inferiores ao do Convênio e depósito não efetuados conforme Convênio SINPROESEMMA/FACT/UEMA e contrato entre o professores Procadiano e o Sindicato. Que em função de denúncias de desvios que os próprios diretores do PC do B estão divulgando, a presidenta do SINPROESEMMA encaminhou para o Conselho Fiscal, as xerox dos depósitos efetuados no Banco do Brasil, repassados ao Sindicato conforme acordo anterior entre o Sindicato e os professores do Programa e demais materiais que ajudam na conclusão deste trabalho. Que com esse ofício a presidente solicita o parecer do Conselho para apresentar em Assembléia de Prestações de Contas do ano dois mil a ser realizada no mês de dezembro deste ano. Que o Conselho tem analisado as prestações e conhece os dados dos créditos e débitos do Programa. Que reconhece ser o trabalho exaustante mas que colocará à disposição do Conselho três funcionários incluindo Elbeli Sampaio Gonçalves que estava fazendo este levantamento com orientações obtidas com a Gerente do Banco


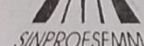
Fonte: Fotografia tirada pelo Autor em 07 de abril de 2019.

FIGURA 51 – Ata da Reunião do Conselho Fiscal do SINPROESEMMA em agosto de 2001 (página 2)

 <p>CRER PARA LUTAR RESISTIR PARA VENCER</p>	<p>SINDICATO DOS PROFESSORES PÚBLICOS, ESPECIALISTAS EM EDUCAÇÃO PÚBLICA E SERVIDORES PÚBLICOS DA EDUCAÇÃO ESTADUAL E MUNICIPAL DO ENSINO DE 1º e 2º GRAUS DO ESTADO DO MARANHÃO - SINPROESEMMA ÓRGÃO DE REPRESENTAÇÃO DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO NO ESTADO - DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL LEI Nº 4.469 DE 27/09/82 E MUNICIPAL LEI Nº 2.322 DE 19/12/77 COM C.G.C. Nº 06646999/0001-40 Com Sede à Rua Henrique Leal, nº 128 - Centro - Fone: (98) 231-7693 231-6014 - CEP 65.010-160 - MA FILIADA À CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO - CNTE - BRASÍLIA/DF</p>
<p>Entidade Classista de Direito Privado</p>	
<p>Representa, defende e reivindica interesses da Categoria perante o Poder Público</p>	<p>do Brasil. A conselheira Maria da Graças, usou da palavra para lembrar aos conselheiros que o tesoureiro Júlio Guterres fora comunicado de que deveria comparecer na reunião do mês de maio para prestar esclarecimento sobre os cheques de 001236 / 001231 / 001240 / 001259 do Banco Bradesco relativos ao mês de fevereiro e que não compareceu, também não compareceu na reunião do mês de junho onde deveria esclarecer sobre os cheques de número 0011387 / 001386 do Banco Bradesco relativos ao mês de abril. Continuando a conselheira Maria da Graças lembra que também tem anotado que foi solicitado a presença do Senhor Júlio Guterres para esclarecimentos sobre os cheque de número 1422 do Banco Bradesco emitido no mês de maio. Ainda com a palavra a professora Maria das Graças na sua falação coloca que a presidenta necessita urgentemente tomar providências no sentido de suspender adiantamentos destinados a Júlio Guterres até que sejam apurados pelo Conselho Fiscal os registros em Ata a respeito do assunto. A presidenta do Conselho registrou, que sobre os empréstimos efetuados ao SINTEMA e SINDMETAL/MA, os dois com diretores do PC do B, até então não foi contabilizado qualquer restituição. Continuando lembrou aos conselheiros que o empréstimo do SINTEMA fora discutido em reunião mas que o empréstimo do SINDMETAL, no valor de cinco mil reais, no ultimo mês do ano dois mil não fora discutido em reunião de diretoria e a maioria dos diretores consultados não assinaram concordando, por razão do SINTEMA não ter honrado com o acordo. Mesmo assim o tesoureiro Júlio Guterres efetuou o empréstimo ao SINDMETAL/MA em vinte e dois de dezembro do ano dois mil. O mais grave, continua a professora Joana é que um outro recibo de quinhentos reais, do mês de fevereiro, foi encontrado nas prestações do mês de abril como empréstimo ao SINDMETAL/MA, no armário do Funcionário Augusto Jorge Fiquerêdo Reis, por ocasião de fiscalização deste Conselho. Continuando com a palavra a conselheira Joana explica que agrava mais a situação o fato de neste segundo empréstimo os diretores, incluindo o Conselho desconhecerem de ser o tesoureiro do SINDMETAL/MA irmão do Júlio Guterres. Usando a palavra a conselheira Maria das Graças desabafa: Estamos com explosivos nas mãos e próximo do fogo. Proponho que se na próxima reunião o tesoureiro Júlio Guterres não comparecer, seja convocado uma Assembléia Geral, como propôs a presidente para que a Assembléia decida as punições a que deve ser submetido o tesoureiro Júlio Guterres, mesmo que este Conselho tenha posição definida sobre o assunto. Continuando a conselheira Maria da Graças Feitosa, relatou que está de posse de Ofícios encaminhado pela presidente do Sindicato à presidenta do Conselho Fiscal, no qual denuncia e solicita parecer do Conselho quanto a documentos que tem sido expedidos pelo vice-presidente do SINPROESEMMA, inclusive recebimento de Imposto Sindical junto à Prefeitura de Paço do Lumiar sem que esta seja atribuição de seu cargo e sem, o conhecimento da presidenta, encaminhando inclusive xerox do documento que acusa o recebimento do valor de um mil novecentos e noventa e seis reais e setenta e três centavos, pagos com cheque nominal. Que esses são fatos extremamente complicados para a administração do Sindicato e que seria de bom alvitre convocar o vice-presidente Odair José para esclarecimentos quanto a atividades tão espúrias. Foi aprovado que o Conselho convocasse Júlio Guterres e Odair José para esclarecimento na reunião marcada para o mês de setembro, às dez horas na sede do Sindicato, e em caso de não atendimento à convocação, o Conselho</p>
<p>Luta pela melhoria e valorização intelectual e funcional do Magistério</p>	
<p>Pelo Ensino Público e Gratuito e Democratização da Escola</p>	
<p>Objetiva a integração, a mobilização e a conscientização da Classe</p>	
<p>Colabora com o Poder Público e outras instituições em busca de soluções para a Educação</p>	
<p>Oferece outros Benefícios e dispõe de Jazigo próprio no Parque da Saúde</p>	
<p>Seja socio do SINPROESEMMA e a garantia dos trabalhadores do Ensino</p>	
 <p>SINPROESEMMA</p>	


Fonte: Fotografia tirada pelo Autor em 07 de abril de 2019.

FIGURA 52 – Ata da Reunião do Conselho Fiscal do SINPROESEMMA em agosto de 2001 (página 3)

 <p>CRER PARA LUTAR RESISTIR PARA VENCER</p>	<p>SINDICATO DOS PROFESSORES PÚBLICOS, ESPECIALISTAS EM EDUCAÇÃO PÚBLICA E SERVIDORES PÚBLICOS DA EDUCAÇÃO ESTADUAL E MUNICIPAL DO ENSINO DE 1ª e 2ª GRAUS DO ESTADO DO MARANHÃO - SINPROESEMMA ÓRGÃO DE REPRESENTAÇÃO DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO NO ESTADO - DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL LEI Nº 4.469 DE 27/09/82 E MUNICIPAL LEI Nº 2.322 DE 19/12/77 COM C.G.C. Nº 06646999/0001-40 Com Sede à Rua Henrique Leal, nº 128 - Centro - Fone: (98) 231-7693 231-6014 - CEP 66.010-160 - MA FILIADA À CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO - CNTE - BRASÍLIA/DF</p>
<p>Entidade Classista de Direito Privado</p>	<p>tomaria as providencias cabíveis. A presidenta do Conselho entregou aos conselheiros as prestações de contas do mês de julho de dois mil e um para análise. Registrou-se que o tesoureiro abasteceu a kombi do Sindicato de placa HOP trinta e seis dezoito (HOP-3618), no dia primeiro de junho, num total de cento e cinquenta e um litros e setenta e nove centésimos de litros (151,79 ℓ) de gasolina, totalizando uma despesa no valor de duzentos e setenta e cinco reais e quarenta e oito centavos, que fora reajustado pelo preço do dia em que foi efetuado o pagamento, conforme informações prestadas pelo Pôsto fornecedor, custando aos cofres do Sindicato seiscentos e sessenta e três reais e noventa e oito centavos, conforme Nota Fiscal de número quarenta e oito sessenta e sete (NF 4867) – Comercial de Postos LTDA, com todas as notas de fornecimentos assinadas pelo primeiro tesoureiro Júlio e constando o carimbo do CNPJ do SINPROESEMMA exceto, o datado do dia vinte e três de junho que foi abastecido o veiculo de placa HOW setenta e oito treze (HOW-7813) e que não é de propriedade do Sindicato mas que consumiu vinte e um litros e quarenta e quatro centésimos de litros (21,44 ℓ) de gasolina. Registra que o Conselho ouvira nesta mesma tarde a presidenta do Sindicato professora Lucimá Goes e a tesoureira Joseana Maria que afirmaram desconhecer a existência do Pôsto que fornecesse combustível com pagamento a prazo para o Sindicato. Relatou a tesoureira Joseana Maria que foi ao Pôsto e comunicou, em nome da presidenta, que caso o Pôsto fornecesse combustível sem a autorização conjunta do Tesoureiro e Presidente, o Sindicato não se responsabilizaria pelo pagamento. A presidenta explicou que pagou a despesa de combustível apresentada por Júlio Guterres, primeiro porque nas notas de fornecimento constava CNPJ do Sindicato, segundo porque estava assinada pelo tesoureiro e terceiro porque o Sindicato já fora penhorado em dois mil reais e um telefone, por ter a Diretoria classificado o determinado pagamento de indevido, mas que o juiz sentenciou o Sindicato. Ressaltou a Presidente que esse Processo prejudica o Sindicato até hoje, que está com seu nome no SERASA, o que dificulta abertura de contas em bancos e de créditos para o Sindicato; Que solicita orientação do Conselho Fiscal em situações como esta. O Conselho também registrou o desencontro de informações nos dados sobre as prestações de serviços da Gráfica Santa Clara e os dados fornecidos pelo tesoureiro. Nos dados do tesoureiro Júlio Guterres foram impressos dez mil marca-páginas quando na nota de entrega da gráfica consta apenas cinco mil impressos e com rasuras na anotação. O que agrava este problema é o depoimento da conselheira Maria das Graça Feitosa que fora informada pelo vice-presidente do Sindicato que foram impressos apenas duzentos marca-páginas enquanto que para a presidente do Sindicato foram impressos apenas cento e cinquenta marca-páginas. No caso dos jornais D'Classe a informação do tesoureiro foi de impressão de dez mil no valor de dois mil seiscentos e setenta reais e que nas notas de entrega da gráfica foram impressos apenas sete mil jornais, Panfletos F/V em 1 cor, panfletos "Gremios", 1 x 1 cor, Boletim Informativo e Informativo Chapa 2 o tesoureiro não registrou. Nós conselheiros queremos ouvir o tesoureiro para saber que chapa é essa que Diretores e Conselho desconhecem. Observa conselheira Ana Julia que os valores das despesas na Gráfica Santa Clara e nos dados do Tesoureiro mesmo com quantitativos de impressões, produtos, e custos diferenciados, o total é o mesmo, isto é, de três mil oitocentos e quarenta e cinco reais. O Conselho definiu que mantém o que fora</p>
<p>Representa, defende e reivindica interesses da Categoria perante o Poder Público</p>	
<p>Luta pela melhoria e valorização intelectual e funcional do Magistério</p>	
<p>Pelo Ensino Público e Gratuito e Democratização da Escola</p>	
<p>Objetiva a integração, a mobilização e a organização da Classe</p>	
<p>Colabora com o Poder Público e outras instituições em busca de soluções para a Educação</p>	
<p>Oferece outros Benefícios e dispõe de Jazigo próprio no Parque da Saúde</p>	
<p>Seja socio do SINPROESEMMA e a garantia dos trabalhadores do Ensino</p>	
 <p>SINPROESEMMA</p>	

Fonte: Fotografia tirada pelo Autor: 07 de abril de 2019.

FIGURA 53 – Ata da Reunião do Conselho fiscal do SINPROESEMMA em agosto de 2001 (página 4)



**CRER PARA LUTAR
RESISTIR PARA VENCER**

SINDICATO DOS PROFESSORES PÚBLICOS, ESPECIALISTAS EM EDUCAÇÃO PÚBLICA E SERVIDORES PÚBLICOS DA EDUCAÇÃO ESTADUAL E MUNICIPAL DO ENSINO DE 1º e 2º GRAUS DO ESTADO DO MARANHÃO - SINPROESEMMA


ÓRGÃO DE REPRESENTAÇÃO DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO NO ESTADO - DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA

ESTADUAL LEI Nº 4.469 DE 27/09/82 E MUNICIPAL LEI Nº 2.322 DE 19/12/77 COM C.G.C. Nº 06646999/0001-40

Com Sede à Rua Henrique Leal, nº 128 - Centro - Fone: (98) 231-7693 231-6014 - CEP 66.010-160 - MA

FILIADA À CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO - CNTE - BRASÍLIA/DF

<p>Entidade Classista de Direito Privado</p> <p>Representa, defende e reivindica interesses da Categoria perante o Poder Público</p> <p>Luta pela melhoria e valorização intelectual e funcional do Magisterio</p> <p>Pelo Ensino Público e Gratuito e Democratização da Escola</p> <p>Objetiva a integração, a mobilização e a conciliação da Classe</p> <p>Colabora com o Poder Público e outras instituições em busca de soluções para a Educação</p> <p>Oferece outros Benefícios e dispõe de Jazigo próprio no Parque da Saúde</p> <p>Seja sócio do SINPROESEMMA e a garantia dos trabalhadores do Ensino</p>	<p>aprovado quanto a convocação do Julio Guterres – Primeiro Tesoureiro e Odair José – Vice-Presidente. Que a deliberação sobre a aprovação dos balancetes estaria condicionada as explicações da tesouraria sobre os registros pautados nesta Ata</p> <p>Aprovou o Conselho que a secretaria Maria das Graças Feitosa xerocasse todos os comprovantes de fornecimento de combustível e Nota Fiscal bem como notas de entrega e Nota Fiscal do material impresso pela Gráfica Santa Clara e de todos os registro de Atas anteriores para possiveis necessidades de provas. Aprovou a contratação de um assessor de Imprensa e de um Advogado, devendo ser logo contactado para providências, quanto a tudo que se encontra registrado, caso não se tenha uma explicação plausível para toda essa situação. Dado o avançado da hora a presidenta encerrou os trabalho e eu Maria das Graças Feitosa lavei presente Ata que após lida e aprovada vai assinada por quem de direito.</p> <p><i>Maria das Graças Feitosa</i> <i>Joana Evangelista Gomes Moraes</i> <i>Maria Selicia Rodrigues Martins</i> <i>Ana Julia Souza Cordeiro</i></p>
--	---





SINPROESEMMA

Fonte: Fotografia tirada pelo Autor em 07 de abril de 2019.

Assim, diante desses fatos relatados na referida ata (FIGURAS 50-53) financeira só se tornaram controvérsias em função de o grupo do PCdoB dentro da diretoria do sindicato, liderado pelo 1º vice-presidente, Odair José Neves Santos, ter como meta afastar a presidente, Lucimá Goes de Sousa, até então, aliada política. Portanto, o grupo do PCdoB, paralelamente, atuava para desacreditá-la politicamente, antes do processo jurídico que seria instaurado a partir de outubro do ano de 2001.

Mas antes, novamente o conselho fiscal se reúne no dia 23 de setembro de 2001 para ouvir as explicações sobre prestação de contas do primeiro tesoureiro, Júlio Rêgo Guterres, e explicações do 1º vice-presidente, Odair José Neves Santos, devido às acusações que a presidente, Lucimá Goes de Sousa, fizera ao referido órgão em agosto, como segue exposto (SINPROEEMMA, 2001b; FIGURA 54).

FIGURA 54 – Ata da Reunião do Conselho Fiscal do SINPROESEMMA em setembro de 2001

 <p>CRER PARA LUTAR RESISTIR PARA VENCER</p>	<p>SINDICATO DOS PROFESSORES PÚBLICOS, ESPECIALISTAS EM EDUCAÇÃO PÚBLICA E SERVIDORES PÚBLICOS DA EDUCAÇÃO ESTADUAL E MUNICIPAL DO ENSINO DE 1ª e 2ª GRAUS DO ESTADO DO MARANHÃO - SINPROESEMMA ÓRGÃO DE REPRESENTAÇÃO DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO NO ESTADO - DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL LEI Nº 4.469 DE 27/09/82 E MUNICIPAL LEI Nº 2.322 DE 19/12/77 COM C.G.C. Nº 06646999/0001-40 Com Sede à Rua Henrique Leal, nº 128 - Centro - Fone: (98) 231-7693 231-6014 - CEP 66.010-160 - MA FILIADA À CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO - CNTE - BRASÍLIA/DF</p>
<p>Entidade Classista de Direito Privado</p>	<p>Ata da vigésima oitava Reunião dos Membros do Conselho Fiscal do SINPROESEMMA convocada para 23/09/2001.</p>
<p>Representa, defende e reivindica interesses da Categoria perante o Poder Público</p>	<p>Aos vinte e três dias do mês de setembro do ano de dois mil e um, as dez horas, na Sede do SINPROESEMMA, reuniram-se os membros do Conselho Fiscal: Joana Fvangelista Gomes Morais, Ana Julia Souza Cordeiro, Maria Felícia Rodrigues Martins, para ouvir explicações sobre prestações de contas do Primeiro Tesoureiro Júlio César Rêgo Guterres e explicações do Vice-Presidente Odair José dos Santos Neves quanto a recebimento de Imposto Sindical em Prefeitura sem o conhecimento da Presidenta do Sindicato e da Diretoria. Por decisão dos conselheiros presentes foi, retardado o início dos trabalho no aguardo da presença dos diretores convocados, conforme aprovado em reunião anterior. Os trabalho foram iniciados com a chegada da conselheira Maria das Graças Feitosa que solicitou desculpas pelo atraso, e comunicou que quando fora entregar os ofícios aos Diretores Odair José e Julio Guterres fora molestada com palavras de baixo calão, tendo o tesoureiro Julio Guterres rasgado os ofícios e colocado no bolso. Ainda com a palavra, relata a conselheira Maria da Graças que frente a tanta grosseria, retirou-se do ambiente. Foi então chamada pelo Vice-Presidente Odair José que na escada do prédio comunicou que o Conselho marcasse nova reunião para data posterior ao dia vinte de outubro que ele e o tesoureiro dariam todos os esclarecimentos que o Conselho desejasse. A presidenta do Conselho colocou que era hora de dar um basta com a falta de cumprimento estatutário, desrespeito com os conselheiros e deslealdade com a confiança que o professor depositou ao elegê-los. Facultou a palavra aos conselheiros que propuseram: representação junto ao Ministério Público solicitando, inclusive que seja levantado Impostos Sindicais de todas as Prefeituras que destinaram esses recursos para o SINPROESEMMA e a forma do destino; se através de depósito bancário ou recebimento por membros da Diretoria do Sindicato, especificando o nome do recebedor; que seja cobrado as responsabilidades a quem de direito dos recursos do sindicato usado de forma indevida ou que não foram prestados conta. Que seja contratado Advogado e Assessor de Imprensa e que sejam xerocados os documentos e entregues a esses profissionais para que seja preparado Dossiê a ser encaminhado, não só ao Ministério Público, mas também à Polícia Federal para as providencias cabíveis. As propostas foram todas aprovadas pelos conselheiros presentes acrescida a de elaboração de um relatório do Conselho a ser discutido em Assembléia Geral de prestações de contas a ser convocada pela presidente no mês de outubro, como informou em Ofício neste Conselho. Foi também aprovado que seria encaminhado Ofício a Presidenta da entidade relatando as decisões deste Conselho para as providências. A presidenta do Conselho encerrou os trabalhos e eu Maria das Graças lavrei a presente ata que após lida e aprovada vai assinada por quem de direito.</p> <p><i>Joana Fvangelista Gomes Morais Ana Julia Souza Cordeiro Maria Felícia Rodrigues Martins</i></p>
<p>Luta pela melhoria e valorização intelectual e funcional do Magistério</p>	
<p>Pelo Ensino Público e Gratuito e Democratização da Escola</p>	
<p>Objetiva a integração, a mobilização e a conscientização da Classe</p>	
<p>Colabora com o Poder Público e outras instituições em busca de soluções para a Educação</p>	
<p>Oferece outros Benefícios e dispõe de Jazigo próprio no Parque da Saúde</p>	
<p>Seja sócio do SINPROESEMMA Ele é a garantia dos trabalhadores do Ensino</p>	
 <p>SINPROESEMMA</p>	

Fonte: Fotografia tirada pelo Autor em 07 de abril de 2019.

O conselho fiscal, embora exercendo seu papel, desagradava o grupo do PCdoB, que afrontava e desafiava o referido órgão, inclusive, no momento da entrega dos ofícios de

convocação dos já citados membros da diretoria para a reunião do dia 23 de setembro de 2001, a presidente do conselho fiscal fora ofendida. Desta forma, nessa singular rede de fatos políticos se observa que o grupo do PCdoB não iria ceder às formalidades do conselho fiscal, pois tinha na sua estratégia política o propósito de afastar Lucimá Goes de Sousa e toda a parte da diretoria que fosse alinhada politicamente a ela a qualquer preço. É o que vai ficar caracterizado com a ofensiva que o grupo realizaria a partir do mês de outubro contra todos que decidissem contrariar esse objetivo político, conforme os boletins *D'Classe*: 2ª edição especial de outubro e edição de dezembro de 2001 (SINPROESEMMA, 2001d; 2001e).

A estratégia de ofensiva política do grupo do PCdoB se desenvolveu por meio da acusação de má gestão financeira à presidente e à parte da diretoria que a apoiava (Maria de Nazaré Smith, 2ª vice-presidente, Josiane Maria Ferro Sá Meneses, tesoureira geral, e Ana Maria Ribeiro Freire, 2ª tesoureira), por não prestação de contas e má verbação das verbas do sindicato, inclusive, dos recursos do convênio entre o SINPROESEMMA e a Universidade Estadual do Maranhão-UEMA/FACT, no Programa Capacitação Docente (PROCAD), versão II, no valor aproximado de R\$ 1 milhão de reais, conforme os informativos do sindicato (SINPROESEMMA, 2001d, p. 01-03).

Diante dessas controvérsias, e baseada nessa atuação do conselho fiscal, a presidente Lucimá Goes de Sousa convocou Assembleia Geral Extraordinária para a realização de prestação de contas para o dia 12 de outubro de 2001 – a pretensão da presidente e de seu grupo de apoiadores era esclarecer com riqueza de detalhes todas as questões que envolviam o financeiro, bem como as questões que envolviam o grupo do PCdoB, liderado pelo 1º vice-presidente, Odair José Neves Santos, e o 2º tesoureiro, Júlio Guterres. Mas, para surpresa de Lucimá Goes de Sousa e de parte da diretoria que a apoiava, essa assembleia fora suspensa no dia 11 de outubro, motivada por uma ação impetrada pelas professoras Jorlidalva Joana da Silva e Marilurdes de Nazaré Serra Chaves, que reclamavam sobre os pagamentos realizados ao SINPROESEMMA relativos ao PROCAD II² e que não constavam como valores pagos, conforme a Carta Aberta elaborada por parte da diretoria que apoiava a professora Lucimá Goes (SINPROESEMMA, 2001c; FIGURAS 55-58).

² Cada professor pagava R\$ 90,00 em favor da FACT, entidade de direito privado. Em contrapartida, o MOSEP, por meio do SIMTEP/UPAON-AÇU, acionou o Ministério Público Estadual, objetivando garantir o direito à gratuidade do PROCAD e as condições mínimas de qualidade, sendo instaurado Procedimento Administrativo Investigatório – Inquérito Civil Público, por meio da Portaria 006/00/PJDC em 22 de novembro de 2000. Ressalte-se que o PROCAD I era subvencionado por verbas públicas, enquanto a versão II não mais. O SINPROESEMMA, para manter a oferta, firmou convênio com Instituições de Ensino Superior, por exemplo, com a UEMA/FACT a fim de cumprir com o disposto no art. 87, parágrafo 4º da LBDB (SIMTEP, 2000d, item 2).

Assim, de acordo com o informativo *D'Classe* do SINPROESEMMA (2001d, p. 01), a liminar que afastou Lucimá Goes de Sousa do cargo de presidente fora expedida no dia 11 de outubro, pelo juiz Clésio Coelho, da Comarca do Município de Cururupu, a pedido de duas professoras, o que fica como dúvida se esse fora um ato de vontade das próprias professoras ou fora orientado pelo grupo do PCdoB, com o objetivo exclusivo de derrotar a presidente, jurídica e politicamente, e de se apropriarem do instrumento sindical. A professora Ana Maria Freire, na sua entrevista, aponta essa dúvida (FREIRE, 07 abr. 2019, *em entrevista*).

Com o afastamento temporário da presidente Lucimá Goes de Sousa, e, por consequência, a suspensão da Assembleia Geral Extraordinária que ela convocara para a prestação de contas e esclarecimentos sobre a atuação do grupo do PCdoB na diretoria do SINPROESEMMA, a partir do dia 11 de outubro, assumiu o sindicato o 1º vice-presidente, Odair José Neves Santos. Toda essa manobra jurídica permitiu que o grupo do PCdoB, assumisse o controle do sindicato. Por isso, o 1º vice-presidente convocara outra assembleia através do edital publicado, em 12 de outubro, para o dia 20 de outubro de 2001, estrategicamente ordenada pelo grupo do PCdoB. Neste contexto político, fora deliberado o afastamento temporário de Lucimar Goes da presidência do SINPROESEMMA, pelo período de 75 dias, para que fosse permitida a realização dos trabalhos de auditoria contábil na entidade, conduzidos por meio de uma comissão de inquérito administrativo, que só foi instituída pela portaria nº 02/2001, de 18 de dezembro, ratificando o procedimento realizado pelo juiz Clésio Coelho, da Comarca de Cururupu, de acordo com o informativo *D'Classe* do sindicato, de outubro de 2001 (SINPROESEMMA, 2001d; FIGURA 59).

Além desse mecanismo jurídico-político, o grupo do PCdoB espalhava informações que se constituíam em uma narrativa desfavorável à presidente e publicava matéria, veiculada em uma série de edições especiais do Informativo *D'Classe*, divulgada no mês de outubro, com manchetes como: (1) “Educadores dizem: chega de Lucimá” (SINPROESEMMA, 2001d, p. 01); (2) “DESRESPEITO Lucimá não acata decisões da categoria e da Justiça” (SINPROESEMMA, 2001d, p. 02).

Já no informativo da 4ª edição Especial de janeiro de 2002, as manchetes eram: (1) “A hora do desespero” (SINPROESEMMA, 2002a, p. 01); (2) “Turma barra pesada” (SINPROESEMMA, 2002a, p. 04).

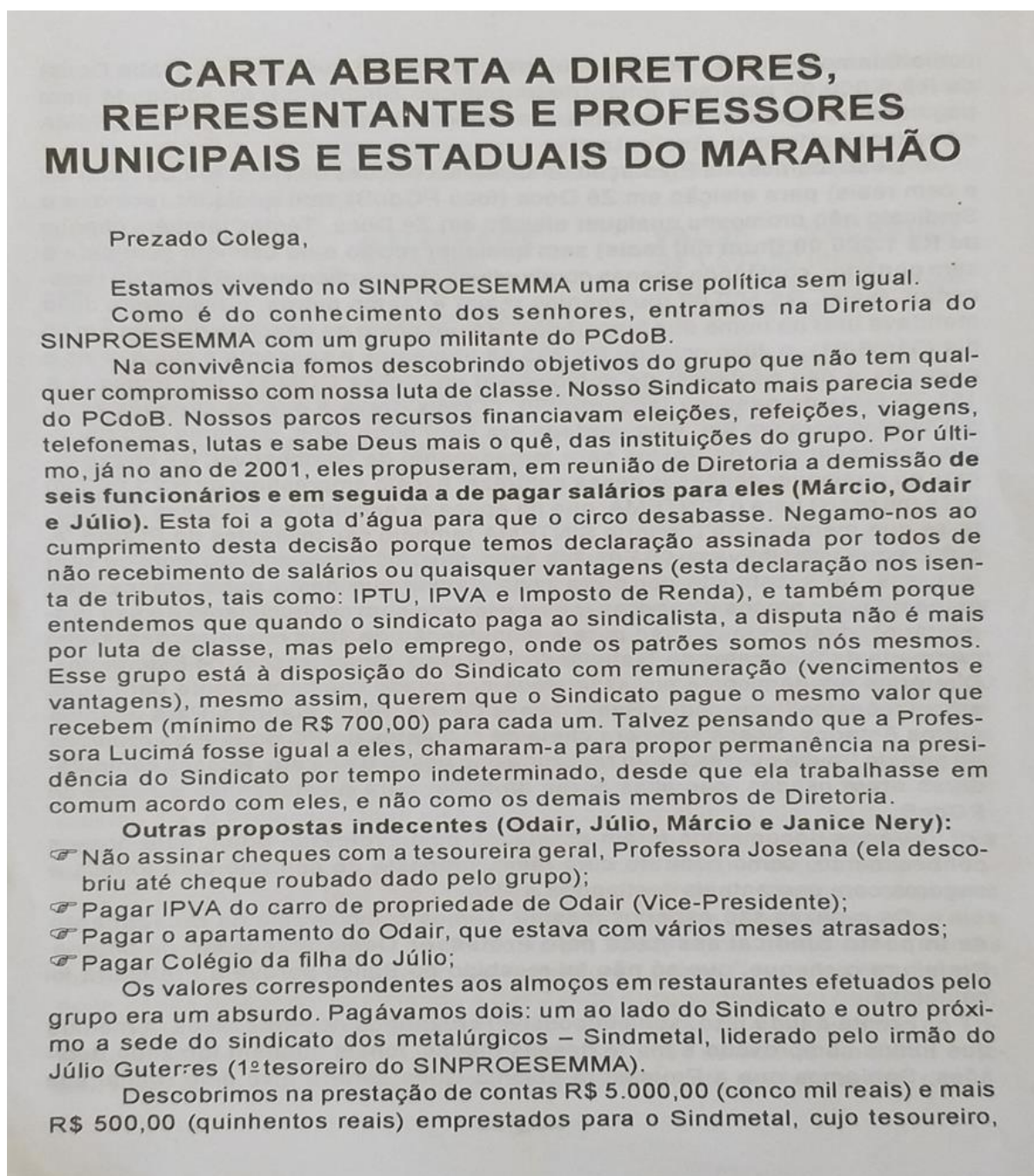
Na continuidade da disputa, conforme informação publicada no boletim informativo de outubro de 2001, consta que, no dia 26, a presidente afastada, Lucimá Goes de Sousa, fora notificada pela justiça da decisão da Assembleia Geral Extraordinária (SINPROESEMMA, 2001d, p. 01). Data em que o grupo do PCdoB ratificou posição política sobre a acusação da

falta de prestação de contas e do endividamento do sindicato com o convênio firmado entre o SINPROESEMMA e a UEMA/FACT, correspondente ao PROCAD II, prestação de contas que fora impedida pela decisão do juiz Clésio Coelho da Comarca de Cururupu. Sendo assim, de um lado o grupo do PCdoB utilizava o instrumento político e de outro o instrumento jurídico para consagrar o objetivo de apropriação do sindicato.

Diante de tal conjuntura jurídico-política, parte da diretoria do SINPROESEMMA, alinhada politicamente com a presidente Lucimá Goes de Sousa, em outubro de 2001, divulga uma carta em que esse ato se configura como uma ação política na tentativa desesperada de reverter o quadro político (SINPROESEMMA, 2001c; FIGURAS 55-58).

Nesta carta as acusações eram, principalmente, de ordem financeira, e apontavam mais especificamente os desvios de recursos do sindicato e o uso da sua estrutura sindical para beneficiar o PCdoB, visando a sua estruturação político-partidária. A carta de outubro de 2001, subscrita pela parte da diretoria que apoiava a presidente, Lucimá Goes de Sousa, apontava sobre a atuação política do PCdoB:

FIGURA 55 – Carta do SINPROESEMMA a Diretores, Representantes e Professores Municipais e Estaduais do Maranhão em outubro de 2001 (página 01)



Fonte: Fotografia tirada pelo Autor: 06 de abril de 2019.

FIGURA 56 – Carta do SINPROEEMMA a Diretores, Representantes e Professores Municipais e Estaduais do Maranhão em outubro de 2001 (página 02)

como falamos, é irmão do Júlio Guterres. O cheque que destinou (sabe Deus) os R\$ 5.000,00 para seu irmão (tesoureiro do Sindmetal), foi solicitado para pagamento de gratificação natalina dos serviços prestados no SINPROEEMMA e serviços gráficos.

Descobrimos, na Prestação de Contas, cheques de R\$ 1.100,00 (hum mil e cem reais) para eleição em Zé Doca (foco PCdoB) sem qualquer recibo, e o Sindicato não promoveu qualquer eleição em Zé Doca. Temos também cheque de **R\$ 1.000,00 (hum mil reais)** sem qualquer recibo e no canhoto sem data e sem portador, constando apenas *combustível*. Outros cheque de R\$ 600,00 (seiscentos reais), R\$ 500,00 (quinhentos reais) e tantos outros, o tesoureiro Júlio mandava tirar no nome dos funcionários. Há um posto de gasolina que em um só dia (01/06/01), o Júlio colocou R\$ 265,48 (duzentos e sessenta e cinco reais e quarenta e oito centavos) de combustível em nossa COMBY. Isto equivale a 151,79 litros de gasolina (absurdo!!!!). O mais grave é que os cheques eram solicitados para um fim, e na verdade era para outro. Nós, diretores não tínhamos conhecimento de Postos para fornecimento de combustível, de empréstimos ou quaisquer despesas dessa natureza, exceto empréstimo de R\$ 3.000,00 (três mil reais) para o SINTEMA, que na época se encontrava em greve. Ressalta-se que membros da Diretoria SINTEMA também são militantes do PCdoB. A gráfica que trabalhávamos há muitos anos, que nos servia sempre, com ou sem recursos, foi substituída por outra constatamos que nesta outra gráfica eles manipulavam preços e serviços (possivelmente sem conhecimento de seu proprietário), desviando recurso para a manutenção de suas organizações, como retomada de Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Organizações de Estudantes, Diretórios Acadêmicos e etc. O telefone era usado constantemente para suas articulações políticas com a Bahia, Minas Gerais, Piauí, Alagoas, Pará e tantos outros Estados. Nossa sede era cheia de militantes do PC do B, e as reuniões do partido, muitas vezes foram realizadas no nosso Sindicato. Nossos computadores eram usados, nas altas horas da noite, para prestação de serviços do PCdoB.

Vários documentos foram assinados pelo Professor Odair, sem nossos conhecimentos, como contrato com rádio, proposta de contrato com jornais e seguros com percentuais destinados a eles.

Os rapazes são espertos mesmo. Temos comprovante de **recebimento de Imposto Sindical assinado pelo Professor Odair**, recebendo na própria Prefeitura o cheque, que só não foi recebido no Banco porque a Prefeitura foi cautelosa.

Frente a tudo isso, seria impossível cruzarmos nossos braços. À medida que fomos comprovado a má fé desses moços, fomos também tomando decisões. Sabíamos que a Professora Lucimá Goes seria o alvo dele (afinal sua

FIGURA 57 – Carta do SINPROEEMMA a Diretores, Representantes e Professores Municipais e Estaduais do Maranhão em outubro de 2001 (página 03)

liderança e credibilidade é incontestável). No entanto, a Professora assumiu conosco a luta de enfrentá-los, mesmo quando eles colocaram que ela estaria perdida porque a CUT, o PCdoB e os simpatizantes iriam investir para ganhar. Assim falou Odair: **“já sabemos o que é este sindicato, e ele será nosso”**.

Outro detalhe que merece destaque é o empreguismo do grupo dentro do Sindicato, senão vejamos:

<u>NOME</u>	<u>ATIVIDADE</u>	<u>VALOR RECEBIDO</u>
Luís Henrique	Advogado	R\$ 1.000,00 (mês)
Gerônimo Paulino	Motorista	R\$ 402,25 + extra (p/mês)
J.R. Prazeres	Assessor Imprensa	R\$ 450,00 (mês)
(não ia ao Sindicato)		
Marden Val	Assessor Comunicação	R\$ 350,00 (mês)
(trabalhava apenas uma hora na Rádio Educadora aos domingos)		
Marinelton	Fotógrafo	variado
(chegou a receber até R\$ 350,00 no mês)		
José Carlos	Aluno (UFMA)	variado
Robson	“ “	variado
Ronald	“ “	variado

Primeiramente era R\$ 50,00 daqui, R\$ 100,00 dali, R\$ 500,00 para congresso, passagens, enfim, estávamos, sem saber, a serviço do PCdoB.

As fortes ações tomadas pelos diretores deste Sindicato, revoltaram os membros diretores do PCdoB, e estes, mesmo sabedores do débito dos professores do PROCAD, entraram com Medida Cautelar Inominada (duas) uma em Cururupu e outra em São Luís para impedir a realização de uma Assembléia de Prestações de Contas que iria discutir toda esta problemática, com xerox que comprovam tudo que acabamos de denunciar. No dia 11 de outubro, o Juiz de Cururupu, concedeu a liminar suspendendo a Assembléia do dia 12 de outubro e afastando a Professora Lucimá Góes, temporariamente, do Sindicato. Neste mesmo dia, o Professor Odair José publicou no Jornal Imparcial (no qual o Prazeres do PCdoB é redator, daí publicações permanentes beneficiando-os), três editais de convocação de assembleias gerais, cujo objetivo seria afastar a Professora Lucimá Góes (era importante para fazer sumir do Sindicato as provas de suas corrupções); aprovar um novo Estatuto (também importante porque eles precisam ganhar as eleições do Sindicato em 2002) e uma auditoria nas contas do Sindicato (com o afastamento da Professora Lucimá Góes eles passaram a noite inteira rasgando, queimando e desviando documentos para beneficiá-los).

A professora Lucimá Góes entrou com um Agravo de Instrumento no Tribunal de Justiça, recebendo Liminar de Reintegração datada de dia 19 de outubro. O grupo do PCdoB negou-se a entregar o Sindicato por três vezes, desafi-

FIGURA 58 – Carta do SINPROEEMMA a Diretores, Representantes e Professores Municipais e Estaduais do Maranhão em outubro de 2001 (página 04)

ando advogados, oficiais de justiça e a própria polícia que foi acionada para garantir a reintegração da Professora Lucimá Góes no cargo de Presidente do SINPROEEMMA. Até hoje o grupo mantém a Secretária do Sindicato sob sua custódia, sem entregar as chaves da mesma, desafiando diariamente os membros da diretoria, com violação de cadeados e abertura de armários na sala Presidência.

A partir de então, o Sindicato virou um campo de batalha. Os militantes do PCdoB, da Capital e do Interior, suas namoradas e até familiares invadiram o Sindicato ameaçando todos os Diretores. Para manter a ordem foi preciso chamar a Tropa de Choque, denunciar na Delegacia de Polícia o que culminou com a retirada dos militares do PCdoB, que não são associados do SINPROEEMMA e a decisão final de entrada no Sindicato, somente de associados e diretores. Não satisfeitos, o grupo do Partido Comunista, entrou com **Notificações** em todas as **Varas da Justiça** (total de 8), para que a Professora Lucimá Góes reconhecesse Odair José como o Presidente do Sindicato (legalmente absurdo!!!). Em seguida entrou com um **Agravo de Instrumento no Tribunal de Justiça e com um Mandado de Segurança**. Novamente entrou com outro **Agravo de Instrumento**. Até então perdeu todos, pois suas denúncias não têm sustentação. São bons de discurso, mas não têm qualquer compromisso conosco.

Vamos continuar lutando. Pretendíamos fazer uma reunião com todas as lideranças municipais para discutir a crise e propor soluções, mas não foi possível. Faltaram recursos. Não estamos movimentando os Bancos, exceto o ITAÚ. O grupo do PCdoB retirou do Bradesco e do Banco do Brasil, nestes poucos dias que a Professora Lucimá Góes ficou afastada, cerca de R\$ 48.400,00 (quarenta e oito mil e quatrocentos reais). Nossos débitos se avolumaram e é urgente que tomemos decisões.

A questão está praticamente encerrado. O recurso impetrado pelo Grupo do PCdoB junto a Ação de Cururupu foi após o prazo legal. Com certeza o processo será extinto, o que já fora solicitado por nossos advogados.

Estamos confiantes que os senhores saberão compreender o que grupos políticos descompromissados com a luta do povo são capazes de fazer.

Estamos encaminhando, para coleta de assinatura junto a servidores da Educação, abaixo assinado a ser encaminhado ao Desembargador, na defesa da Professora Lucimá Góes.

Esperamos contar com vosso apoio.

Atenciosamente,

**A diretoria
SINPROEEMMA**

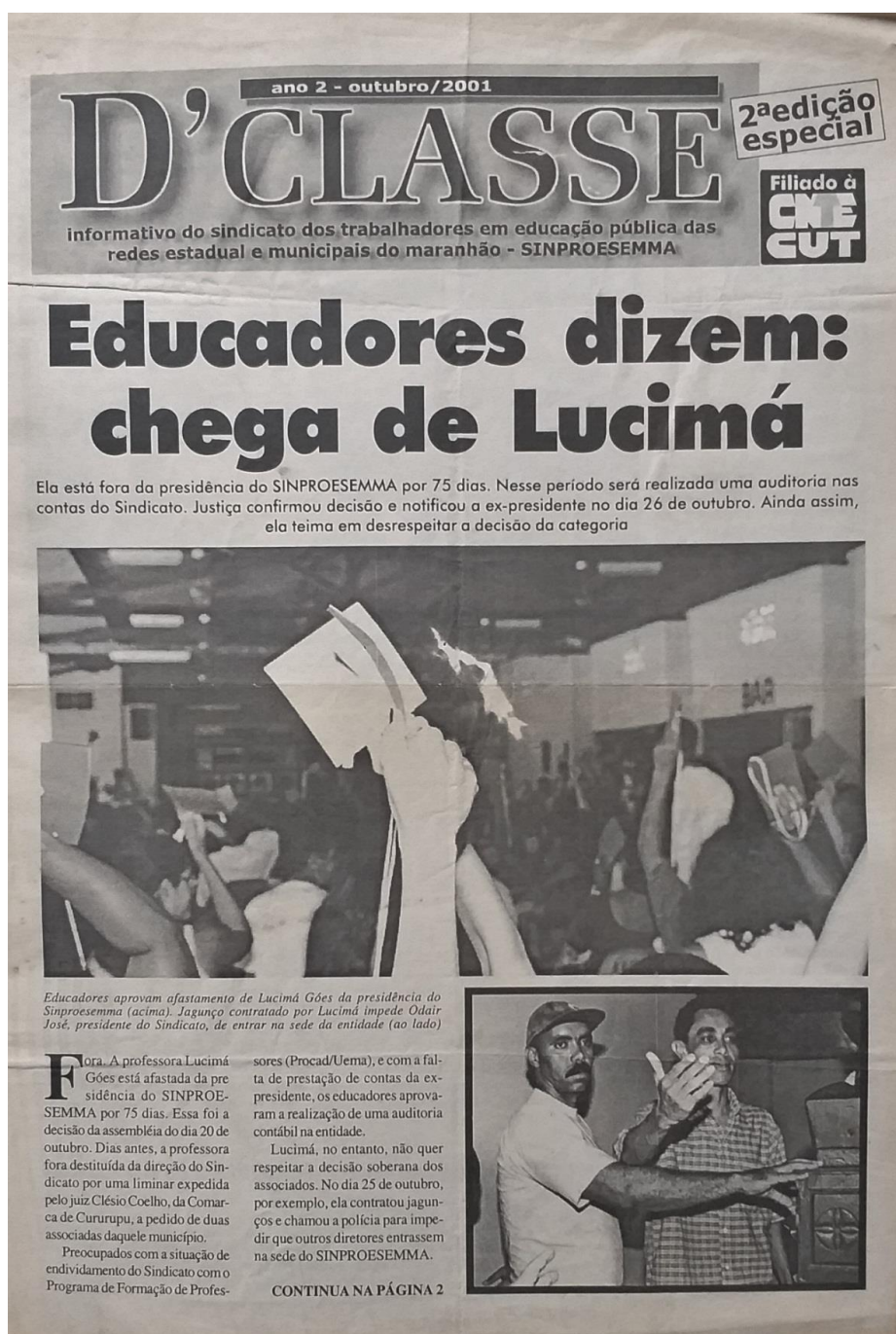
— 4 —

Fonte: Fotografia tirada pelo Autor em 06 de abril de 2019.

Na Assembleia Geral Extraordinária, convocada no dia 12 de outubro de 2001 pelo 1º vice-presidente, Odair José Neves Santos, para o dia 20 do referido mês, parte da categoria

que se fez presente decidiu ratificar o afastamento temporário, por 75 dias, e apoiar a criação de uma Comissão de Inquérito Administrativo. As imagens contidas no Informativo *D'Classe*, divulgadas pelo grupo do PCdoB, demonstram o ocorrido na assembleia de 20 de outubro de 2001 (SINPROESEMMA, 2001d; FIGURAS 59, 60 e 62):

FIGURA 59 – Boletim do SINPROESEMMA de outubro de 2001 (frente)



Fonte: Fotografia tirada pelo Autor em 06 de abril de 2019.

FIGURA 60 – Boletim do SINPROESEMMA de outubro de 2001 (verso)

Lucimá Góes afastada por endividamento

A professora Lucimá estava levando o SINPROESEMMA à falência e os professores ao endividamento crescente. Após assinar um contrato de R\$ 4 milhões com a Uema e produzir uma dívida de R\$ 700 mil, em 18 meses, a ex-presidente já se preparava para firmar convênio semelhante com o UniCuma. Seriam mais professores enclacrados e o Sindicato no caminho da insolvência.

Além de passar por cima de decisão da categoria, ao firmar esses contratos que transfere para o professor o pagamento do Procad, Lucimá Góes nunca prestou contas do pagamento ou apresentou extratos da conta bancária na qual os procadianos pagam suas mensalidades. Em atitude suspeita, a ex-presidente encaminhou ofício à Uema proibindo a divulgação da situação do contrato de R\$ 4 milhões, mesmo para diretores do SINPROESEMMA. Por quê?

Para completar, a desorganização é completa. Para que se tenha uma idéia, agora a Uema está cobrando os comprovantes de quem pagou o Procad, para poder realizar a rematrícula e garantir o abono de R\$ 1.100 a R\$ 1.700, prometido recentemente pelo governo do Estado aos procadianos de sua rede. Mas, a ex-presidente diz não saber quem pagou ou não.

CONVÊNIO

Outro convênio que deverá ser investigado é o firmado entre o SINPROESEMMA e o Capacitação Solidária para realização de cursos profissionalizantes. Um deles é realizado no Clube de Mães da Cohab. Para isso, o Sindicato recebe R\$ 6 mil, mas até hoje não foi prestado conta desses recursos e há reclamações, por parte dos alunos, da falta de material e da péssima qualidade da alimentação.

Ex-presidente tem direito de defesa durante auditoria de contas

A assembleia garantiu à ex-presidente do SINPROESEMMA, Lucimá Góes, o direito de defesa durante a auditoria fiscal. Ela poderá indicar um representante para acompanhar os técnicos durante os 60 dias que vasculharão as contas da entidade.


No final do prazo, ela terá ainda 15 dias para apresentar a sua defesa e contestar, se necessário, os resultados do levantamento.

Concluído todo esse processo, a assembleia geral será novamente convocada para analisar a conclusão da auditoria e dar o seu veredito final.

Essa é uma atitude que faz diferença no SINPROESEMMA. Durante os muitos anos em que dirigiu o SINPROESEMMA, Lucimá Góes nunca adotou essa prática.

Acusou adversários, divulgou mentiras e nunca permitiu que essas pessoas se defendessem. Quem lhe desagradasse era expulso do Sindicato arbitrariamente.

Não é à toa que acumulou a insatisfação da maioria da categoria.



Educadores de diversas regiões do Estado lotaram a Feteima para dar um basta aos desmandos de Lucimá no Sinproesemma

ESTRUTURA SINDICAL MAIS ÁGIL E DEMOCRÁTICA

Os educadores decidiram promover mudanças no Estatuto do SINPROESEMMA baseando-se em Anteprojeto divulgado anteriormente. As alterações têm como objetivo democratizar o Sindicato. O novo Estatuto vai dotar a entidade de uma **estrutura moderna, descentralizada e ágil**. Hoje, o poder está concentrado nas mãos da presidência, que é uma espécie de ditador.

PRINCIPAIS MUDANÇAS

1- CRIAÇÃO DO CONGRESSO DA CATEGORIA
Órgão máximo do Sindicato será formado por delegados eleitos pelos trabalhadores nos municípios e nas regionais. No Congresso será avaliada a atuação da Diretoria e definida a linha de atuação do Sindicato

2- CRIAÇÃO DE DIRETORIAS ESPECÍFICAS
Os diretores ficarão encarregados de pastas específicas, como: Assuntos Educacionais, Imprensa e Divulgação, Políticas Sociais e Esportes, Formação Sindical, Mulher Trabalhadora, Aposentados etc. Hoje há muitos diretores e pouca responsabilidade distribuída. Tudo está na mão da presidência

3- CRIAÇÃO DE DELEGACIAS SINDICAIS
Formada por núcleos municipais representam microrregiões do Estado. Tem autonomia administrativa e financeira relativa. Serão dotados de infra-estrutura mínima (sede, telefone e advogado, por exemplo) para atuar na região atendendo aos pleitos dos associados. Terá mais força para negociar com prefeituras e com as gerências Regionais do governo do Estado

4- AUTONOMIA PARA OS NÚCLEOS SINDICAIS
São subdivisões administrativas organizadas nos municípios. Serão realizadas eleições para a direção dos núcleos, que terão mandato de 2 anos. Os núcleos acompanharão a situação das escolas

-2-

Fonte: Fotografia tirada pelo Autor: 06 de abril de 2019.

Essas duas frentes vão ratificar, no informativo de outubro de 2001, a vitória jurídico-política do grupo do PCdoB, o que possibilitara a consagração do processo de hegemonia desse grupo no SINPROESEMMA, no qual há quase 20 anos se revezam ininterruptamente no poder.

No informativo do SINPROESEMMA do mês de dezembro de 2001, produzido pelo grupo do PCdoB, que estava à frente da diretoria do sindicato, expõe contra a presidente

Lucimá Goes de Sousa diversas acusações de desvios de recursos do sindicato, inclusive, o de uso irregular do dinheiro do PROCAD (SINPROESEMMA, 2001e; FIGURA 61).

FIGURA 61 – Boletim do SINPROESEMMA de dezembro de 2001

ano 2 - dezembro/2001

D'CLASSE

3ª edição especial

Filiado à
CNE CUT

informativo do sindicato dos trabalhadores em educação pública das redes estadual e municipais do maranhão - SINPROESEMMA

Juíza manda Lucimá respeitar categoria

PÁGINA 4

Ex-presidente confessa: Dinheiro dos procadianos foi usado indevidamente

Recursos foram usados para fretar avião, pagar outdoor, advogado e até jagonço

Enquanto crescia a dívida do Sindicato com a Uema, Lucimá Góes usava mensalidades do Procad para pagar diversos outdoors de bajulação (ao lado).
PÁGINAS 2 e 3

ASSEMBLÉIA GERAL

Dia 29 de dezembro - sábado
às 9 horas no auditório do Sindicato dos Bancários

PAUTA

- Campanha Salarial 2001/2002
- Endividamento do Sinproesemma com a Uema
- Afastamento de Lucimá Góes e efetivação da auditoria interna
- Regimento do 1º Congresso dos Educadores do Maranhão
- Outros

Fonte: Fotografia tirada pelo autor em 20 de abril de 2019.

Quanto à comissão de inquérito administrativo, os resultados apareceram na edição do informativo do SINPROESEMMA de fevereiro de 2002. Todavia, o informativo do sindicato *D'Classe* de outubro do ano anterior (2001d, p. 02) informava que Lucimá Goes de Sousa poderia indicar um representante para acompanhar os técnicos durante os sessenta dias que analisariam as contas da entidade e que, nos 15 dias restantes, poderia apresentar defesa e contestar, se necessário, os resultados do levantamento contábil. Após esse processo, a Assembleia Geral seria convocada novamente para analisar a conclusão da auditoria e dar o veredito final (SINPROESEMMA, 2002b, p. 02).

No entanto, no informativo do SINPROESEMMA de fevereiro de 2002, o grupo do PCdoB afirmava que Lucimá Goes, no dia 26 de outubro, também apresentara uma liminar concedida pelo juiz Guerreiro Junior que a reintegrava ao cargo de presidente e, por consequência, suspendia os efeitos da liminar expedida pelo juiz Clésio Coelho, da Comarca de Cururupu, em favor de Jorlidalva Joana da Silva e Marilurdes de Nazaré Serra Chaves (SINPROESEMMA, 2002b, p. 03).

Conforme o informativo de fevereiro de 2002, o mandado fora cumprido no dia 25 de outubro, assim, embora a liminar lhe facultasse o direito de retornar ao cargo de presidente, o grupo do PCdoB contestava a tentativa de retorno com essa liminar, concedida pelo desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão, Guerreiro Júnior, pois Lucimá Goes estaria desconsiderando a decisão soberana da assembleia do dia 20 de outubro de 2001, que a afastara devido às suspeitas de gestão temerária, por falta de clareza na versação dos recursos e de não prestação contas (SINPROESEMMA, 2002b, p. 3). Criou-se então um imbróglio jurídico-político no campo da disputa sindical. As imagens da 2ª edição especial do informativo *D'Classe* de outubro de 2001 (SINPROESEMMA, 2001d, p. 01-04), produzido pelo grupo do PCdoB, demonstravam essa situação, bem como as veiculadas no informativo *D'Classe* em janeiro de 2002, publicado por Lucimá Goes de Sousa (SINPROESEMMA, 2002a, p. 01-04; FIGURAS 63-66).

Lucimá Goes não se via obrigada a cumprir aquilo que fora deliberado na Assembleia Geral Extraordinária do dia 20 de outubro de 2001, convocada pelo 1º vice-presidente, quando foi determinado seu afastamento temporário por 75 dias. Contudo, os membros do PCdoB, Odair José Neves Santos, 1º vice-presidente, e Júlio Guterres, 1º tesoureiro, continuavam argumentando junto à comissão de inquérito administrativo de fevereiro de 2002 (SINPROESEMMA, 2002b, p. 03) que ela não estaria livre das obrigações estatutárias, por isso deveria respeitar a deliberação em assembleia. Para a comissão de inquérito

administrativo restava a questão: se a presidente cumpriria ou não a decisão em assembleia ou a decisão judicial que a reconduziu ao cargo (SINPROEEMMA, 2002b, p. 03).

FIGURA 62 – Boletim do SINPROEEMMA de outubro de 2001 (página 04)

DESRESPEITO

Lucimá não acata decisões da categoria e da Justiça

Despero. É isso que Lucimá Góes tem demonstrado nos últimos dias. Afastada pela assembleia do dia 20 de outubro, ela apela até para a violência para não deixar o poder.

No dia 25, sem considerar a decisão da categoria, Lucimá Góes tentou retornar à direção do SINPROEEMMA. Para isso, mobilizou um pequeno grupo que lhe segue há anos, pagou a alguns jagunços e chamou a polícia. Munida de uma decisão judicial já ultrapassada pelos fatos, pois se referia à liminar expedida pelo juiz Clésio Coelho, de Cururupu, ela ocupou a sede do Sindicato. Segundo ela, os sócios dos municípios não poderiam entrar com ação judicial, pois ela (a presidente) mora em São Luís.

ARBITRARIEDADES

A partir daí, houve um show de arbitrariedades. Ameaçou os diretores que não se retirassem da sede do Sindicato. Suspendeu o levantamento que seria feito junto aos procadianos para garantir o abono prometido pelo Estado. Sua primeira preocupação foi com documentos que, segundo ela, "poderiam incriminá-la". A irmã de Lucimá e a amiga Soares, de Bacabal, eterna aliada de Lucimá, passaram a despachar no Sindicato, como se fossem diretoras.

No dia 26, a Justiça notificou Lucimá da decisão da assembleia e de que ela deveria afastar-se da presidência. Desrespeitando a categoria e a Justiça, ela não desocupou a sede. Irada e esbravejando impróprios, aumentou as ameaças aos diretores, que se acataram para evitar uma tragédia.

Sindicato como propriedade

Há anos, Lucimá age como se o SINPROEEMMA fosse sua propriedade. Transferiu o funcionamento da entidade para a sua residência, apostando-se de documentos e deslocando funcionários. Difícil era encontrar a ex-presidente na sede do Sindicato. Muitos associados precisavam ligar para a casa dela para tratar de assuntos da categoria, como no caso do abono do Procad. No dia 25, sua primeira atitude foi retirar o adesivo de identificação do carro da entidade, para usá-lo em suas viagens particulares. Pós também uma nota paga na televisão para mentir e atacar diretores.

Na semana seguinte, mesmo desautorizada pela categoria, ela expediu ofícios e retirou R\$ 37 mil da conta do Banco do Brasil. Dinheiro que é do Procad.

Agora, adotou a prática do **BANDITISMO SINDICAL**, mobilizando polícia e seguranças particulares (jagunços) para atacar diretores da entidade. A presença dos professores na sede do Sindicato é a única forma de garantir o que foi aprovado no dia 20 de outubro.

Mudanças no Sindicato sacodem campanha salarial 2001

Colocar a campanha salarial na rua. Essa foi uma das principais decisões da assembleia geral do dia 20. Para isso, foi reforçada a Comissão de Negociação, com a inclusão dos nomes de Júlio Guterres, Cristiano Capovilla, Raimundo Monteiro, Janice Neri e Neley que se somarão aos nomes de Lindalva (da Apeem), Socorro, Carlos Gusmão, Nazaré Smith, Odair José e Assis. Ficou determinado a criação das comissões de Finanças, Mobilização, Infra-estrutura e Comunicação.

Assembleia mostra também a disposição de realizar manifestações de rua, paralisações de protestos e unificar a campanha com outras categorias do serviço público estadual.

A mudança na direção do SINPROEEMMA e na disposição de luta já trouxe consequências. O governo recuou e anunciou um concurso público para professores e um abono para os procadianos do Estado.

O abono no entanto é limitado. A proposta defendida pelos educadores é a de **GRATUIDADE PLENA** dos cursos do Procad. E vamos continuar brigando por isso.

Quanto ao concurso, consideramos que é preciso ampliar a proposta, abrindo inscrições para professores de outras disciplinas, como Filosofia, servidores administrativos e ensino fundamental.



Lucimá se irrita ao ser notificada,...

Ex-presidente apela à Polícia Militar para não sair do Sindicato. O diretor Júlio Guterres é coagido pelos policiais militares (ao lado)

Embaixo: Irmã de Lucimá toma assento como se fosse diretora do Sinproesemma. Embaixo, à direita: Primeira providência de Lucimá: retirar adesivo de identificação do carro da entidade, para usá-lo em suas tarefas pessoais

... ameaça a diretora Janice Nery...

... apoiada por velhas seguidoras

Lucimá manda arrombar armários do Sindicato à procura de documentos que possam incriminá-la

Associados discutem e aprovam ampliação de Comissão de Negociação salarial ta, abrindo inscrições para professores de outras disciplinas, como Filosofia, servidores administrativos e ensino fundamental.

Fonte: Fotografia tirada pelo Autor em 06 de abril de 2019.

A situação se arrastava e chegava a janeiro de 2002 com Lucimá Goes de Sousa lutando pelo cargo por força de medida liminar. É por isso que o informativo *D'Classe*, publicado em janeiro de 2002, retratou a tentativa de Lucimá Goes de Sousa ser reintegrada à presidência do SINPROESEMMA (SINPROESEMMA, 2002a; FIGURAS 63-66), nele reafirmava as acusações ao grupo do PCdoB e à estrutura do sindicato feitas pela carta elaborada por parte da diretoria que apoiava a presidente Lucimá Goes de Sousa. Esse informativo ratificava as acusações de Lucimá Goes de Sousa sobre a atuação do grupo.

FIGURA 63 – Boletim do SINPROEEMMA de janeiro de 2002 (página 01)

Janeiro - 2002

Leia,
Comente e Passe
Adianta

Filiado à
**CUT
CNTE**

D'CLASSE

Informativo do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública das Redes Estadual e Municipais do Maranhão - SINPROEEMMA

A HORA DA VERDADE

Conheça as falcatruas de "Odair e Sua Turma", que à frente do SINPROEEMMA, tenta de todas as maneiras transformar as conquistas legítimas dos trabalhadores em vantagens pessoais e político-partidárias de um grupo que pouco tem a acrescentar ao desenvolvimento do nosso Estado.

O SINPROEEMMA vive uma série crise de credibilidade movida pelo vice-presidente Odair José, que em nome de seus interesses pessoais e de seu partido, o PC do B, tenta de todas as maneiras manipular a opinião pública e as verbas do sindicato. Com a opinião pública ele quer o apoio necessário para afastar a atual presidente Lucimá Góes, o maior empecilho para os seus planos, acusando-a de várias inverdades. A maioria dos diretores do Sindicato saiu em defesa da professora Lucimá, por acreditar em sua luta em nome do sindicato e por rejeitar, de maneira veemente a prática do grupo liderado pelo vice-presidente Odair José.

A tática do grupo consiste principalmente em conseguir liminar no interior do Estado e de posse do documento, antes de qualquer reação, bloquear ou mesmo encerrar as contas, para inviabilizar qualquer trabalho de quem foi eleito e tem por direito e representatividade o comando do SINPROEEMMA. Foi este jogo de liminares que lhe permitiu algumas semanas à frente do Sindicato, o que gerou diversas irregularidades, além das já praticadas por Odair e sua turma. A principal delas é a utilização dos recursos do sindicato em campanhas políticas e aparelhamento de outros sindicatos, como o Sindimetal. Foram feitos diversos empréstimos como o de cinco mil reais, até hoje não quitado. Ou mesmo o uso de combustível em excesso, onde apenas uma Kombi consumiu em um único dia 151,79 litros de combustível. E isto sem sair de São Luis!

São tantas as irregularidades e descaso com as causas dos trabalhadores em educação pública, que se fez necessário uma edição especial do jornal D'Classe para que possamos apresentar provas desses desvios e alertar a toda a categoria das manobras do "Odair e Sua Turma", em querer transformar um espaço legítimo de luta dos trabalhadores em um aparelho político-partidário de um grupo que não possui nenhum compromisso com o desenvolvimento do nosso Estado.



Professora Lucimar Goés



Polícia tenta colocar ordem no sindicato



Julio Guterres: Caso de Polícia

Um Caso de Polícia



Julio resiste a ação policial: não conseguiria sobreviver sem o sindicato



Oficial de Justiça e polícia pela 3ª vez tenta reintegrar a professora Lucimar Goés



Lucimar Goés orienta os professores

Fonte: Fotografia tirada pelo Autor em 05 de abril de 2019.

FIGURA 64 – Boletim do SINPROESEMMA de janeiro de 2002 (página 02)

2 D'CLASSE

Gráfica foi utilizada em esquema

As falcaturas de Odair e Sua Turma incluem até a própria confecção do jornal D'Classe. Anotações feitas por Júlio Guterres, tesoureiro do sindicato e membro do Odair e Sua Turma, requerem assinaturas da presidente Lucimá Góes, em cheques da Caixa Econômica Federal, para pagamento da Gráfica Santa Clara e da Comercial de Pastas Ltda. O curioso é que os pagamentos referem-se a serviços que não foram realizados em sua plenitude.

A Gráfica, com autorização de seu Júlio Guterres, cobra do sindicato a impressão de 10 mil jornais, que nunca foram entregues. O Sindicato recebeu apenas a metade. Ainda sobre

a Santa Clara, não foram entregues os dez mil marca páginas, mas cinco mil.

Além desses claros desvios de recursos do Sindicato, já que ao cobrar dez mil jornais e entregar apenas cinco mil, a diferença foi para o bolso de alguém, "Odair e Sua Turma" ainda mandaram confeccionar informativos e panfletos de uma tal "chapa 2" sem que ninguém tivesse conhecimento de alguma eleição no próprio sindicato. Este caso deixa claro a utilização do dinheiro dos trabalhadores da educação para financiar eleições estranhas ao sindicato e de interesse apenas do PC do B, partido político beneficiado pelas ações de Odair e Sua Turma.

Gráfica Santa Clara Ltda.
Av. dos Trabalhadores, 304 - Colônia - CEP 02075-300
Fone: 70-0161/7768 - 304-0801 - E-mail: graficasanta@com.br
CNPJ 17.782.488/0001-02 - Insc. Est. 12.715.836-7 - São Lourenço - Abertura

COMPROVANTE DE ENTREGA 0096

Cliente: Sinpro Contato: Júlio
Fone: São Lourenço, SP de 11/01 de 2002

Quant.	Unid.	ESPECIFICAÇÃO	Valor	TOTAL
3000	un	notas Informativo		400,00
1000	un	Informativo Chapa 2		480,00
TOTAL				880,00

Gráfica Santa Clara
Sinpro

Gráfica Santa Clara

(R\$ 3.845,00)

1) 10.000 jornais D'Classe
→ R\$ 2.670,00

2) 10.000 marca páginas de
propaganda do programa
de Rádio
→ R\$ 790,00

3) 100 blocos de fichas de
sindicatistas etc.
→ R\$ 385,00

Comercial de Pastas Ltda.

R\$ 615,00

Letra do Júlio.

PROPOSTAS INDECENTES DE "ODAIR E SUA TURMA"

✓ Não assinar cheques com a tesoureira geral, professora Joseana (ela descobriu até cheque roubado dado pelo grupo)

✓ Pagar IPVA do carro de propriedade de

Odair

✓ Pagar o apartamento do Odair (alugado da diretora do Barbosa de Godois) que estava com vários meses atrasados

✓ Pagar com dinheiro

do sindicato o colégio da filha do Júlio

✓ Requerer demissões de seis funcionários, para que o Sindicato pudesse pagar salários para Odair, Júlio e Márcio.

✓ Uso do telefone do sindicato para articulações políticas com a Bahia, Minas Gerais, Piauí, Alagoas, Pará, etc.

✓ Aparelhamento do sindicato para o PC do B

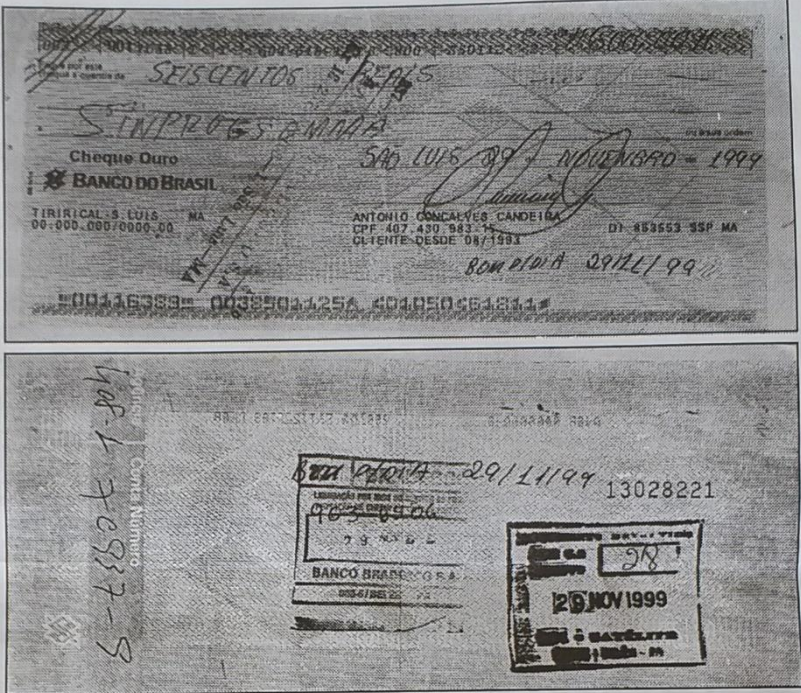
FIGURA 66 – Boletim do SINPROESEMMA de janeiro de 2002 (página 04)

4 D'CLASSE

Manobras envolvem até cheque roubado

O cúmulo da irresponsabilidade de "Odair e Sua Turma", foi o cheque recebido do aluno Robson, do Diretório Acadêmico de Pedagogia, apresentado ao Sindicato por Odair e Marlon, aluno e ex-alunos da UFMA. Depositado na conta do SIMPROESEMMA, no Banco do Brasil, foi devolvido com o código 28, em 29.12.99. A tesoureira Josiana descobriu que o cheque era roubado e o endereço verdadeiro do dono, era de um dentista. O cheque foi entregue ao verdadeiro dono, que já havia feito registro na polícia.

O cheque roubado foi dado como contribuição do D.A de Pedagogia para as despesas do I Congresso Estadual da Educação, promovido pelo Fórum Estadual da Educação.




Cópia do Cheque roubado depositado no Banco do Brasil

"Odair e Sua Turma" queria até salário pago pelo sindicato

Outra pérola e prova de como "Odair e Sua Turma" trata o sindicato como objeto de lucros pessoais foi a reunião convocada pelo grupo para tentar aprovar um salário pago pelo SINPROESEMMA ao próprio Odair, ao Márcio e ao Júlio Guterres. Todos ligados ao PC do B.

Compareceram à reunião, Lucimá Góes, Graça Feitosa, Joana, Ana Maria e Nazaré Smith. A proposta foi prontamente rejeitada, nesta e em outras reuniões convocadas pelo grupo. O pior é que para conseguir o financeiro equivalente ao pagamento dos três salários, "Odair e Sua Turma" chegou a propor a demissão de seis funcionários do Sindicato. "Rejeitamos essa proposta porque entendemos que



Diretoria que se levantou contra as propostas indecentes de Odair e sua turma

quando o sindicato paga ao sindicalista, a disputa não é mais por luta de classe, mas pelo emprego, onde os patrões somos nós mesmos", observa Lucimá Góes.

Que o ano de 2002 tenhamos um Sindicato combativo e de luta como foram nas décadas anteriores. São os votos da Diretoria do SINPROESEMMA

Fonte: Fotografia tirada pelo Autor em 05 de abril de 2019.

Por outro lado, a comissão de inquérito administrativo continuava os trabalhos e convocara Lucimá Goes junto com parte da diretoria que era sua aliada, no entanto as pessoas convocadas não compareceram e os atos administrativos da presidente eram utilizados contra ela na comissão de inquérito administrativo, pois eram levados pelo grupo do PCdoB (SINPROESEMMA, 2002b, p. 02).

Isso ficou evidenciado, no resultado da comissão de inquérito administrativo, publicado no informativo do SINPROESEMMA, em fevereiro de 2002, pelo grupo do PCdoB, em que acusava a presidente Lucimá Goes de Sousa de desvios de recursos do PROCAD (SINPROESEMMA, 2002b, p. 02).

Afastamento confirmado ocorrido na Assembleia Geral Extraordinária do dia 20 de outubro de 2001, automaticamente, Odair José Neves Santos, o 1º vice-presidente, assumiu o sindicato, de acordo com a *Carta Aberta a Diretores, Representantes e Professores Municipais e Estaduais Do Maranhão* (SINPROESEMMA, 2001c; FIGURAS 55-58), publicada em outubro de 2001, foi nesse instante que Odair José Neves Santos e parte da diretoria alinhada ao PCdoB aproveitaram para sumir com provas de desvios de recursos.

Por outro lado, a professora Lucimá Góes de Sousa também acionara a Justiça em busca de reintegração do cargo de presidente. E, no informativo *D'Classe*, tanto o produzido pelo grupo do PCdoB, divulgado em outubro de 2001, quanto o produzido por Lucimá Goes de Sousa, publicado em janeiro de 2002, mostraram, por meio das imagens, a tentativa da polícia e do oficial de justiça realizarem a reintegração de posse do sindicato (SINPROESEMMA, 2001d, p. 04; 2002a, p. 01).

Durante o funcionamento da comissão de inquérito administrativo, foram publicados o informativo *D'Classe*, em janeiro de 2002, e a Carta Aberta, publicada em outubro de 2001, por parte da diretoria do SINPROESEMMA que apoiava a presidente Lucimá Goes de Sousa, na perspectiva de esclarecer os fatos que aconteciam naquele instante. As denúncias apontadas na carta foram “fundamentadas”, documentalmente, no informativo de janeiro de 2002 publicado por Lucimá Goes de Sousa, citado acima (FIGURAS 63-66). Esse informativo *D'Classe* de janeiro de 2002 e a carta de apoio à presidente de parte da diretoria deveriam provocar um efeito político favorável, mas o resultado ficou aquém do esperado.

É importante destacar que tanto a carta de outubro de 2001, quanto o informativo de janeiro de 2002 denunciavam que todas as ações do grupo do PCdoB faziam parte de uma articulação político-partidária, estrategicamente planejada. Todavia, a presidente e parte da diretoria do SINPROESEMMA que a apoiava não compareceram à comissão de inquérito administrativo em 28 de outubro de 2001, quando foram convocadas, apesar de, segundo a

carta da diretoria, estarem munidas de farta documentação que sustentava as ações de desvios de conduta do grupo do PCdoB (SINPROESEMMA, 2002b, p. 01-03). Essa passagem da história que envolve as questões políticas do sindicato poderia ser explicada se a ex-presidente, Lucimá Goes de Sousa, posicionasse-se a respeito desse momento de sua vida.

A hipótese plausível é que Lucimá Goes não considerava a decisão da Assembleia Geral Extraordinária e a constituição da comissão de inquérito administrativo. No entanto, continuou o questionamento por parte da comissão de inquérito, pois, segundo essa comissão, a decisão do desembargador Guerreiro Junior era referente à ação das professoras Jorlidalva Joana da Silva e Marilurdes de Nazaré Serra Chaves, impetrada na Comarca de Cururupe (SINPROESEMMA, 2002b, p. 03).

Esse questionamento da comissão de inquérito administrativo revela-se bastante tendencioso, talvez porque essa comissão fora formada por membros do PCdoB com um único e exclusivo objetivo: afastar de vez Lucimá Goes de Sousa e suas aliadas da diretoria do SINPROESEMMA.

A comissão de inquérito organizada pelo PCdoB afirmava que não restava qualquer dúvida a respeito da decisão da Assembleia Geral Extraordinária, que era o foro inquestionável. Quando a comissão assume essa postura, demonstra formalmente no relatório que tomou partido em defesa daqueles que a constituíram (SINPROESEMMA, 2002b, p. 03).

A atuação da comissão de inquérito administrativo iniciou em 19 de dezembro de 2001. Um dia após ter sido instituída pela Portaria nº 02/2001, os trabalhos de coleta de informações foram iniciados, contudo, mesmo de posse de documentos que poderiam servir à defesa, de acordo com o relatório final, todas as convocações feitas para o comparecimento das acusadas por Odair José Neves Santos, e o 1º tesoureiro, Júlio Guterres, Lucimá Goes de Sousa, presidente, Maria de Nazaré Smith, 2ª vice-presidente, Maria Ferro Sá Menezes, tesoureira geral, e Ana Maria Ribeiro Mota Freire, 2ª tesoureira, não compareceram. Portanto, segundo o relatório, com o não comparecimento, os depoimentos foram colhidos somente com as testemunhas de acusação e dos próprios denunciantes (SINPROESEMMA, 2002b, p. 02).

Outro detalhe a ressaltar é que, em face da expiração do prazo de atuação da comissão, o presidente em exercício, Odair José Neves Santos, prorrogou o prazo por mais 30 dias, para a conclusão dos trabalhos. A imparcialidade que a comissão de inquérito (28 de janeiro de 2002) deveria ter no processo de inquérito não passava de jogo político que objetivava garantir os interesses do PCdoB. Essa afirmativa é resultado do que foi apresentado no

Relatório final da referida comissão publicado no informativo de fevereiro de 2002, contendo quatro páginas (SINPROESEMMA, 2002b, p. 04).

Em todo o relatório final, a comissão de inquérito foi consubstanciando sua análise no sentido de que a presidente Lucimá Goes de Sousa deveria cumprir a decisão deliberada na Assembleia Geral Extraordinária do dia 20 de outubro de 2001 (SINPROESEMMA, 2002b, p. 02). Ainda trazia o relatório os processos nº 427/2001 e nº 17484/2001, da Comarca do município maranhense de Dom Pedro e da 6ª Vara Cível da Capital em que as juízas Ana Maria Pereira e Joseana de Jesus Bezerra Mandelli determinaram de forma fundada que a professora Lucimá Goes de Sousa deveria obedecer ao comando da Assembleia Geral em comento, visto que aquele colegiado era soberano, enquanto fórum deliberativo interno da entidade (SINPROESEMMA, 2002b, p. 04).

Essa passagem contida no Relatório da Comissão de Inquérito Administrativo, publicado em fevereiro de 2002 pelo sindicato, demonstra que a comissão desconsiderava as questões levantadas anteriormente sobre a garantia de legalidade de Lucimá Goes de Sousa e, portanto, deveria ser questionada a legitimidade de o 1º vice-presidente atuar no momento em que a presidente reassumia o cargo (SINPROESEMMA, 2002b, p. 03). De acordo com a professora Ana Maria Mota Freire, 2ª tesoureira, no período entre outubro e dezembro de 2001, momento que ficaram à frente do sindicato os membros do PCdoB fizeram diversas ações, inclusive, sacar o dinheiro das contas do sindicato, quando a presidente Lucimá Goes de Sousa retornou à presidência por força de liminar, e teve acesso às contas já tinha sido realizado o saque (FREIRE, 07 abr. 2019, *em entrevista*).

De acordo com o informativo publicado em fevereiro de 2002, a comissão de inquérito administrativo foi, portanto, um mecanismo “jurídico” constituído e utilizado politicamente para cancelar uma posição política do grupo do PCdoB, de modo a garantir a legitimidade do afastamento da presidente sem nenhum momento questionar a legitimidade do 1º vice-presidente, Odair José Neves, o que evidencia o papel jurídico-político da Comissão de Inquérito Administrativo na tomada do poder no SINPROESEMMA (2002b, p. 04).

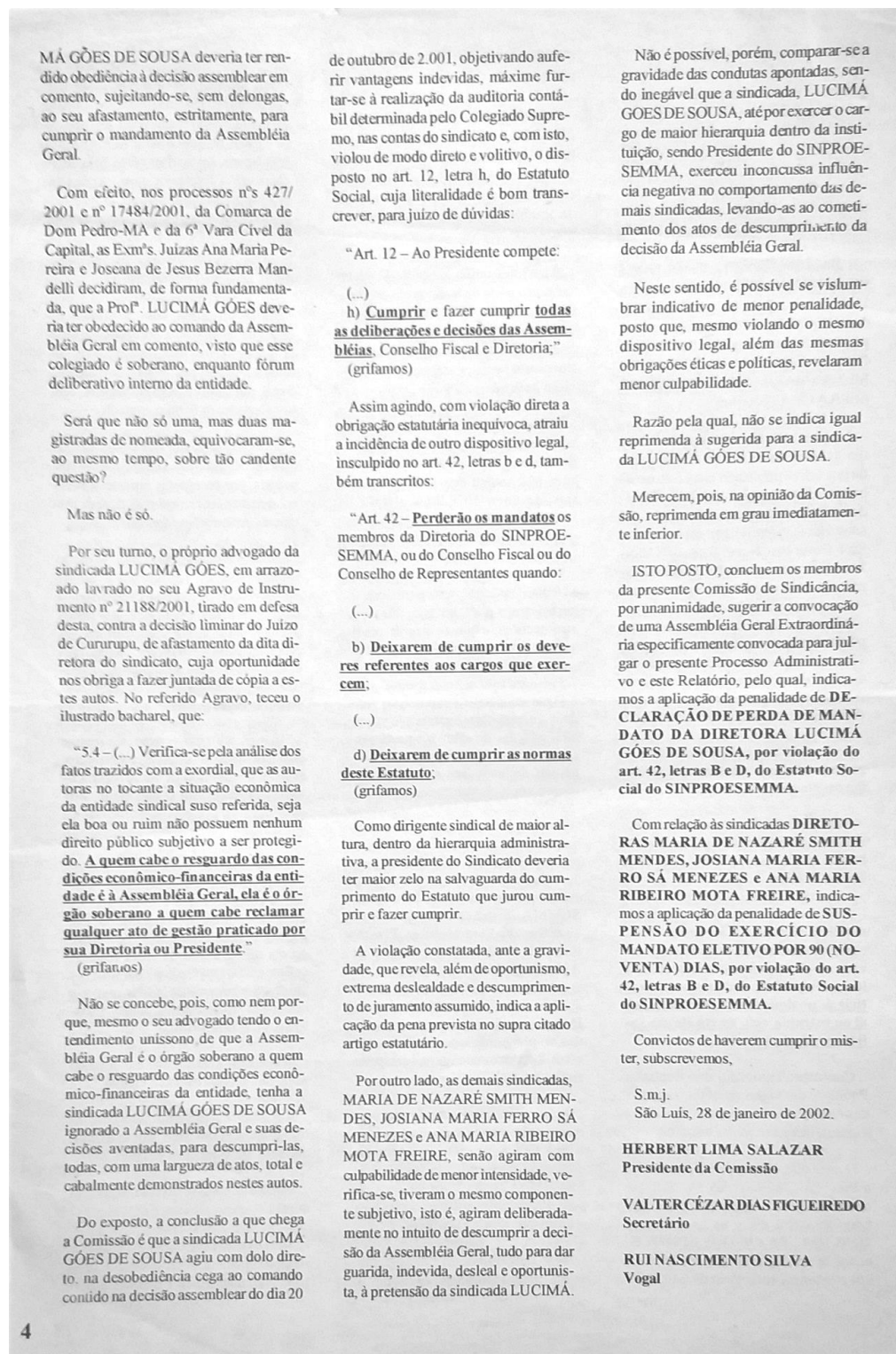
A posição final da comissão afirmava que Lucimá Goes de Sousa agira com dolo direto, na desobediência cega à decisão da assembleia do dia 20 de outubro de 2001, objetivando auferir vantagens, inclusive se furtar à realização da auditoria fiscal. Nesse veredito, também estavam envolvidas as sindicalizadas Maria de Nazaré Smith Mendes, Josiana Maria Ferro Sá Menezes e Ana Maria Ribeiro Mota Freire (SINPROESEMMA, 2002b, p. 04).

Assim, de acordo com o boletim de fevereiro de 2002, a comissão de inquérito, no relatório final, sugeria a convocação de uma Assembleia Geral Extraordinária, especificamente para julgar o documento que indicava a perda de mandato de Lucimá Goes de Sousa, por violação ao Estatuto, e em relação às outras sindicalizadas, Maria de Nazaré Smith Mendes, Josiana Maria Ferro Sá Menezes e Ana Maria Ribeiro Mota Freire, suspensão de 90 dias (SINPROESEMMA, 2002b, p. 04).

Essa assembleia fora convocada para o dia 07 de fevereiro de 2002 e nela fora ratificado o afastamento definitivo de Lucimá Goes de Sousa do cargo de presidente do SINPROESEMMA. Esse fato criou as condições para que o 1º vice-presidente, Odair José Neves Santos, assumisse o cargo, embora a discussão de quem assumiria a direção do sindicato continuasse na justiça. O grupo do PCdoB, todavia, tomava a iniciativa de apressar o surgimento de uma nova fase na disputa política pela direção da entidade.

No intervalo entre a assembleia do dia 07 de fevereiro e a do dia 07 de março de 2002, o grupo do PCdoB mudou o estatuto do sindicato, alterando o sistema de eleição direta para eleição congressual. No panfleto de 20 de março de 2002, o MOSEP reivindicava eleições diretas no sindicato, discordando da alteração no estatuto (MOSEP, 2002e, p. 01). Enquanto o SINPROESEMMA, por seu turno, convidava o presidente da CUT, Raimundo Monteiro, para participar do I Congresso dos Trabalhadores em Educação Básica do Estado do Maranhão (I CONTEMA), no período de 12 a 14 de abril de 2002 (SINPROESEMMA, 2002e, p. 01). Segundo o informativo *D'Classe* de abril de 2002 (SINPROESEMMA, 2002d, p. 01), centenas de delegados participaram, de 12 a 14 de abril, do I CONTEMA e, ao fim dos debates, definiram o plano de lutas e elegeram uma nova diretoria para o sindicato.

FIGURA 67 - Boletim do SINPROESEMMA de fevereiro de 2002 (página 04)



Fonte. Fotografia tirada pelo Autor em 10 de abril de 2019.

Fica a reflexão sobre a aliança política entre Lucimá Goes de Sousa e os membros do PCdoB, que eram professores, mas pouco conhecidos na base e, portanto, teriam chances mínimas de disputar o sindicato, a fórmula encontrada, a partir de janeiro de 1998, foi a de se aproximar de uma liderança que gozava ainda, no seio de parte da categoria, de respaldo

político, e que, comprovadamente, foi capaz de disputar a entidade sindical, naquele momento, com a presidente do SINPROESEMMA, professora Márcia Helena Campos Nascimento, afilhada política de Lucimá Góes de Sousa, aplicando todos os meios para alcançar tal objetivo.

Conforme noticiou o boletim informativo do MOSEP de 12 de janeiro de 1998, Márcia Helena Campos Nascimento foi impedida de participar do processo eleitoral, no entanto, diante desse cenário político, o MOSEP figurava como uma via oposicionista que colocava em risco a hegemonia política de Lucimá Góes (MOSEP, 1998a, p. 01). O MOSEP, entretanto não foi capaz de barra-la por conta de toda a sagacidade política de Lucimá Góes de Sousa e sua aliança ao grupo do PCdoB.

Desta forma, o caminho ao retorno da professora Lucimá Góes de Sousa à presidência do Sindicato, se tornara possível, mas não fácil. Por isso, o grupo do PCdoB articulou para afastar a Oposição Sindical, que era uma força política emergente e poderia pôr em risco o projeto político-partidário do PCdoB.

Nesse contexto, a professora Lucimá Góes de Sousa acreditava que iria chegar ao poder e administrar o sindicato do mesmo modo que administrou nos 11 anos de mandatos (1984-1995), tempo que significou sua hegemonia política, ou seja, sem dividir o poder e com apoio irrestrito de grande parte da base. Lucimá Góes não imaginava que seus aliados do PCdoB tivessem interesses diametralmente opostos, apesar de precisarem dela para alcançarem o domínio político do maior instrumento sindical do Maranhão e com maior potencial de arrecadação do estado (por via do imposto sindical e do aumento do número dos filiados no universo de 60 mil trabalhadores), elementos esses capazes de dar base ao projeto político-partidário maior.

A conjuntura política no SINPROESEMMA estudada foi: da composição política harmoniosa, entre Lucimá Góes de Sousa e o grupo do PCdoB à briga entre aliados, ou seja, até o ponto em que esse grupo articulou para alcançar o poder (Assembleia Geral do dia 20 de outubro de 2001, a instauração da comissão de inquérito administrativo com prazo de 75 dias e em seguida a eleição congressual), fortalecidos pelas denúncias de desvios e má versação dos recursos que chegaram também até à Justiça, por meio de liminares e medidas cautelares.

Só há dois caminhos para compreender a aliança de Lucimá Góes de Sousa com Odair José Neves Santos e o grupo político do PCdoB: ou era ingenuidade ou excesso de confiança de Lucimá Góes de Sousa, tomada pelo histórico de comando do sindicato em tempos anterior.

Os fatos apontam para que Lucimá Góes tenha tido excesso de confiança, desconsiderando a capacidade de organização do grupo do PCdoB, que não era um grupo avulso, na verdade compunha uma organização político-partidária orgânica, que tinha um planejamento estratégico macroelaborado, segundo o qual a conquista do SINPROSEMMA era um objetivo tático específico, para o alcance de objetivos políticos maiores.

O objetivo do grupo do PCdoB fora alcançado, no entanto não se encerrara: a apropriação do sindicato estava dando início a um projeto político-partidário, rumo ao objetivo da macropolítica regional. O subitem 7.3 retrata a passagem do sindicato das mãos de Lucimá Góes de Sousa aos domínios do grupo liderado por Odair José Neves Santos.

7.3 Grupo do PCdoB: da posição de aliado de Lucimá Góes de Sousa ao domínio da Diretoria do SINPROSEMMA

Após afastarem sua aliada política, um processo que ficou marcado pela disputa jurídico-político, momento em que se consagrou vencedor o grupo do PCdoB, representado pelo 1º vice-presidente, Odair José Neves Santos, estabeleceu-se um novo quadro político e jurídico no sindicato, com nova formação, dada a conjuntura estabelecida em consequência da decisão definitiva do afastamento da presidente Lucimá Góes de Sousa do cargo em assembleia, no dia 07 de fevereiro de 2002.

Entre a ocorrência dessa assembleia e a assembleia do dia 07 de março de 2002, realizada na FETIEMA às 17 horas, o grupo do PCdoB promoveu as mudanças no estatuto do sindicato, alterando os artigos que garantiam a eleição direta no processo eleitoral da entidade para eleição congressual³. Instante em que o MOSEP se posicionou na véspera dessa assembleia, enviando uma nota aos jornais de São Luís, intitulada *Reage Magistério*, no dia 06 de março de 2002:

³ De acordo com o boletim informativo do dia 06 de março de 2002 – release enviado à imprensa, a Eleição Congressual foi uma farsa – o processo eleitoral, antes era desenvolvido por eleição direta, com a mudança realizada no estatuto, passaria a ser definido por 300 delegados, reunidos em Congresso do SINPROSEMMA realizado nos dias 12, 13 e 14 de abril de 2002, sendo que 20% das vagas seriam deles na condição de delegados natos (biônicos) (SINPROSEMMA, 2002c, p. 01-02). Situação que o MOSEP denunciava em uma nota à imprensa, no dia 06 de março de 2002: o grupo do PCdoB queria um congresso de cúpula para se perpetuar no poder. O MOSEP defendia a realização de eleições livres com a participação dos 13 mil filiados do SINPROSEMMA (FIGURA 68).

FIGURA 68 – Nota do MOSEP de 06 de março de 2002 (página 01)

De: "Paulo Rios" <paulonios@prof.elo.com.br>
 Para: <jpequeno@elo.com.br>; <odebate@elo.com.br>; <tribunadonordeste@elo.com.br>;
 <atosefatos@elo.com.br>; <fviana@elo.com.br>; <betolima@elo.com.br>;
 <tvubaldo@terra.com.br>; <romulo@mirante.com.br>; <ph@mirante.com.br>;
 <educadora@elo.com.br>; <radio@ufma.br>; <ribaum@bol.com.br>; <nedilson@mirante.com.br>;
 <vascon@elo.com.br>; <joeljacinto@bol.com.br>; <insurreicao@bol.com.br>;
 <fabio Barros@bol.com.br>; <ezenielsales@bol.com.br>; <fmesperanca@elo.com.br>;
 <edlena@bol.com.br>; <zecazorares@elo.com.br>; <cunhasantos@elo.com.br>;
 <benitoneiva@mirante.com.br>; <deciosa@bol.com.br>; <giselia@elo.com.br>;
 <javlis@zaz.com.br>; <svituriano@bol.com.br>; <wtterr@ig.com.br>;
 <dianiodosestados@elo.com.br>; <litoral@elo.com.br>; <garrone.garra@zipmail.com.br>;
 <ninecidreira@yahoo.com.br>; <lounivalpires@bol.com.br>; <opinioao@mirante.com.br>;
 <frankliindouglas@elo.com.br>; <itevaldojr@uol.com.br>; <politicando@ig.com.br>;
 <abreaspas@ig.com.br>; <michelinegalvao@yahoo.com.br>; <ferreirala@hotmail.com>;
 <oprogresso@oprogresso-ma.com.br>; <bastidores@oprogresso-ma.com.br>;
 <foradapauta@oprogresso-ma.com.br>; <marcoaureliodeca@elo.com.br>;
 <caxiasemoff@vpnet.com.br>; <matiasmarinho@ig.com.br>; <mayronregis@bol.com.br>;
 <marciobelfort@bol.com.br>; <roseniraalves@bol.com.br>; <bokorsak@bol.com.br>;
 <alexpalhano@pacotilha.com.br>

Enviada em: quarta-feira, 6 de março de 2002 11:30
 Assunto: Assembléia do SINPROEEMMA
 Caro(a) Jornalista,

Solicito a sua gentileza no sentido de efetiva a publicação da nota abaixo, para fins de divulgação ampla no seio do magistério público deste estado.
 Muito obrigado,
 Paulo Rios (Professor de História, CEM "Lara Ribas")

MOSEP/MOSEP

Movimento de Oposição Sindical na Educação Pública do Maranhão – 06/03/2002 9974-4711/226-5787/9961-8900

PRESS-RELEASE**REAGE MAGISTÉRIO!**

NÃO PODEMOS FICAR ASSISTINDO O SINPROEEMMA VIRAR UM MAR DE LAMA, COM DENÚNCIAS DE CORRUPÇÃO E MANIPULAÇÃO ENTRE OS "COMUNISTAS" DO PCdoB E LUCIMÁ!

O SINDICATO TEM QUE SER MORALIZADO, ÉTICO E RESPEITAR A CATEGORIA!

ABAIXO O GOLPE DO PCdoB QUE QUER FAZER CONGRESSO DE CÚPULA PARA SE PERPETUAR NO PODER!

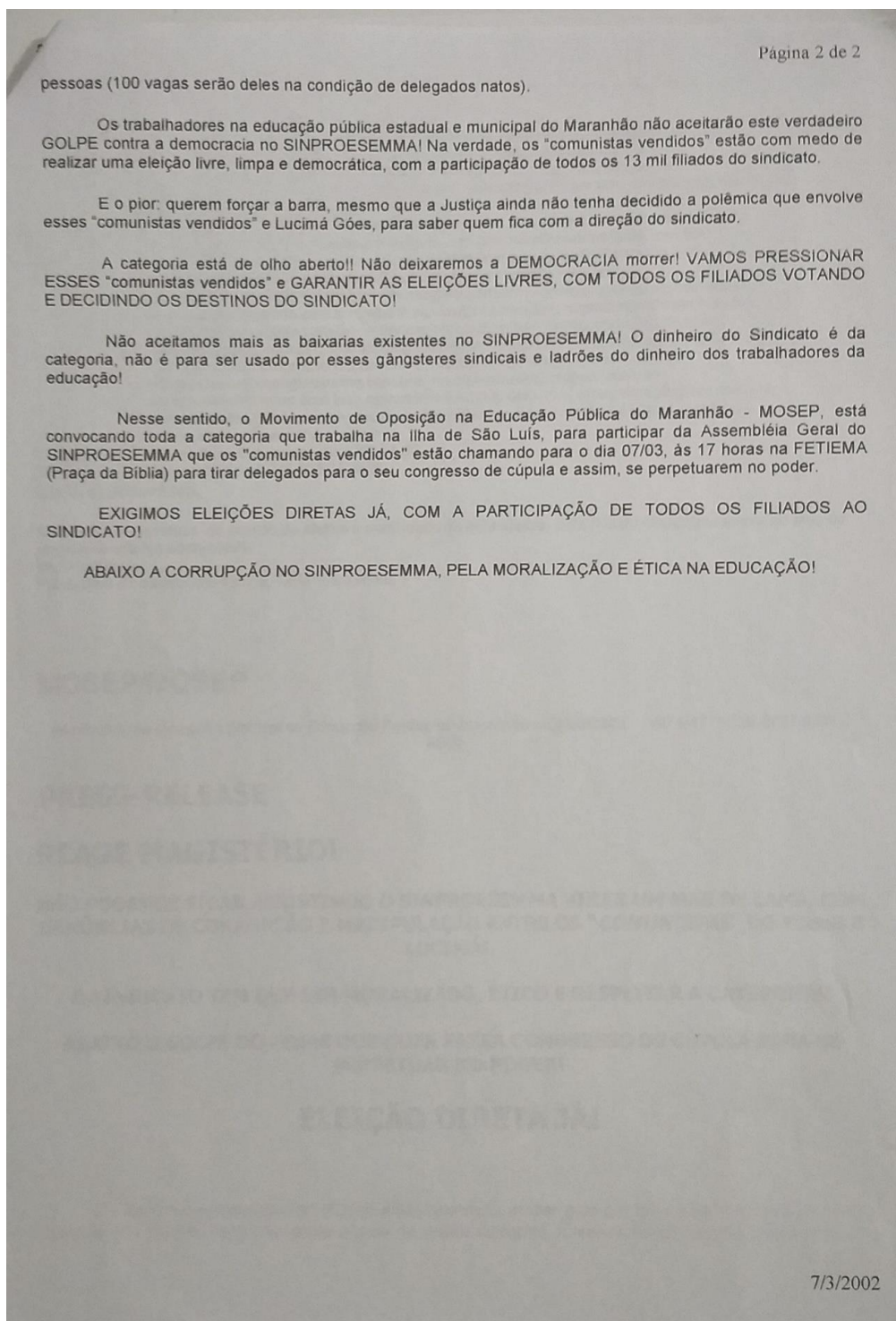
ELEIÇÃO DIRETA JÁ!

Os "comunistas vendidos" do PCdoB estão querendo vender gato por lebre para o magistério público maranhense ao querer empurrar goela abaixo da nossa categoria a realização de um Congresso com 300

7/3/2002

Fonte: Fotografia tirada pelo autor em 11 de abril de 2019.

FIGURA 69 – Nota do MOSEP de 06 de março de 2002 (página 02)



Fonte: Fotografia tirada pelo Autor em 11 de abril de 2019.

A convocação da assembleia reconfigurou a disputa política, embora o imbróglio jurídico ainda estivesse em curso em função de a justiça ainda não ter decidido sobre a polémica sobre quem ficaria com a direção do sindicato, questões resultantes de toda a disputa entre a presidente Lucimá Goes de Sousa, apoiada pela presidente do conselho fiscal e parte

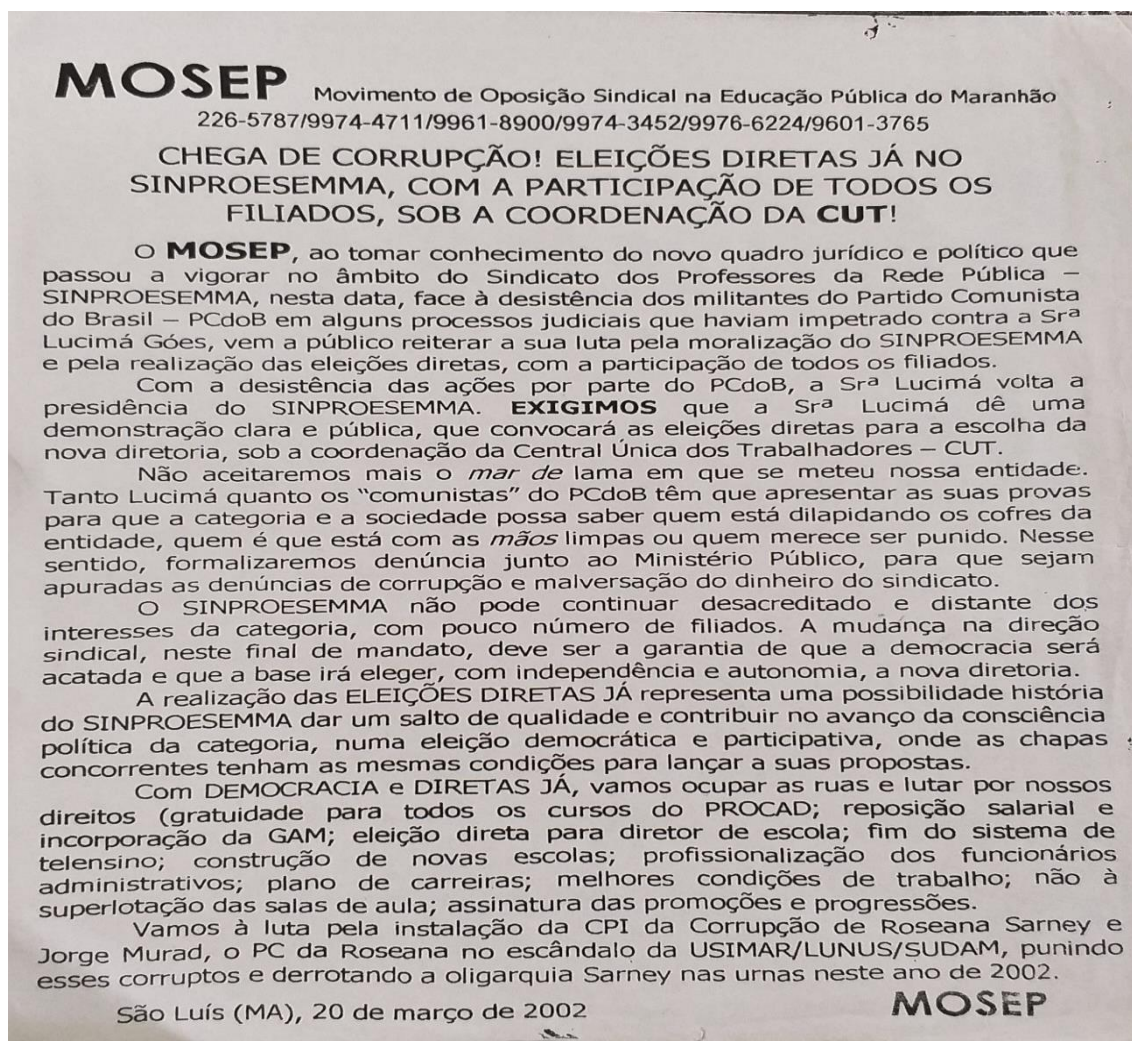
da diretoria, e, do outro lado, o 1º vice-presidente, e o 1º tesoureiro, Júlio Guterres, representando o grupo do PCdoB, disputa caracterizada como jurídico-político (MOSEP, 2002d, p. 02; FIGURA 69).

Na assembleia do dia 07 de março, por mais que o MOSEP (2002a, p. 02) defendesse enfaticamente a realização das eleições de forma direta, o grupo do PCdoB, representado pelo 1º vice-presidente, Odair José Neves Santos, à frente da diretoria do SINPROESEMMA, utilizou de todos os mecanismos para fazer valer a tática política para a escolha dos delegados para o I CONTEMA.

Em meio a essa conjuntura política, o MOSEP, no final de março, ao tomar conhecimento do novo quadro jurídico-político por que passava o SINPROESEMMA, elaborou um panfleto (MOSEP, 2002e) se posicionando diante daquela situação, reiterando a defesa de um processo eleitoral democrático, sem restrição da participação da categoria na sua totalidade. Afirmava o MOSEP, “vamos pressionar esses comunistas vendidos e garantir eleições livres, com todos os filiados votando e decidindo os destinos do sindicato” (MOSEP, 2002e, p. 01).

Neste panfleto, o MOSEP (2002e; FIGURA 70) se referia às acusações que tanto Lucimá Goes de Sousa fazia ao 1º vice-presidente, Odair José Neves Santos e o grupo do PCdoB, quanto às acusações que este grupo fazia à presidente. Denominando esse imbróglio de “mar de lama”.

FIGURA 70 – Panfleto do MOSEP de 20 de março de 2002



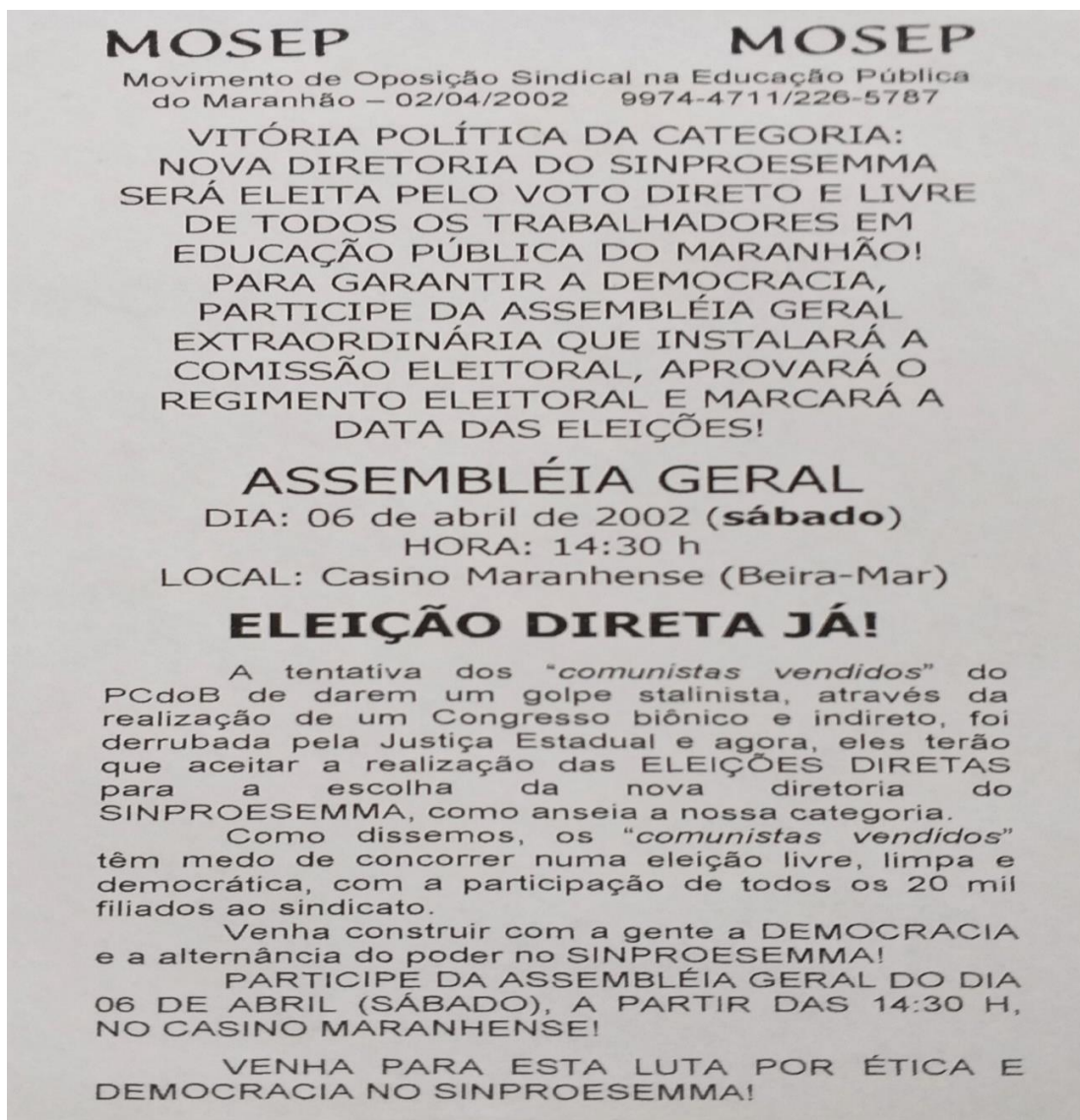
Fonte: Fotografia tirada pelo Autor em 19 de abril de 2019.

Ao expor esse quadro, o MOSEP convocava reunião com sua militância para avaliar a proposta – considerada estratégica, principalmente pelo professor Paulo Roberto Rios – de, naquele momento político, aliar-se a Lucimá Goes de Sousa, que estava fragilizada politicamente, na tentativa de que ela, como presidente do SINPROESEMMA, pudesse ser a única a garantir a convocação das eleições diretas e a eleição de uma comissão para conduzir o processo eleitoral, que possibilitasse à oposição disputar de forma equilibrada e fazer valer o princípio fundamental ao exercício democrático. O MOSEP entendia que, naquela conjuntura jurídico-política, valeria politicamente fazer essa aliança.

Para o professor Paulo Roberto Rios Ribeiro, essa aproximação político-estratégica, pontual e específica, não deveria se caracterizar como uma aliança política ampla e irrestrita. Dessa forma, com acalorado debate e muita resistência, a militância aceitou a proposta. Logo

em seguida, o MOSEP lança um panfleto, no dia 02 de abril 2002, convocando a categoria para a Assembleia no dia 06, com os fins apontados neste (MOSEP, 2002f; FIGURA 71).


FIGURA 71 – Panfleto do MOSEP de 02 de abril 2002



Fonte: Fotografia tirada pelo Autor em 19 de abril de 2019.

Como parte do acordo entre MOSEP e Lucimá Goes de Sousa, a presidente também lançou panfleto no dia 28 de março, convocando a categoria para a assembleia do SINPROESEMMA, com o objetivo de aprovar o regimento eleitoral, eleição da comissão eleitoral e aprovação da data das eleições (SINPROESEMMA, 2002f; FIGURA 72).

FIGURA 72 – Panfleto do SINPROESEMMA de 28 de março 2002



SINPROESEMMA
Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública Municipal e
Estadual e Comunitária

CONVOCAÇÃO

OS(AS) TRABALHADORES(AS) EM EDUCAÇÃO ESTÃO
CONVOCADOS A PARTICIPAREM DE ASSEMBLÉIA
GERAL PARA PREPARAR AS ELEIÇÕES DIRETAS
PARA A ESCOLHA DA NOVA DIRETORIA DO
SINDICATO E A RETOMADA DA CAMPANHA SALARIAL!

DATA: 06 de abril de 2002 (sábado)
HORÁRIO: 14:30 h
LOCAL: Casino Maranhense (Beira-Mar), em São Luís

Atenção, trabalhador(a) da educação das redes públicas e comunitária, compareça à Assembléia Geral do SINPROESEMMA para aprovar a abertura do processo de eleições diretas na base para a escolha da nova diretoria do sindicato, com a indicação da Comissão Eleitoral, aprovação do Regimento Eleitoral e do calendário eleitoral e retomada da campanha salarial da categoria.

Leia a seguir, a íntegra do Edital de Convocação publicado na imprensa.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

"Pelo presente Edital, nos termos do que dispõe o artigo 12, "b"; artigo 30, § 1º e o artigo 31, § 2º, do Estatuto, a Presidente do SINPROESEMMA convoca os trabalhadores da educação pública básica das redes municipais e estadual, para comparecerem à Assembléia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 06/04/2002, a partir das 14:30 h, em primeira convocação, com a presença de 2/3 dos associados ou meia hora depois, em segunda convocação, com qualquer número, no Casino Maranhense, sito à Avenida Beira-Mar, Centro, em São Luís-MA, para discutirem e deliberarem a seguinte Ordem do Dia:

- 1) Aprovação do Regimento Eleitoral
- 2) Eleição da Comissão Eleitoral
- 3) Aprovação da data das eleições diretas e do cronograma eleitoral

São Luís (MA), 28 de março de 2002

Lucimá Góes de Sousa
Presidente do SINPROESEMMA"

Além do processo eleitoral, a Assembléia discutirá também a retomada da campanha salarial com a discussão da seguinte pauta:

Aprovação do Plano de Lutas:

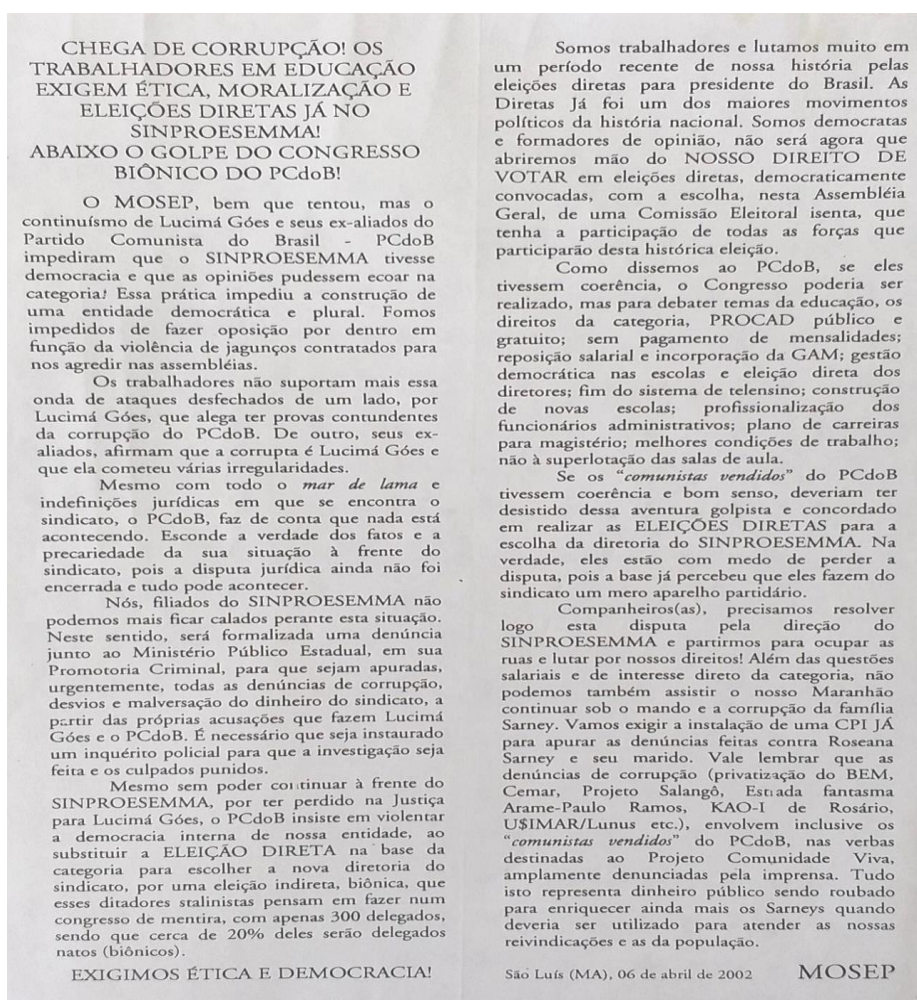
a) Reposição Salarial b) Data-base da categoria c) PROCAD

Fonte: Fotografia tirada pelo autor em 19 de abril de 2019.

No entanto, a partir da assembleia, mesmo com essa pontual aliança entre o MOSEP e a presidente Lucimá Goes de Sousa, e todos os encaminhamentos realizados na tentativa de reconfigurar o quadro político, os fatos que se sucederam terminaram por levar ao desfecho favorável ao grupo político do PCdoB.

Assim sendo, o 1º vice-presidente, assumindo a direção do sindicato e desconsiderando os encaminhamentos feitos na assembleia convocada pelo MOSEP e professora Lucimá Goes de Sousa para o dia 06 de abril, e em 28 de abril de 2002, o 1º vice-presidente, realizou outra assembleia que conduziu o processo eleitoral, no qual o presidente e a diretoria realizaram a mudança no Estatuto do SINPROESEMMA, passando a prever e definir o processo eleitoral através de eleição congressual. Por isso, no mesmo dia 06 de abril de 2002, o MOSEP divulgou um boletim que tratava das questões concernentes ao processo eleitoral (MOSEP, 2002b; FIGURA 73).

FIGURA 73 – Boletim do MOSEP de 06 de abril de 2002



Fonte: Fotografia tirada pelo Autor em 19 de abril de 2019.

Do ponto de vista político, essa ação foi mais um golpe nas pretensões políticas do MOSEP e também foi a forma encontrada pelo PCdoB, para garantir sua hegemonia na ocupação dos principais cargos da diretoria do sindicato na eleição realizada através do I CONTEMA, entre os dias 12 e 14 de abril de 2002, como consequência das mudanças

realizadas no Estatuto do Sindicato pelo grupo do PCdoB e da indicação dos 300 delegados ocorrida na assembleia do dia 07 de março de 2002. Parte dessas informações está no Informativo *D'Classe* de abril de 2002 (SINPROESEMMA, 2002d).

Assim, o grupo do PCdoB, à frente da diretoria do SINPROESEMMA, recicla a velha estrutura de poder característica da política maranhense, e da forma de atuação de Lucimá Goes de Sousa e de Márcia Helena do Nascimento: institui uma nova forma de dominação da política sindical que preservou as mesmas relações clientelistas, acompanhadas de autoritarismo, patrimonialismo e perseguição aos adversários políticos, posição ocupada, nesse contexto, pelo MOSEP. O conteúdo expresso abaixo se refere ao que está no Jornal *D'Classe* de 4 de abril de 2002, referente ao I CONTEMA (SINPROESEMMA, 2002d; FIGURAS 74-76).

FIGURA 74 – Boletim do SINPROEEMMA de abril 2002 (página 01)

Leia
Comente e
Passe Adiante

número 14 - ano 4 - abril/2002

D'CLASSE

informativo do sindicato dos trabalhadores em educação básica pública,
das redes estadual e municipais do maranhão - SINPROEEMMA

Filiado à
**CNE
CUT**





ACIMA: Diretoria eleita pelo congresso toma posse. ESQUERDA: Delegação de Balsas animou congressistas com músicas. À DIREITA: Grupo de trabalho debate a pauta em profundidade

Congresso elege nova diretoria e define lutas

Centenas de delegados participaram, de 12 a 14 de abril, no auditório central da UFMA, do primeiro Congresso dos Trabalhadores em Educação Básica do Maranhão (CONTEMA), convocado pelo SINPROEEMMA. Ao fim dos debates, definiram um plano de lutas e elegeram uma nova diretoria para o sindicato. PÁGINAS 2 e 3

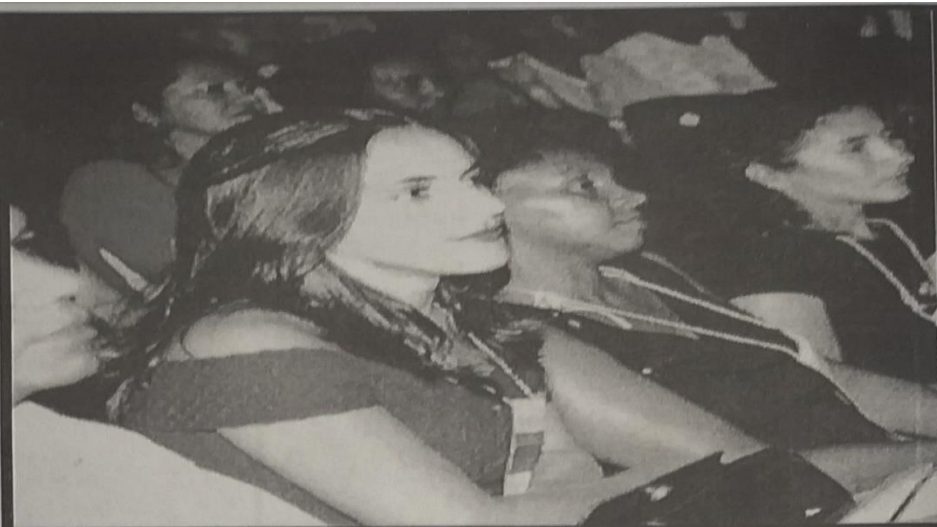


Começa a Campanha Salarial

Compareça à assembléia geral, dia 1º de maio, às 9 horas, no auditório do Sindicato dos Bancários. Confira qual a reposição salarial reivindicada. PÁGINA 4

Fonte: Fotografia tirada pelo Autor em 06 de abril de 2019.

FIGURA 75 – Boletim do SINPROESEMMA de abril 2002 (página 02)



PRESENÇA: Delegada de Alto Alegre acompanha atentamente os debates da plenária

RESOLUÇÕES DO CONGRESSO

Plano de lutas

GERAIS

- 1-Lutar pela defesa de uma escola pública de qualidade e extensiva à toda população;
- 2-Lutar pela garantia e preservação dos direitos dos trabalhadores e dessa forma combater as reformas neoliberais na CLT;
- 3-Lutar contra os vetos do Plano Nacional de Educação (PNE);
- 4-Lutar pela aprovação da emenda que institui o Fundeb (Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica);
- 5-Lutar contra a interferência do FMI nas políticas públicas.

ESPECÍFICAS

- 1-Desenvolver a Campanha Salarial 2002, com vistas a buscar a recuperação das perdas salariais da categoria que há mais de 8 anos não tem reajuste;
- 2-Lutar pela democratização da gestão escolar, buscando a implantação de eleições diretas para diretores de escolas públicas, além do efetivo funcionamento dos colegiados escolares;
- 3-Lutar pela aplicação do Estatuto do Magistério estadual, revendo a tabela de salários que não tem sido obedecida pelo governo estadual;
- 4-Pela implantação de Planos de Cargos e Carreiras em todos os municípios do Maranhão;
- 5-Apresentação, do ponto de vista dos trabalhadores, do Plano Estadual de Educação, debatendo com a sociedade;
- 6-Concurso público que atenda a efetiva demanda de professores, técnicos e especialistas;
- 7-Lutar contra a superlotação das salas de aula;
- 8-Ampliação da rede escolar, com a construção de mais escolas.

ÂMBITO SINDICAL E ADMINISTRATIVO

- 1-Estruturação do SINPROESEMMA em delegacias regionais para possibilitar maior participação da categoria nas decisões da entidade, conforme prevê o novo estatuto;
- 2-Colocar em efetivo funcionamento, dando condições para tal, todas as secretarias previstas no estatuto do sindicato;
- 3-Desenvolver o processo de formação da categoria visando dar um maior grau de politização aos educadores maranhenses;
- 4-Incentiva a área social e esportiva do sindicato;
- 5-Dotar o sindicato de infra-estrutura para melhor atender aos trabalhadores;
- 6-Buscar melhorias da sede administrativa além de trabalhar pela aquisição de uma sede social para a entidade;
- 7-Melhorar o alojamento de professores e professoras, transformando-o efetivamente na Casa do Professor do Maranhão;
- 8-Organizar o espaço de leitura do sindicato - biblioteca.

Fonte: Fotografia tirada pelo Autor em 06 de abril de 2019.

O formato de eleição do sindicato foi a principal mudança, mas outras também foram realizadas como está exposto no jornal *D' Classe* (SINPROESEMMA, 2002d, p. 03):


1. redefinição de cargos e funções da diretoria, ampliação do corpo gestor contemplando setores como cultura, esporte, comunicação, aposentados, entre outro;
2. cota mínima de 80% da arrecadação local destinada aos núcleos municipais, isto significa autonomia financeira;
3. criação das delegacias regionais, como instancias intermediárias entre o núcleo e a diretoria;
4. criação do conselho geral – instância que unifica ainda mais a luta em todo estado. Reúne os dirigentes regionais e a diretoria fazendo balanços semestrais da atuação estadual do sindicato.

O grupo do PCdoB, afirmava que essa era uma nova etapa no sindicato; verdadeiramente era, no entanto, ordenada por meio de uma disputa que ficou marcada por manobras políticas e jurídicas, acusações de desvios de recursos do sindicato pelos dois grupos que compunham a chapa Guarnicê pra Educar, que representava a aliança consagrada entre Lucimá Goes de Sousa e o grupo do PCdoB.


O informativo *D' Classe* (SINPROESEMMA, 2002d, p. 03) trazia a realização do I CONTEMA, com a participação de lideranças políticas, obviamente, do PCdoB, a destacar a presença de Marcos Kovarick, secretário do governo de Roseana Sarney (PFL).

FIGURA 76 – Boletim do SINPROESEMMA de abril 2002 (página 03)

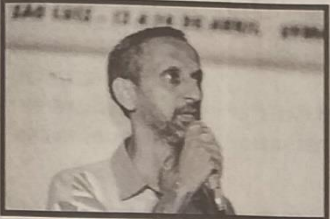
ABRIL 2002 **D'CLASSE** 3



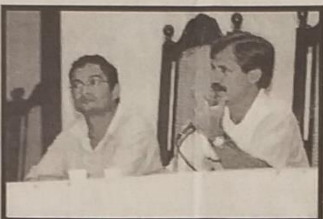
DEMOCRACIA: Após três dias de intensos debates, delegados votam plano de lutas




REPRESENTATIVO: Ubes, CUT, UJS, PCdOB, DCE, Metalúrgicos presentes na abertura



ALTO NÍVEL: Romualdo Pessoa, mestre da UFG, e Marcos Kowarick, agrônomo, falam sobre conjuntura política





ELEITO: O professor do Cegel, Odair José, dirige trabalhos

Nova página do sindicato

Um marco na história do Sin proessemma. Essa é a avaliação de todos os delegados, representantes de dezenas de municípios, que participaram nos dias 12 a 14 de abril do I Contema (Congresso dos Trabalhadores em Educação Básica do Maranhão).

Durante três dias, os congressistas analisaram a situação política nacional e estadual, as eleições deste ano e suas consequências para os trabalhadores, financiamento da educação, democratização das escolas públicas e direitos dos profissionais da educação. Ficou definida a luta contra a reforma neoliberal da CLT e pela aprovação do Fundeb (Fundo para a Educação Básica) em substituição ao Fundef.

Os delegados também passaram em revista a situação da organização do SINPROESEMMA e avaliaram a gestão que se encerrou durante o evento. Foram aprovadas alterações na estrutura sindical que vão possibilitar maior participação da categoria nas decisões da entidade. Foram criadas delegacias regionais e funções para os membros da diretoria, que teve o número de seus membros ampliado. Os núcleos municipais terão mais apoio, estabelecendo-se a cota de 80% da arrecadação local para o seu funcionamento.

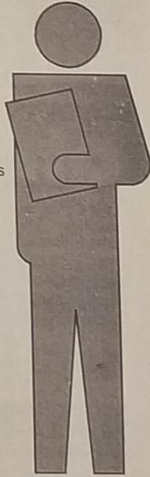
A plenária do Congresso aprovou um amplo plano de lutas, que destaca a Campanha Salarial deste ano, e elegeu a diretoria para o triênio 2002/2005.

DIRETORIA ELEITA PARA O TRIÊNIO 2002/2005

DIRETORIA
 Presidente - Odair José Neves Santos
 Vice-presidente - Janice da Silva Nery
 Secretário geral - Márcio José Gonçalves de Jesus
 1ª Secretária - Zilda Macedo Oliveira
 Secretário de finanças - Júlio César Rego Guterres
 1º secretário - Cristiano Leonardo Capovilla
 Assuntos educacionais - Maria de Lourdes Carneiro da Fonseca
 Imprensa e divulgação - Marlon Paulo de Melo Wolff
 Políticas sociais - Sidma Silva Maia
 Cultura e esportes - Richard Xavier Veloso
 Formação sindical - Antônia Benedita Pereira Costa
 Política sindical - Clécio Coelho Nunes
 Assuntos jurídicos - José dos Santos Brússio
 Acompanhamento parlamentar - Márcia Marques Pinho
 Saúde, segurança e trabalho - Osias de Oliveira Santos Filho
 Gênero - Iraide da Silva Martins
 Classe aposentados - Elvira Maria Reis Silva
 Classe prof. públicos - Rosângela Almeida Pinheiro
 Classe especialistas - Maria Wilma dos Prazeres Pearce
 Classe servidores de apoio - José Gonçalves da Silva Filho
 1º suplente - José Luis Ribeiro
 2º suplente - Edvaldo Araújo de Almeida
 3º suplente - Irlana Cheila Silva Costa
 4º suplente - Maria Gorete Silva Lima
 5º suplente - Marnia Suany Sousa
 6º suplente - Lea Cristina Paixão Santos
 7º suplente - Lindalva Serra Barros
 8º suplente - Waldinar Almeida de Sousa
 9º suplente - Ilza Maria Moraes Almeida
 10º suplente - Dalvanira dos Santos Oliveira Nunes
 11º suplente - Celine Abreu Cardoso
 12º suplente - Carlos Alberto Silva
 13º suplente - Carla Marinho Pereira
 14º suplente - Francisco Alfredo Matos Mento

CONSELHO FISCAL - EFETIVOS
 Maria Zúlia de Sousa Silva
 Maria Eliane Sousa
 Carlos Eduardo de S. Nascimento
 Maria Augusta Costa Sousa
 Maria Zelina Santana Marinho

CONSELHO FISCAL - SUPLENTES
 1-Durvalina da Graça Pereira Matos
 2-Suely Soares Carvalhedo



QUADRO DE MUDANÇAS ESTATUTÁRIAS

O QUE ERA ANTES	O QUE É HOJE
1. cargos e funções indefinidas, responsáveis por áreas importantes inexistentes	1. redefinição de cargos e funções da diretoria, ampliação do corpo gestor contemplando setores como cultura, esporte, comunicação, aposentados entre outros
2. núcleos municipais desamparados financeiramente, dependentes exclusivamente da presidência do sindicato	2. cota mínima de 80% da arrecadação local destinada aos núcleos municipais, isto significa autonomia financeira
3. sem instâncias intermediárias os núcleos amargavam a falta de contatos com diretoria em São Luís	3. criação das delegacias regionais, como instâncias intermediárias entre o núcleo e a diretoria
4. não existia nenhum fórum de avaliação do trabalho dos núcleos e da diretoria	4. criação do conselho geral - instância que unifica ainda mais a luta em todo Estado. Reúne os dirigentes regionais e a diretoria fazendo balanços semestrais da atuação estadual do sindicato

Márcio José Gonçalves de Jesus (secretário geral), Júlio César Rego Guterres (Secretário de Finanças), Marlon Paulo de Melo Wolf (Imprensa e Divulgação), Antônia Benedita Pereira Costa (Formação Sindical), José dos Santos Brussio (Assuntos Jurídicos), quase todos membros do PCdoB (SINPROESEMMA, 2002d, p. 03).

Essa hegemonia política do PCdoB foi conquistada sob muitas acusações por parte do Conselho fiscal e da própria presidente, Lucimá Goes de Sousa, desde o ano de 2001, conforme Ata do Conselho fiscal dos dias 18 de agosto e 23 de setembro de 2001 (SINPROESEMMA, 2001a; 2001b). Controvérsias e disputas jurídicas têm sido os principais mecanismos políticos que os mantêm à frente da diretoria do sindicato, desde outubro de 2001 até o ano de 2020 – somado o período de aliança com Lucimá Goes de Sousa, perfazem 21 anos que a estrutura do SINPROESEMMA está sob a tutela política do PCdoB. Assim, por ser o maior sindicato do Maranhão, vem servindo ao projeto político-partidário, isto é, de domínio da política maranhense.

As mudanças perpetradas pelo grupo do PCdoB no sindicato garantiram sua hegemonia, afastando, estrategicamente, a Oposição Sindical, da disputa política. Sem contar que esse poder concedeu acesso ilimitado às finanças, aos núcleos municipais e também propiciou uma relação com as prefeituras, passando a ter total liberdade para agir em função do projeto político-partidário.

As imagens contidas no jornal *D' Classe*, de abril de 2002 (SINPROESEMMA, 2002d, p. 04), comprova a presença de Marcos Kowarick, na abertura do I CONTEMA, falando sobre conjuntura política, assim como a do representante do Sindicato dos Metalúrgicos – SINDMETAL (sindicato dominado pelo PCdoB), ratificando o domínio político-partidário sobre o instrumento de luta dos trabalhadores na educação pública no Maranhão.

A partir de abril de 2002, com a eleição da diretoria via congresso, esse grupo político encampou uma pauta de reivindicação que continha elementos que o MOSEP defendia desde maio de 1997, quando fora fundado. A questão fundamental desse aspecto não era necessariamente a pauta de reivindicações que os diferenciava, mas os objetivos e os princípios políticos que os norteavam. Sem fazer o julgamento de certo ou errado, diferenciavam-se as atuações políticas dos dois grupos.

A esse respeito, veja-se a pauta da diretoria do SINPROESEMMA no informativo *D'Classe* de abril de 2002:

Reposição salarial de 89,9% equivalente às perdas salariais desde 1994, segundo dados do DIEESE;
 Cumprimento do Estatuto do Magistério quanto à elaboração da tabela de pagamento de professores e especialistas;
 Concessão imediata de todas as Promoções, Progressões e Titulações;
 Concessão automática da licença-prêmio;
 Horas extras (dobras de carga horária) pagas com um adicional de 100% sobre o valor da hora normal;
 Elaboração do Plano Estadual de Educação com a presença dos trabalhadores através do SINPROESEMMA;
 Concurso público para provimento da real demanda da rede estadual;
 Imediatas mudanças no Telensino, tais como:
 Não contratação de professores através de cooperativas;
 Garantia de um professor por disciplina;
 Inclusão das disciplinas Sociologia, Filosofia, Arte, História e Geografia do Maranhão;

Incorporação dos funcionários técnicos em Educação no Estatuto do Magistério, transformando-o em Estatuto dos Servidores em Educação;
 Ingresso exclusivo por serviço público;
 Formação imediata dos professores em nível superior, financiada pelo estado (SINPROESEMMA, 2002d, p. 04).

De acordo com o referido informativo, a diretoria afirmava que a categoria a partir daquele momento iria atrás do que era seu. Essa pauta faria parte da campanha salarial do ano de 2002, são propostas que passaram em assembleia geral do dia 1º de maio de 2002.

Paralelamente a esse comportamento da diretoria, vale ressaltar que a atuação do MOSEP, via SIMTEP/UPAON-AÇU, denotava um comportamento peculiar de Oposição Sindical, também se somava a sua pauta, a luta contra o Telensino, o Contrato Temporário de Trabalho e o PROCAD II, quanto a este programa o MOSEP protocolou denúncia no Ministério Público estadual, tendo sido instaurado Inquérito Civil Público, pela promotoria especializada, objetivando apurar possíveis irregularidades. Enquanto isso, para a sobrevivência na disputa política, o MOSEP tomava dinheiro emprestado do SEEB-MA, porque o SIMTEP/UPAON-AÇU, até àquela altura, não arrecadava quase o suficiente para manter minimamente as ações do MOSEP.

Apesar da conjuntura política instaurada após o I CONTEMA, da derrota por causa de uma tática política do grupo do PCdoB, da não participação da eleição congressual, o MOSEP não deixou a luta, organizou-se e continuou fazendo o papel de oposição que lhe coube e a que se propunha, apesar de todas as dificuldades materiais, impostas diante de um novo cenário político, com a ascensão do PCdoB ao controle da diretoria do SINPROESEMMA.

O objetivo do subitem 7.4 é, por isso, expor como o MOSEP organizou, a partir de então, a oposição sindical na educação pública do Maranhão na base de atuação do SINPROESEMMA.

7.4 A organização da oposição sindical no novo campo político e as razões que levaram ao fim da oposição, enquanto MOSEP, após o grupo do PCdoB assumir a direção do SINPROESEMMA em 2002

A ascensão do PCdoB à diretoria do SINPROESEMMA criou um contexto político no âmbito da luta sindical na educação pública básica do estado do Maranhão. Essa ascensão ocorreu em um novo campo político regional com José Reinaldo Tavares, assumindo o governo em março de 2002, até então, no governo de Roseana Sarney 1998-2002, era vice-governador – assume o cargo, quando a governadora se licencia para concorrer à presidência da república, com o apoio político do grupo Sarney. Este subitem busca expor como atuou o MOSEP nesse novo contexto político, tratando da redefinição de suas estratégias e táticas, necessariamente, redefinidas e reordenadas para uma nova atuação dentro da sua trajetória, a partir de um novo oponente político, diferente do que até então Lucimá Goes e sua aliança com o grupo do PCdoB exigiam da oposição sindical.

Tal redefinição, ocorrida no contexto político governamental e no âmbito sindical, caracterizou, relativamente, mais uma derrota política da oposição com relação à disputa do instrumento sindical, e impôs novas e profundas dificuldades no campo da atuação política.

A atuação do governo estadual terminava facilitando a execução de medidas contra a carreira do magistério tanto do ensino superior estadual quanto da educação básica em função, principalmente, da aliança política⁴ do grupo PCdoB com o governo José Reinaldo (2002-2006), assim como a estabelecida com o governo de Roseana Sarney (1995-2002).

A conjuntura estabelecida no governo de José Reinaldo Tavares, no ano de 2004, por exemplo, no segundo semestre, oportunizou uma participação ativa como oposição na disputa de legitimidade junto à categoria, bem como nos embates relacionados à política educacional e política salarial que o governo estadual propugnava, naquele momento, além de que no campo específico da disputa sindical, passou a focar somente na atuação do grupo do PCdoB à frente do sindicato.

Mas é necessário ressaltar que o MOSEP conclamava a categoria, desde sempre, para o enfretamento ao peleguismo, à submissão e atrelamento das diretorias do SINPROESEMMA, que estabeleceram uma relação de relativa dependência e de alinhamento

⁴ Em matéria publicada no Jornal Pequeno, do dia 29 de agosto de 2004 (GREVE..., 2004, p. 06), fica claro que o secretário estadual de Educação era Altemar Lima, filiado ao PCdoB, o que caracteriza a aliança política entre o governo estadual e o partido político – PCdoB, enquanto que a diretoria do sindicato (PCdoB) fazia jogo de cena na condução das paralisações da categoria.

político, a partir das ligações políticas ordenadas por Lucimá Goes de Sousa e de Márcia Helena do Nascimento. Com o grupo do PCdoB, não foi diferente.

Vale observar que, no ano de 1997, ainda não era possível dimensionar o que estava por vir com o surgimento do grupo do PCdoB, no âmbito do SINPROESEMMA, e o que esse grupo faria para chegar e se manter no controle da direção do sindicato, embora, pela aliança política com o governo de Roseana Sarney (PFL), e a atuação no Sindicato dos Metalúrgicos (SINDMETAL), além da aliança política com Lucimá Goes de Sousa e o ulterior golpe, o MOSEP caracterizava o grupo do PCdoB/CSC como stalinistas, o que indicaria quem seria e como atuaria esse grupo.

Diante da situação que culminou com o grupo do PCdoB/CSC no controle da diretoria do sindicato, vale explicitar como o MOSEP se organizou e atuou a partir de então, fato que demonstra que o movimento não só disputava a diretoria do sindicato, mas se propunha a lutar e a fazer o debate com a categoria, a sociedade civil e o Estado no que se circunscrevia à temática educação pública básica maranhense, estabelecendo uma ampla luta coletiva sem vínculos com a oligarquia Sarney e seus prepostos políticos, por isso atuava com independência em relação à estrutura de poder político local, no entanto era efetivamente orgânico, norteado pelos princípios de organização da luta no campo da esquerda, ligado à Corrente Alternativa Sindical Socialista (ASS).

Essa forma de organização do MOSEP tinha como estratégia a construção e participação de um amplo leque de alianças e aproximações políticas com diversas entidades de classe e acadêmicas, ligadas a uma mesma perspectiva político-ideológica subsidiada ideologicamente pela ASS, tais como SEEB-MA, SINTRAJUFE-MA, SINDSEP-MA, APRUMA, CA de Pedagogia-UFMA, DCE-UFMA, UNE.

Esse espectro de alianças denotava uma estratégia política necessária à sobrevivência da atuação política da oposição, e da continuidade da luta do movimento de oposição, o que, diante daquele cenário, significava atuar paralelamente na base de atuação do PCdoB à frente da diretoria do sindicato. Sem abandonar a luta, mas necessariamente utilizando-se de outras estratégias e táticas políticas como única forma possível de sobreviver aos ataques desferidos ao MOSEP, principalmente à acusação de divisionista feita pelo grupo do PCdoB, sem respeitar o processo contraditório, antagônico e divergente que passou a existir no campo de atuação política na base do SINPROESEMMA, desde o surgimento do MOSEP, em 31 de maio de 1997.

A conduta da direção do sindicato de acusar a oposição de divisionista, adotada pelo grupo do PCdoB/CSC, surge desde o momento em que o MOSEP criou o SIMTEP-UPAON-

AÇU, o que de certa forma colocou em xeque a existência do SINPROESEMMA. No entanto, a partir do momento que o PCdoB tomou a máquina sindical, e teve o controle de toda a estrutura material e financeira disponível, houve o favorecimento do crescimento e da ampliação das ações políticas de ataques e acusações, visando a sua hegemonização política. Em consequência desse quadro político no sindicato, à oposição se apresentavam mais dificuldades e desafios a serem superados.

Vale recordar que por três momentos – 1998, 1999 e 2002 – o MOSEP declinou da disputa pela diretoria do sindicato, motivado, principalmente, pelas discordâncias na conduta do processo sucessório, pois apesar de a oposição gozar de uma significativa legitimidade na base, sempre resistiu fervorosamente à utilização de mecanismos não democráticos e injustos, ao passo que Lucimá Goes de Sousa e o grupo do PCdoB nunca se furtaram a utilizar todos os recursos, inclusive, os recursos jurídicos, para garantir as estratégias políticas que fossem necessárias à objetivação dos seus interesses políticos.

Assim, nesse novo cenário, o MOSEP detinha legitimidade, especialmente na base de São Luís, conquistada através da sua forma de atuação, transparente, democrática e combativa, que o diferenciava das práticas das sucessivas direções do SINPROESEMMA além de sua inserção em algumas regiões do estado, conferindo-lhe base para não legitimar um processo eleitoral que considerava viciado ainda mais quando estabelecido pela via indireta (congressual).

O grupo do PCdoB, por seu turno, com o controle da diretoria e de todo aparelho sindical, considerava-se autorizado a representar a categoria, mesmo que por um mecanismo eleitoral ilegítimo e antidemocrático, como a eleição congressual instituída no sindicato no processo eleitoral de 2002, o que fez com que o grupo do PCdoB passasse a utilizar os mesmos instrumentos de sua até então aliada, Lucimá Goes de Sousa, de centralização do poder, e ataques na tentativa de desconstrução da legitimidade da oposição para se perpetuar no poder.

A atuação do grupo do PCdoB com o aparelho sindical nas mãos tornou os embates políticos muito mais intensos e desproporcionais, em função da organicidade de partido e de toda estrutura material e financeira de que dispunha o grupo do PCdoB de posse da estrutura do aparelho sindical. Ainda que o MOSEP fosse orgânico, sua organicidade, frente a essa estrutura adquirida pelo grupo do PCdoB, não era suficiente para ganhar o aparelho sindical, o que não significa afirmar que o surgimento e desenvolvimento da oposição não oportunizou fazer o debate e contraponto político, elementos fundamentais à educação política da categoria de docentes e trabalhadores de modo mais amplo da educação, questão que tanto

Marx e Engels, como Lênin e Rosa Luxemburgo apontavam em relação às greves, ou seja, as atividades de atuação dos trabalhadores configuravam-se como uma escola do Socialismo, guardadas as devidas proporções, dentro do movimento no Maranhão.

Na conjuntura política do ano de 2002, o SINPROESEMMA, de acordo com matéria intitulada *Professores Retornam*, publicada no Jornal O Imparcial em 11 de julho de 2002, convocou a categoria no mês de julho para realizar paralisações pontuais, estratégia utilizada para pressionar o governo a conceder o reajuste salarial de 89,9% em cumprimento ao Estatuto do Magistério (PROFESSORES..., 2002, p. 02).

A esse respeito, de acordo com o presidente do SINPROESEMMA, Odair José Santos Neves (PROFESSORES..., 2002, p. 02), a categoria esteve reunida em assembleia, quando os professores foram orientados a voltarem às escolas, após paralisação de um dia. Afirmou ainda que outra assembleia seria marcada em agosto para tratar do reajuste salarial da categoria e, caso o sindicato e o governador José Reinaldo Tavares não chegassem a um acordo, seria deflagrada greve. O governo, por seu turno, afirmava que não poderia conceder qualquer reajuste em função da proibição imposta pela lei eleitoral, mas que no ano seguinte (2003) sentaria com a direção do sindicato para discutir a questão (PROFESSORES..., 2002, p. 02).

No ano de 2002, em 16 de agosto, o MOSEP publicou um boletim se referindo ao acordo de reposição de 4,7% e de implantação da tabela do magistério apenas em 2003 (MOSEP, 2002c, p. 01), era o indicativo de que o governo tinha o objetivo de alterar o Estatuto do Magistério (Lei nº 6.110/1994) com a extinção dos artigos 54, 55, 56 e 57 que eram os únicos instrumentos de reposição salarial e que garantiam as gratificações e o interstício de 5% entre uma referência e outra, o que poderia ocorrer por meio de medida provisória.

Em 2004, a alteração no Estatuto do Magistério terminou acontecendo, conforme Medida Provisória nº 001 de 29 de julho de 2004, do governador José Reinaldo Tavares, passando a vigorar a partir dessa data em que foi publicada – o que levaria a um profundo achatamento salarial e colocaria em risco a estruturação da carreira do magistério. Veja-se a alteração:

Dá nova redação ao art. 54, ao caput e ao parágrafo único do art. 78, revoga os artigos 55, 56 e 57 da Lei nº 6.110, de 15 de agosto de 1994, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério de 1º e 2º Graus do Estado do Maranhão; altera a redação do art. 3º e revoga o § 1º e seus incisos, o § 2º do art. 3º e o Anexo da Lei nº 7.885, de 23 de maio de 2003 (MARANHÃO, 2004, p. 01).

Diante desse fato, de acordo com o MOSEP (2002c, p. 01; FIGURA 77) o grupo do PCdoB, ao concordar com essa alteração, demonstrava estar do lado do governo e expunha, com tal postura, a tradição de atrelamento e submissão aos sucessivos governos, ao aceitar as condições impostas pelo governador, o que terminou evidenciando o PCdoB como base de apoio político do governo.

FIGURA 77 – Boletim do MOSEP de 16 de agosto de 2002

MOSEP **CUT**

Boletim do Movimento de Oposição Sindical na Educação Pública do Maranhão - 16/08/2002
 Contatos: 9961-8900/9974-3452/9604-0568/256-1456

**DIGA NÃO À VENDA DA GREVE DOS PROFESSORES!
 POR UMA NOVA DIREÇÃO NO SINPROESEMMA,
 COMBATIVA E INDEPENDENTE!**

O MOSEP vem construindo a luta sindical de oposição, com uma postura e proposta diferenciada da que vimos durante todos esses longos anos na direção do SINPROESEMMA. Todos os que conhecem o MOSEP sabem da coerência de suas bandeiras de lutas levantadas em prol da categoria e a defesa incansável de um sindicato livre, combativo e independente, sem atrelamento a governo nenhum.

A prova disso é a nossa própria história. Tentamos participar de uma eleição para a direção do SINPROESEMMA em 1999 onde exigíamos a democratização do processo. Entretanto, nos retiramos da disputa em função das práticas nefastas de violência e corrupção eleitoral desse grupo que sempre esteve na direção do sindicato junto com Lucimá Góes. Estas práticas fizeram com que o PCdoB acabasse com as eleições diretas no SINPROESEMMA e as transformasse numa eleição congressual, onde apenas 158 pessoas participaram de uma farsa eleitoral no mês de abril/2002, sem legitimidade e representatividade.

Lembramos da luta do MOSEP contra a carga horária de 25 horas; do concurso público municipal, ganho na Justiça; da posse dos professores, também ganho judicial após uma jornada de lutas e, da pressão que resultou na nomeação de cerca de 500 profissionais do concurso de 1994; da luta para manter no emprego os professores contratados que haviam sido demitidos pela governadora Roseana Sarney/Zé Reinaldo, que resultou na greve de 15 dias em 2000 e o acampamento em frente ao Palácio, que durou 45 dias.

Enquanto o MOSEP lutava por uma pauta de reivindicações ainda hoje protocolada no Palácio do Governo e que contempla os itens exigidos nesta greve de 2002, a atual direção do SINPROESEMMA, junto com Lucimá Góes, fez um acordo com Zé Reinaldo, acordo este que até hoje não foi cumprido. Ressaltamos também a luta pelo PROCAD gratuito com denúncia protocolada junto à Promotoria do Cidadão em novembro de 2000 para que o governo do Estado garantisse a gratuidade do PROCAD. Esclareça-se que segundo a própria direção do sindicato, o rombo do PROCAD é de cerca de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

Muitas outras lutas têm marcado a prática do MOSEP a exemplo da luta contra o telensino e suas conseqüências danosas para os jovens de nosso estado no interior das escolas, reafirmando o nosso compromisso por uma educação democrática e de qualidade social, compreendendo que isso passa por uma boa formação dos professores; por uma gestão democrática; pela valorização dos profissionais da educação mediante o pagamento de salários dignos; pelo investimento na estrutura escolar; condições estas sem as quais será impossível mudar o quadro deprimente da educação pública maranhense.

O que presenciamos hoje, é mais uma reprise da tradição das sucessivas direções do SINPROESEMMA: atrelamento e submissão aos sucessivos governos. Não nos surpreende que o PCdoB, grupo político que ora dirige o sindicato e que é base do governo estadual, tenha mais uma vez, vendido a luta e a esperança da nossa categoria. Não aceitaremos ficar reféns da eleição de quem quer que seja. Isso é abuso eleitoral e não pode jamais ser pauta de debate em mesa de negociação entre nossa categoria e o governo. O acordo deve ser com o Governo do Estado e não com a pessoa do candidato Zé Reinaldo.

Compreendemos que essa proposta de 4,7% de reposição e de implantação da tabela do magistério apenas em 2003 é a prova maior do extremo desrespeito do governo para com a nossa categoria. O cumprimento do Estatuto do Magistério não pode ser utilizado como chantagem eleitoral como faz o governador Zé Reinaldo. O Estatuto do Magistério é uma lei (6.010/94) e tem que ser respeitado, principalmente pelo governador, para dar o exemplo à sociedade. Se os policiais militares tiveram o seu plano descongelado e irão receber melhores salários, os professores também têm os mesmos direitos.

A direção do SINPROESEMMA está do lado do governo. O advogado do sindicato, Sr. Luis Henrique Falcão Teixeira, se travestiu em advogado do governo, para intimidar os professores que estão em estágio probatório, ameaçando-os, caso eles não aceitassem o fim desta greve que já nasceu vendida por esses traidores do PCdoB. Sabemos que, ao contrário do que disse o advogado, o direito de greve também é extensivo aos servidores que estejam em estágio probatório.

É preciso que todos nós reflitamos no sentido de não deixar esta greve terminar numa brincadeira eleitoral. É preciso denunciar para todo o Maranhão a traição da direção do PCdoB no SINPROESEMMA e a manobra eleitoral de Zé Reinaldo em conluio com os pelegos comunistas.

Defendemos a unidade na luta, mas não podemos nos calar diante da traição, da má-fé e da truculência desse grupo ilegítimo que controla o SINPROESEMMA neste momento. Na verdade, este sentimento de que fomos traídos e que a nossa greve foi vendida pelo PCdoB é amplamente majoritário no seio da nossa categoria, em razão das inúmeras tentativas de desmobilização do movimento, confundindo os professores e impedindo que estes ficassem em frente ao Palácio do Governo, dentre outras.

Apesar de tudo isso, temos coragem para resistir e lutar! Vamos demonstrar para o governo e para os traidores da categoria, a força da nossa mobilização e a nossa determinação em conquistar os nossos direitos por salários dignos e educação democrática e de qualidade!

Fonte: Fotografia tirada pelo autor em 05 de abril de 2019.

Importa frisar que, em maio de 2004, o governador rompeu com o grupo Sarney, que o apadrinhara e o apoiara em toda sua trajetória política, e, em consequência deste rompimento, terminava promovendo a reconfiguração política mais radical no estado, tendo como consequência, em 2006, o apoio à candidatura de oposição de Jackson Lago (PDT) ao governo do Maranhão contra Roseana Sarney (PFL).

De acordo com matéria assinada pela jornalista Sílvia Freire, publicada em 28 de setembro de 2004 pela Agência Folha:

A possibilidade da edição de MPs foi incluída na Constituição do Maranhão em janeiro de 2003, por meio de proposta de emenda feita pelo próprio governador (além da Constituição maranhense, a do Tocantins também prevê a edição de MPs). Até julho deste ano, porém, Tavares não havia editado nenhuma MP: elas só passaram a ser usadas após a ruptura de Tavares com a senadora, Roseana Sarney (PFL-MA) (TAVARES..., 2004, p. 01).

Dito isto, com relação à política educacional e à carreira docente e política salarial, José Reinaldo Tavares (PTB) atacou o magistério público estadual, ou seja, os docentes da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e da educação básica nas suas principais questões salariais e na estruturação da carreira docente, através de medidas provisórias (MPs), sustentado pela justificativa de que o orçamento do Estado não suportaria o aumento. Nessa mesma matéria, o secretário de Planejamento do Estado, Simão Cirineu, afirmava o porquê:

[...] porque no final de julho o Maranhão destinava 48,6% da Receita Corrente Líquida com pessoal. O limite do gasto para o Executivo previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal é 49% da receita. Com o fim do reajuste, o Estado deixa de gastar R\$ 113 milhões até o final do ano. Os professores estão em greve desde o final de agosto. Desde 15 de setembro, a pauta de votação da Assembleia está trancada por duas MPs (TAVARES..., 2004, p. 01).

O ataque do governo José Reinaldo Tavares à educação pública maranhense se configurou com o envio das MPs à Assembleia Legislativa do Maranhão (ALEMA). As MPs nºs 01 e 03 do Estado do Maranhão, editadas em 29 de julho de 2004 pelo governador do estado do Maranhão, José Reinaldo Tavares, versavam sobre Estatuto do Magistério da Educação Básica e a MP nº 02 era sobre a UEMA. A MP nº 03, por exemplo, alterava o acordo salarial feito entre o SINPROESEMMA e o governo no ano de 2003: em vez de pagar em duas parcelas o aumento, 30% em 2004 e 70% em 2005, o governo passaria a pagar em três parcelas, 30% em 2004, 30% em 2005 e o restante em 2006, além de desvincular o reajuste salarial ao aumento do salário mínimo. Em relação à MP nº 01: a) suprimia os artigos 54, 55, 56 e 57 do Estatuto do Magistério (Lei 6.110/1994) e, por consequência, alterava a

tabela de vencimentos dos professores, com a exclusão do interstício de 5% entre uma referência e outra; b) diminuía de 50 para 30% o redutor de horas-aulas do professor em regência de classe, que alcançasse 50 anos; c) reduziu o salário dos contratos temporários, para apenas os vencimentos básicos da Referência 1 (pessoal de nível médio) e da Referência 19 (nível superior); e d) eliminou a Gratificação de Atividade do Magistério – GAM de 130% sobre o vencimento dos professores contratados (MARANHÃO, 2004, p. 01).

Esses ataques ao Estatuto do Magistério foram desferidos contra os incentivos e garantias da carreira, o que significava destruição do Plano de Carreira do Magistério e interferiria ainda mais na qualidade da educação pública. Essa situação levou a diretoria do SINPROESEMMA a deflagrar uma greve geral dos educadores, apesar das negociações entre sindicato e governo. De acordo com matéria do Jornal Pequeno de 22 de agosto de 2004, a categoria reunida em assembleia na manhã do dia 21 de agosto, colocou a diretoria do sindicato sob forte pressão, e decidiu deflagrar greve geral a partir de 30 de agosto de 2004, uma semana após o início das aulas (PROFESSORES..., 2004a, p. 10).

O que levou a esta situação foi o fato de que em maio de 2003, o SINPROESEMMA optara por firmar com o governo acordo de aumento salarial a ser pago em duas parcelas (30% em 2004 e 70% em 2005), era o cumprimento da previsão legal do interstício de 5% previstos nos artigos 54, 55, 56 e 57 da Lei 6.110/1994. O governador afirmava ainda que o orçamento para 2004 garantia as verbas para o cumprimento do acordo. Contudo, em vez de começar a cumprir o acordado em março, o governador José Reinaldo Tavares, em julho de 2004, envia à ALEMA as MPs que provocavam mudanças no Estatuto do Magistério, em pleno período de férias escolares e de recesso parlamentar, rompendo assim com o acordo firmado com o sindicato em maio de 2003 – fato este que fica exposto na entrevista do Jornal Pequeno de 14 de novembro de 2004, com o Deputado Estadual Aderson Lago (PSDB) (DEPUTADO..., 2004, p. 03).

Conforme matéria do Jornal Pequeno do dia 29 de setembro de 2004, até então, a diretoria do sindicato estava disposta a continuar negociando com o governo de José Reinaldo Tavares, por isso tinha suspenso em 28 de setembro de 2004 a greve que iniciara em 30 de agosto, em decorrência da decretação de ilegalidade da greve pela justiça e imposição de multa diária de R\$ 50 mil, caso descumprisse a decisão judicial, além do bloqueio das contas do sindicato, argumento empregado pela diretoria do SINPROESEMMA para não construir a greve (SINDICATO..., 2004, p. 04).

Conforme matéria do Jornal Pequeno do dia 29 de setembro de 2004, no mesmo instante em que ocorria a suspensão da greve por parte da diretoria do SINPROESEMMA, a

oposição optara por sustentar a greve nas maiores escolas da capital, com o apoio da Associação dos Professores da UEMA (APRUEMA), à revelia da direção do sindicato de acordo com os seus representantes na comissão de greve: professora Kátia Ribeiro, Marcelo Pinto e Ramon Zapata (SINDICATO..., 2004, p. 04).

O Jornal O Estado do Maranhão, também em matéria do dia 30 de setembro, estampava na capa a manchete “Professores mantêm a greve”, quer dizer, a oposição mantinha a greve à revelia da diretoria do sindicato (PROFESSORES..., 2004b, p. 01).

Como as MPs do governo José Reinaldo Tavares atingiam tanto os professores da UEMA quanto os da Educação Básica, a luta fora unificada, o que fez com que a oposição se aliasse à APRUEMA. Isso permitiu à oposição, inclusive, compor a comissão de negociação com muita efetividade, embora sua liderança mais expressiva, professor Paulo Roberto Rios Ribeiro já não estivesse mais atuando na Educação Básica, e sim como professor da UEMA, liderança da APRUEMA, o que possibilitou o surgimento de novas lideranças como a professora Kátia Ribeiro. Esse contexto foi retratado em matéria do Jornal Pequeno do dia 07 de outubro de 2004, intitulada *Apesar da pressão, MP editada antes das relativas à educação foi aprovada* (APESAR..., 2004, p. 05).

Os embates seguiam e, no dia 07 de outubro de 2004, na Assembleia Legislativa os deputados rejeitaram a Mediada Provisória nº 02/2004, referente aos professores da UEMA, como estratégia para sufocar o movimento dos professores da educação básica, que não contavam com o apoio do SINPROESEMMA; no entanto, os deputados mantiveram a MP nº 03, que cancelava o acordo entre o governo e os professores da educação básica, cortando vantagens dos professores do Ensino Médio, com a retirada da GAM e a redução do salário dos professores contratados (APESAR..., 2004, p. 05).

Com o afastamento do SINPROESEMMA dos embates políticos contra as MPs, restou à oposição elaborar uma tática de atuação com a base. Assim, ficou definido que nas principais escolas da capital os professores trabalhariam os dois primeiros horários e em seguida se dirigiriam à ALEMA, para realizarem as manifestações, pois dessa forma as direções dos estabelecimentos de ensino não poderiam retaliar o movimento, colocando falta nos professores que continuavam em greve de ocupação. Outra tática foi a realização diária de reuniões com os professores na sede do SEEB-MA, para avaliação do movimento (APESAR..., 2004, p. 05).

A matéria do Jornal O Estado do Maranhão, de 12 de outubro de 2004, retratava que devido ao aumento da perseguição aos professores por parte das direções das escolas, no dia 11 de outubro de 2004, os professores das maiores escolas da capital - CE Barjonas Lobão,

CE Bernardo Coelho de Almeida, Centro de Ensino Governador Edison Lobão, Liceu Maranhense e Escola Modelo - voltaram às aulas, afirmando que continuariam acompanhando a votação das MPs na ALEMA. Contudo, não era esse o discurso que fazia a diretoria do sindicato e a professora Kátia Ribeiro também ratificava a posição da oposição de resistir o quanto fosse possível e necessário. Nesse ponto, o apoio de lideranças da APRUEMA, entre as quais, os professores Joaquim Teixeira Lopes (Juca), Saulo Costa Arcangeli e Paulo Roberto Rios Ribeiro, foi fundamental para a manutenção do movimento paredista (COLUNA..., 2004a, s. p.).

Os professores, sob a liderança da oposição, pressionavam o sindicato de todas as formas, inclusive dirigindo-se a sua sede como publicado em matéria do Jornal o Estado do Maranhão de 08 de outubro de 2004 (ESCOLAS..., 2004, p. 05; FIGURA 78). No entanto o grupo do PCdoB, à frente da diretoria do SINPROESEMMA, negava-se a receber e discutir com os professores questões como o afastamento da diretoria do sindicato da luta, a suspensão da greve e a continuidade das negociações com o governo sobre a retirada de direitos previstos no estatuto, desconsiderando a posição da própria base contrária às MPs.

FIGURA 78 – Matéria do Jornal do Estado do Maranhão de 08 de outubro de 2004

08 DE OUTUBRO DE 2004, SEXTA-FEIRA

Grandes Viagens

AGE TUR

* Cruzeiros Marítimos
* Passagens Aéreas
* Reservas de Hotel

* Locação de Veículos
* Pacotes Turísticos
* Excursões

235.3577
Rua dos Anjos, 04, 2.º A, Ilhéus, Maranhão
www.agetur.com

GERAL

Escolas estaduais continuam paradas

PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO MANTÊM GREVE PARCIAL, CONTRA POSIÇÃO DEFENDIDA PELO SINDICATO DA CATEGORIA

Por conta da demora dos deputados em votar tais MPs, os professores continuarão com a greve de ocupação, que consiste em ministrar aulas somente nos dois primeiros horários. Eles permaneceram em frente à Assembleia Legislativa até as 11h, fazendo apito, gritando palavras de ordem e impedindo o tráfego de veículos em alguns momentos.

Hoje, a partir das 18h, os professores se reunirão no Sindicato dos Bancários (rua do Sol – Centro) para definir os rumos do movimento e o calendário de manifestações da próxima semana.

INSATISFAÇÃO
Mesmo apoiando e entendendo os motivos que levam os docentes a continuarem com a greve, os estudantes estão se sentindo bastante prejudicados e temem perder o ano letivo. Aqueles que estão no 3º ano do ensino médio e que deverão prestar os vestibulares da UFMA e Uema temem pelo atraso do ano letivo e da falta de conteúdo, o que os prejudicaria bastante nos exames.

Desde quarta-feira passada os alunos da rede estadual de ensino voltaram às suas escolas. O estudante Renan Lima, 15 anos, aluno do 1º ano do ensino médio do Cegel, se disse bastante inconformado com a falta de aula. Assim como seus colegas, espera o término imediato da greve. “Sabemos que o motivo deles é justo, mas não podemos perder o ano. É muito ruim vir para o colégio e só ter dois horários. Acho que o governo tem que ceder para que os profes-

gocados com o governador sem o aval da categoria é a retirada ou diminuição da GAM (Gratificação de Atividade do Magistério) para os professores contratados, assim como a eliminação ou achatamento do interstício entre as categorias”, explicou Ramon Zapata, membro da comissão de negociação eleita pela assembleia dos professores da educação básica. Ele ressaltou ainda que, no edital do próximo concurso para professor do Estado, já está previsto o salário de R\$ 576,00, devidamente incluída a GAM.

Outra insatisfação da categoria com o Sinprosemma, diz respeito à postura deste em relação ao movimento grevista. “Fomos traídos. O Sindicato deflagrou a greve da categoria e até estava lutando por nós. Entretanto, o Sinprosemma rompeu com a greve e, hoje, tenta negociar com o governo pontos que não estão de acordo com a vontade da categoria. O pior de tudo é que viemos aqui e não fomos recebidos. Somos nós quem mantemos a instituição, através de mensalidades”, disse indignada Madalena Santos, professora de ensino fundamental e médio.

Segundo a professora do ensino médio, Carolina Cruz, o Sindicato está desprezando os docentes. “O Sindicato não está fazendo o papel dele, já que não representa mais a categoria. Estamos sendo desprezados”, declarou insatisfeita.

Já o professor Magno Sodrê foi enfático: “Queremos a volta da comissão eleita em assembleia da categoria para a negociação com o Governo do Estado. O Sindicato nos trai!”



■ PROFESSORES da rede estadual fazem manifestação em frente ao sindicato da categoria, no Centro

sos voltem às salas de aula”, opinou Renan.

No Liceu Maranhense, a situação foi a mesma. Às 9h30, os estudantes já voltavam para suas casas. Aline Arruda, 16 anos, aluna do 2º ano do ensino médio, também se mostrou bastante inconformada com a falta de aulas. “O PSG exige muito conteúdo que, com a paralisação das aulas, não vai ser dado. Com isso, ficamos prejudicados em relação aos alunos de escolas particulares”, disse.

TRAICÃO
Por volta das 11h, após a comissão de negociação da Uema adentrar a Assembleia Legislativa para tentar negociação, os professores da educação básica se dirigiram em passeata pelas ruas do Centro até a sede do Sinprosemma, onde foram recebidos a portas fechadas.

Segundo os professores, o principal motivo da manifestação é a

postura assumida pelo sindicato diante da pressão do Governo do Estado. “O Sindicato está negociando com o Governo pontos que vão contra aos anseios da categoria. A questão do aumento de carga horária de 20h para 25h, por exemplo, era um ponto que já havia sido superado. Entretanto, segundo informações que a categoria obteve, o Sindicato está renegociando esta questão com o Governo do Estado. Outros pontos que estão sendo ne-

Fonte: Fotografia tirada pelo Autor em 19 de fevereiro de 2019.

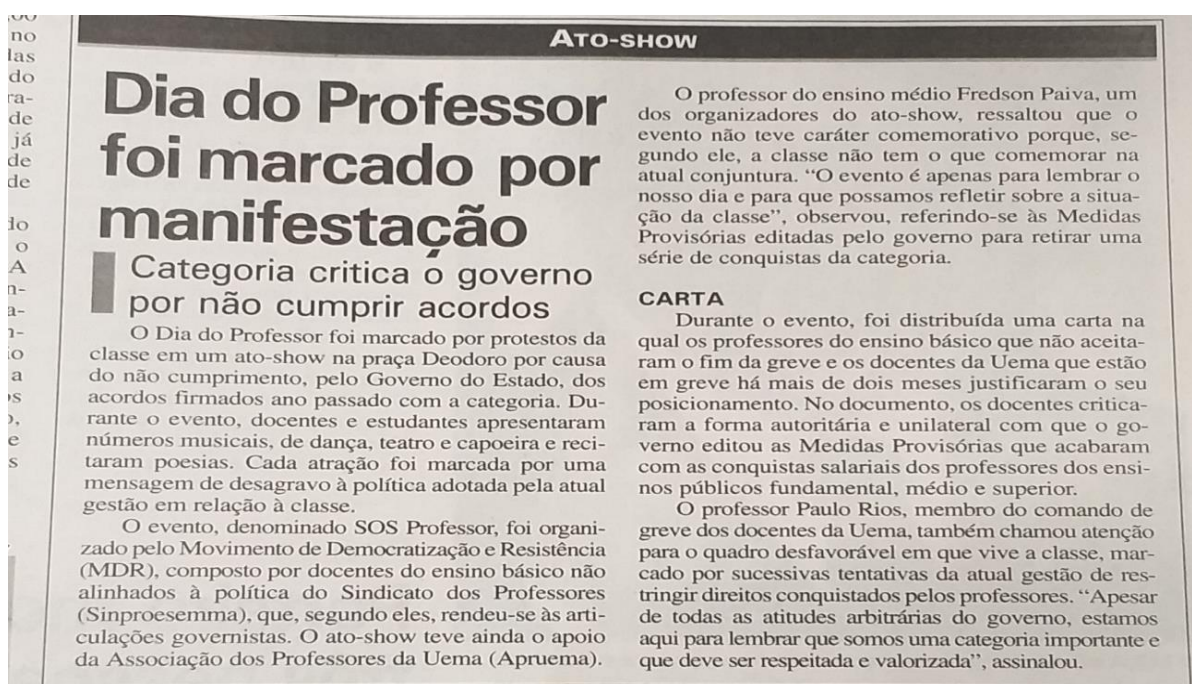
De acordo com matéria do Jornal O Estado do Maranhão do dia 14 de outubro de 2004, a ALEMA rejeitou a MP nº 02, referente aos professores da UEMA, mas continuava sem votar a MP nº 03, que alterava o Estatuto do Magistério (Lei 6.110/1994). Tratava-se de uma votação dos pareceres da Comissão de Constituição e Justiça, que havia rejeitado tanto a MP nº 02 (nesse caso, o executivo não poderia mais apresentar a MP, nessa mesma legislatura, o que levou a seu arquivamento) quanto a MP nº 03, que não fora votada em plenário por falta de quórum. A base do governo, dessa forma, adiou a votação, temendo o governo sofrer nova derrota em uma mesma sessão (COLUNA..., 2004b, s. p.).

Diante desse quadro político, surgem novas lideranças, entre estas algumas que não se assumiam como MOSEP, mas estavam no campo da Oposição Sindical na Educação Pública Básica do Maranhão. Foi nesse contexto, que ocorreu a mudança terminológica da oposição sindical, passando o MOSEP a se denominar Movimento de Democratização e Resistência (MDR). No dia 28 de setembro, na assembleia do SINPROESEMMA, realizada na Praça da Bíblia em frente à Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado do Maranhão

(FETIEMA), o MOSEP passou a ser nominado por MDR. Nessas circunstâncias, surgiram novas lideranças como os professores Kátia Ribeiro, Antonísio Furtado, Marcelo Pinto e Rezzo Júnior.

Na continuidade dos protestos organizados pela oposição (representada pelo MDR), no dia 16 de outubro de 2004, o Jornal O Estado do Maranhão (COLUNA..., 2004c, p. 05; FIGURA 79) noticiava que o MDR desenvolvera atividade alusiva ao dia do professor em frente à Biblioteca Benedito Leite, na Praça Deodoro, Centro de São Luís, protestando contra as MPs do governo José Reinaldo Tavares, mais uma atividade à revelia da diretoria do sindicato e com o apoio da APRUEMA.

FIGURA 79 – Matéria do Jornal O Estado do Maranhão de 16 de outubro de 2004



Fonte: Fotografia tirada pelo Autor em 19 de fevereiro 2019.

Mesmo com a derrota sofrida no plenário da Assembleia Legislativa na votação da MP nº 02, referente aos docentes da UEMA, o governo mantinha as MPs. De acordo com matéria do Jornal O Estado do Maranhão de 20 de outubro de 2004, no dia 19 de outubro de 2004, o governo enviou à ALEMA outras duas medidas sob outros números, mas de conteúdo similar: a MP de nº 03 fora substituída pela MP nº 08, que revogava os artigos 54, 55, 56 e 57 do Estatuto do Magistério, alusivos aos direitos à progressão, ao interstício de 5% entre as referências, à desvinculação do reajuste salarial ao aumento do salário mínimo, e ao corte na Gratificação por Atividade do Magistério (GAM) de 130% que insidia sobre o salário dos professores contratados; e a MP nº 09, que substituída a nº 06, que tratava respectivamente do

corte da Gratificação por Atividade do Magistério (GAM), dos professores contratados e dos direitos à progressão previstos no Estatuto do Magistério (Lei 6.110/1994), e do acordo firmado em 2003, sobre o parcelamento da dívida do governo estadual com os docentes a ser paga 30% em março de 2005, suprimindo o pagamento em três parcelas. (PROFESSORES..., 2004c, s. p.).

A mesma matéria (PROFESSORES..., 2004c, s. p.) indicava que a substituição das MPs continuava não atendendo às reivindicações dos docentes. Nesse sentido, os professores permaneciam em vigília em frente à casa legislativa, na perspectiva de as MPs serem derrubadas pelos deputados. Além da manutenção do conteúdo na reedição das MPs em tramitação, a base do SINPROESEMMA e a própria oposição sindical sofriam com a ausência da diretoria do sindicato no campo de luta, embora a notícia era de que os diretores do sindicato continuavam negociando com o governo à revelia do movimento grevista, mantido pela oposição sindical com o apoio da APRUEMA, desde 30 de agosto de 2004. A oposição sindical, em 21 de outubro, assegurava que mantinha 80% das escolas na capital paralisadas, embora algumas funcionassem parcialmente (PROFESSORES..., 2004c, s. p.).

Em outubro de 2004, o MDR lança um panfleto que chamava a atenção para o envio pelo governo José Reinaldo Tavares das novas MPs à ALEMA e aproveitava para divulgar o calendário das atividades deliberadas com a base. No entanto, esse panfleto, analisado nas entrelinhas, demonstra a mudança de viés político-ideológico que tornava o MDR, em pouco tempo de existência, um coletivo bastante diferente do MOSEP, não no sentido da agenda, mas no que se refere a sua organicidade e atuação, quando afirmava, por exemplo, que o “MDR era um movimento plural, com diversidade, o que possibilitaria um andar mais rápido do grupo, já que cada um poderia contribuir com uma característica, desde que seja voltada para o fim das injustiças” (MDR, 2004, p. 01; FIGURA 80).

FIGURA 80 – Panfleto do MDR de outubro de 2004

Telefones para contato: 8807 1968/8802 9210/9975 3399 e-mail: mdrinforma@yahoo.com.br

MDR

Movimento dos Professores de Democratização e Resistência

PROFESSOR, AGORA, MAIS DO QUE NUNCA, PRECISAMOS ESTAR ATENTOS AOS DESMANDOS DO GOVERNO, QUE NA TERÇA-FEIRA, DIA 19, SUBSTITUIU AS MPs 3 E 6 PELAS MPs 8 E 9. VAMOS SER VIGILANTES PERMANENTES DE NOSSAS CONQUISTAS!

O Movimento de Democratização e Resistência encara o professor como real e sujeito histórico, que tem uma continuidade ao longo do tempo. As idéias do movimento não são traçadas querendo beneficiar o individual, mas sim o coletivo. Os professores que formam o MDR, constituem um movimento autônomo que tem plena consciência de estar lutando pelo que é justo e de direito. Tão sério é esse movimento que ele não nasceu para dar continuidade a atitudes desmedidas e arbitrarias. Alguns dirão que o MDR é um movimento audacioso, e na verdade, realmente o é, sendo capaz de provar que vale a pena crer em suas idéias, pois não conta somente com essa audácia e sim com a facilidade de trabalhar ao lado da categoria e para ela.

Os professores que estão nesse movimento não são pessoas rebuscadas, nem que se crêem superiores, não são pessoas que só sabem conversar sobre cartas marcadas da política. São pessoas que estão integradas à verdadeira luta de seus direitos, visando à vitória da categoria. O MDR respeita o pensamento de cada professor, tornando-se um movimento plural, com diversidade, o que possibilita um andar mais rápido do grupo, já que cada um pode contribuir com sua característica, desde que seja voltada para o fim das injustiças.

Os professores do MDR têm a capacidade de compreender a história e usá-la a seu favor. Por isso, sábado, dia 23, os coordenadores de várias escolas de Ensino Fundamental/Médio, contando com a presença de professores da UEMA, estiveram reunidos para encaminhar algumas propostas e continuamos na luta incansável graças a nossa resistência e agora, mais ainda, precisamos dessa obstinação de continuar apostando na VITÓRIA.

► **VIGÍLIA PERMANENTE FRENTE À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**, pois a qualquer momento os deputados podem votar as medidas, principalmente se não estivermos em vigília. Os professores estarão presentes nas suas folgas e horários disponíveis, contando com o compromisso e responsabilidade de cada um;

► Dossiê da situação das escolas com assinaturas de professores, alunos e pais;

► Realização de assembleia, em cada escola, em um dia determinado, com a finalidade de discutir sobre questões relacionadas à escola;

► Preparação da passeata que acontecerá no dia 09 de novembro de 2004, com concentração na Praça da Igreja do São Francisco, a partir das 7:30.

Ainda nesse dia, os coordenadores receberam a lista de documentos necessários para que se possa impetrar ações judiciais. (Procure o coordenador de sua escola!)

O MDR e a APRUEMA (Associação dos professores da UEMA) estão viabilizando, junto aos deputados, audiência pública para discutir a EDUCAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO, envolvendo a Educação Básica e UEMA.

MDR MANTÉM A LUTA UNIFICADA COM PROFESSORES DA UEMA QUE NA ÚLTIMA ASSEMBLÉIA, DIA 20, DELIBERARAM POR UNANIMIDADE, A PERMANÊNCIA DA GREVE.

Para esta semana, o Centro de Estudos Superiores de Imperatriz proporcionará Ato Público na 3ª feira, dia 26. Nesse mesmo dia, em Timon acontecerá reunião e 4ª feira, reunião no Centro de Estudos Superiores de Bacabal

Segunda-feira - 25	15:00	Vigília frente à Assembléia Legislativa
Terça-feira - 26	8:30	Vigília frente à Assembléia Legislativa
Quarta-feira - 27	8:30	Vigília frente à Assembléia Legislativa
Quinta-feira - 28	8:00 16:30	Vigília frente à Assembléia Legislativa Ato-show na Praça Deodoro, em frente à Biblioteca Benedito Leite.

Fonte: Fotografira tirada pelo Autor em 20 de abril de 2019.

Esse detalhe extraído do panfleto evidencia que, embora o MDR surgisse no mesmo campo de atuação do MOSEP, contando mesmo com grande parte dos seus militantes compondo esta nova fase da oposição sindical, a organização interna e o cunho político-

ideológico que sustentara o MOSEP não foram transpostos automaticamente ao MDR, o que o diferenciava em essência e não na sua aparência fenomênica.

Em relação ao contexto político, vale ressaltar que, em 2004, o secretário de Educação do Estado era Altemar Lima, filiado ao PCdoB. Contudo, de acordo matéria do Jornal O Estado do Maranhão de 08 de novembro de 2004, este foi demitido no início de novembro de 2004, e em sua substituição, assumiu o professor Edson Nascimento, que na ocasião era presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Maranhão (FAPEMA) e professor do curso de Ciências da Computação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) (NOVO..., 2004, p. 05).

Dada à demissão do secretário, anunciada no jornal O Estado do Maranhão no dia 08 de novembro, a diretoria voltou à base para angariar apoio à retomada da greve suspensa, e das manifestações contra as MPs (NOVO..., 2004, p. 05).

Assim, a mudança de postura da direção do sindicato, de negociadora/conciliatória, o que expunha o comprometimento político do grupo do PCdoB também com o governo de José Reinaldo Tavares (PTB), a uma postura mais de confronto, foi percebida pela categoria, que fez a relação com a demissão do secretário de educação, filiado ao partido da diretoria do SINPROESEMMA.

O presidente do SINPROESEMMA, Odair José Neves Santos, e o diretor de finanças, Júlio Guterres, convocaram uma assembleia para discutir com a base a situação das MPs. Por isso, no dia 08 de novembro, os professores estiveram reunidos no auditório da FETIEMA.

A direção do sindicato, portanto, voltava a discutir com a base a alteração do acordo feito em 2003 com o sindicato e, conseqüentemente, a tramitação das MPs. Segundo o presidente do SINPROESEMMA, esse acordo salarial fora autorizado pela base em outra assembleia, essa foi a explicação dada pelo presidente, Odair José Neves Santos, à reportagem do jornal O Estado do Maranhão, veiculada no dia 09 de novembro de 2004 (PROFESSORES..., 2004d, p. 05; FIGURA 81). Em contrapartida, a oposição sindical afirmava que os professores não aprovaram essas propostas e, portanto, reivindicavam a rejeição das MPs que alteravam o Estatuto do Magistério (Lei 6.110/1994) e a não inclusão de emendas.

FIGURA 81 – Matéria do Jornal O Estado do Maranhão de 09 de novembro de 2004



Fonte: Fotografia tirada pelo Autor em 19 de fevereiro de 2019.

Como as MPs que alteravam o Estatuto do Magistério (Lei 6.110/1994) estavam tramitando na ALEMA na Comissão de Constituição e Justiça e, caso aprovadas, seriam votadas em plenário, a oposição reivindicava que a luta deveria continuar sendo feita em frente à ALEMA e não em espaço fechado (Assembleia).

No dia 09 de novembro de 2004, de acordo com matéria publicada na edição do dia 10, do Jornal O Estado do Maranhão, os parlamentares da base aliada do governo aprovaram as MPs nº 08 e nº 09, que tratavam, respectivamente, do escalonamento salarial para os professores da rede pública de educação básica, o que ratificou a mudança no Estatuto do Magistério e o consequente ataque à carreira docente. Os professores foram, literalmente, atacados com balas de borracha, pela polícia militar do Estado do Maranhão, ao se

deslocarem em passeata do bairro do São Francisco em direção à ALEMA, e no próprio plenário da casa (MPs..., 2004, p. 01; FIGURA 82).

Os professores reagiram às agressões, atirando ovos no prédio e, ao final, a professora Kátia Ribeiro afirmava que a categoria já tinha o indicativo de greve contra o ataque ao Estatuto do Magistério, pois as MPs haviam sido aprovadas na íntegra, diferentemente da MP nº 07, que tratava do acordo de aumento salarial com os docentes da UEMA em dois anos.

O desfecho do movimento de resistência dos professores da educação básica e da UEMA em frente à ALEMA foi sob muita violência por parte polícia militar do Maranhão, como foi estampado na capa do Jornal O Estado do Maranhão na edição do dia 10 de novembro de 2004 (FIGURA 82).

FIGURA 82 – Matéria do Jornal O Estado do Maranhão de 10 de novembro de 2004
(página 01)



Fonte: Fotografia tirada pelo Autor em 20 de fevereiro de 2019.

FIGURA 83 – Matéria do Jornal O Estado do Maranhão de 10 de novembro de 2004 (páginas 02-03)



Fonte: Fotografia tirada pelo Autor em 20 de fevereiro de 2019.

FIGURA 84 – Matéria do Jornal O Estado do Maranhão de 11 de novembro de 2004



Fonte: Fotografia tirada pelo Autor em 20 de fevereiro de 2019.

Ainda em 2004, o MDR, uma nova versão da oposição sindical que tivera início com o MOSEP, apresentava-se em meio ao conjunto de acontecimentos e embates, momento em que realizou uma audiência pública, mostrando as condições das escolas estaduais em 18 de novembro de 2004, na Comissão de Educação da ALEMA.

Assim, diante deste contexto de luta política, que expõe as contradições tanto do governo estadual, quanto do grupo do PCdoB na diretoria do SINPROESEMMA, a história

da Oposição Sindical com esse nível de atuação só foi possível em função de toda organicidade que o MOSEP acumulou desde quando surgiu em 31 de maio de 1997.

Isso significa afirmar que no instante em que o MOSEP se encontrava em um momento de desarticulação no exercício de sua liderança, deu-se a possibilidade do surgimento de novos protagonistas, como a professora Kátia Ribeiro, Professora Maria Dolores Silva, o professor Antonísio Furtado, o professor Marcelo Pinto e o professor Rezzo Júnior, o que levou à criação de um movimento dentro do próprio campo de atuação do MOSEP, como afirma o professor Marcelo Pinto (18 abr. 2019, *em entrevista*).

No entanto, esse processo de desarticulação do MOSEP, tem relação íntima com o afastamento do professor Paulo Rios. Em entrevista a professora. Maria Dolores Silva explicou a situação:

A fundamental razão pela qual o professor Paulo Roberto Rios Ribeiro saiu foi porque o mestrado em História começava a exigir dele um tempo maior e ele acreditava que já havia um número suficiente de professores que poderia levar em frente o projeto da oposição sindical. Ouvi isso dele em conversa pessoal. Conversávamos muito acerca do futuro do movimento. Entretanto, tem um fato que na minha forma de ver foi determinante para a desarticulação do MOSEP, isto é, a criação do SIMTEP/Upaon-Açu e da FETEMA, aliada à defesa que fazíamos da criação de sindicatos regionais para se filiar à dita federação e, assim, desarticular o SINPROESEMMA. Já havia um exemplo disso, isto é, o sindicato da região do Alto-Turí que reunia 25 municípios (SILVA, 10 jan. 2019, *em entrevista*).

O MDR é, portanto, um movimento que surge a partir das contradições e limites do próprio MOSEP, contudo, afirma ainda a Profa. Maria Dolores Silva que:

Se não fosse o MOSEP, um movimento orgânico com exercício pleno de liderança, forjado na legitimidade da luta sindical do novo sindicalismo e nas articulações políticas com as entidades regionais, a explorar os espaços deixados pela atuação das diretorias do SINPROESEMMA com vínculos políticos com os governos do estado, não teria sido possível estabelecer uma linha de continuidade na organização da luta junto a uma categoria que já vinha adquirindo relativamente uma compreensão política, mas que ainda demonstrava significativas dificuldades de compreensão do contexto político local e sindical, capaz de entender e participar da forma de atuar da oposição sindical, por isso o MOSEP se assumia como um intelectual orgânico, como liderança política. (SILVA, 10 jan. 2019, *em entrevista*)

Dessa forma, o MDR nasceu do útero social do MOSEP, guardando singulares influências orgânicas. Isso significa afirmar que carregava em seu DNA social uma célula máter, garantindo na manifestação do seu fenótipo algumas características importantes do seu

genótipo orgânico-social, mas já de certa forma, caracterizado em uma luta mais voltada para a dimensão salarial, imediata.

Assim, o MDR, embora tivesse a perspectiva de organizar a luta dos trabalhadores em educação, apresentava uma luta mais travada na dimensão econômica, imediata, desprovida de uma orientação político-ideológica orgânica que mantivesse na sua conduta política a essência que fazia existir o Movimento de Oposição Sindical, que tinha na sua essência a práxis política, materializada na organização de uma rede de apoio, ou seja, no estabelecimento de alianças políticas com outras entidades sindicais. A interiorização do MOSEP significou, por exemplo, uma estratégia de ampliação de sua atuação, estabelecendo o debate com a categoria nos diversos municípios do estado, e o fortalecimento dessa ampliação foi estrategicamente pensado com a perspectiva de criação da Federação dos Trabalhadores em Educação do Estado do Maranhão (FETEMA⁵) – a constituição da federação era mais uma estratégia política que visava impedir o avanço tanto de Lucimá Goes de Sousa, quanto do grupo do PCdoB à diretoria do SINPROESEMMA, o que terminou por não se concretizar, conforme a estratégia política elaborada pelo MOSEP, segundo apontou a profa. Maria Dolores Silva (10 jan. 2019, *em entrevista*), o que também fica claro no documento emitido ao promotor de Justiça do Patrimônio Público e assinado pelo Coordenador de Administração e Finanças do MOSEP, professor Paulo Roberto Rios Ribeiro (FETEMA, 2001, p. 01).

Em meio a este contexto, a mudança de nome, para MDR, portanto, não significou meramente uma mudança de nomenclatura, mas caracterizou quase que inconscientemente um rompimento da essência política que nutria as veias do movimento e fazia bombear com muito mais pressão o seu coração na luta sindical na educação pública básica do estado do Maranhão, com sua organicidade e suas perspectivas políticas mais ampliadas com a criação da FETEMA (FETEMA, 2001, p. 01).

Desta forma, a mudança não se dá radicalmente no âmbito de sua caracterização, uma vez que o movimento continuou atuando no campo oposicionista, mas no âmbito mais significativo da atuação, na essência, que sustentava a atuação e prática do MOSEP – isso fica caracterizado nas entrelinhas do texto do panfleto, produzido pelo MDR em outubro de 2004,

⁵ Em documento publicado em 21 de novembro de 2001, assinado pelo professor Paulo Roberto Rios Ribeiro – Coordenador de Administração e Finanças da Federação dos Trabalhadores em Educação do Estado do Maranhão, endereçado ao Sr. Dr. Danilo Castro – DD Promotor de Justiça do Patrimônio Público conforme este documento, fica exposto qual era a finalidade dessa entidade sindical de segundo grau, representativa dos interesses dos professores, especialistas e servidores administrativos da rede estadual e rede municipais de ensino da sua base territorial [...] (FETEMA, 2001, p. 01).

em que em um trecho dizia “os professores que estão nesse movimento não são pessoas rebuscadas” (o MOSEP tinha lideranças orgânicas com matizes políticas teórico-práticas, bem evidenciadas), em outra passagem do referido panfleto, “o MDR respeita o pensamento de cada professor, tornando-se, um movimento plural, com diversidade” (MDR, 2004) – isso significa que, ao minimizar a confissão político-ideológico e, portanto, negá-la, atrairia a simpatia da base de forma espontânea ou impulsionada pela luta quase que exclusivamente salarial⁶, o que demonstrava ainda fragilidade na compreensão do campo da política educacional e suas relações com o poder político local, o que o MOSEP evidenciara em toda sua trajetória, não só a luta imediatista. Sendo assim, é nesse instante que se delineia claramente outra opção de atuação política do MDR de se moldar e de se conformar às necessidades imediatas da categoria, arriscando-se ao espontaneismo⁷ da base, com interferência na sua organização, passando a não mais se confessar como uma liderança política mais radical do ponto de vista político-ideológico, de vanguarda. Essa é a elementar diferenciação entre o MOSEP e o MDR, embora, continuasse no campo da oposição sindical na educação pública básica do Maranhão.

Em 2006, o MDR se transforma em Movimento de Resistência dos Professores (MRP). No entanto, como o objeto de análise, o campo empírico está recortado no surgimento e atuação do MOSEP, aqui se encerra a abordagem sobre esse objeto de análise, desde seu surgimento, em 31 de maio de 1997, até o mês de outubro de 2004, com a e apresentação de toda sua trajetória para compreendê-lo como um fenômeno social e político, criado na perspectiva da esquerda revolucionária, representada pela Corrente Alternativa Sindical Socialista (ASS), o que o permitiu filiar-se à CUT (MOSEP, 1997a, p. 01).

Encerra-se a análise sobre a trajetória do MOSEP, compreendido como um fenômeno histórico, originado nas contradições do contexto da educação básica do Maranhão e, de modo mais específico, no contexto de atuação da base do SINPROESEMMA, com suas contradições e antagonismos. Importa frisar que a oposição continua atuando, sob nova forma, sob nova estrutura organizativa e sob uma nova orientação estratégica como Movimento de Resistência dos Professores (MRP), que se configura como outro campo empírico, outro campo de estudo.

⁶ Caracterizando uma dicotomia entre luta política e luta econômica, questão tratada no Capítulo 1 (p. 50), na citação de Lênin (1979, p. 66).

⁷ Como referenciado no Capítulo 1 (p. 48, 52, 53), a consideração de Lênin (2010, p. 40) sobre a espontaneidade das massas de que é o elemento embrionário, o que deveria ser potencializado pela liderança política, ou por Rosa Luxemburgo (1979, p. 61) e intelectual orgânico definido em Gramsci (2001b).

8 CONCLUSÃO

As práticas políticas desafiam o pesquisador porque em tempo algum haverão de fechar-se em conclusões. Ao contrário, como jogo, exigem estratégias audaciosas, mesmo as mais banais, e, por isso mesmo, as menos percebidas, o que demanda uma análise histórica vista da perspectiva daqueles que corriqueiramente não são reconhecidos como protagonistas da sua própria história – o que tal concepção de história permite é extrair elementos do tipo que nutrem o fazer deste pesquisador.

Nesse sentido, o percurso aqui desenvolvido relata a trajetória sindical do MOSEP, traduzida do surgimento à sua dissolução, o que é permitido pelo paradigma de abordagem da história, adotado no desenvolvimento da pesquisa. É nesta perspectiva que se encaixa a história do MOSEP, que, dificilmente, seria contada pela historiografia oficial, mas, caso o fosse, a perspectiva seria conectada aos interesses da classe hegemônica, isto é, expondo os interesses de setores da classe dominante, e não empreendida na perspectiva dos de baixo, da categoria de professores, por exemplo.

A proposta de investigação foi dimensionada na questão de tese: em que medida, por sua trajetória, o MOSEP poderia ser caracterizado como um movimento oposicionista de vanguarda política.

A busca dessa resposta se fundamentou, essencialmente, no referencial teórico-metodológico, tratado no capítulo 1. Para tanto, foi necessário explorar diversas outras fontes de pesquisas e situar o objeto em seu contexto, por isso fez-se um percurso que revelou a escolha teórico-metodológica de análise, com o objetivo de expor as nuances, as interconexões e as singularidades de um objeto de estudo revelado nas diversas práticas políticas, relacionando-as com seus determinantes não menos políticos para poder ratificar ou refutar a tese.

Com vistas à confirmação ou refutação da tese levantada, encaminhou-se a pesquisa a partir da perspectiva teórico-metodológica de caráter histórico-dialético (que considera o movimento histórico em sua totalidade e marcado por contradições intrínsecas). Ficou evidenciada, no percurso empírico, a opção metodológica escolhida, visando a situar o objeto de investigação em um dado contexto político, social, histórica e culturalmente elaborado pelas práticas políticas em território maranhense, fatores estes que possibilitaram afirmar que tanto o percurso quanto o resultado foram bastante coerentes, necessários e satisfatórios.

Desta maneira, na Introdução, fez-se a descrição do percurso teórico-metodológico, levantou-se a tese a respeito da constituição do MOSEP como um movimento de oposição

vanguardista – a questão problema que norteou a investigação. Afirmou-se, então, que o MOSEP foi vanguarda política nas lutas que travou no âmbito da educação básica do Maranhão contra a agenda e a execução da política de educação do governo e contra a atuação de Lucimá Goes de Sousa e do grupo do PCdoB frente à direção do SINPROESEMMA.

Demonstrou-se, destarte, que somente a exposição da atuação política do MOSEP seria capaz de revelar seus objetivos e suas perspectivas, a fim de investigar se essa atuação se caracterizava como oposição vanguardista, tomando como base os fundamentos e princípios da organização histórica dos trabalhadores, a partir do referencial marxiano e marxista, da característica da luta empreendida, e, por consequência, da definição do conceito de vanguarda política encontrada nesse referencial.

O caminho percorrido trouxe mais esclarecimentos e ampliação do conhecimento sobre a organização política dos trabalhadores, dando mais subsídios à afirmação de que este movimento assumiu uma posição política de oposição vanguardista nas lutas que travou no âmbito da educação básica do Maranhão, não só na sua existência em si, mas porque buscou extrapolar a luta para além das questões localizadas meramente na dimensão econômica, com vistas a construí-la por meio de um sindicato classista, sem clientelismo político, denunciando as políticas de educação do governo e a atuação da diretoria do sindicato, que iam de encontro a tal perspectiva, além de trabalhar a conscientização política da categoria dos trabalhadores em educação e, guardadas as devidas proporcionalidades, apresentou-se como herdeiro das históricas organizações dos trabalhadores.

Desta forma, iniciou-se o trabalho de pesquisa, seguindo com os princípios do método. Optou-se por trazer as bases epistemológicas a partir da organização do trabalho e dos trabalhadores, destacando a história do movimento trabalhista, com ênfase no que ocorrera na Inglaterra do século XIX, por sua importância histórica para entender e situar a atuação dos trabalhadores em educação no campo da oposição sindical da educação pública do Maranhão como parte dos movimentos em que as massas se engajam politicamente.

Para tanto, tomou-se como referência e fonte de pesquisa os estudos de Friedrich Engels, na obra *A Situação da Classe Trabalhadora* (1845). Buscou-se retratar desde as condições de trabalho à forma como a classe operária se organizava politicamente, momento em que foram importantes referências como as obras de Karl Marx, Lênin, Rosa Luxemburgo, Trotsky e Antônio Gramsci, em que se encontraram os fundamentos e os princípios da organização da classe trabalhadora, tão caros à compreensão da organização da classe trabalhadora brasileira e, especificamente, dos trabalhadores em educação no Maranhão.

Por isso, justifica-se o entendimento do quão importante foi o referencial teórico utilizado por dar os subsídios epistemológicos necessários à compreensão da trajetória do MOSEP, sua atuação política em um contexto político local, específico, mas conectado aos determinantes econômicos, sociais e culturais que, necessariamente, ligam-se aos fundamentos e princípios que norteiam a organização dos trabalhadores.

Para chegar à compreensão da trajetória do MOSEP, foi necessário ainda buscar referenciais na forma como se organiza o Estado brasileiro, o trabalho e os trabalhadores, por exemplo, da indústria, e, especificamente a organização dos trabalhadores em educação, desde as associações de ajuda mútua até as organizações de caráter sindical, estudando sua origem, seu *modus operandi* no território nacional e sua rede de influências no estabelecimento da luta pela conquista e pela preservação de direitos já adquiridos.

Do terceiro ao sétimo capítulo, abordou-se o objeto de pesquisa, situando-o no contexto educacional local e especificamente no seu contexto de atuação: a organização política em torno do instrumento sindical. O objeto de pesquisa surge no âmbito de atuação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipais do Maranhão – SINPROESEMMA, isto é, na base da categoria de trabalhadores em educação básica, espaço político em que atua o sindicato.

A partir do momento em que se constitui o MOSEP (31 de maio de 1997), foi então analisada sua trajetória sindical, campo este muito específico de ação, sem perder o nexo com a totalidade. Essa atuação se caracterizou por meio de participação em processos eleitorais do SINPROESEMMA, nos anos 1998, 1999 e 2002, além do processo reivindicativo, no que se referia à política de educação básica empreendida pelo governo do Estado, de 1997 a 2004, período dos governos de Roseana Sarney e José Reinaldo Tavares.

Diante desse contexto investigativo, confirmaram-se os objetivos da pesquisa, identificando o MOSEP como uma liderança política da categoria de professores da educação básica do estado do Maranhão, um intelectual orgânico com vistas à conscientização política e transformação social, sem formar aliança com a situação, por isso, características de uma atuação política vanguardista, que extrapolou a luta meramente econômica. Nesse aspecto, também ficou evidenciado que a principal estratégia política do movimento era a conscientização como mecanismo de combate às práticas políticas que estabeleciam a produção e reprodução da dominação política de regime oligárquico, desenvolvidas no território maranhense, e cujos expoentes máximos são Vitorino Freire (1946-1965) e José Sarney (1966-1970), o qual, depois desse período, manteve sua hegemonia através dos seus prepostos políticos de relação consanguínea ou de filiação política, a expressão máxima do

clientelismo e subserviência política à frente do governo estadual, elementos que prevaleceram frente às questões da coisa pública.

Para alcançar o objetivo de compreender o objeto de análise no seu campo de atuação, foi necessário demonstrar ainda a estrutura política apresentada por meio das pesquisas de Fátima Gonçalves (2008), Wagner Cabral (2006) e de Arlete Borges (2010) e na relação reforma administrativa do estado Maranhão e políticas públicas, inclusive a educacional com estudos de Dennise Andressa Guilhon (2001), Zuelene Barbosa (2006) e Ilse Silva (2006).

A intenção, portanto, foi estabelecer o vínculo entre a macroestrutura política do estado do Maranhão, a política educacional e a organização política dos trabalhadores em educação do estado do Maranhão, da APEMA ao SINPROESEMMA, tendo Lucimá Goes diretamente à frente do instrumento de luta dos trabalhadores de 1984 a 1994. No âmbito específico da política educacional, as análises feitas por Adelaide Ferreira Coutinho (2008), Agripino Luz Júnior (2009) e James Dean Bastos (2012).

Tornou-se ainda mais fácil identificar a organização política dos trabalhadores em educação em território maranhense, em função das pesquisas de tese de doutoramento de Robson Silva (2013) e José dos Santos Brussio (2015), e a dissertação de mestrado de Vanessa Dantas (2016). Na correlação entre a macropolítica maranhense e a política sindical, desenvolvida por Lucimá Goes, ficam expostos os traços claramente delineados de atrelamento e de clientelismo político, caracterizados desde o surgimento da APEMA: o prédio que se tornou sede do instrumento de representação dos trabalhadores em educação foi doado pelo governo à associação dos professores do estado do Maranhão.

Além dessas fontes de pesquisa, foram acessados, para identificar o surgimento e atuação política e a dissolução do MOSEP no campo de atuação do SINPROESEMMA, os periódicos da imprensa profissional local, e os boletins e panfletos produzidos pela militância do MOSEP e pela diretoria do SINPROESEMMA. No material do MOSEP, por exemplo, foi notória a importante identificação de uma extensa pauta de reivindicação – que vai da luta por uma entidade sindical democrática, classista e desatrelada das influências dos governos locais a pautas como realização de concurso público, nomeação de concursados, eleição direta para diretor de escola, redução do número de alunos por sala, formação de professores, construção e reforma de escolas, financiamento da educação, remuneração de servidores; além de lutas mais amplas que foram encaminhadas contra a política neoliberal; além de haver promovido, constantemente, o debate com a categoria sobre as influências negativas do neoliberalismo no planejamento e execução das políticas educacionais no Maranhão, chegando, inclusive, a interferir no curso da luta na defesa de programas e projetos educacionais, como o PROCAD,

e de denúncias contra o Telensino do projeto “Viva Educação” do governo de Roseana Sarney (PFL).

Identificar todas essas pautas foi possível em função do acesso a uma quantidade significativa de fontes primárias (boletins, panfletos, atas, petições, pareceres da justiça, do governo, ofícios, etc.) e pelo excelente estado de conservação em que ditos documentos se encontravam, o que possibilitou identificar o surgimento, a trajetória e característica da luta empreendida, e a mudança de nomenclatura do movimento de oposição em 2004, o que se conclui como dissolução da sua singular característica - movimento oposicionista vanguardista. Contudo, vale observar que parte dessa pauta se confundia com a pauta encaminhada por Lucimá Goes de Sousa e o grupo do PCdoB. Nesse sentido, o MOSEP se diferencia, fundamentalmente, por sua postura de não atrelamento com o poder político local hegemônico, característica vanguardista da trajetória política do MOSEP.

Além de identificar as pautas do MOSEP, o que foi possível por meio dessas fontes impressas, também se conseguiu extrair informações por meio de entrevistas que permitiram compreender o contexto de surgimento, constituição, e caracterização da trajetória do movimento, marcada por alianças com outras entidades sindicais à esquerda da CUT, as quais facilitariam tanto o apoio político, quanto apoio financeiro e material e também ratificaram sua caracterização como movimento de vanguarda. Essa importante rede de aliança possibilitou sua rápida inserção na base de atuação do SINPROESEMMA, somada à forma como, politicamente, apresentava-se à base, ao fazer a defesa incontestada de que o instrumento sindical teria de ter viés classista, para atuar de forma orgânica em defesa dos interesses da categoria de trabalhadores de educação, configurando-se como um verdadeiro intelectual orgânico, um *condottiere*.

Essa forma de pensar a luta sindical no campo classista possibilitou ao MOSEP filiar-se à CUT-Maranhão, e receber o apoio de entidades sindicais filiadas à Central, como o SINDSEP-MA, a APRUMA, o SEEB-MA, o SINTRAJUFE-MA e alguns partidos políticos do campo progressista, como o PT, o PSB e o PDT, sem necessariamente estabelecer uma dependência ideológica, mas comungar em muitos aspectos, inclusive, o político-ideológico.

Na perspectiva de responder à segunda questão levantada na Introdução. Contrariamente à posição oposicionista que o grupo do PCdoB afirmava assumir, no decorrer da pesquisa, explicitou-se a relação intestina que os membros do PCdoB estabeleciam com o poder: o governo de Roseana Sarney, no primeiro mandato (1995-1998), teve Marcos Kowarick (PCdoB), como Presidente do ITERMA; no governo José Reinaldo Tavares (2002-2006), Altemar Lima, filiado ao PCdoB, foi o secretário de educação. Ou seja, o tipo de

oposição que o grupo do PCdoB fazia se constituiu de maneira oportunista à forma como Lucimá Góes conduzia o instrumento sindical e, portanto, sua atuação sindical não se caracterizou como sendo de vanguarda, mas sim uma atuação cômoda a interesses pessoais e partidário.

Os componentes do Partido Comunista do Brasil se mostraram oportunistas ao se aliarem aos governos da direita e a Góes, em 1997. Ao constituírem tais alianças políticas, os membros do PCdoB, após se valerem da condição de aliados e chegarem à diretoria do sindicato, ocupando cargos estratégicos como os de 1º vice-presidente e de tesoureiro, em outubro de 2001, rompem politicamente com Lucimá Góes, destituem-na do cargo de presidente do sindicato e assumem a direção do sindicato, promovendo mudanças na estrutura do sindicato adequadas à instauração de sua hegemonia, atuação bem característica do sindicalismo tradicional.

Sendo assim, além de oportunismo político, tem-se, nessa conexão Lucimá Góes e grupo PCdoB, a conclusão de continuísmo político – ao invés de um sindicato classista, um sindicato partidarizado que se confronta com a definição de vanguarda exposta na Introdução. Os filiados do PCdoB fizeram do sindicato correia de transmissão do PCdoB, constituindo um centralismo quase que exclusivamente autoritário em torno do partido.

O sindicato transformara-se, então, em um verdadeiro organismo político-partidário, ou seja, a serviço do partido, capaz de aniquilar, ao modo stalinista, qualquer ação da oposição sindical que pudesse colocar em risco o projeto político de ascensão pessoal dos seus membros e a ascensão política do partido, impondo prejuízo à luta sindical classista, objetivo fundamental do MOSEP.

Por isso, conclui-se que, por oposição sindical vanguardista, caracteriza-se o MOSEP, quando lutou pelo rompimento e superação das práticas clientelistas reproduzidas no sindicato por Lucimá Góes de Sousa e em seguida pelo grupo do PCdoB. Logo, não é possível perder de vista que sua trajetória fora marcada não só por denúncias, e por disputa política travada pela conquista do instrumento sindical nos três períodos eleitorais (1998, 1999 e 2002) com Lucimá Góes e o grupo do PCdoB, mas também, e, principalmente, por embates e disputas na recomposição da agenda da política educacional executada pelos governos estaduais de Roseana Sarney (PFL) e José Reinaldo Tavares (PFL); além de sua organização para despertar na categoria de trabalhadores da educação a consciência política e de classe.

Decidiu-se tratar as fontes de pesquisa sem receio de assumir uma posição ideológica, tendo em vista que não é possível o pesquisador adotar uma postura de neutralidade política ou ideológica na análise realizada. A questão fundamental é não deixar esta posição

comprometer o desenvolvimento da pesquisa a ponto de omitir os fatos e tornar-se sectário, fato este que não ocorreu.

Nesse instante de conclusão, observa-se que se poderia ter feito a opção por outro caminho metodológico ou outro percurso. Todavia, foi esse o escolhido na certeza de ter sido o melhor exercício para a condição e o estágio em que se encontrava o pesquisador, constituído como ser histórico e político, portanto, coletivo, e, que, nessa condição, sofre dos reflexos dos determinantes de tal contexto de forma singular – materializada nas angústias, nas perspectivas, nos dilemas, nas contradições e nas próprias limitações que se apresentaram no momento da pesquisa. Essas condições objetivas e subjetivas levaram à modalidade de análise adotada, e, dentro desse contexto do pesquisador, certamente foram instigantes, e incidiram no olhar sobre a realidade empírica que foi tomada por objeto de investigação: o surgimento, a trajetória e a dissolução do MOSEP no contexto de atuação do SIMPROESEMMA.

Na contextualização histórica, a cada disputa, ou seja, a cada movimento do MOSEP, ficava evidente que as relações de poder do estado do Maranhão se mostravam reproduzidas tal qual as desenvolvidas no campo político-partidário, e que o caminho escolhido pelo MOSEP era correto, contudo a categoria não compreendia, na mesma velocidade da sua liderança política de oposição, o quanto essa estrutura política local tinha relações diretas com a política educacional e com a política que era desenvolvida na disputa pela conquista e no funcionamento do instrumento sindical. Por não ter sido possível antever essa dificuldade, e não poder ter o controle da dinâmica dos fatos, sem calcular o quanto sofreria as influências dessa estrutura e que estas lhe imporiam enormes dificuldades na condução de sua luta, o MOSEP não pôde fazer frente aos avanços políticos do grupo do PCdoB, embora explorasse as contradições existentes na estrutura político-partidária e tivesse providenciado a construção de alianças políticas, principalmente, com outros instrumentos sindicais como uma forma de proteção e apoio a seus objetivos principais e se constituir como vanguarda política, lutar por um sindicato classista e pautar a agenda da política educacional maranhense.

Mas, mesmo diante desse não dimensionamento preciso de todos os limites e antagonismos políticos, a luta deixou marcas e referências capazes de nutrir a expectativa política de que era possível lutar contra as relações de poder estabelecidas pela oligarquia Sarney, com influências demarcadas nas correlações de poder no campo da disputa entre MOSEP e Lucimá Goes de Sousa e o grupo do PCdoB.

Por fim, o movimento que adquiriu o legado político do MOSEP, intitulado Movimento de Democratização dos Professores (MDR) e em seguida como Movimento de

Resistência dos Professores (MRP), não foi capaz de ampliar a organização, e manter o legado de luta – optou por travar o embate meramente econômico, deixando à margem os fundamentos e princípios que nutriram e nutrem a luta dos trabalhadores ao longo de toda história do capitalismo.

O MOSEP foi e é a expressão da luta organizada de forma orgânica, pois exercitou a práxis política que unia teoria e prática política em uma mesma estrutura. Alimentava a utopia, propunha caminhos e estratégias que se conformavam na luta orgânica, travada em meio às contradições do tecido político local. Por isso, não foi somente prazeroso resgatar a história do surgimento e trajetória do Movimento de Oposição Sindical na Educação Pública do Maranhão, mas foi uma oportunidade de aprendizado com filiação ao legado marxiano e marxista. Atuação esta que lhe confere a objetivação do *condottiere*, do intelectual orgânico, isto é, da vanguarda política, sem necessariamente se tornar uma correia de transmissão de um dado partido político, embora suas principais lideranças tivessem filiação político-partidária.

Fica, portanto, a ideia consolidada de que a organização política dos trabalhadores no campo progressista, nutrida por interesses antagônicos entre o capital e o trabalho, torna-se cada vez mais necessária e urgente. Nesse sentido, a oposição sindical na educação básica do estado do Maranhão pode e deve pautar sua organização no legado político deixado pelo MOSEP, tomando-o como referência, tanto nas suas estratégias acertadas como naquelas que se tonaram um erro político crasso – todas elas foram aqui expostas e analisadas e foram consideradas atitudes extremamente importantes e históricas.

9 REFERÊNCIAS

Entrevistas:

ABREU, Malila da Graça Roxo. *Entrevista concedida a James Dean Brito Bastos*. São Luís/MA, 25 jan. 2019.

COSTA FILHO, Francisco Álvares. *Entrevista concedida a James Dean Brito Bastos*. São Luís/MA, 28 fev. 2019.

FREIRE, Ana Maria Mota. *Entrevista concedida a James Dean Brito Bastos*. São Luís/MA, 07 abr. 2019.

GUTERRES, Júlio César Rego. *Entrevista concedida a James Dean Brito Bastos*. São Luís/MA, 22 jan. 2019.

JESUS, Márcio José Gonçalves de. *Entrevista concedida a James Dean Brito Bastos*. São Luís/MA, 22 jan. 2019.

PINTO, Marcelo. *Entrevista concedida a James Dean Brito Bastos*. São Luís/MA, 18 abr. 2019.

RIBEIRO, Kátia Maria de Almeida. *Entrevista concedida a James Dean Brito Bastos*. São Luís/MA, 18 dez. 2018.

SILVA, Maria Dolores. *Entrevista concedida a James Dean Brito Bastos*. São Luís/MA, 10 jan. 2019.

SOUSA, Ubirajara do Pindaré A. *Entrevista concedida a James Dean Brito Bastos*. São Luís/MA, 29 jan. 2019.

Artigos de Jornal

APESAR da pressão, MP editada antes das relativas à educação foi aprovada. *Jornal Pequeno*. São Luís/MA, 07 out. 2004, p. 05.

ASSEMBLEIA para acabar com o impasse no sindicato dos educadores. *Jornal Pequeno*. São Luís/MA, 13 jun. 1998, p. 01-04.

ASSOCIAÇÃO de Professores do Estado do Maranhão elege sua primeira diretoria. *Jornal O Imparcial*. São Luís/MA, 19 jun. 1976, s. p.

CANDIDATA única, Lucimá Goes vence as eleições do Sindicato dos Professores. *Jornal Pequeno*. São Luís/MA, 1º jun. 1999, s. p.

COLUNA Cidade. *Jornal O Estado do Maranhão*. São Luís/MA, 12 out. 2004a, s. p.

COLUNA Política. *Jornal O Estado do Maranhão*. São Luís/MA, 14 out. 2004b, s. p.

COLUNA Geral. *Jornal O Estado do Maranhão*. São Luís/MA, 16 out. 2004c, p. 05.

COMANDO de greve dos professores justifica o movimento. *Jornal Pequeno*. São Luís/MA, 1º set. 1985, s. p.

DEPUTADO alertou que governo não tinha condições de cumprir acordo. *Jornal Pequeno*. São Luís/MA, 14 nov. 2004, p. 03.

DIA do Professor foi marcado por manifestação. *Jornal O Estado do Maranhão*. São Luís/MA, 16 out. 2004, p. 05.

ESCOLAS Estaduais continuam paradas. *Jornal O Estado do Maranhão*, São Luís/MA, 08 out. 2004, p. 05.

EDITAL de Convocação. Assembleia Geral Extraordinária. *Jornal O Debate*. São Luís/MA, 7 jan. 1998a, p. 06.

EDITAL de Convocação. Assembleia Geral Ordinária. *Jornal O Debate*. São Luís/MA, 26 abr. 1998b, p. 04.

EDITAL de Convocação. Eleições Gerais. *Jornal O Estado do Maranhão*. São Luís/MA, 30 jan. 1998c, p. 07.

GREVE prejudicará 300 mil alunos do Ensino no Maranhão. *Jornal Pequeno*. São Luís/MA, 29 ago. 2004, p. 06.

JUSTIÇA proíbe eleição no SINPROESEMMA. *Jornal Pequeno*. São Luís/MA, 05 jun. 1998, p. 05.

MPs aprovadas sob protesto. *Jornal O Estado do Maranhão*. São Luís/MA, 10 nov. 2004, p. 01.

NOVO secretário de educação assumirá hoje. *Jornal O Estado do Maranhão*. São Luís/MA, 08 nov. 2004, p. 05.

NOTA de Esclarecimento. *Jornal Pequeno*. São Luís/MA, 29 dez. 2001, p. 11.

PROCAD para o próximo milênio. *Jornal O Estado do Maranhão*. São Luís/MA, 20 jan. de 2000, p. 05.

PROFESSORES do Estado Acamparam em Frente ao Palácio do Governo. *Jornal Pequeno*. São Luís/MA, 02 jun. 2000, p. 05.

PROFESSORES Exigem Aumento. *Jornal O Imparcial*. São Luís/MA, 06 out. 1985, p. 05.

PROFESSORES Retornam. *Jornal O Imparcial*. São Luís/MA, 11 jul. 2002, p. 02.

PROFESSORES da Educação Básica paralisam no dia 30 de agosto. *Jornal Pequeno*. São Luís/MA, 22 ago. 2004a, p. 10.

PROFESSORES mantêm a greve. *O Estado do Maranhão*. São Luís/MA, 30 set. 2004b, p. 01.

PROFESSORES reúnem-se com o presidente da Assembleia. *Jornal O Estado do Maranhão*. São Luís/MA, 20 out. 2004c, s. p.

PROFESSORES voltaram a discutir propostas. *Jornal O Estado do Maranhão*. São Luís/MA, 09 nov. 2004d, p. 05.

PROMOTOR de Justiça Suspende Matrícula. *Jornal O Imparcial*. São Luís/MA, 02 mar. 2002, p. 03.

ROSEANA sai da Toca e conversa com Acampados. *Jornal Pequeno*. São Luís/MA, 29 jun. 2000, p. 02.

SINDICATO acata decisão das regionais e decide suspender a greve dos professores. *Jornal Pequeno*. São Luís/MA, 29 set. 2004, p. 04.

TAVARES usa MPs para governar Maranhão. *Agência Folha*. São Luís/MA, 28 set. 2004, p. 01.

TRABALHADORES da Educação Marcam Data da Eleição. *Jornal Pequeno*, 06 mai. 1998, p. 04.

Obras citadas

ALMEIDA, Danusa Mendes. Educação, sindicalismo docente e a retórica da gestão democrática: o caso cearense. In: DAL ROSSO, Sadi et al. (orgs). *Associativismo e sindicalismo em educação: organização e lutas*. Brasília/DF: Paralelo 15, 2011, p. 129-147.

ALMEIDA, Danusa Mendes. O associativismo docente e as mudanças no magistério oficial cearense. In: BAUER, Carlos et al. (orgs). *Sindicalismo e associativismo dos trabalhadores em educação no Brasil: Com escritos sobre a Argentina, Colômbia, Inglaterra, Japão e Peru*. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2017, v. 3, p. 129-148.

ALMEIDA, Danusa Mendes; FERREIRA Jr, Amarílio. As pesquisas sobre associativismo docente no Brasil: o que dizem as produções acadêmicas nacionais? In: BAUER, Carlos et al. (orgs). *Sindicalismo e associativismo dos trabalhadores em Educação no Brasil: com escritos sobre os Estados Unidos da América, Inglaterra, México e Portugal*. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2015, v. 2, p. 77-89.

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. São Paulo/SP: Martins Fontes, 1974.

ALVES, Giovanni. Do “novo sindicalismo” à “concertação social”: ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba/PR, n. 15, p. 111-124, nov. 2000a. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782000000200008&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 21 nov. 2019.

ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho*. São Paulo/SP: Boitempo, 2000b.

ALVES, Giovanni. *Limites do sindicalismo: Marx, Engels e a crítica da economia política*. Bauru/SP: Praxis, 2003.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo/SP: Boitempo, 1999.

ARAÚJO, Romildo de Castro; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. Associativismo e sindicalismo de professores no Piauí: continuidades e rupturas no processo de organização (1950-1970). In: GINDIN, Júlian; FERREIRA, Márcia Odina Vieira; DAL ROSSO, Sadi. (org). *Associativismo e sindicalismo na educação: teoria, história e movimentos*. Brasília/DF: Paralelo 15, 2013, v. 2, p. 225-241.

BADIOU, Alain; ZIZEK, Slavoj. *L'idée du communisme*. Paris: Lignes, 2010.

BARBOSA, Zuelene Muniz. *Maranhão, Brasil: luta de classes e reestruturação produtiva em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo*. São Luís/MA: Editora UEMA, 2006.

BASTOS, James Dean Brito. *Reforma administrativa do Estado do Maranhão: expressões do neoliberalismo na política educacional no período de 1995 a 2002*. 2012. 187 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís/MA, 2012.

BAUER, Carlos; PAULISTA, Maria Inês; DINIZ, Cássio. O sindicato na sociedade Capitalista e a Exterioridade do Sindicalismo e Associativismo dos Trabalhadores em Educação no Brasil. In: BAUER, Carlos; PAULISTA, Maria Inês; DINIZ, Cássio (org). *Sindicalismo e Associativismo dos Trabalhadores em Educação no Brasil*. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2013, v. 1, p. 05-64.

BITTAR, Marisa; BITTAR, Mariluce. História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade. *Acta Scientiarum. Education*, Maringá/PR, v. 34, n. 2, p. 157-168, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/17497> Acesso em: 21 nov. 2019.

BOITO Jr., Armando. *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra, 1991.

BOITO Jr., Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo/SP: Xamã, 1999.

BOITO Jr., Armando. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. In: *Anais Fórum Econômico da Fundação Getúlio Vargas*. São Paulo/SP: FGV, 2012. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16866/Painel%20%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf?sequence=1> Acesso em: 04 dez. 2019.

BORGES, Altamiro Pires. *Sindicalismo: Resistência e Alternativas*. São Paulo/SP: Anita Garibaldi, 2008.

BORGES, Angélica; LEMOS, Daniel C. de A. Os legítimos representantes da classe: os jornais e a organização dos professores públicos primário no século XIX. In: Seminário

Internacional para Discussões de Pesquisas: Associações e Sindicatos dos Trabalhadores em Educação. *Anais do Seminário Internacional para Discussões de Pesquisas*. Rio de Janeiro/RJ: IUPERJ/UFRJ/UnB, 2009, p. 1-18. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/61702798.pdf> Acesso em: 21 nov. 2019.

BORGES, Arleth Santos. *PT Maranhão 1980-1992: origens, organização e governos municipais*. São Luís: EdUFMA, 2008.

BOTO, Carlota. António Nóvoa: uma vida para a educação. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo/SP, v. 44, p. 1-11, mai. 2018.

BRASIL. Ministério da Justiça. Decreto nº 19.770, de 19 de março de 1931. *Regula a sindicalização das classes patronais e operárias e dá outras providências*. Rio de Janeiro/DF: MJ, 1931. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D19770.htm Acesso em: 13 nov. 2019.

BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*, de 16 de julho de 1934. Rio de Janeiro/DF, 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm Acesso em: 23 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça. Lei nº 38, de 4 de abril de 1935. *Define crimes contra a ordem política e social*. Rio de Janeiro/DF: MJ, 1935. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-38-4-abril-1935-397878-republicacao-77367-pl.html> Acesso em: 21 nov. 2019.

BRASIL. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. *Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho*. Rio de Janeiro/DF: MTIC, 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm Acesso em: 15 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. *Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília/DF: MEC, 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 15 nov. 2019.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência Social. Lei nº 4.330, de 1º de junho de 1964. *Regula o direito de greve, na forma do artigo 158, da Constituição Federal*. Brasília/DF: MTP, 1964a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4330-1-junho-1964-376623-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 20 nov. 2019.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência Social. Decreto nº 54.018, de 14 de julho de 1964. Reorganiza o Conselho Nacional de Política Salarial, estabelece normas sobre a política salarial do Governo e dá outras providências. Brasília/DF: MTP, 1964b. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-54018-14-julho-1964-393992-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 20 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça. Ato institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. *São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios...* Brasília/DF: MJ,

1968a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm Acesso em: 20 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. *Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências*. Brasília/DF: MJ, 1968b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm Acesso em: 20 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. *Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências*. Brasília/DF: MEC, 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm Acesso em: 13 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Decreto nº 71.244, de 11 de outubro de 1972. *Estabelece normas para a concessão de auxílio financeiro aos sistemas estaduais de ensino*. Brasília/DF: MEC, 1972. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-71244-11-outubro-1972-419670-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 20 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça. Decreto-lei nº 1.632, de 4 de agosto de 1978. *Dispõe sobre a proibição de greve nos serviços públicos e em atividades essenciais de interesse da segurança nacional*. Brasília/DF: MJ, 1978. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=170A1F93521493A0F4ACDDDF962D2C2D.node1?codteor=1180088&filename=Avulso+-PL+1891/1979 Acesso em: 20 nov. 2019.

BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*, 5 de outubro de 1988. Brasília/DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em: 24 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB)*. Brasília/DF: MEC, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 13 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça. Lei nº 11.648, de 31 março de 2008. *Dispõe sobre o reconhecimento formal das centrais sindicais para os fins que especifica, altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452...* Brasília/DF: MJ, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11648.htm Acesso em: 20 nov. 2019.

BRUSSIO, José dos Santos. *A memória e a identidade do sindicato de trabalhadores em educação das redes pública estadual e municipais do Maranhão-SINPROESEMMA, São Luis, Maranhão, Brasil*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Fernando Pessoa, São Luís/MA, 2015. Disponível em: https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/5478/1/TD_Jos%C3%A9%20Brussio.PDF Acesso em: 12 dez. 2019

- CALDEIRA, José de Ribamar Chaves. Estabilidade social e crise política: o caso do Maranhão. *Revista Brasileira de Estudos Políticos* (UFMG), Belo Horizonte/MG, p. 57-89, 1978.
- CASTRO, Antônio Barros de; SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. *A economia brasileira em marcha forçada*. Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra, 1985.
- CATTANI, Antônio David; HOLZMANN, Lorena. *Dicionário Crítico sobre Trabalho e Tecnologia*. 4ª Ed. ver. ampl. Petrópolis/RJ: Vozes; Porto Alegre/RS: Editora UFRGS, 2002.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo/SP: Xamã Editora, 1996.
- COMARCA DE SÃO LUIZ. 6ª Vara Cível. Ação Cautelar de nº 001.98.0000440-4. *Requere a suspensão do pleito eleitoral, marcado para o dia 19 de janeiro de 1998*. São Luís/MA, 16 de janeiro de 1998.
- COSTA, Marcelo Luiz da. Lições dos Associativismo Anarquista: marcos pedagógico e sindical. In: BAUER, Carlos et al. (orgs). *Sindicalismo e associativismo dos trabalhadores em Educação no Brasil: com escritos sobre os Estados Unidos da América, Inglaterra, México e Portugal*. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2015, v. 2, p. 289-302.
- COSTA, Ramon Bezerra; CONCEIÇÃO, Francisco Gonçalves da. As Origens do Jornal O Estado do Maranhão. In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. *Anais...* São Luís/MA, 2008, p. 1-14.
- COSTA, Wagner Cabral da. *Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”*: a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão. São Luís/MA: EdUFMA, 1997. (mimeo)
- COSTA, Wagner Cabral da. *Sob o signo da morte*: decadência, violência e tradição em terras do Maranhão. 2001. 229p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas/SP, 2001. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/282051> Acesso em: 20 nov. 2019.
- COSTA, Wagner Cabral da. A raposa e o canguru: crises políticas e estratégias periféricas no Maranhão (1945-1970). In: COSTA, Wagner Cabral da. *História do Maranhão: novos estudos*. São Luís/MA: EdUFMA, 2004. Disponível em: <https://www.fundaj.gov.br/images/stories/observanordeste/observamaranhao01.pdf> Acesso em: 20 nov. 2019.
- COSTA, Wagner Cabral da. *Sob o signo da morte*: o poder oligárquico de Victorino a Sarney. 1. ed. São Luís/MA: EdUFMA, 2006.
- COUTINHO, Adelaide Ferreira. *Políticas Educacionais e ONGS*. São Luís/MA: Edufma, 2008.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *De Rousseau a Gramsci*: ensaios da teoria política. São Paulo/SP: Boitempo, 2011.

CRUZ, Helvia Leite. *Condições de construção histórica do sindicalismo docente de educação básica*. 2008. 301 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/1218?mode=full> Acesso em: 20 nov. 2019.

DAL ROSSO, Sadi. Contribuições para a teoria do sindicalismo no setor da educação. In: DAL ROSSO, Sadi. et al. *Associativismo e sindicalismo em educação: organização e lutas*. Brasília/DF: Paralelo 15, 2011, p. 17-27.

DAL ROSSO, Sadi; LUCIO, Magda de Lima. O Sindicalismo Tardio da Educação Básica no Brasil. *Revista Universidade e Sociedade* (UnB), Brasília/DF, ano XIV, nº 33, p. 115-125, jun. 2004.

DANTAS, Vanessa Amorim. *Aspectos históricos e políticos da associação de professores do estado do Maranhão (1976-1989)*. 2016. 241 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Nove de Julho, São Paulo/SP, 2016.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Tradução de B. A. Schumann; supervisão, apresentação e notas de José Paulo Netto. Ed. rev. São Paulo/SP: Boitempo, 2010 (1845).

ESTATUTO da Associação do Profissionais da Educação do Maranhão. São Luís/MA, 08 de dezembro de 2011.

HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos: O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo/SP: Companhia das Letras, 1996.

FERREIRA Jr, Amarílio. *Sindicalismo e proletarização: a saga dos professores brasileiros*. 1998. 302p. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 1998.

FERREIRA Jr, Amarílio. Movimento de professores e organizações de esquerda na ditadura militar. In. Seminário Internacional para Discussões de Pesquisas: Associações e Sindicatos dos Trabalhadores em Educação. *Anais...* Rio de Janeiro/RJ: IUPERJ/UFRJ/UnB, 2009, p. 1-35 (CD-ROM).

FERREIRA Jr, Amarílio. *História da Educação Brasileira: da Colônia ao século XX*. São Carlos/SP: EdUFSCar, 2010.

FERREIRA Jr., Amarílio. Movimentos de professores e organizações de esquerda durante a ditadura militar. In: DAL ROSSO, Sadi et al (orgs). *Associativismo e sindicalismo em educação: Organizações e lutas*. Brasília/DF: Paralelo 15, 2011, p. 47-67.

FERREIRA Jr, Amarílio. A Confederação dos Professores do Brasil e a aposentadoria aos 25 anos. GINDIN, Julián; FERREIRA, Márcia O. V., DAL ROSSO, Sadi (orgs). *Associativismo e sindicalismo em educação: teoria, história e movimentos*. Brasília/DF: Paralelo 15, 2013.

FERREIRA Jr, Amarílio; BITTAR, Marisa. A ditadura militar e a proletarização dos professores. *Educação & Sociedade* [online], v. 27, n. 97, p. 1159-1179, 2006. Disponível

em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302006000400005&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 21 nov. 2019.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro/RJ: Zahar, 1975.

FETEMA. *Documento da Federação do Trabalhadores em Educação do Estado do Maranhão ao Promotor de Justiça de Defesa do Patrimônio Público do Maranhão*. Danilo Castro. São Luís/MA, 21 nov. 2001, s. p.

FETSCHER, Iring. Bernstein e o desafio à ortodoxia In: HOBBSAWM, Eric J. (org). *História do marxismo: o marxismo na época da Segunda Internacional*. Rio de Janeiro/SP: Paz e Terra, 1982, v. 2, p. 257-298.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Apresentação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. *Teoria e educação no labirinto do capital*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001, p. 7-18.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Perspectivas sociais e políticas da formação de nível médio: avanços e entraves nas suas modalidades. *Educação & Sociedade*, Campinas/SP, v. 32, n. 116, p. 619-638, jul./set. 2011.

GERRATANA, Valentino. Cronologia della vita de Antonio Gramsci. In: GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del Carcere*. Edizioni critica. A cura de Valentino Gerratana. Torino: Einaudi, 3ª edizione, volume 1, 2007, p. XLIII-LXVIII.

GIANNOTTI, Vito. *História das lutas dos trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro/RJ: Mauad X, 2007.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Movimentos sociais e educação*. São Paulo/SP: Cortez, 1992.

GOHN, Maria da Glória. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. 8. ed. São Paulo/SP: Edições Loyola, 2013.

GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa. *A invenção de uma rainha de espada: reatualizações e embaraços na dinâmica política do Maranhão Dinástico*. 2006. 288 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís/MA, 2006.

GOUVEIA, Andréa Barbosa; FERRAZ, Marcos Alexandre dos Santos. Sindicalismo docente e política educacional: tensões e composições de interesses corporativos e qualidade da educação. *Educar em Revista*, Curitiba/PR, n. 48, p. 111-129, abr./jun. 2013.

GRAMSCI, A. *Democracia operária* (publicado em *L'Ordine Nuovo*, 21 de junho de 1919). 1919. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/gramsci/1919/06/21.htm> Acesso em 02 dez. 2019.

GRAMSCI, A. *Sobre democracia operária e outros textos*. Lisboa: Ulmeiro, 1976. (Biblioteca Ulmeiro, n. 4).

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Introdução e Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2ª ed. Rio de Janeiro/RJ: Civilização Brasileira, 2001a, v. 1.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Introdução e Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2ª ed. Rio de Janeiro/RJ: Civilização Brasileira, 2001b, v. 2.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos de Cárcere*: Maquiavel, notas sobre o estado e a política. Introdução e Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001c, v. 3.

GRAMSCI, Antonio. *Escritos políticos*, v. 2: 1921-1926. Organizado e traduzido por Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro/SP: Civilização Brasileira, 2004a.

GRAMSCI, Antonio. A questão meridional (1926). In: GRAMSCI, Antonio. *Escritos políticos*, v. 2: 1921-1926. Organizado e traduzido por Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro/RJ: Civilização Brasileira, 2004b.

GRAMSCI, Antonio. *Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968., 1968.

GUARNICÊ para Educar. *Boletim Informativo nº 02 da Chapa Guarnicê para Educar*. São Luís/MA, abr. 1998a.

GUARNICÊ para Educar. *Boletim Informativo nº 04 da chapa Guarnicê para Educar*. São Luís/MA, mai. 1998b.

GUARNICÊ para Educar. *Boletim Informativo nº 06 da chapa Guarnicê para Educar*. São Luís/MA, jun. 1998c.

GUARNICÊ para Educar. *Boletim Informativo nº 04 da chapa Guarnicê para Educar*. São Luís/MA, mar. 1999a.

GUARNICÊ para Educar. *Boletim Informativo nº 06 da chapa Guarnicê para Educar*. São Luís/MA, jun. 1999b.

GUARNICÊ para Educar. *Boletim Informativo nº 08 da chapa Guarnicê para Educar*. São Luís/MA, ago. 1999c.

GUILHON, Dennise Andressa Rodrigues. *Reforma administrativa e cultura organizacional do setor público: modelo de reforma administrativa implantado no Estado do Maranhão (1995-1998) – um estudo de caso*. São Luís: PPGE/CP/UEMA, 2001.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 7. ed. São Paulo/SP: Loyola, 1998.

HORN, Carlos Henrique. Negociações coletivas e o poder normativo da Justiça do Trabalho. *Dados* [online], v. 49, n. 2, p. 417-445, 2006. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582006000200006&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em 25 mai. 2018.

HUBACK, Vanessa Barroso da Silva. *2º PND revisitado: diferentes visões acerca do Plano. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Economia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Rio de Janeiro/RJ, 2014.*

IBGE-**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. Indicadores sociais municipais: uma análise dos resultados do universo do censo demográfico 2010. Disponível em: Acesso em 10 de março de 2019.

KODJA, Claudia Chueri. *Crise econômica ao final do século XX – 1970 a 2000: Advento de uma nova organização social e financeira. Tese (Doutorado em História Econômica) – Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2009.*

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra, 2010.

LEMOS, Daniel C. A. *O discurso da ordem: a Constituição do campo docente na Corte Imperial*. 2006, 189p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, UERJ, Rio de Janeiro/RJ, 2006. Disponível em: http://www.proped.pro.br/teses/teses_pdf/2004_1-51-ME.pdf Acesso em: 21 nov. 2019.

LÊNIN, Vladimir Ilyich. *Sobre os Sindicatos*. Rio de Janeiro/RJ: Editorial Vitória Ltda, 1961a. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/livros/sindicato/index.htm> Acesso em 24 out. 2019.

LÊNIN, Vladimir Ilyich. Do Informe ao II Congresso de Sindicatos de Toda a Rússia (1919). In: *Sobre os Sindicatos*. Rio de Janeiro/RJ: Editorial Vitória Ltda, 1961b, p. 396-406. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/livros/sindicato/08.htm> Acesso em 24 out. 2019.

LÊNIN, Vladimir Ilyich. I. Sobre as Greves (1889). In: *Sobre os Sindicatos*. Rio de Janeiro/RJ: Editorial Vitória Ltda, 1961c, p. 286-295. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1899/mes/greves.htm> Acesso em 24 out. 2019.

LÊNIN, Vladimir Ilyich. Sobre o Papel e as Tarefas dos Sindicatos nas Condições da Nova Política Econômica. Resolução do CC do PC(b) da Rússia (1922). In: *Sobre os Sindicatos*. Rio de Janeiro/RJ: Editorial Vitória Ltda, 1961d, p. 159.160. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1922/01/04.htm> Acesso em: 24 out. 2019.

LÊNIN, Vladimir Ilyich. Sobre os Sindicatos, o Momento Atual e os Erros de Trotsky (1920). In: *Sobre os Sindicatos*. Rio de Janeiro/RJ: Editorial Vitória Ltda, 1961e, p. 1-22. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1920/12/30.htm#tr1> Acesso em: 24 out. 2019.

LÊNIN, Vladimir Ilyich. A Catástrofe que nos Ameaça e como Combatê-la (1917). In: LÊNIN, Vladimir Ilyich. *Obras Escolhidas*. Moscou/Lisboa: Edições “Avante!”/Progresso, 1978, t.2, p. 165-200. <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/09/27-2.htm> Acesso em: 12 out. 2019.

LÊNIN, Vladimir Ilyich. *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo/SP: Global, 1979.

LÊNIN, Vladimir Ilyich. *Que fazer? Problemas candentes do nosso Tempo* (1902). São Paulo/SP: Expressão Popular, 2010.

LIMA, Marcos Antônio Martins. *Produtividade & Organização do Trabalho*: evolução dos métodos de medição e a influência da organização do processo de trabalho. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, 1993.

LUXEMBURGO, Rosa. *Greve de massas, partidos e sindicatos* (1906). São Paulo/SP: Kairós, 1979.

LUXEMBURGO, Rosa. Reforma ou Revolução (1900). In: *Luxemburg Internet Archive* (marxists.org), 2002. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1900/ref_rev/index.htm Acesso em: 24 out. 2019.

LUZ JÚNIOR, Agripino Alves. “Viva Educação”, autonomia e emancipação? A falsa revolução via TV no Maranhão. São Luís: Edufma, 2009.

MARANHÃO (ESTADO). Lei nº 6.110, de 15 de agosto de 1994. *Dispõe sobre o Estatuto do Magistério de 1º e 2º graus do Estado do Maranhão*. São Luís/MA, 1994. Disponível em: <http://stc.ma.gov.br/legisla-documento/?id=1347> Acesso em: 23 out. 2019.

MARANHÃO (ESTADO). Lei nº 6.915, de 11 de abril de 1997. *Dispõe sobre a contratação, por tempo determinado, de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 19 da Constituição Estadual, e dá outras providências*. São Luís/MA, 1997. Disponível em: <http://www.seap.ma.gov.br/files/2015/10/Lei-6.915.1997.pdf> Acesso em: 22 fev. 2020.

MARANHÃO (ESTADO). Tribunal de Justiça. 2º Vara Civil. Liminar do Processo nº 00198.005214-0, de 04 de junho de 1998. *Determina a suspensão da realização do pleito eleitoral para a nova diretoria do SINPROESEMMA*. São Luís/MA, 1998a.

MARANHÃO (ESTADO). Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998. *Dispõe sobre a Reforma e Reorganização Administrativa do Estado e dá outras providências*. São Luís/MA, 1998b. Disponível em: <http://stc.ma.gov.br/legisla-documento/?id=1520> Acesso em: 24 out. 2019.

MARANHÃO (ESTADO). Ministério Público. Promotoria de Justiça. Ofício nº 461/01, de 23 de abril de 2001. *Relatório do Inquérito Civil Público, instaurado pra apurar possíveis irregularidades no PROCAD do SIMTEP/UPAON-AÇU*. São Luís/MA, 2001.

MARANHÃO (ESTADO). Medida Provisória nº 001, de 29 de julho de 2004. *Dá nova redação ao art. 54, ao caput e ao parágrafo único do art. 78, revoga os artigos 55, 56 e 57 da Lei nº 6.110, de 15 de agosto de 1994, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério de 1º e 2º...* São Luís/MA, 2004. Disponível em: <http://stc.ma.gov.br/legisla-documento/?id=1113> Acesso em 31 mar. 2020.

MARX, Karl. *Estatutos Gerais da Associação Internacional dos Trabalhadores* (1864). Tradução de José Barata-Moura. Lisboa/Moscovo: Edições Progresso, 1982.

MARX, Karl. *A miséria da filosofia* (1847). Tradução de José Paulo Netto. São Paulo/SP: Global, 1985.

MARX, Karl. *O capital: crítica a economia política*. Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra, 2008.

MARX, Karl. *A guerra civil na França* (1871). Tradução de Rubens Enderle e apresentação de Antonio Rago Filho. São Paulo/SP: Boitempo, 2011a.

MARX, Karl. *A Sagrada Família ou A crítica da Crítica contra Bruno Bauer e consortes* (1844). Tradução e notas de Marcelo Backes. 1 ed. revista. São Paulo/SP: Boitempo, 2011b.

MARX, Karl. *Crítica do Programa de Gotha* (1891). Seleção, tradução e notas de Rubens Enderle. São Paulo/SP: Boitempo, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *La Internacional*. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras Fundamentales de Marx y Engels*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1981.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas* (1845-1846). Supervisão editorial de Leandro Konder, Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo/SP: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O Manifesto do Partido Comunista* (1848). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

MDR. *Panfleto do Movimento Democrático de Resistência*. São Luís/MA, out. 2004, p. 01.

MESQUITA, Maria Auxiliadora Gonçalves de. *Relato de experiência sobre a expansão da UEMA*. In:

Anais... Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação, 2014, p. 1-15. Disponível em: <http://www.unesc.net/portal/resources/files/437/Relato%20de%20experi%C3%Aancia%20exitosa%20na%20expans%C3%A3o%20com%20qualidade%20realizado%20por%20Maria%20Auxiliadora%20Gon%C3%A7alves%20Cunha%20-%20UEMA.pdf> Acesso em 26 mar. 2020.

MOISÉS, José Álvaro. *Eleições, participação e cultura política: mudanças e continuidades*. Lua Nova, n. 22, p. 133-187, dez. 1990.

MONLEVADE, João Antônio Cabral de. *Valorização salarial dos professores: o papel do piso salarial profissional nacional como instrumento de valorização dos professores de Educação Básica Pública*. 371 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas/SP, 2000. Disponível em: http://taurus.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/253459/1/Monlevade_JoaoAntonioCabralde_D.pdf Acesso em: 26 mar. 2020.

MOSEP. *Boletim Informativo do Movimento de Oposição Sindical na Educação Pública do Estado do Maranhão*. São Luís/MA, Ano I – nº 01, jul. 1997a.

MOSEP. *Boletim Informativo do Movimento de Oposição Sindical na Educação Pública do Estado do Maranhão*. São Luís/MA, Ano I – nº 02, ago. 1997b.

MOSEP. *Boletim Informativo do Movimento de Oposição Sindical na Educação Pública do Estado do Maranhão*. São Luís/MA, Ano I – nº 03, set. 1997c.

MOSEP. *Boletim Informativo do Movimento de Oposição Sindical na Educação Pública do Estado do Maranhão*. São Luís/MA, Ano I – nº 04, nov. 1997d.

MOSEP. *Carta à Haroldo Saboia*, deputado federal do Partido dos Trabalhadores (PT). São Luís/MA, 18 nov. 1997e.

MOSEP. *Carta à Washington Luís de Oliveira*, presidente da Comissão Diretora Provisória Estadual do PT. São Luís/MA, 17 nov. 1997f.

MOSEP. *Documento encaminhado ao Presidente da Central Única dos Trabalhadores/MA*. São Luís/MA, 17 jun. 1997g.

MOSEP. *Documento encaminhado ao Sindicato dos Professores da Universidade Federal do Maranhão (APRUMA)*. São Luís/MA, 17 out. 1997h.

MOSEP. *Boletim Informativo do Movimento de Oposição Sindical na Educação Pública do Estado do Maranhão*. São Luís/MA, Ano II – edição extra, jan. 1998a.

MOSEP. *Boletim Informativo do Movimento de Oposição Sindical na Educação Pública do Estado do Maranhão*. São Luís/MA, Ano II – nº 06, abr. 1998b.

MOSEP. *Boletim Informativo do Movimento de Oposição Sindical na Educação Pública do Estado do Maranhão*. São Luís/MA, Ano II – nº 08, mai. 1998c.

MOSEP. *Boletim Informativo do Movimento de Oposição Sindical na Educação Pública do Estado do Maranhão*. São Luís/MA, Ano II – nº 09, mai. 1998d.

MOSEP. *Boletim Informativo do Movimento de Oposição Sindical na Educação Pública do Estado do Maranhão*. São Luís/MA, Ano II – nº 10, jun. 1998e.

MOSEP. *Boletim Informativo do Movimento de Oposição Sindical na Educação Pública do Estado do Maranhão*. São Luís/MA, Ano II – edição extra, mar. 1998f.

MOSEP. *Boletim Informativo do Movimento de Oposição Sindical na Educação Pública do Estado do Maranhão*. São Luís/MA, Ano II – edição extra, set. 1998g.

MOSEP. *Boletim Informativo do Movimento de Oposição Sindical na Educação Pública do Estado do Maranhão*. São Luís/MA, Ano II – edição extra, out. de 1998h.

MOSEP. *Boletim Informativo do Movimento de Oposição Sindical na Educação Pública do Estado do Maranhão*. São Luís/MA, Ano II – edição extra, nov. 1998i.

MOSEP. *Carta ao Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)*. São Luís/MA, 22 abr. 1998j.

MOSEP. *Carta Aberta Aos Educadores Maranhenses: A luta continua*. São Luís/MA, 13 jun. 1998k.

MOSEP. *Boletim Informativo do Movimento de Oposição Sindical na Educação Pública do Estado do Maranhão*. São Luís/MA, Ano III – edição extra, abr. de 1999a.

MOSEP. *Boletim Informativo do Movimento de Oposição Sindical na Educação Pública do Estado do Maranhão*. São Luís/MA, Ano III – edição extra, 17 mai. 1999b.

MOSEP. *Boletim Informativo do Movimento de Oposição Sindical na Educação Pública do Estado do Maranhão*. São Luís/MA, Ano III – edição extra, 24 mai. 1999c.

MOSEP. *Boletim Informativo do Movimento de Oposição Sindical na Educação Pública do Estado do Maranhão*. São Luís/MA, Ano III – edição extra, jun. 1999d.

MOSEP. *Comunicado à CUT/MA, endereçado ao presidente, Raimundo Monteiro dos Santos*. São Luís/MA, 17 mai. 1999e.

MOSEP. *Documento enviado à Diretoria da APRUMA*. São Luís/MA, 24 jun. 1999f.

MOSEP. *Documento enviado à presidente do SINDSEP-MA*. São Luís/MA, abri. 1999g.

MOSEP. *Documento enviado à presidente do SINDSEP-MA*. São Luís/MA, jun. 1999h.

MOSEP. *Documento enviado ao presidente da CNTE*. São Luís/MA, 13 jun. 1999i.

MOSEP. *Documento enviado ao presidente da CUT, Raimundo Monteiro dos Santos*. São Luís/MA, 17 mai. 1999j.

MOSEP. *Panfleto do Movimento de Oposição Sindical na Educação Pública do Estado do Maranhão*. São Luís/MA, 09 fev. 1999k.

MOSEP. *Boletim Informativo do Movimento de Oposição Sindical na Educação Pública do Estado do Maranhão*. São Luís/MA, Ano IV – edição extra, 07 mar. 2002a.

MOSEP. *Boletim Informativo do Movimento de Oposição Sindical na Educação Pública do Estado do Maranhão*. São Luís/MA, Ano IV – edição extra, 06 abr. 2002b.

MOSEP. *Boletim do Movimento de Oposição Sindical na Educação Pública do Estado do Maranhão*. São Luís/MA, Ano IV – edição extra, ago. 2002c.

MOSEP. *Nota do Movimento de Oposição Sindical na Educação Pública do Estado do Maranhão à Imprensa*. São Luís/MA, 06 mar. 2002d.

MOSEP. *Panfleto do Movimento de Oposição Sindical na Educação Pública do Estado do Maranhão*. São Luís/MA, 20 mar. 2002e.

MOSEP. *Panfleto do Movimento de Oposição Sindical na Educação Pública do Estado do Maranhão*. São Luís/MA, 02 abr. 2002f.

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. Rio de Janeiro/SP: DP&A, 2001.

NASCIMENTO, Ilma V. *Política Educacional no Maranhão nos anos do ensino público de 1º grau*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 1995.

NEUVILLE, Jean. Une Génération Syndicale. *Etudes Sociales*, 21-22. Paris/Bruxelles: Le Pensée Catholique/Office General du Livre, 1959.

NOVE, Alec. *An economic history of the USSR*. London: Penguin Books, 1989.

NÓVOA, António. Para um estudo sócio-histórico da gênese e do desenvolvimento da profissão docente. *Revista Teoria e Educação*, Porto Alegre/RS, Pannonica, n. 4, p. 109-139, 1991.

PAULA, Amir E. H. A ação territorial dos sindicatos-revolucionários sob o Estado liberal. In: PAULA, Amir E. H. *A relação entre o Estado e os sindicatos sob uma perspectiva territorial*. São Paulo/SP: Editora UNESP, 2015, p. 87-172. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/ycbrt/00> Acesso em: 21 nov. 2019.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *A reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle*. Caderno 1. Brasília/DF: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), 1997.

PEREIRA FILHO, Sebastião Carlos; BAUER, Carlos. História concisa da Confederação dos Professores do Brasil (CPB): Gênese e percalços de sua consolidação política e social (1983-1991). In: *Ponencias Completas Congreso ALAS 2017*. Montevideo: Universidad de La Republica, Uruguay, 2017. v. 1. p. 1-12.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Tradução de Angelina Peralva. Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra, 2002.

RÊSES, Erlando da Silva. *De vocação para profissão: organização sindical docente e identidade social do professor*. 2008. 308p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2008.

ROCHA, Rosimary Gomes; MOTA, Francisco Lima. A inserção da economia maranhense no cenário nacional: o des(re)ordenamento territorial no sul do Maranhão. In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Territórios em disputa: e os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro. *Anais...* Uberlândia/MG: Universidade Federal de Uberlândia, 2012, p. 1-20.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Preobrajenski e a “Nova Econômica”. In: PREOBRAJENSKY, Eugen. *A nova econômica*. Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra, 1979, s. p.

RODRIGUES, Leôncio Martins; FIORE, Ottaviano de. *Lenin: capitalismo de Estado e Burocracia*. Rio de Janeiro/RJ: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2010, 48 p. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/t6zhg/pdf/rodrigues-9788579820212.pdf> Acesso em: 21 nov. 2019.

RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo/SP: Difusão Européia, 1968.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil (1930/1973)*. Petrópolis: Vozes, 2010.

SANSON, Cesar. As novas configurações no mundo do trabalho em tempos de mundialização do capital. In: ORSO, Paulino J. et al. (orgs). *Sociedade capitalista, educação e as lutas dos trabalhadores*. São Paulo/SP: Outras expressões, 2014.

SAVIANI, Demerval. *A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas*. 4ª ed., Campinas, SP: Autores Associados, 1998. (Coleção Educação Contemporânea).

SCHAFF, Adam. *História e Verdade*. Tradução de Maria Paula Duarte, revisão de Carlos Roberto F. Nogueira. 6a. ed. São Paulo/SP: Martins Fontes, 1995.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia de; EVANGELISTA, Olinda. *Política educacional*. 4. ed. Rio de Janeiro/RJ: Lamparina, 2007.

SEEB. *Ofício ao Sindicato Metropolitano dos Trabalhadores em Educação Pública de Upaon-Açu*. São Luís/MA, 30 jul. 2001.

SIMONSEN, Mario Henrique. O Brasil e os investimentos estrangeiros. *Digesto Econômico*, São Paulo/SP, v. 32, n. 243, p. 17-24, mai./jun. 1975.

SIMTEP. *Boletim Informativo do Sindicato Metropolitano dos Trabalhadores em Educação Pública de Upaon-Açu*. São Luís/MA, Ano I – nº 02, 15 set. 1999a.

SIMTEP. *Comunicado aos centros acadêmicos da UEMA, UFMA e CEUMA*. São Luís/MA, 18 out. 1999b.

SIMTEP. *Boletim Informativo do Sindicato Metropolitano dos Trabalhadores em Educação Pública de Upaon-Açu*. São Luís/MA, Ano II – edição extra, 16 jan. 2000a.

SIMTEP. *Boletim Informativo do Sindicato Metropolitano dos Trabalhadores em Educação Pública de Upaon-Açu*. São Luís/MA, Ano II – edição extra, 07 jul. 2000b.

SIMTEP. *Documento enviado à Márcia Bohaten, Promotora dos Direitos da Cidadania do Ministério Público do Estado do Maranhão*. São Luís/MA, 13 jan. 2000c.

SIMTEP. *Documento enviado à Márcia Bohaten, Promotora dos Direitos da Cidadania do Ministério Público do Estado do Maranhão*. São Luís/MA, 13 nov. 2000d.

SIMTEP. *Documento enviado ao Procurador-geral de Justiça do Estado do Maranhão*. São Luís/MA, 19 jan. 2000e.

SIMTEP. *Documento enviado ao Procurador-geral de Justiça do Estado do Maranhão*. São Luís/MA, 19 dez. 2000f.

SIMTEP. *Documento enviado à Promotoria de Defesa do Patrimônio Público*. São Luís/MA, 04 jan. 2000g.

SIMTEP. *Documento enviado à Promotoria de Defesa do Patrimônio Público*. São Luís/MA, 03 fev. 2000h.

SIMTEP. *Panfleto do Sindicato Metropolitano dos Trabalhadores em Educação Pública de Upaon-Açu*. São Luís/MA, mai. 2000i.

SIMTEP. *Panfleto do Sindicato Metropolitano dos Trabalhadores em Educação Pública de Upaon-Açu*. São Luís/MA, 12 jun. 2000j.

SIMTEP. *Ofício à Associação dos Professores da Universidade Federal do Maranhão (APRUMA/UFMA)*. São Luís/MA, 5 jan. 2001a.

SIMTEP. *Ofício ao Sindicato do Bancários do Maranhão (SEEB-MA)*. São Luís/MA, 20 mar. 2001b.

SINPROESEMMA. *Ata da Assembleia Geral Ordinária de Posse da Diretoria e do Conselho fiscal*. São Luís/MA, 16 jan. 1995.

SINPROESEMMA. *Ata da Reunião Extraordinária da Diretoria*. São Luís/MA, 1º dez. 1997a.

SINPROESEMMA. *Ata de Reunião Ordinária de Diretoria*. São Luís/MA, 18 jul. 1997b.

SINPROESEMMA. *Ofício de nº 235/1997*. São Luís/MA, 07 nov. 1997c.

SINPROESEMMA. *Ata da Assembleia Geral Extraordinária*. São Luís/MA, 30 abr. 1998a.

SINPROESEMMA. *Ata da Assembleia Geral Extraordinária*. São Luís/MA, 13 jun. 1998b.

SINPROESEMMA. *Ata de Reunião da Junta governativa provisória*. São Luís/MA, 23 abr. 1998c.

SINPROESEMMA. *Boletim Informativo do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipais do Maranhão*. São Luís/MA, abr. 1998d.

SINPROESEMMA. *Boletim Informativo do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipais do Maranhão*. São Luís/MA, mai. 1998e.

SINPROESEMMA. *Edital de convocação da Assembleia Geral Extraordinária*. São Luís/MA, 15 abr. 1998f.

SINPROESEMMA. *Portaria 002*. São Luís/MA, 06 jan. 1998g.

SINPROESEMMA. *Portaria 004*. São Luís/MA, 06 jan. 1998h.

SINPROESEMMA. *Ata da Reunião do Conselho fiscal*. São Luís/MA, ago. 2001a.

SINPROESEMMA. *Ata da Reunião do Conselho fiscal*. São Luís/MA, set. 2001b.

SINPROESEMMA. *Carta aos Diretores, Representantes e Professores Municipais e Estaduais do Maranhão*. São Luís/MA, out. 2001c.

SINPROESEMMA. *Boletim Informativo do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipais do Maranhão*. São Luís/MA, out. 2001d.

SINPROESEMMA. *Boletim Informativo do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipais do Maranhão*. São Luís/MA, dez. 2001e.

SINPROESEMMA. *Boletim Informativo do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipais do Maranhão*. São Luís/MA, jan. 2002a.

SINPROESEMMA. *Boletim Informativo do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipais do Maranhão*. São Luís/MA, fev. 2002b.

SINPROESEMMA. *Boletim Informativo do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipais do Maranhão*. São Luís/MA, mar. 2002c.

SINPROESEMMA. *Boletim Informativo do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipais do Maranhão*. São Luís/MA, abr. 2002d.

SINPROESEMMA. *Convite ao presidente da CUT/MA, Raimundo Monteiro dos Santos*. São Luís/MA, abr. 2002e.

SINPROESEMMA. *Panfleto do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipais do Maranhão*. São Luís/MA, 28 mar. 2002f.

SILVA, Ilse Gomes. *Democracia e participação na “reforma” do Estado*. São Paulo/SP: Cortez, 2003.

SILVA, Ilse Gomes. Poder política e reforma do Estado no contexto do neoliberalismo: análise da reforma do aparelho do Estado no Maranhão nos anos 1990. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v. 10, n. 2, p. 45-59, jul./dez. 2006.

SILVA, Iva Souza. *Gestão Democrática Participativa no Programa de Qualificação de Docentes na Universidade Estadual do Maranhão (PQD/UEMA)*. 2013. 254f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Fernando Pessoa, Porto/Portugal, 2013. Disponível em: <http://docplayer.com.br/43853638-Iva-souza-da-silva-gestao-democratica-participativa-no-programa-de-qualificacao-de-docentes-na-universidade-estadual-do-maranhao-pqd-uema.html> Acesso em: 28 mar. 2020.

SILVA, Robson Santos Camara. *O sindicalismo docente da educação básica no Maranhão: da associação à emergência do sindicato*. 2013. 257 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2013.

THOMPSON, Edward Palmer. *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro/RJ: Zahar, 1981.

TORRES. Antônia Márcia Sousa. *Formação Continuada de Professores: O Programa de Qualificação Docente (PQD no Maranhão)*. In: IV Jornada Internacional de Políticas Públicas. Neoliberalismo e lutas sociais: perspectivas para as políticas públicas. *Anais...* São Luís/MA: Universidade Federal do Maranhão, 2009, s. p.

TROTSKY, Leon. *Os Sindicatos na Época da Decadência Imperialista*. In: AGUENA, Paulo (org). *O marxismo e os sindicatos*. São Paulo/SP: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008, p. 199-207. (Coletânea de textos de Marx, Engels, Lenin e Trotsky)

TROTSKY, Leon. *Los sindicatos y las tareas de los revolucionários*. Buenos Aires: Primera Clase Impresores, 2010. Disponível em: [http://www.masas.nu/sindicalismo/libro%20los%20sindicatos%20y%20las%20tareas%20de%20los%20revolucionarios/los%20sindicatos%20y%20las%20tareas%20de%20los%20revolucionarios\(cs4\)---.pdf](http://www.masas.nu/sindicalismo/libro%20los%20sindicatos%20y%20las%20tareas%20de%20los%20revolucionarios/los%20sindicatos%20y%20las%20tareas%20de%20los%20revolucionarios(cs4)---.pdf) Acesso em: 23 out. 2019.

TROTSKY, Leon. *Escritos sobre sindicato*. Brasília/DF: Nova Palavra, 2012.

UNICEF. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990)*. Site do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990> Acesso em: 05 de nov. 2019.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicalismo no Brasil*. Belo Horizonte/MG: EdUFMG, 1999, 394p.

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosario Genta. *História da profissão docente no Brasil: representações em disputa*. São Paulo/SP: Cortez, 2009.

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosario S. Genta. *Associativismo docente no Brasil: Configurações e estratégias de legitimação do final do século XIX à década de 1970*. In: DAL ROSO, Sadi et al. (orgs). *Associativismo e sindicalismo em educação: organização e lutas*. Brasília/DF: Paralelo 15, 2011, p. 171-189.

UNIÃO Reconstrução Comunista. *Trotsky e o trotskismo*. S. l.: União Reconstrução Comunista/Edições Nova Cultura, 2ª ed., 2018. (Coletânea de textos de Lênin, Stalin e Trotsky)

WAHL, François. *Le discours de la perversion*. In: MACCIOCCHI, Maria Antonietta (org). *Pasolini*. Paris: Bérnard Grasset, 1980.

Músicas

ZÉ GERALDO. *Milho Aos Pombos*. CBS: 1981. Disco vinil (4 min).

CESAR TEIXEIRA. *Oração Latina*. Festival Viva de Música Popular Maranhense: 1985 (4 min).